SOB A DIREÇÃO DE
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEI

TOMO I A ÉPOCA COLONIAL

volume 1

Do descobrimento à expansão territorial

A História Geral da Civilização Brasileira é uma coleção sem paralelo na nossa produção intelectual, abrangendo cronologicamente toda a História do Brasil, em um nível de tratamento elevado, mas não indecifrável. Constitui-se de uma coleção de 11 volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (períodos colonial e monárquico) e Boris Fausto (período republicano). A obra analisa diferentes campos da formação histórica do país, desde a organização material da sociedade até as formas da cultura e do pensamento.

Os dois primeiros volumes foram dedicados à época colonial. Diferentes especialistas estudam o processo de constituição e consolidação do Brasil como colônia portuguesa, abrangendo desde os aspectos econômicos e sociopolíticos até temas como os da medicina colonial, a música barroca, as expedições científicas.

O período monárquico é tratado em cinco volumes. Abre-se com a análise das condições de emancipação do Brasil e se encerra com a crise do regime monárquico e a transição para a República, em um volume, hoje clássico, inteiramente escrito por Sérgio Buarque de Holanda.

O período republicano divide-se cronologicamente em duas épocas: uma anterior e outra posterior a 1930, ano de crise mundial e de revolução no Brasil. Nestes volumes, em número de quatro, diferentes autores analisam desde o processo de implantação da chamada República Velha até as complexas estruturas e relações sociais que caracterizam o Brasil de anos mais recentes. Ao mesmo

HISTÓRIA GERAL
DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME

AZIZ N. AB'SABER, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Fundamentos geográficos da história brasileira).

ANTÔNIA FERNANDA P. DE ALMEIDA WRIGHT, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (*co-autoria de* O Brasil no período dos Filipes).

PEDRO MOACYR CAMPOS, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (As instituições coloniais: Os antecedentes portugueses *e co-autoria* de As etapas dos descobrimentos portugueses).

LAERTE RAMOS DE CARVALHO, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Ação missionária e educação).

MYRIAM ELLIS, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (As bandeiras na expansão geográfica do Brasil).

FLORESTAN FERNANDES, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (Antecedentes indígenas: organização social das tribos tupis).

SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (O descobrimento do Brasil. As primeiras expedições. O governo-geral. A conquista da costa leste-oeste. Os franceses no Maranhão. As monções. A colônia do Sacramento e a expansão no extremo sul *e co-autoria de* As etapas dos descobrimentos portugueses *e de* franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista – *Organização e direção de conjunto*).

ODILON NOGUEIRA DE MATTOS, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (A guerra dos Emboabas).

ASTROGILDO RODRIGUES DE MELLO, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo* (*co-autoria* de O Brasil no período dos Filipes).

J. A. GONSALVES DE MELLO, *da Faculdade de Filosofia da Universidade de Recife* (O domínio holandês na Bahia e no Nordeste).

OLGA PANTALEÃO, *da Faculdade de Filosofia de Marília, São Paulo* (*co-autoria de* Franceses, ingleses e holandeses no Brasil quinhentista).

J. F. DE ALMEIDA PRADO, *historiador, São Paulo* (O regime das capitanias).

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS, *historiador, Rio de Janeiro* (A ocupação portuguesa do vale amazônico *e* Os Tratados de Limites).

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de *SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA*,
assistido por *PEDRO MOACYR CAMPOS*.

TOMO I

A ÉPOCA COLONIAL

Volume 1

DO DESCOBRIMENTO À EXPANSÃO TERRITORIAL

POR

Aziz N. Ab'Saber, Antônia Fernanda P. de Almeida, Pedro Moacyr Campos,
Laerte Ramos de Carvalho, Myriam Ellis, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque de Holanda,
Odilon Nogueira de Mattos, Astrogildo Rodrigues de Mello, J. A. Gonsalves de Mello,
Olga Pantaleão, J. F. de Almeida Prado, Arthur Cézar Ferreira Reis

Introdução geral
Sérgio Buarque de Holanda

Capa: Evelyn Grumach & Ricardo Hippert

Ilustração: "S. Salvador/Baya de Todos os Sanctos."
Gravura de Claus Jansz Visscher e Hessel Gerritsz [*c.* 1624].
Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

Editoração: DFL

2007
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

E54
15ª ed.
t. 1
v. 1

A época colonial, v. 1: do descobrimento à expansão territorial/ por Aziz N. Ab'Saber... [*et al.*]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda. – 15ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
420p.: il. – (História geral da civilização brasileira; t. 1; v. 1)

ISBN 978-85-286-0503-7

1. Brasil – História – Período colonial, 1500-1822. I. Ab'Saber, Aziz Nacib, 1924-. II. Série.

97-1776

CDD – 981.03
CDU – 981"1500/1822"

EDITORA BERTRAND BRASIL LTDA.
Rua Argentina, 171 — 1º andar — São Cristóvão
20921-380 — Rio de Janeiro — RJ
Tel.: (0xx21) 2585-2070 — Fax: (0xx21) 2585-2087

SUMÁRIO

LIVRO SEGUNDO

A TERRA E A GENTE

LIVRO TERCEIRO

O ADVENTO DO HOMEM BRANCO

LIVRO QUARTO
A AMEAÇA EXTERNA

INTRODUÇÃO GERAL*

DEPOIS *de tornar acessíveis a leitores de língua portuguesa a* História Geral das Civilizações *e a* História Geral das Ciências, *publicadas respectivamente sob a direção de Maurice Crouzet e de René Taton, a* Difusão Européia do Livro *quis ampliar sua iniciativa benemérita, incluindo, para aqueles leitores, na mesma coleção, com o mesmo formato, sob a mesma rubrica e, se possível, obedecendo às mesmas normas, uma série especial dedicada à história do Brasil ou, segundo o plano anteriormente estabelecido, à história da "civilização" brasileira.*

Da inclusão em conjunto maior resultou naturalmente um título que, em condições diversas, poderia passar por inadequado ou presunçoso. Se isso dispensa o diretor da série de tentar justificá-lo, não o desobriga de fornecer explicações sobre o plano geral da obra e sua elaboração, que, de qualquer modo, se encontram sob sua responsabilidade.

Antes de tudo, é mister dizer que o plano inicialmente previsto deveu sujeitar-se a sucessivas modificações, oriundas sobretudo de conselhos, relutâncias, recusas ou omissões de eventuais colaboradores. O que era, aliás, inevitável num trabalho coletivo, o primeiro, em realidade, que já se dedicou à história do Brasil.

Impunha-se o aproveitamento dos vários pesquisadores que, em cátedras universitárias, ou em escritos de reconhecido mérito, se distinguiram ultimamente por seus trabalhos especializados, e que poderiam, assim, utilizar ou transmitir conhecimentos atuais sobre cada tema proposto. Infelizmente só em parte pôde realizar-se esse intento. O responsável pela coleção, que a princípio pensara em redigir apenas um dos capítulos, e não o mais considerável do presente volume, viu-se, por fim, na contingência de substituir vários autores que não puderam, ou só puderam em grau limitado, dar sua colaboração ao projeto. Esse inconveniente será corrigido, porém, no volume segundo, que já está praticamente em condições de imprimir-se, e com todas as probabilidades no restante da série.

A própria escolha das contribuições, e necessariamente dos colabora-

---

* Texto integral da 1ª edição da Coleção, de 1961. (N.E.)

dores, deveria ser também uma imposição de título e dos modelos seguidos. Numa história da "civilização" espera-se que, ao lado de questões mais estritamente políticas e, se preciso, um pouco em detrimento delas, sem o que se ultrapassariam em demasia as dimensões previstas, se desse igual ênfase a outros aspectos de nosso desenvolvimento.

A verdade, no entanto, está em que são de data recente, e em número ainda relativamente escasso, as pesquisas e análises monográficas que poderiam fornecer apoio seguro a muitas tentativas de síntese. Lacunas e deficiências tornaram-se, por vezes, inevitáveis na obra, e algumas são facilmente discerníveis. Como exemplo poderia lembrar-se o fato de que ao comércio colonial do Brasil não se dedicou aqui o capítulo que o tema sem dúvida merece, e que além disso serviria para completar e ajudar a boa inteligência de algumas outras questões que puderam ser devidamente abordadas.

Muitos dos trabalhos preliminares necessários para uma visão ampla do assunto ainda se acham lamentavelmente por fazer. E a falta é tanto mais sensível quanto se sabe que, para a América espanhola, à obra clássica, e ainda fundamental, de Clarence Haring sobre o comércio e navegação entre a Espanha e as Índias, vem somar-se agora o opulento estudo de Huguette e Pierre Chaunu sobre Sevilha e o Atlântico, de que já foram impressos, por ora, sete volumes, dedicados à introdução metódica e à parte puramente estatística.

Pareceu preferível, assim, omitir-se uma seção especial que teria de fundar-se em dados quase sempre fragmentários e inconcludentes. A falta é remediada em parte com o capítulo sobre as Companhias de Comércio, cuja elaboração se confiou a ilustre autoridade na matéria.

Em outros casos a preferência dada a acontecimentos ou a movimentos mais claramente vinculados ao itinerário da "civilização" brasileira, sobre outros que parecem manter-se em posição de certo modo isolada ou à margem dele, pode ter sugerido o maior ou menor sacrifício de alguma das partes. Em obra redigida com prazo e tamanho de antemão estabelecidos, embora estabelecidos sem extremo rigor, impunham-se discriminações dessa ordem, que naturalmente não se enquadram com facilidade em critérios infalíveis e universalmente aceitos.

De passagem, cabe notar que a liberalidade do editor deu lugar a uma dilatação apreciável, não apenas do prazo de entrega das contribuições, mas principalmente do tamanho da obra. O único volume (num total de três para todo o conjunto) relacionado ao período colonial já se desdobrou em dois. Para o mesmo caminho irão obrigatoriamente os demais, que se acham em preparo.

Apesar do aproveitamento de pesquisas especializadas, pertinentes a uma história da civilização brasileira, ter sido mais discreto do que se poderia desejar, e isso por força das circunstâncias acima lembradas, nem por isso deixaram de ser largamente utilizadas muitas delas, na medida em que pudessem caber num plano equilibrado e relativamente homogêneo. Não parecerá demasiado, por exemplo, a inclusão no segundo volume de todo um capítulo sobre a evolução financeira do Brasil durante o período colonial. Ou ainda de outro consagrado à música brasileira da era do barroco: este elaborado pelo próprio especialista a quem se deve a recente revelação de um dos movimentos mais importantes, no campo artístico, registrados no Brasil, e em todo o continente americano, durante o século XVIII.

Tendo-se em conta o fato de os colaboradores, procedentes de vários pontos do Brasil e, ocasionalmente, até do estrangeiro, serem, na maioria dos casos, de formação e orientação diversas, alcançou-se, não obstante, uma concatenação apreciável entre as diferentes partes da obra. Não se julgou necessário, contudo, querer forçar uma rígida correlação e uniformidade para tais partes. Nesse ponto seguiram-se o exemplo e a experiência consagrada em trabalhos de equipe.

Assim se deu, em particular, no caso das obras que serviram diretamente de padrão ou estímulo para esta, em particular da História Geral das Ciências, *onde colaboraram autores com as mais variadas especialidades. Esses colaboradores, conforme observa René Taton no prefácio da série, embora exponham com objetividade o atual estado das pesquisas em sua esfera de estudos, "não recearam, com efeito, apresentar seus pontos de vista próprios sobre os problemas essenciais, e essa liberdade de expressão contribui para dar à série de exposições uma vida mais intensa, permitindo que sejam postas em confronto as concepções principais".*

Outro tanto ocorre, aliás, com outras obras históricas resultantes de labor coletivo, que ultimamente se publicaram. Para lembrar apenas as mais conhecidas, poderiam ser citadas a Nova História Moderna *de Cambridge, por exemplo, ou a* Historia Mundi, *que vem sendo impressa em Berna com o apoio do Instituto de História Européia de Mogúncia; uma e outra ainda em curso de publicação. Na última, especialmente, procurou-se antes estimular do que dissimular a diversidade de tendências e expressão entre os vários colaboradores: uma linha única na apresentação das matérias pareceu, de modo expresso, aos seus organizadores, entrar em conflito com os objetivos do empreendimento.*

Em outra publicação também em curso, na História Econômica da

Europa *de Cambridge, os organizadores do segundo volume aludem às divergências que podem existir em mais de um ponto entre as contribuições, e que não se aplainaram ou esconderam. Nisto foi mantido o princípio geral que rege a elaboração das Histórias de Cambridge, onde se presume a existência necessária de discrepâncias de interpretação entre autores responsáveis e bem reputados. Em certos casos, como no caso particular da história econômica – mas por que a limitação? –, elas parecem não só inevitáveis como verdadeiramente essenciais.*

Segundo precedente também estabelecido geralmente nessas e noutras obras do mesmo gênero, não se apresentaram aqui, ou ficaram reduzidas a um mínimo indispensável, as referências de pé de página. De fato só quando foi preciso dar alguma explicação suplementar ao texto, ou quando se impunham referências a fontes bibliográficas estranhas ao assunto abordado em cada capítulo, utilizou-se o recurso às notas de rodapé. A bibliografia geral, além dos índices analíticos, será disposta ao final de cada uma das três partes da obra conjunta. No caso do período colonial, por exemplo, umas e outros caberão no volume segundo.

Quanto à distribuição da matéria geral, pareceu ao organizador da coleção que a vantagem de ser esta ordenada por assunto compensa largamente a possível conveniência de uma ordem cronológica extremamente rígida. Caberia, sem dúvida, uma subdivisão tal dos capítulos que fizesse com que os diferentes tópicos atendessem, em sua sucessão, à seqüência dos acontecimentos no tempo. Isso importaria, contudo, numa espécie de atomização incompatível com a noção, que se quis pôr em relevo, da continuidade e correlação dos diferentes aspectos de cada tema.

Assim, o da expansão geográfica da América portuguesa ganharia em ser completado com o da fixação das fronteiras políticas, que representa seu epílogo normal. Ora, como o mesmo tema é abordado na última seção deste primeiro volume, achou-se, de acordo com a orientação seguida, que conviria encerrá-lo com um capítulo sobre os tratados de limites da segunda metade da século XVIII, sem embargo de dever o segundo volume principiar com o estudo de diferentes aspectos da vida administrativa do Brasil logo em seguida à era dos Filipes, quer dizer, a partir de 1640. O mesmo volume segundo ainda abrangerá vários tópicos de nosso desenvolvimento econômico na fase colonial que, em parte, se distribuem, cronologicamente, pelos séculos XVI e XVII.

A preocupação de mostrar a continuidade do processo histórico em seus diferentes ramos não há de ser levada ao ponto de impedir aquelas discrepâncias de interpretação julgadas inevitáveis em trabalho de equipe,

ou ainda algumas possíveis redundâncias e repetições, que se explicariam pela mesma razão. Em princípio, cada seção e, de fato, cada capítulo deveriam manter uma unidade e economia própria, o que pode redundar, para o todo, não em um prejuízo, mas talvez num enriquecimento, permitindo que os mesmos fatos sejam por vezes iluminados de mais de um ponto.

Na delimitação das diferentes épocas e movimentos, houve o empenho de atender aos mais variados problemas que possam eles sugerir: políticos, econômicos, sociais, "culturais". Para fecho do exame da fase colonial, estudada ao longo dos dois primeiros volumes, a data de 1822 teria a vantagem de oferecer a baliza natural indiscutível. Na verdade, porém, trata-se de uma fronteira estritamente política, que, aliás, poderia ser trocada, desse mesmo ponto de vista, por outras, como a que assinala a elevação do Brasil a reino, unido a Portugal e Algarves.

Pode objetar-se, talvez, que o ato de 1816 visou principalmente a efeitos externos: os postos de mando e administração continuarão, como antes, entregues aqui, de preferência, a europeus; o mesmo ainda sucederá, por algum tempo, durante a regência de D. Pedro. E proclamada a Independência, não são predileções reinóis, mal ou bem assacadas ao imperante, um dos fatores ostensivos da instabilidade política de seu reinado e, ao cabo, de sua abdicação?

Uma testemunha estrangeira que acompanhou de perto aqueles acontecimentos não deixou de apontar para as extraordinárias transformações que em todos os sentidos se iam verificando, ao mesmo tempo, na vida brasileira: durante os nove anos que se seguiram à Independência, julgava ela, progredira o país mais do que nos três séculos do regime colonial. Entra, sem dúvida, boa dose de exagero nesse juízo, que uma visão muito próxima dos mesmos fatos teria sugerido a Armitage. Além de tudo, parece-nos hoje mais plausível datar, não de 1822, mas antes de 1808, o começo ou o germe das transformações que tenderão a mudar parcialmente nossa fisionomia social, econômica e cultural forjada durante o tempo da colônia.

É evidente que não se pode, sem artifício ou vão desafio à unidade do processo histórico, querer insistir demasiado na fixação de marcos. Estes, efetivamente, resultam quase apenas de uma exigência de método. Seja como for, parece legítimo, com todas as limitações que podem impor as considerações metodológicas, fazer preceder imediatamente o estudo da história do Brasil independente, da abordagem da "fase de transição", que iria de 1808, o ano da chegada da Corte portuguesa, até 1831, o da abdicação e partida do primeiro imperador, nascido, por sua vez, em

Portugal. Essa fase. onde a data de 1822 figura como um dos pontos culminantes, será abrangida, por conseguinte, com a da Regência, a do Segundo Reinado, finalmente a da República nos volumes, a partir do terceiro, relativos à era verdadeiramente nacional na história do Brasil.

S. B. H.

O VELHO MUNDO E O BRASIL

LIVRO PRIMEIRO

CAPÍTULO I

AS INSTITUIÇÕES COLONIAIS: ANTECEDENTES PORTUGUESES

A VAGA de direito romano, irradiando de seu centro em Bolonha, originara, desde o século XIII, a concepção segundo a qual a lei dependia estritamente da autoridade real que a promulgasse. As teorias políticas dos legistas, especialmente dos colaboradores de Filipe IV da França, conduziam a princípios inspirados no *Digesto*, tal fosse o da atribuição de força de lei à vontade do soberano, investido em seus poderes pelo povo, com o fim de instituir, preservar e fazer progredir o bem comum. Os tempos, portanto, eram propícios ao estabelecimento do absolutismo monárquico que, contando ainda com a teoria cristã da origem divina do poder, estava destinado a brilhante futuro. Portugal não escapou a essa tendência predominante no Ocidente europeu. Assim, o absolutismo, acrescido ao seu corolário da centralização, apresenta-se como o traço fundamental da monarquia portuguesa no século XV. Sua gênese esteve associada de perto à dinastia de Avis, elevada ao trono por força da revolução de 1383-1385; muito significativamente, aliás, o fundador desta linhagem, D. João I, determinou aos magistrados que se orientassem pelos comentários de Bártolo, quando administrassem a justiça. O mesmo soberano dera início a todo um programa de restrição dos privilégios da nobreza, mormente no tocante ao exercício de jurisdição, de modo que estendesse a autoridade real a todas as terras do reino. Seu sucessor, D. Duarte, não só prosseguiu neste caminho, mas ainda foi além, providenciando a recuperação das terras para a Coroa. Como não poderia deixar de ser, também em Portugal edificou-se uma base teórica, na qual se apoiasse todo o processo político, originando-se um conjunto de princípios próprios à fase de passagem, das concepções medievais, para as idéias modernas concernentes ao Estado. Sua elaboração coube aos legistas lusitanos que lançaram mão dos elementos já existentes nas teo-

O Absolutismo em Portugal

rias políticas anteriores, combinando-se com os ensinamentos proporcionados pelo direito romano. O mais famoso deles, João das Regras, participou intimamente dos sucessos de 1383, sendo de sua inspiração as fórmulas empregadas por D. João I, logo após sua elevação ao trono; de fato, profundo era o sentido da "própria autoridade, liberdade, livre vontade e poder absoluto", "de nossa certa ciência e poder absoluto, e por bem o prol comunal de todos", então invocados pelo novo monarca. Correspondiam tais expressões à convicção de se concentrarem em suas mãos todos os poderes, por vontade divina, com o objetivo de tomar as necessárias medidas, visando à realização do bem-estar coletivo. O instrumento de que se serve o rei para dar cumprimento à sua missão é a lei, explicando-se assim os clamores em favor de uma revisão e de uma ordenação do material legislativo existente. D. João I incumbira esta tarefa a João Mendes, cuja designação foi confirmada por D. Duarte. Surpreendido pela morte, antes de levar a cabo sua missão, tomou seu lugar Rui Fernandes, terminando-se a obra na época da regência de D. Pedro, sendo rei D. Afonso V; daí o seu nome de *Ordenações Afonsinas* (1446). O espírito que anima esse documento pode ser avaliado à luz da categórica afirmação: "O rei tem seu poder das mãos de Deus, e seu vigário tenente é livre de toda a lei humana." A monarquia, portanto, é a mais importante instituição do Estado português; pelas suas relações com os outros órgãos administrativos e classes sociais é que poderemos ter uma idéia do panorama institucional predominante às vésperas da descoberta do Brasil.

Os colaboradores imediatos do Rei

Os legistas, colaboradores essenciais da monarquia de Avis, eram os principais componentes do Conselho do Rei. Representados estavam aí, também, o clero, os fidalgos e os cidadãos das maiores cidades. Na época de D. João I, por exemplo, participavam deste órgão um clérigo, dois nobres, três letrados e um cidadão para cada um dos centros urbanos de Lisboa, Coimbra, Évora e do Porto. Conforme o exigissem as circunstâncias, variava-se a composição do Conselho, podendo ser convocadas as autoridades reconhecidas em assuntos especiais, bem como pessoas de prestígio e influência. D. Duarte, por sua vez, reduzira a três o número de seus conselheiros (um infante, um conde e um bispo), mas isto quando o sentido prático do título evoluía para o conteúdo simplesmente honorífico. Já na época de D. Afonso V, este último estágio fora atingido, distinguindo-se, então, a rigor, duas espécies de conselheiros: os que ostentavam a dignidade, mas eram praticamente destituídos de funções, e os que, a critério do monarca, eram chamados a auxiliá-lo a "suportar os trabalhos e encargos do reino". Evidentemente, esta

situação se impunha dentro do caminho absolutista que se percorria: não se compreendia, frente às novas concepções, um órgão de composição rígida pondo-se ao lado do rei para governar o país, pois isto resultaria, em última análise, em restrição à autoridade real. Esta, portanto, deveria gozar de ampla liberdade na escolha dos colaboradores imediatos. Além dos conselheiros, havia ainda, ligados imediatamente ao exercício do poder central, os altos funcionários, entre os quais o chanceler-mor ocupava o primeiro lugar. Suas múltiplas atribuições, definidas nas *Ordenações Afonsinas*, diziam respeito à verificação da legalidade dos documentos e à publicação das leis e ordenações. Outros funcionários eram o Escrivão da Puridade e o Secretário do Rei, incumbidos especialmente dos negócios secretos do governo, o Corregedor da Corte e o Meirinho-mor, a quem cabia prender, por ordem real, aqueles cuja categoria impedia fossem detidos por outra forma. Cercava-se a monarquia absoluta, assim, do pessoal necessário ao efetivo exercício de seu poder. Não obstante, sérias eram ainda as dificuldades a impedir se estendesse, de fato, por todo o território português, a ação do poder real. A população, de cerca de um milhão de habitantes, era necessariamente esparsa, e as comunicações não poderiam ser fáceis, num país em que – segundo o cronista Rui de Pina – além de Lisboa, o que havia era um complexo de aldeias e desertos.

As Cortes

A vontade do rei é que decidia da convocação das Cortes, órgão representativo da população do reino. Assim sendo, embora não rareassem os pedidos e as promessas de periodicidade, jamais tais assembléias foram reunidas com regularidade, tendo os progressos do absolutismo determinado, automaticamente, a redução do número de suas convocações. A despeito de não sabermos o seu número certo, sendo bastante insuficientes, por outro lado, os dados acerca de diversas assembléias de que nos chegaram notícias, verificamos tal redução, no período compreendido entre os reinados de D. João I e D. João II, quando o absolutismo se instala de maneira completa, como se vê: 25 reuniões no reinado de D. João I (1385-1433); 4 no de D. Duarte (1433-1438); 22 no de D. Afonso V (1438-1481); 3 no de D. João II (1481-1495). Isto, entretanto, sem prejuízo da enorme solenidade que cercava a instalação da assembléia, para a qual não havia local fixo de realização; Lisboa, Évora, Santarém e outras cidades foram sede de Cortes, devendo-se notar, todavia, que diversas dessas reuniões não eram representativas da totalidade do reino. Clero, aristocracia e procuradores das cidades e vilas tratavam, então, dos mais diversos assuntos, limitando-se a função consultiva, pois as soluções e determinações permaneciam em mãos do monarca. A con-

sulta obrigatória às Cortes, porém, surgia em caso da exigência de uma contribuição extraordinária para fins especiais, como se verificou, por exemplo, com a expedição a Tânger em 1436; este pedido aos povos era normalmente satisfeito, ainda que de má vontade, como se deu no caso mencionado (Cortes de Évora, 1493). Inegavelmente, contudo, as Cortes representavam oportunidade para se fazerem ouvir as reivindicações do Terceiro Estado, compreendendo-se, assim, o empenho deste último na reunião de tais assembléias. Quanto à maneira de eleição dos procuradores dos conselhos (representantes das cidades e vilas) às Cortes, o mais certo parece ter sido a inexistência de norma fixa, submetendo-se o processo às tradições e aos costumes de cada localidade.

A monarquia e a nobreza

A importância das relações da monarquia com a nobreza deriva, ainda, das alterações sofridas pelas idéias políticas. Deveras, o estabelecimento de um regime centralizado e absolutista deveria fazer-se, acima de tudo, à custa dos poderes e direitos da classe aristocrática. A nobreza, a seguirmos Antônio de Sousa, nunca chegou a criar raízes no campo, nem teve função civilizadora, função de direção e proteção dos moradores locais; apresentava-se, antes, como parasito da população e do poder central. Tratar-se-ia, assim, de caso completamente diverso do que encontramos em outros países da Europa cristã. Esta diferença de caráter, que, segundo parece, nunca chamou, em grau superior, a atenção dos estudiosos, contribuiu, em grande parte, para dar aspecto peculiar ao desenvolvimento de Portugal na Idade Média. Verdadeiro símbolo desta peculiaridade é a questão de se discutir a existência ou não de regime feudal no país. Diversos foram os autores a optarem pela resposta positiva, buscando alguns na própria legislação visigótica os germes de um feudalismo ibérico. Igualmente numerosa é a corrente negativa, ilustrada pelo nome respeitável de Alexandre Herculano, para quem "os grandes senhores que governavam condados eram sujeitos à Coroa, não como feudatários, mas como exercendo uma delegação do soberano". Gama Barros chegou a ponto de vista semelhante, expressando-se da seguinte forma: "Achamos, nas relações da classe nobre para com a Coroa, diferenças radicais com o sistema feudal; mas, considerados nos seus domínios próprios, o homem nobre aparece-nos numa situação que tem manifesta analogia com a dos senhores feudais, na imunidade, no exercício dos direitos jurisdicionais e nos encargos e serviços que lhe deviam os moradores e cultivadores de suas terras. Embora na origem esta situação fosse de todo alheia ao regime do feudalismo, reconhecemos o influxo dele na extensão dos direitos e prerrogativas que se foram arro-

gando, em Leão e Castela, os senhorios particulares. Nestes reinos e no de Portugal, a ação e a reação entre o princípio feudal, que era dominante em grande parte da Europa, e as circunstâncias peculiares da península, que repeliam aquele princípio, produziram um sistema político especial, que não era o feudalismo porque lhe faltavam os caracteres essenciais, mas que também proporcionava à aristocracia elementos vigorosos de resistência ao desenvolvimento do poder do rei nos amplíssimos privilégios de que a nobreza estava revestida." Servindo-se de outras palavras, aproxima-se desta opinião Oliveira Martins, pois para ele teria havido em Portugal um regime feudal, desde que atribuamos a tal expressão sentido político e não jurídico. Ora, sem qualquer sombra de dúvida, a nobreza representava enorme força política, quando se deu o advento da Casa de Avis; não deixa mesmo de haver certa semelhança entre os esforços dos reis portugueses e os de outros soberanos europeus, com vista ao fortalecimento do poder real em detrimento da aristocracia, independentemente da questão da existência jurídica do feudalismo no país. D. João I, especialmente, fora impelido a fazer grandes concessões de terras aos nobres, por ocasião da luta contra Castela, e ele mesmo tivera oportunidade de medir os perigos destas doações para o prestígio do poder central. Daí seus esforços no sentido de chamar para a Coroa o exercício da jurisdição nas terras dos fidalgos, cabendo-lhe imaginar, ter "em mente", a lei baixada pelo seu sucessor, D. Duarte, e que, por isso, ficou conhecida como *lei mental*. Proibindo a alienação dos bens de raiz e dos direitos da Coroa que tivessem sido doados perpetuamente, admitindo, por outro lado, somente o filho varão primogênito e legítimo à sucessão de tais bens, objetivava-se facilitar a reversão, para o monarca, das terras doadas aos nobres. Se D. Afonso V, com a sua liberalidade, prejudicou a marcha dos esforços em prol da concentração de poderes na instituição monárquica, o seu herdeiro, em compensação, encetou a luta decisiva contra a classe nobre. Deveras, D. João II, com o qual se instaura de maneira insofismável o absolutismo no país, é um exemplar *perfeito* do gênero dos príncipes da Renascença, para quem Maquiavel escreveu (pouco depois) o catecismo: é um mestre da moderna arte de reinar. O ambiente era todo favorável ao rei, como o demonstraram as Cortes de Évora (1481); acumularamse, então, as queixas contra os nobres, responsabilizados por um sem-número de abusos, desordens e extorsões e acusados de parasitismo da fazenda real. Os senhores, por sua vez, conspiraram contra o rei, por não alimentarem ilusões quanto à orientação política dominante. Assim agindo, precipitaram a própria ruína, efetivada de forma radical pelo monar-

ca: o mais poderoso aristocrata português (do qual se dizia possuir metade das terras lusas), D. Fernando, Duque de Bragança, foi executado, sendo seus bens confiscados; o Duque de Viseu foi morto a punhaladas pelo rei em pessoa; outros líderes desapareceram também, deixando a aristocracia completamente abatida, como a encontramos na época da viagem de Cabral. Na completa dependência do poder central, a nobreza lusitana não tinha outro recurso a não ser a submissão, proporcionando ao país, graças a esta atitude, a ordem necessária para o bom êxito das grandes navegações. De fato, como nos diz Ângelo Ribeiro, "dos nobres, os mais irrequietos e os mais audazes tinham experimentado os rigores da justiça do rei, aplicada com uma rudeza de tal modo implacável que não havia memória de rigor semelhante. Os menos arrojados, os mais prudentes e os que, acima das conveniências pessoais, respeitavam a personalidade do rei preferiram aceitar o novo estado de coisas".

A monarquia e o clero

Não se poderia implantar o absolutismo real se o clero também não fosse dominado. A tal respeito, é conveniente lembrar, com F. de Almeida, que o zelo religioso dos soberanos portugueses, levando-os à dilatação da Fé, não implicava, de maneira alguma, sujeição ao clero e à Igreja de Roma. A crença na beatice lusitana, possivelmente gerada na época de D. João V, quando Alexandre de Gusmão não hesitava em dizer: "a fradaria nos absorve, a fradaria nos mata", é claramente desmentida no tocante ao período que nos interessa. Muito antes que D. João III instituísse a Mesa da Consciência, instrumento destinado a limitar as prerrogativas eclesiásticas – tido em Roma como "novo modo de usurpar a jurisdição do clero" – já a monarquia entrava pelo caminho da subordinação do elemento clerical ao trono; destarte, eclesiásticos foram mesmo freqüentemente chamados a colocar a sua influência e o seu saber a serviço do absolutismo, quer participando do Conselho do Rei, quer exercendo outras funções no interesse do poder central. No tempo de D. João II, a política do monarca levou o Papa Xisto IV a estranhar uns tantos atentados contra as liberdades da Igreja, fato este, aliás, precedido de atitude semelhante de Martinho V frente a D. João I. Isto não impediu, porém, que o clero tivesse, à sua maneira, a mesma sorte da nobreza, arrastado pela vaga autocrática do século XV. Importante, do ponto de vista das relações com a Igreja, bem como para o mecanismo dos primeiros tempos da colonização, foi o instituto do Real Padroado. O direito de Padroado, isto é, a regalia concedida ao padroeiro de escolher alguém para ser provido na igreja ou no governo de um mosteiro, com a correspondente faculdade de fiscalizar a exata aplicação das rendas, era

desde muito exercido pela Coroa lusitana; constituía-se, aliás, num dos meios de ampliação da esfera de influência dos soberanos, empenhados, portanto, em dilatá-lo cada vez mais. Ora, todo esforço português na África, desde a época de D. João I, efetuava-se em nome do combate aos infiéis e da expansão do cristianismo. Nada mais natural do que o apoio concedido pelos pontífices romanos a tal empresa, assimilável à Cruzada pelo seu espírito. Martinho V, além de concitar os cristãos de toda a Europa a auxiliar os portugueses, garantia a estes a posse dos territórios conquistados, cabendo a Eugênio IV proceder de maneira semelhante. D. Henrique, o Navegador, administrador do mestrado da Ordem de Cristo, enviou ao papa um emissário especial, Fernão Lopes de Azevedo, a quem foram reiteradas as concessões anteriormente feitas; Nicolau V, de seu lado, confirmou os direitos de Portugal às terras conquistadas e descobertas. Reconhecia-se concomitantemente à Coroa o Padroado das igrejas fundadas nestes territórios. No caso especial de D. Henrique, o Padroado das terras da costa africana foi atribuído, pelo Papa Calisto III, à Ordem de Cristo, a cujo chefe (D. Henrique) competiria ainda o exercício de direitos de jurisdição. Não ficava sem compensações, portanto, o esforço lusitano em prol da difusão da fé, cabendo à religião significativo papel na ampliação dos poderes da monarquia. Idêntica função encontraremos desempenhada pelas ordens monástico-militares (de Cristo, de Santiago da Espada e de Avis), cujos mestres, via de regra, eram membros da família real, a começar pela de Avis, da qual saiu o fundador da dinastia do mesmo nome. A decadência de tais Ordens era fato consumado no século XV, sendo inúmeros os testemunhos do descrédito que as havia atingido; aliás, desde o término da conquista do Algarve, não cessaram elas de se afastar dos seus legítimos objetivos. A solução encontrada para o assunto foi, na época de D. João II, a reunião à Coroa dos mestrados de todas as Ordens, atribuindo-se ao soberano plena liberdade para gerir os seus bens; evitava-se assim, ao mesmo tempo, a evasão de dinheiro para Roma, quando do provimento dos ditos mestrados. Tal era, também, o ponto de vista expresso a respeito pelas Cortes de 1481-82, que se referiam às possibilidades de se aplicarem, desta forma, os benefícios das Ordens às terras de além-mar. A definitiva anexação dos mestrados à Coroa, todavia, só ocorreu em 1551, sendo Papa Paulo III e Rei de Portugal, D. João III.

A questão da posse de bens de raiz pelo clero constituiu-se em outro índice, para avaliarmos da atitude da monarquia absoluta frente à Igreja em Portugal. Como em outros setores, podemos aqui buscar bem longe os indícios de uma posição que, por fim, beneficiaria o absolutismo real. De

fato, desde o século XIII, se haviam adotado medidas destinadas a impedir ilimitado enriquecimento da classe eclesiástica; as Cortes de 1481-82 (iniciadas em Évora, continuadas em Montemor-o-Novo e Viena de Alvito) puderam referir-se, por exemplo, às leis de D. Dinis (1278-1305), sem as quais todo o território nacional teria caído em mãos das igrejas e mosteiros. A verdade, porém, é que tais leis, embora confirmadas por D. João I e D. Afonso V, nunca foram obedecidas à risca, dando margem a freqüentes protestos das Cortes. O desrespeito a tais determinações efetivava-se tanto mediante interpretações tendenciosas dos textos legais, quanto por transigência dos próprios reis, particularmente de D. Afonso V, a cuja atitude reagiram depois D. João II e D. Manuel. Proibia-se, a não ser em caso de licença especial, a aquisição de quaisquer bens de raiz por parte das Ordens ou igrejas, bem como seu recebimento sob outra forma, tal fosse a do pagamento de dívidas; no caso de doações, permitia-se a posse pelo prazo de ano e dia, findo o qual os bens caberiam ao monarca, a menos que deles já se tivessem desfeito as instituições consideradas.

A monarquia e o Terceiro Estado

Decididamente contra a aristocracia, procurando manter o clero dentro dos limites convenientes aos seus desígnios, a monarquia necessitava, entretanto, do apoio de alguém. Proporcionou-lho o Terceiro Estado, e isto desde a fundação da dinastia de Avis, quando D. João I fora elevado ao trono por "movimento caracteristicamente urbano e popular", segundo nota Jaime Cortesão. A época, marcada pelo florescimento das empresas comerciais, era propícia a crescente prestígio do Terceiro Estado, cujos adversários naturais – os fidalgos – eram também os inimigos do absolutismo. D. João I já olhara com carinho especial a *arraia miúda*, determinando, inclusive, a criação da *Casa dos Vinte-e-quatro*, com dois representantes de cada mester, para participar da Câmara de Lisboa; seu filho, o Infante D. Pedro, regente na menoridade de D. Afonso V, chegou também ao poder pela interferência da burguesia; com D. João II, enfim, a aliança entre o soberano e o Terceiro Estado foi evidente, como o demonstraram as Cortes de 1481-82. Os representantes do Terceiro Estado, é verdade, insistiam em temas já repisados em assembléias anteriores, reclamando o exame das jurisdições dos donatários das terras, a inspeção destas terras pelos corregedores reais incumbidos de verificar como se fazia *direito e justiça*, o cumprimento dos mandados régios, a proibição da tomadia de gêneros e do lançamento de impostos extraordinários pelos nobres etc. Tudo isto, portanto, não era novo. A novidade, conforme observa o Prof. Ângelo Ribeiro, estava no espírito das respostas do monarca, que se declarava "teúdo e obrigado a

entender e prover acerca do que redunda e pertence ao proveito comum destes reinos". As reivindicações foram atendidas, a nobreza foi forçada a ceder diante do poder central e se as próprias Cortes, em seguida, apenas raramente foram convocadas, isto em nada diminui a importância do Terceiro Estado no processo de instalação do absolutismo.

Os meios materiais da monarquia

Se a monarquia chamava a si todos os poderes, deveria também dispor dos meios materiais para deles se desincumbir. Numerosos eram os impostos a alimentar o erário, dando margem a dizer-se terem eles, em grande parte, contribuído para tolher o desenvolvimento regular do comércio e das indústrias. Destacavam-se as *portagens*, recaindo sobre mercadorias e objetos trazidos ou levados da terra, cobradas à entrada da povoação; *açougagens*, pagas pelas reses mortas para fins de alimentação; *ochavas*, ou *oitavas*, correspondentes à oitava parte do valor de alguma coisa; *tabeliado*, pago pelos tabeliães em razão do exercício da sua função; *portágio*, ou *passagem*, a ser pago por quem passasse por determinadas terras: *mordomado*, parcela que, de cada penhora realizada, caberia ao rei; e impostos pagos pelos judeus e *mulheres da mancebia*. Novidade, na época, foi o desenvolvimento das *sisas*, regulamentadas por D. Afonso V; ninguém a elas escapava, a menos que se tratasse de fidalgos e homens de armas em guerra, sendo todos obrigados a pagá-las por todas as coisas compradas, vendidas, trocadas ou escambadas, com exceção de ouro, prata e pão cozido. As constantes reclamações dos contribuintes, porém, começaram a frutificar no reinado de D. Manuel, autor das primeiras isenções, beneficiando as igrejas, mosteiros e membros do clero. Levantavam-se queixas também contra a *jugada*, imposto que recaía sobre a propriedade agrícola. Difícil era a sua determinação, dada a variedade das condições das pessoas e das fórmulas de constituição e posse das terras, o que ensejava abusos vários por parte dos encarregados da cobrança. Por outro lado, lembremos o interesse revelado pelos monarcas relativamente ao desenvolvimento agrícola, conforme se depreende das próprias *Ordenações Afonsinas*; atribuem elas ao corregedor de comarca funções especificamente ligadas à fiscalização do bom trato da terra, pois os portugueses não se distinguiam pela diligência nos trabalhos rurais. Tal traço, aliás, levara já D. Fernando a instituir as *sesmarias*, ou seja, a dar o poder central a faculdade de conceder a outrem "terras, casas ou pardieiros, que foram ou são de alguns senhorios, e que já noutro tempo foram lavrados e aproveitados e agora o não são". Encarregados de dar *sesmarias* eram os *sesmeiros*, eleitos pelos conselhos locais e confirmados pelo rei.

Almoxarifes, recebedores, tesoureiros e *provedores das fazendas do rei* eram os funcionários da cobrança de impostos; podia esta, ainda, ser afeta a *rendeiros*, isto é, pessoas que, a bem dizer, compravam o direito de cobrar os impostos mediante contrato especial.

Apesar de tudo, o tesouro real estava permanentemente em *deficit*, explicando-se, assim, o recurso a outras operações rendosas, entre as quais se incluía o tráfico de africanos. O comércio de escravos, praticado desde antes da fase dos descobrimentos, passava pela *Casa de Guiné e Mina* ou *Casa da Mina*, estabelecimento de ordem fiscal do qual dependia o *Armazém da Guiné*; a este último competiam a organização e outros cuidados para o bom êxito das expedições enviadas à costa africana. Por se tratar de tráfico altamente lucrativo, era praticado na sua maior parte pela própria Coroa; isto contribuiu para o rápido aumento do número de escravos no país durante o século XV.

Administração local

Administrativamente falando, dividia-se o reino em seis províncias, ou *comarcas*: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Guadiana e Algarve. A cada uma correspondia um corregedor, representante da autoridade real para todos os setores relacionados com o interesse público. Nos municípios, os juízes, vereadores e outros dignitários eram anualmente eleitos em pleitos cujas irregularidades levavam os monarcas a intervir, no sentido de sanear os males inerentes ao sistema dominante. A Carta régia de D. João I (1391) é um exemplo do cuidado dedicado pelo poder central a tais assuntos, introduzindo uma espécie de sorteio para a escolha dos dignitários municipais; atitude semelhante foi consagrada pelas *Ordenações Afonsinas*, reservando-se às *Ordenações Manuelinas* possibilitar intervenção popular mais ativa no processo eleitoral. Os juízes, vereadores, procuradores e *homens bons* do local reuniam-se em câmara, sempre que necessário, para tratar de assuntos de interesse comum. As providências reais, todavia, não foram de molde a eliminar os vícios que eivavam o processo de escolha dos administradores municipais, resultando daí as queixas apresentadas às Cortes; motivaram-nas, principalmente, a interferência dos nobres e poderosos em favor de pessoas de sua confiança e a prepotência dos corregedores, desrespeitando abertamente o sistema em vigor e entregando os postos a quem bem entendessem. Diversas eram as atribuições dos vereadores, segundo discriminação das *Ordenações Afonsinas*, sendo obrigatória – sob pena de multa – a sua presença nas reuniões da Câmara, duas vezes por semana, às quartas-feiras e aos sábados. Merecem ainda destaque, no quadro da administração local, os *almotacéis*,

encarregados da fiscalização do abastecimento de gêneros alimentícios, dos preços, salários, pesos e medidas, limpeza local e outros assuntos menores; o procurador do conselho e o tesoureiro, que podia inexistir, sendo as suas funções, nesse caso, acumuladas pelo procurador.

A justiça

Os juízes ordinários, em número de dois para cada concelho, tinham a sua alçada variável segundo o objeto das causas; eram obrigados a trazer uma vara vermelha, sempre que andassem pela vila. Sua jurisdição interrompia-se à chegada dos *juízes de fora parte*, isto é, dos magistrados designados diretamente pelo rei para, a bem da justiça, se dirigirem a certas vilas ou cidades. Tais agentes do poder central contribuíam para cercear os abusos dos aristocratas, pois, no exercício das suas funções, deviam receber queixas de lavradores atingidos pelo arbítrio dos fidalgos. Aos corregedores competiam também funções judiciárias, pois cabia-lhes corrigir todas as irregularidades chegadas ao seu conhecimento, fiscalizar os juízes escolhidos pelo concelho e averiguar o procedimento dos juízes de fora; mas não podiam tomar conhecimento dos feitos incluídos na esfera dos juízes da terra, embora muitas vezes o fizessem, originando queixas, contra eles formuladas nas Cortes. Deviam, por outro lado, resolver as causas em que fossem partes fidalgos, abades e priores da sua circunscrição administrativa. Perante o *Tribunal da Corte*, submetiam-se as apelações de causas criminais de todo o reino, com exceção de Lisboa, pois destas encarregava-se a *Casa do Cível*. As apelações de causas cíveis do lugar em que estivesse a Corte e de 5 léguas ao redor competiam ainda ao Tribunal da Corte, conhecido também pelas designações de *Casa de Suplicação* e *Casa de Justiça*. Baldadamente solicitaram as Cortes, por mais de uma vez, a instalação de outros tribunais de apelação no país, em virtude das graves dificuldades geradas pela existência de apenas duas casas de justiça; D. João II negou-se a atendê-las, sob fundamento de que faria a Casa de Suplicação circular pelo reino. Ainda pelas reuniões das Cortes, temos oportunidade de verificar serem numerosas e graves as falhas na administração da justiça, tais como a má-fé dos tabeliães ao tomarem os depoimentos das testemunhas e a prevaricação dos escrivães; chegou-se a dizer, nas Cortes de Lisboa, de 1439, que "todas as maldades e malícias existentes em nosso Reino vêm pelos tabeliães, que usam do seu ofício como não devem fazê-lo".

A polícia

Quanto à polícia, excluindo-se os corregedores (entre cujas atribuições incluía-se a prisão de criminosos, mormente de alta categoria social), tinha ela os seus mais importantes funcionários nos *alcaides pequenos* Eram estes subordinados aos juízes e faziam o policia-

mento local, tendo às suas ordens os chamados *jurados*, equivalentes a policiais. Segundo F. de Almeida, ao lado desta polícia real – pois os alcaides pequenos eram nomeados pelo rei –, havia ainda uma polícia municipal, de que se encarregavam os *quadrilheiros*, nomeados na Câmara pelos juízes e vereadores; conforme o nome indica, tratava-se de chefes de uma *quadrilha*, grupo de homens armados de lança. Note-se, porém, que todos os membros dos mesteres (corporações de ofícios) tinham por obrigação zelar pela paz pública, devendo ter sempre à mão as armas com que ocorreriam a prender malfeitores denunciados por qualquer alarido ou brado de alarma.

Administração ultramarina

Considerando-se que a edificação do império português já ia avançada quando da descoberta do Brasil, precisamos levar em conta toda uma experiência de administração ultramarina anterior a 1500. A Madeira e os Açores foram divididos em capitanias já no tempo do Infante D. Henrique; privilégios e diversas facilidades foram concedidos aos novos territórios, com o fim de acelerar a colonização, compreendendo-se, assim, terem-se dirigido para lá, além de portugueses, também colonos flamengos e alemães. Sistema semelhante foi empregado nas outras ilhas do Atlântico, como Cabo Verde e S. Tomé. Na costa africana, a exploração comercial era a fonte de maiores interesses, não havendo propriamente intenção de povoamento; daí a adoção das feitorias, sempre que possível garantidas por fortalezas, como a de Arguim, na Guiné, fundada em 1449. Do mesmo tipo foi a orientação seguida da Índia, com vistas ao estabelecimento de amplo monopólio comercial no Oriente, o que levava Portugal a organizar todo um controle das rotas marítimas entre a Europa e as Índias. A colonização do Brasil, de seu lado, foi tardia, intensificando-se quando o quadro institucional da metrópole já começava a sentir as transformações determinadas pelas grandes descobertas. Nem por isso, entretanto, deixaram de se prolongar na América diversos traços de ligação com a Idade Média lusitana; a titulatura de grande número de funcionários, instituições como a das sesmarias e as discussões relativas a um caráter feudal das capitanias hereditárias, quando mais não fosse, seriam suficientes para atestar essa continuidade.

CAPÍTULO II

AS ETAPAS DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

A POLÍTICA de expansão ultramarina de D. João I inaugurou-se em 1415, com a expedição a Ceuta, o Algarve de além-mar, "mui notável cidade e mui azada para se tomar", conforme as palavras de João Afonso, vedor da fazenda de el-rei. A luta contra os mouros, que significava o reatamento de uma velha tradição nacional, também servia, neste caso, para o fortalecimento da defesa do litoral. Interessante, a tal respeito, são as próprias palavras do cronista Zurara, pondo em destaque o duplo aspecto religioso e estratégico da operação, como se vê: "Em qual parte assentarei melhor o começo deste capítulo, que naquela mui honrada conquista que se fez sobre a grande cidade de Ceuta, de cuja famosa vitória os céus sentiram glória e a terra benefício?

"Glória me parece assaz para o sacro colégio das celestiais virtudes, tanto sacrifício divino com tão sagradas cerimônias quantas até hoje são feitas em aquela cidade em louvor do Cristo Nosso Senhor, e por sua graça para sempre serão. Pois o proveito que a terra recebeu, o Levante e o Poente são bem clara testemunha, quando os seus moradores podem comudar suas coisas sem grande perigo de suas fazendas, que por certo não se pode negar que a cidade de Ceuta não seja chave de todo o mar Mediterrâneo."

Tomados quase de surpresa, os maometanos mal ofereceram resistência. Tão rapidamente se realizou a captura da praça marroquina que – dizia então – muitos soldados deixaram o pão guardado nos celeiros e ainda voltaram em tempo de apanhar o produto dos seus vinhedos.

Expansão ultramarina

Três anos após a conquista de Ceuta, principia a ocupação e povoamento do arquipélago da Madeira. A descoberta da Madeira presta-se a ilustrar a participação de outros povos no movimento marítimo da época, auxiliando-nos a compreender a posição de Portugal, como centro de convergência de várias correntes

européias interessadas nas navegações. Deveras, a participação italiana no desenvolvimento da arte náutica lusitana era já bem clara através do papel desempenhado pelo genovês Pezzagno durante o reinado de D. Dinis. Segundo Duarte Leite, no decorrer de viagem executada por portugueses sob comando de italianos, Nicolau Recco e Ângelo de Teggio de Corbanzi, foram "avistadas ou visitadas numerosas ilhas despovoadas, entre elas mui provavelmente as do grupo madeirense, que então receberam nomes". Embora não saibamos se as designações atribuídas nesta ocasião às ilhas foram as atualmente conhecidas, o fato é que o exame de documentos italianos e espanhóis nos revela a origem italiana dos nomes das ilhas: Porto Santo, Legname e Deserte, em italiano; Puerto Santo, Lecname e Disierta, em espanhol. A denominação portuguesa Madeira nada mais seria do que a versão lusa de Legname. A expedição ordenada pelo Infante D. Henrique, sob o comando de João Gonçalves Zarco e Tristão Teixeira, em 1419, teria, portanto, apenas redescoberto o arquipélago, sendo talvez conveniente recorrermos ainda a Duarte Leite para lembrar que as alegações em sentido contrário não convencem os "já raros defensores da descoberta portuguesa".

Pouco mais tarde efetua-se, aliás sem grande êxito, uma expedição às Canárias, já mencionadas por Petrarca, como ilhas onde os genoveses haviam penetrado. Franceses também se interessaram pelo arquipélago, mas – absorvidos pela Guerra dos Cem Anos – não lhe puderam dedicar os devidos cuidados, motivo pelo qual o seu domínio acabou passando para os castelhanos. Estes mantiveram a sua posição, a despeito das pretensões lusas e, mesmo, de efêmeras ocupações portuguesas, que cessaram definitivamente em 1466.

O reconhecimento dos Açores começa em 1431, embora reinem divergências acerca desta data. Os Açores, tidos durante muito tempo como descobertos pelos portugueses, em 1432, já eram, porém, conhecidos em pleno século XIV. Não há qualquer documento em condições de nos possibilitar o estabelecimento do nome de seu descobridor ou da data em que isto se deu.

Passados mais três anos é transposto o Cabo Bojador. A significação deste feito pode ser avaliada à luz das idéias então reinantes acerca do que haveria para além do cabo; ninguém melhor do que o próprio cronista para nos informar sobre tal assunto: "Isto é claro" – diziam os mareantes – "que depois deste Cabo não há aí gente nem povoação alguma; a terra não é menos arenosa que os desertos da Líbia, onde não há água, nem árvore, nem erva verde; e o mar é tão baixo, que a uma légua de terra não

há de fundo mais que uma braça. As correntes são tamanhas, que o navio que lá passe jamais nunca poderá tornar. E portanto os nossos antecessores nunca se entremeteram de o passar. E por certo não foi a eles o seu conhecimento de pequena escuridão, quando o não souberam assentar nas cartas por que se regem todos os mares por onde gentes podem navegar. Ora qual pensais que havia de ser o capitão de navio a que pusessem semelhantes dúvidas diante, e mais por homens a que era razão de dar fé e autoridade em tais lugares, que ousasse de tomar tal atrevimento, sob tão certa esperança de morte como lhe ante os olhos apresentavam?"

Doze anos duraram as tentativas para dobrar o cabo, sugerindo-se atualmente, entretanto, haver outros motivos, além de eventuais dificuldades náuticas, concorrido para esta dilatação do tempo. A falta de interesse, a descrença na possibilidade de lucro imediato estariam, efetivamente, na origem das hesitações dos portugueses, até que, em 1434, Gil Eanes resolveu ultrapassar o Bojador, marcando nova etapa ao reconhecimento da costa da África.

Logo em seguida, outros navegadores prosseguem a exploração do litoral africano até Serra Leoa. Evidentemente, houve momentos em que pareceram desvanecer-se as esperanças de êxito completo. Foi o que se deu, por exemplo, quando, após terem dobrado o cabo das Palmas, verificando a mudança de direção da costa, no sentido O-E, em lugar de N-S, encararam os lusitanos a possibilidade de se haver descoberto o caminho para o Índico. Chegados ao golfo da Guiné, todavia, esbarraram com nova mudança, já que a costa africana volta, neste ponto, a infletir em direção ao sul. Desenvolve-se agora uma fase de sucessivas e metódicas experiências, que, ao cabo de pouco mais de meio século, irão abrir caminho para a Índia.

O Infante

A glória de ter preparado esse empreendimento foi, durante longo tempo, associada quase exclusivamente à figura do Infante D. Henrique. Ao lado de outros dois filhos do primeiro monarca da Casa de Avis, D. Duarte e D. Pedro, teria ele participado das tentativas iniciais para a expansão oceânica de Portugal: é significativo que, já por ocasião da captura de Ceuta, fora o seu o primeiro estandarte real a penetrar no recinto da praça.

É para melhor dirigir esse movimento marítimo que o Infante se fixará na ponta de Sagres, no Algarve. Para esse lugar dirigem-se, de vários recantos da Europa, homens doutos e práticos na arte da navegação. E ainda que não chegasse propriamente a fundar ali uma escola náutica, segundo crença longamente acreditada, foi eminentíssimo o seu papel no desenvolvimento das explorações marítimas.

Todavia, entre historiadores modernos vêm sendo encaradas com maior cautela as versões que fazem derivar apenas, ou quase apenas, da orientação de D. Henrique, a obra dos navegadores lusitanos durante esse período. A importância dos esforços que, ainda em vida do Infante, determinaram ou ampliaram essa obra independentemente da sua ação, já foi devidamente realçada, sobretudo em Portugal, graças a autores como José de Bragança, Duarte Leite, Veiga Simões, Magalhães Godinho e alguns mais, que tendem todos a ver neles, movimento antes coletivo do que pessoal, estimulado sobretudo pela burguesia mercantil do reino. E, se tal movimento foi decisivamente favorecido por algum dos filhos de D. João I, seria mister dar realce, não menos do que a D. Henrique, ao seu irmão D. Pedro, que a historiografia tradicional timbrava em manter alheado, quando não refratário, a essas atividades.

Conforme foi dado apurar a V. M. Godinho, em notas ao seu valioso documento sobre a expansão portuguesa, só seria atribuível com toda certeza à iniciativa henriquiana, entre 1415 e 1460, o ano da morte do "Navegador", pouco mais de um terço das expedições empreendidas. E, mesmo que se somem a essas as viagens de iniciativa mista, a participação do Infante não abrangeria sequer 40% do total. Por outro lado, há considerar que, durante os oito anos da regência de D. Pedro (1440-1448), associada ao triunfo político da burguesia, chegaram a explorar-se 198 léguas da costa africana, bem mais do que em 17 anos que precederam e sucederam ao mesmo período, isto é, entre 1433 e 1439, quando foi percorrido o litoral que vai do Bojador à Pedra da Galé, no total de 88 léguas, e ainda entre 1449 e 1460, quando as embarcações lusitanas singraram uma faixa litorânea de 83 léguas, entre o cabo Roxo e o Ledo.

A marinha dos descobrimentos

Ao iniciar-se o descobrimento da Guiné, quase toda a navegação deveria fundar-se em recursos tradicionalmente empregados no Mediterrâneo. Não parece forçoso admitir que semelhantes recursos seriam inaplicáveis às expedições em que se perdesse mais demoradamente de vista o litoral. Bem antes dos tempos henriquianos, eram correntes, mesmo no Mediterrâneo, as navegações comerciais em que, durante percursos mais ou menos prolongados, os barcos viajavam no mar alto e a grande distância da terra: "É um erro", escreve A. Schaube, reportando-se particularmente à época da Terceira Cruzada, "subestimarem-se os conhecimentos náuticos daquele período ao ponto de pretender-se que as viagens marítimas eram feitas predominantemente ao longo das costas." Isto só se dava com as galés de guerra que, movidas muitas vezes a remos, sujeitavam-se a grandes riscos por ocasião das tem-

pestades. Não é outra a razão que aconselhava, em seu caso, a prática da navegação costeira – *juxta terram*.

As cartas de marear, ordinariamente usadas quando principiavam as viagens lusitanas rumo à Guiné, não indicam latitudes ou longitudes, mas apenas rumos e distâncias. Quando em alto-mar, guia-se o mareante por meio de observações e estimativas naturalmente precárias. O aperfeiçoamento do astrolábio e do quadrante, que servem para a medição da altura, significará, por isso mesmo, progresso considerável nos recursos náuticos. Alguns autores julgam que o quadrante já teria sido usado em 1462 ou 1463 por Diogo Gomes, quando empreendia a sua segunda viagem à Guiné. Uma versão mais corajosa, defendida por Jaime Cortesão, antecipa de 11 ou 12 anos o uso desse aparelho, em navios portugueses, que dele já se valeriam em 1451.

Sucede, no caso de Diogo Gomes, que o relato da viagem que fez à Guiné não foi redigido, por ele, mas pelo célebre Martim Behaim, ou Martinho de Boêmia, a quem o português narrara, 20 anos depois, ou seja, entre 1482 e 1484, episódios da mesma viagem. Limitara-se o nuremburguês a anotar essas informações para, juntamente com outras, colhidas de sua própria experiência náutica, redigir mais tarde o *De prima inventione Guineae*, cujo texto se guarda atualmente em Munique, na cópia manuscrita de Valentim Fernandes, alemão. E, embora nesse texto recorra o redator constantemente à primeira pessoa, é difícil separar o que nele pertence a Martinho do que resulta das notícias dadas por Gomes. O fato de ter o primeiro andado pela Guiné em 1484-1485 pode autorizar a suspeita de que só então fora empregado o quadrante. O *ego habebam quadrantem quando ivi ad partes ivi...*, que aparece no mesmo manuscrito, não se referiria, nesse caso, ao navegante português e nem a fato ocorrido em 1462.

Tal suposição é reforçada pela circunstância de ser Diogo Gomes alheio aos conhecimentos astronômicos, que exigem o manejo do quadrante, segundo pôde apurar o historiador Duarte Leite. E caso tivesse ele levado consigo um quadrante para determinar a sua posição, como explicar que se fiasse, como o faz, na duração igual dos dias e noites para pretender, em dado momento, que chegara a transpor o equador? A verdade é que se achava então a 14°43' de latitude norte, e tamanho erro mal se justificaria se tivesse ao seu dispor aparelhos astronômicos.

Este ponto, frisou-o Guy Beaujouan durante o colóquio sobre a história marítima efetuada em maio de 1956, na Academia de Marinha da França. Chamou ainda atenção, o mesmo historiador, para a circunstância de o texto geralmente invocado como argumento em favor da teoria

de que o quadrante já era usado em 1462 nos navios portugueses não dizer do aparelho levado à Guiné, que se destinava a observações *a bordo*. Se devesse ser utilizado em terra, como é bastante provável, perde o argumento qualquer interesse, uma vez que essas observações terrestres eram usuais, de longa data, nas cidades européias.

Razões semelhantes, ou ainda mais poderosas, tornam improvável a versão, impugnada, aliás, em estudos de Duarte Leite, de que já ao tempo do Infante D. Henrique, e precisamente em 1451, seria conhecido, a bordo de navios portugueses, o uso de instrumentos destinados à medição da altura pela estrela polar. Essa presunção parece implícita a Jaime Cortesão em certo passo do relato da viagem do embaixador de Frederico III, Imperador, que conduziu a irmã del-Rei D. Afonso V à cidade de Pisa. No trecho em questão alude-se, com efeito, a "mestres astrólogos bem conhecedores das derrotas pelas estrelas e pelo pólo".

Em suma, nada prova, de modo decisivo, que, antes do ano de 1480, fosse conhecida a navegação astronômica. Quando muito pode supor-se com bons motivos, e essa possibilidade foi aventada por G. Beaujouan nos debates já aludidos, que, em suas viagens ao longo da costa africana, os portugueses fariam desembarcar eventualmente alguns astrônomos para determinar em terra a altura alcançada, ora – ao norte do equador – mediante a observação da estrela polar, ora – ao sul – pela altura do Sol.

É inegável, entretanto, que os portugueses contribuíram sensivelmente para o progresso da marinha dos descobrimentos, ao desenvolverem um tipo de arquitetura naval mais apropriado para esse fim do que as primitivas *barchas* ou os *barinéis*. O recurso à caravela nas expedições africanas principia a assinalar-se em 1441, data da viagem inicial de Nuno Tristão. Trata-se de embarcação ligeira, de pequeno calado, apta a aproximar-se de terra sem maior perigo. Isso a indica especialmente para as expedições em mares incógnitos.

A preferência dada pelos portugueses a embarcações leves e velozes será duradoura e parece explicável, nos primeiros tempos, pelos baixios da costa d'África. A nau capitânia São Gabriel, onde embarcara Vasco da Gama na sua primeira viagem à Índia – note-se que não é caravela –, tem, segundo os documentos contemporâneos, entre 90 e 120 toneladas. Mesmo que se multipliquem esses números por dois, considerando-se as diferenças no valor então e hoje atribuído à tonelada, há de resultar sempre um navio de porte reduzido. Mas, em todo o século XVI e ainda no seguinte, não parece abalar-se a confiança dos portugueses nas caravelas de 50 a 120 toneladas, preferidas na carreira do Brasil.

Os móveis da expansão portuguesa

As grandes mudanças que se verificam na arte náutica durante a segunda metade do século XV levam a crer na possibilidade de chegar-se, contornando o continente africano, às terras do Oriente. Não se pode afirmar que a ambição de atingir por via marítima esses países de fábula presidisse as navegações do período henriquino, animadas por objetivos estreitamente mercantis.

A fome de ouro e principalmente a cobiça de escravos representam, de fato, o grande móvel dos primeiros descobrimentos dos portugueses na costa africana. Com a expedição de Antão Gonçalves, inicia-se em 1441 o tráfico negreiro para o reino: tão intenso há de ser esse comércio, com a sua base principal em Arguim, que, passados apenas três anos, dará origem à companhia de Lagos. Da mesma viagem procede o primeiro ouro em pó, ainda que escasso, resgatado naquelas partes. O marfim, cujo comércio se achava até então em mãos de mercadores árabes, e era feito por via do Egito, começam a transportá-lo os barcos lusitanos, por volta de 1447. A contar de 1456 inicia-se o comércio da malagueta, esse grão do paraíso, como era chamado, réplica ocidental da pimenta indiana e que dará o seu nome à parte do litoral africano que vai do cabo Mesurado ao cabo das Palmas. Já antes disso, ou seja, de 1448 por diante, segundo Zurara, "sempre se os feitos daquelas partes trautarom mais per trautos e avenças de mercadorya, que per fortelleza nem trabalhos das armas".

A partir de 1460, as conseqüências possíveis da contínua expansão para o sul deveriam ocupar o interesse de alguns espíritos mais audazes. Por essa época, iniciar-se-á a exploração das ilhas de Cabo Verde, descobertas, ou redescobertas, em parte, entre 1455 e 1456. O descobrimento é atribuído ora a Cadamosto, ora a Antônio de Noli e ainda a Diogo Gomes. Mais de um decênio depois da morte de D. Henrique ultrapassam os navegantes a Equinocial.

D. João II

No reinado de D. João II, que se inicia em 1481, parece encaminhar-se para objetivos mais amplos a atividade ultramarina dos portugueses. Os descobrimentos prosseguem agora em ritmo acelerado. Diogo Cão será a grande figura de navegador nos primeiros tempos desse reinado. Partindo de Portugal em 1482, assinala com o padrão de São Jorge a embocadura do Zaire. É a primeira marca desse gênero a assinalar, com o escudo de armas do reino e o nome do soberano, as conquistas dos portugueses. Prosseguindo viagem para o sul, atinge o cabo do Lobo (cabo de Santa Maria), onde fincou segunda marca de sua passagem: o padrão de Santo Agostinho. Ignora-se o motivo que o levou a deter-se neste ponto; o fato é que, em abril de 1484, o temos de volta a Lisboa,

onde os resultados da sua viagem foram recompensados com a concessão do enobrecimento por parte de D. João II. O monarca, aliás, estava certo da proximidade do objetivo último, ou seja, da descoberta do caminho das Índias. Em 1485 fez-se Diogo Cão novamente ao mar, para segunda expedição cujos pormenores não são bem conhecidos, mas que certamente o levaram às costas da atual Angola.

O esforço de Diogo Cão é continuado por Bartolomeu Dias, que, em fins de 1487, ultrapassa o segundo padrão de Diogo Cão e reconhece a costa africana até a Serra dos Reis. Possivelmente nesta altura defrontou-se com a tempestade que o fez perder terra de vista. Não obstante, continuou a navegar rumo ao sul; em busca de terra, tomou em seguida o caminho do oriente e, depois, o do norte, quando avistou de novo a costa da África. Contornara, assim, de maneira completamente fortuita, o cabo das Tormentas (depois da Boa Esperança) e penetrara no oceano Índico. Uma vez atingido o Rio do Infante, foi Bartolomeu Dias forçado ao regresso pelos seus companheiros, embora seu sonho fosse prosseguir caminho em busca das terras índicas.

Ao mesmo tempo, determina el-rei, em Lisboa, que sigam por terra, ao Oriente, Pedro de Covilhã e Afonso de Paiva, a fim de obterem notícias circunstanciadas sobre as terras das especiarias e do misterioso reino do Preste João. Os informes enviados mais tarde, do Cairo, por Covilhã, que chegara a visitar a Índia – Cananor, Calecute, Goa, Ormuz – e Sofala, na costa oriental da África, fornecem aos portugueses noções precisas acerca da navegação nos mares orientais, já assiduamente praticados pelos marinheiros árabes, completando diversos dados colhidos por Dias.

Abriam-se, desse modo, novas e extraordinárias perspectivas para a nação portuguesa. O negócio das especiarias do Oriente, trazidas à Arábia e ao Egito pelos maometanos e dali transportadas aos países europeus, por intermédio de Veneza – que enriquecera neste tráfico –, vai encaminhar-se agora para novas rotas. O eixo do comércio mundial prepara-se, assim, para deixar as margens do Mediterrâneo em favor do Atlântico. Esse deslocamento só se processará, contudo, no decorrer do século XVI.

Descobrimento da América

Antes, porém, que isto ocorresse, D. João II via perturbadas suas esperanças por acontecimento inesperado. A 12 de outubro de 1492, o genovês Cristóvão Colombo, navegando a serviço de Castela, encontrara no Ocidente algumas ilhas desconhecidas. Ao seu regresso, no ano seguinte, passa por Lisboa e avista-se com o rei de Portugal, dando-lhe novas extraordinárias das regiões recém-descobertas. Os indígenas que vinham na sua companhia lembravam, pelas feições,

antes a gente da Índia que os naturais da Guiné. Acresce que o mesmo Colombo já anteriormente oferecera os seus serviços a D. João, pedindo navios para ir à maravilhosa ilha de Cipango, descrita no livro de Marco Pólo. Diante da recusa do soberano, fundada nas informações dadas pelos cosmógrafos do reino, é que o genovês resolvera dirigir-se a Castela.

Tordesilhas

Abalado com as notícias trazidas por Colombo, D. João II pensa em mandar expedição na esteira do afortunado almirante, convencido de que lhe pertenciam, de direito, as ilhas recém-descobertas. Não ocorreu a expedição e pouco depois três bulas do Papa Alexandre VI concediam à Espanha direitos sobre as terras achadas pelos seus navegadores a ocidente do meridiano traçado 100 léguas a oeste das ilhas dos Açores e de Cabo Verde. Não concordaram com isto os portugueses – favoráveis, aliás, à demarcação segundo paralelo traçado na altura das Canárias, devendo o norte ficar para a Espanha e o sul para Portugal. Novas negociações resultariam, finalmente, na assinatura do Tratado de Tordesilhas (7 de junho de 1494), ratificado por D. João II apenas em fevereiro de 1495. Dois meridianos estabeleciam-se, então, para separar o setor luso do espanhol: um passando 250 léguas a oeste das ilhas de Cabo Verde, e outro – que realmente valeu – a 370 léguas; a ocidente estariam as terras espanholas, a oriente, as portuguesas. Incluíam-se assim, entre estas, as regiões das especiarias, objetivo primacial de todo o esforço oceânico lusitano; e abrangia-se, ainda, parte do continente descoberto por Cristóvão Colombo, à qual ainda deveria chegar Pedro Álvares Cabral.

As Índias

No ano seguinte ao da conclusão do tratado, morre D. João, sem ver realizado o seu sonho de expansão marítima no Oriente. A glória deste empreendimento irá caber ao seu primo, cunhado e sucessor, D. Manuel. Vencendo a resistência de alguns conselheiros, que se mostravam contrários à aventura da Índia e cujo reflexo se encontra no "velho de Restelo", presente à partida das caravelas nos *Lusíadas*, mandou el-rei que se preparassem quatro naves para a longa viagem. Em julho de 1497, saía do Tejo a expedição, sob o comando de Vasco da Gama, "experimentado nas coisas do mar, em que tinha feito muito serviço a El-Rei D. João", segundo observação de Castanheda, e vindo de família que se ilustrara nas lides em prol da expansão lusa.

Ao fim do mesmo ano, a armada dobrava o cabo da Boa Esperança; transpunha, em seguida, o Rio do Infante, ponto extremo da viagem de Bartolomeu Dias; reconhecia Moçambique, Melinde, Mombaça e em maio chegava a Calecute.

Graças à façanha de Vasco da Gama, Portugal entra agora em contato direto com a região das especiarias, do ouro e das pedras preciosas, conquistando, praticamente, o monopólio desses produtos na Europa e pondo em xeque o comércio levantino das repúblicas italianas. A abertura da rota marítima das Índias assume, assim, importância verdadeiramente revolucionária na época, e as suas conseqüências imediatas ultrapassam mesmo as do maior acontecimento da história moderna das navegações: o descobrimento da América por Cristóvão Colombo.

CAPÍTULO III

O DESCOBRIMENTO DO BRASIL

O ALVOROÇO que em toda parte despertou o descobrimento da nova rota marítima para a Índia pareceu justificar-se desde o primeiro momento. A nau de Nicolau Coelho, que se adiantara sobre o resto da expedição, acha-se de volta ao Tejo em começo de julho de 1499. Em fins de agosto, chega a Lisboa o próprio Vasco da Gama, que se demorara na Terceira por causa da moléstia que lhe vitimou o irmão. Um semestre depois, mais exatamente a 9 de março de 1500, parte com destino ao Oriente uma frota de treze velas, a mais aparatosa entre quantas tinham deixado o reino, até então, na demanda de tão longínquas paragens.

A frota de Cabral

Comandava-a Pedro Álvares Cabral. Pouco se conhece da vida desse capitão até iniciar-se a memorável empresa. Sabe-se que nascera em Belmonte pelos anos de 1467 ou 68: teria, neste caso, pouco mais de trinta anos quando assumiu o comando da frota. Levava consigo marinheiros ilustres como Bartolomeu Dias e Nicolau Coelho, além de numerosos soldados, perto de mil e quinhentos, e frades de São Francisco, os primeiros religiosos mandados de Portugal àqueles lugares. Numa das recomendações dadas a Pedro Álvares inspiradas na experiência do Gama, teve-se em conta o sistema dos ventos nas proximidades da costa africana. Diz, com efeito, seu regimento: "tanto que deer o vento escasso devem hyr na volta do mar até meterem o cabo da boa esperança em leste franco". Assim, já na manhã do dia 14 passava a frota entre as Canárias. A 22 chegava à vista de São Nicolau, uma das ilhas de Cabo Verde. Na manhã seguinte desgarrava-se uma nau sob o comando de Vasco de Ataíde. Em vão foi procurada durante dois dias, ao fim dos quais a tiveram por perdida.

O achamento da terra

Prosseguindo a navegação sempre no rumo do sudoeste, aparecem numa terça-feira ervas marinhas, indicando terra próxima. No outro dia 22, de abril, divisam os marinheiros as primeiras aves. Ao entardecer avistam terra. Perfila-se agora no horizonte um monte muito alto e redondo; mais ao sul, uma serra e ainda uma planície vestida de arvoredo. Por ser a semana da Páscoa, deu Pedro Álvares ao monte muito alto o nome de Pascoal. E à terra, o de Vera Cruz.

Ao pôr-do-sol ancoram os veleiros a uma distância de seis léguas da costa. Na manhã seguinte, as embarcações menores ainda se chegam mais à praia, seguidas das outras, e todas vão lançar âncora a meia légua da terra, junto à boca de um rio. Alguns homens, pardos e nus, são vistos à beira-mar. Um dos comandantes desce a terra e busca entender-se com eles, mas sem resultado. Finalmente, depois de trocados alguns presentes e, por ser tarde, voltam para bordo.

Porto Seguro

Durante a noite soprou vento forte, seguido de aguaceiros, o que pôs as embarcações em perigo. Tendo consultado os pilotos, Cabral julgou prudente levantarem todos âncoras e saírem à procura de bom abrigo. Velejou-se então para o norte, indo os navios pequenos mais chegados a terra, até acharem, dez léguas adiante, um arrecife com porto dentro, muito seguro. No dia seguinte, que era sábado, entraram os navios no porto e ancoraram mais perto da terra. O lugar, que todos acharam deleitoso, proporcionava boa ancoragem e podia abrigar mais de duzentas embarcações. Alguma gente de bordo foi a terra, mas não se pôde entender a algaravia dos habitantes, diferente de todas as linguagens conhecidas.

A primeira missa

Ao domingo da Pascoela, deliberou o capitão ir ouvir missa num ilhéu da baía, identificado hoje com o da Coroa Vermelha. Armou-se ali um dossel, levantou-se altar e celebrou missa Frei Henrique de Coimbra, acolitado por outros sacerdotes. Acabados a missa e o sermão, em que o frade se referiu ao descobrimento e invocou o sinal-da-cruz, sob cuja obediência vinham os navegantes, fez-se um conselho dos capitães e decidiu-se mandar ao reino, pelo navio de mantimentos, a notícia do ditoso sucesso.

Posse da nova terra

Nos dias seguintes, ocuparam-se os marinheiros em trocar presentes, fazer lenha, lavar roupa, preparar provisão de água, despejar os mantimentos e distribuir a carga pelos diversos navios. Na sexta-feira, 1º de maio, saíram a terra com a bandeira de Cristo. Pedro Álvares apontou o sítio onde deveriam chantar uma cruz,

acima do rio hoje denominado Mutari e antigamente Itacumirim. Pregadas as armas reais, erigiu-se o cruzeiro em lugar bem visível. Ao lado foi erguido o altar. Frei Henrique celebrou então a segunda missa na terra de Vera Cruz. Acabada a cerimônia e findo o sermão, distribuíram-se cruzes entre os índios.

Oficialização do achamento

Quando, ao dia seguinte, os navios levantaram âncora rumo a Calecute, tinham deixado na praia dois degredados, além de outros tantos grumetes, se não mais, que desertaram de bordo. Para o reino seguiu o navio de mantimentos sob o comando de Gaspar de Lemos. Mais de um ano depois, quando já tinha regressado da Índia para Lisboa a frota de Cabral, escreverá D. Manuel aos Reis Católicos dando notícia do descobrimento. Nessa carta refere-se Sua Alteza à terra, chamando-a não de Vera Cruz, mas de Santa Cruz, e diz que o Senhor parece ter querido mostrá-la milagrosamente, por ser muito apropriada e necessária à navegação da Índia. Alguns informantes, particularmente os italianos, dão-lhe ainda o nome de terra dos papagaios, dos muitos que nela havia, com as suas cores variegadas e berrantes. O nome de Brasil principia a aparecer em 1503.

A intencionalidade do descobrimento

Teria sido inteiramente fortuito o descobrimento? Assim o pensaram sem discrepância os cronistas e historiadores portugueses durante mais de trezentos anos. De fato só deixou de ser pacífica essa opinião quando um escritor brasileiro, Joaquim Norberto de Sousa Silva, logo contestado, aliás, por outros, Gonçalves Dias em particular, suscitou o problema da intencionalidade do achado. A tanto o animara a carta escrita de Porto Seguro a El-Rei D. Manuel pelo físico Mestre João, que ia na frota de Cabral, onde se faz alusão a certo mapa-múndi pertencente a um Pero Vaz Bisagudo: ali poderia ver Sua Alteza o sítio da terra descoberta.

A carta de Mestre João

O próprio Joaquim Norberto não foi, contudo, além de simples sugestão: a Capistrano de Abreu confessará mais tarde que pretendera tão-somente semear dúvidas. De fato a carta do mestre bacharel, cujos dizeres, impressos primeiramente em 1843, por iniciativa de Varnhagen, não são de meridiana clareza, parecem longe de abonar a teoria da intencionalidade do descobrimento. D. Manuel é convidado expressamente a mandar buscar o mapa onde estaria assinalada a Santa Cruz, e as palavras do físico – "mande vosa alteza traer um mapamundi que tiene pero vaas bisagudo e por ay podrra ver vosa alteza el sytio desta terra..." – não são positivamente de quem confirma, porém de quem informa. Se el-rei tivesse melhor meio de saber da terra e de seu sítio, precisaria de tanto?

Os mapas de Bisagudo e Martim Behaim

Mas, ainda que o texto invocado não sirva para desfazer a idéia tradicional da casualidade do descobrimento, nem por isso deixa de trazer reforço à suspeita, hoje convertida para muitos em certeza, de que antes mesmo da viagem de Cabral à nova terra já fora de algum modo conhecida e até cartografada. É certo, por outro lado, que não se pode atribuir desmedido crédito a um mapa de que faltam maiores notícias, tanto mais quando são conhecidas a imprecisão e a infidelidade de muitos dos documentos cartográficos da época. A acreditar piamente nas pretensas indicações do tal mapa-múndi, não faltariam razões, e talvez mais ponderáveis, para admitir o que consta de outros documentos quinhentistas sobre a existência de cartas geográficas onde se assinalava, por exemplo, o cabo da Boa Esperança antes de Bartolomeu Dias e até mesmo o estreito de Magalhães antes de Fernão de Magalhães. O português Antônio Galvão não chegará a escrever, na segunda metade do século XVI, que um mapa com aquelas indicações fora levado de Veneza pelo Infante D. Pedro e ajudara os descobrimentos henriquinos na costa africana? E que pensar da passagem de Pigafetta, o cronista da primeira circunavegação do globo, onde se lê que Magalhães bem sabia o que fazer quando navegou rumo ao estreito depois batizado com o seu nome, pois na tesouraria de el-rei de Portugal já o vira representado em certa carta composta por "aquele excelentíssimo homem Martim de Boêmia"?[1]

É possível, com efeito, que Martim Behaim admitisse por simples deduções, não por experiência ou notícia – embora já se tenha pretendido que viajara até a América, e antes mesmo de Colombo –, a possível existência de um estreito na parte austral do Novo Continente. Em nenhum dos mapas conhecidos que chegou a elaborar, encontramos sinal daquelas deduções, e é de notar que em 1507, ano em que ele faleceu, ainda não se verificara a façanha de Balboa, que só em 1513 atinará com o seu "mar do sul", depois de transpor o istmo. Contudo, já em 1515, quatro anos, por conseguinte, antes da primeira circunavegação já um globo de Schoener indica nitidamente a existência de comunicação entre o Atlântico e o Pacífico na extremidade sul do Novo Mundo.

[1] "E se non era el capitano generale non trovavamo questo stretto, perchè tutti pensavamo e dicevamo como era serrato tutto intorno: ma il capitano generale, che sapeva de dover fare la sua navigazione per uno stretto molto ascoso, como vide nella tesoreria del re di Portogallo in una carta fatta per quello eccellentissimo uomo Martin di Boemia, mandò due navi, Santo Antonio e la Concezione, che cozì le chiamavamo, a veder che era nel capo della baia."

Em nossos dias deixaram esses fatos de excitar a fantasia de historiadores. Tudo lhes sugere que a idéia de uma ou mais passagens, por onde, através do continente americano, se pudesse navegar rumo aos mares orientais, de tão vivamente almejada e procurada, tivesse contagiado a imaginação dos cosmógrafos e cartógrafos, antes mesmo de ser diretamente verificada. Há mais de um século, aliás, pôde assinalar Joachim Lelewel como, por volta de 1500, as possibilidades de ser atravessado por alguma das suas pontes o Novo Mundo já se apresentavam muito naturalmente a toda gente e eram tidas em geral por infalíveis. Pela mesma época, senão antes, acrescenta, "a crença na necessidade do contrapeso continental para o globo fazia imaginar o hemisfério ártico inundado das águas do Oceano e sobrecarregava o antártico de terras imaginárias". Dessas crenças iriam alimentar-se forçosamente as construções cartográficas dos contemporâneos e não é de admirar que a sua opinião tenha chegado, por vezes, ainda que grosseiramente, a coincidir com a realidade.

Apesar de tudo, não é inverossímil que navegantes europeus, e de preferência portugueses, os mais aparelhados para semelhante feito, tivessem alcançado a costa atual do Brasil já antes mesmo de 1500. João de Barros, historiador sóbrio, que bebeu suas informações em fontes autênticas e em alguns casos fora do nosso alcance, exprime a sua convicção de que, ao tempo do Infante D. Henrique, as velas lusitanas tinham levado a mais descobrimentos do que os mencionados nas crônicas. E é bem provável que, mais tarde, sobretudo nos anos imediatos ao da façanha de Colombo, se empenhasse a Coroa de Portugal em mandar expedições exploradoras às partes do Poente.

O Esmeraldo de situ orbis

Ao menos uma destas expedições estaria documentada no *Esmeraldo de situ orbis*, que um navegador português, Duarte Pacheco Pereira, irá compor a partir de 1505. A passagem dessa obra onde há menção da viagem deixa mais lugar, porém, a hesitações do que a certezas. Dirigindo-se nela a el-rei, lembra-lhe o navegador: "temos sabido e visto como no terceiro ano de vosso reinado, do ano de nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano..." Até aqui, tudo ainda parece claro, e nada autoriza a duvidar da realidade da viagem efetuada por Duarte Pacheco às partes do Ocidente. Em continuação, porém, às palavras citadas, prossegue ele, "... onde é achada e navegada uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela..." Assim, depois de se ter valido da primeira pessoa do plural a propósito da navegação, como quem alude à ação própria ou à ordem por

ele pessoalmente recebida de Sua Alteza, recorre simplesmente ao "é achada", quando se refere à grande terra firme, e o modo impessoal de exprimir o fato parece mais apto a dissociar do que a vincular os dois sucessos, isto é, aquela navegação e este achamento. Pode-se, pois, perguntar se a ausência de conexão necessária entre uma e outra coisa não quereria significar que a viagem de 1498, se de fato se fez (o autor escreve apenas que Sua Alteza a mandara fazer), não deu o bom fruto de outras posteriores e melhor conhecidas.

Não faltou, é certo, quem deduzisse da linguagem, pelo menos ambígua, do escritor, que este alcançou indubitavelmente a costa americana. Um historiador português, Luciano Pereira da Silva, não hesita em acreditar essa opinião, acrescentando mesmo que as terras alcançadas foram as do Brasil, nem podiam ser outras, já que Pacheco não mostra conhecimento direto da América do Norte na sua tábua de latitudes e a ela tanto quanto à Central não seria mandado por el-rei sem violação flagrante do Tratado de Tordesilhas. Quanto ao Brasil, vários dos seus lugares, a contar da Angra de São Roque para o sul, são expressamente citados na tábua dos "graus de ladeza" que juntou ao livro.

Interpretando, embora com menos denodo do que o seu compatriota, o mesmo texto do *Esmeraldo*, outro historiador, Duarte Leite, chega a conclusões totalmente diversas. A seu ver, as regiões atingidas pela expedição de 1498 só poderiam ser as da América do Norte, em particular a zona boreal ou a Flórida, e, no caso de ter ela demandado as partes austrais, algum dos lugares situados ao norte do Brasil, aquém da divisória de Tordesilhas, que o próprio Pacheco ajudara a fixar: neste último caso não o confessaria, visto como os lugares em questão caíam sob a jurisdição de Castela. O Brasil é que provavelmente não avistou, pois mal se explica, de outra forma, que D. Manuel fosse esperar dois anos para tomar posse da sua nova terra e anunciar no ano seguinte o seu descobrimento por Pedro Álvares Cabral. Nem pertenceria Pacheco aos expedicionários que acompanharam este último, pois a versão que o inclui entre a gente da armada de 1500 descansa, em última análise, sobre certas passagens de Castanheda, que o confundiu com um parente homônimo, ainda mancebo, e não seria este, então, o caso do autor do *Esmeraldo*. Aliás, a própria tábua de latitudes, já referida, contraria abertamente semelhante versão. Por outro lado, o fato de serem mencionados vários lugares do Brasil na mesma tábua, longe de implicar conhecimento direto deles, como parecera supor Luciano Pereira da Silva, podia fundar-se simplesmente em informações de terceiros: de fato, em 1505 ou ainda mais tarde, quando estava sendo

composto o *Esmeraldo*, já a costa brasileira tinha sido percorrida por diversos exploradores.

Poderiam liquidar-se essas discrepâncias tão radicais, admitindo-se que a expedição de 1498 não dera, talvez, o resultado que se almejava, isto é, não redundara no descobrimento da terra firme e das ilhas adjacentes aquém do mar oceano, ou ainda pondo-se em dúvida a sua própria realidade histórica: o único texto até hoje invocado em favor dela já se viu como não a autoriza explicitamente. Poderia levar-se avante o exame das palavras de Pacheco lembrando como, onde se refere ao mandado de Sua Alteza, invoca, não apenas ciência própria do fato como ainda o seu testemunho ocular – "temos sabido e visto" –, ao passo que onde se refere, por exemplo, à distância por mar entre a costa do Velho Mundo e o hemisfério ocidental, escreve apenas: "temos sabido". E não é talvez por circunstância fortuita que recorre à forma suscetível de excluir o testemunho pessoal, todas as vezes em que alude a este hemisfério![2]

O Tratado de Tordesilhas

Ainda que postos em dúvida, é claro que a autenticidade da expedição de 1498 ou o seu papel nos descobrimentos ultramarinos dos portugueses, ou ainda a participação nela de um Duarte Pacheco Pereira, caem todavia nos domínios do possível. A certeza ou a mera suspeita de que existiriam no hemisfério ocidental outras terras, além das que foram descobertas para os castelhanos, não seria talvez estranho, entre vários motivos, o empenho feito alguns anos antes pela Coroa portuguesa, ao negociar em Tordesilhas a famosa linha divisória

---

[2] Na transcrição seguinte vão em itálico as expressões que servem de apoio a esse exame: "e por tanto, bem-aventurado Príncipe, *temos sabido e visto* como no terceiro ano de vosso reinado, do ano de Nosso Senhor de mil quatrocentos e noventa e oito, donde nos Vossa Alteza mandou descobrir a parte ocidental, passando além a grandeza do mar oceano, onde *é achada e navegada* uma tão grande terra firme, com muitas e grandes ilhas adjacentes a ela, que se estende a setenta graus de ladeza da linha equinocial contra o pólo ártico e posto que seja assaz fora e grandemente povoada, e do mesmo círculo equinocial torna outra vez e vai além em vinte e oito graus e meio de ladeza contra o pólo antártico, e tanto se dilata sua grandeza, e corre com muita longura, que de uma parte nem da outra *não foi visto nem sabido* o fim e o cabo dela; pelo qual, segundo a ordem que leva, é certo que vai em circuito por toda a redondeza; assim que *temos sabido* que das praias e costa do mar destes reinos de Portugal e do promontório de Finisterra e de qualquer outro lugar da Europa e da África e da Ásia, atravessando além todo o oceano diretamente a ocidente ou a loeste segundo a ordem de marinharia, por trinta e seis graus de longura, que serão seiscentos e quarenta e oito léguas de caminho, contando a dezoito léguas por grau e a lugares algum tanto mais longe *é achada* esta terra...; e indo por esta costa sobredita do mesmo círculo equinocial em diante, por vinte e oito graus de ladeza contra o pólo antártico, *é achado* nela muito e fino brasil com outras muitas coisas de que os navios nestes Reinos vêm grandemente carregados..."

entre os senhorios dos dois reinos ibéricos, em vê-la trazida para aquém do meridiano que fixara Sua Santidade. Empenho tanto mais significativo quanto poderia importar na perda, para Portugal, de lugares presumivelmente ricos nas cobiçadas especiarias do Oriente. É crível que se expusesse o monarca lusitano ao risco de vir a perder, assim, o quase certo pelo desconhecido?

A carta de Pero Vaz de Caminha

Seja como for, os indícios mais ou menos vagos de crença na existência das terras ocidentais já antes da jornada de Pedro Álvares ainda não bastam para atestar seguramente o seu conhecimento. E se as provas tomadas a exame acurado da linguagem, como o que sugere o texto lembrado de Duarte Pacheco, só podem ter valor relativo, e conduzem, não raro, a conclusões especiosas, outro tanto, certamente com mais razão, cabe dizer do resultado das análises a que tem sido sujeita esta ou aquela expressão da carta de Pero Vaz de Caminha pelos que defendem a qualquer preço a tese da intencionalidade do "descobrimento" do Brasil em 1500.

Embora nesse documento, a mais meticulosa dentre as fontes primárias que se conhecem acerca do descobrimento, o autor começasse por transmitir expressamente a Sua Alteza a nova do achamento "desta vossa terra *nova* que nesta navegação *agora se achou*", não tem faltado quem visse na própria expressão "achamento" prova decisiva de que o encontro da terra não fora acidental. Pretendeu-se que, na linguagem quinhentista, a palavra "descobrimento" bem pode sugerir encontro fortuito, ao passo que o vocábulo "achamento" aponta forçosamente para a intencionalidade. Só se "acha", segundo essa opinião, aquilo que antes se procurara.

Mal se sustenta essa teoria, no entanto, quando se considere que, no mesmo século XVI, João de Barros, por exemplo, a quem não ocorrera, como a nenhum dos seus contemporâneos, a idéia só recentemente aventada da intencionalidade do descobrimento, narra nas suas *Décadas* como Pedro Álvares, antes de partir do porto seguro, mandou arvorar ali cruz muito grande "por dar nome àquela terra por ele novamente achada". De passagem cumpre lembrar que o advérbio *novamente* não é empregado aqui, nem o é na carta de Caminha, para significar "de novo", como se pretendesse aludir a simples redescobrimento da terra. Nem é mister profunda familiaridade com os velhos textos portugueses para concluir que "novamente achada" corresponde, neste caso, a "agora achada", e outra coisa não quereria dizer quem, como João de Barros, afirmara dois parágrafos antes, do lugar alcançado por Pedro Álvares e sua gente, que era "uma bárbara terra nunca trilhada de povo cristão".

A carta de D. Manuel aos Reis Católicos

Aliás, na carta que escreveria aos Reis Católicos, anunciando o grato sucesso, dirá D. Manuel que Pedro Álvares, tendo saído de Lisboa a 9 de março, chegara, nas oitavas da Páscoa, "a uma terra que novamente descobriu, a que pôs o nome de Santa Cruz, em que achou as gentes nuas como na primeira inocência, mansas e pacíficas, a qual pareceu que *Nosso Senhor milagrosamente quis que se achasse...*"

Essa associação do achamento do Brasil a sucesso milagroso, "milagre da bandeira de Belém, isto é o que se pode imaginar de mais fortuito, por ser obra, não da humana, mas da divina vontade", já a vislumbra Capistrano de Abreu nas palavras onde o próprio Caminha dá conta do sermão pregado em terra por Frei Henrique. E foi dessa circunstância que se valeu principalmente o historiador para contrariar as opiniões adversas ao descobrimento fortuito do Brasil que tiraram certos autores do outro passo da carta de Caminha, a despeito das palavras citadas de Sua Alteza el-Rei de Portugal e também do que se lê em numerosos outros textos de contemporâneos do sucesso, a começar pelo "ato notarial" de Valentim Fernandes, de 20 de maio de 1503, onde consta que, em abril de 1500, o cavaleiro Pedro Álvares Cabral descobrira "outro orbe desconhecido de todos os autores..."

Controvérsia sobre a intencionalidade ou casualidade do achamento

A locução de Caminha, que a alguns parece apta para desmentir a tese da casualidade, tanto quanto o emprego da palavra "achamento" em vez de "descobrimento" estaria no trecho onde o escrivão, depois de referir as diligências de Cabral no sentido de se encontrar a nau de Vasco de Ataíde, extraviada da frota, acrescenta, logo a seguir: "E assim seguimos nosso caminho por *este mar de longo*, até que (...) topamos alguns sinais de terra..." Pretendem esses intérpretes que a expressão "de longo" só poderia referir-se à idéia de longitude, segundo as noções cosmológicas da época. No entanto, já se puderam lembrar numerosos exemplos em que o seu emprego não conduz, de modo algum, a semelhante tradução, e o mesmo Caminha recorre a ela em mais de um trecho da sua carta, dando-lhe o sentido de latitude. Assim é que escreve, em dado momento: "... e fomos de *longo* da costa que os bateos e esquifes amarrados pela popa contra o norte...", querendo naturalmente indicar que iam ao longo da costa da nova terra na direção do sul.

De qualquer modo, pode-se dizer que raciocínios dessa ordem, fundados no exato valor dos vocábulos e no lugar que lhes há de caber num contexto, descansam, de ordinário, em exigências de rigor que pertencem

à nossa época, mas a que eram alheios ou infensos os homens do século XVI. E onde mais se acentua a imprecisão quinhentista, em contraste com essa moderna exigência de exatidão, é no tocante aos critérios de quantidade, relacionados a questões cronológicas. "Os dados numéricos", escreveu ultimamente o historiador John U. Nef, "ocupam em nosso vocabulário de hoje uma importância que nunca tinham chegado a tomar." E Lucien Febvre, estudando o problema da "descrença do século XVI", alude à carência de senso histórico, não só na Idade Média, mas ainda em pleno Renascimento, que levava com freqüência à absorção e invasão da história pelo mito. "Nesse passado impreciso", diz, "que se resumia em palavras tais como 'antigamente', sem maior rigor, ou como 'outrora' e ainda 'há muito tempo', quantos admitem ainda, sem excessivas cerimônias, a presença de personagens míticos, ao lado de personagens históricos 'mitificados', se assim se pode dizer, numa espécie de promiscuidade fluida, que nos escandaliza e, todavia, não perturbava a ninguém!"

Dissentem até hoje os eruditos sobre o ano exato em que nasceu um Lutero, por exemplo. Quanto a Rabelais, os velhos textos dividem-se, relativamente à data do seu nascimento, entre os anos de 1483, 1490 e 1495! E tudo faz crer que muitos dos homens ilustres do século XVI sabiam muito menos a própria idade do que seus biógrafos de hoje. É que a precisão cronológica deveria parecer-lhes indiferente ou supérflua. Quando muito, valiam-se, em certos casos, de vagas cifras que não pretendiam espelhar exatamente os fatos reais. Numa época ainda mal afeita ao rigor dos cálculos matemáticos não se precisava de muito mais.

Imagine-se a que enganos pode conduzir em tempos como os nossos, inimigos do mais ou menos, qualquer tentativa de interpretar literalmente aquelas cifras. E, no entanto, não tem faltado, particularmente entre os que se vêm ocupando na cronologia dos descobrimentos, quem busque extrair conclusões inquebrantáveis de dados tão indecisos. A esse respeito, um dos exemplos mais significativos ocorreu com o testamento de João Ramalho, onde o patriarca de Piratininga teria dito, em 1580, que contava, então, "alguns noventa anos de assistência" nessa terra. Se interpretado literalmente, esse número daria a Ramalho uma longevidade incomum e arrebataria a Colombo a primazia no descobrimento da América pelos europeus no século XV. O mesmo João Ramalho, no entanto, dirigindo-se em 1564 aos camaristas de São Paulo, dissera-se homem velho, passante de 70 anos, e isso faz supor que não contaria então mais de 75. Como já era casado e veio sem mulher, reduz-se consideravelmente o tempo em que pode ter assistido no Brasil.

A divulgação da ata da Câmara de São Paulo onde consta esse depoimento serviu para desmoralizar a argumentação dos que se fundavam em informe setecentista de Frei Gaspar da Madre de Deus sobre os dizeres do testamento hoje desaparecido para sustentar que já antes de Cabral fora o Brasil conhecido dos portugueses. Contudo, os adeptos da tese não deixaram, recentemente, de socorrer-se de argumentos do mesmo teor e, ao que parece, de igual valor.

Entre os mais lembrados figura o da carta que, no ano de 1514, endereçou a el-Rei de Portugal Estêvão Fróis, preso então nas Antilhas pelos castelhanos, sob a acusação de ter violado terras estranhas à demarcação lusitana convencionada em Tordesilhas. No interrogatório a que foram sujeitos, Fróis e seus companheiros declararam que vinham de lugar situado cento e cinqüenta léguas ao sul da equinocial, pertencente à Coroa portuguesa "há vinte anos e mais..." Entendido ao pé da letra, isso quereria dizer que já viviam portugueses no Brasil por volta de 1493 ou antes. Outro tanto há de cuidar quem interprete, segundo o mesmo critério, os depoimentos de marinheiros lusitanos ante o tribunal de Baiona que julgava da apreensão, pelos portugueses, da nau *La Pèlerine*, cujos tripulantes fizeram depredações em Pernambuco no ano de 1532. Alegavam as testemunhas que no mesmo porto de Pernambuco estava "um castelo e fortaleza feyta por elrey noso Sõr e seus vasalos, a qual avya trinta anos e mais que no dito porto era feita, e era o dito castelo e porto habitado pelos portugueses que tinham ay suas moradas avya quarenta anos e mais..."

Com razão já ponderou Duarte Leite o escasso crédito que hão de merecer esses dados, lembrando como "as expressões 'avya trinta anos e mais' e 'avya quarenta anos e mais' outra coisa não são que uma maneira de recuar o fato para uma época longínqua e indeterminada". Acresce que, sendo as testemunhas portuguesas, teriam empenho em mostrar a antigüidade, por conseguinte a legitimidade, da posse da terra pelo seu soberano. A ninguém ocorreria discutir a exatidão rigorosa das cifras alegadas, como ninguém, em 1580, irá objetar contra as declarações de João Ramalho, o qual, segundo Frei Gaspar, "duas vezes repetiu que tinha alguns noventa anos de assistência nesta terra, sem que alguns dos circunstantes lhe advertisse que se enganava..."

Franceses, espanhóis, italianos e alemães no Brasil, antes de Cabral...

Não só em favor de portugueses tem sido suscitado, aliás, o problema dos eventuais precursores de Pedro Álvares Cabral. Uma das questões surgidas a propósito do descobrimento do Brasil é, com efeito, a da prioridade invocada em diversas ocasiões, para os franceses, espanhóis, italianos e até alemães.

Já por volta de 1524, numa *Hidrografia* de autoria de George Fournier, dizia-se de marinheiros de Dieppe que tinham alcançado, antes dos portugueses, a costa brasileira, chegando à embocadura de grande rio que bem poderia corresponder ao Amazonas. Os nomes dos capitães responsáveis por esse descobrimento seriam Gérard e Roussel. Outro nome, associado à versão de que os franceses alcançaram terras do Brasil anteriormente aos portugueses, teve, entretanto, maior crédito e longevidade: o de Jean Cousin. Pretendeu-se, durante longo tempo, que mercadores da mesma cidade de Dieppe fizeram, em 1488, uma espécie de sociedade comercial e propuseram que um hábil marinheiro e soldado daquele nome saísse por sua conta em viagem de exploração. Tendo Cousin navegado até os Açores, viu-se arrastado por uma corrente marítima na direção do oeste e deu em terra desconhecida, junto à boca de largo rio. Antes de chegar, de volta, à França, ainda teve ocasião de explorar grande parte do sul da África, aportando ao cabo da Boa Esperança, no mesmo ano em que o descobrira Bartolomeu Dias.

Essa versão, que apareceu somente em 1785 nas *Mémoires chronologiques pour servir à l'histoire de Dieppe et de la navigation française*, de autoria de Desmarquets, dava a um francês a primazia no descobrimento não só do Brasil como da América. Além disso, a glória de Colombo sairia seriamente arranhada se, conforme declarou o autor das *Mémoires chronologiques*, o imediato de Cousin fora Vicente Yáñez Pinzón, o mesmo Pinzón que comandará em 1492, o Niña e que, naturalmente, teria revelado ao genovês o segredo das terras ocidentais.

Embora não se conhecessem maiores provas em seu favor, continuaria a expedição de Cousin, durante largo tempo, a ser quase um artigo de fé para numerosos autores, e não apenas autores franceses. Como se poderia pretender provas em seu apoio, chegaram a alegar alguns, quando estas tinham sido queimadas em 1694 pelos ingleses, quando do bombardeio de Dieppe? As contradições e inverossimilhanças da narrativa de Desmarquets eram demasiado grosseiras, no entanto, para justificar a atenção que tinham merecido. Pretendeu-se nela, por exemplo, que Jean Cousin recebera o comando da expedição de 1488 como recompensa pelos grandes serviços que prestara em combates navais contra os ingleses. Sucede, porém, que durante vários decênios, antes daquela data, não se tinham verificado esses combates navais. Sob os reinados de Luís XI (1461-1483) e de Carlos VIII, as relações da França com a Inglaterra, que se dilacerava em convulsões internas resultantes da Guerra das Duas Rosas, foram constantemente pacíficas.

Os argumentos mais sérios contra a autenticidade da expedição de Jean Cousin ao Novo Mundo partiram, em verdade, da própria França, onde, em 1898, Edouard Le Corveiller cuidou de destruí-las em trabalho impresso no boletim da *Société de Géographie* de Paris. Nesse trabalho, depois de assinalar que existiram, de fato, vários marinheiros em Dieppe com o apelido de Cousin ou Cossin, acrescenta que "a história de Jean Cousin não consta de nenhuma crônica local". Existiu, é certo, um Jean Cousin, mas no século XVI, o qual compôs em 1570 uma descrição do globo terrestre, e ainda se achava vivo em 1573. Não é impossível que Desmarquets, recuando de um século alguns dados que pudera apurar sobre esse personagem, deles se valera, engrossando-os desmedidamente, para construir sua fabulosa narrativa. Hoje, a história de Jean Cousin quatrocentista e de sua extraordinária expedição ao hemisfério ocidental acha-se geralmente desacreditada.

Menos famosa do que essa, a pretensa expedição americana de Martim Behaim, que antes de Cabral e mesmo antes de Colombo teria visitado este continente, inclusive, naturalmente, o Brasil, além do estreito depois chamado de Magalhães, encontrou grande número de adeptos. Apoiavam-se estes, de um lado, no depoimento já lembrado de Pigafetta sobre a representação do mesmo estreito em carta de Behaim existente na tesouraria del-Rei de Portugal, de outro no testemunho do Imperador Maximiliano, quando disse daquele geógrafo e explorador que fora o viajante mais notável, dentre seus súditos, e aquele que avistara os sítios mais remotos do globo terrestre.

Já na *Cosmografia* de Wilhelm Postel, impressa em Basiléia no ano de 1561, dava-se seu nome (*Martini Bohemi fretum*) ao estreito de Magalhães. A controvérsia em torno da atividade descobridora de Behaim, segundo pôde apurar Richard Hennig, ocupou sobretudo autores alemães durante os séculos XVII e XVIII. Em 1682, um professor da antiga Universidade de Nuremberg, Wegenseil, pretendeu expressamente que "seu conterrâneo Martinus" descobrira, antes de Colombo, a América, e antes de Fernão de Magalhães, o estreito que conserva o nome deste navegador, lamentando que a fama do alemão fosse usurpada por outros mais afortunados do que ele. Posteriormente, em 1714, publicou-se em Franc-forte-sobre-o-Meno uma dissertação "de vero Novi Orbe inventore", onde ainda se reivindica para Behaim a façanha atribuída a Colombo. E no *Léxico Universal* de João Henrique Zedler, precisa-se, em 1730, que o nuremburguês viajara através do oceano em uma nau de guerra do Duque de Borgonha, e com tão bom sucesso, que as informações por ele recolhi-

das acerca do continente americano serviram a Colombo e a Magalhães. Passados mais 20 anos, o *Léxico* de Jocher, impresso em Leipzig, recolhe a mesma versão, e não faltará quem proponha dessa vez, para o Novo Mundo, o nome de Behaimia e até o de Boêmia Ocidental.

Também nos Estados Unidos, encontraram algum eco essas teorias, principalmente depois de longa carta dirigida a Benjamin Franklin por um estudioso que, em favor da idéia do descobrimento da América por Martim Behaim, citava um globo, composto por este e existente em Nuremberg, onde, antes da primeira grande viagem de Colombo, já se apresentam o Brasil e a extremidade austral do continente. O assunto mereceu tanto a consideração de Franklin que o levou a publicar em 1786, nas *Transactions of the American Philosophical Society*, a argumentação a respeito. E no decurso do século passado iriam retomá-la outros autores norte-americanos. Não faltaria, é certo, quem, e é o caso de Voltaire, no *Essai sur les Mœurs*, tivesse por fantástica a crença nessa viagem de Behaim ao Novo Mundo por volta de 1460. Foram, entretanto, os estudos de Ghillany, em 1842, e posteriormente os de Reichenbach e Sigmund Günther que acabaram por desmoralizá-la.

Mais sólidas do que essas são, na aparência, as razões invocadas em prol das pretensões castelhanas ao descobrimento do Brasil antes de Cabral. Sabe-se, com efeito, que em fins do ano de 1499 saiu do porto de Palos o navegante Vicente Yáñez Pinzón com uma frota de quatro caravelas e que, depois de passar pelas Canárias e pelas ilhas de Cabo Verde, teria chegado em janeiro ou fevereiro de 1500 a um cabo situado ao sul do equador, que batizou com nome de Santa Maria de la Consolación. Desse lugar, acompanhando sempre o litoral, dirigiu-se para o norte, atingindo finalmente as Antilhas. Presumiu-se que o seu cabo de Santa Maria de la Consolación é o que receberia mais tarde dos portugueses o nome de Santo Agostinho, assim como o seu Mar Dulce corresponderia ao Amazonas. Contra essas identificações manifestaram-se Duarte Leite e outros autores mais recentes, valendo-se de argumentos que, entretanto, nada têm de esmagadores.

Semelhante ao de Pinzón teria sido o itinerário de Diogo de Lepe, também castelhano, o qual saiu aparentemente de Palos, entre dezembro de 1499 e janeiro do ano seguinte. Não há dúvidas quanto à realidade histórica dessa expedição, mas são incertos o lugar e o mês exatos em que possa ter alcançado em 1500, se alcançou, de fato, a costa brasileira. Melhor documentada, a viagem que levaria Lepe, dois anos depois, até ao rio Marañón, identificado com o Amazonas, não é evidentemente de molde a incluí-lo entre os precursores de Cabral.

Anterior à de Vicente Yáñez, como à de Diogo de Lepe, teria sido aliás a viagem de Alonso de Hojeda, outro navegante espanhol que se julgou ter descoberto antes de 1500 a terra do Brasil.[3] As razões em que se ampara essa versão oferecem, porém, discrepâncias fundamentais para o esclarecimento de seu roteiro. O depoimento prestado pelo próprio Hojeda, em 1513, não faz crer que ele tivesse alcançado as partes do Brasil descritas por Américo Vespúcio, participante da mesma expedição. Este, não só afirma que entrara 15 léguas adentro por um grande rio, e só poderia tratar-se de uma das bocas do Amazonas, como acrescenta que acompanhou a costa, rumo ao sul, até uma latitude que corresponderia aproximadamente à do cabo de São Roque.

A solução para tais discrepâncias, procurou dá-las, em estudo de exaustiva erudição, Alberto Magnaghi, que, em lugar da *Lettera al Soderini*, utilizada por Varnhagen, e que o historiador italiano, com bons motivos, rejeita por apócrifa, a carta que o florentino efetivamente escreveu de Sevilha, em 18 (ou 28) de julho de 1500, para Pier Francesco de Medici. O que lhe parece lícito admitir é que Hojeda e Vespúcio, embora participando nominalmente da mesma expedição, sob o comando do primeiro, saíram em embarcações separadas e seguiram caminhos distintos. Hojeda, escreve Magnaghi, saiu de Cadiz com quatro veleiros, e Vespúcio alude apenas a dois, que se achariam sob seu comando. É de notar, acrescenta, que Vespúcio fala sempre, a propósito dessa viagem, na primeira pessoa de onde se há de concluir que os comandantes teriam certa independência: a expedição pode ter partido sob o comando de Hojeda, mas já haveriam os capitães autorização para tomar caminhos diversos, perseguindo cada qual seu próprio objetivo. Em tais condições, Vespúcio teria estado em terras brasileiras, não só anteriormente a Cabral, mas também a Vicente Yáñez Pinzón. Ele próprio admitirá mais tarde, a propósito do feito de Pedro Álvares, que este alcançara a "medesima terra, che io discopersi per Re di Castella, salvo che è più a levante".

No estado atual dos conhecimentos históricos, pode dizer-se que a sugestão de Magnaghi é o mais verossímil que se poderia esperar para o esclarecimento do problema, ainda quando não ofereça condições ideais de segurança. Contra o alegado por Vespúcio em sua carta de julho de 1500, escrita de Sevilha para Florença, não pôde prevalecer, por outro

[3] Quanto a Alonzo Vellez de Mendoza, outro suposto descobridor do Brasil, que teria estado em nosso litoral no ano de 1499, as razões que serviriam para abonar essa pretensão mostram-se de todo insubsistentes e já hoje merecem pouco crédito.

lado, nenhum argumento sério. E que os dados referidos em sua carta, ele os apurara, de fato, no curso da expedição que saíra da Espanha sob o comando de Hojeda, indica-o a circunstância de este capitão, nas célebres *Probanzas* de 1513, citar expressamente o nome de "Emerigo Vespuche", ao lado de Juan de la Cosa, entre os pilotos que consigo levara.

A expedição de Cabral

Seja como for, é só à custa de tateios, aproximações e exclusões que se podem retirar dados plausíveis de textos tão intrincados ou equívocos. E esse é o caso da generalidade dos documentos existentes acerca dos verdadeiros ou falsos precursores do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares, o mesmo não se dirá da expedição deste último, que nos é conhecida com grande abundância de pormenores. Sabe-se, com certeza, que ele aportou em algum lugar da costa brasileira no dia 22 de abril de 1500 e pode-se, com precisão quase absoluta, dizer qual foi o lugar. O fato de a Igreja celebrar no dia 3 de maio a "invenção da Santa Cruz" levou alguns autores a associar erradamente a essa a data do descobrimento de Santa Cruz de D. Manuel. O engano principia a surgir nas páginas de Gaspar Correia, ainda no século XVI, e nele se funda, após a Independência, a escolha do 3 de maio para a abertura da nossa primeira Assembléia Constituinte. Manteve-se longamente o erro, desde então, de sorte que chegou a haver, para o descobrimento do Brasil, uma espécie de data convencional, diferente da outra, rigorosamente histórica, o 22 de abril.

Quanto a esse último ponto, conhece-se pelo menos um documento insofismável, que é a carta, já lembrada, de Pero Vaz de Caminha, o mais valioso, incomparavelmente, dos depoimentos que nos ficaram de testemunhas diretas do Descobrimento. Não se pode afirmar, e nem negar, que, destinado a escrivão da feitoria de Calecute, na Índia, já exercesse seu autor cargo idêntico na frota. De qualquer modo, seu depoimento, longe de constituir um relatório seco e burocrático, é a animada descrição do primeiro contato entre o europeu e a terra incógnita. Ao longo de vinte e sete páginas do venerando texto surpreende-se, num flagrante vivaz e colorido, a visão inaugural da terra do Brasil.

Para começar, os marinheiros quinhentistas apresentam-se, aqui, em sua quotidiana simplicidade: homens de carne e osso, não estátuas de bronze ou mármore. Um deles, Diogo Dias, irmão de Bartolomeu, surge lado a lado com os Tupiniquins do Porto Seguro, procurando bailar ao jeito deles e ao som de uma gaita. Por ser homem "gracioso e de prazer", torna-se serviçal aos navegantes, atenuando ou dissipando a natural esquivança do gentio. E não é, o seu, um caso isolado. O próprio Pedro

Álvares surge aqui e ali, junto aos moradores da terra, folgando entre eles. Só em dada ocasião parece contrair a fisionomia. É quando um índio velho, tendo tirado do próprio beiço o tembetá de pedra verde, insiste em metê-lo na boca do capitão.

Esse primeiro encontro das duas raças é o mais cordial que se poderia esperar. O europeu apresenta-se certamente cauteloso, fugindo a fazer o menor gesto que possa interpretar-se como provocação. O índio, de sua parte, mostra-se acolhedor, embora com algumas reticências e reservas – as mesmas reservas que jamais deixará de manter, através dos séculos, em face do branco invasor. É a atitude normal em tantos povos primitivos, de quem vê, continuamente, no estrangeiro, um eventual inimigo. Desconfiados, inconstantes, dissimulados... – não são outras as expressões que os próprios catequistas hão de utilizar depois para a descrição do gentio da terra. Essa volubilidade não escaparia ao nosso mais antigo cronista. Levados para bordo da capitânia, onde são mimados e acolhidos com presentes, os Tupiniquins que tiveram esse privilégio não dão mais sinal de si, uma vez trazidos a terra. Outros escondem-se assustados, à presença de um branco, mesmo quando, momentos antes, pareciam confiantes e expansivos. Nisso não se mostram diferentes dos pardais diante de uma armadilha, declara-o Caminha. E nota ainda, a propósito, que ninguém ousava falar-lhe de rijo para que não se esquivassem ainda mais.

Apesar de tudo, não haveria nenhum obstáculo insuperável à sua conversão e domesticação: "... essa gente", escreve, "é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho que lhe queiram dar". O Padre Manuel da Nóbrega, cinqüenta anos mais tarde, dirá a mesma coisa em outras palavras, comparando os índios ao papel branco, onde tudo se pode escrever.

O espírito de imitação, que tantas vezes tem sido apresentado como traço de caráter comum a todos os nossos índios, também transparece com nitidez dessa descrição da segunda missa no Brasil: "E quando veio ao Evangelho, que erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram conosco e alçaram as mãos, ficando assim até acabado; e então tornaram a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos, com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que certifico a Vossa Alteza nos fez muita devoção."

Uma página, entre todas as da carta, merece particularmente ser guardada. É aquela onde se pinta a cena da apresentação de dois índios a Cabral, a bordo de um navio da frota. O diálogo dos gestos, que nesse

momento se trava é admiravelmente instrutivo e. melhor do que muitas páginas de erudita interpretação psicológica ou etnológica, pode revelar a posição respectiva das duas raças que se defrontavam quando estava para começar a ocupação da terra.

Refere Caminha como, à chegada de dois índios, Pedro Álvares se achava sentado em uma cadeira, tendo ao pé um grande tapete de alcatifa que servia de estrado. Estava bem-vestido, e trazia ao pescoço um colar de ouro muito grande. Vários comandantes e outras pessoas sentavam-se no chão sobre o tapete. Acenderam-se tochas. Ao entrar, os dois índios não fizeram o menor gesto de cortesia e nem menção de falar ao comandante ou a outra qualquer pessoa. Um deles, porém, fitou o colar de Cabral e começou a acenar com a mão em direção à terra e depois ao colar, o que os circunstantes tomaram como um modo de indicar que ali havia ouro. Olhou ainda para um castiçal de prata e fez os mesmos acenos, como para dizer que lá havia também prata.

Mostraram-lhe um papagaio, que o capitão da frota levava consigo; tomaram-no logo e acenaram para a terra, como a dizer que os havia lá. Mostraram um carneiro; não fizeram caso. Mostraram uma galinha; quase tiveram medo: não lhe queriam pôr a mão e depois lhe pegaram como que espantados.

Deram-lhes de comer: pão e peixe cozido, confeitos, bolo, mel e figos. Não quiseram nada daquilo e, se provavam alguma coisa, logo a lançavam fora. Trouxeram-lhe vinho numa taça; mal lhe puseram a boca, e não gostaram, nem quiseram mais. Trouxeram-lhe água em um jarro. Não beberam. Apenas lavaram as bocas e logo a lançaram fora.

Viu um deles umas contas brancas de rosário; alegrou-se muito com elas e lançou-as ao pescoço. Depois as tirou, enrolou-as no braço e pôs-se a acenar para a terra e de novo para as contas e para o colar de Pedro Álvares, como se pretendesse dizer que dariam ouro por aquilo. Assim o julgávamos nós, observa o escrivão, por assim o desejarmos. "Mas se ele queria dizer que levaria as contas e mais o colar, isso não o quereríamos nós entender, porque não lhe haveríamos de dar."

Restituídas as contas do rosário, deitaram-se os dois de costa e puseram-se a dormir, sem procurar encobrir sua nudez.

Em todo esse colóquio mudo e em muitas outras passagens da carta, vêem-se os tateios do colonizador futuro diante da terra e, por outro lado, a atitude ora receosa, ora indiferente e raras vezes admirativa do indígena em face das maravilhas exóticas que lhe exibe o homem branco.

Antes de terminar seu escrito, manifesta Pero Vaz a impressão de

grandeza que lhe deu a terra, e formula sua própria opinião sobre o proveito que dela se poderia tirar. "Nela, até agora", diz, "não podemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem lhe vimos. Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados como os de Entre-Douro-e-Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infindas. E em tal maneira é graciosa, que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem. Porém, o melhor fruto que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria."

Quase se pode dizer que isso bastou, com efeito, durante os três ou quatro decênios que se seguiram ao Descobrimento. Até que as riquezas reais ou imaginárias do Oriente deixassem de entreter todas as imaginações, a terra de Vera Cruz seria pouco mais do que uma pousada no caminho da Índia.

A TERRA E A GENTE

LIVRO SEGUNDO

CAPÍTULO I

FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

OS AGRUPAMENTOS humanos que, provindo do meridião europeu, vão colonizar a terra brasileira tiveram como teatro geográfico para suas atividades econômicas e sociais uma faixa territorial típica do mundo tropical. Alguns dos grandes problemas de adaptação por eles enfrentados, assim como a maior parte das relações que mantiveram com o solo e os elementos da natureza do país que desbravaram, dependeram muito de perto da tropicalidade marcante desse imenso território. Nada mais justo, portanto, do que uma revisão dos grandes traços das paisagens tropicais e subtropicais dessa metade de continente que foi descoberta, desbravada e colonizada pelos habitantes do pequenino país europeu, situado à beira do Atlântico, na finisterra ocidental do continente euro-asiático.

Na realidade, as terras colonizadas pelos portugueses na América Meridional compreendiam quadros geográficos dominantemente intertropicais. O Brasil é, antes de tudo, um grande território tropical de face leste, refletindo em seus tipos de climas, como em seus grandes domínios paisagísticos, ou nos fundamentos de sua economia agrária, todas as conseqüências dessa tropicalidade. Por outro lado, é de notar que, quando se fala em território intertropical de face leste, pensa-se na tropicalidade extensivamente associada à umidade. Muito embora aqui não caiba sondar as razões que explicam aquela curiosa assimetria climática das fachadas continentais das terras que se estendem nas zonas intertropicais, cumpre-nos lembrar que ao Brasil coube a posição considerada favorável, exatamente aquela que é a mais propícia para captar a umidade varrida dos oceanos, a qual penetra funda e freqüentemente no interior das terras brasileiras.

De fato, tanto pelo seu clima, dominantemente quente e úmido, quanto pela fisionomia de suas formas de relevo, por sua cobertura vegetal, pela sua densa rede hidrográfica, como pelos seus tipos de solos, o conjun-

to das terras brasileiras tem bem marcadas as feições peculiares às áreas situadas sob a ação mais direta dos raios solares e, ao mesmo tempo, sujeitas a condições favoráveis de umidade e pluviosidade. Apenas um trecho relativamente pequeno do país, situado no Nordeste Oriental e no extremo norte do Brasil Leste, restou mal servido pelas precipitações e, sobretudo, irregularmente regado pelas chuvas subequatoriais. O próprio extremo sul do Brasil, onde se processa a transição dos climas tropicais para os temperados quentes, ainda reflete muito da tropicalidade geral do país, quer através de algumas manchas de florestas pluviais, como através do sistema de decomposição das rochas e da quota elevada de precipitações, ali dominantes. Trata-se, aliás, de uma das áreas subtropicais mais úmidas de que se tem notícia.

Brasil, caso especial das áreas tropicais e subtropicais

Ao contrário do que muitos imaginam, a faixa intertropical de nosso planeta caracteriza-se por grandes contrastes climáticos e geobotânicos que, em muitas áreas continentais, respondem pela coexistência de desertos, savanas e florestas pluviais, em mosaicos sinuosos, de arranjo adaptado às condições climáticas continentais. O Brasil, entretanto, em seu conjunto, apresenta-se como um caso especial de áreas tropicais e subtropicais, extensivamente úmidas, ou pelo menos dotadas, por quase toda parte, de elevados índices de umidade e pluviosidade. Com efeito, exceção feita do Nordeste e de trechos da Bahia, onde, numa área correspondente a 1/10 do território brasileiro, existem chuvas escassas, comportando precipitações que variam entre 300 e 600mm anuais (Cabaceiras, 279mm, no restante do país as chuvas giram entre 1.000 e 2.000mm, atingindo mesmo na Amazônia, por grandes espaços, índices que vão de 2.500 a 3.500mm, e, em pontos isolados da serra do Mar, de 2.000 a pouco mais de 4.500mm (cabeceiras do Itapanhaú, 4.524mm). Desta forma, por exemplo, enquanto o bloco continental australiano pode ser considerado um dos territórios tropicais e subtropicais mais áridos do globo, o Brasil destaca-se como o império do trópico úmido, não sofrendo os efeitos de uma continentalidade acentuada e nem possuindo localidades sujeitas a precipitações tão escassas que pudessem forjar desertos, drenagens fechadas e processos morfoclimáticos de climas inteiramente secos.

Homogeneidade paisagística

Disto tudo resulta certa homogeneidade paisagística no conjunto da terra brasileira, o que levou muita gente a acreditar numa monotonia relativa para o nosso território. O "ar de família" de alguns tipos de paisagens tropicais úmidas de grande extensão ter-

ritorial no Brasil como que serviu para confundir os observadores apressados, que não souberam captar as sutis diferenças regionais, existentes nos mais diferentes quadrantes desse nosso grande país. A despeito disso, é necessário reconhecer que não possuímos todo aquele mostruário de tipos climáticos e de paisagens que, em geral, caracterizam as regiões situadas entre os trópicos e nos subtrópicos. Sem qualquer dúvida, aqui, o mostruário dessas paisagens clímato-botânicas é bem menos variado e mais homogêneo, não havendo, sobretudo no interior das terras brasileiras, quaisquer áreas onde a associação entre o clima quente e a aridez tenha redundado na formação de verdadeiras regiões áridas, dotadas de vegetação desértica, fenômenos eólicos e drenagenas fechadas. Aliás, a rede hidrográfica brasileira, em seu conjunto, reflete perfeitamente as excepcionais condições de umidade reinantes na maior parte do país. Daí possuirmos a mais densa e importante rede de cursos d'água do globo, não se conhecendo, em todo o território brasileiro, nenhum caso de drenagem interior, ficando todos os rios brasileiros com um roteiro aberto diretamente para o oceano. Os próprios rios nordestinos, a despeito de sua correnteza intermitente, vão ter ao mar, através dos mais diversos itinerários.

A ausência de uma aridez acentuada tornou o "continente" brasileiro extensivamente ocupável e colonizável, tendo o homem efetivamente desenvolvido, com maiores ou menores probabilidades de êxito, atividades econômicas em todos os ambientes geográficos do território. Nossa *geografia humana*, por outro lado, é o maior documento dos problemas enfrentados pelo europeu no cinturão dos trópicos úmidos. Procedentes de áreas de clima temperado, tendo entrado em contato, por toda parte, no Brasil Atlântico, com amostras típicas da natureza tropical, os colonizadores tiveram que desenvolver uma gigantesca obra quase quotidiana de adaptação aos quadros ambientais do país que povoaram.

A presença humana nos trópicos

Dos problemas criados ao homem pelo meio tropical, pouco ou quase nada poderíamos acrescentar ao que foi dito pelo grande tropicalista francês Pierre Gourou, em suas notáveis apreciações de conjunto a respeito do assunto. Cristóvão Dantas, engenheiro-agrônomo brasileiro, resume as idéias daquele geógrafo sobre o ambiente dos trópicos úmidos, nos seguintes termos: "O calor persistente e a umidade abundante construíram, nesse quadrante do ecúmeno, uma natureza diversa do que se contempla nos países do frio e do inverno. – As formas de vida são muito mais variadas. O número de espécies vegetais é oito vezes maior em uma dada superfície do que nas latitudes médias. As águas que se infiltram ou então se escoam sobre os solos acham-se anima-

das de uma atividade química muito maior e mais intensa do que nas zonas temperadas. Atacam rapidamente as rochas. Por isso, os terrenos perdem mais depressa os seus elementos úteis. Formam-se lateritas – esse câncer dos solos tropicais. – Os homens que habitam esse trecho do orbe deparam com condições de subsistência muito mais difíceis do que nos climas suaves (*sic*). Essa é uma das razões pelas quais os países que nele se implantam registram escassa população, excetuando-se apenas os deltas dos rios ou formações aluvionais de feitio especial, onde há grandes condensações humanas. – Constitui a insalubridade obstáculo de monta ao vigor humano. As moléstias infecciosas aí encontram o seu paraíso. O aparelho intestinal do *Homo* se lhe afigura um 'museu de horrores'. Por isso, a sua atividade física se reduz e, com ela, a atividade psíquica também." Para muitos haveria exageros nesse quadro de fatores adversos imputados ao ambiente tropical. Entretanto, exceção feita ao caso das *lateritas*, cuja área de exposição é no Brasil bem menor do que se imagina, quase todo o complexo de fatos físicos aí expresso é mais ou menos válido para o ambiente tropical brasileiro. Acrescente-se a isso a deficiência de calcários na maior parte dos solos, no subsolo e nas águas que recaem por grandes áreas de nosso país, e a ausência de planícies costeiras ou áreas deltaicas enriquecidas por detritos e aluviões realmente férteis. Infelizmente o pano de fundo do mapa dos solos tropicais brasileiros é representado por enormes áreas de solos pobres e frágeis, tanto no que diz respeito ao litoral como ao interior do país.

Estes, alguns dos fatos realmente adversos que os colonizadores tiveram que enfrentar, às vezes conseguindo sobrepor-se a eles, outras vezes restando à sua mercê e sofrendo as suas conseqüências debilitadoras. É inegável, porém, que um grande saldo de sucessos notáveis tem que ser contabilizado a favor da capacidade de adaptação dos colonizadores lusitanos, que, melhor do que qualquer outro povo europeu, se prestaram à ingrata tarefa de domesticar e humanizar alguns dos elementos hostis do meio tropical. Inegavelmente, com parcos recursos e equipamentos, eles enfrentaram a natureza diversa, as distâncias incalculáveis, a segregação e as enfermidades que aqui se radicaram e se expandiram. Nesse sentido, ainda está por fazer, com maior documentação, a verdadeira história anônima dos efeitos catastróficos da expansão das chamadas "doenças tropicais", em diversas regiões de nosso país. Sabe-se que tais moléstias são adventícias, conforme ressalta Afrânio Peixoto. Entretanto, isso não diminui em nada a sua ação altamente nociva a gerações e gerações de brasileiros que, desprovidos de recursos médicos e sanitários, não as puderam

enfrentar. A proliferação extraordinária dos microrganismos e dos insetos no ambiente quente úmido do trópico brasileiro, criando meio propício à conservação e expansão das *endemias*, respondeu sem dúvida pela própria diminuição da longevidade média do nosso homem.

Vida agrária e economia agrícola

No plano da vida econômica, entre nós, a mais importante conseqüência da tropicalidade foi indiscutivelmente aquela que condicionou a vida agrária e sobretudo a economia agrícola do país. No que diz respeito à produção agrícola, a história econômica do Brasil é um capítulo importante e até certo ponto dramático da história dos produtos agrícolas do Mundo Tropical. Aqui se revezou, no tempo e em áreas geográficas das mais diversas, toda aquela série de plantas de maior ou menor importância que caracterizam a economia das terras intertropicais úmidas: cana-de-açúcar, café, borracha, cacau e fumo. Em outro setor, na economia agrícola de subsistência, esteve sempre presente aquele pequeno grupo de produtos que melhor caracterizam a dieta da maior parte dos agrupamentos rurais brasileiros, ou seja, o milho, a mandioca, o feijão, a banana e diversos tipos de abóbora. Isso tudo complementado pela criação de porcos e aves de pequeno porte. Lavouras de algodão são praticadas tanto em zonas tropicais, quanto em zonas subtropicais, em nosso território, enquanto só muito tardiamente a rizicultura, também praticada em diferentes áreas climáticas do território, tem ganho uma expressão econômica cada vez mais importante na produção brasileira. Muito recentemente, o trigo tem conseguido algum sucesso nas terras mais tipicamente subtropicais do país.

A par desse quadro puramente agrícola, a vida agrária brasileira reflete ainda a tropicalidade do país, no tipo de criação de gado desenvolvido desde há muito em sua hinterlândia. Salvo para o caso altamente de exceção do Rio Grande do Sul, dominou sempre um tipo de pastoreio peculiar às áreas de pastagens naturais relativamente pobres dos países tropicais, onde o rendimento da criação, a despeito das grandes áreas por ela ocupadas, é diminuto e incapaz de provocar uma rápida ocidentalização das áreas por ela abrangidas. Tais fatos interessam, sobretudo, para explicar o medíocre rendimento da criação de gado, nas áreas em que dominam as caatingas, no sertão do Nordeste, na bacia do São Francisco, assim como, até certo ponto, para explicar o rendimento relativamente modesto da própria criação de Goiás e Mato Grosso, em pleno domínio dos cerrados e campestres. Entretanto, esta foi a fórmula salvadora para a ocupação efetiva de domínios paisagísticos que escapavam às áreas de solos florestais, dotadas de maiores aptidões para a agricultura propriamente dita.

Características geológicas e fisiológicas

É bem sabido que as paisagens naturais de um bloco continental qualquer derivam de uma intrincada combinação de fatos geológicos e fisiográficos. No caso brasileiro, há uma associação muito íntima entre a ossatura rochosa, em geral composta de terrenos antigos parcialmente recobertos por sedimentos de diversas idades, e a ação dos climas tropicais dominantemente úmidos. Por outro lado, disto resultam os grandes tipos de vegetação, comportando extensas áreas florestais, alguns tipos especiais de savanas sul-americanas, uma rede de drenagem densa e volumosa, assim como grandes extensões de latossolos.

O edifício geológico do país é formado por uma espécie de mosaico de terrenos antigos e extensas bacias sedimentares, soerguidas a planos altimétricos diversos. Possuímos tão-somente maciços antigos pré-devonianos e pré-cambrianos, e coberturas sedimentares paleozóicas e mesozóicas e, eventualmente, cenozóicas, não sujeitas a quaisquer dobramentos modernos.

Os maciços antigos, constituídos por massas rochosas rígidas, resultam em nosso país num vasto conjunto de planaltos de cristalinos, serras e escarpas locais, enquanto as bacias sedimentares associadas ou não a basaltos dão origem a gigantescos planaltos típicos (*chapadas* e *chapadões* brasileiros), assim como a alguns alinhamentos de escarpas estruturais. Por outro lado, áreas sedimentares modernas, não muito soerguidas, resultaram na formação de terras baixas e sistemas de colinas, a zona costeira do Nordeste e do Leste, assim como alguns compartimentos de planaltos (vale médio do Paraíba, região de São Paulo, planalto curitibano, médio vale do São Francisco). Zonas de sedimentação ainda em franco processo, na Amazônia, no Pantanal e ao longo do litoral, deram origem a extensas planícies sujeitas dominantemente a climas quentes e úmidos. Infelizmente, a maior parte dessas terras baixas, representadas por tabuleiros e planícies tropicais, apresenta solos relativamente pobres e ácidos, dotados de fraca produtividade.

Em conjunto, as áreas onde afloram formações antigas, pré-cambrianas, perfazem um terço do território brasileiro, enquanto os restantes dois terços pertencem às áreas sedimentares, de diferentes idades. Assim, aproximadamente dois e meio milhões de quilômetros do território atual pertencem a áreas de exposições de formações antigas, enquanto mais de cinco milhões de quilômetros são constituídos por regiões sedimentares e, eventualmente, basálticas. Nos terrenos antigos destacam-se como principais riquezas de subsolo as grandes reservas de minério de ferro e manga-

nês do centro de Minas Gerais, do Amapá e do Urucum, em Mato Grosso. As grandes jazidas de aluviões auríferas, exploradas no século XVIII, situavam-se na mesma área onde se encontram as reservas de ferro do Estado de Minas Gerais (*quadrilátero ferrífero* ou *zona auroferrífera*). Os diamantes foram encontrados em formações antigas, pré-devonianas, assim como em algumas zonas sedimentares enriquecidas por materiais retrabalhados das formações mais antigas. Nos terrenos sedimentares brasileiros, além das grandes reservas de carvão-de-pedra, de qualidade relativamente inferior, do sul do Brasil, existem jazidas de calcário em diferentes pontos do país, reservas de gipsita na chapada do Araripe, algum petróleo na fossa do Recôncavo, assim como grandes reservas de sal-gema em Sergipe e Nova Olinda. Em ambas as áreas, porém – zona de terrenos cristalinos e áreas sedimentares –, muitas surpresas ainda poderão surgir no setor dos seus recursos minerais.

Entre os fatos morfológicos que caracterizam o território brasileiro, há que salientar o fato de se tratar de um país de velhas montanhas rejuvenescidas, de planaltos cristalinos, planaltos sedimentares e grandes planícies continentais. A despeito da dominância de blocos maciços e às vezes relativamente acidentados, como é o caso da topografia do Brasil Sudeste, há absoluta ausência de relevos "alpinos", como também de relevos vulcânicos recentes (salvo nas ilhas oceânicas), ou formas de relevo comprovadamente ligadas à "glaciação de altitude".

Inventariando as principais zonas hipsométricas que definem o conjunto do relevo brasileiro, o geógrafo Fábio Macedo Soares Guimarães atinge as seguintes conclusões: "Não é realmente o Brasil um país de altas montanhas: nenhum ponto atinge 3.000 metros de altitude. O quadro da distribuição da área do país por zonas hipsométricas evidencia que apenas 3% do território ultrapassam a altitude de 900 metros, ao passo que as terras baixas, com altitudes inferiores a 200 metros, correspondem a 40% da área total. Aproximadamente, pode o território brasileiro ser assim distribuído, quanto ao relevo: 3/8 são planícies e 5/8 são planaltos de média altitude. O mapa esquemático do relevo mostra que, no Brasil, existem três planícies distintas: planície amazônica, planície do Paraguai-Paraná (*sic*) e baixadas litorâneas. Os planaltos, por sua vez, compreendem dois grupos: o *planalto guiano*, ao norte da planície amazônica, e o *planalto brasileiro*, de grande extensão, rodeado pelas três planícies."

Com efeito, observando-se as linhas mestras do relevo sul-americano, facilmente se identificam essas grandes unidades topográficas do território brasileiro. Ocupamos na parte centro-oriental da América do Sul a totali-

dade do Planalto Brasileiro, um trecho considerável das Guianas, a quase totalidade das terras baixas amazônicas, um bom trecho das planícies continentais centrais da América do Sul, representadas no Brasil pelo Pantanal Mato-Grossense, além de uma série de planícies costeiras, alongadas e descontínuas, que rendilham a nossa linha de costa atlântica, do Rio Grande do Sul ao Amapá.

Uma assimetria marcante caracteriza o perfil do Planalto Brasileiro. Enquanto, no Brasil Sudeste, ele descai através de íngremes e gigantescas escarpas de falhas, no sul da Amazônia traduz-se por uma rampa suave e imperecível que vai morrer nas formações sedimentares do sinclinal amazônico. Mesmo na latitude de São Paulo e Mato Grosso, a despeito de menos evidente, é flagrante a assimetria do Planalto Brasileiro: enquanto, de um lado, encontram-se as terras altas da serra do Mar e da Mantiqueira, com grandes escarpas voltadas para o Atlântico, desdobram-se para o interior planaltos sedimentares dispostos em patamares sucessivos e decrescentes, que vão terminar à altura do Pantanal Mato-Grossense, através de uma série de escarpas estruturais (*cuestas*), com a frente voltada para o ocidente. Faltam ali acidentes em sentido simétrico e oposto que pudessem corresponder às escarpas da serra do Mar. Por fim, o perfil do Planalto Brasileiro, que se poderia traçar do Rio Grande do Sul ao sul da Amazônia, revela-nos uma espécie de gigantesco arqueamento de grande raio de curvatura, denunciando a natureza das deformações tectônicas pós-cretáceas que responderam pela formação desse excepcional bloco de continente.

Os paredões da serra do Mar foram o grande obstáculo para as ligações entre o litoral e o planalto, desde os primeiros dias da colonização portuguesa no Brasil. Tais escarpas de 800 a 1.000 metros, recobertas por florestas pluviais, densas e maciças, por muito tempo dificultaram as ligações entre os sítios portuários da costa e os compartimentos do planalto de clima tropical de altitude, que se comportavam como amostras da vasta e desconhecida hinterlândia. As primeiras grandes vitórias dos homens sobre tais serras costeiras, assimétricas e abruptas, processaram-se tardiamente durante o ciclo do ouro. Antes, as aludidas escarpas comportavam-se como se fossem verdadeiras muralhas, facilitando o isolamento e a segregação. Por muito tempo a ascensão aos planaltos ficava adstrita ao traçado das velhas trilhas tupis, enquanto os verdadeiros caminhos vieram ao ensejo das necessidades mais prementes de circulação, provocadas pelos ciclos do ouro (século XVIII) e do café (século XIX). A partir dos meados do século passado as estradas de ferro romperam escarpas e florestas, esboçando, em alguns raros pontos, as ligações fundamentais entre

os portos litorâneos e as ricas zonas agrícolas em expansão, situadas no interior dos planaltos do sudoeste e do sul.

Entre os blocos principais dos maciços antigos do Brasil Atlântico e os chapadões interiores, em posição intermediária e rebaixada, existiam depressões periféricas oriundas dos fenômenos de desnudação marginal, ocorridos nos bordos das bacias sedimentares soerguidas. É assim que entre a Borborema e as escarpas das chapadas do Araripe e do Ibiapaba, no Nordeste Brasileiro, como entre a serra do Espinhaço e as escarpas dos bordos orientais dos planaltos sedimentares do oeste da Bahia, ou, mais para o sul, entre os planaltos cristalinos do Brasil Sudeste e as *cuestas* arenítico-basálticas da bacia do Paraná, existem sempre patamares intermediários, deprimidos e extensos, oriundos da desnudação processada à margem das bacias sedimentares que estavam aninhadas nos terrenos antigos.

Tais depressões periféricas funcionavam como largos vales para a circulação terrestre, favorecendo ligações entre cantões distantes dos planaltos interiores, desde há longa data. Haja vista o que sucedeu com a depressão periférica paulista e as depressões sulinas em geral, que serviram de eixo para os caminhos principais que demandavam o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, e, para o norte e noroeste, os sertões de Goiás. Por sua vez, o rio São Francisco, ocupando ele próprio um vasto trecho interior de uma dessas depressões, de gênese um tanto mais complexa, situada entre o Espinhaço-chapada Diamantina e os chapadões do Urucuia, serviu de elemento tradicional de ligação entre as áreas sertanejas do Nordeste e as áreas úmidas do sudeste e do sul. Trata-se do único grande rio navegável, de caráter alóctone, a cruzar o domínio das caatingas, funcionando como se fora uma espécie de Nilo caboclo.

No Nordeste, na era do transporte animal, podia-se contornar a Borborema, quase por completo, transitando-se apenas pelos caminhos sertanejos que se multiplicam no interior das depressões periféricas, recobertas por diferentes tipos de caatinga. Daí a mobilidade que tiveram os bandoleiros da malfadada era do cangaço, imperadores dos ínvios caminhos maldelineados, escondidos no interior das caatingas intermináveis. Do su-sudeste da Bahia até o centro-sul do Piauí, estendia-se a área de domínio desse tipo de vegetação rala e aberta que facilitou a expansão do gado e criou um domínio próprio para a geografia da circulação sertaneja.

Situação geográfica e clima

Aprofundando-se na direção das terras equatoriais sul-americanas, o território brasileiro inicia-se a 5° de latitude norte, abrangendo, depois, vasto campo tropical do hemisfério sul, que ultrapassa a linha de Capricórnio à altura de São Paulo e norte do

Paraná, para finalmente atingir no município de Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul, climas de transição entre os subtropicais e os temperados, a 33° de latitude. Em função dessa situação geográfica e da modéstia do relevo brasileiro em seu conjunto, dominam por quase todo o país tipos de climas tropicais e algumas modalidades de climas subtropicais. Fábio Macedo Soares Guimarães, analisando o clima brasileiro, distinguiu cinco dos onze tipos climáticos considerados por Willelm Koeppen. Não sendo oportuno analisar, com minúcias, os principais fatores e elementos do clima brasileiro, e nem tampouco discutir problemas de classificação, remetemos o leitor para os trabalhos de Fábio Macedo Soares Guimarães, Salomão Serebrenick e Lysia Cavalcanti Bernardes.

Ainda que numa tentativa sumária, poder-se-ia discriminar alguns tipos climáticos característicos do território brasileiro. Na base daquele sistema adotado por Emanuel De Martonne para a nomenclatura regional dos climas africanos, poderíamos identificar no Brasil os seguintes tipos: *clima amazônico*, *clima goiano-mato-grossense, clima nordestino*, *clima tropical atlântico costeiro*, *clima tropical dos planaltos de sudeste* e *clima subtropical do Brasil Meridional*. Nesta discriminação, não figuram as variedades locais ou sub-regionais, que são inumeráveis, e nem tampouco as "ilhas" climáticas ligadas à altitude. Sobretudo não há lugar definido para as faixas climáticas de transição, que se desdobram freqüentemente, com maior ou menor largura, nas mais diversas áreas do território intertropical e subtropical brasileiro. Restam ser caracterizados, por seu turno, os matizes regionais desses grandes tipos climáticos, considerados principais.

O clima da província climática amazônica, como a definiu Maurice Le Lannou, aqui referido como *tipo amazônico*, corresponde à faixa de terras baixas equatoriais do Brasil Setentrional, onde dominam climas quentes constantemente úmidos (Af e Am de Koeppen), com amplitude térmica reduzidíssima e precipitações que oscilam entre 2.000 e 3.500mm. Raramente aparece o regime pluviométrico equatorial típico da Guiné, com dois períodos de máximas e dois períodos de mínimas nas precipitações, restringindo-se as maiores chuvas aos meses de verão para as terras amazônicas do hemisfério sul e aos meses de outubro para o hemisfério norte. As temperaturas médias anuais oscilam entre 25° e 26°, as regiões mais chuvosas sendo a baixa amazônica, ou atlântica do Amapá e Pará, e as dos confins da Amazônia Brasileira, no território do Acre. Diversas são as modalidades regionais do clima amazônico, cuja consideração não cabe na presente oportunidade.

Em contraste extraordinário com esse tipo altamente úmido dos climas tropicais brasileiros, mais para és-sudeste, em compartimentos da parte nordeste do Planalto Brasileiro, aparece o *tipo nordestino*, quente e semi-árido (BSh de Koeppen), que se estende por uma faixa de terra ainda equatorial ou pelo menos subequatorial. Trata-se de um clima de exceção para tais latitudes, talvez um dos únicos exemplos de climas semi-áridos nas proximidades do equador e não muito longe do oceano. O clima nordestino, consoante o regime por ele apresentado na área sertaneja, aproxima-se um tanto da modalidade senegalesa da África, embora com características muito próprias. Enquanto o clima amazônico, no campo da fitogeografia, é simbolizado por ser o clima das selvas amazônicas, o clima nordestino coincide com a área de domínio das caatingas. Trata-se do tipo climático onde a média do calor anual é a mais elevada do país, atingindo 27° a 28° no interior dos planaltos regionais. Entretanto, suas precipitações são escassas e irregulares, comportando totais quase dez vezes menores do que os de certas áreas da Amazônia. Sujeito dominantemente a precipitações de verão (*chuvas de trovoadas*), o clima nordestino apresenta médias anuais que oscilam entre 300 e 600mm apenas.

Ao sul da Amazônia, nos extensos e maciços chapadões de Goiás e Mato Grosso, estende-se outro tipo de clima tropical interior do território brasileiro. Aí, em áreas sujeitas a temperaturas médias anuais que oscilam entre 20° e 24°, com amplitudes térmicas bem maiores que as da Amazônia e do Nordeste, domina um regime pluviométrico tipicamente tropical, ligeiramente tinturado pela continentalidade, expressa por um longo período de chuvas (*estação das águas*) e um período mais seco (*estação das secas*). Os totais anuais das precipitações ainda são elevados, atingindo 1.500 a 1.800mm, o que garante a perenidade da rede hidrográfica regional. Nisto reside um dos grandes contrastes com a paisagem nordestina, área de predomínio dos rios intermitentes, com cinco, seis meses de corte absoluto da correnteza das águas. No centro-oeste, apenas a nervura menor da drenagem, peculiar às plataformas interfluviais, é que desaparece durante a estação seca. O clima goiano-mato-grossense (Aw de Koeppen) é também o clima dos *cerrados* e *cerradões*, a mais típica área de savanas da América do Sul. É de notar que, enquanto os fundos de vales são quentes e úmidos no centro-oeste, comportando florestas galerias típicas, no Nordeste os comportamentos baixos do relevo, colocados em posição intermontana, são marcadamente semi-áridos, asilando as caatingas mais ásperas.

Ao longo da fachada atlântica tropical do Brasil, individualizam-se duas províncias climáticas aparentadas, responsáveis pelas matas atlânticas da costa, dos planaltos sul-orientais e das serras costeiras do país. Trata-se do *clima tropical atlântico costeiro*, em geral quente e muito úmido, que domina desde a zona da mata nordestina até o Rio de Janeiro e São Paulo, e do *clima tropical dos planaltos de sudeste*, onde a presença de terras altas possibilita a existência de um clima tropical de altitude, no mais das vezes mesotérmico e úmido. Ambos apresentam notáveis variações locais, o primeiro no que diz respeito à diminuição gradual das temperaturas anuais para o sul e a mudanças no regime pluviométrico, e o segundo a variações climáticas rápidas devido à compartimentação das terras altas do Brasil Sudeste. Na realidade, trata-se de *climas tropicais atlânticos costeiros*, com duas ou três variedades bastante distintas. Lysia Bernardes caracterizou, com base na classificação de Koeppen, pelo menos três setores litorâneos com tipos climáticos diferentes: tipo tropical úmido com chuvas de outono-inverno (As'), do litoral oriental do Nordeste; tipo tropical sempre úmido do litoral sul da Bahia (Af) e tipo tropical úmido da base da serra do Mar (Af'), mais ou menos na transição para os climas litorâneos subtropicais, que se estendem de Cananéia-Paranaguá para o sul. As terras altas que se desdobram no Brasil Sudeste, a partir do reverso continental da serra do Mar, dominam climas tropicais de altitude, em geral comportando-se como mesotérmicos. Enquanto no litoral sudeste as temperaturas médias variam entre 21° e 24°, a poucas dezenas de quilômetros para o interior, controlados pelos compartimentos do relevo, as temperaturas variam desde 11,5° a 20°. Entretanto, o regime das chuvas e o total das precipitações, que variam entre 1.100 e 3.000mm anuais, com precipitações de verão e rápidos aguaceiros de inverno, revelam a tropicalidade. Aí, como no litoral adjacente, são as rápidas vagas da massa polar antártica que determinam alguma chuva de inverno.

Mais para o sul, estendendo-se por todo o Brasil Meridional, dominam climas subtropicais úmidos, com chuvas bem distribuídas por quase todo o ano. A região correspondente ao Estado de São Paulo está na faixa de transição exata entre os climas *tropicais dos planaltos do Brasil Sudeste* com os climas de tipo *goiano-mato-grossense* e os climas subtropicais do Brasil Meridional propriamente dito. Até o litoral paulista ainda são encontrados, por seu turno, climas quentes e úmidos (Af de Koeppen). Daí para o extremo sul, até a faixa costeira, apresenta climas mesotérmicos, menos frescos que os dominantes nos planaltos. As precipitações anuais são elevadas, por quase toda parte, oscilando entre 1.200 e 2.500mm,

máxime nos litorais paranaense e catarinense, no médio vale inferior do Paraná e no oeste de Santa Catarina. Ainda estão por caracterizar as numerosas variedades sub-regionais de tal domínio dos climas subtropicais no Brasil, já que eles se estendem desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, na área de transição para os climas temperados quentes. Na área mais típica dos climas subtropicais do Brasil Meridional aparece um quadro de vegetação de tipo extratropical, representado pela mata da Araucária. Aí as temperaturas anuais oscilam entre 16° e 17° com chuvas freqüentes, distribuídas pela maior parte do ano. No Rio Grande do Sul, a vegetação das pradarias mistas da Campanha Gaúcha reflete outras modalidades de climas subtropicais, mormente no que diz respeito ao quadrante sudoeste daquele Estado.

Geografia dos solos

Outro campo importante para a compreensão da natureza brasileira é o que diz respeito à *geografia dos solos*. Na verdade, alguns conhecimentos, ainda que elementares, sobre os solos tropicais e seu comportamento são indispensáveis para quem queira apreender os problemas reais enfrentados pelos agrupamentos de agricultores nas terras brasileiras.

Na categoria de solos gerados sob a ação dos climas quentes e úmidos em geral enquadrados no domínio dos latossolos, as probabilidades agrárias apresentadas pelo território brasileiro sempre foram muito relativas – enormes áreas do país permanecendo aquém de todas as expectativas. Não poderíamos furtar-nos a certas peculiaridades negativas dos solos tropicais. Aqui também, eles em geral se mostraram frágeis perante a ação desregrada dos pequenos e grandes plantadores. Instalou-se uma velha tradição de cultivo de áreas de solos florestais, sendo necessária quase sempre a supressão da floresta para a criação de espaços agrários cultiváveis: o mais sério dilema enfrentado pela agricultura em todas as terras tropicais úmidas. Na realidade, para se encontrarem espaços para as lavouras, necessário se tornou, na esmagadora maioria das vezes, derrubar o manto denso das matas, as quais se tinham formado lentamente, tendo podido construir o seu próprio solo, à custa de sua capacidade intrínseca de vida sob condições excepcionais de calor e umidade. Aquilo que à natureza custou muito tempo para elaborar em seu gigantesco laboratório tropical, mesmo nas áreas de solos muito pobres, os homens puderam destruir, desarranjar e desequilibrar em espaços de dezenas de anos apenas.

Na realidade, as florestas tropicais, quer as da área amazônica ou as matas atlânticas, na qualidade de matas pluviais, geraram o seu próprio solo; entretanto, quando destruídas extensiva e desregradamente, deixa-

ram de resguardar a terra enriquecida que lentamente ajudaram a criar e a aperfeiçoar, deixando inteiramente à mercê da erosão os ácidos úmidos e os sais minerais que constituíram a sua maior riqueza. Rompido o equilíbrio, como lembra Francis Ruellan, não se fez esperar o revide do meio físico, através da aceleração da erosão laminar na superfície do solo com lavagem de seus elementos mais ricos e importantes. Sobretudo nas áreas acidentadas, de topografia enérgica e morros arredondados, o desequilíbrio provocado pelo desmatamento extensivo não se fez esperar nunca, enfraquecendo rapidamente a capacidade produtiva das terras, comportando modificações graves que atingiram a própria estrutura superficial das paisagens intertropicais, cujo exemplo maior pode ser observado na fisionomia atual das terras amorreadas da bacia do Paraíba do Sul.

Não bastaram apenas a riqueza química de alguns solos para a garantia do seu sucesso agrícola e a prolongação do seu período de exploração econômica. Mais do que isso, sempre foi necessário que aos solos ricos, escondidos sob a floresta, correspondessem áreas de topografia suave, incapazes de acelerar a erosão superficial após as derrubadas. Essa feliz coincidência, entretanto, foi muito poucas vezes observada, sobretudo nas terras altas e movimentadas do Brasil Atlântico.

As áreas mais ricas do solo brasileiro se restringem a certo número de manchas excepcionalmente férteis, situadas em pontos isolados do território, tais como nos chapadões basálticos de São Paulo e do norte do Paraná, trechos das depressões periféricas sulinas, a região serrana do Rio Grande do Sul, a zona sublitorânea do Nordeste Oriental (onde se formam massapés ricos a partir de gnaisses injetados por rochas vulcânicas, afloramentos de calcários, depósitos de terraços e tratos de planícies fluviais dispostas em largas calhas, com aluviões férteis). Além disso, no "mato grosso" de Goiás, como na região de Dourados, no sul de Mato Grosso, reaparecem manchas de solos ricos, que só muito tardiamente foram descobertos e estão sofrendo algum aproveitamento. Fora da zona mais sujeita à tropicalidade, situada no Brasil Meridional, existem trechos de platôs basálticos com solos aproveitáveis e algumas manchas de terras pretas degradadas na região de Bajé. Esta última, aliás, guarda grande interesse para a expansão de uma cultura não tropical, como é a do trigo, dadas as condições climáticas de exceção para o caso brasileiro, ali reinantes.

As planícies e terras baixas brasileiras, onde quer que estejam, infelizmente constituem áreas de terrenos dominantemente pobres e arenosos. Das planícies propriamente ditas, apenas aquelas situadas no baixo curso dos rios nordestinos orientais, assim como as do baixo Jacuí, puderam

demonstrar condições excepcionais de aptidões agrárias. Uma das razões dessa pobreza é o fato de pouquíssimas dessas planícies serem enriquecidas por aluviões provenientes de áreas basálticas, como é o caso de exceção do baixo Jacuí. Na verdade, a maior parte delas é constituída por massas de detritos retirados dos terrenos granítico-gnáissicos sublitorâneos, os quais não parecem ter a vocação de auxiliar a formação de planícies férteis, sob os trópicos. A sorte dos terrenos pertencentes ao domínio dos tabuleiros – amazônicos, atlânticos e são-franciscanos – ainda é mais entristecedora, isto porque, a despeito do seu relevo tabuliforme e suave, a maioria deles é constituída por sedimentos arenosos, pobres e ácidos, desprovidos, na maior parte dos casos, de quaisquer aptidões agrárias mais específicas.

Esses, os elementos fundamentais da natureza brasileira que precisamos ter em mente para a melhor compreensão das dimensões reais da luta dramática que os agrupamentos humanos aqui implantados tiveram de enfrentar. A grandiosidade do território infligiu-lhes amargas derrotas e ocasionou-lhes decepções inumeráveis. Entretanto, o terreno foi sendo preparado para que os que viessem depois encontrassem um ambiente mais propício e um estoque de equipamentos tecnológicos e culturais mais tranqüilizadores e capazes de ofertar segurança para sua vida e suas atividades.

Povoamento e colonização

Os escassos agrupamentos humanos que arcaram com a responsabilidade de povoar o Brasil Atlântico parecem provir, inicialmente, dos centros portuários de Portugal, representando indivíduos até certo ponto à margem da vida agrária. Entretanto, quando se tratou do esforço de colonização, propriamente dito, vieram dominantemente grupos de pessoas e famílias arrebanhadas principalmente nos setores rurais da vida portuguesa. Nunca foi possível, porém, qualquer controle seletivo nas diversas e ininterruptas correntes históricas, daqueles que se atreveram a transpor o Atlântico para a grande aventura brasileira. Nos meados do século XVI, a população européia do Brasil era composta de portugueses e espanhóis, provenientes dos dois setores da vida ibérica: o agrário e o citadino.

As tentativas de colonização, relacionadas com a ação particular dos chamados donatários das capitanias hereditárias, parecem ter sido feitas à custa de um pequeno contingente de povoadores que resumiam até certo ponto a sociedade portuguesa da época. Donatários, governadores-gerais, jesuítas, senhores de engenho e contratadores de diamante tiveram sempre que fazer vista grossa no tocante à seleção dos pequenos contingentes humanos que concordaram em atravessar o grande oceano em minús-

culas caravelas. Por outro lado, em todos os momentos em que se fez sentir a falta de mão-de-obra, ninguém teve pejo de adotar a grande fórmula escravagista da época, forçando a transplantação do elemento negro para os focos de trabalho recém-criados no Brasil. Quem não se dobrou aos interesses dos colonizadores foram os ameríndios, que só muito discretamente puderam ser enquadrados aos padrões de trabalho dos senhores de engenho e proprietários de lavras. Mais do que nos canaviais, nos engenhos ou nas lavras, deles participaram nas atividades do *criatório* sertanejo, participando também na colonização na categoria de contingente humano dócil ao cruzamento.

A história confusa da colonização intentada através do sistema das capitanias hereditárias retrata bem os grandes e sérios problemas enfrentados pelos adventícios, provindos dos campos e das cidades, colocados frente a frente com as paisagens tropicais de um imenso território ainda dominado pelo gentio nem sempre passivo perante a usurpação de seus antigos e desmesurados domínios. Somente onde a cana-de-açúcar encontrou condições excepcionais para sua produção e expansão é que os responsáveis pelos primeiros esforços de colonização viram efetivamente recompensadas suas iniciativas econômicas.

Quase nada restou das primeiras atividades de exploração das madeiras tintoriais que as matas costeiras da fachada atlântica oriental ofertaram aos navegantes aventureiros das nações marítimas ocidentais do Velho Mundo. As feitorias estabelecidas na costa pelos portugueses, durante as três primeiras décadas, não conseguiram deixar traços concretos da sua presença na colonização. Uma revisão bem-cuidada do seu papel restrito foi feita recentemente por Aroldo de Azevedo, em alguns de seus estudos sobre as raízes históricas da vida urbana no Brasil.

A verdadeira colonização se iniciou com a fundação de vilas e cidades em pontos privilegiados da costa brasileira, as primeiras ligadas à iniciativa dos donatários e as últimas erigidas pela ação direta da administração portuguesa. Tais aglomerados pioneiros redundaram na criação de pequenas áreas agrícolas, em seus arredores, destinadas ao abastecimento imediato das populações. Assim se fizeram as primeiras experiências agrárias, introduziram-se as primeiras plantas cultivadas e os primeiros lotes de gado, animais de montaria e de alimentação, aves de pequeno porte. Engenhocas rústicas foram construídas para moer a cana-de-açúcar recém-introduzida, esboçando-se o embrião dos primeiros engenhos açucareiros. Alianças com alguns agrupamentos indígenas amigos fortaleceram aqui e ali o esquema da vida colonial, garantindo a sua continuidade, enquanto

os jesuítas encarregados da catequese se constituíram no elemento moderador entre as pretensões dos colonos e as prerrogativas ancestrais dos gentios. O advento de uma cultura comercial, como foi a da cana-de-açúcar, conseguiu favorecer as regiões onde ela se enraizou e se expandiu. Com isso se formaram os primeiros focos de atração para a imigração histórica de elementos metropolitanos. E muito cedo os grandes senhores, enriquecidos com a cana e o fabrico do açúcar, puderam comprar elementos escravos provenientes do outro lado do Atlântico Sul.

Muito embora o título das novas possessões tenha mais tarde recebido a designação oficial de Estado do Brasil (acrescido depois pelo Estado do Maranhão), tudo se passou nessa banda do Atlântico, durante três séculos, dentro daqueles estatutos rotineiros e típicos das *colônias de povoamento*. A Coroa portuguesa, a despeito de não estar preparada para colonizar, dentro dessas bases, o grande país tropical que os seus navegadores descobriram, não teve outra alternativa: viu-se obrigada a arcar com a penosa tarefa da colonização, sob pena de perder suas principais possessões ultramarinas da época. Daí os artifícios de que se revestiram os esforços iniciais de colonização, e a flexibilidade extraordinária da sua política de *colonização*, que procurou adaptar-se às exigências da grande tarefa, variando os primeiros estatutos, introduzindo inovações e aperfeiçoando os métodos que melhor aprovaram. Disto resultou um dos mais belos e felizes exemplos de empreitada de colonização jamais intentado por países europeus no cinturão intertropical do globo, conforme bem o ressaltou Gilberto Freyre.

Existindo agrupamentos humanos de cultura simples na nova terra, representados pelos ameríndios, os colonizadores tiveram que entrar em contato com eles através das mais diversas formas, auxiliados substancialmente pelos missionários, co-participantes infatigáveis da tarefa de colonização. Pelo extravasamento de uma parte da população da Metrópole, como pelo cruzamento intensivo com os indígenas e negros, o sistema de colonização foi tipicamente de enraizamento, para usar de uma velha expressão criada pelo geógrafo colonista George Hardy. É verdade que a fórmula jesuítica de catequização e seus esforços de aldeamento tenderam a criar um aspecto de colônia de enquadramento, de caráter atípico e extremamente singelo. Nunca, entretanto, se pôde processar tal tipo de colonização em áreas dominadas por populações silvícolas, destituídas de possibilidades comerciais. Assim, aqui não foi possível nada de semelhante ao que depois se observou nos esforços de colonização exploradora de outros países europeus, os quais se sobrepuseram aos quadros tradicionais

das velhas comunidades do Extremo Oriente, impondo-lhes sua administração e seu controle econômico, à custa de um transplante da máquina burocrática e bélica de suas metrópoles de origem.

No caso brasileiro, por curioso que pareça, o aspecto de colônia de *enquadramento* ou de *exploração*, só se fez sentir mais tarde, aplicado especificamente a uma nova província tornada excepcionalmente em evidência graças às suas riquezas minerais no setor do ouro e do diamante, descobertos tardiamente em fins do século XVII e inícios do século XVIII. Com o decorrer do século do ouro, a província de Minas Gerais, novo sustentáculo da economia metropolitana, veio a sofrer dos malefícios de um sistema administrativo tipicamente de exploração econômica por parte do governo lusitano. Desta forma, o Estado Português, após ter contribuído para enraizar populações em seus domínios brasileiros e fomentar o seu desenvolvimento, adotou uma atitude parasitária, tentando aplicar mais ou menos bruscamente um sistema de fiscalização muito próximo dos padrões das colônias de exploração, conhecidos alhures. Não é preciso dizer que, a despeito de ser uma atitude isolada e relativamente temporária, essa nova política administrativa, humilhante e insuportável, provocou e trouxe consigo o germe dos primeiros grandes movimentos nativistas no seio de um povo que já não falava a mesma língua dos sentimentos metropolitanos, nos mais diversos setores da sua vida econômica, social e cultural. Não fossem mesmo o episódio da transmigração da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a providencial política econômica de D. João VI, outros caminhos teriam norteado as relações entre a *Metrópole* e sua grande *Colônia*. A independência do grande país tropical de origem luso-ameríndia e afro-brasileira, a despeito desse retardamento imprevisível, se completou antes mesmo que se iniciasse o segundo quartel do século XIX, na antevéspera da fixação e primeira expansão das lavouras cafeeiras pelo Brasil Sudeste.

CAPÍTULO II

ANTECEDENTES INDÍGENAS: ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS TRIBOS TUPIS

VÁRIOS grupos tribais etnicamente distintos habitavam o Brasil no período da conquista. No entanto, apenas tribos pertencentes ao estoque lingüístico tupi foram descritas de forma relativamente extensa e precisa. A razão desse fato é simples. Os Tupis entraram em contato com os portugueses em quase todas as regiões que estes tentaram ocupar e explorar colonialmente. Foram, ao mesmo tempo, a principal fonte de resistência organizada aos desígnios dos colonizadores e o melhor ponto de apoio com que eles contaram, entre as populações nativas.

Ainda hoje se mantém o "mito" de que os aborígines, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A idéia de que estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança e pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente.

O desfecho do processo foi-lhes adverso. Mas, nem por isso, deve-se ignorar que esse processo possui duas faces. Nós temos vivido da face que engrandece os feitos dos portugueses, alguns quase incríveis, vistos de uma perspectiva moderna. Se houve, porém, heroísmo e coragem entre os *brancos*, a coisa não foi diferente do lado dos aborígines. Apenas o seu heroísmo e a sua coragem não movimentaram a história, perdendo-se irremediavelmente com a destruição do mundo em que viviam.

Neste capítulo, cabe-nos descrever os aspectos mais importantes da organização das sociedades tupis e procurar nela os fatores que permitem explicar, sociologicamente, o padrão desenvolvido de reação à conquista. É duvidoso que os dados de que dispomos revelem essas sociedades tais

quais elas eram no ponto *zero* da história do Brasil. Contudo, podemos supor que, por seu intermédio, chega-se a conhecer algo que estava bem próximo dele, o que atende às exigências empíricas da análise a ser feita.

O sistema tribal de relações sociais

Os Tupis, que são melhor descritos pelas fontes quinhentistas e seiscentistas, habitavam o litoral nas regiões correspondentes aos atuais Estados do Rio de Janeiro, da Bahia, do Maranhão e do Pará. Praticavam a horticultura, a coleta, a caça e a pesca, possuindo o equipamento material que permitia a realização dessas atividades econômicas. Sua mobilidade no espaço era relativamente grande. Essas atividades eram desenvolvidas sem nenhuma tentativa de preservação ou restabelecimento do equilíbrio da natureza. Por isso, a exaustão relativa das áreas ocupadas exigia tanto o deslocamento periódico dentro de uma mesma região quanto o abandono dela e a invasão de outras áreas, consideradas mais férteis e ricas de recursos naturais. O que quer dizer que a migração era utilizada como uma técnica de controle indireto da natureza pelo homem. Quando se rompia o equilíbrio entre as necessidades alimentares e os recursos proporcionados pelo meio natural circundante, as populações se deslocavam de um modo ou de outro. Em suma, a terra constituía o seu maior bem. O grau de domesticação do meio natural circundante, assegurado pelos artefatos e técnicas culturais de que dispunham, fazia com que a sua sobrevivência dependesse de modo intenso e direto do domínio ocasional ou permanente do espaço que ocupassem.

A "tribo" e os grupos locais

Esse domínio era exercido em termos do poder de uma entidade complexa que chamaremos de "tribo". Pouco se sabe a respeito da composição e do funcionamento dessa unidade inclusiva. A única coisa evidente é que ela abrangia certo número de unidades menores, as "aldeias" ou grupos locais, distanciados no espaço, mas unidos entre si por laços de parentesco e pelos interesses comuns que eles pressupunham, nas relações com a natureza, na preservação da integração tribal e na comunicação com o sagrado. Na vida quotidiana os indivíduos podiam agir, largamente, como membros da ordem existencial criada pelo grupo local. Mas, em assuntos relacionados com o deslocamento da tribo de uma região para outra, a circulação das mulheres entre as parentelas, a realização de uma expedição guerreira, o sacrifício de inimigos etc., as ações eram reguladas pela referida teia de interesses comuns.

Os grupos locais compunham-se, em média, de quatro a sete malocas ou habitações coletivas. Estas eram dispostas no solo de modo a deixar uma área quadrangular livre, o *terreiro*, bastante amplo para a realização

de cerimônias como as reuniões do conselho de chefes, o massacre e a ingestão das vítimas, as atividades religiosas lideradas pelos pajés, as festas tribais etc., as quais muitas vezes também envolviam a participação dos membros dos grupos locais vizinhos. Em zonas sujeitas ao ataque de grupos tribais hostis, as malocas eram circundadas por uma estacada ou *caiçara*, feita com troncos de palmeiras rachados, ou por um duplo sistema de paliçadas, entre os quais colocavam estrepes agudos e cortantes. Este sistema de defesa pode ser apreciado em uma das xilogravuras de Staden (cf. pr. 6, grav. III).

As malocas

As malocas teriam uma largura constante, variando seu comprimento de acordo com o número de moradores. Nela viviam, segundo as estimativas mais baixas, de cinqüenta a duzentos indivíduos, agrupados nas subdivisões internas, reservadas aos lares polígínos, de vinte a quarenta em cada maloca, conforme também as estimativas mais baixas. O acesso e a saída dos indivíduos eram feitos por três aberturas localizadas nas extremidades e, outra, no centro da maloca. Enquanto duravam os materiais de que eram construídas, proporcionavam boa renovação do ar e abrigo confortável contra a inclemência do sol ou os excessos da chuva. A vida desenrolava-se em seu interior no sentido mais pleno possível. As mulheres cozinhavam na maloca; as refeições eram tomadas nos *lanços* pertencentes a cada lar polígino; o mesmo ocorria com outras atividades, relacionadas com as conversações dos parentes, com o intercurso sexual, com a recepção dos hóspedes etc. Nada podia ser segredo para ninguém e todos compartilhavam das experiências cotidianas de cada um.

Em virtude da importância da natureza na economia tribal, a localização do grupo local na porção de território, dominado pela tribo que lhe era destinada, constituía um problema de ordem vital. Dela dependia o provimento fácil e contínuo de água potável, de lenha para a cozinha ou para fornecer calor à noite, de mantimentos que precisavam ser obtidos em condições de segurança (por exemplo, pela proximidade de rios piscosos e da costa marítima, de terrenos férteis para plantação, de bosques ricos de caça etc.). Além disso, outras condições precisavam ser tomadas em conta, relativas à defesa do grupo local, ao arejamento e à disponibilidade de materiais para a construção das malocas. Por isso, esse assunto caía na órbita de decisão do conselho de chefes e dava origem a soluções em que prevaleciam os interesses da coletividade como um todo.

De acordo com informação de Gandavo, confirmada por outras fontes, "em cada casa desta vivem todos muito conformes, sem haver nunca

entre eles nenhumas diferenças: antes são tão amigos uns dos outros, que o que é de um é de todos, e sempre de qualquer coisa que um coma, por pequena que seja, todos os circunstantes hão de participar dela". O mesmo padrão básico de cooperação vicinal aplicava-se às relações dos membros das malocas que faziam parte de um grupo local. Os produtos da caça, da pesca, da coleta e das atividades agrícolas pertenciam à parentela que os conseguisse. Não obstante, se houvesse escassez de mantimentos ou se fosse imperativo retribuir presentes anteriores, eles eram divididos com os membros de outras parentelas ou distribuídos entre os componentes de todo o grupo local. Como escreve Léry, em congruência com outros autores da época, "mostram os selvagens sua caridade natural presenteando-se diariamente uns aos outros com veações, peixes, frutas e outros bens do país; e prezam de tal forma essa virtude que morreriam de vergonha se vissem o vizinho sofrer falta do que possuem".

O crescimento demográfico dos grupos locais, além dos limites da eficiência do sistema adaptativo tribal, criava condições para conflitos. Estes não se formavam, abertamente, na área do provimento e distribuição dos recursos naturais. Antes, explodiam nas lutas entre parentelas, por exemplo, motivadas por ações reprováveis e que quebravam a solidariedade tribal, se não fossem reparadas, como o rapto de mulheres. Nesse caso, as parentelas antagônicas separavam-se e todo o sistema de solidariedade intergrupal precisava ser recomposto. Todavia, o meio normal para a solução dessas tensões consistia na formação contínua de novas malocas, a qual promovia uma espécie de redistribuição da população produtiva. Essa é a alternativa que se apresenta nos casos em que algum principal, contando com número suficiente de mulheres, em seu lar polígino (filhas, sobrinhas ou agregados), cedia-as em casamento a jovens que se dispunham a aceitar sua autoridade. Com o tempo, surgia assim uma nova maloca, freqüentemente integrada no mesmo grupo local.

A divisão do trabalho

A divisão do trabalho, nos grupos locais, obedecia a prescrições baseadas no sexo e na idade. As mulheres ocupavam-se com os trabalhos agrícolas (desde o plantio e a semeadura até a conservação e a colheita) e com as atividades de coleta (de frutas silvestres, de mariscos etc.), colaboravam nas pescarias, indo buscar os peixes frechados pelos homens, transportavam produtos das caçadas, aprisionavam as formigas voadoras, fabricavam as farinhas, preparavam as raízes e o milho para a produção do *cauim*, incumbindo-se da salivação do milho, fabricavam o azeite de coco, fiavam o algodão e teciam as redes, trançavam os cestos e cuidavam da cerâmica (tanto da fatura de

panelas, alguidares, potes para cauim etc., quanto de sua ornamentação e cocção), cuidavam dos animais domésticos, realizavam todos os serviços domésticos, relacionados com a manutenção da casa ou com a alimentação, e dedicavam-se a outras tarefas, como a depilação e tatuagem dos homens pertencentes a seu lar, o catamento do piolho deles ou das mulheres do grupo doméstico, a preparação do corpo das vítimas humanas para a cerimônia de execução e para o repasto coletivo etc. Os homens ocupavam-se com a derrubada e preparação da terra para a horticultura, entregando-as prontas para o plantio às mulheres (encarregavam-se, pois, da queimada e da primeira limpa), praticavam a caça e a pesca, fabricavam as canoas, os arcos, as flechas, os tacapes e os adornos, obtinham o fogo por processo rudimentar, construíam as malocas, cortavam lenha, fabricavam redes lavradas e, como manifestação de carinho, podiam tatuar a mulher, auxiliá-la no parto etc. É claro que a proteção das mulheres, crianças e velhos era atividade masculina, bem como a realização de expedições guerreiras e o sacrifício de inimigos ou de animais, como a onça, que rendiam um novo "nome" ao sacrificante. As atividades xamanísticas também constituíam prerrogativas masculinas, embora existam referências esporádicas à participação das mulheres nestas atividades, bem como nas guerreiras (na qualidade de combatentes, nos casos de mulheres tríbades). A mulher suportava uma carga extremamente pesada no sistema de ocupação. Mas prevalecia a interdependência de trabalhos e serviços, de modo que eles se completavam e amparavam mutuamente.

Os Tupis ignoravam a exploração econômica do trabalho escravo. Seus cativos eram tratados como membros do "nosso grupo" até a data do sacrifício. Doutro lado, a pobreza do sistema tecnológico compelia-os a tirar o maior proveito do organismo humano e de suas energias, em todo gênero de atividade, bem como a combinar a capacidade de trabalho individual em diferentes fins. Como salienta Cardim, tratando do mutirão: "assim quando hão de fazer algumas coisas, fazem vinhos e avisando os vizinhos, e apelidando toda a povoação lhes rogam que queiram ajudar em suas roças, o que fazem de boa vontade, e trabalhando até as dez horas tornam para as suas casas a beber os vinhos, e se aquele dia se não acabam as roçarias, fazem outros vinhos e vão outro dia até dez horas acabar seu serviço". Naturalmente, os serviços assim prestados deviam ser retribuídos, o que engendrava um complexo sistema de compensações recíprocas e adiadas. Encarando as relações dos indígenas desse ângulo, alguns cronistas sentiram-se tentados a supor que eles vivessem num regime de *commutatione rerum*. No entanto, como percebeu muito bem

d'Abbeville, nesse sistema comunitário havia lugar para diversas gradações: "Embora possuam alguns objetos e roças particulares, não têm o espírito de propriedade particular e qualquer um pode aproveitar-se de seus haveres livremente."

Os laços de parentesco

Graças às relações de interdependência descritas, indivíduos e parentelas uniam-se nos grupos locais através de laços extremamente fortes, que imprimiam à ordem comunitária uma realidade vicinal. Mas, acima desses lados, e atravessando-os como base morfológica geral, estava uma teia ainda mais vigorosa de associação e de interdependência: o parentesco. Ele ligava no plano mais amplo da unidade tribal, articulando entre si grupos locais separados no espaço e isolados uns dos outros, por causa das dificuldades de contato. As atividades que davam conteúdo ou eficácia à ordem tribal dele derivavam ou nele encontravam seu fundamento. Assim, as expedições guerreiras, através das quais se estabelecia e mantinha o domínio tribal sobre os territórios ocupados, prendiam-se diretamente à necessidade de sacrificar vítimas humanas aos espíritos dos ancestrais míticos e dos parentes mortos. A própria distinção entre o *nosso grupo* (nossa gente) e o *grupo dos outros* (os inimigos) emanava do parentesco, "tanto que cada aldeia contém somente seis ou sete casas, nas quais, se não se interpusessem o parentesco ou aliança, não poderiam viver juntos, e uns e outros se devorariam".

Pelo que vimos, as relações dos sexos eram de molde a fazer com que a adaptação do homem às condições tribais de existência dependesse extremamente de atividades realizadas pela mulher. Anchieta assevera que "se acertam de não terem mãe ou irmãs, que tenham cuidado deles, são coitados". Assegurar aos membros masculinos do grupo doméstico oportunidades de casamento constituía, portanto, algo essencial. Como acontecia com os serviços e com os cativos, as mulheres circulavam entre as parentelas como se fossem bens. O "tio" ou o "primo" (primo cruzado) que herdassem uma "sobrinha" ou uma "prima" (prima cruzada) tinham que compensar seus parentes, mais tarde retribuindo de forma idêntica o benefício recebido. Essas duas modalidades de casamento preferencial permitiam resolver o problema da obtenção de esposas para os componentes casadoiros do grupo doméstico e, ainda, favoreciam o aumento do prestígio da parentela, nos casos em que o "tio" apenas utilizasse seus direitos sobre as "sobrinhas" para atrair jovens para a sua maloca (com o intuito de formar ou de aumentar sua unidade de caça ou de pesca, seu bando guerreiro e, às vezes, de constituir uma maloca independente).

Em resumo, pois, os Tupis praticavam o casamento preferencial na

forma avuncular (matrimônio do tio materno com a sobrinha) e na de matrimônio entre primos cruzados. Dessa maneira, alianças estabelecidas entre parentelas distintas passavam a renovar-se indefinidamente, o que preservava a solidariedade baseada nos laços de parentesco. Mas, também, era possível obter esposa fora do circuito estabelecido de compensações: um pretendente podia conseguir uma noiva noutra parentela e casar-se com ela. Nessa circunstância, obrigava-se a prestar serviços aos pais, tios e irmãos da noiva, antes e depois do casamento. Passava a viver como uma espécie de dependente no grupo doméstico do sogro. Era tal o volume das obrigações assim contraídas, que Thevet afirma que passavam "sua vida na maior servidão que o homem pode imaginar". É claro que, com o tempo, esses liames de dependência podiam ser removidos – ao nascer uma filha do casal ou pela herança de uma "sobrinha" ou "irmã", a família da esposa podia ser compensada pela perda sofrida, e o marido, se o desejasse, retornava com ela à maloca dos seus.

Daí se conclui que, pelo casamento, o homem tanto podia continuar no próprio grupo doméstico (patrilocalidade como alternativa inerente ao matrimônio avuncular e a certas formas de casamento entre primos cruzados) quanto passar a fazer parte da família da noiva (alternativa inerente à escolha da noiva fora do próprio grupo doméstico e a algumas formas de casamento entre primos cruzados). Além das conseqüências desses arranjos, na obtenção das esposas, é preciso considerar que as parentelas também procuravam facilitar o primeiro casamento de seus membros masculinos. Para poder casar, o jovem precisava "trocar de nome", mediante o sacrifício de uma vítima humana. Não era fácil conseguir isso por meios pessoais, pois a guerra envolvia situações complicadas e perigosas para os inexperientes. As parentelas fortes e influentes simplificavam as obrigações, através de presenteamento da primeira vítima. Mais tarde, o jovem beneficiado teria de recompensar o "irmão" ou o "tio", oferecendo-lhe um prisioneiro próprio. Mas, então, já estaria casado e competindo com homens da mesma idade por outras vítimas e outras esposas, com vantagens apreciáveis. Doutro lado, como os velhos podiam reter as mulheres mais jovens como esposas, tal vantagem também favorecia a escolha de uma esposa da mesma geração ou mais jovem. Como indicam várias fontes, em outras circunstâncias o jovem precisava conformar-se, muitas vezes, com esposas velhas e até infecundas.

O aumento do número de esposas dependia de diversas condições. A importância e a extensão da parentela; o significado assumido por "alianças" com os membros dela, pela teia de obrigações criada pela troca de

mulheres: o valor do indivíduo como xamã, guerreiro, chefe de família, caçador ou pescador. O fato é que a competição por prestígio e influência, entre as parentelas, realizava-se amplamente em torno do aumento do número de mulheres e que os homens bem-sucedidos conseguiam logo mais duas ou três mulheres. A família polígina abrangia, em média, três ou quatro esposas. Alguns cabeças de parentela, como o célebre Cunhambebe, contavam com um número maior de esposas (segundo Thevet, ele possuiria treze mulheres: oito no lar e cinco pelos grupos locais vizinhos, e isso significa que dispunha de cinco "sobrinhas", que podiam ser tratadas como esposas potenciais). Pelas indicações dos cronistas, é presumível que surgissem desentendimentos entre elas, provocados pelos ciúmes resultantes das preferências do marido. Uma das esposas podia ser eleita a predileta (*temericô ête*), passando a substituir as demais nos papéis de parceira sexual. No entanto, prevalecia em seu tratamento mútuo certa harmonia, reforçada pelo respeito devido às mulheres mais velhas e à autoridade do marido. A seguinte opinião parece definir bem a situação: "e de ordinário [as primeiras mulheres] têm paz com suas comborças, porque tanto as têm por mulheres de seus maridos como a si mesmas".

Relações sociais

A mesma urbanidade foi notada pelos cronistas nas relações das esposas com o marido e no tratamento dos filhos dele. Com referência a este assunto, parece conveniente ressaltar que todos os filhos eram considerados como igualmente legítimos, recebendo o mesmo tratamento por parte do pai. As noções tupis de concepção apontavam-no como o agente da reprodução, "porque não atribuíam nada da geração à mãe, antes consideravam que somente o pai é o autor, e que essa substância sendo sua, ele a deve alimentar, sem respeitar uns mais do que os outros". Isso explica por que, quando do nascimento do filho, cabia-lhe guardar o resguardo (*couvade*) e realizar diversas cerimônias, relacionadas com o bem-estar ou com a integração da criança na comunidade. Os castigos eram prescritos na educação dos filhos, encarando-se a polidez e o respeito mútuo como o meio ideal para dirigir sua vontade e incitá-los a imitar os exemplos dos mais velhos. Esses traços revelam-se também noutras esferas do tratamento recíproco, como, por exemplo, na chamada *saudação lacrimosa*, durante a qual recebiam os parentes (ao retornarem de viagens longas) ou de outros grupos locais e os "estranhos", aceitos como aliados. Mas eram particularmente fortes no intercâmbio afetivo dos pais com os filhos ou dos irmãos entre si. Aqueles "estimam mais fazerem bem aos filhos que a si próprios", enquanto estes "são obedientíssimos a seus pais e mães, e todos muito amáveis e aprazí-

veis". Os irmãos, por sua vez, tinham "muito particular amor [pelas irmãs], como elas também toda a sujeição e amor aos irmãos com toda a honestidade".

O funcionamento do sistema tribal de ações e de relações sociais, nos dois planos em que o consideramos (no da organização do grupo local e no da integração do sistema de parentesco), envolvia situações em que o passado se renovava, praticamente, de modo contínuo no presente. As regras e normas estabelecidas para situações já vividas podiam ser aplicadas, com eficiência inalterável, às situações novas, em que se mantivesse a integridade estrutural e funcional da organização tribal. O homem e a mulher *sabiam* como agir nas diversas atividades relacionadas com a caça, com a pesca, com a horticultura, com a repartição de víveres, com o conforto e a segurança domésticos, com a guerra etc. O "pai", a "mãe", o "filho", a "filha", o "irmão", a "irmã", a "tia", o "tio", todos sabiam o que esperar uns dos outros e como comportar-se nas mais variadas situações tribais de existência. Se surgisse algum imprevisto, as exigências novas podiam ser examinadas pelos velhos – os cabeças de parentela – em reuniões feitas no âmbito do grupo doméstico ou como parte das atividades dos conselhos de chefes dos grupos locais e das tribos. Esse exame conduzia ao cotejo das situações novas com os exemplos legados pelos antepassados, com o fito de ampliar a área de utilização prática dos conhecimentos fornecidos por aqueles exemplos e pelas tradições. As decisões tomadas estabeleciam como "norma" os ensinamentos inferidos das experiências coletivas anteriores, impondo-se como se elas próprias fizessem parte das tradições seculares da tribo. Os mortos e os modelos de conduta por eles consagrados governavam literalmente os vivos. Como dizia *Japy-açu*, a respeito desse mecanismo, pelo qual os conselhos dos velhos tentavam enfrentar as exigências do presente: "Bem sei que esse costume é ruim e contrário à natureza, e, por isso, muitas vezes procurei extingui-lo. Mas todos nós, velhos, somos quase iguais e com idênticos poderes; e se acontece um de nós apresentar uma proposta, embora seja aprovada por maioria de votos, basta uma opinião desfavorável para fazê-la cair; basta alguém dizer que o costume é antigo e que não convém modificar o que aprendemos de nossos pais."

Organização tribal e reação à conquista

O caráter e as conseqüências dos contatos de povos diferentes dependem, entre outros fatores psicossociais e socioculturais, da maneira pela qual eles se organizam socialmente. A influência ativa da organização social nas relações de povos em contato (transitório, intermitente ou permanente) revela-se, principalmen-

te, sob dois aspectos: a) estatisticamente, pela capacidade de manter, em situações sociais mais complexas e instáveis, a integridade e a autonomia da ordem social estabelecida; b) dinamicamente, pela capacidade de submeter as situações sociais emergentes a controle social eficiente, mediante a reintegração estrutural e funcional do padrão de equilíbrio inerente à ordem social estabelecida. Os resultados empíricos da análise anterior mostram-nos que o sistema organizatório dos antigos Tupis possuía um padrão de equilíbrio interno relativamente indiferenciado e rígido. Este se subordinava à renovação contínua de condições estáveis, tanto nas relações do homem com a natureza, quanto nas relações dele com seus semelhantes. Alterações bruscas, que se repetissem regularmente depois, só poderiam ser enfrentadas com sucesso quando as demais esferas da vida se mantivessem estáveis e houvesse tempo para explorar, com eficácia, o demorado mecanismo de escolha da solução, entre tentativas recomendáveis à luz da experiência anterior. A presença do branco constituía uma alteração dessa espécie, que não podia ser arrostada, entretanto, em condições favoráveis. O sistema organizatório tribal logo passou a ressentir-se dos efeitos desintegradores, resultantes de sua incapacidade de reajustar-se a situações novas, impostas pelo contato com o invasor branco.

Os primeiros brancos e o escambo

O estudo da evolução da situação de contato põe em evidência as condições dentro das quais o sistema organizatório tribal podia reagir construtivamente à presença dos brancos. Enquanto estes eram em pequeno número e podiam ser incorporados à vida social aborígine ou se acomodavam às exigências dela, nada afetou a unidade e a autonomia do sistema social tribal. Essa situação manteve-se onde os brancos se limitavam à exploração de produtos que podiam ser permutados com os índios, especialmente o pau-brasil. O intercâmbio econômico, nessas condições, não exigia a permanência de grande número de estranhos nos grupos locais, o que dava aos nativos a possibilidade de impor sua autoridade e seu modo de vida. Os brancos viviam nos grupos locais, literalmente sujeitos à vontade dos nativos; ou se agrupavam nas feitorias, dependendo tanto sua alimentação quanto sua segurança do que decidiam fazer os "aliados" indígenas. Os contatos dos Tupis com os franceses sempre se fizeram segundo esse tipo de relação. Mas, a partir de 1533, aproximadamente, os portugueses puderam alterar, em várias regiões ao mesmo tempo, o caráter de seus contatos com os indígenas, subordinando-os a um padrão de relação mais favorável com seus desígnios de exploração colonial da terra, dos recursos que ela possuía e dos moradores nativos. Isso se deu com a adoção do regime das donatarias.

As transformações daí resultantes, no trato com os indígenas, acentuaram-se ainda mais com a criação posterior do governo-geral. Subverteu-se o padrão de relação, passando a iniciativa e a supremacia para as mãos dos brancos, que transplantaram para os trópicos o seu estilo de vida e as suas instituições sociais.

É claro que o escambo envolvia um padrão de relação social aprendido sob influência do branco. A troca silenciosa, praticada pelos nativos nas relações tribais, pressupunha certos riscos para os agentes e era ocasional. No entanto, a permuta em espécie e a prestação de serviços aos brancos (concernentes ao alojamento, à alimentação, ao transporte de utilidades, de bagagens e de pessoas etc.) exigiam certa regularidade e intensidade, bem como um clima relativamente seguro para os entendimentos. Durante certo tempo, ele foi fomentado devido à importância atribuída pelos indígenas às mercadorias que lhes eram oferecidas pelos europeus, cujo uso eles entendiam ou redefiniam, de modo a reputá-las muito acima do "valor" que elas tinham para os brancos. Mas, a partir de certo momento, o escambo prendeu os indígenas a uma teia mais ampla e invisível de interesses, compelindo-os a compartilhar das rivalidades e dos conflitos que agitavam as nações européias, por causa da posse das terras brasileiras e de suas riquezas. Os indígenas não compreendiam, naturalmente, os aspectos abstratos desses compromissos. Todavia, agiam no plano prático de acordo com eles. Especialmente depois que a presença dos portugueses configurou-se como uma ameaça, o escambo passou a representar um meio para obter "alianças" que pareciam decisivas. Em suma, o apoio nos invasores europeus logo adquiriu, para os indígenas, significado equiparável ao que as "alianças" com os nativos possuíam para os próprios brancos.

Relações entre brancos e índios

Os bens culturais, recebidos através do escambo, não chegaram a desencadear mudanças culturais profundas. A razão disso é evidente. Artefatos como o machado, a enxada, a faca, a foice, além dos tecidos, dos espelhos, dos colares de vidro e outras quinquilharias, logo foram muito cobiçados pelos indígenas. A ponto de se sujeitarem não só a permutá-los com os próprios bens, mas a prestar serviços em condições muito árduas para consegui-los. A difusão desses elementos culturais não afetava, entretanto, o equilíbrio do sistema organizatório tribal. De um lado, porque o uso de tais artefatos não se fazia acompanhar da aceitação das técnicas européias de produção, de circulação e de consumo. De outro, porque os próprios indígenas selecionavam os valores que desejavam incorporar à sua cultura, rejeitando os demais, às vezes até de forma desagradável para os brancos (como, por

exemplo, as maneiras dos europeus às refeições ou diante dos bens naturais, que pretendiam acumular em grande quantidade: os nativos ridicularizavam-nos abertamente). O essencial é que os brancos não tinham poder, nessas condições, de obrigá-los a agir de outra forma e a promover a substituição de instituições tribais que lhes pareciam "bárbaras". Em conseqüência, o processo de mudança cultural seguia o curso determinado pela capacidade de assimilação de inovações dos aborígines.

Por sua vez, os agentes humanos desse processo de difusão não perturbavam o equilíbrio da vida social tribal. Os que se viam na contingência de aceitar alojamento entre os nativos tinham que se acomodar, forçosamente, às tradições tribais. Para terem alimentos, disporem de proteção ou de outras regalias e, mesmo, possuírem uma posição social definida nos grupos locais, precisavam escolher *principais* que funcionassem como seus "hospedeiros" (*mussucás*). Com isso, eram de fato integrados à família grande dos *mussucás*, através do matrimônio. A "aliança", nesses casos, baseava-se em laços de parentesco por afinidade: o indivíduo que se tornava *aturasáp* ou *kotuasáp* adquiria uma posição na estrutura social como membro de determinado grupo doméstico (na qualidade de marido da "irmã" ou da "filha" do *mussucá*). Nessas circunstâncias, era compelido a comportar-se de acordo com direitos e deveres que já encontrava plenamente constituídos. O impacto da situação na personalidade dos brancos era tão forte, que eles às vezes passavam a viver como nativos, assimilando inclusive atitudes e valores considerados como degradantes pelos europeus, como a participação dos sacrifícios humanos e do repasto antropofágico. Os que viviam agrupados nas feitorias estavam sujeitos à mesma condição de dependência perante os nativos. O índio era a fonte de alimentos, de bens para exportação e da pouca segurança existente em face das tribos hostis e dos brancos pertencentes a nacionalidades inimigas, no âmbito da colônia. Como não possuíam mulheres brancas, obtinham as companheiras através de arranjos com os indígenas. Isso também redundava em agregação às famílias dos "aliados", sobre os quais podiam exercer influência muito reduzida e aos quais se viam forçados a contentar das mais variadas maneiras, inclusive participando de suas expedições guerreiras, de cauinagens e outras cerimônias tribais.

Os portugueses, a agricultura e a escravidão

Só os portugueses conseguiram modificar esse padrão de relações com os nativos. Ainda assim, depois de prolongada experiência com o outro tipo de relações, que infundiam no branco verdadeiro pavor diante do indígena, em virtude do estado de insegurança e de sobressalto em que precisavam viver normal-

mente. Essa constatação é tão verdadeira, que muitas atrocidades, cometidas pelos portugueses, se explicam mais pelo medo que pela cobiça ou pela crueldade insofreável. Ao substituírem o escambo pela agricultura, os portugueses alteraram completamente seus centros de interesse no convívio com o indígena. Este passou a ser encarado como um obstáculo à posse da terra, uma fonte desejável e insubstituível de trabalho e a única ameaça real à segurança da colonização. Passamos, então, do período de tensões encobertas para a era do conflito social com os índios. Os alvos dos brancos só poderiam ser alcançados e satisfeitos pela expropriação territorial, pela escravidão e pela destribalização (ou seja, pela desorganização deliberada das instituições tribais, que pareciam garantir a autonomia dos nativos e eram vistas como "ameaças" à segurança dos brancos, como as instituições vinculadas à vida doméstica, ao xamanismo e à guerra).

O anseio de "submeter"' o indígena passou a ser o elemento central da ideologia dominante no mundo colonial lusitano. Na prática, porém, esse elemento sofria várias gradações, provocadas por interesses e por valores sociais que dirigiam a atuação dos indivíduos pertencentes aos diversos estamentos da sociedade colonial em formação. Aí é preciso distinguir três espécies de polarização. Primeiro, o colono, o agente efetivo da colonização: para ele, "submeter" os indígenas equivalia a reduzi-los ao mais completo e abjeto estado de sujeição. Tomar-lhes as terras, fossem "aliados" ou "inimigos"; convertê-los à escravidão, para dispor *ad libitum* de suas pessoas, de suas coisas e de suas mulheres; tratá-los literalmente como seres subumanos e negociá-los – eis o que se entendia como uma solução razoável e construtiva das tensões com os diferentes povos aborígines. Segundo, o administrador ou agente da Coroa, que compartilhava e comungava dos interesses indicados, mas que era forçado a restringi-los ou a amenizá-los, por causa da pressão das circunstâncias. A exportação de produtos naturais, como o pau-brasil e outras utilidades, coexistiu durante algum tempo com a exploração agrícola organizada e com o apresamento de índios movido por fins comerciais. Em conseqüência, o trabalho do indígena era tão necessário na forma anterior, pressuposta pelo escambo, quanto nas lavouras. Doutro lado, navios de outras nacionalidades (principalmente franceses) conseguiam tirar proveito lucrativo do escambo com tribos hostis aos portugueses. Daí a necessidade de prudência no trato do indígena: todas as concessões podiam ser feitas aos colonos, mas de modo a resguardar certos interesses fundamentais, que dessem à Coroa a possibilidade de utilizar as tribos "aliadas" como instrumento de conquista e de controle dos territórios ocupados. Embora

nem sempre os colonos respeitassem tais convenções, o complexo-alvo era atingido mediante a atribuição de certas garantias às tribos "aliadas" e a admissão concomitante do direito à guerra justa contra as tribos "hostis". Portanto, a "proteção" legal, concedida aos índios, possuía um caráter predominantemente restritivo que, sem impedir os piores abusos dos colonos, favorecia a realização da política de exploração dos indígenas como fator humano da colonização. Terceiro, os jesuítas, cujas atividades contrariavam, com freqüência, os interesses dos colonos e, mesmo, as conveniências da Coroa, mas concorriam igualmente para atingir o fim essencial, que consistia em destruir as bases de autonomia das sociedades tribais e reduzir as povoações nativas à dominação do branco.

Os jesuítas

É interessante notar como a influência dos jesuítas tem sido avaliada em termos estritos do horizonte intelectual do "colonizador". Desse ângulo, seu papel humanitário ressalta facilmente, em virtude dos conflitos que tiveram a coragem de enfrentar, seja com os colonos, seja com os oficiais da Coroa ou diretamente com esta. Invertendo a perspectiva, entretanto, e examinando as coisas tendo em vista o que se passou no seio das sociedades aborígines, verifica-se que a influência dos jesuítas teve um teor destrutivo comparável ao das atividades dos colonos e da Coroa, apesar de sua forma branda e dos elevados motivos espirituais que a inspiravam. Coube-lhes desempenhar as funções de agentes de assimilação dos índios à *civilização cristã*. Em termos práticos, isso significa que os jesuítas conduziram a política de destribalização, entre os indígenas que optaram pela submissão aos portugueses e desfrutavam da regalia de "aliados". Em seus relatos, percebemos como eles concentraram seus esforços na destruição da influência conservantista dos pajés e dos velhos ou de instituições tribais nucleares, como o xamanismo, a antropofagia ritual, a poliginia etc.; como eles instalavam no ânimo das crianças, principalmente, dúvidas a respeito da integridade das opiniões dos pais ou dos mais velhos e da legitimidade das tradições tribais; e, por fim, como solaparam a eficiência adaptativa do sistema organizatório tribal, pela aglomeração dos indígenas em reduzido número de "aldeias", agravando os efeitos da escassez de víveres (resultante da competição com os brancos) e introduzindo desequilíbrios insanáveis nas relações dos sexos e no intercâmbio do homem com a natureza. Esses aspectos negativos inevitáveis da atuação dos jesuítas assinalam em que sentido eles operavam como autênticos agentes da colonização e situam suas funções construtivas no plano da acomodação e do controle das tribos submetidas à ordem social criada pelo invasor branco.

Reação dos índios

Em outras palavras, a partir da instituição das donatarias o sistema organizatório tribal teve que corresponder a exigências sociais que provinham da formação de um sistema social mais complexo e absorvente, cuja estrutura interna impunha uma posição subordinada e dependente às comunidades aborígines. Tribos autônomas convertiam-se em camada social heteronômica de uma sociedade organizada com base na estratificação interétnica (no caso: na dominação dos índios pelos portugueses). Teoricamente, podemos presumir três formas básicas de reação do índio a esse desdobramento da conquista: a) de preservação da autonomia tribal por meios violentos, a qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do lavrador branco; b) a submissão, nas duas condições indicadas, de "aliados" e de "escravos"; c) de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva. Essas três formas de reação hão de ocorrer, de fato, contribuindo para modelar os contornos assumidos pela civilização luso-brasileira.

"Confederação dos Tamoios"

A primeira forma de reação pode ser exemplificada pelo que se vem chamando, impropriamente, de "Confederação dos Tamoios", bem conhecida graças, principalmente, aos relatos de Nóbrega e Anchieta. Sua importância histórica provém de comprovar ela que as populações aborígines tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuitos conquistadores dos brancos. Ela também revela a inconsistência do sistema organizatório tribal para atingir semelhante objetivo. Na ocasião, ainda que temporariamente, a desvantagem tecnológica dos indígenas podia ser amplamente compensada pela supremacia oriunda da preponderância demográfica e pela iniciativa de movimentos combinada ao ataque simultâneo a diversas posições dos brancos, do litoral ao planalto. Tudo parecia indicar que os brancos seriam varridos da região, o que deu origem à missão que tornou Anchieta ainda mais célebre. No entanto, o sucesso dos índios foi parcial e efêmero. As fontes de funcionamento eficiente da sociedade tribal impediam a formação de um sistema de solidariedade supratribal, exigido pela situação. As *alianças* fragmentaram-se e a luta contra o invasor tornou ao antigo padrão dispersivo, que jogava índios contra índios, em benefício dos brancos. É que os laços de parentesco que promoviam a unidade das tribos engendravam rivalidades insuperáveis, mesmo em ocasiões de emergência, no âmbito mais amplo da cooperação intertribal.

A submissão voluntária

A segunda forma de reação foi posta em prática pelos Tupis em todas as regiões do país, às vezes sob o influxo dos jesuítas e garantias formais das autoridades; outras, como decorrência da derrota em "guerras justas". O exemplo do que ocorreu na Bahia sugere que a submissão voluntária (única alternativa que nos interessa agora) equivalia, em ritmo lento, ao extermínio puro e simples. Os efeitos da destribalização (que iam da seleção letal nas populações aborígines à perda do interesse pela vida), as doenças contraídas nos contatos com os brancos e a escassez freqüente de víveres, somadas aos inconvenientes do trabalho forçado de toda espécie, inclusive na guerra, faziam com que o regime imposto de vida operasse como um sorvedouro de seres humanos. Não obstante, foi no intercâmbio assim estabelecido entre os nativos e os portugueses que surgiu uma população mestiça, capaz de dar maior plasticidade ao sistema social em formação e de contribuir para a preservação de elementos culturais herdados dos indígenas.

A preservação da autonomia tribal

A terceira forma de reação tinha pouca eficiência, devido à grande mobilidade das "entradas" e "bandeiras" dos portugueses, como nos atestam os relatos de Knivet, Frei Vicente do Salvador, Gabriel Soares, dos jesuítas etc. Todavia, ela constitui a maneira típica de acomodação, desenvolvida pelos nativos na tentativa de controlar os efeitos da invasão. Trata-se, naturalmente, de um controle de natureza passiva, que transforma o isolamento em fator de defesa da autonomia tribal. Apesar disso, ele pressupunha certo conhecimento, por parte dos indígenas, da seqüência de acontecimentos associados ao domínio do branco e o propósito de evitá-los. O seguinte trecho, atribuído à intervenção de *Momboré-uaçu* contra a "aliança" dos Tupinambás com os franceses, situa bem a questão: "Vi a chegada dos peró [portugueses] em Pernambuco e Potiú; e começaram eles como vós, franceses, fazeis agora. De início, os peró não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nessa época, dormiam livremente com as raparigas, o que os nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem, e edificar cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejavam que constituíssemos uma só nação. Depois, começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que Deus somente lhes permitia possuí-las por meio do casamento e que eles não podiam casar sem que elas fossem batizadas. E para isso eram necessários *paí*. Mandaram vir os *paí*; e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos e a batizá-los. Mais tarde afir-

maram que nem eles nem os *paí* podiam viver sem escravos para servirem e por eles trabalharem. E, assim, se viram constrangidos os nossos a fornecer-lhos. Mas, não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação; e com tal tirania e crueldade a trataram, que os que ficaram livres foram, como nós, forçados a deixar a região."

Portanto, há uma conexão bem definida entre os sucessos e os insucessos dos Tupis, em suas relações com os brancos, e o padrão tribal de organização de sua sociedade. Enquanto as situações eram simples, o sistema organizatório tribal continuou a funcionar normalmente, mantendo as condições que asseguravam o equilíbrio e a autonomia da vida social aborígine. Quando as situações se complicaram, o sistema organizatório tribal não se diferenciou internamente, modificando-se com elas. Ao contrário, manteve-se relativamente rígido e impermeável às exigências impostas pelo crescente domínio dos brancos. Isso fez com que tivessem de escolher entre dois caminhos: a submissão, com suas conseqüências aniquiladoras da unidade tribal, ou a fuga com o isolamento. Esta alternativa, sob vários aspectos, representa a modalidade de reação à conquista mais consistente com as potencialidades dinâmicas do sistema organizatório tribal. Ela deslocou a luta pela sobrevivência e pela autonomia tribal para o terreno ecológico. Os Tupis pagaram elevado preço por tal solução, pois tiveram de adaptar-se, progressivamente, a regiões cada vez mais pobres. Mas conseguiram, pelo menos parcialmente, combinar o isolamento à preservação de sua herança biológica, social e cultural.

O ADVENTO DO HOMEM BRANCO

LIVRO TERCEIRO

CAPÍTULO I

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES

DE VOLTA a Portugal, o navio de mantimentos que deixara Porto Seguro a 1º de maio, sob o comando de Gaspar de Lemos, explorou provavelmente uma parte de nosso litoral, sem que se possa determinar qual o último ponto alcançado. Ignora-se também a data de sua chegada a Lisboa. Em todo caso, as notícias que levou sobre o descobrimento não devem ter causado extraordinária impressão, a julgar pela demora com que se preparou a primeira frota de reconhecimento. A de João da Nova, que saiu em março de 1501, dirigia-se na realidade à Índia e, se tocou algum ponto da costa brasileira, foi de passagem. Só na primeira quinzena de maio é que deveria partir uma armada expressamente destinada à terra de Vera Cruz. As versões que atribuíam seu comando ora a D. Nuno Manuel, ora a André Gonçalves, acham-se hoje abandonadas. Por outro lado, o nome de Fernão de Loronha, ou Noronha, apontado mais recentemente, não se apóia, por ora, em documentação decisiva e incontroversa.

A primeira frota de reconhecimento

A bordo ia Américo Vespúcio, cujos conhecimentos náuticos poderiam ser de valor para o bom êxito da empresa. A julgar pelas notícias que o próprio Vespúcio forneceu ulteriormente, essa frota teria explorado grande extensão da costa leste da América do Sul. Efetivamente, escrevendo em 1502 a Lorenzo di Pier Francesco de Medici, pretende o florentino que a expedição correu 800 léguas ao longo do litoral, chegando a 50° de latitude sul. Esses dados correspondem, em números redondos, aos do ato notarial de Valentim Fernandes, tabelião público em Lisboa, lavrado em maio de 1503, onde se lê que a armada seguiu aquela costa por perto de 760 léguas, tendo chegado, em direção ao sul, até a altura de 53°. Foi no curso dessa viagem que, segundo a maioria dos historiadores, a partir de Varnhagen, o comandante, de calendário em punho, nomeou diferentes lugares da costa brasileira

– do cabo de Santo Agostinho ou de São Roque até São Vicente – que ainda conservam essas designações primitivas. Quanto ao ponto extremo ao sul atingido pela frota, dividem-se as opiniões entre as ilhas Malvinas e a chamada Geórgia Austral.

A expedição de 1503. O pau-brasil

À expedição de 1501-1502 seguiu-se, no ano imediato, a que comandava Gonçalo Coelho. Essa a opinião geralmente aceita entre os historiadores e aparentemente abonada por autoridades quinhentistas do porte de João de Barros e Damião de Góis. Faltam-nos, contudo, testemunhos diretos acerca de tal viagem, e o que dela se tem dito provém da célebre *Lettera al Soderini*, atribuída a Vespúcio. É muito provável que os mesmos autores portugueses do século XVI que falaram a seu respeito a tivessem conhecido e utilizado, ao menos na sua versão latina. Ora, depois que a moderna crítica histórica mostrou ser apócrifa aquela carta, desaparece o principal fundamento onde assentavam as informações conhecidas acerca da referida navegação.

Que uma ou mais expedições portuguesas alcançaram o litoral do Brasil pelo ano de 1503 e que numa delas iria o mesmo Fernão de Loronha, já associado, por alguns, à viagem de 1501-1502, parece de qualquer modo fora de dúvida. Loronha, por sua vez, é bem conhecido pela sua participação no consórcio de negociantes que recebe a terra em arrendamento por um prazo de três anos, a terminar em 1505. Segundo as cláusulas do contrato, obrigavam-se esses comerciantes a mandar todos os anos seis navios à nova possessão lusitana e ali erigir e conservar uma fortaleza. Dos artigos comerciáveis que dali se tiravam, as madeiras de tintura eram, sem dúvida, o mais importante. O largo emprego desse produto nas indústrias de tecidos tornava sua exploração altamente lucrativa, embora não se comparasse, por esse aspecto, ao que resultava das riquezas da Índia.

Foi o pau-brasil, também, um dos atrativos dos comerciantes franceses que percorreram, já a esse tempo, o nosso litoral, e uma das causas das fricções que se suscitaram aqui entre eles e os portugueses. Pouco se sabe do trato de pau de tinta que então se desenvolveu. Contudo, a julgar pelo resultado de estudos recentes, divergiriam muito os métodos utilizados pelos dois povos. Ao passo que os marinheiros lusitanos recebiam-no por intermédio das suas feitorias costeiras, o que deveria dificultar o contato com os naturais da terra, dado que os toros se acumulavam nas mesmas feitorias antes e depois da arribada dos navios, e os tripulantes das embarcações francesas, ao contrário, tratavam diretamente com as tribos indígenas, procurando familiarizar-se com seus hábitos.

Escravos, sagüis e papagaios...

Algum tráfico de escravos também se deu, certamente, nos primeiros tempos da exploração de nosso litoral. As grandes araras de cores vistosas, que nele se achavam em abundância e parecem ter impressionado vivamente os europeus da época, também chegaram a tornar-se objeto de comércio: desse fato deriva um dos nomes com que o Brasil aparece mencionado em certos mapas e em outros documentos contemporâneos. Uma embarcação armada por Loronha e alguns sócios, que saiu de Lisboa em fevereiro de 1511, a *Nau Bretoa*, levou de regresso uma carga composta de pau-brasil, escravos, tuins, gatos, sagüis e papagaios. Era quase tudo o que daria a terra por aqueles tempos.

Reconhecimento da costa

Até a data da viagem da *Nau Bretoa*, todo o nosso litoral já fora praticamente percorrido por expedições comerciais ou de reconhecimento. É possível que os próprios navios da carreira da Índia tocassem ocasionalmente algum ponto da costa, segundo as previsões de Caminha. A própria frota de Afonso de Albuquerque, o *terribil*, estaria, nesse caso, a dar-se crédito no depoimento de um feitor de Bartolomeu Marchione, o florentino Giovanni Empoli, que nela viajara. O mais provável, no entanto, é que essa frota, quando muito, se aproximou de nosso litoral, sem nele fazer escala. Bem mais verossímil é o que diz o mesmo Empoli de sua estada, em 1510, na "terra de Sancta Croce, chiamata Brasile". Viajava dessa feita na armada de Diogo Mendes de Vasconcelos, destinada a Malaca.

Depois disso, ainda percorreram a costa brasileira, entre outras, certamente, as duas embarcações fretadas por D. Nuno Manuel e Cristóvão de Haro, que parecem ter reconhecido o estuário do Prata em 1514. Mais importante foi, porém, a expedição oficial de Cristóvão Jaques, entre 1516 e 1519, que resultou na fundação de uma feitoria em Pernambuco e abrangeu viagens ao sul, até o Rio da Prata. O fito principal de Cristóvão Jaques deve ter sido o de observar e estorvar, se necessário, os castelhanos, em suas explorações nesta parte do continente. Das viagens mais significativas que por essa época foram realizadas sob os auspícios da coroa de Castela é de mencionar a de João Dias de Solis, que, iniciada em 1515, inclui todo o litoral ao sul do Cabo de Santo Agostinho e alcança o Rio da Prata: morto o capitão pelos índios charruas, perdida uma das embarcações, que soçobrou no porto dos Patos, duas outras que restaram da frota ocuparam-se, durante o regresso, no trato do pau-brasil nos domínios portugueses.

Maior alcance teve a de Fernão de Magalhães, que em fins de 1519 alcançou a baía do Rio de Janeiro, onde por algum tempo se deteve.

Posteriores a essa, ainda se contam, em 1525, a malograda expedição de Garcia Jofre de Loaysa, que costeou o Brasil, ao sul do cabo de São Tomé até ir destroçar-se nas imediações do estreito de Magalhães, e, no ano seguinte, as de Diogo Garcia e de Sebastião Caboto.

Comerciantes e corsários franceses

Além disso, já se sabe como vários comerciantes e também corsários franceses freqüentaram assiduamente águas brasileiras. Já em 1504 são assinaladas suas incursões. Nesse ano, com efeito, o navio *Espoir*, sob o mando do Capitão Paulmier de Gonneville, de Honfleur, alcançou nosso litoral, à altura, segundo parece, de Santa Catarina, onde seus homens permaneceram cerca de um semestre. Durante a viagem de regresso, o navio ainda escalou em outro ponto, provavelmente na região de Porto Seguro, de onde seguiu para um lugar situado a cerca de cem léguas para o norte. Aqui se abasteceu de víveres e mercadorias antes de voltar à Europa. Já prestes a aportar na Normandia, viu-se, porém, atacado por um pirata inglês, e o capitão preferiu lançar ao mar toda a carga a cedê-la aos agressores. De todo o sucedido deixou-nos uma "relação autêntica", impressa integralmente só no século passado, por iniciativa de D'Avezac.

Nessas viagens francesas, diversamente do que sucedia no caso das portuguesas ou castelhanas, a iniciativa particular primava decididamente sobre a ação oficial. A armadores, normandos e bretões, em sua maioria, coube organizar o tráfico de pau de tinta, principalmente na faixa costeira entre o cabo de Santo Agostinho e o Rio Real, desenvolvendo-se entre eles e os índios um contato muitas vezes cordial que chegaria a ameaçar a colonização lusitana nestas terras. Entre os armadores que se distinguiram nessa atividade cabe lugar de grande realce aos Ango, de Dieppe, que chegariam a instituir um tráfico assíduo entre a França e o Brasil. Documentos ultimamente publicados sugerem que a América lusitana se achava incluída nos planos de navegação dos Varrazani: em papéis achados nos arquivos notariais de Ruão aparece, com efeito, Jerônimo, o "cosmógrafo", irmão do grande João Varrazano, fretando um navio para ir à "terra e ilha do Brasil". O historiador Michel Mollat, a quem se deve a publicação, em 1949, desses textos, chega a perguntar se é temeridade admitir que o único resultado das viagens varrazanianas ao Novo Mundo terá sido a inauguração de um comércio regular entre a Normandia e as terras portuguesas neste continente.

Cristóvão Jaques

E se a primeira viagem de Cristóvão Jaques ao Brasil fora provocada, em 1516, pela assiduidade com que as frotas

castelhanas pareciam querer orientar-se para as nossas águas, a segunda, iniciada dez anos mais tarde, com sua frota composta de uma nau e cinco caravelas, dirigia-se contra os corsários que, em sua maior parte, segundo palavras de Frei Luís de Sousa, procediam dos "portos de França do Mar Oceano". Chegando a Pernambuco, Jaques mandou de regresso a Portugal a capitânia carregada de brasil e navegou para o sul com as caravelas. Num recôncavo sito em território hoje baiano, deparou com três barcos bretões que carregavam pau de tinta. Agindo, segundo consta, em defesa própria, deu-lhes combate durante um dia inteiro e saiu vencedor. Parte dos marinheiros intrusos embrenhou-se nas matas, procurando abrigo entre as tribos indígenas. Os outros, cerca de trezentos, renderam-se a Jaques, que os levou a Pernambuco onde os tratou com requintes de crueldade. Alguns foram supliciados e outros, enterrados até o pescoço, mortos a tiros de arcabuz, depois de confiscados seus navios e mercadorias. Tornando ao sul, em direção ao Rio de Janeiro e ao Rio da Prata, Cristóvão Jaques prosseguiu em sua caça aos franceses, agindo simultaneamente contra os índios que pareciam favorecê-los.

As notícias sobre a violência mostrada por esse navegante contra os marinheiros bretões procedem quase sempre de fontes francesas, pois, na versão mais difundida entre autores portugueses, os trezentos marinheiros, pretensamente mortos e supliciados em Pernambuco, teriam sido embarcados para Lisboa. De qualquer modo, os protestos surgidos e as respostas que provocaram indicam que Cristóvão Jaques não fora um modelo de benignidade. A carta onde D. João III pretende que as perdas sofridas pelos portugueses em seus contrastes com os corsários franceses se elevem a trezentos navios e cerca de quinhentos mil cruzados mostra, apesar do exagero mais do que provável, as preocupações que começavam a causar, em Lisboa, essas atividades dos traficantes do norte.

O remédio para tal situação estaria em povoar a terra do Brasil. O próprio Cristóvão Jaques propusera-se trazer mil colonos. Por sua vez, João de Melo da Câmara, irmão do capitão da ilha de São Miguel, prometia dentro de curto prazo, e sem ônus para a fazenda real, introduzir aqui dois mil homens, gente "de muita sustância e pessoas mui abastadas e que podem consigo levar muitas éguas, cavalos e gados e todas as coisas necessárias para frutificamento da terra..."

Martim Afonso de Sousa

A essas propostas extremadas preferiu D. João contemporizar, adotando uma solução mais modesta. A armada de Martim Afonso de Sousa, que deveria deixar Lisboa a 3 de dezembro de 1531, vinha com poderes extensíssimos, se comparados

aos das expedições anteriores, mas tinha como finalidade principal desenvolver a exploração e limpeza da costa, infestada, ainda e cada vez mais, pela atividade dos comerciantes intrusos. Competia ao chefe da expedição, outrossim, meter padrões nos lugares que descobrisse, dentro da demarcação pontifícia, tomar posse deles e constituir capitão-mor e governador, em seu nome, a pessoa que entendesse e quisesse deixar nas referidas terras, criar e nomear tabeliães e mais oficiais da justiça, assim como dar sesmarias àqueles que desejassem ali morar. Isso sem falar na missão que lhe cabia também de perseguir implacavelmente os entrelopos.

Constava a armada de cinco unidades, a saber: duas naus, um galeão e duas caravelas. O primeiro ponto atingido foi o cabo de Santo Agostinho. Na costa pernambucana, teve começo o ataque aos traficantes, com o apresamento sucessivo de três naus francesas. Dali mandou o capitão as duas caravelas para o norte, a explorarem o Rio do Maranhão, enquanto uma das naus apresada era enviada a Lisboa, sob o comando de João de Sousa, levando cartas a el-rei. O resto da armada rumou para o sul, e esteve sucessivamente na baía de Todos os Santos, na do Rio de Janeiro, em Cananéia, antes de se dirigir para o Rio da Prata. Parte das embarcações, sob o comando de Pero Lopes de Sousa, irmão do comandante, chegou a subir o rio e, depois de assinalar com seus padrões a posse da Coroa portuguesa, voltou em direção a São Vicente, onde chegou em janeiro de 1532.

Nenhuma expedição anterior tivera a importância dessa para o desenvolvimento dos planos de ocupação efetiva da terra. O próprio sertão chegou a ser percorrido em alguns pontos. Assim foi que do Rio de Janeiro, onde a esquadra permaneceu cerca de 90 dias, foram expedidos quatro homens pela terra adentro. Regressariam ao cabo de dois meses, depois de correr cento e quinze léguas, trazendo consigo amostras de cristal, notícia do longínquo rio Paraguai e a informação de que existia muito ouro e prata naquelas partes.

Outra expedição saiu de Cananéia, onde os de bordo acharam um misterioso bacharel degredado, que se julgava residir no lugar havia trinta anos. Seduzido por outro morador, Francisco de Chaves, mandou o capitão-mor 80 homens, sob o comando de Pero Lobo, a descobrir o sertão. Obrigava-se Chaves a tornar em 10 meses com 400 escravos carregados de ouro e prata. A entrada encontraria fim trágico, destroçada que foi por índios bravios num ponto situado entre os rios Iguaçu e Paraná.

Em São Vicente, permaneceu Martim Afonso por algum tempo à espera de notícias dos expedicionários enviados ao sertão, enquanto seu

irmão, Pero Lopes, voltava ao reino para dar conta a D. João III do suce dido. Mas em fins de julho, ou princípios de agosto de 1533, o próprio comandante já se encontrava, de regresso, em Lisboa, tendo consumido quase dois anos em sua viagem.

Além dos serviços que prestara, explorando o litoral e despejando da terra os franceses, pudera Martim Afonso examinar diretamente as condições e possibilidades que oferecia o Brasil para uma tentativa em escala ampla de povoamento. Ele próprio, a julgar pelo que consta do texto do *Diário de Navegação* de Pero Lopes, tinha estabelecido uma vila em São Vicente, onde já encontrara um pequeno povoado de europeus e índios da terra, e outra no lugar de Piratininga, situado serra acima, na boca do sertão, fazendo nelas oficiais e repartindo terras aos colonos para suas fazendas. No Rio de Janeiro erguera uma casa-forte. Na Bahia deixara dois homens "para fazerem experiência do que a terra dava e lhes deixou muitas sementes". Em Pernambuco, tendo destruído a fortaleza dos franceses da nau *Pèlerine* – a mesma nau que em 1532 seria tomada por uma esquadra lusitana ao sair do porto de Málaga – seu irmão Pero Lopes instalara uma guarnição.

Justamente a Pero Lopes e ao seu *Diário* devemos a narrativa mais ou menos circunstanciada de todos esses fatos. Diante do espetáculo da terra e dos seus moradores, não regateia louvores. Na Bahia parece-lhe a gente toda alva, os homens mui bem dispostos e as mulheres tão formosas que não hão nenhuma inveja às da Rua Nova de Lisboa. No Rio de Janeiro acontece o mesmo; apenas "é mais gentil gente". Em São Vicente parece melhorar ainda a situação: "a todos nos pareceu tão bem esta terra", diz, "que o capitão determinou de a povoar". Mais para o sul, anota: "A terra he mais fermosa e aprasível que eu já mais cuidei de ver: nam havia homem que se fartasse d'olhar os campos e a fermosura deles." E chegando à vista da região dos Carandins: "Eu trazia comigo alemães e franceses – todos eram espantados da fermosura desta terra: e andávamos todos pasmados que nos nam lembrava tornar." O traço predominante em todo o documento é, assim, um franco otimismo com relação aos sítios percorridos.

Pode avaliar-se a importância da expedição, sabendo que foram principalmente os seus resultados o que provavelmente levou D. João ao plano de subdividir o Brasil em donatarias, primeiro passo positivo no sentido de sua colonização regular, reservando a Martim Afonso as partes em que este por mais tempo se detivera. Essas donatarias, ou capitanias hereditárias, inauguram uma fase bem definida na política adotada pela

Coroa portuguesa com relação ao Brasil. Reproduzia-se assim, com pouca diferença, o sistema já experimentado pelo governo português em suas possessões insulares do Atlântico.

CAPÍTULO II

O REGIME DAS CAPITANIAS

A DIVISÃO do Brasil em capitanias hereditárias prendia-se ao sistema colonial luso anterior à promulgação da medida de 1534 por D. João III, já praticada em outros domínios de Portugal. Contrariamente ao que por longo tempo foi admitido, sugerido pelo termo "hereditário", o decreto não instaurava feudos nas ilhas atlânticas e no continente americano. Este aspecto somente apareceria mais tarde, nos vastos latifúndios de senhores de engenho e fazendeiros de gado, estabelecidos em autarquias compostas de casa-grande, senzala e edificações atinentes à faina produtora, onde o dono, erigido em patriarca, dominava o feudo que lhe coubera por herança ou esforço próprio, rodeado da família, afins, clientela e servos, distante de outros personagens parecidos, a léguas de empresas agrícolas e povoados, onde se repetiam os mesmos característicos, com iguais aspectos e conseqüências.

Dispunha, sem dúvida, o donatário de latos poderes, como admitiam as idéias do tempo e exigia a terra que tinha de desbravar. Contudo, estavam longe de discricionários. O esboço de democracia existente na Península Ibérica, prolongado da Idade Média até o influxo político de Luís XIV nas monarquias católicas, assim como o zelo dos monarcas das Espanhas, que se apoiavam no povo contra vassalos demasiadamente poderosos, vedava a renovação de fórmulas feudais antigas, como as originadas do império carolíngio, espalhadas pelo resto da cristandade.

Avizinhava-se mais do processo peculiar à monarquia portuguesa, tendente a atrair elementos privados na exploração das conquistas. Ressentia-se Portugal, no começo do século XVI, da falta de capitais para investimentos em empresas transmarinas. As primeiras expedições oceânicas caracterizavam-se pela contribuição de alienígenas, mercadores e banqueiros de vária origem, tais como Fernão de Loronha, Cristóvão de

Haro, Cosme de La Faitada, Bartolomeu Marchione, Bento Morelli, Jerônimo Sernige e outros, respectivamente lorenos, castelhanos, cremonenses, florentinos etc. em que, de permeio, havia algum parente del-rei ou grão-senhor cortesão. O anseio de mercadores da Itália em sacudir o jugo de venezianos mancomunados com infiéis no monopólio da especiaria fez convergir a contribuição de argentários nas empresas navegadoras, que provocaram o descobrimento da rota marítima das Índias e o achamento do Brasil.

O mesmo sistema devia ser aplicado à valorização dos dominios outorgados pelo Vigário de Cristo às monarquias ibéricas pelos sucessivos ajustes de Tordesilhas. Nesta altura, quer nos parecer injusta a increpação de que os portugueses tenham esquecido o Brasil nos trinta primeiros anos depois da expedição cabralina. As expedições de Cristóvão Jaques e a de Martim Afonso de Sousa, além das que escalavam em nosso litoral quando a caminho da Índia, demonstram que a Coroa, a despeito de assoberbada pela aventura da especiaria, enviava, assim que podia, esquadras de polícia ao litoral brasílico para afugentar concorrentes por demais afoitos em tratar com o gentio e contrabandear madeira corante.

Mais não pudera fazer de momento, acerca de maluínos e normandos quanto à posse da terra. Foi somente depois da expedição de Garcia Lofre de Loaysa, que atemorizado pela ambição de castelhanos, complicada pela afoiteza de normandos e bretões, resolveu o Conselho del-Rei D. João III firmar posse na América Meridional, motivo do vulto da investida dos irmãos Sousa, incumbidos da limpeza do litoral, exploração de angras e rios abaixo de S. Vicente, assim como fundação de bases de onde pudessem os portugueses defender a costa e penetrar pelo interior adentro.

Nesse período de três décadas, enquanto jazia quase abandonado o litoral brasílico, surgira no reino, ou à sua disposição nas feitorias ultramarinas, uma classe nova, oriunda dos mercadores, funcionários e mais elementos destacados no Oriente ou imiscuídos no trato da especiaria. Formavam conjunto, hoje denominado classes burguesa e pequeno-burguesa, providos da experiência de organização colonial na Ásia, aplicáveis a tentativas análogas em outras partes. O Oriente estimulava a "inflação" proveniente da atividade econômica registrada onde se refletia o resultado da proeza de Vasco da Gama. Não era só o temor de corsários franceses e visitas ambiciosas de castelhanos, que voltavam a atenção de portugueses para o Brasil. Também o surto econômico-financeiro, o entusiasmo por negócios além-oceano, notícia de jazidas de metais preciosos nos domínios de Carlos V e mais fatores oriundos das mesmas causas

despertavam interesse para regiões americanas, que circunstâncias várias tinham impedido de devidamente apreciar.

As doações

A distribuição de dádivas territoriais no Brasil tornava-se, destarte, recompensa a funcionários, assim como suposta frutuosa aplicação de capitais para os que se tinham enriquecido no Oriente. No mesmo sentido propiciava aparente generosa mercê a personagens alvos de galardões pelo Paço Real, possuidores de meios para arrotear as glebas que lhes ofereciam. Dizemos aparente, porquanto não tardou a se evidenciar constituir empresa demasiada para simples particulares. Somente o Estado com os seus múltiplos recursos estava em condições de arcar com tamanhos encargos, esmagadores pela distância e prejuízo de trabalhosa navegação de vela.

Nesse meio foram procurados os donatários do Brasil. No rol havia pessoas enriquecidas além-mar e favorecidas pela proximidade dos degraus do trono. Duarte Coelho vizinhava com João de Barros, um soldado, outro letrado, o primeiro afeito a provações em presídios longínquos, desejoso de se transferir com armas e bagagens para novo ambiente; outro, tão-só para aí delegar parentes de sua confiança, como faria a qualquer propriedade sita em região agreste, longe de Lisboa, Évora ou Coimbra.

A orientação levou o Conselho del-rei a dividir o Brasil em quinhões, oferecidos o de Pernambuco a Duarte Coelho, em 10 de março de 1534; Porto Seguro a Pero do Campo Tourinho, em 27 de maio id.; Bahia de Todos os Santos a Francisco Pereira Coutinho, em 27 de junho do mesmo ano; Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho, em 27 de junho do mesmo ano; Itamaracá e outro pedaço menor no sul, junto à doação de Martim Afonso, a Pero Lopes de Sousa, em 1º de setembro id.; S. Vicente a Martim Afonso, em 6 de outubro id.; cem léguas ao norte de Itamaracá, a João de Barros e Aires da Cunha, em 8 de março de 1535; trinta e cinco léguas na mesma costa leste-oeste em direção ao Amazonas, a Fernão Álvares de Andrade, em princípio do dito ano; a de Ilhéus a Jorge de Figueiredo Correia, a 1º de abril id. e Ceará a Antônio Cardoso de Barros, a 28 de janeiro de 1536, segundo alguns autores, ou novembro do ano anterior, no dizer de outros.

Todas essas datas estão sujeitas a controvérsias, concernentes tanto às das concessões como às dos forais. O conceito colonial que presidia essas medidas também se estende com caráter salomônico sobre a extensão das capitanias. O desconhecimento geográfico da nova colônia portuguesa, a despeito de trinta anos de posse, agravou o arbitrário da divisão da costa,

em retas separatórias traçadas idealmente sobre toda sorte de acidentes de terreno, que se aprofundavam pelo continente até além do limite convencionado em Tordesilhas. Outro defeito consistia no desconhecimento completo do valor das terras distribuídas. Havia longos trechos da costa leste-oeste quase inacessíveis às demais capitanias pelas dificuldades de vencer de Pernambuco, por exemplo, ventos e correntes em direção à Amazônia. No começo da elaboração do plano, pensara o governo em oferecer maior número de quinhões no sul. Reclamações dos espanhóis, contudo, obrigaram os portugueses a volver-se para o lado oposto, até o Rio Mar, deixada a expansão em outras direções para mais tarde, em momentos mais propícios como sucedeu nos séculos seguintes.

Era solene a régia proclamação das doações da Terra de Santa Cruz. Apresentava-se inspirada nos mais elevados anseios de cristãos do século XVI. Lembrava-se D. João III, apesar de coagido por contingências acima de sua vontade de que era monarca católico, defensor da crença dos antepassados e do povo. Daí os termos do decreto: "Considerando quanto serviço de Deus... ser a minha terra e costa do Brasil mais povoado do que até agora, foi, assim para nella haver de celebrar o culto de officios divinos, e se exaltar a nossa santa fé catholica, como trazer e provocar a ella os naturais da dita terra infieis e idolatras..."

O novo regime a ser inaugurado no vasto domínio americano fora detidamente visto pelos Conselheiros del-rei. Continham os forais o acervo de experiência da Coroa quando presenteava e procurava beneficiar da medida. Entre os privilégios outorgados, havia a condição de que teriam as capitanias, de dez em dez léguas de frente para o mar, um nastro de doze quilômetros no mínimo de largura pertencente ao patrimônio real, no gênero dos reguengos da metrópole. As doações não formariam, portanto, todos maciços, porém, sucessão de faixas que iam da costa até ganhar a incerta linha de Tordesilhas, de modo a ainda mais acentuar o caráter paraestatal da empresa. Era, em suma, o que praticavam grandes latifundiários, quando cediam uma parte da sua fazenda a pequenos agricultores na esperança de que o trabalho alheio lhes valorizasse o restante. Este expediente permaneceu por longo espaço na colônia, ainda reeditado pelo Príncipe Regente de Portugal depois da fuga do reino invadido por franceses, ao distribuir sesmarias a componentes da família dos argentários Carneiro Leão Pedra nas imediações do Rio de Janeiro.

Direitos e obrigações dos donatários

No acertado entender de modernos historiadores, dava el-rei a terra para o donatário administrá-la como província em vez de propriedade privada. Diz Malheiro Dias: "O

governador hereditário não podia lesar os interesses e direitos da população. Os impostos eram pagos em espécie. À Coroa pertencia o quinto do ouro e das pedras preciosas... o monopólio das drogas e especiarias. Ao governador cabiam, além da redízima das rendas da Coroa, a vintena das pescarias, e a venda do pau-brasil, o monopólio das marinhas e o direito da barcagem. Sobre a importação e exportação, quando em trânsito nos navios portugueses, não incidiam impostos [disposição depois revogada em 5 de março de 1557]. Os direitos políticos dos colonos haviam sido salvaguardados, equiparados aos que os portugueses usufruíam na metrópole, embora as regalias municipais fossem restringidas pela intervenção da autoridade do donatário. O colono, quer português ou estrangeiro, podia possuir terras em sesmaria, com a única condição de professar a religião católica. Aos estrangeiros, quando católicos, era consentido estabelecerem-se no Brasil e até mesmo entregarem-se ao comércio de cabotagem, pelo que pagariam o décimo do valor das mercadorias, imposto proibitivo, é certo, que anulava a liberdade de concessão, mantida em obediência à tradição do direito. Era-lhes, porém, vedado negociar com os naturais; medida com que se restringia a sua influência e se procurava impedir a intromissão de elementos estranhos, e porventura instigadores de conflitos, nas relações entre os portugueses e o aborígine."

Aos donatários era defeso "partir a capitania", como sublinhou Capistrano de Abreu, "e governança, nem escambar, nem espedaçar, nem de outro modo alienar, nem em casamento o filho ou filha, nem outra pessoa dar, nem para tirar pai ou filho ou outra alguma pessoa de cativo, porque minha intenção [anunciava el-rei] e vontade é que a dita capitania e governança e cousas ao dito governador nesta doação dadas andem sempre juntas e se não partam nem alienem em tempo algum".

Reservava-se el-rei o direito de conservar íntegras ou modificar as capitanias segundo os interesses do Estado e possivelmente da colônia, caso surgisse ocasião. Mais uma vez se evidenciava neste ponto o motivo das doações. Deviam, como era natural, os donatários prover à sua prosperidade, porém, de modo a simultaneamente beneficiar a Coroa onipotente e onipresente.

Problemas esmagadores para os donatários

Abandonados à sua própria sorte pelas dificuldades a atenazar a monarquia, viram-se os pretensos beneficiados – muitos dos quais tinham requerido a mercê – às voltas com problemas esmagadores. Não havia dinheiro que chegasse para tentativas de desbravamento a tão grande distância das bases iniciais. Estava o termo colono perfeitamente presente na ocasião aos ambiciosos que se

arriscavam na empresa. Na época do decreto das capitanias mantinha-se a palavra em plena acepção romana, ou seja, de conquistador depois galardoado com a terra dos vencidos, que daí por diante ao colono competia arrotear e defender de armas e instrumentos de trabalho nas mãos. Na América, porém, a conquista se diversificava do antigo esquema. O branco que para lá se dirigia, como representante da raça eleita, com direito a sobrepujar inferiores e obrigá-los a trabalhar para ele, não ia propriamente com instrumentos arroteadores, porém tão-só na qualidade de feitor ou empresário, para superintender o labor de escravos, fossem autóctones, ou da África, cuja utilidade já era de há muito conhecida de peninsulares iberos e italianos.

Não era, pois, propriamente uma tentativa de colonização no gênero da romana, que várias nações européias, em pouco seguidas por muitas outras, pretendiam levar a cabo nas Américas. Procuravam, antes de tudo, em vez de reproduzir além-oceano a imagem da metrópole, desfrutar rápida e intensamente a terra virgem oferecida à sua cobiça, pelo casual encontro quando à procura do caminho do fabuloso Oriente, cheio de riquezas à disposição de quem lá primeiro chegasse com arrojo, boa fortuna e afiadas armas.

Daí, não mencionarem "colônia", nem tampouco "colono" e "colonização", nas relações administrativas e outras empregadas no tempo. Foi em fins do século XVIII que estas surgiram a respeito de feitorias de ultramar, que os dominadores jamais tinham cogitado de guarnecer com populações européias. E, se porventura foram remetidos alguns casais de agricultores brancos para o Canadá, Brasil e domínios da Espanha, não representaram essas poucas tentativas senão reflexos de competições entre países sequiosos de impérios transmarinos, visando consolidar a posse de certos e determinados territórios considerados como a eles pertencentes.

A Capitania da Bahia

Sucessivamente, no entanto, renunciavam, ou faliam, ou perdiam a vida, os donatários no intento. A Capitania da Bahia de Todos os Santos pertencia a Francisco Pereira Coutinho, guerreiro do Oriente como Duarte Coelho, que fora seu companheiro na Índia. Na sua chegada ao Brasil, em 1536, para tomar posse da província que lhe cabia valorizar, encontrou o célebre náufrago Diogo Álvares, feito patriarca local graças à numerosa família "mameluca" a sua roda, homem pacífico, de boa índole, estimado dos índios a quem se vinculara. Infelizmente, havia nas proximidades tabas hostis sobre as quais falhava a sua ação apassivadora. O donatário velho, doente, sem recursos, não dispunha tampouco de habilidade em lidar com os poucos brancos que o cer-

cavam. Os desmandos de um clérigo irrequieto, a perturbação que gerava, o enfraquecimento dos brancos em presença de gentio hostil, incitado por franceses, provocaram a tragédia em que o veterano perdeu a vida, na hora de retornar de Porto Seguro à Bahia, depois do assalto da indiada adversa contra os engenhos de açúcar por ele construídos em anos de trabalho e sacrifícios. Tudo se perdeu no mesmo desastre. O capitão e o seu labor. Restava apenas o núcleo do Caramuru para receber os socorros finalmente expedidos por D. João III, ao instituir o governo-geral do Brasil, que se foi estabelecer nas imediações da antiga Vila Velha mameluca.

A Capitania de Porto Seguro

A Capitania de Porto Seguro, onde por algum tempo se refugiara o ínclito Coutinho, foi administrada por Pero do Campo, depois de para aí transferir os bens que possuía no Minho. Lograra também atrair alguns casais da mesma origem e vegetava no sítio até explodir guerra de índios, igualmente incitados por franceses. As dificuldades daí decorrentes azedavam as relações entre o punhado de brancos (onde havia um trêfego vigário francês), agitação recrescida em virulência por causa de erros do infeliz donatário. Foi preso pelos subordinados sob pecha de anti-religioso, já no tempo do governo-geral, remetido para Lisboa e obstado pelo Santo Ofício de tornar ao Brasil. Seu filho e herdeiro pouco lhe perdurou. Corria, assim, a capitania, onde o antigo donatário empenhara os bens, risco de se perder, quando foi comprada pelo Duque de Aveiro que lá possuía uma fazenda.

A Capitania de Ilhéus

A de Ilhéus não teve existência menos atribulada. Fora concedida ao escrivão da Fazenda de Portugal, Jorge de Figueiredo Correia, que desfrutava um dos maiores empregos do funcionalismo, além de pertencer a família rica. Absorvido pelo emprego que muito rendia, mandou ao Brasil um feitor de sua confiança, o castelhano de nome Francisco Romero. Com os recursos de que dispunha, dispensados pelo chefe e patrão, este fundou, após algumas mudanças de sítio, a Vila de Ilhéus no ponto em que até hoje se encontra. Homem honesto, bom servidor e prudente, a despeito dessas qualidades, teve de lutar mais com os subordinados brancos do que com os Tupiniquins. Aos índios conseguiu conter graças à acertada política que o inspirou. O mesmo não sucedeu com os europeus entre os quais se verificava o fato, registrado pelos modernos etnólogos, de não tardarem a se desavir assim que se encontravam no ermo, em convivência forçada, onde desandavam a se exprobrar defeitos, má índole e inferioridade, até cair em ódio implacável. Repetiu-se com Romero o que sucedera ao donatário vizinho.

Reconduzido ao cargo pelo chefe poderoso em Lisboa, voltou à capitania e confundiu os desafetos. Complicavam, todavia, a situação, os interesses de terceiros, de indivíduos que tinham adquirido fazendas na donataria. Um belo dia lá apareceu certo Filipe Guillén na qualidade de astrônomo inventor e pesquisador de minas, certo de que não tardaria a encontrá-las nas florestas limítrofes com o Peru. Não tendo sido descobertas, cansados de esperar pelo milagre, acabaram os herdeiros de Jorge de Figueiredo Correia por vender, com licença del-rei, a capitania, que só lhes dera prejuízo, ao poderoso florentino, banqueiro Lucas Giraldes, personagem dos principais das finanças lusas. Um filho desse argentário era embaixador de Portugal junto à Rainha Isabel da Inglaterra. O neto veio como donatário e governador-geral do Brasil para suceder a Manuel Telles Barreto, mas ventos contrários lhe turbaram a navegação e tornou ao reino sem ter tomado posse do cargo. Ficou como representante dos Giraldes o florentino Tomás Alegre, hábil administrador, sob cuja gerência se desenvolveu a cultura açucareira da região. Soube enriquecer a si mesmo e beneficiar o patrão e a Régia Fazenda, o que muitas vezes veio a ser a melhor das soluções, de muito preferível ao lamentável fim do primeiro donatário.

A Capitania de Espírito Santo

Igual drama sucedeu ao contemplado com o Espírito Santo. Empregou no Brasil Vasco Fernandes Coutinho, acutiladiço veterano da Índia, celebrizado pela proeza de Malaca, tudo o que granjeara no Oriente. Tantos compromissos, porém, contraíra no escopo de enriquecer, que de vez empobreceu. Apoiaram-no outros fidalgos, antigos companheiros na Índia, tais D. Jorge de Meneses e Duarte Lemos aos quais concedera avultadas sesmarias. As tentativas de levantar engenhos de açúcar foram infelizmente empecidas por assaltos de índios, naturalmente feridos por exações dos recém-chegados à cata de braços para a empresa semi-industrial, semi-agrária do açúcar. Ajudado na emergência por D. João III, o donatário, que viera rogar auxílio do governo em Portugal, volveu à capitania, de onde não tardou a ser expulso pelos subordinados, como invariavelmente na época sucedia. Acabou pobre e desvalido na Bahia, à sombra do Governo-Geral, que por caridade o tolerava, depois de lamentavelmente renunciar à capitania responsável pela sua desdita.

A Capitania de Pero de Góis

Próximo, em direção ao sul, estava o quinhão de Pero de Góis. De princípio, este prosperou a ponto de poder socorrer a Vasco Fernandes. Iniciara a cultura da cana açucareira no Espírito Santo, posto muito empecido pela indiada local. Desanimado

depois de algum tempo de luta, deixou na capitania seus filhos Cipriano e Vicente e tornou a se empregar como capitão de navios no serviço del-rei. Enquanto desaparecia nos mares do Oriente, onde iniciara carreira ainda muito jovem, os filhos se transferiram com o castelhano Juán de Salazar para Assunción no Paraguai, para onde, dizem, teriam levado de Piratininga o primeiro gado daquela região platina. Reverteu, como muitas outras, a capitania ao domínio real, perdido sem proveito o esforço do malogrado donatário, e vidas dos que nele tinham confiado.

As capitanias do sul

Os irmãos Sousa, detentores das últimas capitanias do sul, fronteiros dos domínios de Castela, que Martim Afonso invadia, porquanto o seu quinhão de muito ultrapassava a linha de Tordesilhas, colocaram prepostos na doação e continuaram sua faina na Índia. Lá se afogou Pero Lopes, desaparecido num naufrágio.

Devia Martim Afonso assumir o posto de Vizo-Rei da Índia, quando, indisposto com outros cabos-de-guerra, não quis esperar pela leitura da Carta de Sucessão, que o nomeava para o supremo posto e tornou ao reino. Na Capitania de S. Vicente prosperaram os Schetz, graças aos grandes capitais de que dispunham e que mais tarde lhes permitiram comprar o ducado de Ursel nas Flandres. Mas, tanto Martim como o irmão não tornaram às doações, tratadas com indisfarçado desinteresse. É conhecida a carta de Pero Lopes ao Conde da Castanheira, valido del-rei, em que lhe comunicava pôr à sua disposição parte ou toda a capitania, "que será para mim a maior mercê e a maior honra do mundo". Tampouco, Martim Afonso sequer aludiu a S. Vicente na *Breve e Sumaríssima Relação* de seus serviços prestados à Coroa em mais de 40 anos.

A Capitania de Pernambuco

A Capitania de Pernambuco coube a outro veterano do Oriente, ilustrado no oceano e na Cochinchina. Duarte Coelho passou à donataria com o que pôde conseguir dos bens possuídos em Portugal, mais parentes, afins e clientela. Estabelecido em Olinda, algo auxiliado por el-rei, logo iniciou a cultura da cana-de-açúcar, que ali parecia ter encontrado novo *habitat*. As dificuldades surgiam, contudo, na falta de braços e de capitais. Rogava o donatário que lhe concedessem licença de importar africanos, o livrassem de traficantes de pau-brasil e de degredados, que só lhe traziam motivos de preocupação. Não menos inquietante era a indiada que por pouco cometia com ele e os seus, o que na Bahia praticara com Francisco Pereira Coutinho. Em vez de ajudá-lo na crítica situação em que se via, trouxe-lhe o governo-geral, instituído em 1548, dificuldades. À vista disso não teve remédio senão embarcar para

Lisboa, a fim de discorrer de viva voz com D. João III, em desesperada tentativa de conseguir o indispensável socorro, que muito beneficiaria a Régia Fazenda. Foi recebido com má sombra pelo soberano e tanto se afligiu do ocorrido, que se recolheu a casa, e, segundo Frei Vicente do Salvador, de nojo morreu dali a poucos dias. Melhor sorte tiveram os seus descendentes e mais auxiliares remanescentes em Olinda, finalmente premiados nos esforços despendidos pelo primeiro donatário e seus continuadores pelo surto açucareiro até sobrevir a agressão de holandeses no século XVII atraídos por essa prosperidade.

Capitanias da costa leste-oeste

Piores fados molestaram as capitanias da costa leste-oeste. Três indivíduos de posses e valimento na corte real se tinham associado para explorar a região que, ao longo da costa norte, ia entestar com os domínios castelhanos nos limites amazônicos da linha de Tordesilhas. Fernão Álvares era escrivão da Casa da Índia, cargo dos principais da monarquia, coração da empresa do comércio e conquista ultramarinas. Este fidalgo se mostrava interessadíssimo no Brasil, como demonstra o fato de ser sesmeiro em Ilhéus. Outro associado, João de Barros, era também funcionário diretor da mesma repartição, no cargo de tesoureiro e feitor. O terceiro, Aires da Cunha, estava em constante contato com os outros por ser comandante de navios de além-oceano, atividade em que granjeara fama e haveres em Malaca onde fora alcaide-mor e em Calecute e outras praças que assolara. Sobre ele recaiu o encargo de comandar a expedição por todos financiada, composta de 900 homens de armas, dos quais 130 cavaleiros com os respectivos ginetes, e mais elementos necessários à empresa que abrangia da Paraíba à região dominada pelo espanhol descobridor. Tal vulto aparentava essa aventura dos três beneficiados pelo tráfico da Índia, que o embaixador castelhano, tomado de inquietação, alertou Madri. Entretanto, fados contrários logo lhe deram o primeiro golpe. Naufragou Aires da Cunha no Maranhão, onde morreu levando consigo muitas ilusões da sociedade acerca do empreendimento. Os restantes expedicionários embarcados em outros navios estabeleceram-se na atual ilha de S. Luís, onde tiveram de resistir à hostilidade do gentio incitado por franceses. Ante a iminência de pior desastre, mandou João de Barros expedição de socorro comandada pelos seus próprios filhos, mais uns poucos de imigrantes destinados a povoar a terra. Teve por desventura o mesmo fim da primeira, atribuído o malogro pelo cronista a exações praticadas contra os silvícolas pelos predecessores. Teve João de Barros de armar mais navios e remeter mais gente "sem desta despesa lhe resultar nenhum proveito", diz Gabriel Soares, perdidos

irremediavelmente no Maranhão os bens granjeados na especiaria indiana e o que o seu prestígio junto à Coroa lhe galardoara.

Governo-Geral, colonos hebreus e cultura açucareira

O governo-geral marcou o desfecho da tentativa de exploração do Brasil por meio de iniciativa particular. O vulto da empresa desbravadora e a ambição de nações também desejosas de conquistas ultramarinas impuseram, daí, a participação direta e intensiva do poder monárquico. Era a única solução de momento para resguardo dos resíduos das capitanias, assim como meio de resistência às crescentes incursões dos ingleses na Amazônia e franceses no Maranhão.

A instituição do governo-geral impôs outro personagem da maior relevância na organização da conquista, cujos meios de ação se tinham intensamente desenvolvidos no regime inflacionário decorrente dos negócios do reino com a Índia, representado pelo judeu. A epopéia dos descobrimentos sobremaneira beneficiara na Renascença a grei comprimida durante a Idade Média nas judiarias. Surgira nova ordem de coisas no Ocidente. Em Portugal, o antigo capitalismo dantes resumido nas disponibilidades de ordens religiosas, tais as dos beneditinos, crúzios e cistercienses, sem falar no mestrado de Cristo sucessor dos templários, incluído na Casa Real, pouco influía no comércio. A grande nobreza, inicialmente composta de parentes del-rei, perdera a mor parte dos apanágios, e os fidalgos de menor tomo viram-se reduzidos a formar clientela dos paços reais, dependentes da generosidade do amo que lhes dispensava recompensas de acordo com os seus serviços. Os morgados antigamente adstritos a receber a espora de cavaleiro, em luta contra a mourisma, passaram simbolicamente a defender a religião e el-rei nas conquistas de ultramar. Davam comandantes de terra e do oceano, administradores das praças metropolitanas e de presídios transmarinos, donatários no Brasil e altos funcionários em Portugal. Faltava, porém, nessa nova organização, por completo desconhecida a séculos anteriores, quem servisse de intermediário para escambos e escoamento de mercadorias importadas, quem as comprasse dos produtores e soubesse vendê-las aos consumidores, e, acima de tudo, quem dispusesse de capitais para os emprestar às finanças reiúnas cada vez mais débeis e precisadas de numerário.

O recém-chegado substituía de modo muito mais eficaz o antigo banqueiro florentino ou cremonês, outrora bastante opulento para subvencionar os planos oficiais, tornado insuficiente onde tudo se hipertrofiara, a requerer não mais um indivíduo provido de recursos sonantes, mas milhares deles, apoiados em ativas comunidades de correligionários espalhados

em todos os centros de indústria e comércio do mundo. Irremediáveis na sua crença ancestral a despeito do batismo forçado e sanções do Santo Ofício, formavam os cristãos-novos um quisto na estratificação social da monarquia, em conflito com a religião, usos e costumes do povo.

Prestavam, todavia, decisivo auxílio aos negócios públicos e privados graças a sua espantosa capacidade de adaptação a qualquer ambiente, assim como a poder de trabalho eficaz em qualquer latitude do globo, onde houvesse mercancia, traficância. Justificavam o dito de D. Pedro de Meneses, de que as verdadeiras minas do Brasil, tão ambicionadas pela Coroa, eram em realidade o pau-brasil e o açúcar produzido nas várzeas nordestinas. Segundo asseveram economistas modernos, fundados em cuidadosas observações, rendeu mais a indústria açucareira à monarquia do que as jazidas de ouro e pedraria. Acrescentam que não teria sido possível a separação das duas coroas ibéricas no ocaso dos Filipes sem a decisiva contribuição do açúcar brasileiro que levou os Braganças ao trono.

Explica a circunstância a lenidade do Santo Ofício luso no Brasil para com os hebreus até a invasão holandesa, em contraste com o zelo da Inquisição nos domínios espanhóis. Sabiam as autoridades reiúnas o valor da atividade desenvolvida pelos cristãos-novos na maior produção do grande domínio sul-americano, a mais refulgente gema da coroa lusitana, de quem dependia até a sua existência como nação independente. Intermediários de compra e venda, banqueiros dos produtores, agentes do escoamento da mercadoria, fomentadores do tráfico africano, em toda parte figuravam no trato do maior gênero de exportação no Brasil.

Com o seu auxílio e o inestimável apoio de missionários religiosos, em que destacaremos os jesuítas, conseguiu o governo-geral acudir as principais necessidades do período seguinte ao malogro dos primeiros donatários. Na tarefa ingente, dispunha de auxílios do reino em grande parte produzidos pela Índia. Não tardou, porém, que a expansão canavieira se encarregasse de sustentar o Brasil e ainda concorrer de modo auspicioso para o equilíbrio da balança metropolitana, onde supriu com vantagem o ocaso da especiaria indiana. Ao chegar em 1580 no reinado de Filipe II, soberano que bem merece a antonomásia de Rei Administrador, começaram a aparecer auspiciosamente os frutos do sacrifício dos primeiros donatários, ponteando o mesmo território da América lusitana de povoados, muitos dos quais prósperos, de onde provieram os meios de manter a égide portuguesa, da guerra dos flamengos até à Independência.

CAPÍTULO III

A INSTITUIÇÃO DO GOVERNO-GERAL

NÃO é talvez por acaso que a intervenção mais direta da Coroa portuguesa no obscuro senhorio americano ocorre numa época de retraimento de sua política ultramarina em outras áreas. O começo desse retraimento, assinalara-o, desde 1541, a perda de Santa Cruz do Cabo de Gué; seguira-se, também em 41, o abandono de Safim; a evacuação de Alcácer Ceguer, como ainda a de Arzila, principia a efetivar-se em 1549. E deste mesmo ano, em que, deficitária e insolvente, se extingue, por outro lado, a feitoria de Flandres, data a nomeação do primeiro governador-geral do Brasil.

A constante atração da África, anteposta, não raro, à da própria Índia, e que levará ao desastre de Alcácer-Quibir, não esmorece, é certo, entre os reis portugueses, depois daquelas perdas sucessivas no Marrocos. Pode-se pensar, contudo, que a idéia de vê-las compensadas com as riquezas ocultas de uma nova terra, mais desarmada aparentemente, em face do homem branco, se ache de algum modo à origem da política agora adotada nos lugares de aquém-mar. Vizinhas do Peru, pois que assim se apresentam na cartografia contemporânea, onde se força freqüentemente essa contigüidade, tudo fazia crer que ainda seriam de mais fácil conquista. Era impossível esquecer a fulminante investida de Pizarro sobre os índios das cordilheiras, e os proveitos que já ia retirando a Coroa de Castela dessa extraordinária aventura tornavam-se cada vez mais patentes.

A verdade é que em 1545 se descobrira a veia rica de Potosi, e um triênio mais tarde, o tempo necessário para se despejarem e confirmarem as notícias de sua fabulosa opulência, já se elaborava em Portugal o Regimento por onde se haveria de guiar o primeiro governador-geral do Brasil. Quase se impõe a tentativa de relacionar os dois acontecimentos.

Tomé de Sousa e o governo central

A escolha do homem que verdadeiramente lançará os fundamentos da América lusitana recai sobre um fidalgo sisudo, de bom tino e entendimento, com experiência nos negócios ultramarinos. Já se distinguira Tomé de Sousa em pelejas contra a mourama da África, onde aparece entre 1527 e 1532 em Arzila e Safim, duas das praças agora largadas ao inimigo da Fé. Depois estivera na Índia, ao tempo em que lá andava, antes de ser feito vice-rei, seu primo Martim Afonso. Deste e também de Pero Lopes, teria obtido, sem dúvida, alguma informação sobre coisas do Brasil.

A armada, composta de três naus, duas caravelas e um bergantim, que o trouxe, com autoridades, missionários jesuítas – Manuel da Nóbrega e seus cinco companheiros, três padres e dois irmãos –, funcionários civis e militares, soldados, oficiais de diferentes ofícios, mais de mil pessoas ao todo, inclusive 400 degredados, deixou Lisboa a 1º de fevereiro. A 29 do mês seguinte chegava à Bahia de Todos os Santos, onde se deveria escolher o lugar mais próprio para a construção da sede do governo.

A igual distância, aproximadamente, dos extremos da demarcação portuguesa na costa, bem correspondia o sítio ao novo propósito que moveu a Coroa a corrigir, onde necessário, a dispersão e o particularismo que caracteriza o regime das donatarias. Tudo denuncia já nessa etapa incipiente de organização dos diferentes núcleos de povoamento, entregues, de início, ao esforço privado, o deliberado empenho de centralizarem-se as esferas de administração nas mãos dos agentes da Coroa.

Tomé de Sousa torna-se governador, assim, da povoação de terras da Bahia de Todos os Santos, como das "outras capitanias e terras da costa..." O Regimento que trazia pôde ser mesmo considerado por Serafim Leite um "documento básico, verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira Constituição, tendente à unificação jurisdicional, já com os elementos aptos para uma colonização progressiva". O governo central deveria dar favor e ajuda às mais povoações, ministrar-lhes justiça e prover nas coisas que cumprissem ao serviço de Sua Alteza e aos negócios da Régia Fazenda e ao bem das partes, segundo consta textualmente da carta régia de 7 de janeiro de 1549.

Assim, a tendência para a centralização do poder, que na prática jamais se realizará cabalmente durante todo o nosso período colonial, está longe de querer significar que o exerceria indiviso o governador. Assistiam-no, com grande soma de atribuições próprias e intransferíveis, os encarregados dos negócios da Justiça – isto é, o ouvidor-geral – e da Fazenda – ou seja, o provedor-mor.

Da Ouvidoria

Da Ouvidoria em particular é lícito dizer, como das Audiências das Índias de Castela, que não se limita à administração da justiça, mas exerce, além disso, importantes funções de governo. Ao governador-geral não cabia, por exemplo, anistiar ou castigar os réus ou imiscuir-se de qualquer forma em atribuições da competência do ouvidor. Este conhecia por ação nova dos casos crimes e tinha alçada até morte natural, inclusive, nos escravos, gentios e peões cristãos livres. Nos casos, porém, em que, segundo o direito, cabia a pena de morte inclusive, nas pessoas das ditas qualidades, procederia nos feitos a final e os despacharia com o governador sem apelação nem agravo, sendo ambos conformes nos votos. Caso discordassem, deveriam mandar os autos com os réus ao corregedor da Corte. Nas pessoas de maior qualidade teria alçada, o mesmo ouvidor, até cinco anos de degredo, excluindo-se, de qualquer modo, de sua ação, as pessoas eclesiásticas. Neste último caso esteve, por exemplo, o clérigo de missa João de Bezerra, o qual, na Bahia, fingiu que levava um alvará de Sua Alteza para prender o donatário Francisco Pereira Coutinho, e de fato o fez prender, sem que o punisse o primeiro ouvidor-mor, Dr. Pedro Borges, o que faria, porém, se el-rei o mandasse, porque – dizia – "ele não vive bem".

Isso consta de carta que a D. João III endereçou o referido ouvidor, datada de Porto Seguro, aos 7 de fevereiro do ano de 1550. Nela contém-se sumariamente o que deveria dispor o regimento, hoje perdido, que Sua Alteza houvera por bem dar àquela autoridade, independentemente do que trouxe o primeiro governador-geral.

Esses amplos poderes de que dispunha o ouvidor podiam, eventualmente, dilatar-se muito mais quando lhe acontecesse substituir o provedor-mor, por falecimento ou qualquer impedimento deste. Foi, aliás, o que já se deu com o próprio Dr. Pedro Borges; este, ao tempo do governador D. Duarte da Costa, chega a acumular, com os da Justiça, os negócios da Fazenda e o mesmo há de ocorrer com seu sucessor, o licenciado Brás Fragoso, que chegará ao Brasil no ano de 1550 em companhia do bispo D. Pedro Leitão.

Da Provedoria

Para primeiro provedor-mor veio Antônio Cardoso de Barros, a quem, conforme já se viu, fora destinada uma capitania na costa leste-oeste, que aparentemente não chegara a aproveitar. Juntamente com o seu regimento próprio, datado de Almeirim aos 17 de dezembro de 1548, deu-se outro aos provedores e oficiais das várias capitanias da costa, onde não se pusera até então nenhuma aparência de ordem na arrecadação das rendas.

Mesmo no reino era de criação relativamente recente o cargo de provedor, com as atribuições que agora tinha, reclamado sobretudo nos começos do século XVI pelo notável acréscimo dos proventos da Coroa. Foi em realidade sob D. João III que veio esse cargo a adquirir sua maior importância. Conforme pôde afiançar um ilustre estudioso da matéria, tratava-se, no reino, de um cargo de confiança do soberano e escalonava-se acima do ofício de contador.

Como a tarefa que competia a tal funcionário, observa ainda a Sra. Virgínia Rau, era a fiscalização e revisão das contas tomadas pelos contadores e escrivães, indispensável se fazia selecionar e escolher apenas indivíduos treinados por longos anos de serviço entre contadores mais competentes e melhor familiarizados com a contabilidade del-rei, após uma prática de quatro anos, pelo menos, nesse ofício.[1]

A essa função fiscalizadora e ao zelo particular que dele exigiam os interesses da Régia Fazenda tanto no que concerne às arrecadações presentes como à necessidade de promover-se o seu "muyto crescimento", prende-se, também no Brasil, a instituição do cargo de provedor-mor concomitante com a de um governo central na Bahia de Todos os Santos. De sorte que, chegando ao Brasil, Antônio Cardoso de Barros trazia ordens para, de comum acordo com Tomé de Sousa, a quem devia dar parecer e ajuda, sempre que possíveis ou necessários, entrar em comunicação com os ofícios da Régia Fazenda, nas capitanias onde os houvesse, verificar todas as rendas e os direitos percebidos e cuidar de sua arrecadação. Onde os não houvesse, trataria de logo escrever ao capitão, ou pessoa que se achasse no lugar deste, para se corrigir a falha.

Entre as outras missões e obrigações do provedor-mor, figuravam ainda as medidas necessárias ao estabelecimento das casas da Alfândega e dos

---

[1] Para chegar-se a provedor ("das contas" ou "das ementas", segundo distinção que se fixou ao tempo de D. João III), seria necessária toda uma vida nos escalões mais baixos. Em várias nomeações correspondentes ao último quartel do século XVI que pôde estudar o mesmo historiador, nenhuma deixara de recair sobre contadores com longa folha de serviços no ofício e provavelmente com larga experiência. Há o caso de um desses funcionários que precisou de trinta e oito anos para chegar de contador a provedor das ementas, sem falar no tempo em que deve ter servido como simples escrivão, que seria, no mínimo, de quatro anos: tendo começado a carreira sob D. Sebastião, chegou a seu ápice só no meio do reinado de Filipe III (II de Portugal) e foi aposentado já sob Filipe IV. Cf. VIRGÍNIA RAU, *A Casa dos Contos*, Coimbra, 1951, pp. 214 e segs. Se a regra não tolerava exceção, presume-se que Antônio Cardoso de Barros pertencera ao funcionalismo dos contos antes de vir para o Brasil. Já em 1535, pelo seu mérito pessoal ou alguma outra influência, teria boa graduação para ser galardoado com uma das capitanias. Como provedor-mor tinha vencimentos consideráveis para a época, de 200.000 reais.

Contos em cada capitania. Teria o cuidado de fazer com que a escrituração, nas mesmas casas, fosse posta em boa ordem, lançando-se em livros separados rendas e direitos. Muito particularmente era incumbido de fazer com que se levantassem, na cidade do Salvador, logo que assentada, umas casas perto do mar destinadas à Alfândega, em lugar conveniente para o despacho das partes e a arrecadação dos direitos da Coroa. Trataria de considerar quais e quantos oficiais eram necessários no momento, a fim de que el-rei nomeasse os que não se pudessem escusar.

O mesmo provedor da cidade da Bahia funcionaria como juiz da dita Alfândega, e as pessoas providas dos ofícios haveriam juramento de servir bem e verdadeiramente. Nas capitanias, tanto as alfândegas como as casas de contos seriam nos moldes dessa, da Bahia, onde prestariam regularmente contas da receita e despesa, para onde remeteriam os saldos.

Se unicamente o governador-geral podia dar licenças, nos lugares onde estivesse, para a construção de navios e caravelões, às pessoas que quisessem fazê-los – e sem ela os não fariam –, ao provedor-mor cabia dar as ditas licenças onde quer que ele próprio se achasse, não estando presente o governador, e, na falta de um e outro, dá-las-iam os provedores das capitanias. O incremento das construções navais no Brasil, onde havia muita madeira, e resistente, figurava assim entre as grandes preocupações do governo português desde o início da colonização regular.

Também era de competência do provedor-mor fiscalizar os armamentos e a artilharia existentes ou necessários nas capitanias e engenhos para defesa da terra; despachar, estando no Salvador, os feitos que lhe fossem encaminhados por apelação e agravo, e não o faria só, mas juntamente com dois "letrados";[2] diligenciar, em geral, sobre a cobrança do dízimo; escolher ou, nas capitanias, fazer escolher pelas pessoas competentes e autorizadas, "alealdadores"[3] para os açúcares, que examinassem cuidado-

---

[2] A esse respeito sugere Waldemar Ferreira que se tratava, aqui, em essência, de um verdadeiro tribunal coletivo, ainda que não tivesse tal nome. "Esse foi, sem dúvida", acrescenta, "o primeiro tribunal que se constituiu e funcionou no Brasil, embora timidamente estruturado pelo regimento do primeiro provedor-mor." WALDEMAR FERREIRA, *História do Direito Brasileiro, II* (Rio de Janeiro – São Paulo, 1952), p. 74.

[3] A palavra "alealdador" designava de ordinário o oficial encarregado de verificar a boa qualidade de determinados produtos, declarando-os aptos (ou não) para o consumo público, isto é, alealdando-os. Houve, sem motivo plausível, quem procurasse discernir sua forma correta e originária na palavra "alcaldador", derivando esta, por sua vez, de "alcalce" e, por fim, de "alcaide", embora se trate, aqui, de duas expressões bem distintas uma da outra, no sentido e aparentemente no étimo. Alealdador era, em verdade, o encarregado de fazer valer o velho imperativo do "vender *lealmente* e de boa-fé". A relação com as idéias de "leal" e "lealdade" é bem clara, aliás, nas formas "lealdamento", "lealdador" e "leal-

samente o produto antes de sair este da casa de purgar, de modo que fosse sempre "da bondade e perfeição que deve ser"; inventariar o espólio dos defuntos e adotar a respeito uma série de providências estipuladas previamente nos regimentos; levantar cadastros de todas as cartas de sesmaria, fiscalizando o aproveitamento delas no prazo de cinco anos, que era o da obrigação...

As múltiplas atribuições desses funcionários, e seria demasiado querer enumerá-las todas, já dão a medida do complexo sistema de administração que a Coroa ideara para estas partes. Nomeou-se ainda, segundo o exemplo já adotado na Índia, um capitão-mor da costa: a escolha recaiu sobre Pero de Góis, capitão malogrado, tal como Antônio Cardoso de Barros, de uma das donatarias hereditárias e com boa experiência da terra. Vinha ainda gente menos graduada, indispensável, no entanto, para o aproveitamento da iniciativa colonizadora, como os três escrivães que deveriam trabalhar diretamente sob as ordens de Antônio Cardoso, o da Fazenda, o da Alfândega e Defuntos e os dos Contos, além do tesoureiro das rendas e do almoxarife dos mantimentos.

Dos serviços espirituais

No esboço de Estado que se ia assim instituindo na América lusitana, eram essas algumas das peças verdadeiramente essenciais, segundo o critério traçado pelos interesses e pela experiência ultramarina dos portugueses. Quanto ao espiritual, dificilmente poderia assentar sobre bases mais mofinas. Óleo não existia aqui nem para ungir, nem para batizar. Clérigo de missa, havia-os, como já se sabe, mas esparsos nas capitanias, em regra de poucas letras e mau viver, triste exemplo para europeus e gentios. "Ca há clérigos", dizia Nóbrega, em carta de abril de 1549, "mas he a escoria do que de la vem... nom se devia consentir embarcar sacerdote sem ser sua vida muyto aprovada, porque estes destruem quanto se edifica". Já antes disso tinha dito: "Dos sacerdotes ouço cousas feias."

Sobre esse caos e miséria tentavam os padres e irmãos da Companhia implantar alguma figura de ordem, mas o trabalho necessário era muito para tão pouca gente. Reclamava o superior da missão que lhe mandas-

---

dar" que se encontram em textos quatrocentistas portugueses. Assim, por exemplo, nos capítulos apresentados pelos povos nas Cortes de Évora, em 1451, há um título, que se pode ler no opulento "corpus" de Silva Marques, acerca dos "lealdamentos" que se devem exigir de estrangeiros, onde se pede que as mercadorias por estes trazidas e levadas para fora do reino "sem as lealdando" se sujeitem a essa obrigação, "segundo se fazem em outras partes". Cf. J. M. DA SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, Sup. ao vol. I (Lisboa, 1944), p. 339.

sem um vigário-geral e, enquanto não aparecia este, fez ele próprio as vezes de pároco. Só largará o ofício depois de chegado, não o vigário-geral que vinha pedindo, mas o vigário da igreja da cidade do Salvador, Padre Manuel Lourenço. Tinha sido nomeado, aliás, em fevereiro de 1549, e em fins de dezembro já se encontra na paróquia.

Antes disso, em agosto, Nóbrega tinha voltado a pedir vigário-geral e, em realidade, não parecia contentar-se com tão pouco. Já sugeria a vinda de um bispo, como já os havia em várias partes das Índias de Castela. De outro modo, como se consagraria o óleo para batizados e doentes, ou para a confirmação dos que se batizassem? Sim, queria um bispo, mas, ajuntava, que viesse "para trabalhar e não para ganhar". Meses depois, em janeiro, podia insistir, já com boa esperança, no pedido e ainda na recomendação: que não mandassem bispo para "fazer-se rico, porque a terra é pobre, mas para buscar as ovelhas tresmalhadas do rebanho de Jesus Cristo".

A bula *Super specula militantis Ecclesiae*, de 25 de fevereiro imediato, viria responder a esse clamor de Nóbrega, secundado pelo Padre Simão Rodrigues e pela diplomacia portuguesa em Roma. Em 1533, o Brasil, como as mais colônias portuguesas, ficara sujeito ao arcebispado de Funchal. Agora o novo bispado de São Salvador, que esse ficou sendo seu nome, desanexava-se dessa diocese, a mais extensa da época, e passava a sufragâneo de Lisboa. A bula de criação trazia também o provimento e confirmação do Bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que a 22 de junho de 1552 desembarca em sua diocese. Com o governo eclesiástico, associado, assim, ao temporal completava-se a estrutura administrativa do Brasil.

A fundação da cidade

Dessa estrutura a cidade de Tomé de Sousa haveria de ser o centro e, de todas as capitanias, segundo o dirá no século seguinte um frade historiador, filho da mesma cidade, "como o coração no meio do corpo donde todas (...) se socorressem e fossem governadas". É justo, pois, que lhe dêem o governador-geral, com os auxiliares que trouxe, o principal de suas atividades durante os primeiros tempos, correspondendo nisso, aliás, a um vivo empenho da Coroa, desde que ficara decidido inaugurar-se uma fase nova na vida da colônia. A todos os trabalhos estaria presente e solícito o próprio Tomé de Sousa: segundo tradição oral registrada ainda por Frei Vicente do Salvador, que pôde conhecer pessoalmente algumas pessoas daquele tempo, era ele "o primeiro que lançava mão do pilão para os taipais e ajudava a levar a seus ombros os caibros e madeiras para as casas, mostrando-se a todos companheiro afável".

Expresso em diplomas oficiais, o empenho urbanístico é manifesto, além disso, na própria especialização de muitos dos artífices chegados com o governador-geral. Escolhido o sítio para a fundação, que não podia ser o da chamada "vila do Pereira", por assim se ter decidido já em Almeirim, mal se passaram quatro semanas depois do desembarque e principiaram esses homens, com o mês de maio, os trabalhos do estabelecimento definitivo. Grande parte dos trabalhos ficara sob a direção do "mestre de pedraria", Luís Dias, que nunca se afeiçoará à rudeza da terra, e mais a um mestre-de-obras, sem falar no mestre de fazer cal. O elenco dos operários trazidos é, por si só, significativo da grande preocupação que presidira a criação do governo-geral. Além de grande número de pedreiros, abrange ele serradores, tanoeiros, serralheiros, caldeireiros, cavouqueiros, carvoeiros, oleiros, carreiros, pescadores, construtores de bergantins, canoeiros... Havia ainda um "físico-cirurgião", um barbeiro, que, segundo uso da época, serviria igualmente como sangrador, e até mesmo um encanador.

Não há nada de novo nesse previdente zelo da Coroa despachando tudo quanto parecia necessário e, em alguns casos, talvez, ainda mais do que o indispensável, para um empreendimento como o projetado. É sabido que a fundação de cidades constituiu, em todos os tempos, o meio específico de criação de instrumentos locais de domínio, mormente se em sítios apartados da metrópole. E Portugal não fugiu à regra, ao menos durante a fase mais ativa de sua expansão ultramarina. Referem, por exemplo, as crônicas de Rui de Pina e Garcia de Rezende, como dispondo-se a fundar na Mina, em 1481, o castelo e cidade de São Jorge, el-rei D. João II mandara que, além de quinhentos homens para defesa e serviço da fortaleza, fossem nada menos do que uma centena de pedreiros a carpinteiros. Outro tanto se fará mais tarde na Graciosa, que mangrou, afinal, por ser lugar exposto a pestilências e assaltos dos mouros de Marrocos.

Nos dois casos, além dos oficiais pedreiros e carpinteiros, há notícia de que foi até material de construção, inclusive madeira e pedraria para portais, janelas e esquinas de torres, que saíram lavrados do reino, além de muita cal amassada e composta, ladrilho, telha, pregos, tudo em grande quantidade. Isso seria possível, no entanto, onde se tratasse, como era o caso, de conquistas relativamente próximas: na Mina, por exemplo, o material teria ido em urcas velhas para lá se desfazerem e não mais voltarem, aproveitando-se talvez o madeirame nas construções de terra firme, ao passo que o grosso da gente embarcou nas caravelas. Seria possível expediente semelhante nas embarcações da carreira da Índia ou do pró-

prio Brasil, quase sempre superlotadas e onde a distância aumentava naturalmente os riscos a que se expunham tripulantes e passageiros?

Em tais casos, só restava acreditar que a abastança proverbial de algumas dessas terras desse para suprir falhas que não se podiam prevenir. Crença ilusória em certos casos, e origem de não poucos perigos e decepções. Assim, na grossa armada de D. Francisco de Almeida, que em 1505 saíra para o Oriente, embora, segundo João de Barros, ainda entrasse uma galé transportando madeira lavrada em Portugal, faltava outra matéria para edificações, e assim a fortaleza de Anchediva, muito recomendada por Sua Alteza ao primeiro vizo-rei da Índia, houve de fazer-se toda de pedra e barro, pois não havia cal nem a bordo nem na ilha e no continente vizinho.

O Regimento de Tomé de Sousa manda que a fortaleza da Bahia se faça, se possível, de pedra e cal e, não havendo nem uma nem outra coisa, de taipais ou madeira, contanto que saia forte e da grandura e feição compatíveis com as condições locais. Sinal de que, existindo, embora, arquiteto, operários e até traçados prévios para a fortaleza, não viera nos navios da armada outro material de construção, além de certas "achegas" de cal, telha e tijolos a que alude o Regimento.

Essas achegas, é o que está no texto, eram mandadas para que se pudesse começar a fortaleza, e só para isso. O resto e, afinal, todo o casario da cidade ficavam na dependência do que pudesse dar a terra e não era muito. Para começar faltava pedra, posto que houvesse cavouqueiros, e não admira se até canteiros entre os numerosos operários adventícios. A lembrança de empregar nas construções a pedra de lastro dos navios, pedra oriunda das redondezas de Lisboa, só poderá ocorrer bem mais tarde, quando os navios velejarem, de torna-viagem, abarrotados de caixas de açúcar do Recôncavo. Naqueles primeiros tempos, no entanto, nem crescem ainda as canas, nem há outra mercadoria capaz de lastrear navios. A não ser, porventura, toros de madeira, mormente de pau-brasil, penosamente trazidas das matas distantes, como aqueles que, um ano mais tarde, há de levar em sua ida para a Europa a nau *Conceição*.

Madeira, aliás, é o que não falta, e de boa serventia. Luís Dias lembrou-se de fazer de paus de mangue o baluarte da Ribeira de Góis, e não se arrependeu, porque, apesar de madeira, cria-se dentro d'água, e, dizia, é "como ferro". Tanto que o referido baluarte ficara muito poderoso, no alto de um rochedo que domina toda a baía e suportava diversas peças de artilharia trazidas do reino, a saber, dois camelos, dois falcões e meia dúzia de berços.

Aos poucos vão aprendendo os moradores a suprir muitas e sensíveis deficiências de material e de mantimentos valendo-se das produções do lugar. As primeiras paredes, de taipa, fazem-se sem cal ou reboco, mas isso não detém a marcha das construções, tanto que em agosto, menos de cinco meses depois da chegada da expedição, já se conta uma centena de casas no recinto da cidade. É claro que essa pobreza traz inconvenientes sérios, pois nada se pode fazer aqui de definitivo. Assim é que em 1551 uma invernada mais forte vai deitar por terra parte dos muros do Salvador. Já agora, porém, achava Luís Dias o meio de rebocá-los por dentro e por fora, e assim, são palavras suas em carta a D. João III, "ficarão tão fortes que durarão muitos anos, até que V. A. tenha na terra mais rendimento com que pelo tempo em diante possa gastar mais em fazê-los como quiser". É que já então tinham sido encontrados depósitos de cal, cal de ostreiras, provavelmente, na ilha de Itaparica, onde podiam abastecer-se os pedreiros.

O auxílio dos indígenas; a moral cristã e a mancebia com índias

Nas obras da cidade, e assim na localização e no aproveitamento do material para elas, os índios da terra foram altamente prestimosos. A presença de Diogo Álvares, o Caramuru, entre os Tupinambás da cerca de Francisco Pereira, e o grande crédito de que desfrutava entre eles o antigo náufrago português, serviu para suavizar notavelmente esses primeiros contatos do europeu com os naturais do lugar. Ao Caramuru escrevera diretamente el-rei, advertindo-o da missão de Tomé de Sousa e da ajuda que necessitaria esse fidalgo de sua casa para fazer uma "povoação e assento grande", de onde melhor pudesse governar a Bahia de Todos os Santos e as capitanias do Estado do Brasil. Não seria preciso mais do que esse honroso estímulo para que ele e os índios, depois de acolherem festivamente os recém-chegados, tratassem de abastecê-los e servi-los na medida de suas possibilidades.

A assiduidade e intimidade desses contatos entre os europeus e os gentios da terra, particularmente as mulheres dos gentios, tinham sérios inconvenientes, por outro lado, sobretudo consideradas do ponto de vista da moral cristã. Se outros eclesiásticos fechavam os olhos ao perigo a que assim se expunham colonos e índios, e não raro se acumpliciavam com os pecadores, confirmando-os em seu erro, os jesuítas, entretanto, foram desde o primeiro momento intransigentes nesse ponto.

O problema era, porém, de difícil solução. A Coroa portuguesa, de um modo geral, mostrava-se desfavorável ao embarque de mulheres nas frotas que se destinavam ao ultramar, e não é provável que elas tivessem

vindo em número apreciável na armada de Tomé de Sousa. De uma, ao menos, consta que chegou a ser motivo de peleja sobre qual a haveria, e não faltou quem pedisse ao governador certa escrava que este trouxera – talvez escrava moura – dizendo que a queria alforriar. O resultado é que veio logo a prevalecer aqui, como na generalidade das colônias portugueses, o costume de amancebarem-se logo os adventícios com mulheres indígenas, por vezes, com mais de uma. Já em 1549, o ano da chegada da frota, queixa-se o Padre Manuel da Nóbrega desse hábito e, ainda mais, do fato de largarem os homens a essas suas mulheres sempre que lhes aprouvesse, no que não se mostravam diferentes ou melhores do que os pagãos.

A criação de gado

Com todos esses contratempos ia crescendo, porém, a olhos vistos a povoação e ganhando riquezas novas. Algumas poucas cabeças de gado tinham chegado com a frota do governador-geral. No ano seguinte, uma caravela de Sua Alteza, a *Galga*, desembarca uma leva de vacuns, "a maior nobreza e fartura nestas partes", dirá depois Tomé de Sousa, que logo manda a mesma caravela a carregar do mesmo gado no Cabo Verde. Em compensação levava grande quantidade de madeira da terra, que valia muito naquelas ilhas.

Rapidamente multiplicam-se as criações e, em 1552, já parecerá estreita a terra que Garcia d'Ávila, um dos funcionários da Coroa, chegado na grande expedição, ganhara no termo da cidade, para comportar suas duzentas cabeças de gado, sem contar os porcos, cabras e éguas que tinha nas mesmas pastagens. Era motivo plausível para pretender um aumento de sua propriedade, e o "criado"[4] de Tomé de Sousa, como se dizia, pôde logo alcançar duas léguas rentes do mar, nos campos de Itapoã, que pouco a pouco se iriam alargando em benefício seu e de seus descendentes. De igual ou maior generosidade já se tinha aproveitado nas partes do sul um criado, este de Martim Afonso, que, de uma só vez, ganhou a mais extensa sesmaria de que há notícia na história do Brasil. Apenas as terras de Brás Cubas já estarão perdidas na terceira geração

[4] Referindo-se particularmente a condições medievais que, todavia, eram persistentes em grande parte do século XVI, pôde escrever um historiador português: "Os acostados da Nobreza eram havidos na conta de parentes, educados, desde a impuberdade, sob os olhos e direção do seu chefe, auxiliados nos primeiros passos da sua carreira, casados e dotados por ele, sua *feitura*, como se dizia, e por toda a vida gloriando-se da sua casa adotiva, e prontos a darem a vida pelo amo, de quem se intitulavam criados, quer dizer, homens da sua criação". A. DE SOUSA SILVA COSTA LOBO, *História da Sociedade em Portugal no Século XV* (Lisboa, 1903), p. 427.

para sua descendência, ao passo que a Casa da Torre de Garcia d'Ávila irá prolongar-se ainda por três séculos, cada vez com mais lustre.

A alimentação

Apesar das duas armadas com provimentos e novos colonos que sucessivamente vieram de Portugal, e numa delas chegaria o Bispo Sardinha, os moradores tinham pouca esperança de abastecer-se do que lhes mandassem da Europa. Seu sustento, sobretudo de início, continuará a ser em grande parte o dos índios e quase sempre fornecido pelos índios: pescado e mariscos, de que havia grande fartura em toda a costa, ou farinha de mandioca, o pão da terra. Este chegará a ser grandemente apreciado por muitos dos adventícios, e do próprio governador-geral constou que ia a ponto de preferi-lo ao de trigo.

Associando a tradição reinol à dos naturais do Brasil, algumas mulheres portuguesas ajudam a acomodar ao paladar lusitano a culinária local. Assim é que os beijus indígenas, feitos de mandioca, passam a prepará-los um pouco à moda dos filhós mouriscos, que no Velho Mundo se fazem de trigo, e a massa sai tão delgada como a delas. "Estes beijus", dirá mais tarde Gabriel Soares de Sousa, "são mui saborosos, sadios e de boa digestão, que é mantimento que se usa entre gente de primor, que foi inventado pelas mulheres portuguesas, que o gentio não usava deles".

Laranjas, limões, cidras, já as encontraram na Bahia Tomé de Sousa e seus companheiros, trazidas pelo primeiro donatário, se não antes. A cana-de-açúcar aparece nesse mesmo ano de 49 e é provável que logo depois entrem a funcionar as primeiras e rústicas engenhocas que satisfazem o consumo caseiro. As grandes, que permitirão sua exploração comercial em notável escala, só virão mais tarde, ao tempo de Mem de Sá, terceiro governador-geral. Quase simultaneamente com a cana, ou logo em seguida, introduzem-se os primeiros coqueiros, levados, assim como o arroz, da ilha de Cabo Verde, que se tinha tornado como um viveiro do Brasil.

Os degredados

Superam-se dessa forma, pouco a pouco, os primeiros e maiores obstáculos à implantação de numerosos europeus num meio em tudo diferente do seu. Grande parte da população branca ainda é formada, no entanto, de degredados, a que se juntam índios e pretos africanos (destes chegariam alguns em 1550; outros serão pedidos no ano imediato), e tal gente, segundo o lembrará Frei Vicente do Salvador, está longe de imitar aquele pêssego "melhor tornado no terreno alheio". Contra a má semente que assim se procurava plantar em terra nova e cheia de promessas, já tinha reclamado Duarte Coelho, o donatário de Pernambuco, secundado agora pelos padres da Companhia e depois

por Mem de Sá, para quem os degredados mereceriam antes a morte, na sua maior parte, e não tinham aqui outro ofício senão urdir males.

A verdade é que não cabia esperar em tão pouco tempo que o Brasil se convertesse num novo Portugal, como já havia quem o desejasse. Desses degredados malfeitores, que tanto abominará o terceiro governador-geral, pode dizer-se que muitas vezes estão em melhores condições para ajudar a desbravar uma terra ainda inculta do que gente mais mimosa, tolhida por escrúpulos e finezas civilizadas. Assim haveriam de pensar, ainda por muito tempo, os defensores do degredo, talvez lembrados do quanto pesara ao Príncipe Perfeito, nas palavras de um cronista, a morte em Portel, de dois bandidos, que, cercados, com muita gente, pelos da alçada, se tinham defendido até o fim, menos como homens do que como bestas bravas: melhor, segundo D. João, teria sido perdoá-los e mandá-los aos lugares de além-mar, pois, sendo tão valentes, haveriam de fazer lá muito serviço a Deus e a Sua Alteza.

O problema da falta de mulheres

Antes de amanhada a terra para recebê-los seria talvez ocioso esperar grandes coisas de colonos de melhor casta. Nem cabia pretender ver cumprido à risca, nestas partes, muito do que se alvitrava no reino pelos que não se achavam familiarizados com as asperezas do Brasil. O próprio ouvidor-geral Pedro Borges, que, no entanto, chegará a ser dado por severo e pouco caridoso, há de entender assim, deixando de usar do rigor da lei contra certos homens que tinham suas mulheres no reino, e andavam por aqui publicamente abarregados com gentias da terra. Justificando-se em carta a Sua Alteza pela aparente negligência, declara ele: "Esta terra, Senhor, para se conservar e ir avante, há mister não se guardarem em alguma coisa as Ordenações, que foram feitas não havendo respeito aos moradores delas."

O próprio Bispo Sardinha, que não se distinguiu certamente pelo ânimo conciliador, parece ter tido igual parecer, de sorte que seus pregadores, com grande escândalo dos jesuítas, eram livres de fazer, aos amancebados, muito largo o caminho do Céu, que o mesmo Senhor dissera que é estreito. E em carta a D. João III declara que "muitas mais coisas se hão de dissimular que castigar, mormente em terra tão nova..." Sendo, embora, de outro parecer, o Padre Manuel da Nóbrega não via inconveniente em se temperarem alguns abusos com o que a outros não deveria parecer mal menor. Assim é que chegava a pedir a vinda de muitas mulheres, "e de toda qualidade, até meretrizes, porque há aqui várias qualidades de homens (...) e deste modo se evitarão pecados e aumentará a população no serviço de Deus".

O outro remédio que propunha para se consertarem os mesmos abusos, e porventura o mais viável, dados os freqüentes embaraços que opunha a Coroa aos embarques de mulheres, mesmo casadas e em companhia dos maridos, estaria na exceção que D. João III admitia, neste caso, em favor das chamadas "órfãs del-rei". Já na Índia estabelecera-se o sistema aparentemente sem grandes resultados, e numa carta de S. Francisco Xavier, datada de 1548, pede-se pagamento da esmola feita por Sua Alteza à casa das órfãs de Goa onde estas eram mantidas enquanto estivessem solteiras. Já em 1550, no mês de janeiro, escreve de Porto Seguro o Padre Nóbrega dizendo que, se el-rei determinava povoar a terra, era necessária a vinda de muitas mulheres órfãs, que se casariam aqui com os bons e os ricos. E insistia, em 1551, em outra carta, esta de Pernambuco: "Para as outras Capitanias mande V. A. molheres orfãas, porque todas se casarão. Nesta nam são necessarias por agora por averem muitas filhas de homens brancos e de índias da terra, as quais todas agora casarão com ha ajuda do Senhor..."

As primeiras chegaram nesse mesmo ano de 51, três irmãs, filhas de um Baltasar Lobo de Soares, morto na carreira da Índia. Em 1553 virão nove, e sete em 1557. É evidente que, com esses contingentes reduzidos, não se resolveria o problema que parecia atormentar algumas autoridades e, em particular, os padres da Companhia. Na Índia sucedia o mesmo, aliás, onde raramente chegou mais de uma dúzia de meninas órfãs por ano, segundo apurou o Prof. C. R. Boxer no prefácio à sua tradução inglesa, da *História Trágico-Marítima*; em geral iam duas ou três, por vezes nenhuma.

A imigração de aventureiros

Antes de se desenvolver no Brasil uma fonte de riqueza como o açúcar por exemplo, ou, bem mais tarde, como a mineração, era inútil tentar atrair uma imigração espontânea volumosa. Por ora, enquanto a terra era pobre, vinha a gente do serviço del-rei, que freqüentemente não se demorava na terra, e além disso viriam degredados e aventureiros, que, na busca de riquezas fáceis e imaginárias, quase não olhavam riscos nem perdas. Em regra partiam sós, como quem vai para a guerra, deixando, quando os tinham, mulheres e filhos. No próprio aproveitamento do solo agirão sem prudência ou parcimônia, movidos antes por um ânimo predatório do que por uma energia resolutamente produtiva. E se conseguem reunir algum cabedal, portam-se então como barões feudais, gastando quanto podem e mais do que podem.

Desse tipo é, talvez, a maioria dos colonos que de Portugal nos chegam nos primeiros tempos. Mesmo os mais miseráveis logo esquecem suas

origens humildes e tratam de blasonar fidalguias. É possível que, para a conquista do território, esses homens, mais ousados do que previdentes, sejam, em verdade, os melhor indicados. Em terra tropical e cheia de imprevistos problemas, ainda não há, talvez, lugar para o labor tenaz e paciente de muito lavrador europeu.

A imigração de lavradores e artesãos

Ao tempo dos primeiros governos-gerais a imigração mais ou menos espontânea de lavradores e artesãos tende naturalmente a procurar as regiões onde o plantio da cana promete ou já começa a dar lucros. Assim ocorre sobretudo em Pernambuco, onde um conjunto de circunstâncias fará com que predominem, entre esses povoadores, os minhotos. E tão conscientes e orgulhosos se mostram eles dessa sua origem que, segundo informa um cronista, a gente de Olinda tinha por hábito exclamar "Aqui de Viana!", onde outros diriam "Aqui del-rei!."

Independentemente, porém, dessas circunstâncias locais, é natural que então, e mais tarde, os minhotos tivessem papel considerável, por ser a sua uma das áreas mais densamente povoadas no reino, entre os colonos do Brasil. Já em 1527, quando Portugal contaria pouco mais de um milhão de habitantes, acredita-se que houvesse no Minho oitocentos e tantos habitantes por légua quadrada.

Não se pode afirmar, todavia, que essa preponderância do minhoto e, em geral, do português do norte fosse absoluta em todo o Brasil. Em São Paulo, por exemplo, o exame dos títulos genealógicos de Pedro Taques e outros depoimentos fazem crer que os troncos de muitas das principais famílias procedem, efetivamente, do norte ou, também, do centro do reino (e, em parte considerável, das ilhas), mas os indivíduos de tais procedências não representam maioria esmagadora. Se o Douro e a Beira, terra de João Ramalho, fornecem, possivelmente, notáveis contingentes para o povoamento da capitania vicentina, o Alentejo, por sua vez, não se acha mal representado. A contribuição algarvia, esta sim, parece praticamente insignificante.

Os trabalhos rurais hão de constituir ocupação mais generalizada numa época em que é incipiente e medíocre a vida urbana. Há, porém, os que se dedicam ao comércio volante ou têm alguma tenda de negócios. São escassos ainda os oficiais mecânicos, embora no século XVI já se achem sujeitos a posturas, juízes, taxas de ofício e, às vezes, arruamento.

Só com o progresso das vilas e cidades é que se oferecerão possibilidades maiores e mais variadas aos colonos. Muitos destes, e parece que mais freqüentemente minhotos e beirões, irão aplicar-se então ao pequeno

comércio. Os da Estremadura, menos ativos embora, parecem mostrar pendor para ofícios mecânicos, ao passo que os ilhéus continuarão dedicados principalmente à lavoura.

A imigração de estrangeiros

Além dos portugueses, outros colonos europeus contribuem, sobretudo nesse primeiro século, para o povoamento da terra. Espanhóis, flamengos, italianos, alemães, até mesmo ingleses ou franceses, aparecem muitas vezes entre moradores do Brasil. Não se pode pretender, contudo, que, de um ponto de vista étnico, fosse extraordinária a sua contribuição. Quase todos iam perder-se facilmente na massa dos colonos de procedência lusitana. A partir da reunião das Coroas castelhana e portuguesa, sob os Filipes, é que se irão tornar mais severas as medidas restritivas em favor da colonização ibérica, inclusive castelhana, de sorte que, na Capitania de São Vicente, os espanhóis, especialmente sevilhanos, chegarão a constituir importante núcleo.

Uma consideração mais pormenorizada desses fatos levaria muito além da fase de instituição do governo-geral com suas mais próximas conseqüências, que são objeto do presente capítulo. Mas não há dúvida que os primeiros governadores, se não Tomé de Sousa, ao menos Mem de Sá, já abrem caminho largo para o incremento da colonização, ajudando a ampliar as fontes de riqueza da terra e principalmente desbastando-a de obstáculos à formação de correntes migratórias espontâneas.

Dificuldades de uma centralização administrativa

Do primeiro governador-geral não se podia esperar, aliás, que realizasse cabalmente o vasto programa que lhe fora imposto. Contra a própria centralização administrativa, que é uma das finalidades da nova política da Coroa nestas partes, erguiam-se obstáculos talvez ignorados em Portugal quando se elaborou o Regimento de Tomé de Sousa. O mais importante estava na dificuldade das comunicações entre as diferentes capitanias, o que não lhe dava, nem aos seus colaboradores, meios de ação eficaz ao longo de toda a costa.

É significativo, por exemplo, que um ano depois da chegada do primeiro governador à Bahia de Todos os Santos não fora ter àquele porto nenhum navio de Pernambuco, nem do Espírito Santo, nem de São Vicente, tendo ido apenas um da sede do governo às referidas capitanias ou a algumas delas. É o que consta de uma carta de Pedro Borges datada de fevereiro de 1550.

Ainda em 1552, escrevendo da Bahia aos irmãos de Coimbra, o Padre

Francisco Pires queixa-se de não poder tratar senão de assuntos locais, porque, acrescenta, "às vezes passa um ano e não sabemos uns dos outros, por causa dos tempos e dos poucos navios que andam pela costa, e às vezes se vêem mais cedo navios de Portugal que das capitanias". E no último de agosto do ano seguinte, encontrando-se no sertão de São Vicente, Nóbrega manda dizer ao Padre Luís Gonçalves da Câmara: "Mais fácil é vir de Lisboa recado a esta capitania que da Bahia."

Embargos do donatário Duarte Coelho

Além disso, não deixaram de suscitar embargos, e justamente da parte de Duarte Coelho, cuja donataria, rica em pau de tinta, já se revelava singularmente apta para o progresso da lavoura açucareira, às restrições agora impostas aos privilégios dos donatários e moradores das capitanias. Esse receio, plenamente justificável, suscitara grande alvoroço entre os de Pernambuco. Na carta de abril de 1549, onde dá conta a el-rei de tais clamores e do ajuntamento em conselho que se fizera para protestar contra a nova ordem, mostra-se o donatário pessoalmente ressentido com o rumo dado à administração do Brasil, em detrimento da doação que lhe fora feita.

Queixa-se da pouca atenção que pareciam merecer todos os trabalhos por ele realizados em coisas do real serviço, "sobre que ando morrendo, que melhor fora já ua morte que tantas sem acabar de morrer", pois em terras "tão alongadas do reino" deveriam prevalecer outros modos e maneiras que não os de lá. Lamenta, sobretudo, os novos forais e costumes que modificam as liberdades e franquias dadas aos moradores e povoadores, alguns deles estabelecidos na capitania de longa data, "há doze, dez, e, oito e seis anos", com grossas fazendas, criados e escravos, que ajudavam a aumentar a terra. Querem lá haver por moradores, diz, "os que eles querem e não os que eu cá per minha ordem e per meu trabalho e industria ando adquirindo pera a terra". E acrescenta: "outrossim dizem lá e levantam outro silogismo, que não hão de gozar das liberdades os moradores e povoadores que de cá mandam açúcares ou algodões, senão os que forem de sua lavra e colheita; isto, Senhor, parece abusão, porque em todas as terras do mundo se costuma e usa o que eu aqui tenho posto em ordem".

O que o donatário tinha "posto em ordem" na sua capitania era, e ele o diz, a distribuição de trabalhos e benefícios de modo que, entre todos os moradores e povoadores, uns fizessem engenhos de açúcar, por terem os meios necessários, outros apenas canaviais, outros algodais e várias espécies de plantações de mantimentos, outros usassem pescar, outros se servissem de embarcações para transportar mantimentos e fazer tratos, conforme regimento que pusera ele próprio, Duarte Coelho, outros fossem

mestres de açúcar, carpinteiros, ferreiros, pedreiros, oleiros e oficiais de vários ofícios respeitantes ao plantio e produção de açúcar, além de mais oficiais que vinha granjeando para as terras, e mandava vir de Portugal, da Galiza, das Canárias, à sua custa. Muitos já moravam na capitania que desses se povoava, solteiros ou casados, e que ele próprio tratava de ali fixar, "por que toda esta ordem e maneira, Senhor, se ha de ter pera povoar terras novas e tão alongadas do reino, e tão grandes como estas e de que se espera tanto bem e proveito, assim pera o serviço de Deus como de V. A., e pera bem de todos os seus reinos e senhorios, e polas mais razões que V. A. me ca mandou".

Concluindo suas queixas e recriminações, assim se exprime ainda Duarte Coelho: "Ora, pois, Senhor, pois que eu ca por minha parte trabalho e faço tanto o que devo, não consinta V. A. lá bolirem em tais cousas, porque não é tempo pera com tal se bolir mas pera mais acrescentar as liberdades e privilégios e não pera os diminuir, peço a V. A. que veja esta minha e que lhe tome o intento e que sobre todas estas cousas proveja com brevidade e que me leve em conta minha boa e sã intenção, e pois sabe que minha condição e minha intenção é fazer verdade e falar verdade com todos em geral, quanto mais com V. A. e nas causas de seu serviço sobre que ando trabalhando e que tanto cumpre e importa que se isto não faça, e se assim não entendesse juro pola ora da morte que dias ha que pera Portugal me fora, pois sou homem pera em todas partes de mais honra e proveito servir a V. A. do que até o presente tenho, e sei de certo que desse boa conta de mim como o que a melhor deu ou der."

É fácil sentir como em todo o seu arrazoado se mostra Duarte Coelho o irredutível campeão de uma ordem de coisas transacta, representada pelas franquias e mercês que a ele, e através dele aos seus apaniguados, tinha outorgado em outros tempos Sua Alteza, contra normas absolutistas que, implantadas no reino, se faziam valer agora nos longínquos senhorios da Coroa. Tão apaixonado se mostrara ele na defesa de antigos foros, privilégios e liberdades, que desejava acrescidos, em vez de limitados, e tão viva era ainda a lembrança de seus feitos, que D. João III acabou por ceder. E a Tomé de Sousa, que, pelo seu Regimento, estava obrigado, juntamente com o ouvidor-geral e o provedor-mor, a governar e visitar as várias capitanias da costa, não hesitou em mandar uma contra-ordem, por onde ficasse resguardada a autonomia das terras do mesmo Duarte Coelho.

Numa das cartas que ainda hoje se conserva, dirigidas pelo primeiro governador-geral a Sua Alteza, datada de julho de 1551, é manifesto o ressentimento com que o dignitário recebeu, por sua vez, essa redução dos

amplos poderes de que viera revestido. "Torno a dizer", escreve, com efeito, a Sua Alteza, "que os capitães destas partes merecem muita honra e mercê de V. A. e mais que todos Duarte Coelho, sobre que largamente tenho escrito a V. A., mas nom deixar ir Vossa Alteza às suas terras parece-me grande desserviço de Deus, de Vossa consciência e danificamento de Vossas rendas..."

Em outra carta, de julho de 1553, depois de ter percorrido as capitanias de baixo, deixa transparecer ainda seu pesar, onde escreve: "Que a justiça de V. A. entre em Pernambuco e em todas as capitanias desta costa, e de outra maneira não se deve tratar da fazenda que V. A. tiver nas ditas capitanias, nem menos da justiça que se faz."

Visita de Tomé de Sousa às capitanias "de baixo"

No Regimento de Tomé de Sousa constava que, achando-se os negócios da Bahia em tal estado que ele a pudesse deixar, saísse com navios e gente a percorrer as outras capitanias, praticando com o capitão donatário de cada uma delas ou seu loco-tenente e mais com o provedor-mor da fazenda, que iria em sua companhia, e assim com os ouvidores das capitanias, oficiais da Régia Fazenda e homens principais da terra, sobre a maneira que se teria na governança e segurança dela. De antemão, sugeriam-se algumas das providências, relacionadas com o aproveitamento e defesa dos lugares visitados, além de outras visando a regular a distribuição de terras, onde se preceituava, particularmente, que as referidas datas não podiam ser transferidas ou trespassadas durante um prazo de três anos.

Em fins de 52 julgou Tomé de Sousa azado o momento para a visita a que se obrigara e, na armada de Pero de Góis, rumou para as capitanias "de baixo", uma vez que a de Pernambuco ficava como que excluída de sua jurisdição. Em companhia dele foi o Padre Manuel da Nóbrega, que, pelas suas divergências, cada vez mais acentuadas com o bispo e os pregadores do bispo, estaria inclinado a estabelecer-se por algum tempo nas partes do sul, de preferência na Capitania de São Vicente, que lhe parecerá digna de nela se fazer mais fundamento do que de nenhuma outra, sendo, como lhe parecia, "a mais sã de todas" e ainda a de melhor acesso ao sertão; por isso achava que S. A. devia lançar mão dela tal como o fizera com a da Bahia.

Ao longo do itinerário que ia seguir, o governador-geral não tinha por onde esperar dos donatários ou loco-tenentes uma resistência eficaz a qualquer restrição daqueles privilégios consignados nas primitivas cartas de doação, a que tanto se aferrava Duarte Coelho.

Escala em Ilhéus...

Em Ilhéus, ainda que parecesse a Tomé de Sousa "a melhor coisa desta costa para fazendas e a que mais agora

rende a V. A.", estava por alcaide-mor um homem que, mal ou bem, não lhe parecia próprio para o exercício do cargo, sendo "cristão novo e acusado pela Santa Inquisição". Posto que o próprio governador-geral não se achasse isento da acusação de provir de judeus e cristãos-novos, ou talvez devido à mesma suspeita, mostrou-se logo adverso a esse homem que servia de capitão e destituiu-o, escolhendo para seu lugar um fidalgo de cota d'armas: Jorge Gonçalves Dormundo.

... Porto Seguro

Na capitania imediata de Porto Seguro, era o donatário em pessoa, Pero do Campo Tourinho, quem, acusado de "heresias e blasfêmias", chegara a ir acorrentado ao Tribunal da Inquisição em Lisboa. Não teriam força moral, nem ele, nem seus possíveis representantes, para opor-se à intervenção de Tomé de Sousa.

... Espírito Santo

No Espírito Santo, o antigo "vilão farto" de Vasco Fernandes Coutinho, essa intervenção era facilitada e recomendada pelo próprio Regimento do governador-geral, na parte onde trata da visita às diferentes capitanias: "e porque a do Espírito Santo, que é de Vasco Fernandes Coutinho, está alevantada, ireis a ela com a maior brevidade que puderdes...", diz o texto. E acrescentava que deveria investigar as causas do levante, fazendo com que a dita capitania se tornasse a formar e povoar. No ponto a que tinham chegado os negócios, seu donatário, confinado na ilha de Santo Antônio, abandonado dos seus, ameaçado pelo gentio, só podia acolher de bom grado um visitante capaz de socorrê-lo em suas aperturas. Contudo, nada sugere que tivesse ganho com isso: algum tempo mais tarde chegará à Bahia, velho e cansado, além de bem injuriado pelo Bispo Sardinha, que o excomungara, porque, à maneira dos índios, se dera ao vício do fumo.

Rumando para o sul, passaria a armada à altura da antiga Capitania da Paraíba do Sul, abandonada pelo donatário Pero de Góis, agora capitão-mor da costa e comandante da armada que levava o governador-geral, para alcançar as de São Vicente e Santo Amaro, onde os donatários eram parentes chegados deste. Dos resultados da visita às mesmas capitanias ou, melhor, à de São Vicente, estamos mais bem informados por uma longa carta que escreveu o governador a Sua Alteza e por alusões esparsas do Padre Manuel da Nóbrega.

... São Vicente

No Rio de Janeiro mostra-se encantado com a beleza do sítio e já prevê uma povoação honrada e boa, tanto mais quanto, ao longo da costa, já "não há rio em que entrem os franceses senão neste, e tiram dele muita pimenta". Três anos mais tarde, já durante

o governo de D. Duarte da Costa, desembarcam os homens de Villegaignon, não já para a coleta de produtos da terra, mas para o estabelecimento da França Antártica. Para a fundação do povoado – a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro – em seguida à expulsão dos intrusos, serão precisos mais dez anos: as duas ocorrências situam-se na administração de Mem de Sá.

Dispondo de pouca gente e não lhe parecendo de bom siso querer desarmar-se, deixou Tomé de Sousa de levantar na Guanabara uma fortaleza, como convinha e conforme lhe recomendou, ao que parece, o próprio D. João III.

Em São Vicente foi achar uma terra muito honrada, de grandes águas, serras e campos, com excelente porto, o de Santos: aqui, diz, "todas as naos do mundo poderão estar (...) com os proizes dentro em terra". E como lhe parecesse pequena a ilha para duas vilas, bem quisera que a de São Vicente fosse abandonada em proveito dessa de Santos, onde Sua Alteza já tinha sua alfândega, ficando-lhe a mesma ilha por termo. Não o fez porque São Vicente tinha boa igreja e casas de pedra e cal, assim como o colégio da Companhia, fundado por Leonardo Nunes, e principalmente porque tinha medo, e assim o diz, de desfazer o que fizera Martim Afonso.

A especial consideração que lhe merece o donatário pode explicar o muito zelo que dedicou à capitania sulina. Assim foi que, além de mandar guarnecer de um fortim de pedra e peças de artilharia a Bertioga, para impedir a passagem dos índios contrários, confiando-a aos cuidados do aventureiro alemão Hans Staden, ordenou outras duas vilas, a da Conceição, à beira-mar, e a de Santo André, no começo do campo da serra acima. Mandou ainda cegar o caminho terrestre, por onde os de São Vicente se comunicavam muito com os castelhanos de Assunção, no Paraguai: prova disto estava em que a alfândega de S. A. rendera o ano anterior coisa de cem cruzados de mercadorias que os ditos castelhanos levaram a vender.

Ao governador-geral incomodavam esses tratos e, em geral, a vizinhança dos de Castela, parecendo-lhe que, por constelação, isto é, por insondáveis influxos sidérios,[5] não se desapegavam eles, em parte alguma,

---

[5] No texto impresso da carta de Tomé de Sousa que se lê na *História da Colonização Portuguesa*, III, p. 336, está: "rendeo este ano passado cem cruzados de direitos de cousas que os castelhanos trazem a vender. E por ser com esta gente que parece que *por castelhanos* não se pode V. A. desapegar deles em nenhua parte..." Varnhagen leu "por constelação" em vez de "por castelhanos", com o que se faz o texto inteligível, e provavelmente conforme ao original.

dos lugares pertencentes à Coroa lusitana. Tanto que, embora tratando bem os náufragos da expedição de Sanabria, que se achavam nas proximidades da ilha de Santa Catarina, incorreu no desagrado deles, criando embaraços à sua ida ao Paraguai pelo mesmo caminho terrestre.

Também não deixará de desagradar aos da Companhia de Jesus, Nóbrega sobretudo, a quem era tão afeiçoado, estorvando seu projeto de meter-se, pela terra dentro, entre os gentios, com irmãos, capela e cantores, a fazer ali uma "grande cidade", segundo seu intuito confessado. Não lhe parecia, a Tomé de Sousa, que esse intuito fosse conveniente ao serviço de S.A., por mais que lhe doesse o ter de contrariar os padres. "Sinto isto muito", escreve, com efeito, "e de maneira que o tomem como martírio que eu lhes desse." A S. A. deixa, no entanto, a solução do problema.

O motivo principal da proibição, segundo um depoimento do próprio Nóbrega, estava em que, assentada casa no sertão, serviria de abrigo aos malfeitores e devedores dando ensejo a que se despovoasse a capitania e se prejudicasse sua defesa. Além disso, já que tapava aos outros o caminho do sertão, onde havia novas de muita prata, não parecia bem a Tomé de Sousa que lá fossem os jesuítas, ainda que se estabelecessem em lugar apartado das minas.

À primeira vista parece haver uma contradição entre essa providência do governador e a outra, que encarece na mesma carta, de ordenar a vila de Santo André em cima da serra e, por conseguinte, já na boca do sertão. O certo, porém, é que essa povoação (e a que mandara levantar na costa, ao sul de Santos e São Vicente) tinha em mira apartar os portugueses da comunicação com os castelhanos, instalados, indevidamente ao seu ver, naquelas vizinhanças, pois julgava que a própria Assunção cabia em terras da Coroa lusitana: "ordenei, com grandes penas que este caminho se evitasse até o fazer saber a V. A. e pôr nisto grandes guardas e foi a causa por onde folguei de fazer as povoações que tenho dito no campo de São Vicente de maneira que me parece que o caminho está vedado..."

O bom crédito de João Ramalho entre o gentio do lugar, ainda maior talvez do que o de Diogo Álvares entre o da Bahia, tanto que segundo o testemunho do arcabuzeiro Ulrico Schmidt, que por ali passara pouco antes, seria ele capaz, se o quisesse, de juntar e pôr em campo, num só dia, cinqüenta mil índios, ao passo que el-rei de Portugal ou seus lugar-tenentes não lograriam reunir sequer dois mil, pode ter influído sobre a decisão adotada de fazê-lo capitão da mesma vila de Santo André. Era um modo de conquistá-lo para o serviço da Coroa e assegurar, com sua ajuda decisiva, a guarda do caminho impedido. Não se tratava, em verdade, de promover o

povoamento do campo, mas, ao contrário, de evitar que por ali se dispersassem os moradores da costa, necessários à sua defesa e segurança.

A tradicional colonização litorânea e a colonização de terra adentro

Os embargos que opusera à ida dos padres e irmãos da Companhia para o sertão, ele os não revogará em nenhuma hipótese, salvo se el-rei determinar outra coisa, por mais que lhe custe prejudicar um plano que o superior da missão, e logo depois provincial, nomeado por Inácio de Loiola, tão vivamente encarecia. No entanto, já se acham contados os dias de Tomé de Sousa no governo do Brasil. Achando-se de regresso à Bahia em junho de 53, já no mês imediato passará o cargo a D. Duarte da Costa, nomeado para suceder-lhe. Nóbrega, que continua cada vez mais obstinado no primitivo projeto de penetração da capitania, não encontra, já agora, a mesma oposição aos seus desejos. E assim, a 29 de agosto, pode fundar, no campo de Piratininga, a aldeia para onde se mudará a 25 de janeiro do ano seguinte, sob o nome de São Paulo, condizente com a data e a missão, o Colégio de São Vicente.

Mais tarde, o que desejara sobretudo evitar o primeiro governador-geral, a saber que esse estabelecimento no campo de serra acima fosse uma porta aberta para povoar-se o sertão em detrimento do litoral, começará a realizar-se com a mudança dos moradores de Santo André para junto da Casa de São Paulo. A mudança será feita, em 1560, por intervenção e autoridade de Mem de Sá, o sucessor de D. Duarte da Costa no governo-geral.

É de notar como Tomé de Sousa, pioneiro, ainda que por dever de ofício, de uma fase nova na administração colonial – assinalada pelo combate a privilégios e franquias já então de sabor arcaico que se atribuíram de início aos capitães donatários – e agente do absolutismo centralizador, que do reino se quer estender agora aos senhorios do ultramar, mostra-se, por outro lado, refratário a qualquer inovação nos critérios tradicionais da expansão portuguesa no mundo. Esses critérios, herdados, por sua vez, da atividade mercantil das repúblicas italianas na Idade Média, visavam, mais do que à instituição de um genuíno império colonial, à criação de uma rede de feitorias e centros de abastecimento costeiros, sob a proteção de fortalezas, em volta das quais se formariam núcleos relativamente estáveis de população.

Nesse sentido, o ato que derrogou, em favor do povoamento do campo de Piratininga, as ordens que em sentido contrário se tinham dado aos de São Vicente, contraria abertamente os padrões ancestrais da experiência colonizadora dos portugueses. E tão apegados a esses padrões se hão de

revelar muitos deles que, passados mais de dois séculos, quando já são aparentes os bons frutos do povoamento dos lugares de serra acima, o velho sistema de colonização costeira ainda acha defensores obstinados como Frei Gaspar da Madre de Deus, por exemplo, ou Marcelino Pereira Cleto.

Para o monge vicentino o que tinha movido D. João III a mandar fundar colônias em lugares tão distantes do reino fora, antes de mais nada, o poder retirar proveitos para a Coroa, "por meio da exportação dos frutos brasílicos". E esse propósito vira-se inutilizado desde que os governos se empenharam em aumentar as vilas e terras do sertão, com funestos resultados para a costa da capitania, reduzida, toda ela, ao "estado miserável" em que se achava em fins do século XVIII, quando isso escreveu o historiador beneditino.[6] A mesma idéia, exprimira-a o ouvidor Cleto, por volta de 1782, ao observar como o povoamento da antiga donataria de Martim Afonso ia seguindo rumos diametralmente opostos àqueles que procurara imprimir D. João III à colonização do Brasil, de sorte que diminuíra a agricultura na marinha, "parte em que é mais útil", com o aumento concomitante de "muitas e grandes despesas à Régia Fazenda."[7]

Mas o caso de São Paulo, onde os colonos e seus descendentes, brancos ou mestiços, se voltarão antes para o interior do que para a marinha, é, de qualquer forma, uma exceção. Em todo o restante do Brasil a regra, por muito tempo ainda, é seguir o povoamento aqueles clássicos padrões da atividade colonizadora dos portugueses, regida pela conveniência mercantil e pela sua experiência africana e asiática. Isso será verdadeiro até mesmo

[6] Lê-se mais, no texto de Frei Gaspar, que el-rei D. João III, quando mandou que se povoasse o Brasil, bem "sabia que todos os gêneros produzidos junto ao mar podiam conduzir-se para a Europa facilmente e que os do sertão, pelo contrário, nunca chegariam a portos onde os embarcassem, ou, se chegassem, seria com despesas tais que aos lavradores não faria conta largá-los pelo preço por que se vendessem os da Marinha. Estes foram os motivos de antepor a povoação da costa à do sertão; e porque também previu que nunca ou muito tarde se havia de povoar bem a Marinha, repartindo-se os colonos, dificultou a entrada do campo, reservando-a para o tempo futuro, quando estivesse cheia e bem cultivada a terra mais vizinha aos portos". FR. GASPAR DA MADRE DE DEUS, *Memórias para a História da Capitania de São Vicente, hoje chamada de S. Paulo* (Lisboa, 1797), p. 72.

[7] Em sua curiosa "Dissertação a respeito da Capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la", datada de 1782, e que se pode ler nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, XXI (Rio de Janeiro, 1900), diz Marcelino Pereira Cleto (p. 201) que "sendo a agricultura da Marinha mais útil, deve cuidar-se mais na sua povoação que na serra acima, e isto é o contrário do que se tem praticado: para a cidade de S. Paulo, terra do Sertão, se levou o Governo, a Sé, Junta da Fazenda, Ouvidoria, Casa de Fundição (...) e é certo que estando na cidade de São Paulo tudo isto, se povoa, aumenta e enriquece a terra do sertão e se desfalca a Marinha, quando se devera cuidar mais na sua povoação".

com relação à penetração da Amazônia, onde os colonos não se hão de afastar das beiradas do rio-mar ou de seus afluentes mais caudalosos.

O contraste entre esse tipo de colonização litorânea e o que praticaram os castelhanos, por exemplo, em suas Índias é bastante nítido e chamou a atenção de cronistas e viajantes que se ocuparam do Brasil nos dois primeiros séculos. Poderia atribuir-se esse contraste a circunstâncias meramente fortuitas, tendo-se em conta que a preferência geralmente dada pelos castelhanos a lugares do sertão, e ainda aos planaltos e montanhas, seria em muitos casos inevitável. Nos casos, em particular, onde se ofereciam minas para lavrar e impérios para conquistar. A verdade, porém, é que, mesmo onde faltassem destes impérios ou daquelas minas, eles pareceram fugir deliberadamente às áreas costeiras por onde se ofereciam maiores facilidades ao comércio.

Assim sucede, entre outras partes, na América Central, onde as regiões mais densamente povoadas situavam-se mais para os lados do Pacífico do que do Atlântico, que era a rota do tráfico. No Prata é Assunção do Paraguai, não é Buenos Aires, que se encaminha de início para ser o núcleo central da conquista. A definitiva fundação de um porto na margem sul do estuário platino vai apresentar-se quase naturalmente como escoadouro fácil para as riquezas andinas e como um entreposto para o comércio legal e o contrabando. Lembre-se de passagem que Buenos Aires é em seus inícios, e durante a maior parte do século XVII, uma povoação semiportuguesa.

Como se não fossem suficientes esses exemplos para indicar uma tendência constante e deliberada dos castelhanos quando procuram assento para seus povoados principais a alguma distância da marinha, caberia ainda notar que essa mesma tendência é apoiada e francamente recomendada pela própria Coroa castelhana. Uma "ordenanza" do século XVI que se incorporou depois à *Recopilación de Leyes de los Reynos de Indias* (Lib. IV, tít. VII, lei 4) manda expressamente que não se escolham sítios para povoamento em "lugares marítimos, pelo perigo que neles há de corsários, e por não serem tão sadios e porque não se dá a gente a lavrar e cultivar a terra, nem se formam neles tão bem os costumes". Só em último caso pode abrir-se exceção a essa ordem, quando haja "algunos buenos y principales Puertos", indispensáveis para a entrada, comércio e defesa da terra.

A Coroa portuguesa, por seu lado, segue abertamente uma orientação oposta a essa. E quando Tomé de Sousa trata de estorvar o povoamento do sertão, receoso de que assim se impediria o progresso da marinha, a defesa da terra e o aumento da Régia Fazenda, nada mais faz do que seguir

fielmente o estipulado no seu Regimento e, já antes, nas cartas de doação das capitanias.

Nestas determinara-se que o capitão e governador e todos os seus sucessores podiam por si fazer as vilas que bem desejassem, desde que ao longo da costa e dos rios navegáveis; pela terra dentro no sertão, não as podiam fazer senão à distância de seis léguas uma da outra, cabendo-lhes por termo, a cada uma, três léguas pelo menos. E no Regimento do governador-geral diz-se mais que, pela terra firme dentro, não vá tratar ninguém, sem licença especial do dito governador-geral ou, em sua ausência, do provedor-mor da Fazenda e dos capitães. Mas tal licença só se haverá de conceder a quem pareça ir a bom recado, e que de sua ida e trato não siga prejuízo algum.

Do mesmo modo, e por motivos semelhantes, ordena-se, no Regimento, que não vá ninguém por terra de uma a outra capitania sem licença especial das autoridades referidas, ainda quando reinem paz e tranqüilidade naqueles lugares, "para evitar alguns inconvenientes que disso seguem". Quem deixasse de atender a essas ordens sujeitava-se a ser castigado com açoites, se fosse peão, e, tratando-se de pessoa de "mor qualidade", com multa de vinte cruzados, beneficiando metade dela os cativos e outra metade o denunciante.

Tais medidas, que ao tempo de Tomé de Sousa, e ainda antes, embora com menos ênfase, queriam limitar o povoamento, tanto quanto possível, à faixa costeira, não devem ser interpretadas como uma espécie de veto, definitivo ou provisório, às entradas pelas terras adentro. De outra forma, como conciliá-las com o empenho, tão freqüentemente manifestado pelo primeiro governador-geral e por certos contemporâneos seus, de ver convertido o Brasil num outro Peru?

O que efetivamente denunciam interditos dessa natureza é, em geral, a vontade firme da Coroa de ter sempre mão, diretamente ou por intermédio de seus agentes, em quem entendesse de ir a descobrir segredos e riquezas da terra visando apenas ao seu interesse pessoal, sem que deles resultasse proveito maior para a Régia Fazenda. E não parece difícil discernir, à origem dessa vontade, o cunho largamente mercantil da ação colonial dos reis portugueses, que não escapava aliás à observação de muitos estrangeiros. Ainda em começo do século passado publicistas espanhóis, como Lastarria, insistiam em opô-la, se bem que para a denegrir, àquilo a que chamam o "sistema" da Coroa de Espanha, "nuestro sistema Colonial", e assimilavam-na ao plano de verdadeira empresa comercial.

Por tudo isso vê-se como o costume antigo dos colonos lusitanos de se

fixarem, por toda parte, nas áreas litorâneas, coaduna-se com as novas exigências de uma crescente centralização do poder e consegue afinal entrosar-se nelas. Ainda este esforço no sentido do centralismo parece distintivo da ocupação portuguesa do Brasil, comparada às próprias conquistas dos castelhanos no Novo Mundo, onde sempre se deixou margem de ação apreciável a energias particulares,[8] com o que se fizeram estas, tantas vezes, tumultuosas, turbulentas ou insubmissas.

Por outro lado, se vemos, em terras portuguesas, exacerbar-se a iniciativa particular em lutas e ações de conquista, é justamente nos casos em que circunstâncias locais tendem a afrouxar ou de todo impossibilitar uma ingerência eficaz do poder central. As entradas e bandeiras paulistas, que acabarão por mudar a primitiva silhueta geográfica do Brasil, ampliando-a sertão adentro, surgem em geral à revelia das autoridades. Não haveria alguma relação entre esse fato e a posição quase extrínseca, de exceção, que ocupa São Paulo por longo tempo, e desde o começo, no conjunto da América lusitana?

De onde o rigoroso zelo com que o governo de Tomé de Sousa representou as linhas tradicionais da atividade colonizadora dos portugueses, desafiando, embora, obstáculos e rancores. Seriam elas de molde a autorizar aquele epíteto de "bate-praias", que a estes foi dado na Índia,[9] e mais a célebre comparação dos caranguejos, que irão sugerir no Brasil quando ainda viverem a arranhar as fraldas do mar.

O governador, que dizia querer o mundo inteiro para Sua Alteza, e, se possível, haveria de ser ainda mais realista do que el-rei, timbrava em cumprir e fazer cumprir ao pé da letra o que nesse sentido consta do Regimento que lhe foi dado. No fundo, a fidelidade às suas cláusulas podia corresponder bem à convicção de que possessões ultramarinas como o Brasil hão de existir primeiramente, ou tão-só, para a Coroa e para o reino, com o que ficam dispensadas, ou quase, de viver por si e para si. Segundo semelhante critério, D. Pedro Fernandes Sardinha estava justificado, quando se portava antes como bispo dos colonos portugueses do que propriamente do Brasil, e ainda menos dos brasis: destes segura-

[8] "Já se disse, e é verdade absolutamente comprovada", escreveu um historiador, "que o descobrimento, conquista e colonização da América Espanhola foi obra *eminentemente popular*. Quer isto dizer que nas expedições descobridoras *predominou o esforço privado, individual, sobre a ação oficial do Estado*". J. M. DE OTS CAPTEGUI, *El Estado Español en las Índias* (México, 1941), p. 15.

[9] O epíteto é registrado em 1585 por Felippo Sassetti em uma das suas curiosas cartas da Índia e relacionado ao não cuidarem os mesmos colonos de "entrar um palmo pela terra". FELIPPO SASSETTI, *Lettere* (Milão, s. d.), p. 214.

mente não se tinha por bispo e julgava-os incapazes de receber qualquer doutrina, dada sua bruteza e bestialidade.

O sentimento brasileiro

Compreende-se que colonos e funcionários também mostrassem desapego à terra e às coisas da terra, na medida em que não atendessem a seus mais comezinhos interesses. Não parece ter sido, aliás, o caso de Tomé de Sousa. Ao menos o Padre Nóbrega não lhe põe tal defeito, e o mal que nele acha é ser apenas um pouco mais amigo da fazenda de Sua Alteza do que cumpre sê-lo. Acredita até que, se não tivesse uma filha para casar e se lhe deixasse el-rei vir sua mulher, estaria ele disposto a viver aqui, "não por governador, senão por morador". Chega mesmo a dizer que "de quantos lá vieram, nenhum tem amor a esta terra senão ele, porque todos querem fazer em seu proveito ainda que seja à custa da terra, porque esperam de se ir".

Em outra carta, dirigida, esta, ao próprio Rei D. João IV, denunciava ainda com mais ênfase o mau vezo de muitos colonos. Não querem eles, diz, nenhum bem à terra, pois muitos têm "sua afeição em Portugal, nem trabalham tanto por favorecê-la como por se aproveitarem de qualquer maneira que puderem".

A longa persistência dessa casta de moradores que, tendo os pés no Brasil, mas à beira-mar, como se dele quisessem partir depressa, têm postos no reino os corações e as vontades, é denunciada nas críticas que, por muito tempo ainda, vão merecer nos tratos da terra. Contudo, a existência de tais críticas já não indicaria por si só o valor positivo que aos poucos começará a ganhar o ideal de uma vinculação maior à vida da colônia? E, ainda, não sugere a presença, cada vez mais considerável, apesar dos muitos inadaptados, que jamais desaparecerão de todo, de elementos plenamente radicados na terra e em condições de melhor contribuir para sua riqueza?

Bem conhecida é a censura dirigida por Frei Vicente do Salvador aos povoadores que nunca se arraigam no Brasil, os quais, se os bens e fazendas que aqui têm soubessem falar, lhes haveram de dizer como a papagaios: papagaio real, para Portugal. Pois tudo "querem para lá". Frei Vicente já é natural da Bahia, por isso nada lhe há de parecer insólito ou verdadeiramente repulsivo na paisagem natural e social do Brasil. Outros, porém, e antes dele, como um Diogo de Campos Moreno, ou o autor dos *Diálogos das Grandezas*, originários, ambos, do Velho Mundo (o primeiro talvez da ilha Terceira ou, para alguns, de Tânger), mas afeiçoados à terra adotiva, onde tiveram longa assistência, falam no mesmo tom.

Assim é que Diogo de Campos irá queixar-se em 1612 dos brancos

que vivem aqui "ao longo do mar, mais hóspedes que povoadores". Quanto a Ambrósio Fernandes Brandão, ou quem quer que escrevesse os *Diálogos*, atribui a um dos interlocutores a opinião desfavorável aos colonos do Brasil, pois, em tanto tempo que nele habitavam, não se tinham alargado sobre o sertão "para haverem de povoar nele dez léguas, contentando-se de, nas fraldas do mar, se ocuparem de fazer açúcares".

Note-se que Alviano, o interlocutor em questão, tem justamente o papel de forasteiro adverso à terra e cego às suas riquezas e bondades. A missão que lhe compete no livro é, em suma, a do advogado do diabo, que a Brandônio, o outro interlocutor, há de dar os pretextos, que este quer para uma prolixa dissertação apologética sobre a América lusitana. No final, como convém sempre a esse gênero de escritos, o mesmo Alvino, tão cético de início, se achará naturalmente convertido à seita do contendor e se dispõe a ser, por sua vez, incansável pregoeiro das "grandezas" do Brasil.

Brandônio interpreta aqui as próprias idéias do autor dos *Diálogos* e este, depois de alcançar algum cabedal no negócio dos açúcares, não pode ter por pequena essa ocupação, antes reputa-a por maior do que a das minas de ouro e prata. Quem assim pensa e fala estaria com certeza integrado ativamente no quadro econômico e social que se definira mais claramente com os primeiros governos-gerais.

Já então começava a aparecer o Brasil como uma genuína "colônia de plantações" e, se não foi, rigorosamente, a primeira surgida no aquém-mar e nos trópicos, foi sem dúvida a mais considerável entre as mais antigas. Através dos séculos, pode dizer-se que se vão estabilizar assim essas condições, e não as interromperão por completo nem sequer o descobrimento e a exploração das grandes riquezas minerais do século XVIII.

A malograda busca de tesouros lendários

São outras, certamente, as bases em que Tomé de Sousa, ao desembarcar no Brasil, espera ver assente a economia colonial. De vários lugares da costa chegam-lhe notícias de fabulosos tesouros em metais e pedras preciosas, capazes de ofuscar os que saíam das Índias de Castela. Em 1550, Duarte de Lemos manda dizer de Porto Seguro que, daquela capitania, terra adentro, ia a maior parte do ouro dito do Peru, "que está nesta altura de dezessete graus, que é onde esta capitania está". Frisa ainda a facilidade com que por ali se alcançariam os lugares "donde está o ouro", pois o gentio se acha em paz e é muito amigo dos portugueses. Também de Porto Seguro escreve pela mesma época o boticário e astrólogo Filipe Guillén, castelhano de nação e inventor de uma espécie de astrolábio, objeto de certa sátira de Gil

Vicente, anunciando que no mesmo ano de 1550 chegaram àquelas partes uns índios, moradores "junto de hu gram rio", com a novidade de uma serra que "resplandece muito" e, por esse seu resplendor, era chamada "sol da terra". Além de resplandecente, é a serra de cor amarelada e despeja ao rio pedras desta cor que se conheciam pelo nome de "pedaços de ouro". Tamanha seria sua quantidade que os índios, quando vão à guerra, apanham os ditos pedaços para fazer gamelas em que dão aos porcos de comer.

O governador não pôs dúvidas em aceitar a proposta que lhe fez Guillén de explorar as montanhas, que outros já pensavam em ir procurar por conta própria. Importava sobretudo, dissera-lhe o castelhano, que tal exploração e descobrimento fosse empreendida por homem de muito siso e cuidado, capaz de tomar a altura do sol, fazer roteiro de ida e volta, examinar a disposição da terra e o que nela houvesse. No entanto, podia anunciar de antemão que existiam ali esmeraldas e outras pedras finas, e como nada desejava mais do que gastar a vida em serviço de Deus e Sua Alteza prontificava-se a ir em pessoa. Dará em nada essa boa vontade, pois Guillén adoece dos olhos e não pode realizar sua tenção. Nisto, escreve depois a el-rei, enganara-o a vontade no que a idade já o vinha desenganando.

Só depois do regresso de Tomé de Sousa ao reino, será possível – em 1554 – a expedição por terra aos tesouros do sertão, e será confiada sua chefia a Francisco Bruza de Espinoza y Megero, castelhano como Guillén e aparentemente com boa prática das minas do Peru onde estivera. Mas o primeiro governador, desejoso de "ver o que vai por esta terra", na esperança de poder descobrir alguma boa ventura para Sua Alteza, pois tinha a convicção de que "esta terra e o Peru é todo um", determinou que saísse uma galé a explorar, partindo do desaguadouro, o rio São Francisco. Seria este, talvez, o "gram rio" de que falava Guillén.

Tendo partido, no entanto, a expedição, em novembro de 1550, mais de sete meses depois não se tinha notícia da galé, de onde deduziu Tomé de Sousa que o mar a comera, pois se desse na costa ou em algum rio não faltariam informações sobre seu paradeiro. O mau sucesso da empresa, capitaneada por certo Miguel Henriques, "homem honrado e pera todo cargo que lhe quiserem dar", aconselhava a que se fizessem as explorações, daí por diante, com maior cautela e resguardo. Assim pensava o próprio governador que, em carta a el-rei, comenta com fatalismo o desastre. "O que daqui recolho", são as palavras suas, "é que, quando Nosso Senhor aprouver de dar outro Peru a Vossa Alteza aqui, que o ordenará

quando e como quiser, e nós, por muito que madruguemos, não há de amanhecer mais asinha, e contudo homem não se pode ter que não faça alguma diligência, e eu alguma farei, mas hão de ser com tanto e pouca perda de gente e fazenda, tirando as que V. A. mandar, que estas farei como parecer bem a V. A."

Tomé de Sousa e o desenvolvimento da agropecuária

O malogro dessa tentativa e, depois, o da expedição de Espinoza e de tantas outras de cunho oficial, ulteriormente planejadas e efetuadas, fará com que venha a prevalecer por força, no Brasil, e ainda por longo tempo, uma economia baseada na lavoura, em particular na lavoura açucareira. Se não nasce esta com o governo de Tomé de Sousa, deve-se a ele, contudo, o impulso decisivo para seu maior desenvolvimento e expansão.

Ao lado, porém, da lavoura canavieira, a criação de gado, que até certo ponto lhe serve de complemento, pois as reses se fazem necessárias ao aumento dos engenhos e plantações, é consideravelmente fomentada nesse mesmo governo. Já se sabe como o governador em pessoa se empenhara em promover a introdução de bovinos, "a maior nobreza e fartura que pode haver nestas partes", mandando a buscá-los no Cabo Verde, distribuindo-os por entre os moradores, fornecendo-lhes, mormente aos mais aptos, como seu "criado" Garcia d'Ávila, terras de pastagem para o bom aproveitamento deles.

Com essas providências, rapidamente irão surgir e crescer os "currais" da Bahia, e os rebanhos, favorecidos pela abundância de barreiros e depósitos salinos, alastrando-se para os lados do São Francisco. Daí esgalham-se, sem maior trabalho, pois movem-se as reses com as próprias forças, rumo ao sertão do Nordeste, que ajudam a desbravar e povoar, e também em direção ao das futuras Minas Gerais.

Nem sempre, é certo, a sementeira de Tomé de Sousa dará os frutos que desejara o governador. Quando, por exemplo, autorizou a vila de Santo André da Borda do Campo, foi para que guardasse e embaraçasse o acesso do interior da capitania de Martim Afonso aos moradores de São Vicente. No entanto, a fundação de Santo André vai ser o passo inicial para o povoamento de São Paulo e, através de São Paulo, do próprio sertão, que ele quisera vedado.

Tomé de Sousa e a luta contra a dispersão administrativa

O próprio intento de ver centralizar-se no Salvador a administração de toda a América lusitana – e não fora esse um dos objetivos da criação do governo-geral? – só em parte há de ser alcançado. Já de início tropeça ele na obsti-

nada resistência de Duarte Coelho, e da pendência que, por esse motivo, então se levanta, é o capitão de Pernambuco, não é o governador-geral, quem recebe o apoio da Coroa. Mais tarde os governos locais continuarão, em inúmeros casos, a tratar diretamente com a Corte e as autoridades de Lisboa, delas recebendo ordens, como se não estivesse na Cidade do Salvador a sede nominal da administração da colônia.

Mesmo quando ao chefe da administração ou delegado régio se conferir o título de vice-rei, tal como se fizera na Índia e, em grande parte, nas Índias chamadas de Castela, há de ocorrer a mesma coisa neste particular. A pomposa dignidade aparece no Brasil, pela primeira vez, em 1640, ao tempo, ainda, de Filipe IV, e aparece à maneira de réplica à Companhia das Índias Ocidentais, quando esta manda um príncipe de sangue a governar as províncias ocupadas pelo holandês. Ao natural prestígio de um primo do Stadhouder, e era o caso do Conde João Maurício, convinha opor outro chefe de grande eminência e alta condecoração: as mesmas razões já tinham aconselhado anteriormente a escolha de D. Fernando de Mascarenhas para capitão-general-de-mar-e-terra, com a promessa do título de Conde da Torre, que lhe foi dado e que o obrigou a aceitar a jornada do Brasil. Reaparecerá aquele título de vice-rei em 1662, depois da insegura paz da Holanda (o tratado de 1661 só será publicado em 63 e ainda exigirá o acordo suplementar de 69, em seguida a ameaças de nova guerra), e em caráter definitivo após dois ataques franceses ao Rio de Janeiro, o de Duclerc, em 1710, e o de Duguay-Trouin em 1711, como para suscitar, externamente, a idéia de uma possante unidade.

Essa unidade, contudo, é mais aparente do que efetiva. Sobre os capitães-generais, o vice-rei há de ter quase só regalias decorativas: o privilégio de precedência com relação aos bispos; o tratamento de Excelência; o direito a guarda de honra; a dispensa formal do inquérito de residência, e pouco mais. Os obstáculos que se oferecem à regularidade das comunicações ao longo da costa e, por outro lado, o próprio interesse de Lisboa em manter, quando preciso, contatos diretos com as autoridades regionais e ainda com alguns particulares, não deixam esperar, aliás, coisa diversa.

Menos do que uma perfeita e inexeqüível unidade administrativa, o que a um governo central compete empreender no Brasil, desde que se instituiu, em meados do século XVI, é corrigir os excessos de dispersão que se tinham introduzido com o regime das capitanias, suprir ordem jurídica onde quase sempre tinham prevalecido arbítrios, desmazelos e irresponsabilidades, combater inimigos externos e locais, prover, enfim, os legítimos

interesses da Régia Fazenda, o que significava a não só melhorar e unificar a arrecadação, como animar e amparar a exploração das riquezas da terra. Parece inegável, com seu pouco tempo e os pobres meios disponíveis, que muito trabalhou nessa direção o próprio governo de Tomé de Sousa. Com ele nasce verdadeiramente um Estado do Brasil, que, não obstante os malbaratos a que se expõe sob D. Duarte da Costa, há de consolidar-se e prosperar ao tempo de Mem de Sá, para enfim perdurar, nos mesmos traços essenciais, através de todo o período colonial.

CAPÍTULO IV

AÇÃO MISSIONÁRIA E EDUCAÇÃO

Primeiros núcleos de penetração missionária

"FORAM os jesuítas que criaram", afirmava José Veríssimo, no *Livro do Centenário*, "e por dois séculos quase exclusivamente mantiveram o ensino público no Brasil." A implantação das escolas jesuíticas em nosso meio decorreu, de um lado, dos propósitos missionários da Companhia de Jesus e, de outro, da política colonizadora inaugurada por D. João III. Nos *Regimentos* entregues por D. João III a Tomé de Sousa, em fevereiro de 1549, recomendava-se expressamente a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução: "Porque a principal causa que me moveo a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a jemte dela se comvertesse à nosa santa fee catolica..." Identificados com esta política colonizadora, iniciaram os jesuítas o seu trabalho de catequese e de ensino. Apenas chegado à Bahia, em 1549, o Pe. Manuel da Nóbrega tomava as primeiras providências para a organização de uma escola. A vinda em 1550 de sete órfãos de Lisboa, "moços perdidos, ladrões e maus, que aqui chamam patifes" doutrinados na fé católica, assegurou ao estabelecimento recém-fundado maior força de penetração à obra catequética.

No mesmo ano, Leonardo Nunes chegava a São Vicente com 10 ou 12 meninos e ali erguia espaçoso pavilhão de taipa. Quando em 1553 Nóbrega chegou a São Vicente, pôde afirmar com satisfação: "Achei grande casa e muito boa igreja; ao menos em Portugal não a temos ainda tão boa." A Bahia e São Vicente foram os primeiros núcleos bem-sucedidos de penetração missionária. São Vicente, principalmente, que além da "eschola de leer e escreuer" tinha também uma aula de "gramática", isto é, de gramática latina freqüentada pelos mamelucos mais adiantados. Esta aula "foi o primeiro e mais antigo ensaio de estudos latinos ou de grau secundário realizados no Brasil quinhentista". Antes de atingir São Vi-

cente, em Ilhéus, no Porto Seguro, os jesuítas iniciaram o seu trabalho de catequese. No Porto Seguro tentaram organizar uma confraria para instrução e educação dos meninos. A confraria não prosperou, entretanto, "porque", informa Serafim Leite, "as condições morais e econômicas da terra revelaram-se precárias. Caso típico: chegando alguns órfãos portugueses, enviados da Bahia, assediaram-nos as índias por tal forma que eles, por falta de preparação espiritual, não resistiram suficientemente".

Em 1554, Nóbrega transferiu os filhos dos índios para uma casa erguida nos campos de Piratininga. A casa que tinha "de comprido 14 passos e 10 de largo" abrigou os estudos e servia ao mesmo tempo de "escola, dormitório e refeitório, enfermaria e cozinha e dispensa". Nesta escola, iniciaram-se também os estudos de Gramática. De acordo com uma informação de Anchieta, Nóbrega transferiu para um lugar do Planalto "alguns 12 irmãos para que estudassem gramática e juntamente servissem de intérprete para os índios, e assim aqui se começou o estudo de gramática de propósito e a conversão do Brasil porque naquela aldeia se ajuntaram muitos índios daquela Comarca e tinha doutrina ordinária pela manhã e a tarde e missa nos dias santos, e a primeira se disse no dia da conversão de São Paulo do mesmo ano e se começaram a batizar e casar e viver como cristãos, o qual até aquele tempo não se tinha feito na Bahia, nem em outra parte da costa". Com missa, conversões, batismos e casamentos plantaram os jesuítas no espaço planaltino o marco de uma conquista das terras interiores. Os estudos com sorte vária prosseguiram até 1566, ano em que o visitador Inácio de Azevedo ordenou que, se houvesse realmente necessidade de reabrir o Colégio – o primeiro, aliás, canonicamente constituído –, o preferível seria instalá-lo no Rio de Janeiro.

Transcorridos alguns anos, chegavam ao Rio de Janeiro, vindos de São Vicente, Inácio de Azevedo e Nóbrega, este último com o propósito de assumir a direção do antigo colégio. A partir de agosto do ano de 1567, depois de tomarem posse da igreja de São Sebastião, começaram os padres a construir edifício capaz de abrigar os candidatos ao noviciado. O colégio, entretanto, somente em 1573 inaugurou as suas aulas. Custódio Pires, "o primeiro mestre-escola do Rio de Janeiro", iniciou um curso elementar de ler, escrever e de algarismos.

Foram esses os ensaios iniciais de implantação, nas terras brasileiras, de uma política colonizadora que foi ao mesmo tempo religiosa e regalista. As dificuldades de toda a ordem com que se defrontaram os padres da Companhia de Jesus realçam de maneira especial a figura de Manuel da Nóbrega. Com um sentido objetivo e oportuno das realidades do ambien-

te indígena, Nóbrega procurou desenvolver uma política de posse da terra e de escravos, política essa que poderia assegurar a continuidade dos trabalhos empreendidos pelos jesuítas. A constituição da *Confraria dos Meninos de Jesus de São Vicente* é, neste sentido, muito ilustrativa. Quando Nóbrega chegou a São Vicente ali havia uma pendência entre Pero Correia e Brás Cubas. Numa carta datada de 15 de junho de 1553, Nóbrega dizia o seguinte: "Achei nesta Capitania uma demanda em aberto que trazia Pero Correia com Brás Cubas, antes que (aquele) entrasse na Companhia. Achei que Pero Correia lhe demandava dois mil e seiscentos cruzados de toda a sua fazenda que lhe destruiu..." Pero Correia, ingressando na Companhia, doou aos meninos da confraria todos os seus bens e posses. A demanda, depois disso tudo, não era uma simples disputa jurídica entre Pero Correia e Brás Cubas. A *Confraria dos Meninos de São Vicente* se encontrava amparada por privilégios de direito da legislação vigente. Por esse motivo Brás Cubas não pôde encontrar caminho melhor do que o do entendimento com os padres da Companhia de Jesus. O Prof. Luís Alves Mattos comentou esses sucessos nos seguintes termos: "Brás Cubas, que durante anos litigava judicialmente contra Pero Correia e se recusava terminantemente a pagar-lhe qualquer indenização e ainda se dava como credor do mesmo, viu sua causa mal amparada; tinha agora que litigar contra a Confraria dos Meninos de Jesus, amparada pela legislação especial sobre os direitos dos órfãos." O melhor é conhecer o resultado dessa pendência nas palavras do próprio Padre Manuel da Nóbrega. Na mesma carta, já referida, diz o heróico inaciano: "De maneira que conveio a Brás Cubas vir com lágrimas a pedir misericórdia ao mesmo Pero Correia... Agora, por concerto, deu os escravos que tinha tomado a Pero Correia e mais dez vacas para os meninos ter leite e outras coisas; e creio que lhe tirariam toda a sua fazenda, porque ainda que é o mais rico da terra (Brás Cubas), nem tudo bastara para pagar a demanda se se acabara. E disse que será verdadeiro servo dos meninos. Eu consenti no concerto por forrar a nossa vexação e outros trabalhos grandes e não destruir um próximo: e é melhor um com paz que vinte com contenda."

Oposição do cânone jesuítico à posse da terra e de escravos

Esta política realista de posse de terras e escravos como o sustentáculo dos empreendimentos missionários encontrou mais tarde a oposição formal dos textos canônicos e as dificuldades históricas oriundas do afastamento do Padre Simão Rodrigues, primeiro provincial português e confessor predileto de D. João III. Realmente atestam os documentos que Simão Rodrigues não pôde contar com o apoio de Santo Inácio de Loiola. O sucessor do provin-

cial português, Diogo Mirão, e seu delegado no Brasil, Luís da Grã, se opuseram à orientação do Padre Manuel da Nóbrega. Em 1553, Diogo Mirão transmitia a Luís da Grã, na Bahia, a decisão de Santo Inácio, de acordo com a qual a Companhia de Jesus não deveria mais aceitar o encargo das instituições de órfãos. Esta proibição ganhou ainda mais importância com a aprovação, em 1556, das Constituições da Companhia de Jesus. De acordo com os textos das Constituições, os membros da Companhia deveriam fazer um voto de pobreza, segundo o qual ninguém poderia ter renda alguma para o seu sustento ou por outra coisa. E mais do que isto: nenhuma igreja ou casa da Companhia, a não ser os colégios e os estabelecimentos de noviciado, e estes mesmos para o sustento dos escolares, poderia ter renda própria.

A orientação de Nóbrega enfrentava, portanto, algumas sérias dificuldades. Delas nos informa uma carta, dirigida a Santo Inácio, na qual Nóbrega dizia: "desta forma vivemos até agora nesta Capitania, onde estávamos seis Padres de missa e quinze ou dezesseis Irmãos por todos; e aos mais sustentava aquela casa de São Paulo de Piratininga com alguns meninos do Gentio, sem se determinar se era Colégio da Companhia, se casa de meninos porque nunca me responderam à carta que escrevesse sobre isso, e nestes termos nos tomaram as Constituições que este ano de 56 nos fez Nosso Senhor mercê de no-las mandar, pelas quais entendemos não devermos ter cargo nem de gente para doutrinar na Fé; ao menos em nossa conversação conhecemos também os Irmãos não terem bens temporais nenhuns, se não for colégio... As vacas foram adquiridas para os meninos da terra e são suas; a esmola d'El-Rei é incerta; para não ser colégio se não casa que viva de esmolas, é impossível poderem se sustentar os Irmãos daquela casa em toda esta Capitania, nem com eu levar cinco ou seis que imos, deles para o Espírito Santo, deles para a Bahia, porque as povoações dos cristãos são muito pobres, e se nesta casa de São Vicente se não pode manter mais de dois ou três, que é a principal da vila, quanto mais nas outras partes!" Essas dificuldades tiveram o mérito de forçar a criação canônica dos colégios e, ao mesmo tempo, de dar razões para justificar uma identificação mais íntima dos interesses da Companhia de Jesus com os interesses colonizadores da Coroa lusitana. Nóbrega não conseguiu com os seus esforços vencer as resistências dos ideais mais franciscanos de Luís da Grã. O seu ousado plano de instalar estabelecimentos missionários não vingou. As exigências canônicas e as dificuldades decorrentes da implantação da obra missionária no meio brasileiro tornaram possível o advento de uma orientação muito mais realista do que aquela

que o próprio Padre Nóbrega em sua vocação apostolar quase pressentia. A simples posse da terra e de escravos não constituía, nas condições do tempo, sustentáculo duradouro para os empreendimentos missionários. Ao heroísmo apostólico das primeiras conquistas do gentio deveria suceder um trabalho mais solidamente amparado, de catequese, de ensino e formação sacerdotal.

A redízima e o desenvolvimento das missões jesuíticas

O alvará de 1564 de D. Sebastião que fixou o padrão "de redízima de todos os dízimos e direitos que pertenceram a El-Rei em todo o Brasil de que Sua Alteza faz esmola para sempre para sustentação do Collegio da Baya" forneceu aos inacianos os recursos financeiros de que até então careciam em seus empreendimentos missionários. O plano da redízima, segundo atestam as cartas de Nóbrega, foi cuidadosamente preparado. Nóbrega opinara anteriormente sobre a necessidade da instituição de um dízimo que pudesse assegurar a perpetuidade dos estabelecimentos jesuíticos. As modestas reivindicações do grande inaciano foram prodigamente recompensadas. Beneficiou-se das providências régias, em 1564, o Colégio da Bahia; depois os benefícios da redízima se estenderam aos colégios do Rio de Janeiro, em 1568, e de Olinda, em 1576. Com o alvará de D. Sebastião, a Companhia de Jesus iniciou nova fase. Os recursos financeiros permitiram-lhe atuação mais ativa e garantiram-lhe a continuidade do trabalho catequético. Em 1598, cinqüenta anos depois dos primeiros ensaios de estabelecimento dos núcleos inacianos, a situação da Companhia no Brasil se modificara profundamente. "É que – afirma o Professor Luís Alves de Mattos – em vez de sete eram eles [os jesuítas] agora milhares, realizando intenso programa de apostolado e de ensino nos três continentes: Europa, América e Ásia. A mesma centelha espiritual os impelia a todos, mas a autonomia e a sobrevivência de sua organização e de suas atividades exigiam sólidas bases patrimoniais e financeiras, mesmo com o sacrifício daquele primitivo desprendimento apostólico pelos bens terrenos e recursos materiais, que, de início, constituía sua grande auréola e recomendação."

Amparadas financeiramente pelo auxílio real, cresceram e se multiplicaram as casas da Companhia de Jesus. No século XVII, Pedro Dias Moreno fez doações ao Padre Luís Figueiras para a fundação de um colégio em São Luís no Maranhão; em Ilhéus, cuidou-se também da fundação de um colégio, pois, em 1605, ainda lá residiam alguns padres; na Paraíba, nos fins do século, com as doações de Manuel Martins Vieira e sua esposa Inês Neta, iniciaram-se também os estudos; anteriormente em Santos, e

depois no Pará, criaram-se colégios destinados à formação dos noviços e à catequese. Recife, simples entreposto de Olinda, já possuía em 1619 a sua escola de ler e escrever que, em 1655, era regiamente constituída como colégio. No século XVIII, em pouco mais de cinqüenta anos, a expansão da Companhia de Jesus foi ainda mais intensa: fundam-se colégios em 1716, em Alcântara; em 1717 na Colônia do Sacramento (Colégio de São Francisco Xavier); em 1723, em Fortaleza; em 1731, em Vigia; em 1738, em Paranaguá; e, em 1750, com provisão régia de 1751, em Desterro (Florianópolis).

Os colégios da Companhia de Jesus de acordo com o Padre Serafim Leite eram gratuitos e públicos. O Real Colégio das Artes de Coimbra que D. João III entregou em 1555 à direção dos jesuítas foi o padrão de todos os colégios da Companhia estabelecidos em Portugal e no Ultramar. O subsídio real concedido a essas escolas assegurava-lhes ensino de caráter obrigatoriamente público semelhante ao Colégio das Artes de Coimbra. Havia, porém, uma diferença: "O subsídio", afirma o Padre Serafim Leite, "que El-Rei, ou na linguagem moderna, o Estado dava aos Mestres de Coimbra era a título de ensino; o que dava aos Mestres dos Colégios Ultramarinos, de fundação real, era a título de *missões*." Essa diferença impunha obrigações também diferentes: "Em Coimbra, subsídio escolar com ônus jurídico de ensinar a todos que o pretendessem dentro do estatuto da instituição; no Brasil, subsídio missionário, que não levava o ônus jurídico de ensino a todos indiscriminadamente, senão apenas o de formar Sacerdotes para a catequese da nova terra que se cultivava, habilitando-a a prover-se, quanto possível, dos seus próprios meios de Evangelização. Num e outro caso, ensino público."

A organização dos colégios

Como eram organizados os cursos dos colégios da Companhia? O *Ratio Studiorum* fala de cinco classes inferiores: uma de retórica, outra de humanidades e três de Gramática. O curso de retórica e humanidades, ainda que seja difícil prescrever a sua duração, não deve ocupar em regra menos de dois anos, pois "nenhum dos nossos, pelo menos, deverá ser enviado à filosofia antes de haver estudado dois anos de retórica, a menos não se julgue em o Senhor que a idade, as aptidões ou outro motivo a isso se oponham". Os estudos de gramática, de acordo aliás com as próprias partes da Arte do Padre Alvarez, livro adotado em todas as escolas da Companhia, compreendiam três partes, uma para cada classe, de tal modo, porém, que em cada uma das classes inferiores, recomenda o *Ratio Studiorum*: "da Gramática haverá três classes com as quais se completará seu curso. Todas as regras do Pe. Alvarez (da

Gramática) deverão, portanto, dividir-se em três partes, uma para cada classe, de tal modo, porém, que em cada uma delas se repita sempre o que foi ensinado na classe imediatamente inferior..." Finalmente, o curso de filosofia, posterior ao da retórica e humanidades, deveria ter a duração de três anos. Os estudos desta forma compreendiam cinco a seis anos de gramática, retórica e humanidades e três de filosofia, abrangendo esta a lógica, a física, a metafísica, a moral e as matemáticas.

Os estudos no Brasil, adaptados às disposições das *Constituições* e do *Ratio*, seguiram mais de perto os programas do Colégio de Évora, que pertencia à Companhia de Jesus. O programa de 1563 desse Colégio previa a seguinte distribuição das classes: "Retórica" – o 6º livro da *Eneida*, o 3º das *Odes*, *De Lege Agraria* e *De Oratore*, de Cícero; em grego, os *Diálogos* de Luciano; "Humanidades" – *De Bello Gallico*, o 10º livro da *Eneida* e estudo da gramática grega; "primeira classe de Gramática" – o 5º livro da *Eneida*, a *Retórica* do Padre Cipriano Soares, e o *Discurso Post Reditum*, de Cícero; "segunda classe de Gramática" – *Cícero*, *De Officiis*, e Ovídio, *De Ponto*; "terceira classe de Gramática" – Ovídio, *De Tristibus*, e *Cartas* de Cícero: "quarta classe de Gramática" – *Cartas Familiares* de Cícero e a 2ª parte da gramática latina; "quinta classe de Gramática" – rudimento de gramática latina, com uma seleção das cartas de Cícero. "Esses estudos de Évora", assinala o Padre Serafim Leite, "de antes do *Ratio Studiorum*, tiveram depois maior extensão, mas correspondem sensivelmente aos usados sempre no Brasil. Sensivelmente, porque há diversidade no número de classes, e entre os autores lidos no Brasil aparecem Quinto Cúrcio e Sêneca não mencionados nesse programa de Évora." É lícito inferir de catálogos anuais correspondentes ao qüinqüênio 1737-1741 que o curso de gramática tinha a duração de quatro anos e com os estudos elementares atingia cinco ou seis. A orientação desses estudos, ao lado da sua íntima identificação com os propósitos colonizadores da Metrópole e da preponderância dos ideais confessionais, foi, entretanto, bruscamente interrompida com a expulsão dos jesuítas. Inicia-se, então, uma série de reformas educacionais nas quais predominou novo estilo de governo com marcante tonalidade regalista.

A AMEAÇA EXTERNA

LIVRO QUARTO

CAPÍTULO I

FRANCESES, HOLANDESES E INGLESES NO BRASIL QUINHENTISTA

1. FRANCESES E HOLANDESES

JÁ SE ASSINALOU, em capítulo precedente, que o início da colonização portuguesa do Brasil foi em grande parte determinado pelo empenho da Coroa lusitana em sustar a atividade dos entrelopos e corsários da Bretanha ou da Normandia, prejudiciais a seu monopólio. Antecedendo tanto aos ingleses quanto aos holandeses em suas investidas sobre o nosso litoral, não se limitam eles, como os primeiros, à prática da pirataria e do contrabando. Em mais de uma ocasião, conseguem pôr pé firme na costa do Brasil, contando para isso com a fidelidade, que souberam captar, das tribos tupinambás, de sorte que pouco lhes faltou para nela se fixarem definitivamente. Durante anos, notou-o com justeza Capistrano de Abreu, ficou indeciso se o Brasil pertenceria a portugueses ou a franceses.

Com efeito, já na primeira metade do século XVI, é registrada freqüentemente a presença de tais traficantes desde a boca do Amazonas até a costa catarinense. Os sítios mais procurados ficam, porém, entre as áreas abundantes em pau de tinta, que se alongam do cabo de São Roque ao Rio Real. Na Paraíba chegam a infiltrar-se no meio dos Pitiguaras locais, mesclando-se a eles: fortalecidos com esse apoio, lograrão os índios, por longo tempo, desafiar os portugueses e seus aliados de Itamaracá e Pernambuco. Em Sergipe d'El-Rei, igualmente, hão de prosseguir até fins do século as arribadas e os tratos das naus francesas: só a expedição de Cristóvão de Barros porá termo à farta colheita que ali faziam do brasil, algodão e pimenta da terra.

Os mais atrevidos levam suas incursões até as capitanias situadas ao sul da Bahia de Todos os Santos. Certo Gaspar Gomes, morador em Ilhéus, vê-se bloqueado no Rio de Janeiro, em 1551, durante dois meses e

meio, por uma nau de franceses, que só o largará depois de carregar tranqüilamente cerca de sessenta moios de pimenta e alguns toros de brasil. Escrevendo quatro anos mais tarde a el-rei, Francisco de Porto Carrero, o sucessor de Pero de Góis na capitania-mor da costa, dá conta das presas que faziam os franceses no Brasil, de como tomavam o melhor e agiam impunemente e sem rebuço.

Ainda quando deixassem de construir feitorias permanentes, à maneira dos portugueses, preferindo negociar diretamente com os naturais, nem por isso era menos de temer a ameaça por eles representada. O próprio fato de estenderem-no sobre o imenso litoral, onde lhe fora dado reconhecer os bons abrigos, os sítios mais cômodos e produtivos, as tribos mais dóceis ao seu cobiçoso afã, longe de o desservir, resguardava melhor seu trato com os indígenas.

Contudo, a fundação de estabelecimentos fixos deveria, no correr do tempo, representar um paradeiro e uma conseqüência naturais para aquelas atividades. No Cabo Frio, onde as matas de brasil não são menos notáveis do que no Nordeste, e onde, por volta de 1548, constava que vinham a resgatar sete ou oito naus francesas cada ano, tentariam construir um fortim, que todavia não estava destinado a durar muito.

A "França Antártica"

Não é aqui, é num ilhéu da Guanabara, que a 10 de novembro de 1555 desembarcará Nicolas Durand de Villegaignon com seus companheiros, para criar uma colônia, pomposamente chamada França Antártica. Depois de brilhante carreira militar, tendo já pelejado em Argel contra os mouros, na Hungria contra os otomanos, no Piemonte contra os imperiais, na Escócia contra os ingleses e, de novo, contra os turcos, em Malta, esse cavaleiro, feito vice-almirante da Bretanha, não encontrara, de parte de Henrique II, o apoio esperado, numa desinteligência que teve com o governados de Brest em 1553. Ferido assim no amor-próprio, e contaminado, ao que consta, pelo entusiasmo que animava certa relação de um viajante que correra estas partes, dispôs-se Villegaignon a tentar aqui uma empresa de colonização capaz de satisfazer seu gosto de aventuras e grandezas. Essa, a acreditar em testemunhas da época, a origem mais longínqua do estabelecimento que pretendeu plantar entre as terras portuguesas do Novo Mundo.

O apoio de reformistas e católicos

Não dispondo de recursos pessoais para custear tamanha obra, fora-lhe necessário obter o assentimento e o amparo de Coligny e, através deste, da própria Coroa de França. Não seria extremamente difícil despertar o interesse do almirante

acenando-lhe com as possibilidades de um asilo onde, livres, enfim, das graves perseguições que os ameaçavam, os adeptos da religião reformada pudessem praticar tranqüilamente seu culto. As primeiras resistências do soberano lograram ser vencidas, não somente pelos poderosos argumentos de Coligny em favor da expansão ultramarina da monarquia francesa, como também pelo apoio que o projeto parece ter ganho de parte de alguns chefes da facção adversa ao almirante. O próprio Cardeal de Lorena, que veria em Villegaignon, antes de tudo, o cavaleiro da Ordem de Malta, insuspeito, por isso mesmo, ao catolicismo, é citado entre os que mais fervorosamente advogaram seus projetos.

O bom crédito que parecia merecer, assim, o plano, amparado igualmente pelos campeões de dois partidos antagônicos, deve ter contribuído de modo decisivo para a resolução final de Henrique II, favorável ao estabelecimento. O fato é que, além de autorizar a partida de uma expedição francesa rumo à costa do Brasil, confiou a Villegaignon, seu chefe, duas boas e grandes naus bem artilhadas, dotadas de munições e outras coisas necessárias, dez mil francos ao todo para as despesas de transporte do pessoal, além de abundante artilharia, pólvora e tudo quanto fosse preciso para a construção e defesa de um forte. Além desses auxílios, relacionados por Jean Crespin em sua *História dos Mártires perseguidos e mortos pela Verdade do Evangelho*, prometeu ainda Sua Alteza a Villegaignon facilidades para o recrutamento de operários e marinheiros, assim como o título de vice-rei da nova conquista, caso alcançasse bom êxito.

Recrutamento de colonos

Estimulados pelo interesse que o plano pareceu inspirar a Henrique II, armadores normandos e bretões associaram-se a ele de bom grado, certos de que o lucro até então retirado das suas especulações mercantis com o Brasil se multiplicaria, desde o instante em que as viagens de exploração, a que de longa data se achavam afeitos, fossem convertidas numa colonização regular, bem abrigada sob a bandeira do rei. Por essa forma, ficaram as equipagens prontas para a expedição, e foi o primeiro passo para a realização do empreendimento. Este só ficaria completo, no entanto, depois da adesão de colonos dispostos a constituir, na futura França Antártica, uma ditosa réplica de seu lar europeu.

Villegaignon teria um meio simples para vencer essa dificuldade, se desse pública demonstração de simpatia pelo credo calvinista. Não faltaria neste caso, entre os reformados franceses e de outras terras, quem se dispusesse, em sua companhia, a vir buscar deste lado do oceano a terra prometida aos justos, então sob a ameaça de uma perseguição sem tréguas. Tal solução representaria, no entanto, um desafio ao partido católi-

co dominante, que lhe fora de tamanho préstimo quando precisara alcançar o favor da Coroa.

Em tais circunstâncias, pareceu-lhe de melhor alvitre, ao menos no primeiro momento, fugir a qualquer profissão de fé muito nítida, que lhe alienasse o apoio de uma das duas facções. E como essa prudência não desse todos os resultados que desejava, ocorreu-lhe proceder a um recrutamento entre criminosos, nas prisões de Paris, Ruão e outras cidades do reino, com o que pôde completar a companhia de cerca de seiscentas pessoas que, a 12 de julho de 1555, largou o porto do Havre em dois navios.

Não representavam os *convicts*, assim atraídos para uma empresa cheia de perigos, a melhor sementeira que se poderia desejar para o progresso ulterior da nova colônia. Quando se considere que esses emigrantes eram, em regra, gente sem família, ou que não levavam as próprias mulheres, se as tinham, pode atinar-se com um dos obstáculos importantes àqueles progressos. Por outro lado, não poupara cuidados Villegaignon, no recrutar oficiais de todos os ofícios, mesmo daqueles que pareceriam redundantes num povoado incipiente e alheio às menores comodidades da vida civil.

Primeiras dificuldades de colonização

A ilha a que os naturais da terra chamavam de Serigipe e hoje guarda ainda o nome dele escolheu-a o francês para a sede inicial do estabelecimento. Ali fez edificar um baluarte de madeira, o forte de Coligny, reservando a designação de Henriville para a povoação que já projetava fundar na terra firme vizinha. A maior segurança dos moradores era naturalmente facilitada pela grande laje situada à entrada do porto, e que, segundo uma versão menos provável, divulgada por Jean de Léry, fora o primeiro desembarcadouro dos expedicionários.

As cautelas e providências adotadas por Villegaignon na escolha do sítio não eram decisivas, no entanto, para o bem-estar dos europeus recém-vindos. O duro trabalho a que se deveram submeter não parecera feito para aqueles homens, obrigados, em muitos casos, a socorrer-se do auxílio dos índios da terra, infensos ao labor regular e sistemático, sem expectativa de pronta recompensa. A necessidade em que se viram os colonos de renunciar aos modos de vida que lhes eram mais familiares devia representar para muitos invencível tortura. O primeiro contato com a nova terra já bastara para despertá-los do sonho em que tinham sido acalentados, de que achariam aqui notável fortuna de víveres. Refere Jean Crespin a estranheza e o desalento que logo se apoderaram daquela gente quando forçada a viver de raízes e frutas, em lugar do pão de trigo, assim como de água de cisterna, em vez de vinho, e tudo em porções tão

mesquinhas, acrescenta o cronista, que dava pena, pois cada quatro pessoas tinham de contentar-se com aquilo que normalmente caberia a uma.

Nem isso, nem o ardor da temperatura, nem as doenças de que muitos foram assaltados pareciam motivo para se minorar a rudeza de intensidade dos esforços exigidos para a construção da fortaleza e das habitações. Mal se levantava o sol, eram obrigados os homens a ir britar pedras, cortar toros de madeira, carregar terra, num ritmo que crescia dia a dia, ante o receio, de que todos estavam tomados, de algum assalto por parte dos portugueses ou das tribos hostis.

O incidente com o intérprete

A exasperação generalizada acirrou-se ainda mais devido ao grave incidente então surgido entre o comandante e certo língua normando que vivia em concubinato com uma índia. Movido pelo afã de autoridade ou pela condescendência com o ideal ascético professado pelos seus companheiros calvinistas, Villegaignon cometeu a imprudência de exigir do intérprete que se casasse segundo as leis cristãs ou abandonasse de todo o estado de pecado em que vivia, sob pena de morte. Irritado com a imposição, não teve dificuldades o intérprete em recolher partidários entre alguns dos colonos que já pensavam em desertar para o meio dos índios, onde poderiam levar sem receio uma vida solta e ociosa, ou mesmo abrigar-se em alguma das povoações de portugueses.

A conspiração frustrada

Surgia, já agora, a possibilidade de um recurso extremo: o assassínio de Villegaignon e de seu estado-maior, que aos conjurados permitiria partilharem largamente os despojos. Para o bom sucesso da idéia era mister, porém, aguardar a partida dos navios, pois temia-se, talvez com justa causa, a fidelidade dos marinheiros ao chefe. A partida verificou-se, finalmente, a 4 de fevereiro de 1556, mas o pronto descobrimento do plano pelo grupo de soldados escoceses de que se cercava Villegaignon como de verdadeira guarda pessoal teve o efeito de frustrar sua execução.

Quatro dos principais implicados foram logo detidos e algemados na presença de todos, para que o exemplo desse rigor atemorizasse os restantes. Um dos presos não suportou por muito tempo o castigo: logo ao outro dia arrastou-se até a beira d'água, onde veio a morrer afogado. Dos outros três, um foi estrangulado e dois reduzidos à escravidão. É pelo menos o que consta de uma das cartas conhecidas de Nicolas Barré, o mesmo companheiro de Villegaignon que, oportunamente advertido pelos soldados escoceses, comunicara ao chefe os intentos criminosos daqueles

homens. Quanto aos mais, já escarmentados pela punição que padeceram seus cúmplices, passaram agora a trabalhar com mais afinco e diligência.

A hostilidade dos índios

É certo que o intérprete ou trugimão normando, promotor de todo o movimento, conseguira evadir-se em tempo. Passando a viver no meio dos índios, juntamente com outros vinte a vinte e cinco intérpretes, buscou meios e modos de envenenar as boas relações existentes de início entre os mesmos índios e os franceses. Suas intrigas tiveram algum efeito, sobretudo em seguida a uma peste que grassou subitamente entre os naturais e que, segundo depoimentos contemporâneos, chegou a matar cerca de 800 pessoas. Não seria difícil convencer as vítimas de que o mal, provavelmente, adventício e ignorado até então nestas partes, fora obra de Villegaignon, de sorte que um clamor grande se levantou logo contra os colonos. A salvação destes parece ter resultado principalmente de não se terem fixado no continente, em lugar mais acessível aos ataques, que poderiam precipitar a ruína de seu estabelecimento.

Índios: bichos com figura humana ou homens da Idade de Ouro?

Aos poucos, porém, a animosidade dos Tupinambás da Guanabara – os tamoios dos cronistas portugueses – parece ter cedido passo ao proveito que de seu entendimento com esses europeus lhes poderia resultar para suas lutas constantes com os portugueses e, ainda mais, com as tribos adversas: os Tupiniquins, os Goitacás e, principalmente, os Maracajás, estabelecidos na própria baía ou em suas vizinhanças. Da parte de Villegaignon, os sentimentos que lhes inspiravam os indígenas não seriam dos mais benévolos, a julgar pelo que se lê em uma das suas cartas a Calvino, onde os apoda de gente feroz e selvagem, estranha a toda cortesia e humanidade, diversa em tudo dos europeus, sem religião, nem virtude ou honestidade, ignorante do que é reto ou injusto: "assim, acrescenta, vinha-me à mente a idéia de que tínhamos caído entre bichos com figura humana". Por outro lado, entre os humanistas que, no Velho Mundo, alheios às vicissitudes que perseguiram os colonos da França Antártica, se deleitavam constantemente na imagem clássica das Idades de Ouro desaparecidas ou corroídas pela civilização, essa humanidade primitiva surgia, não raro, tingida com as cores de sua esperança e nostalgia. A apóstrofe de Ronsard ao "douto Villegaignon", no *Discours contre la Fortune*, é um convite para que não maculasse, com o engenho e a arte dos europeus, a ventura daquela gente sem malícia que habitava as margens da Guanabara, comparável à que, segundo os poetas, tinham desfrutado os primeiros homens:

Ils vivent maintenant en leur âge doré...[1]

A fantasia poética não deixa de exprimir neste caso o confuso sentimento, capaz de alastrar-se até entre pensadores como um Montaigne e um Charron, servindo de ponto de partida para as utopias renascentistas, de que fora da Europa e de seus vícios ainda se poderia encontrar ou edificar uma sociedade nova e imaculada. E em outro poema lamenta, com efeito, as longas desgraças que tinham mudado o ouro antigo em prata e a prata no moderno ferro assassino, manchando todo um continente:

Europe que les Dieux
Ne daignent plus regarder de leurs yeux
Et que je fuy de bon coeur sous ta guide,
Laschant premier aux navires la bride,
Et de bon coeur à qui je dis adieu
Pour vivre heureux en l'heure d'un si beau lieu.[2]

Se para muitos, e já se viu como o próprio Villegaignon estaria nesse campo, o contato e convívio dos índios só poderiam afetar de modo lamentável os imigrados europeus, suas instituições e suas crenças, para outros, corromperiam, ao contrário, a paradisíaca inocência daqueles nobres selvagens, segundo a célebre expressão que, no entanto, só seria cunhada muito mais tarde. Em ambos os casos, condenavam-se os ajuntamentos entre o europeu e as mulheres do gentio, que se encontram à origem da atividade colonizadora dos portugueses no restante do Brasil e também dos franceses em alguns dos seus estabelecimentos, particularmente os do Canadá.

Não vale isso negar que o mesmo tipo de intercurso entre franceses e índias, essas "cadelas selvagens", na expressão de Barré, se desse ali mesmo nas vizinhanças da Guanabara – o exemplo do trugimão normando com suas concubinas e seus filhos mestiços, semelhante ao de tantos portugueses como João Ramalho, Diogo Álvares, Jerônimo de Albuquerque era certamente um entre inúmeros –, mas a exclusão desses homens da comunidade constituída sob a égide da própria Coroa de França já caracteriza aquela orientação política. E tudo faz crer que a eventual posi-

[1] Vivem agora a sua idade de ouro...

[2] Europa sobre a qual os Deuses / Não se dignam mais baixar os olhos / E da qual, por ti guiado, fujo de bom grado, / Aos navios entregando o rumo, / E à qual de bom grado digo adeus / Para viver ditoso num lugar tão belo.

ção dessa comunidade em favor da religião reformada só poderia contribuir para que ainda mais se acentuasse uma tendência semelhante. Seria fácil a homens familiarizados com as Sagradas Escrituras evocar os muitos danos que, para o povo de Israel, tinham decorrido de sua comunicação com os gentios, e não faltará quem se recorde das palavras do Senhor no *Levítico*, onde ordena que se não juntem no mesmo campo animais de diferente espécie, nem se plantem sementes de mistura ou se usem vestidos com desvairadas cores.

Calvinistas e a França Antártica

A Villegaignon fora possível, antes de se acenderem com mais vivacidade as sangrentas disputas religiosas que iam dilacerar seu país, guardar para empresa de aquém-mar uma aparência de neutralidade, igualmente benévola a ambas as facções em contraste. Em 1555, o ano em que Launay e François de Morel chegaram a Paris para ali estabelecerem novo templo obediente às instruções de Genebra, acha-se, por assim dizer, em sua fase embrionária a expansão dos agrupamentos protestantes na França.

O acréscimo, porém, dessas comunidades, cujo número e atuação iriam alarmar o próprio Calvino, conforme o atesta a carta que dirigirá aos seus discípulos de Montélimar, não vai esperar muito tempo. E com a expansão, o perigo de uma campanha sem tréguas da própria Coroa contra os *luteranos*, como ainda eram indiscriminadamente chamados os adeptos do credo reformado, anuncia-se cada vez mais impetuoso. O recurso à emigração para terras longínquas oferecia-se, principalmente agora, como o caminho mais seguro aos que pretendessem seguir esse credo com maior estorvo.

É um engano a que muitos têm cedido julgar que o estabelecimento da França Antártica representou uma iniciativa de calvinistas. Se o apoio que lhe emprestara Coligny apontava para essa direção, já se viu como a empresa colonizadora não resultou e não dependeu apenas de tal apoio. Protestantes convictos, que se alistaram na leva trazida à Guanabara por Villegaignon, foram La Chapelle, de Boissi, além de Thoret e de Nicolas Barré. Mas a par desses viriam então, e mais tarde, muitos católicos, leigos ou eclesiásticos, como André Thevet, que publicou mais de um escrito sobre as coisas notáveis deste Novo Mundo, ou como Bois-le-Comte, o sobrinho de Villegaignon, sem falar no célebre Jean Cointa, que, não obstante, se verá depois em dificuldade com os inquisidores.

O apelo à igreja de Genebra, feito diretamente por Villegaignon ou através de Coligny, pareceu impor-se ao vice-almirante desde os primeiros tempos de sua estada no Rio de Janeiro. Os mesmos navios que, de volta à

Europa, sairiam da Guanabara em fevereiro de 1556, serão portadores de alguma petição nesse sentido, embora não haja provas de que, já então, o *Pay Colas* dos tamoios mantivesse correspondência pessoal com João Calvino. O certo é que em setembro desse ano de 56 iam deixar Genebra os chefes da missão incumbida de erigir em refúgio ideal dos huguenotes a chamada França Antártica e, ao mesmo tempo, iniciar a prédica do Evangelho aos pobres "selvagens". Eram eles Philippe de Corquilleray, Pierre Richier e Guillaume Chartier, seguidos de mais onze companheiros ou auxiliares.

Essa expedição tem apenas o privilégio de marcar uma data, mas data sem conseqüências, na história da expansão mundial do protestantismo: é cronologicamente a primeira tentativa de ação missionária empreendida por uma das igrejas reformadas entre os povos pagãos (a segunda, de origem luterana, só ocorrerá três anos depois, quando Gustavo Vasa autoriza a evangelização dos lapões do norte). Na história do Brasil, ela tem, tão-somente, o efeito de acentuar as divisões funestas que desde o início tinham marcado a experiência colonizadora de Villegaignon, precipitando seu desfecho catastrófico.

É de acreditar, no entanto, que, embora em bem menor número do que os seguidores do vice-almirante em sua viagem inicial, esses colonos embarcados em Honfleur no outono de 1556 recrutaram-se em melhores condições. De Coligny, que Corquilleray e seus homens foram encontrar em Chatillon, receberá a expedição todo apoio moral e mesmo alguma ajuda pecuniária. Do almirante escreverá Pierre Richier a Calvino que é o verdadeiro "guia e chefe" da empresa transoceânica. Em Paris, tinham-se somado alguns correligionários aos denodados apóstolos de Genebra. Entre a gente que vinha para o Brasil já figuravam agora uma mulher e várias meninas, as primeiras que apareceram vestidas na baía de Guanabara, para grande pasmo dos índios. Acompanhavam-nos ainda cinco meninos de pouca idade, com o fito expresso de aprender a língua dos *Topinambous*, de modo a poderem servir como intérpretes aos futuros imigrantes.

No Brasil, onde aportaram em fevereiro de 1557, os zelosos calvinistas não se cansavam de contemplar a magnificência do cenário que lhes fora reservado, agradecendo a suma bondade do Criador de todas as coisas, que assim lhes destinava uma paragem digna da alta missão a que se devotaram: a prédica da palavra divina e a restituição do cristianismo à sua pureza primitiva. Um dos quatorze apóstolos vindos de Genebra, Jean de Léry, escreverá depois, refletindo porventura o ardor de seus correligio-

nários e companheiros, que aquele "rio" de Guanabara, ainda que as montanhas das redondezas não fossem tão altaneiras como as que circundam o grande e espaçoso lago de Genebra ou de Lemano, "contudo a terra firme, envolvendo-o de várias partes, muito se assemelha àquele lugar quanto à situação". E na própria expressão que traduziu para eles os nomes indígena e português da majestosa baía – "Guanabara, autrement dite *Geneuvre* en l'Amérique" – não entraria algum vago eco da cidade sagrada?

A acolhida que a princípio lhes reserva o vice-almirante não poderia ser mais auspiciosa. Villegaignon mostra-se efetivamente um pai e irmão dos recém-vindos: são as próprias palavras com que efusivamente o nomeiam Richier e Chartier escrevendo a Calvino, três semanas após o desembarque. Já, no dia da chegada, exigira que se pregasse publicamente a palavra de Deus, e na semana seguinte participara em pessoa de um serviço da Sagrada Ceia.

Se o futuro Caim da América não tinha abertamente abjurado a fé católica, não há dúvida que seus atos e atitudes eram, em muitos pontos, os de um converso aos ideais da Reforma anunciados de Genebra. Agora não hesitava em dirigir-se por escrito a Calvino, rejubilando-se com a vinda dos irmãos na Fé, que o vinham libertar da situação a que se vira obrigado, pois fazia as vezes de magistrado e, em alguns casos, até de ministro da Igreja. Muito receara pela sorte dos colonos que, no convívio inevitável dos naturais, bem poderiam cair na apostasia. Desse medo, acrescentava, "poupou-me a vinda dos irmãos". No fecho da carta ditada, que endereça ao reformador, escreve de próprio punho estas palavras, entre outras: "Queira Nosso Senhor Jesus Cristo defender-vos de todo mal, assim como aos vossos companheiros, fortalecendo-vos com seu espírito e prolongar por muito tempo vossa vida para a obra de sua Igreja..."

Conflitos religiosos na colônia francesa

Se, em todas as aparências, Villegaignon fazia por conformar-se com os preceitos de Calvino, bem depressa se levantaria nele o fervor antigo do cavaleiro de Malta. No processo que Jean Cointa, uma das testemunhas, mandará fazer depois o bispo português, D. Pedro Leitão, assim se resumem os graves sucessos ocorridos na colônia francesa do Rio de Janeiro: "Perguntado que pessoas herão as que estauão na dita fortaleza do rio de janeiro onde ele estaua que tinhão o segião a dita opinião do dito joam calujno dise que herão dez ou onze homes naturais de jenebra de saboya que vierão com elles na dita armada e mais o dito capitão do rio de janeiro monsjor de villa ganhão os

quais se chamão a saber felipe de corquilhel e joam delíueira e mateus e que lhe não lembrauão os nomes dos outros diguo dos mais e que no principio o dito monsjor de uilla ganhão segia em todo a dita opinião de joam calujno e que dahi a sertos mezes temdo duvida se ho pão auja de ser afermentado ou não e se ho uinho se lhe aujão de botar augoa ou não com pareser dos mais mandou que se não fizese a sea de que asjma faz mensão até uir Reposta de fransa das cartas que sobre yso tinhão escritas".

Nessa algaravia do escrivão lusitano, em que mal se vislumbra no "monsjor de vila ganhão" o vice-almirante de Bretanha, onde Philippe de Corquilleray se converte em Corquilhel, Jean de Léry em João d'Oliveira e o nome de Mathieu Verneuil, um dos "apóstolos" de Genebra, é reduzido ao prenome, que não diz mal com sua missão evangelizadora, pode reconhecer-se em poucas palavras a causa ou o pretexto da crise que lançou uma divisão sem remédio entre os colonos franceses da Guanabara.

A crise surgira, com efeito, já no Pentecostes de 1557, quando nasceram dúvidas sobre se era lícito deitar água ao vinho na cerimônia da consagração. Villegaignon optava pela afirmativa, invocando a tradição, particularmente São Cipriano, São Clemente e os sagrados Concílios. Pierre Richier, valendo-se das Escrituras, contradizia firmemente essa opinião. A controvérsia estava lançada e degenerou logo em violentos debates sobre a natureza da presença de Cristo nas espécies da Eucaristia. Pouco mais tarde, baseando-se ainda dessa vez na tradição, Villegaignon procurou refutar publicamente Richier durante a celebração de um casamento. Para evitar que fosse prolongado ainda mais o debate, ficou decidido que Guillaume Chartier, um dos companheiros de Corquilleray, iria a Genebra aconselhar-se com Calvino. O próprio vice-almirante estaria disposto a aceitar a arbitragem do reformador, mas, enquanto não chegasse a resposta, Richier ficava impedido de administrar os sacramentos ou de aludir em sermões aos assuntos que deram causa à controvérsia.

Aos poucos foram-se avolumando essas desinteligências e Villegaignon pretendeu impor a qualquer preço sua autoridade, desmandando-se em atos que fecharam o caminho a qualquer reconciliação. Thoret, calvinista confesso, a quem fora confiado o comando do forte de Coligny, viu-se publicamente censurado por ele. Revoltado com a humilhação sofrida, socorreu-se de uma pequena jangada indígena de três paus para ir refugiar-se num navio bretão que se encontrava a trinta léguas do porto. O próprio Corquilleray, interpretando o pensamento dos correligionários, procurou Villegaignon e fez-lhe ver que, tendo ele rejeitado o Evangelho,

achavam-se os seus companheiros desligados de qualquer obrigação de sujeitar-se às suas ordens.

La Briqueterie, *asilo dos dissidentes*

À vista desses fatos, o convívio entre as facções em que se dividia a colônia tornara-se cada vez mais insustentável, agravando-se com as notícias, bem ou mal fundadas, de insubordinação e revolta de certos elementos. Em fins de outubro, o vice-almirante, depois de submetê-los a uma série de vexames e padecimentos, consentiu que Corquilleray, Richier e seus adeptos deixassem a ilha, o que fizeram, indo refugiar-se num lugar da terra firme chamado *La Briqueterie*, onde já se tinha estabelecido uma povoação de franceses dissidentes do chefe.

Durante pouco mais de dois meses viveram aqueles homens no rústico asilo, à beira da baía, faltos de todas as comodidades, inclusive do vinho de uvas para as suas cerimônias religiosas, comendo e bebendo com os índios e ao modo destes que, aliás, no dizer de Léry e Crespin, se mostraram bem mais humanos do que os franceses da ilha. Villegaignon em particular. Certo dia surge na Guanabara um velho navio normando, com o casco já meio carcomido pelos gusanos, a fim de carregar pau-brasil, pimenta, algodão, macacos, papagaios e outros produtos da terra. A pedido dos fugitivos, concordou o capitão em transportá-los de volta, mediante pagamento de seiscentas libras tornesas.

Devido, porém, ao excesso de carga, esteve a embarcação na iminência de soçobrar quando apenas se tinha afastado da costa. Feitos os reparos de emergência, discutiu-se sobre se convinha prosseguirem a viagem ou ficarem os passageiros de qualquer modo na Guanabara. A maior parte preferiu o primeiro alvitre, mas cinco dos calvinistas deliberaram pedir barca a fim de tornarem ao Rio de Janeiro.

De início acolheu-os bem Villegaignon. Pouco a pouco, no entanto, firmou-se em seu espírito a suspeita de que aqueles homens teriam sido enviados por Pierre Richier e Corquilleray para suscitarem um levante entre os índios, enquanto na Europa se preparassem reforços visando à implantação definitiva do credo calvinista na América. Tratou então de submeter todos a um rigoroso questionário que versou sobre pontos de teologia relativos aos sacramentos. E como três dos fugitivos se mostrassem obstinados no apego às opiniões dos reformados, condenou-os por hereges, mandando supliciá-los e, depois, lançá-los ao mar. Quanto aos outros dois, que lhe pareceram menos perigosos, determinou que continuassem sujeitos às suas ordens.

Villegaignon malvisto pelos católicos e reformistas

Em França, as primeiras notícias sobre os dissídios teológicos no estabelecimento da Guanabara não mitigaram o entusiasmo suscitado principalmente entre huguenotes pelas versões anteriores acerca do bom sucesso da empresa. O próprio Calvino mostrara-se, de início, menos impressionado pelas denúncias de Chartier, porta-voz dos homens de Genebra expedidos para o Brasil, do que pelos protestos de fidelidade e zelo que lhe mandara o senhor de Villegaignon. Não parecia desvario, por esse tempo, a idéia de uma expatriação voluntária e em massa dos protestantes perseguidos no Velho Mundo para esse decantado asilo ultramarino, e em 1558 já se cuidava seriamente na ida para a França Antártica e de um grupo de 700 ou 800 pessoas em duas urcas flamengas especialmente fretadas com esse fito.

O regresso, porém, de Corquilleray e sua companhia, após os rumores sobre o martírio e morte padecidos pelos três calvinistas, por ordem de Villegaignon, teriam papel saliente no desfecho final da iniciativa colonizadora. Embora, logo em seguida ao suplício daqueles teimosos huguenotes, tivesse ele julgado poder conter finalmente sua gente no temor e obediência, o regime de terror instalado pelo vice-almirante provocava descontentamentos tanto na ilha de Coligny quanto nas áreas próximas do continente. Por outro lado, as informações que vinham do Velho Mundo não eram tranqüilizadoras para o chefe da expedição. Detestado agora pelo partido protestante, era ele suspeito a muitos católicos que o acusavam de querer impor aos seus subordinados uma heresia nova, independente de Roma, assim como de Calvino ou de Lutero.

Nessas condições, pareceu-lhe de melhor aviso embarcar para a Europa a fim de melhor defender-se dessa e de outras imputações. Ora, para essa espécie de defecção precipitada, ocorrida em fins de 1558, não poderia escolher pior momento. Os colonos que ainda restavam no Rio de Janeiro, desfalcados agora em número e coesão, iam ficar quase à mercê dos terríveis Maracajás, o "gentio do Gato", amigos e aliados dos portugueses. Além disso, à tibieza de D. Duarte da Costa, o segundo governador-geral do Brasil lusitano, que tivera de assistir impotente à intrusão dos franceses em terras da Coroa de Portugal, acabava de suceder a enérgica habilidade de Mem de Sá que, em seu programa administrativo, incluíra o desalojamento dos franceses de todas as terras do senhorio d'el-rei.

Os portugueses e a liquidação da França Antártica

Em novembro de 1559 chegava efetivamente à Bahia de Todos os Santos a armada sob o comando do Capitão-mor Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, des-

tinada a ir combater os franceses na Guanabara. Apoiando-se na influência do novo bispo, D. Pedro Leitão, e dos jesuítas, tratou o governador de reunir, ali na Bahia, todo o gentio de guerra que pudesse dispensar sem prejuízo para a defesa da sede da administração. Ao mesmo tempo escreveu à Capitania de São Vicente, solicitando ajuda em homens e armas, que deveriam encontrar-se na entrada da barra do Rio de Janeiro em dia previamente ajustado, a fim de se encontrarem com as forças da metrópole.

Não foram certamente de pouco proveito os informes que, nessa emergência, prestou a Mem de Sá o francês Jean Cointa, um dos antigos companheiros de Villegaignon, agora desavindo com este, e que se dizia senhor de Boules, além de doutor da Sorbonne. O qual tendo anteriormente saído em companhia de alguns franceses e numerosos índios aliados para um assalto a São Vicente, achara meio de passar-se para o lado dos portugueses, advertindo-os do ataque em perspectiva e ajudando-os depois, eficazmente, a defender a Bertioga. Na Bahia, para onde o despacharam, o trânsfuga deu notícias pormenorizadas ao governador-geral sobre as condições de defesa da ilha de Coligny, prestando-se mesmo a acompanhá-los para a expugnação do reduto.

A armada em que Mem de Sá partiu para o Rio de Janeiro em janeiro de 1560 constava de duas naus e oito embarcações menores. À entrada da Guanabara, essa frota ainda esperou pela chegada de um bergantim e muitas canoas procedentes de São Vicente. Intimados por escrito, recusaram-se os franceses a render-se, antes responderam ao capitão com soberba. A 15 de março começaram os atacantes a desembarcar na ilha, então sob o comando de Bois-le-Comte. Num golpe de audácia, alguns dos portugueses conseguiram enfim penetrar no castelo, apoderando-se da pólvora de que dispunham os defensores. Desanimados com tamanha perda, desampararam estes o lugar com todas as máquinas de guerra nele existentes. A luta nesta última fase foi dura, quase sem interrupção, dois dias e duas noites, rematando-a a vitória de Mem de Sá e de seus portugueses.

Dos franceses existentes na ilha, pode presumir-se que seu número se elevaria a várias dezenas – 74 homens ao todo com alguns escravos, além de quarenta e tantos de um navio apresado e outros que andavam em terra, segundo pretendeu o governador. Parte destes seriam intérpretes e aventureiros, remanescentes, em geral, de antigas expedições, que não tinham aceito a dura disciplina imposta aos colonos por Villegaignon e pelo seu sobrinho e substituto Bois-le-Comte. De alguns consta que viviam em boa inteligência com os portugueses. Ao lado dos defensores europeus do forte, contaria este com a simpatia das parcialidades tupi-

nambás disseminadas nas vizinhanças. A acreditar nos cômputos do próprio Mem de Sá e nos do Pe. Manuel da Nóbrega, o grande animador desse combate, o número dos gentios que se puseram ao lado dos franceses oscilaria entre 800 e mais de mil.

Ainda assim, mal se pode pensar que toda essa gente fosse apta a uma resistência séria ao corpo expedicionário português, constante de dois mil homens bem armados e municiados, sem falar nos reforços provenientes de São Vicente e Santos.

A captura da ilha e do forte de Coligny assinala o fim da tentativa francesa de ocupação e colonização da Guanabara. Em França, Villegaignon não cessaria, é certo, de tentar meios para a recuperação do perdido, e agora com o apoio decidido dos jesuítas. A verdade, porém, é que sua ruptura declarada com a facção protestante impossibilitaria de fato, se bem-sucedidas as gestões feitas junto à Coroa, o recrutamento dos únicos colonos que, em face das ameaças de perseguição e das perspectivas de guerra civil, emigrariam de boa mente e em número apreciável para a França Antártica.

Seja como for, essas tentativas, e ainda os pedidos de indenização feitos pelo vice-almirante através do embaixador português em Paris – aparentemente com resultados positivos – não pertencem propriamente à história do Brasil. Aqui, a conquista do baluarte de Serigipe representava apenas uma parte, e não a principal, do trabalho de Mem de Sá no Rio de Janeiro. Afirma Gabriel Soares de Sousa que, ciente dessa vitória, muito estranhou a rainha Dona Catarina ao governador-geral o arrasar a fortaleza que conquistou aos franceses e não deixar nela quem a guardasse e defendesse para se povoar o lugar. A razão de não se tomar logo essa medida vinha, no entanto, da carência de gente e de soldados necessários à defesa.

Naus francesas e os Tamoios

Como continuasse a arribada de naus francesas para os tratos com os índios e não cessasse a resistência destes à soberania lusitana, ali e nas terras vizinhas, determinou Mem de Sá o preparo de uma frota para a definitiva pacificação, conquista e povoamento do Rio de Janeiro, dando a capitania ao seu sobrinho Estácio de Sá. Tendo partido para o sul em fins de 1563 e chegando ao Rio com alguma demora, pois se detivera no caminho a colher reforços, o capitão-mor, que logo à entrada da barra capturara uma nau de franceses, deliberou continuar a viagem até São Vicente, a fim de conseguir novos auxílios de portugueses e Tupiniquins. Com esses contingentes, tornou a alcançar a Guanabara, dando início a uma povoação no istmo da península de São João

entre o morro do Cão e o Pão de Açúcar, que teve logo o predicamento de cidade, com o nome de São Sebastião.

Não faltaram, então, e depois, escaramuças com os índios e as naus francesas que iam a fazer escambos. Um ataque vigoroso ao estabelecimento português chegou a ser empreendido por três dessas naus, ajudadas de dezenas de canoas indígenas saídas do Cabo Frio. Esse e outros combates travados em torno da nova cidade – num dos quais foi alvo de uma flechada mortífera o próprio Capitão Estácio de Sá – sugeriram sua mudança para sítio mais defensável, no morro depois chamado do Castelo.

Se tal expediente melhorou a segurança dos moradores, nem por isso se interromperam inteiramente as ciladas e acometidas dos índios e seus aliados. Embora o núcleo de suas atividades se achasse agora transferido em grande parte para o Cabo Frio, eram constantes as apreensões dos portugueses. Para reduzir semelhante foco de eventuais hostilidades, foi cabal a contribuição de Antônio de Salema, um dos dois sucessores de Mem de Sá, encarregado de governar as partes do sul. Com efeito, logo depois de aportar ao Rio de Janeiro, tratou ele de juntar a gente de guerra disponível e, com uma força calculada, na época, em 400 portugueses, aproximadamente, e 700 índios amigos, abrangendo os socorros obtidos no Espírito Santo e ainda em São Vicente, rumou em agosto de 1575 para o baluarte dos contrários.

Alcançado o Cabo Frio, iniciou Salema o ataque, resultando mortes de parte a parte já às primeiras pelejas. Como não surtisse o efeito esperado essa investida inicial, deliberou o governador pôr cerco aos inimigos. Dessa forma acreditava poder subjugar o adversário, provocando sua rendição pela fome e sede.

Não foi preciso mais para que se dispusessem os sitiados a negociar um acordo por intermédio de seu capitão. Deste exigiu primeiramente Antônio de Salema a entrega de três estrangeiros, dois franceses e um inglês, homens engenhosos e de boa experiência na disciplina militar, que tinham ajudado muito os Tamoios em sua defensiva. Atendida a reclamação, foram os três condenados à forca, e morreram de morte heróica e piedosa. Em seguida requereu a demolição da fortaleza, o que se fez de imediato. O capitão tamoio pediu, por seu lado, que lhes fosse dado, a ele e aos seus, continuarem no lugar, onde permaneceriam como fiéis vassalos da Coroa portuguesa. A isto, porém, não quis atender o governador; antes impôs a rendição de todos os que, procedentes das aldeias circunvizinhas, tinham corrido em auxílio dos defensores, e eram mais de 500, os quais foram chacinados, quando não escravizados. Igual sorte teriam, aliás, os próprios

habitantes do lugar. Em face de tamanhas atrocidades, precipitaram-se para o sertão os habitantes indígenas de toda aquela redondeza, mas nem assim escaparam à fúria dos assaltantes. Consta que dois mil desses fugitivos foram mortos e quatro mil reduzidos ao cativeiro.

Pode dizer-se que esse episódio assinala verdadeiramente o ponto final da aventura iniciada por Villegaignon na Guanabara e do conluio entre sua gente e os *Toüopinambaoults*. Contudo não cessa aqui a ameaça representada pelos franceses, protestantes ou católicos, ao monopólio lusitano sobre esta parte do continente ocidental.

Pirataria

Em alguns casos limita-se sua atividade à prática da pirataria, que embaraça gravemente a navegação entre o reino e as costas brasileiras. O caso, por exemplo, do assalto dado em 1570, perto de Las Palmas, pelos navios do huguenote normando Jacques Sore ou Soria, a uma das naus da frota onde viajava o governador nomeado D. Luís de Vasconcelos. A nau atacada foi a Santiago, onde se encontravam o novo provincial, Padre Inácio de Azevedo, e outros 39 militantes da Companhia de Jesus, além de 14 ou 15 homens de diferentes ofícios. Foram mortos todos os jesuítas, a começar pelo provincial, cujo martírio a Igreja glorificará com as honras da beatificação. Outra nau, em que ia D. Luís de Vasconcelos, conseguiu chegar à vista do Brasil, que demandava, mas ventos contrários arrastaram-na em seguida às Antilhas, de onde pretendeu tornar a Portugal. No caminho, porém, atacaram-na outros corsários, franceses e ingleses, sob o comando de Jean Capdeville, morrendo em luta o próprio D. Luís. Foram mortos também 12 dos 15 jesuítas que o acompanhavam. Dois conseguiram escapar, e um que, atemorizado, se vestira de grumete foi levado pelos franceses com outros presos. Vendo, porém, que não sabia marear, lançaram-no com os mais às ondas, mas este não se considera mártir.

Perseguição aos últimos franceses

Prosseguiram também contatos de comércio com os indígenas, mormente nas regiões mal atingidas pela colonização portuguesa. Durante o governo de D. Luís de Brito de Almeida, um dos sucessores, com Salema, de Mem de Sá, tendo-lhe cabido o governo das capitanias do norte, iam as naus francesas constantemente buscar pau-brasil nas terras do Rio Real, até que se fez uma povoação junto ao referido rio. Em 1579, sob o governo de Lourenço da Veiga, incendiaram-se em portos brasileiros onze navios franceses carregados de mercadorias avaliadas em mais de um milhão; para fugir à sanha dos portugueses internaram-se as equipagens pelo mato adentro. Em 1580, três

embarcações da mesma nacionalidade foram forçadas a sair da Guanabara rumo ao sul. Em 1581, outros três navios franceses, aproveitando-se de momentânea ausência do governador, ainda tentaram alcançar, sem resultado, o porto do Rio de Janeiro. Meses depois, Frutuoso Barbosa, tendo partido de Pernambuco, ataca várias naus intrusas à entrada do porto da Paraíba, de que resultou incendiarem-se cinco embarcações francesas. Há notícia de que o mesmo capitão, ou um seu associado, aniquilou quase simultaneamente um fortim, também de franceses, estabelecido nas imediações e onde iam navios todos os anos a carregar pau de tinta. Da gente das equipagens, uns foram chacinados, outros debandaram para o sertão, acolhendo-se entre as tribos amigas.

Conseqüências da união dinástica entre Portugal e Castela

A união dinástica entre Portugal e Castela redundara agora numa crescente severidade com relação aos estrangeiros aqui domiciliados, ou que, por qualquer motivo, alcançavam os portos brasileiros. São notórios os casos como o do Capitão Pois de Mil (outros escrevem *Pain de Mil*), oriundo de Soson, em Saintonge, executado em 1595 na Bahia com os tripulantes de seu navio. Ou ainda o dos hereges procedentes, talvez, da Rochela, desbaratados em 1597 nos Ilhéus pela gente do mameluco Antônio Fernandes, o *Catucadas* de alcunha. Seriam esses franceses os mesmos que aparecem logo depois no norte a atacar o forte de Santa Catarina do Cabedelo, de onde acabam repelidos? Quatro anos mais tarde, quatro caravelas e várias canoas de índios tomam, à altura de Cabo Frio, o navio sob o comando de Jacques Postel de Dieppe, que traficava na região, trucidando e aprisionando a maior parte de seus homens.

É talvez falsa a impressão sugerida por muitos desses fatos de que a atividade dos traficantes franceses no Brasil quinhentista representa principalmente uma crônica de reveses. Como explicar em tais condições o obstinado empenho com que esses traficantes e navegadores continuaram por tão largo tempo a desafiar tamanhos perigos? E como admitir que, apesar da catástrofe de 1560, na Guanabara, outro punhado de franceses cogitasse, cinqüenta anos mais tarde, em renovar empresa semelhante, já agora no Maranhão?

Seja como for, a integração de Portugal, por conseguinte do Brasil, nos senhorios dos Filipes, vai acarretar um notável recrudescimento de desconfianças e hostilidades contra quaisquer forasteiros, mormente se suspeitos de heresia. Enquanto dispuseram de dinastia nacional, e já durante o reinado de D. João III, trataram os portugueses de se haver com relativa liberalidade diante da gente estrangeira, apta ao mister de ajudar

a povoar suas ilhas do Atlântico assim como o Brasil. Mas em março de 1605 vedava-se a qualquer estrangeiro ir para os domínios ultramarinos de Portugal, ordenando-se ainda que deveriam voltar para o reino todos os que neles se achassem. Aos que morassem no Brasil "e mais partes ultramarinas de Cabo da Boa Esperança para cá" dava a lei o prazo de um ano para cumprirem semelhante ordem. A medida apenas não dizia respeito aos naturais do reino de Castela, segundo interpretação expressa de um alvará de julho do ano seguinte.

Restrições semelhantes e com maiores motivos aplicavam-se aos navios estrangeiros que tentassem ir aos domínios portugueses. Nesse sentido promulgara-se uma lei já em fevereiro de 1591, mas como depois tivessem sido dadas algumas licenças a navios de "nações amigas", para o dito comércio, e isso fora aproveitado, diz o texto, para se falsificarem autorizações a inimigos, reiterava-se agora sem ressalvas a determinação.

Navios estrangeiros de "nações amigas"

Entre os navios estrangeiros de "nações amigas" não se costumavam contar os franceses, nem, depois de 1580, os ingleses, mas surgem ocasionalmente apontados os hanseatas, por exemplo, ou os italianos, que, com certeza, não constituíam ameaça para as conquistas transoceânicas. Dos primeiros é muito possível que já transportassem mercadorias do Brasil ao tempo em que reinava em Portugal a Casa de Avis. Muitas dessas mercadorias seriam levadas através de Lisboa, mas não se acha excluída a possibilidade de um intercâmbio direto. Se o nome de "brasil", tantas vezes ligado à madeira tintorial que mencionam os velhos registros aduaneiros de Hamburgo, não é necessariamente uma indicação de procedência, mal se dirá o mesmo daquela "pimenta do Brasil" – *Bersillien-Peper* – que figura, já em meados do século XVI, num rol da mesma aduana.

De qualquer modo, acha-se bem documentada a presença de um tráfego marítimo regular entre o Brasil e Hamburgo a contar de 1587 pelo menos. É nesse ano, com efeito, que o mercador hamburguês, Johann Hulscher, morador em Lisboa, freta um veleiro de Dantzig para ir até ao Rio de Janeiro e voltar do Rio a Hamburgo. O navio não deveria alcançar seu último lugar de destino, tendo sido capturado, na viagem de regresso, por um corsário inglês. O desastre não desacorçoaria, porém, os mercadores e armadores hanseatas, pois nos anos seguintes aparecem com alguma freqüência, no porto de Hamburgo, navios chegados do Brasil.

Essas navegações não se faziam à revelia das autoridades portuguesas, nos casos em que os barcos tocassem Lisboa de passagem. Um navio do armador hamburguês Johann von der Heide que deveria ir de Lisboa a

Pernambuco, *von Lissabon uff Fernambuc*, teve de continuar viagem até o porto do Rio de Janeiro (*Resinier* no original), na mesma província do Brasil, apenas porque levava a bordo um bispo ou alto prelado que se dirigia àquele lugar. Pela mesma época um Ouvidor-Geral do Estado do Brasil, Brás de Almeida, que vinha servir também como Provedor-mor dos Defuntos, efetuou toda a sua viagem em outro navio hamburguês.

Ao que parece, o tráfego direto entre o Brasil e o porto do Elba só se tornou possível quando negociantes portugueses, às escondidas e a expensas das autoridades ibéricas, se acharam mancomunados com armadores hanseatas, burlando assim a legislação de seu país. A Coroa de Espanha era naturalmente zelosa do monopólio exclusivista do comércio com os seus senhorios de ultramar, e há disso exemplo em documentação existente no Arquivo do Estado de Florença, por onde se verifica o mau sucesso dos instantes apelos dirigidos entre 1604 e 1605 do grão-ducado de Toscana ao rei de Castela e Portugal, para que fosse autorizada a vinda anualmente de duas naus de Livorno ao Brasil e também às ilhas de Cabo Verde e à Mina.

Há notícia, entretanto, de que, entre 1590 e 1602, o tráfego entre o Brasil e Hamburgo ocupou 19 navios, sendo que, desse total, 11 correspondem ao ano de 1590. Aliás, esses números, a que não cabe atribuir um rigor estatístico, acham-se, sem dúvida, aquém da realidade. Seja como for, parece certo que, a contar de 1602, cessam de todo as viagens diretas, isto é, independentes de escala em Lisboa. Por outro lado, mesmo no tráfego indireto e autorizado, sabe-se que, excluídos embora desse intercâmbio os portos dos chamados rebeldes dos Países Baixos setentrionais, esse problema era muitas vezes contornado com a ajuda de papéis falsos, os mesmos papéis, talvez, a que alude a lei, já citada, de fevereiro de 1605.

É em grande parte explicável o recurso dos comerciantes de Portugal a capitalistas e armadores estrangeiros, que lhes permitia fazer uso de naus mais capazes, ainda que menos velozes, do que as lusitanas. Valiam-se, com efeito, não só de navios hanseáticos, mas também e principalmente das grandes urcas flamengas ou até holandesas e zelandesas, que depois de 1575 vão adquirir papel cada vez mais assinalado no comércio com o Brasil. E não era provavelmente destituído de fundamento o temor de que, através dessas viagens, o conhecimento das províncias ultramarinas de Portugal se divulgasse fora do reino, com sérios danos para a Coroa.

Desse temor é um reflexo, certamente, a proibição radical daquelas viagens através da lei de março de 1605. Passados 20 anos, em resposta dada pelo Conselho [de Estado?] português a certo papel assinado pelos

homens de negócio de Lisboa, segundo consta dos papéis do arquivo da Casa de Cadaval, onde se pede, entre outras coisas, seja autorizada a vinda ao Brasil, em companhia da armada, de todas as naus hamburguesas que quisessem efetuar a viagem, pondera-se o prejuízo que traria aos naturais o conhecimento que ficariam os estrangeiros a ter do Brasil. E um historiador como Varnhagen chegará a dizer que o freqüente uso seguido, em fins do século XVI, "de preferirem os comerciantes de Lisboa o fretarem, para o Brasil, urcas flamengas, mais bem construídas e artilhadas do que os barcos portugueses, não só foi muito prejudicial à marinha de guerra, que na mercante se alimenta, como levou ao Brasil muitos estrangeiros, que com o correr do tempo se converteram em espias e em inimigos declarados, especialmente desde que, com a sua união à Espanha, os Países Baixos começaram a considerar como inimigos, sempre que isso lhes convinha, Portugal e as suas colônias".

Outra grave razão existia contra as viagens de urcas flamengas, despachadas em Lisboa, Porto e Viana com fazendas de sua terra, e de mercadores portugueses, para levarem de volta açúcar e brasil. Essa causa, a que brevemente pareceu aludir Varnhagen e que Frei Vicente tem como a principal que movera el-rei a proibir semelhante uso, consistia em que, sendo mais possantes as tais urcas do norte do que os barcos dos portugueses, todos queriam carregar antes nelas, e "cessava a navegação dos navios portugueses e quando os quisesse [El-rei] pera armadas não os teria, nem homens que soubessem a arte de navegar..."

Este outro motivo entendia-se menos, porém, com os chamados flamengos, sujeitos ao rei de Castela e Portugal, do que com os comerciantes e os armadores dos Países Baixos do Norte, precisamente os mais eficazes na arte náutica, e que, a partir de 1572, mas principalmente depois de 1581 – o ano da União de Utrecht – se tinham desligado em definitivo da obediência não só ao Papa como ao seu "senhor natural", isto é, Filipe II.

Sabe-se que, implantado em Portugal e repelido nos Países Baixos o jugo de Filipe, os Estados Gerais neerlandeses, atendendo a pedido de mercadores lusitanos estabelecidos em Amsterdã e considerando que seria do interesse das Províncias Unidas prosseguirem num comércio altamente lucrativo, confirmaram em junho de 1581 uma decisão já anterior, que possibilitara o referido intercâmbio. Por essa medida, a todo e qualquer português que assim o desejasse era dado, sem risco para sua vida ou propriedade, livre trânsito nos Países Baixos do Norte, assim como residência e prática ali do comércio. Nova confirmação obtiveram-na os mercadores dos Estados Gerais, em fevereiro de 1588, extensiva agora aos portugue-

ses domiciliados, não apenas em Antuérpia, isto é, nos Países Baixos espanhóis, mas também em outras terras.

Por estranho que hoje possa parecer o fato, nada sugere que a Coroa de Espanha se mostrasse extremamente intolerante ante a boa inteligência que assim se mostrava entre uma fração de seus súditos, que se presumiam fiéis, e outra, composta de rebeldes e hereges declarados. Os proveitos desse entendimento falariam, assim, bem mais alto do que a inimizade pública, de caráter nacional ou religioso. Assim sendo, não só aparecem, por esse tempo, mercadores de Portugal, comerciando às claras com os mesmos rebeldes, mas ainda urcas holandesas, que pela força do hábito continuavam a chamar-se "flamengas", a efetuar transportes de homens e mercadorias para os portos ibéricos e brasileiros. Como viajassem estas últimas em nome de firmas portuguesas, algumas tomariam, quando muito, a precaução de navegar sob a bandeira de Portugal.

De certa súmula de uma carta escrita de Lisboa a 6 de novembro de 1594 e achada ultimamente numa coleção de papéis do Museu Britânico pelo historiador Harold Livermore, consta mesmo que Sua Majestade, ainda Filipe II de Castela (e I de Portugal), teria, em atenção a queixas dos contratadores do comércio das Índias e dos negócios com o Brasil, onde não podiam continuar sem uma perseguição mais decidida aos piratas e inimigos, concedido licença para que urcas e outros navios da Holanda (*kulks and other hollanders shippes*) viessem ao Brasil em duas frotas anuais de vinte navios de 200 e mais toneladas. Os navios deveriam ser bem providos de aprestos e equipagem holandesa, para que pudessem levar convenientemente, e trazer, quatro mil toneladas de carga, assim como resistir aos ataques. Deveriam, além disso, permanecer em Lisboa por tempo limitado e conduzir piloto português, associando-se, para melhor segurança, os interessados e os arrais dos barcos.

O perigo holandês

Mas a anomalia de tal situação tenderia a patentear-se cada vez mais. Na Corte espanhola já vislumbravam muitos as perspectivas de ameaça holandesa ao monopólio periclitante que se arrogava Portugal sobre as terras do Oriente e, na já mencionada "súmula" de 1594, alude-se ao descontentamento do rei ante a notícia de que certos navegantes dos Países Baixos rebeldes teriam encontrado um caminho para as Índias mais curto do que o da carreira ordinária. A notícia era infundada, mas a ameaça ao monopólio persistia. Tanto que, já no ano seguinte, Cornélio Houtman conseguirá ir ao Oriente pela rota do Cabo, voltando em 1597 com três das quatro velas de sua expedição. Sucede que esse Houtman andara anteriormente embarcado em navios

lusitanos, o que lhe dera boa experiência das viagens no Índico. Outro tanto acontece com J. H. van Linschoten, por exemplo, que depois de ter ido com os portugueses em 1583 para o Oriente, onde permaneceu sete anos, será um prestimoso auxiliar dessas expedições ameaçadoras, a começar pela de Houtman, que ajudara a preparar, além de redigir um longo e valioso relato de suas peregrinações, que revelará, aos estrangeiros, os "segredos" das Índias, zelosamente preservados nos reinos ibéricos.

Da parte dos holandeses, os ressentimentos suscitados pelo importante contingente lusitano na desastrosa expedição da *Invencível*, dirigida contra um natural aliado dos "rebeldes", somando-se às reclamações freqüentes dos comerciantes de outros países, ingleses e franceses sobretudo, que não desfrutavam dos mesmos privilégios, e encontravam, ao contrário, toda espécie de estorvos nas terras e senhorios da Coroa de Espanha, não chegavam a ser estímulo considerável para uma ruptura das boas relações que, apesar de tudo, continuavam a manter os seus negociantes com os de Lisboa, do Porto e de Viana. Tão boas, em verdade, que ainda em 1622, um representante dos comerciantes holandeses irá lembrar aos Estados Gerais a correção de seus colegas lusitanos, que, acrescenta, "sempre nos acolheram como se fossem nossos pais".

A oposição mais séria a esse estado de coisas deveria partir primeiramente da Península, ainda que não faltassem, também ali, os partidários de uma política mais complacente para com os holandeses. As aparentes oscilações na atitude do Rei Prudente a respeito podem ter tido sua origem nessa divisão de opiniões. Como sustar, de imediato, um intercâmbio tão florescente e quase indispensável, ao cabo, para o bem-estar das gentes da Península? Antes de se divulgar, em todo o seu alcance, a façanha de Houtman, os contatos comerciais entre firmas lusitanas e armadores da Holanda foram alvo, é certo, de alguns reveses, mas não de uma repressão radical ou persistente. Sob o governo do Arquiduque Alberto chegara mesmo a admitir-se expressamente a atividade dos navios holandeses em terras portuguesas. No entanto, em 1598, já no reinado de Filipe III, sem que tivesse sido revogada oficialmente, ou em tempo hábil, semelhante decisão, baixa-se o que Grotius chamará "um edito bárbaro, digno de Mitrídates". Em virtude dessa nova ordem, acrescenta o autor do *Mare Liberum*, navios e mercadorias da Holanda foram sumariamente confiscados, examinaram-se os papéis de todos os agentes e encarceraram-se os homens ocupados nesse tráfico, de sorte que "muitos milhares se viram mandados às galés". É depois disso que se dará a primeira tentativa manifesta de um ataque holandês a portos da América lusitana, através da

expedição de Leynssen, que, com o comando dos capitães Hartman e Boers, chegou a assolar durante mês e tanto a área do Recôncavo, onde aportara a 23 de dezembro de 1599. E essa expedição pertence, de fato, ao século XVII. Anteriormente a tal sucesso não faltaram, é certo, em nossos portos, ocasiões de combate a naus holandesas, mas há poucos indícios de que tais barcos trouxessem intuitos agressivos. Nos próprios relatos portugueses consta, por mais de uma vez, que foram eles atacados quando vinham a fazer aguada. Ou então, e é o caso do galeão de Laurent Becker, que Frei Vicente do Salvador menciona, truncando o nome do capitão (no cap. XXXVI de sua História), pretenderiam simplesmente vender mercadorias, segundo o antigo uso, quando os saltearam.

Em nossa história quinhentista, não é ainda às Províncias Unidas, é à Inglaterra que cabe lugar de realce, depois da França, entre as potências européias que ameaçam mais claramente a segurança e a integridade da América portuguesa.

2. INGLESES

A partir de 1497, data da primeira viagem de João Caboto a serviço de Henrique VII, começam os ingleses a interessar-se pela navegação no oceano Atlântico, cujas águas serão aos poucos sulcadas por eles em toda a sua extensão. Primeiro, e durante alguns anos, apenas atraíram-nos as regiões setentrionais; depois, penetraram também nas águas situadas ao sul do equador. Justamente, a primeira viagem conhecida de ingleses ao Brasil, em 1530, marca a entrada de comerciantes e navegadores da Inglaterra no Atlântico Sul: um comércio regular estabeleceu-se com as regiões da África Ocidental e do Nordeste do Brasil, o que assinala uma etapa da expansão inglesa nos limites atlânticos. Posteriormente, na segunda metade do século XVI, quando os ingleses atingiram o sul do Atlântico, as relações com o Brasil foram um dos aspectos dessa nova expansão. Desse modo, podemos relacionar as ligações havidas entre a Inglaterra e o Brasil no século XVI, com o movimento de expansão inglesa no Atlântico Sul.

William Hawkins e outros navegadores

O iniciador das viagens para o Brasil foi William Hawkins, negociante de Plymouth. De 1530 a 1532, realizou três visitas à costa do Brasil, tocando numa delas também a costa africana. Esses primeiros contatos abriram caminho para o estabelecimento de um comércio regular com o Brasil e com a África Ocidental, em

especial com a Guiné, e indicaram o interesse das viagens combinadas para essas regiões.

Comerciantes de Plymouth, Southampton e Londres, que já mantinham relações com Portugal e Espanha, interessaram-se pela nova zona que se abria à sua atividade. Freqüentando os portos portugueses, é bem possível que Hawkins e seus seguidores tivessem ali obtido informações sobre as possibilidades de comércio com a África e o Brasil e conseguido orientação para realizarem as viagens. Contudo, é possível também que tenham recebido informações necessárias nos portos franceses do Atlântico – Dieppe, Havre, Honfleur, por exemplo – cujos comerciantes e marinheiros freqüentavam as costas do Brasil e com os quais os ingleses mantinham relações importantes. Existe, aliás, notícia de viagem feita ao Brasil em 1539-1541, por um navio no qual franceses e ingleses estavam interessados e associados, o que pode servir de apoio à idéia da existência de relações entre eles desde as primeiras viagens realizadas por ingleses. Também portugueses residentes nesses portos da França poderiam ter transmitido aos ingleses os conhecimentos necessários. Assim, as primeiras viagens inglesas ao Brasil teriam sido provocadas por essas informações de portugueses ou franceses e é bem provável que William Hawkins realizasse a sua viagem pioneira após ter notícias seguras sobre a navegação e as possibilidades de comércio nas terras que acabou visitando.

As três mencionadas viagens de Hawkins foram feitas no navio *Paul of Plymouth*, de 250 toneladas. No Brasil, evitando choques com os portugueses, Hawkins entrou em contato com os índios e com eles travou boa amizade, de tal modo que na sua segunda viagem um chefe indígena acompanhou-o à Inglaterra e lá foi apresentado à Corte. Os proveitos das primeiras visitas devem ter sido compensadores, porque William Hawkins realizou outras por sua conta: assim há notícias de expedições feitas mesmo antes de 1536 e em 1540. Neste ano, o navio *Paul of Plymouth* saiu da Inglaterra em 24 de fevereiro e voltou em 20 de outubro com um carregamento de presas de elefante e de pau-brasil, avaliado em £ 600, carregamento que sugere a estada da embarcação na Guiné e no Brasil. Outros comerciantes também se movimentaram. Há notícias de viagens, que Richard Hakluyt, no seu livro, *Principal navigations...*, denomina "cômodas e lucrativas", efetuadas por volta de 1540, por Robert Reniger, Thomas Borey e outros negociantes de Southampton, e pelo navio *Barbara*, de Londres, de propriedade de J. Chaundler e outros, que esteve no norte do Brasil e voltou à Inglaterra pelas Índias Ocidentais. Sabe-se ainda que um certo Pudsey também de Southampton, cuja atividade é

mencionada no livro de Hakluyt e confirmada por documentos da Corte do Almirantado inglês, fez uma viagem à Bahia de Todos os Santos, em 1542, e construiu um forte nas vizinhanças daquele lugar, para proteção do comércio inglês. Isso leva a supor a existência de um comércio ativo, que aliás é evidenciado pelos registros alfandegários ingleses da época, onde aparecem menções de pau-brasil e indicações de navios indo a Southampton com tal mercadoria.

Esse comércio, segundo se depreende das notícias conhecidas, atingiu as regiões do Nordeste, Pernambuco, sobretudo, assim como a Bahia, e além do pau-brasil, levaram os navios algodão e papagaios.

O comércio, que parece ter sido bastante ativo, entrou em decadência depois de 1542, pois a partir desse ano não há mais notícias de viagens ao Brasil. Para sua diminuição ou interrupção teria contribuído a guerra entre a França e a Inglaterra, de 1544 a 1546, que permitiu aos ingleses o apresamento de navios inimigos carregados dos mesmos produtos que tiravam da costa da África e do Brasil; teria influído também uma maior vigilância estabelecida pelos portugueses nas costas do Brasil e da África, o que dificultava as transações.

Comércio com o Brasil ao tempo de Isabel de Inglaterra

As viagens para a África recomeçaram alguns anos depois, sob um aspecto diferente, mas para o Brasil só conhecemos viagens feitas já no reinado de Isabel. É possível, contudo, que comerciantes ingleses interessados nesse novo ciclo de viagens para a África tenham estado, às vezes, no Brasil, por causa do interesse pelo pau-brasil e por causa da tradição já anteriormente adquirida, mas nada se pode afirmar seguramente.

É conhecido o grande desenvolvimento que ganhou a expansão marítima inglesa sob Isabel. Essa expansão fez-se em diversas direções, e o Atlântico Sul constituiu um dos campos importantes do movimento. E nessa etapa da expansão voltou a aparecer um interesse pelo Brasil. Chama nossa atenção o grau importante de conhecimento que adquiriram então os ingleses sobre a costa brasileira: disso dão prova as relações de viagens e os roteiros de navegação publicados na época; assim como os documentos existentes nos arquivos ingleses. Nessas publicações e documentos, notamos a existência de dados pormenorizados sobre a navegação. As rotas que deviam ser seguidas, acidentes geográficos e condições físicas em geral, portos e ancoradouros com suas possibilidades de abastecimento, além de outros dados, indicam-se com precisão que revela um conhecimento bem seguro do litoral. Esse conhecimento permitiu então o desenvolvimento de relações mais vastas do que anteriormente.

Minion de Londres

Fato novo nesse período foi o aparecimento de um interesse inglês pelas regiões meridionais do Brasil em especial pela Capitania de S. Vicente. Esse interesse aparece na tentativa de estabelecimento de um comércio com o porto de Santos e no uso de terras da capitania como escalas para os navios que cortavam o sul do Atlântico, especialmente na direção do estreito de Magalhães. Sobre o comércio com Santos é bem conhecido o episódio do navio *Minion* de Londres, cujos armadores o enviaram depois de receberem indicações de um inglês residente na vila, John Withall. Esse inglês, que gozava de boa situação em Santos, escrevera a amigos seus em Londres, propondo o envio de uma embarcação carregada com mercadorias próprias para o comércio na região. Indicando a possibilidade de um lucro de três por um em cada mercadoria, oferecendo como produto de retorno o açúcar, e falando no encontro de minas de ouro e prata nas vizinhanças, mostrava boas possibilidades para os comerciantes, suficientes para justificar o emprego de capitais na aventura. Atendendo as sugestões de Withall, comerciantes de Londres armaram o navio *Minion*, que chegou a Santos em fevereiro de 1581, ali ficando até junho do mesmo ano e realizando o seu comércio pacificamente. Saindo de Santos, o navio seguiu para a Bahia, onde esteve algum tempo. O comércio feito pelo *Minion* foi conhecido na Inglaterra. Em conseqüência, outro navio foi enviado a Santos e ao Rio da Prata, mas a viagem malogrou com o naufrágio da embarcação nas costas da Guiné. O comércio do *Minion* ainda influiu na atitude de Eduardo Fenton com relação à cidade de Santos, em 1583, quando esteve nesse porto: consultando seus associados sobre a conveniência de forçar a entrada da vila para obter o abastecimento de que necessitava, foi alegado, contra a proposta, que um ato de força poderia destruir as possibilidades de comércio abertas por aquele navio de Londres.

Por sua posição também, o litoral da Capitania de São Vicente oferecia ótimos pontos de apoio para os navios que procuravam o sul. Dois portos da capitania eram procurados pelos ingleses para escala: São Sebastião e Santos. São Sebastião foi escala quase obrigatória; ali, navegantes pacíficos e piratas paravam para refrescar-se, pois, além de um bom porto, o lugar oferecia água e alimentos. Santos também mereceu atenção, sendo o ponto mais importante habitado na costa meridional.

Além deste comércio com São Vicente, desenvolveu-se também o comércio com o Nordeste e a Bahia, regiões mais ricas e que ofereciam maiores possibilidades de ganho do que São Vicente.

Royal Merchant

Duas viagens, das quais temos conhecimento, permitem-nos observações interessantes sobre esse comércio com as regiões nordestinas. Uma foi a viagem do navio *Royal Merchant* que, saindo de Londres, chegou a Olinda em janeiro de 1583, onde ficou durante seis meses. Na relação dessa viagem, lê-se que, não tendo encerrado seus negócios no momento de partir, os responsáveis pelo navio deixaram no Brasil três representantes para cuidarem dos seus interesses. Aconteceu, porém, que, passando por Olinda, o almirante espanhol Diogo Flores Valdez mandou prender os ingleses e confiscou-lhes as mercadorias. Já no momento o Brasil passara com Portugal para o domínio da Coroa de Espanha e a ação de Valdez foi, segundo os ingleses, uma represália pelo combate travado entre navios espanhóis e ingleses no porto de Santos. A perda sofrida pelos comerciantes com a medida de Valdez foi de £ 4.446. Os ingleses presos foram levados para a Espanha e depois para Portugal, e só se viram soltos após muito empenho e gasto por parte dos seus patrões. Mas não ficaram nisso as perdas dos comerciantes do *Royal Merchant*. Depois da volta do barco à Inglaterra e antes de conhecerem a ação de Valdez, tinham eles enviado novo carregamento ao Brasil, sob os cuidados de Francisco da Rocha, no navio *São João de Viana*; e essas mercadorias, no valor de £ 1.877, tinham sido também confiscadas, segundo se presumia. Esta indicação sugere-nos que os comerciantes ingleses, além de expedirem mercadorias em seus próprios navios, serviam-se de embarcações portuguesas para suas transações no Brasil. A outra viagem mencionada serve para confirmar o uso de navios portugueses pelos comerciantes ingleses, talvez levados a isso pelas hostilidades existentes entre a Espanha e a Inglaterra, que lhes dificultava a entrada nos portos sob o domínio do rei espanhol. Em agosto-setembro de 1585, comerciantes de Southampton, um deles ligado já anteriormente à viagem do *Royal Merchant*, fretaram o navio *São João Batista de Viana* (possivelmente o mesmo navio referido acima como *São João de Viana*), que estava naquele porto inglês, para a realização de uma viagem a Pernambuco. O navio esteve no Brasil e levou um bom carregamento de açúcar e pau de tinta. Aconteceu, porém, que, sendo português, na sua viagem de retorno o navio foi aprisionado por piratas ingleses, o que dá ao caso um aspecto pitoresco. O apresamento deu depois lugar a um processo na Corte do Almirantado, com a pretensão dos negociantes de reaverem seus bens; e é graças a esse processo que podemos conhecer as peripécias da viagem. Essas relações dos comerciantes ingleses com os donos de barcos portugueses são um aspecto interessante das relações entre Inglaterra e Brasil

no campo do comércio no século XVI. Os ganhos permitidos pelo comércio com o Brasil, especialmente pelo comércio do açúcar, deviam ser bem compensadores, para explicar esses acordos e os riscos de viagens no momento da séria crise nas relações entre a Inglaterra e a Espanha. Aliás, os acordos e o conhecimento da técnica de comércio parecem indicar relações comerciais bem estreitas entre a Inglaterra e o Brasil.

Entretanto, a ação pacífica dos comerciantes ingleses acabou sendo prejudicada pela ação violenta dos piratas. Já em 1583, as transações do *Royal Merchant* haviam sofrido as conseqüências de choques entre os navios de Fenton e os de Diogo Flores Valdez em Santos. Depois de 1585, ações violentas de piratas no Brasil cortaram as possibilidades de intensificação das relações comerciais.

Piratas e corsários ingleses. Francis Drake

O desejo de participar das riquezas da América e de diminuir o poderio espanhol influiu nas atividades dos ingleses no Atlântico e deu expansão à ação dos piratas e corsários. Interessados primeiro pelas regiões do mar das Antilhas e do golfo do México e pelas rotas dos galeões, os piratas ingleses concentraram durante algum tempo suas atividades nesses setores. Mas uma região especial, o Mar do Sul (isto é, o Pacífico), exercia sobre eles, como aliás sobre todos os espíritos aventureiros da época, uma forte atração. Dominado pelos espanhóis que o mantinham fechado a estrangeiros, o Mar do Sul era famoso por suas riquezas e oferecia possibilidades de colonização e comércio. Em 1577, uma expedição inglesa foi organizada para penetrar no domínio espanhol tão ciosamente guardado. Dirigida pelo famoso Francis Drake, experiente homem do mar, conhecido já por suas proezas contra os espanhóis, a viagem que se tornou a segunda circunavegação do globo foi coroada de êxito e abriu para os ingleses os portos do Mar do Sul. As riquezas levadas por Drake, apesar de todas as dificuldades sofridas na travessia, inflamaram as imaginações, e várias outras expedições foram organizadas para aquelas regiões. Dessas expedições, entretanto, somente uma teve êxito: a dirigida por Thomas Cavendish, de 1586 a 1588, e que foi a terceira viagem de circunavegação do globo. Nesse movimento de viagens na direção do estreito de Magalhães, o Brasil foi atingido. Três dos navegantes que se dirigiam ao Mar do Sul voltaram sua atenção para o Brasil: Fenton, em 1583, Withrington e Lister, em 1586, e Thomas Cavendish, na sua segunda viagem em 1591.

Eduardo Fenton

Eduardo Fenton saíra da Inglaterra em 1582, com a determinação de passar à Índia pelo sul da África.

Entretanto, durante a travessia do Atlântico, optou pela rota do estreito de Magalhães e tomou a direção da costa sudeste da América do Sul. Porém, o adiantado da estação que não permitia mais a travessia feliz do estreito, a notícia da existência de reforços na região de Magalhães, a falta de víveres levaram-no a procurar a costa do Brasil, depois de ter chegado até a latitude de 33°. Rumou para Santos, onde pensava encontrar os víveres de que tinha necessidade, mas, apesar da sua atitude pacífica, foi recebido com desconfiança, e nada havia ainda conseguido, quando chegaram navios da esquadra espanhola de Diogo Flores Valdez, que lhe deram combate. Um dos barcos espanhóis foi afundado, mas Fenton teve de deixar o porto com algumas perdas. Voltou depois para a Inglaterra, tendo malogrado a expedição, com a perda de quase todo o capital investido na viagem, sem ter, contudo, praticado atos de pirataria durante toda a travessia.

Robert Withrington e Christopher Lister

Diferentes foram as ações de Withrington, Christopher Lister e Thomas Cavendish.

Robert Withrington e Christopher Lister foram os comandantes da expedição que, em 1586, foi organizada pelo Conde de Cumberland para se dirigir ao Mar do Sul. Como Fenton, não conseguiu ela atingir o estreito de Magalhães, não ultrapassando sequer a latitude de 44°. Tendo apresado dois pequenos navios no Rio da Prata, recebeu dos seus prisioneiros informações sobre a Bahia, que o decidiram a dirigir-se para aquela região, onde chegou em abril de 1587. Não conseguiu tomar a cidade de Salvador, mas assolou o Recôncavo durante dois meses, retirando-se para a Inglaterra, sem grandes ganhos, no começo de junho.

Thomas Cavendish

Em 1591, outra expedição partia da Inglaterra para o Mar do Sul, novamente sob o comando de Thomas Cavendish. Essa frota, alcançando o Brasil na altura do Cabo Frio, começou desde logo a praticar atos de pirataria, o que lhe dá um caráter diferente das duas expedições mencionadas acima. Fundearam na ilha de São Sebastião, de onde foram mandados contra Santos três navios da esquadra – o *Roebuck*, o *Desire* e o *Black Pinnace*. Chegaram a Santos a 25 de dezembro de 1591 (dia 15, pelo calendário juliano, ainda em uso na Inglaterra) e surpreenderam os habitantes na igreja, não encontrando da parte deles nenhuma resistência. Em lugar de procurar obter um resgate dos habitantes e com ele os víveres de que tinham necessidade, os ingleses perderam tempo banqueteando-se e descansando, de modo que a população fugiu. Quando Cavendish apareceu alguns dias depois, encontrou o lugar sem gente e sem víveres. Os ingleses ficaram em Santos dois meses e depois tomaram o caminho do sul, levando tudo o que representava

algum valor. Ao saírem, incendiaram alguns engenhos e a vila de São Vicente. Não tendo conseguido atingir o estreito de Magalhães, Cavendish voltou para as costas do Brasil, mas suas tentativas de desembarque em Santos e no Espírito Santo malograram. Tomou então o rumo da Inglaterra, morrendo durante a viagem de regresso. Esses ataques de Cavendish foram os últimos sofridos por terras do Brasil de parte de expedições que buscavam o Mar do Sul.

James Lancaster

Mas não foram os últimos que se deram. Ainda houve mais um ataque dirigido contra Recife pelo inglês James Lancaster, em 1595. A expedição de Lancaster, puramente pirática, tinha como finalidades atacar Pernambuco e apresar navios mercantes espanhóis e portugueses durante a travessia do oceano. Saiu da Inglaterra com três navios, o *Consent*, de 240 toneladas, o *Solon*, de 170, e o *Virgin*, de 60, trazendo 275 homens. Partiu do Tâmisa em outubro de 1594. Depois de fazer algumas presas, chegaram os piratas à ilha de Maio, no arquipélago de Cabo Verde, onde logo em seguida aportou também o Cap. Venner, com dois navios, uma pinaça e mais uma presa espanhola. Aliaram-se Lancaster e Venner, devendo este receber um quarto de presa que fizessem. Partindo da ilha, chegaram a Recife em fins de março de 1595. Atacado o porto, foi ele tomado pelos ingleses. O povo abandonou a localidade, deixando nas mãos dos invasores tudo o que se achava no lugar, inclusive o carregamento de uma embarcação vinda da Índia. Foi tão grande o espólio que os navios de Lancaster e Venner não foram suficientes para carregá-lo. Entendeu-se então Lancaster com três embarcações holandesas que estavam no porto (barcos de 450, 350 e 300 toneladas) e fretou-as para o carregamento das mercadorias apresadas. Enquanto os ingleses estavam no porto, chegaram ali vários navios franceses, sendo um dos capitães, Jean Lenoir, de Dieppe, que no ano anterior prestara grande serviço a Lancaster. Para recompensá-lo, o inglês deu-lhe uma carga de pau-brasil para seus navios e mais uma caravela de 50 toneladas, também carregada com esse produto. E ainda cedeu aos outros capitães franceses parte dos despojos, em troca de ajuda que em Recife lhe prestaram. Negando-se a parlamentar com os portugueses, Lancaster ficou 31 dias em Recife, carregando seus navios. De Olinda, os portugueses fizeram várias tentativas de ataque aos estrangeiros, mas sem resultado. Pouco antes de partir, os homens de Lancaster enfrentaram forças lusitanas que se preparavam para atacá-los, mas, não atendendo as instruções de seu chefe, muitos deles foram mortos no recontro. No mesmo dia desse desastre, saíram os ingleses do porto e fizeram-se à vela para a Europa, que

atingiram em julho de 1595. Lancaster levava 15 navios carregados, e todos, menos um, chegaram a salvo à Inglaterra ou à França, marcando um grande sucesso para a audaciosa empresa.

Depois dessa expedição, cessaram os ataques de ingleses ao Brasil, assim como havia diminuído o seu comércio.

Em conclusão, podemos dizer que, no século XVI, o Brasil ocupou lugar importante nos interesses mercantis e marítimos ingleses, e disso são prova as atividades pacíficas dos comerciantes e as empresas rudes dos piratas. Na expansão pelo Atlântico Sul, os ingleses tiveram no Brasil um ponto de apoio e um alvo consideráveis.

CAPÍTULO II

O BRASIL NO PERÍODO DOS FILIPES (1580-1640)

AO MORRER D. Sebastião, em Alcácer-Quibir, em 1578, passou a reinar em Portugal o Cardeal D. Henrique, tio do jovem monarca que perecera na África em circunstâncias tão críticas para Portugal, que permitiram o florescimento da conhecida lenda do Sebastianismo. Como não houvesse mais descendentes legítimos, extinguiu-se no Cardeal-Rei a dinastia de Avis, que foi a mais importante das dinastias de Portugal, consolidando a nação portuguesa e dando-lhe feição própria.

Filipe II e a "União Peninsular"

Iniciou-se, após a morte do Cardeal D. Henrique, o período da "dominação" espanhola, chamado pelos espanhóis de "União Peninsular". Prolongou-se esta fase por um período de 60 anos, abrangendo os reinados de Filipe II (I de Portugal), Filipe III e, em parte, o de Filipe IV. Sob o reinado desse último, deu-se a revolução restauradora que elevou, ao trono português, D. João, Duque de Bragança, e futuro D. João IV, terminando assim a dominação espanhola sobre Portugal.

Durante o período dos três Filipes de Espanha, o Brasil, colônia portuguesa, passa a integrar os domínios da Casa da Áustria.

Esse, o período dos Filipes. Em nossa história é pouco conhecido e pouco estudado. A documentação mais sugestiva concernente a essa fase repousa inexplorada nos arquivos espanhóis, principalmente no de Simancas. Entretanto, sabemos que se trata de época singularmente significativa, pelo vulto e pela importância dos acontecimentos que ocorreram nesta parte do mundo português.

Os fatos históricos ocorridos entre nós de 1580 a 1640 mudaram de tal forma a vida e o destino do Brasil, que cumpre seja feito trabalho de pesquisa mais cuidadoso procurando a explicação dos fatos ocorridos durante aqueles 60 anos. A grande pergunta que surge a propósito do

período dos três Filipes no Brasil é saber se tais acontecimentos, ou pelo menos alguns deles, foram decorrência de uma política espanhola propriamente dita, referente ao Brasil. A tentativa de uma explicação para tal pergunta conduz-nos ao exame das circunstâncias que geraram a dominação espanhola sobre Portugal e conseqüentemente sobre o Brasil. Essa dominação decorreu, em princípio, de uma questão dinástica. Era, no entanto, fruto de velhas e caríssimas aspirações castelhanas a União Peninsular. Sucede, ainda, que a dinastia que a realiza é justamente aquela que transferiu para a Espanha a idéia imperial, isto é, a dinastia dos Áustrias. Filipe II, autor da União Peninsular, sucede a Carlos V, precisamente o responsável mais direto pela implantação do ideal imperial na Espanha. Filipe II encarna, melhor que nenhum outro, a realidade da idéia imperial transplantada para a Espanha. Portugal, além do mais, representa um exótico desafio à grandeza do colosso espanhol, já tão grande e aparentemente impotente para abarcar a extensão natural de seu poderio doméstico. Sobrevivera, até então, obstinadamente, ao forte processo castelhano de aglutinação de reinos cristãos da Península, processo esse a que escapara Portugal, evitando assim fosse atingido o ideal espanhol de uma Espanha ibérica. O povo lusitano, diligente e ativo, havia feito sua pátria rica, embora não poderosa no sentido espanhol. Anexar Portugal tornara-se, além de uma questão de necessidade econômica, uma fatalidade geopolítica do imperialismo agressivo de Filipe II e que ocorreu no momento mais oportuno possível para a Espanha: 1580. Filipe II foi o Habsburgo que resolveu fazer da Espanha uma trincheira de defesa da fé católica, ainda que isso lhe custasse ter de combater sem tréguas o infiel no Mediterrâneo e enfrentar a perda de parte ponderável de seus domínios nos preciosos Países Baixos, onde uma ativa burguesia enriquecida realizava sua emancipação aderindo à Reforma.

Via assim Filipe II, na anexação de um reino católico como Portugal, debilitado militarmente no último movimento de cruzadismo da cristandade em terras africanas, uma conveniência tentadora. Não se contentou ele em distribuir ouro e prometer muito mais à nobreza portuguesa, ainda no tempo do cardeal-rei; mas também recrutou para a sua causa o auxílio da Companhia de Jesus, que parece haver sido de grande importância. A guerra de nervos causada pelos aprestos espanhóis para a guerra contra Portugal foi maior do que a luta realmente travada e presidida no comando espanhol pelo Duque de Alba, cuja fama de vitória, certamente, era uma espécie de elemento psicológico capaz de impressionar os portugueses, numa luta que Filipe II pretendia realmente evitar, impedindo se trans-

formasse em luta nacional. Era mais uma demonstração do poderio, principalmente contra o pretendente bastardo D. Antônio, prior do Crato, para malbaratar-lhe as esperanças. Portugal foi rapidamente ocupado. Por toda parte havia traições, dizem os portugueses. Na verdade, se a maioria traiu, é porque havia então ponderáveis interesses portugueses ligados à Espanha. Comprado, minado pelo interesse dos ricos comerciantes e nobres ligados à Espanha, herdado e ocupado militarmente por Filipe II, Portugal uniu-se finalmente à Espanha, concordando com um "domínio" que não implicava propriamente uma conquista.

Os interesses portugueses nessa união parecem bem claros.

Fraco militarmente, despojado de um grande contingente de sua nobreza jovem, e portanto a mais ciosa da afirmação nacionalista do período dos Avis, Portugal está ligado comercialmente à Espanha pelos interesses de uma burguesia ativa que se aplicava no tráfico de pretos para a América e na armação de barcos de transporte, de cuja falta se ressentia a Espanha. Essa mesma burguesia obterá de Felipe II o *asiento*, fazendo o transporte de negros escravos para a América. Portugal, através de suas classes dirigentes, sem dúvida naquele momento era favorável à união por óbvios motivos econômicos.

Fala-se constantemente na decadência portuguesa. Liga-se, em geral, o período filipino em Portugal a uma fase de melancólica tragédia. Onde estaria, assim, o interesse tão insistente capaz de tocar às raias da teimosia, da parte de Filipe II em comprar, conquistar e fazer, como fez posteriormente, amplas concessões políticas através do juramento de Tomar, aos portugueses? Que cega determinação levaria o monarca espanhol a tanto se empenhar para adquirir a decadente herança do Cardeal D. Henrique? Quais seriam os interesses espanhóis em relação a Portugal especificamente no ano de 1580?

Sem dúvida, partindo da oportunidade criada pela morte de D. Henrique e que habilitava de maneira legítima o monarca espanhol herdeiro do trono português, ponderáveis razões de ordem econômica e estratégica orientaram-no. Portugal, sendo um país atlântico, certamente atraía os cálculos estratégicos de Filipe II quanto à sua posição geográfica. Braudel chama a atenção para o fato de que a unificação das duas coroas constituiu uma espécie de marco na orientação da política da Espanha em direção ao Atlântico. O grande palco dos feitos políticos espanhóis na era filipina havia sido, até então, o Mediterrâneo. Seria através daquela unificação que a Espanha passaria a tomar parte na grande era atlântica inaugurada por Portugal.

Ao mesmo tempo, passando-se em revista a posição econômica da Espanha em 1580, compreende-se melhor o interesse que moveu o monarca a tanto empenhar-se na anexação de Portugal. A Espanha vinha de uma série de sucessivas bancarrotas, mal sopitadas desde a época de Carlos V. O grande ideal de Filipe II, é sabido, entretanto, foi sobretudo o domínio religioso. Como harmonizá-lo com as medidas nitidamente ditadas também pelo interesse econômico tomadas pelo monarca em relação a Portugal? Não estaria de certa forma ligado este combate ao fato material de recrutarem-se, entre judeus, cristãos-novos e banqueiros da burguesia protestante, os principais credores ou "fautores" do desequilíbrio econômico da Coroa espanhola?

Não há dúvida de que era através desta gente que a Espanha adquiria os produtos necessários ao comércio americano, redundando isto no desvio da prata americana que a Coroa espanhola procurava tão ciosamente reter.

A insuficiência, a desarticulação e sobretudo a falta de transporte e mão-de-obra asfixiavam a indústria espanhola, incapaz de atender às solicitações do comércio americano.

Questão bastante grave para a Espanha constituía o problema do transporte comercial marítimo. Barcos genoveses e portugueses eram já empregados nesse transporte quando se verificou a unificação dos dois reinos. Poderosos elos do comércio colonial espanhol estavam já nas mãos dos portugueses. Portugal, inteiramente decadente quanto à sua rota comercial do Índico, aplicava-se novamente com grande desvelo nas trocas africanas. Estas eram de vital importância para a vida das colônias espanholas. Possuía, além do mais, Portugal uma colônia imensa, semi-explorada, onde, porém, havia sinais positivos de existência de ouro e ferro.

Portugal era um reino católico. Seu zelo religioso talvez não fosse tão intrinsecamente ligado aos negócios de Estado, como acontecia à Espanha. A nobreza portuguesa mais ativamente participante nas empresas ultramarinas era, porém, fundamentalmente católica. Com a colaboração dessa nobreza contava Filipe II. A unidade de vistas em matéria religiosa no vasto império filipino constituía a arma com que Filipe II pretendia articular as diversas peças do seu heterogêneo e imenso colosso político. Portugal, aparentemente, não fugia a este esquema. Grave perigo, porém, constituía a contigüidade das colônias espanholas em relação ao mundo lusitano na América. Aqui, parece haver-se localizado um dos problemas fundamentais trazidos pela anexação de Portugal. Chamemo-lo assim

para argumentar. O monopólio do comércio da América era um dos mais intricados aspectos da administração espanhola. Por causa dele, e para preservar as prerrogativas de atividade nitidamente espanhola, criou-se toda uma máquina burocrática visando torná-lo quanto possível vedado aos estrangeiros. Variou na Espanha, através do tempo, o conceito de estrangeiro que foi de início aplicado até a espanhóis não castelhanos e que continuou adiante a discriminar portugueses mesmo após a unificação de 1580. Copiosa legislação, fruto desse plano de preservar tanto quanto possível o comércio americano para a Espanha, pode ser observada na *Recopilación*, nas cédulas reais, que visavam criar embaraços a tantos quantos, não sendo indubitavelmente cristãos e espanhóis, pretendessem participar do comércio americano. Daí surgirem as várias modalidades de fiscalização cada vez mais asfixiante em relação ao comércio americano, mas denotadoras da inoperância da idéia fundamental da Espanha: suprir de gêneros a região que produzia os metais, a fim de evitar o extravio dos mesmos. Doce ilusão, que se provou destituída de fundamento. A Espanha teve que fazer concessões a estrangeiros para alimentar o comércio americano. Tal é o caso do *asiento*. Inoperante ou não, esta idéia, porém, fundamentou a ação de Filipe II e dos outros Áustrias que o sucederam. Somente no século XVIII é que foram modificadas as rigorosas restrições que previam as leis do reino para o comércio americano.

Política espanhola para o Brasil

Assim, podemos compreender que grave problema constituía a intenção de unir na Península Ibérica os dois reinos e impedir que essa união possibilitasse ligações comerciais com a colônia portuguesa na América. Quanto a esta regra, sabemos que ela estava bem dentro do sistema usado pela Espanha, porquanto, na própria América, havia restrições quanto às ligações comerciais diretas entre as várias partes da colônia espanhola fora das rotas marítimas e terrestres autorizadas pela Mãe Pátria.

Convinha ainda à Espanha, em relação ao Brasil, não substituir as autoridades portuguesas, e da mesma forma um Conselho de Portugal levava ao monarca os problemas portugueses. As autoridades portuguesas foram conservadas na colônia, sendo até usados alguns portugueses do Brasil, como foi o caso de Martim de Sá, nascido no Brasil, de pai português, e que foi governador do Rio de Janeiro, nesta época. Fez parte do juramento de Tomar em 1581, e assentava bem à preservação dos brios nacionais de Portugal, como vinha condizer perfeitamente com os rumos da política espanhola na época, não tratar Portugal como um país conquistado, mas como terra da Coroa espanhola. Somente ao tempo de

Filipe III é que algumas das promessas feitas em Tomar foram quebradas, menos por intenção que por omissão. Isso, porém, depois de haver ficado patente que a concessão do *asiento* de negros aos portugueses transformou-se em escandaloso veículo de contrabando de gêneros para a América, e que a passagem de muitos portugueses de São Paulo para o Prata, acusados na maioria das vezes de "cristãos-novos", os famosos "peruleiros" que atingiram o Peru pela proibida passagem terrestre via Buenos Aires, mostrara-se particularmente danosa aos desígnios espanhóis quanto ao comércio americano. Foi precisamente com o intuito de eliminar esse perigo, que esteve na Bahia entre 1591 e 1593 o Tribunal do Santo Ofício. Não há dúvida de que fazia parte dos planos de Espanha preservar espanhol o que era espanhol e português o que era português na América, apesar da união das duas Coroas. Quanto a esse desígnio, estamos certos de que a Coroa espanhola mostrou-se particularmente ciosa. O que resultou deste vasto período de 80 anos, em matéria de contatos entre as duas partes, muitas vezes pôde surpreender pela exuberância dos acontecimentos e pela importância dos mesmos. Não há que negar a coincidência do período dos Filipes no Brasil com a mudança na orientação da colonização e da penetração. Coincide com o sistema espanhol de colonização mais no interior a mudança no sentido da penetração colonizadora no Brasil. Coincide o período dos Filipes com o incremento da expansão provocada pelo gado, com a penetração e a conquista do Nordeste, com a expulsão dos franceses, com o impulso que irá provocar o bandeirismo. Quais os motivos de todos esses acontecimentos? Norma "política" espanhola para o Brasil ou simples ausência de uma política colonial propriamente dita para o Brasil e por isso capaz da impedir o natural desenvolvimento da penetração e da expansão partindo dos pontos iniciais de colonização?

A conquista do Nordeste. Pernambuco e Bahia

Fossem quais fossem os motivos, as facilidades ou as oportunidades, um fato é insofismável. O período dos Filipes foi um período de penetração e conquista. Eis a sua grande epopéia. Desde a conquista da Paraíba em 1584 até a ocupação do Pará em 1616, há toda uma história importante, pouco explorada e cujos desígnios poderiam ser talvez mais esclarecidos, se possível fosse verificar a documentação espanhola a respeito. Capistrano de Abreu reputava a história da conquista do Nordeste uma das partes mais importantes de toda a história do Brasil. Poder-se-ia pensar nesta conquista como fruto exclusivo da mudança dos métodos e orientação geral da política colonial possibilitada pelos Filipes de Espanha.

Importante é, por exemplo, o fato de o povoamento realizado nesse

período, em função das conquistas no Nordeste durante o século XVII, só mais tarde se haver posto em contato com o litoral.

A colonização posterior da região conquistada no Nordeste foi obra vastíssima realizada principalmente por gente originária da Bahia durante o século XVIII. Somente em fins do século XVIII é que foi terminado o caminho entre o Maranhão e a Bahia, pois o Maranhão, devido aos ventos na costa NE, tinha a navegação marítima impedida durante metade do ano.

Em princípio do século XVII, já se viajava por terra entre Pernambuco e Bahia. Portanto, parece que além de ocasionar a mudança da forma de povoamento, que, no domínio espanhol, passou a ser aqui do interior para o litoral, esta mudança forçou a abertura de caminhos internos durante o período em questão e mesmo após a Restauração portuguesa. Ficou a "marca espanhola" gravada na multiplicação e localização das cidades novas e na maneira pela qual se desenvolveram mais tarde.

A mesma sorte não teve a iniciativa, tomada durante o período espanhol, de abrir a navegação do rio Amazonas, forçando para isso a penetração em direção ao extremo norte. Entretanto, vê-se claramente que o impulso penetrador em direção ao norte e ao nordeste foi mais efetivo, mais concreto, dando mais a aparência de uma "política" que teria sido adotada pelos Filipes do que a penetração em direção ao Prata. O Prata já estava aberto aos espanhóis. Necessitavam eles forçar a penetração em direção ao Amazonas, exatamente o inverso da política portuguesa, pois os portugueses procuraram fechar o Amazonas, antes e depois do domínio espanhol, e forçar, pelo contrário, a penetração portuguesa em direção ao Prata.

Seria, portanto, partindo deste raciocínio, a obra dos bandeirantes menos "prevista" pelos Filipes de Espanha do que a penetração do nordeste e do norte.

Em outras palavras: o movimento em direção ao sul resultaria mais do trato pessoal, do comércio, das oportunidades e das ligações anteriores entre o Prata e Piratininga, um movimento à revelia e contra os interesses espanhóis. O movimento para o norte seria mais deliberadamente uma política do período dos Filipes, traçada e executada em obediência a planos concretos. Além do povoamento, da penetração, da fundação das cidades e da abertura de caminhos, fatos realizados todos durante o período dos Filipes, cumpre assinalar, talvez, o mais importante aspecto deste período. É que, ao iniciar-se o mesmo, os franceses eram, na verdade, inimigo muito mais sério e onipresente do que se pode supor. A conquista do

nordeste e norte foi uma conquista feita aos franceses, que lá estavam fincados e apoiados em ótimas relações com os indígenas e faziam grande progresso, enfronhados no contrabando e no comércio de drogas do sertão. A forte reação nesse sentido, durante o período espanhol, decidiu a grande incógnita que remanescia ainda no início do século XVII, isto é, se o Brasil seria francês ou português.

Os principais acontecimentos relativos à conquista do nordeste e do norte, realizada em grande parte ainda durante o domínio espanhol, mostram-nos com absoluta precisão que esta conquista foi feita aos franceses e ao mesmo tempo aos índios chamados "bárbaros", muitas vezes aliados dos franceses ou confederados e estimulados por estes.

A Paraíba e os franceses

Na conquista da Paraíba onde os franceses possuíam conexão organizada com os índios, e principalmente na região do Rio Real, os índios foram vencidos, ao mesmo tempo que as conexões dos franceses com eles foram desmanteladas.

Tentando este primeiro estágio da conquista, inicia-se a marcha visando ao Amazonas e em direção ao local onde os franceses tratavam com os índios Potiguares. Até o domínio espanhol, os portugueses se haviam contentado apenas com rápidas excursões à procura de âmbar e pau-brasil naquela região.

Continuando o movimento para o rio São Francisco, as fazendas de gado e os canaviais avançavam à proporção que os franceses iam sendo expulsos.

Servindo Pernambuco de base é que se desenvolve e progride a conquista e aí patenteia-se bem a participação espanhola, pois a conquista da Paraíba será efetivada com uma força-metade espanhola, sob o comando de Diogo Flores Valdez, e metade portuguesa, com Frutuoso Barbosa à frente. Ainda aqui, os dois chefes da conquista tiveram de enfrentar os índios Potiguares, guiados pelos franceses.

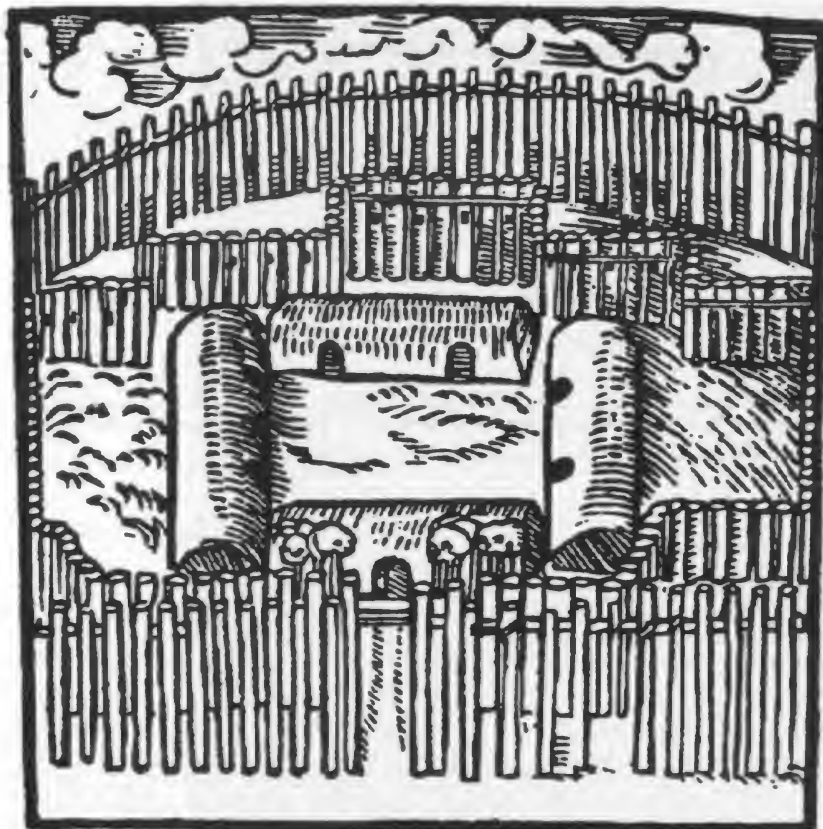
A esquadra de Valdez queimou navios franceses, fundou um forte na região e aí deixou uma guarnição de espanhóis. Foi novamente um espanhol de grande bravura pessoal, Castejón, que deteve os Potiguares, que, continuamente armados pelos franceses, atacaram o forte erguido por Valdez.

Quando, em 1586, Martim Leitão chegou a Pernambuco com 500 homens que não foram suficientes para deter os "bárbaros" armados por franceses, foi ainda o mesmo Castejón que, resistindo até quanto pôde, retirou-se afinal, após atear fogo às construções que os conquistadores haviam feito.

PRANCHA 1. – O Brasil no Atlas dos Reinel, pertencente à Biblioteca Nacional de Paris. Anterior de dez anos ou mais à viagem de Martim Afonso de Sousa, o atlas teria sido executado *circa* 1522, segundo Armando Cortesão, ou em 1516, se não pouco depois, de qualquer forma antes de 1521, na opinião de J. Denucé. (Deferência da Diretoria da Biblioteca Municipal de São Paulo.)

HA 2. – Pormenor do padrão de existente em Porto Seguro. (Defe-da Diretoria do Patrimônio Histó-rtístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 3. – *Fac-símile* da primeira página da carta de Pero Vaz de Caminha.

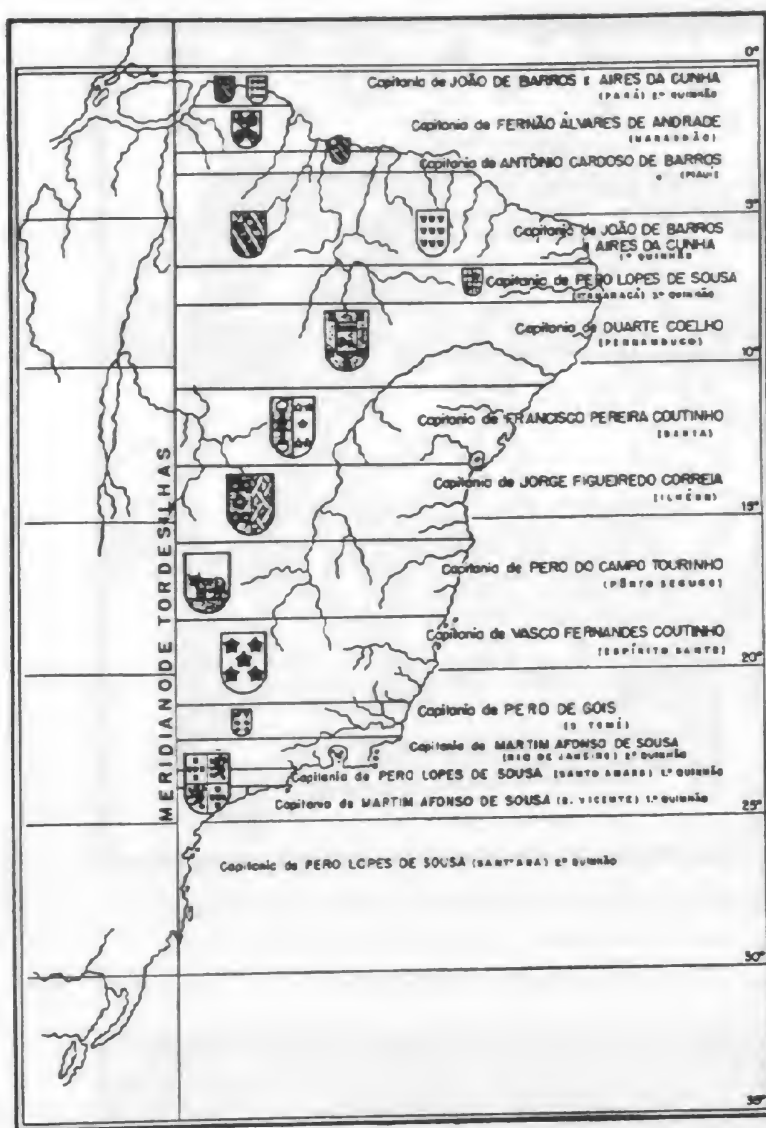
PRANCHA 4. – Martim Afonso de Sousa (segundo ilustração da *Ásia Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa, impressa em Lisboa em 1666, 1674 e 1675).

O grupo local Tupinambá.

Guerreiros Tupinambás ornamentados para o sacrifício ritual, com suas armas ofensivas e de choque.

PRANCHA 5. – Ilustraçã
Hans Staden para a *Warha*
Historia und beschreyb
eyner Landtschafft der wi
nackeren grimmigen Men
fresser Leuthen in der Ne
welt America gelegen (Ve
deira História e Descriçã
uma Terra de Gentes Se
gens, Nuas, Ferozes, Devora
ras de Homens, Situada
Mundo Novo da América),
pressa primeiramente em M
burgo, 1557, reeditada num
sas vezes no original alemã
traduzida para várias líng
latim (1592); holandês (1
1563); francês (1837); in
(1874); português (1892, 1
1942); espanhol (1944).

Reunião do Conselho de Chefes, à noite, no terreiro do grupo local. Vê-se Hans Staden ao centro, sobre cujo sacrifício estão deliberando.

ANCHA 6. – Ilustração
Hans Staden para a
arhaftige Historia...

Índios tentando encurralar uma embarcação de portugueses.

PRANCHA 7. – Distribuição das c
tarias; segundo mapa incluído nc
III da *História da Colonização*
tuguesa no Brasil, Carlos Malh
Dias, Porto, 1924.

PRANCHA 8. – Mapa do Brasil elaborado e gravado por Mathias Seutter, Geógrafo de Sua Cesárea Majestade, Augsburgo (1678-1756). (Deferência da Diretoria da Biblioteca Municipal de

PRANCHA 9. – Altar-mor da Igreja dos Jesuítas no Rio de Janeiro. Situava-se no antigo morro do Castelo, cujo desmonte se iniciou em 1922. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 10. – Capela e Casa da Torre de Garcia d'Ávila em Tatuapara, Bahia. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 11. – Pelourinho – Alcântara, Maranhão. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

N
S

A MARCHA DO POVOAMENTO E A URBANIZAÇÃO SÉCULO XVI

LEGENDA

SALVADOR

RIO DE JANEIRO

OCEANO ATLÂNTICO

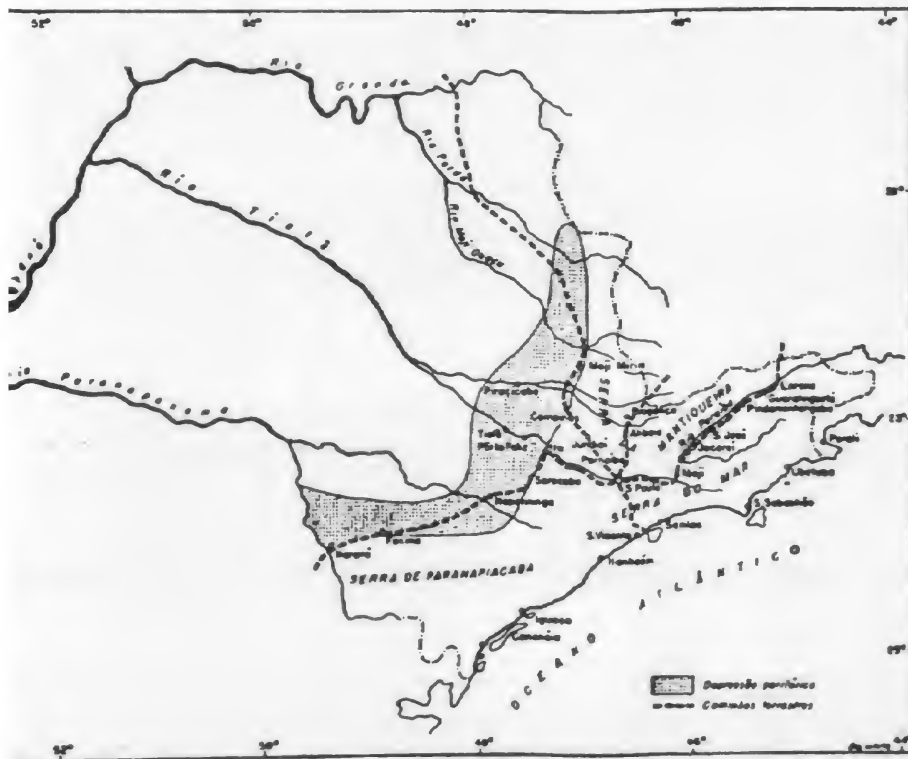
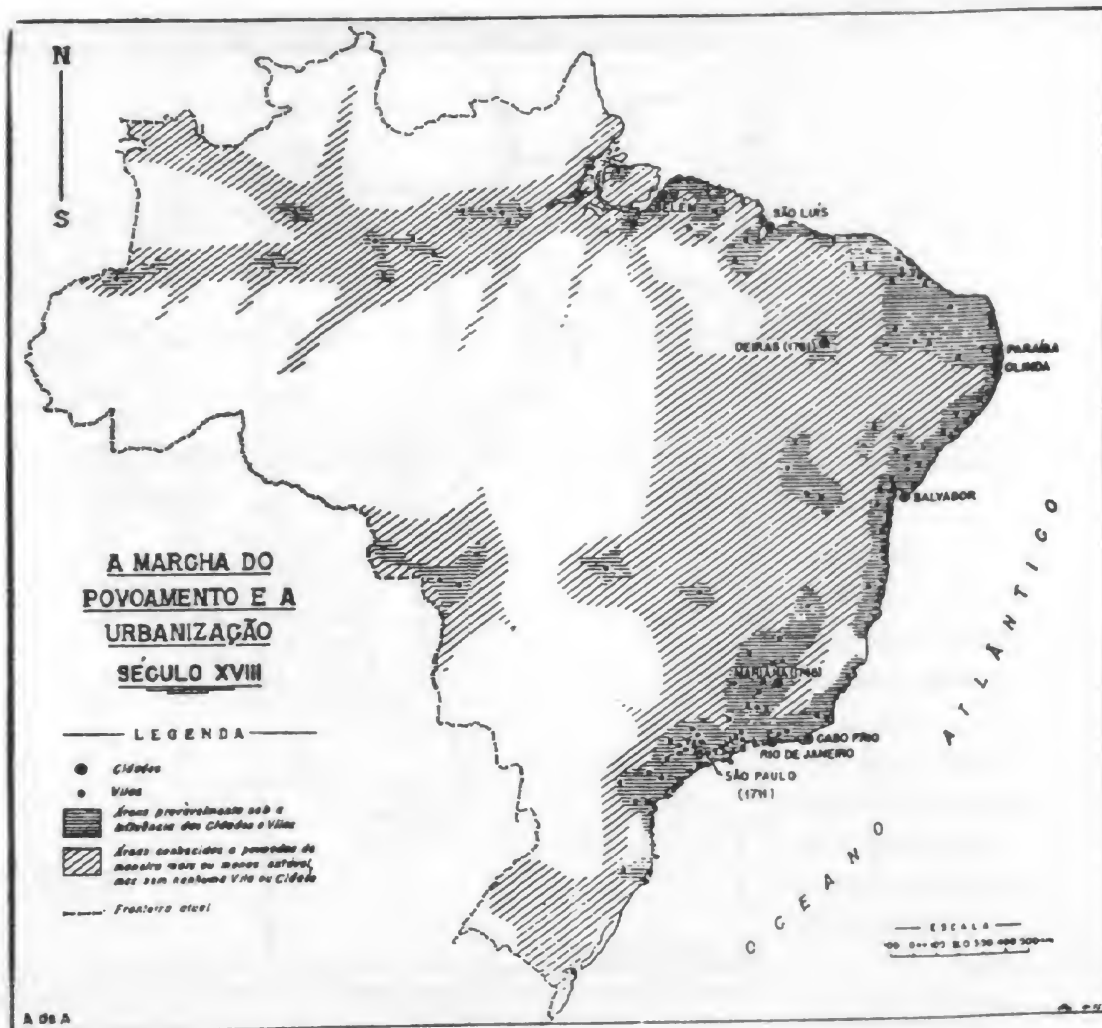
ESCALA

A. de A.

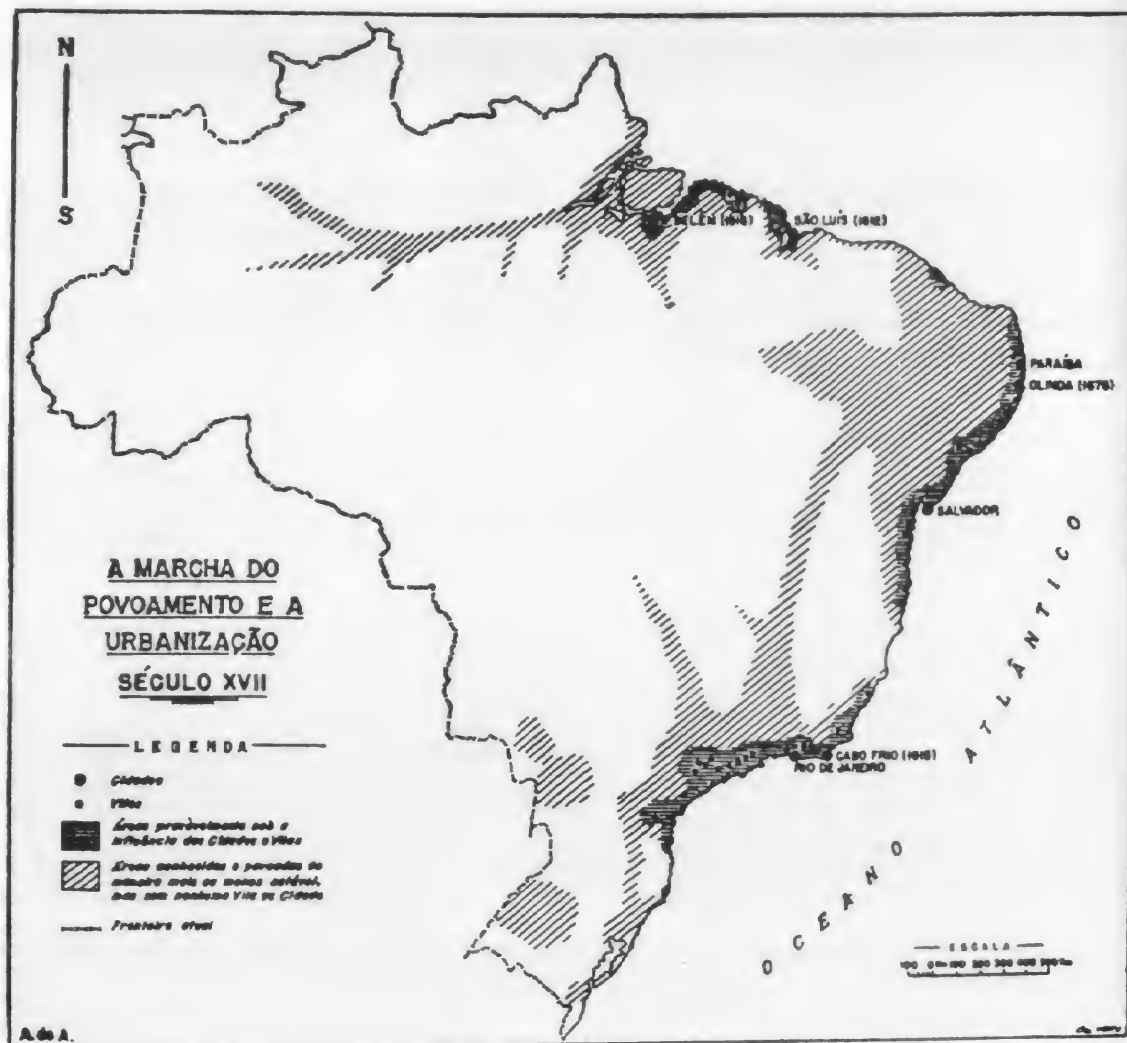
PRANCHA 12. – A marcha do povoamento e a urbanização – século XVI; mapa cedido por especial deferência do Prof. Aroldo de Azevedo.

PRANCHA 13. – Conde João Maurício de Nassau-Siegen, Governador, Capitão e Almirante-Geral das Possessões da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil.

PRANCHA 14. – O porto de Recife ao tempo dos holandeses. Ilustração da obra de Gaspar Barlaeus, *Rerum per octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum sub praefectura Ilustrissimi Comitis J. Mauritii, Nassoviae & c. Comitis, nunc Vesaliae Gubernatoris & Equitatus Foederatorum Belgii Ordd. sub Auriaco Ductoris historia*, Amsterdã, 1647. Reimpressa com acréscimo em 1660, a obra de Barlaeus foi traduzida em alemão (1659), holandês (1923) e português (1940). A ilustração é feita segundo desenho de Franz Post. (Deferência da Diretoria da Biblioteca Municipal de São Paulo.)

PRANCHA 15. – Esquema dos principais rumos da expansão paulista de caça ao índio e busca de pedras e metais preciosos (linhas cheias) e das Entradas pesquisadoras partidas de vários pontos do litoral brasileiro (linhas rompidas). Séculos XVI, XVII e XVIII.

PRANCHA 16. – Mapa do território paulista salientando a convergência para São Paulo das vias de penetração para o interior: caminhos terrestres e caminho fluvial do Tietê. Constituíram as primeiras rotas da expansão bandeirante. Baseado no mapa apresentado por Caio Prado Júnior no trabalho "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo", publicado na revista *Geografia*, ano 1, nº. 3, 1935, e no livro *A Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*.

PRANCHA 17. – A marcha do povoamento e a urbanização – século XVII; mapa cedido por especial deferência do Prof. Aroldo de Azevedo.

PRANCHA 18. – Paço Municipal seiscentista. Cachoeira, Estado da Bahia. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 19 – Torre da Igreja do Carmo do Recife, Pernambuco. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 20 – A marcha do povoamento e a urbanização – século XVIII; mapa cedido por especial deferência do Prof. Aroldo de Azevedo.

PRANCHA 21. – Fortaleza de São José – Macapá, Amapá. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

PRANCHA 22. – Cruz de Anhangüera – Goiás, Estado de Goiás. (Deferência da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro.)

Foi graças, portanto, à ação decisiva dos portugueses aliados a espanhóis que daí em diante foi possível retomar a tarefa da conquista em direção à região do Rio Grande que passou a ser, desde 1586, o objetivo essencial dos que levaram a conquista até a Paraíba.

Dez anos constituem a conta das marchas e contramarchas desta trabalhosa conquista. Fora ela concebida ao tempo de D. Francisco de Sousa, e depois das primeiras tentativas de Manuel Mascarenhas Homem, Alexandre Moura e ainda Jerônimo de Albuquerque. Há, em 1598, marcha mais decisiva para o Rio Grande, dirigida por Feliciano Coelho. É com o reforço de Feliciano Coelho que Mascarenhas conclui o Forte dos Reis Magos, origem da futura Natal.

O ano de 1599 marca as pazes definitivas dos Potiguares com os conquistadores, seladas entre Jerônimo de Albuquerque que trazia sangue tabajara nas veias, por via materna, e os temíveis indígenas do Rio Grande.

Os problemas desta região custaram ainda muito sacrifício, sendo mesmo talvez o mais sangrento campo de batalha do Nordeste no decorrer dos séculos inteiros. Entretanto, a conquista estava feita! Ela encurtava a distância para os próximos objetivos naturais da expansão rumo ao norte, isto é, o Maranhão e o Amazonas.

Maranhão e Pará

A conquista do Maranhão começou em 1603, ou seja, em pleno domínio espanhol, já no reinado de Filipe III. Ainda aqui os franceses constituem problema, pois desta vez a resistência é mais positivamente liderada pelos homens de La Ravardière.

Curioso é notar a sincronização da cessação das hostilidades francesas no Novo Mundo e a aliança entre França e Espanha no Velho Mundo, ambas em 1615, o que sobrestou em parte os ataques dos indígenas que impediam a conquista do Maranhão. Essa trégua passageira durou pouco, porém. Houve desentendimentos entre espanhóis e portugueses no comando desta conquista, e, assim, complicou-se ainda mais a situação, pois deu margem a novo tipo de conflito que já se vinha esboçando desde a conquista da Paraíba, ou seja, o conflito entre os interesses portugueses e espanhóis no Brasil, durante o período dos três Filipes de Espanha, sendo que o conflito entre interesses espanhóis e portugueses no Prata era um fato.

Portugueses levam adiante a conquista, varrendo os franceses que serão, já após a Restauração, cabalmente derrotados, após um século de resistência. O mesmo ocorre daí a pouco em Cabo Frio, onde são vencidos por Constantino de Menelau e, no Maranhão, completam a derrota francesa os portugueses e os já brasileiros Jerônimo de Albuquerque e Alexandre Moura.

No Pará não havia estabelecimentos franceses, embora houvesse trato desses com os naturais, e o Amazonas estava completamente desocupado.

Assim, é fácil compreender por que foi possível em 1618, época em que escreve o autor anônimo dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, afirmar que "os estabelecimentos dos portugueses vão de Cananéia até o Pará" e do equador até além do trópico.

A invasão holandesa

Além do problema da conquista de novos territórios e da expulsão dos franceses durante o período da dominação espanhola, temos o reverso da medalha na invasão holandesa. A Holanda, constituída pelas chamadas Províncias Unidas e pelo País dos Estados Gerais, não estava, ainda, nesta época, completamente independente ou unificada. Em 1585, as primeiras províncias, entre as quais se destacam a Holanda e a Zelândia, tornaram-se independentes da Espanha que, católica e poderosa, oprimia a pequena e insolente adepta da Reforma Protestante.

Dirigida principalmente por uma burguesia florescente e poderosa comercialmente, a Holanda, ou o que havia então da futura Holanda, encarna interessante exemplo, fruto da nova concepção econômica da época: o capitalismo mantido através de empresas ou consórcios comerciais e dominando assim o Estado em vez de ser por ele dominado. Ora, o desenvolvimento seguro dessa riqueza baseada no capitalismo estava diretamente ligado à segurança política da Holanda. Assim, enfraquecer a Espanha, através da conquista de uma região produtora de açúcar, seria um investimento capitalista duplamente importante para a Holanda, pois teria objetivos econômicos e políticos conjugados. A Companhia das Índias Ocidentais, uma empresa particular, tornou-se, no decorrer da conquista e do estabelecimento dos holandeses em Pernambuco, pouco a pouco, uma empresa política, chegando a coincidir o momento em que, como governador da conquista, é mandado nada menos que Maurício de Nassau Siegen, exatamente um elemento da família Orange, que estava monopolizando de maneira até hereditária o *Stadhouderato* da Holanda, que era, teoricamente, um posto eletivo. Não é por coincidência, apenas, que a organização administrativa da Companhia das Índias é uma reprodução mirim da organização política da Holanda. Portanto, política e capitalismo, na Holanda que invadiu o Brasil, eram sinônimos.

Eis por que a invasão do Nordeste foi cuidadosamente estudada e planejada antes de ser executada, dentro dos moldes de um negócio, de uma empresa, antes de mais nada.

No momento em que ocorreu a invasão do Nordeste por parte dos holandeses, estavam estes incrementando o seu plano de monopolizar as naus comerciantes, o que já vinham fazendo anteriormente, embora em menor escala, em relação a Portugal. Na própria América espanhola, no próprio Brasil, desde o ano de 1602, os holandeses agem no contrabando de drogas do sertão e de tabaco, especialmente na região do estuário amazônico.

Procuraram os hábeis flamengos, depois de decidida a conquista do Nordeste brasileiro, tirar quanto proveito econômico fosse possível de sua empresa, não faltando para isso o zeloso cuidado em pensar na possibilidade de um futuro monopólio holandês da exportação do sal brasileiro, assunto resolvido pelos dirigentes da Companhia das Índias Ocidentais em 1624. Isso constituiria prejuízo direto para Portugal. O mesmo poderá ser dito quanto à tomada de Angola pelos holandeses e o seu claro propósito de participar do lucrativo negócio do tráfico de escravos. Portanto, os objetivos "políticos" dos holandeses, ao invadir o Nordeste, produtor de açúcar, e a sua intenção de estender a conquista até o Maranhão, de um lado, e a margem direita do S. Francisco, de outro, são políticos na medida em que significariam prováveis lucros, possibilidades econômicas, enfim, capitalistas que se confundiam claramente com o poderio político da nação burguesa que surgia no cenário do século XVII. É evidente que todos os desideratos da Holanda prejudicariam a Espanha. Todos eles eram objetivos comerciais, frutos de um capitalismo agressivo que visava penetrar regiões defendidas pelas estipulações de obsoletos e impraticáveis monopólios rigorosos, como era o caso da Espanha. Nesta medida, a atividade holandesa no Brasil feriu frontalmente os interesses espanhóis. Já que a Espanha procurava livrar-se do perigo da vizinhança incômoda de seus súditos portugueses que, na América, tentavam minar-lhe as regras do seu monopólio comercial, que dizer da agressão holandesa ao Nordeste? Mais auxílio não prestou a Espanha ao Nordeste invadido, porque não pôde, mesmo porque era o tempo do reinado de Filipe IV, que guerreava a Holanda na Europa. Além disso, a política desastrosa de Olivares envolveu a Espanha, desde 1635, na Guerra dos Trinta Anos, o que a tornou mais e mais comprometida pelos ônus e obrigações de uma campanha desastrosa.

Panorama da vida brasileira sob os Filipes

Apontados os mais significativos acontecimentos ocorridos durante o período dos Filipes no Brasil, uma idéia central domina quantos procuram observar o aludido período, qual seja a transformação do panorama da vida brasileira que até então apresentava as seguintes características:

Havia o Brasil Norte, ou mais propriamente a Bahia, Pernambuco e as capitanias adjacentes, onde a atividade se limitava, até então, a uns poucos núcleos de colonização no litoral, e onde uma necessidade premente se impunha: a conquista e a expansão através do estabelecimento de novos engenhos ou currais de gado.

Havia necessidade da posse efetiva desse território, havia necessidades de ligações com o Noroeste e com o Norte. Havia a necessidade natural de uma penetração para o Interior. Era mister ainda incrementar o povoamento da Colônia. Esta expansão e a penetração e ocupação efetiva que ocorreu posteriormente tiveram suas bases no movimento de conquista iniciado no período dos Filipes. Na *Recopilación de Leyes de los Reynos de las Indias*, tomo II, p. 20, vê-se o seguinte verbete da Ordenação nº 41 de Filipe II, a propósito do povoamento de cidades: "*Ley iiij: Que no* se *pueblen Puertos, que no sean buenos y necesarios para el Comercio y defensa*". Fora de dúvida está que todo este movimento de conquista e penetração está previsto na legislação filipina. Está ainda perfeitamente enquadrado no esquema de colonização preconizada e realizada pela Espanha na América. Além disso, decidiu-se no Nordeste a posse efetiva do território luso na América durante o período espanhol. Foi de lá expulso o francês, como o seria mais tarde o holandês.

O sul mostrava-se no panorama brasileiro, ao iniciar-se o domínio espanhol, como um ponto inteiramente isolado do resto do Brasil. As ligações e as maiores facilidades de transporte para o extremo sul do continente tornavam-no mais naturalmente ligado à região do Prata que ao resto do Brasil. Poderosos interesses comerciais serão consolidados durante o período de união das duas coroas, apesar das restrições espanholas. O trabalho da Professora Alice Canabrava sobre o Comércio Português no Prata demonstra suficientemente o acerto desta afirmativa, ao mostrar como, a partir de 1586, desenvolve-se o intercâmbio comercial entre o sul do Brasil e o Prata, a ponto de determinar o mesmo medidas administrativas do governador espanhol no sentido de impedir este comércio. Não importa quanto continuou o Brasil a ser português após a união dos dois reinos. O importante é quanto os portugueses do Brasil tentaram burlar as restrições e as leis espanholas a fim de desenvolver cada vez mais o contrabando no Prata e no Peru. Boxer estuda detidamente a política comercial dos Sá no Rio de Janeiro. Mostra-nos o quanto a rica família do Brasil que se ligou por laços de parentesco a Luís de Céspedes e Xeria, capitão-geral do Paraguai, estava envolvida no comércio sulino com o Prata.

Não teria sido estranha às atividades da gente do sul nos domínios de Espanha a viagem de D. Francisco de Sousa em 1591, nomeado governador-geral do Brasil após a junta governativa que substituíra Manuel Telles Barreto em 1587. Em 1599, D. Francisco de Sousa chega a São Vicente, e as providências que toma em relação ao sul da colônia bem testemunham a importância da atividade da gente de São Paulo nos desígnios dos três Filipes.

É bem verdade que o Nordeste é ainda o grande fulcro da economia colonial brasileira e, portanto, merece maiores atenções da Espanha, não apenas por ser mais rico como também mais disputado nessa época. Os movimentos de conquista foram, naquela região, de molde a criar maior número de centros urbanos, incrementando, assim, uma nova feição administrativa no quadro geral da colônia. As regiões conquistadas, onde se formaram novas cidades, foram povoadas mais rapidamente através de uma emigração portuguesa, pela primeira vez espontânea, formada de comerciantes mais que de agricultores, mesmo antes de iniciar-se no sul a grande corrente migratória portuguesa, provocada pelo ouro e, por isso mesmo, desordenada e flutuante.

Vê-se pela leitura das peças acusatórias contra os apontados pelo Tribunal do Santo Ofício nas suas visitas feitas à Bahia que grande parte deles é constituída de portugueses cristãos-novos ou disto acusados, os quais são declarados mecânicos ou comerciantes. Percebe-se que o tipo humano aqui chegado nesta imigração preocupou a Espanha dos Filipes, sendo, portanto, copiosa a ponto de causar apreensão. Certamente, não foi dos mais rigorosos e cruéis o resultado do famoso Tribunal na Bahia. Porém, teria ficado provada a mais fundamental das suspeitas espanholas. Alguns dos acusados não compareceram por estarem no Peru; se puderam tão rapidamente manobrar evitando ser colhidos pelas malhas do implacável Tribunal, certamente o fizeram apoiados nas suas ligações comerciais com o Peru, conforme argumenta a Professora Canabrava.

Todos os argumentos e fatos aqui apontados sugerem uma verdade fundamental sobre a qual fazemos questão de insistir. Passados os 60 anos que marcaram o período dos Filipes no Brasil, transformou-se inteiramente a paisagem da colonização, como também se transformou o elemento humano da Colônia.

Devido a motivos diversos, no sul como no norte do Brasil, alterou-se de maneira marcante a nossa história colonial durante o período dos Filipes. Não foi quebrado de maneira ponderável o isolamento entre o sul e o norte do país durante este período. Está, porém, fora de dúvida que

houve maior caracterização da já existente diversidade de interesse entre estas duas unidades.

Cidades reais foram então criadas em maior número do que em qualquer época anterior, novas unidades territoriais, cuja permanente necessidade de "reconquista" contornou menores em seus traçados geográficos – e isso é a principal característica política do Nordeste; maior atividade no sul da colônia criada com a atração exercida pela região platina, lutas de defesa contra as invasões estrangeiras, expulsão de estrangeiros perigosamente aqui estabelecidos, tudo isso marca o panorama deste período de ação, de história importante – eis a sua característica essencial.

A restauração portuguesa

O término do período dos Filipes no Brasil é assinalado pela adesão que deram à aclamação do novo monarca português, D. João IV, o Marquês de Montalvão pelo Governo-Geral do Brasil, cuja sede era a Bahia, Salvador Correia de Sá pelo Governo do Rio de Janeiro e finalmente pela adesão de São Paulo e das "Capitanias de baixo" após o breve episódio da aclamação de Amador Bueno, apontado pela tradição como "o paulista que não quis ser rei".

Ainda aqui encontramos problemas curiosos ligados às condições em que a restauração portuguesa ocorreu.

Iniciou-se desde dezembro de 1639 em Portugal o processo que resultaria na aclamação feita ao Duque de Bragança pelo mesmo povo português, o qual jamais pactuara com o domínio espanhol. Antes o aceitara apenas como fato consumado contra o qual, porém, jamais deixara de bradar. Veja-se para isso o folclore da época, e mesmo a literatura tomando como tema os "anos de cativeiro", ao referir-se ao domínio espanhol sobre Portugal. Tema simples e capaz de empolgar e ganhar popularidade, esse o da restauração da Monarquia portuguesa, ao qual prestaram os jesuítas preciosa colaboração. Examinando ponderáveis motivos capazes de não aconselhar tal adesão por parte dos jesuítas à causa portuguesa da restauração, Boxer chama a atenção para o fato, confessando, porém, não poder explicá-lo e por isso apenas admiti-lo. Seria o caso de perguntar se os jesuítas necessitariam buscar no passado razões mais eloqüentes do que as do momento da restauração, qual sejam as da oportunidade de patrocinar causa extremamente popular em Portugal e ao mesmo tempo, em virtude dessa mesma adesão, tornarem-se credores do monarca que seria elevado ao trono, devedor assim de um apoio de inestimável valor prestado pelos jesuítas à verdadeira "candidatura" do Duque de Bragança ao trono português. Tanto assim foi que parece haver sido quase imediato à ascensão do monarca bragantino o início da colheita dos frutos conseguidos

como prêmio de sua ajuda a D. João IV. A influência dos jesuítas foi muito grande junto ao novo monarca. Foram eles chamados a colaborar com D. João IV, assim como o cauteloso Bragança iria admitir o auxílio dos conselhos portugueses, aceitando inclusive a colaboração até de elementos antes ligados aos órgãos políticos que governavam em nome de Filipe IV. Coadjuvaram para a restauração portuguesa muitos fatores, inclusive a própria política desastrosa da Espanha sob o Conde Duque de Olivares, tornando-a, portanto, pouco trabalhosa e árdua. O que dizer, porém, da maneira como essa restauração repercutiu no Brasil? Ato de simples protocolo, onde se vê claramente um aspecto fundamental: o cuidado das autoridades coloniais em não perderem o posto. A notícia recebida por Montalvão é a da restauração de um reino e da deposição de um reinado. A reação da autoridade é simples. Rei morto, rei posto, viva o rei. É isso exatamente o que lhe ditam os seus interesses imediatos. Quanto a Salvador Correia de Sá, ligado à Espanha ainda mais do que o primeiro, pois era filho de mãe espanhola, e casado com mulher espanhola, teve uma reação à notícia da aclamação de D. João IV um tanto inesperada. Segundo o seu melhor biógrafo, hesitou e afinal, consultando a maioria, seguiu o exemplo de Montalvão. Parece que também queria continuar no posto. O movimento em São Paulo foi uma espécie de entreato e não teria maior importância se não demonstrasse, mais uma vez, uma visível realidade. A da existência de ponderáveis interesses ligando São Paulo à região platina mais do que ao resto do Brasil.

Um fator fundamental deveria ainda colaborar para que fosse mais rápida e não houvesse maiores resistências quanto à separação política dos domínios das duas coroas na América. É que, uma vez perdido Portugal, essa contigüidade com os domínios portugueses que provara danosa aos interesses espanhóis na América, provocando apreensões e cuidados dos Filipes de Espanha, cessaria agora, possivelmente até para regozijo da Espanha. Não há dúvida de que toda a argumentação dos que pretendem ver na aclamação de Amador Bueno uma "manobra" espanhola contra a Restauração portuguesa na América carece de fundamentos históricos mais sérios. O problema é local, não tem a amplitude e a significação que alguns lhe pretendem emprestar.

O que surgirá depois, como uma espécie de continuidade ao impulso jamais disfarçado de uma constante pressão portuguesa em relação ao Prata, será uma política expansionista portuguesa nesta direção. Sua possível ligação com o período dos Filipes no Brasil seria apenas a da incrementação dessas relações durante os 60 anos do domínio espanhol em que

houve Tordesilhas, na América – ao contrário do que se poderia supor devido à união das duas Coroas –, mas também esse limite foi pelas mais diversas maneiras ultrapassado, e não há dúvida de que mais freqüentemente do que jamais ocorrera antes, a partir de 1580 a 1640, apesar da oposição feita de forma concreta, por parte da Espanha dos Filipes.

CAPÍTULO III

CONQUISTA DA COSTA LESTE-OESTE

As primeiras tentativas de conquista

JÁ se assinalou em outro capítulo como a conquista da costa norte de Pernambuco e Itamaracá foi, em parte, uma conquista feita aos franceses, "que lá estavam fincados e apoiados em ótimas ralações com os indígenas e faziam grande progresso, enfronhados no contrabando e no comércio de drogas do sertão".

Já no governo de Luís de Brito de Almeida (1572-1578), sucessor de Mem de Sá para as capitanias do Norte, realiza-se, sem maiores conseqüências, a expedição de Fernão da Silva contra os Potiguaras da Paraíba. Outra tentativa no mesmo sentido, a de Bernardo Pimentel de Almeida, efetuada no ano imediato ou, mais precisamente, a partir de setembro de 1575, não chega a concluir-se, pois o chefe da expedição, sobrinho do governador-geral, tendo partido por via marítima, vê-se impedido pelos ventos contrários de alcançar seu objetivo.

Frustrados esses primeiros esforços, devota-se Luís de Brito à conquista do Rio Real, reduto de índios adversos ou foragidos da Bahia e onde, de longa data, entretinham comércio as naus dos franceses. O próprio governador sai em pessoa da Bahia para aquelas partes em fins de novembro de 1575, tendo enviado meses antes, com o mesmo alvo, uma força expedicionária sob a chefia de um capitão que vários historiadores – sem seguro fundamento, segundo o Pe. Serafim Leite – têm identificado com o grande criador e proprietário, Garcia d'Ávila, tronco da Casa da Torre.

Essa força militar, que deveria acompanhar e apoiar a missão jesuítica do Padre Gaspar Lourenço e do Irmão João Saloni, logo se malquistou, no entanto, com os religiosos e, unidos aos colonos e mamelucos, seus homens fizeram-se odiosos aos índios, com o que iriam retardar a conquista religiosa e a própria integração de Sergipe aos senhorios efetivos da Coroa.

Reunido novamente o Brasil sob um só governo-geral, com a nomeação, para exercer o cargo, de Lourenço da Veiga (1578-1581), adia-se ainda por algum tempo a ocupação definitiva dessa breve faixa de terra ainda povoada de tribos aguerridas e em tratos constantes com os franceses, que embaraçam a livre comunicação entre os dois núcleos economicamente mais prósperos da América lusitana, isto é, entre a Bahia de Todos os Santos e Pernambuco.

É certo que o novo governador não se desinteressaria da conquista de outra região igualmente freqüentada pelos traficantes da Normandia ou da Bretanha e que, apesar das tentativas anteriores de Fernão da Silva e Bernardo Pimentel, permanecia estranha à órbita das autoridades coloniais lusitanas. Mas Frutuoso Barbosa, que se propusera ir colonizar a Paraíba à própria custa, veria igualmente malogrado esse primeiro intento. Dispersas por uma tempestade as quatro embarcações onde levava consigo numerosas famílias para povoar a terra, soldados para defendê-la, religiosos (beneditinos, carmelitas, franciscanos) para assistir no espiritual os moradores, terá de regressar à Europa, sem desistir, no entanto, de empresa tão mal começada.

As dissensões que na Bahia se suscitam depois da morte de Lourenço da Veiga, quando o governo, confiado de início, e em caráter interino, à Câmara, com colaboração do bispo e do ouvidor-geral, é inteiramente absorvido, em pouco tempo, por este último, em detrimento dos outros, que não se conformam com a usurpação, mal deixam lugar para a expansão portuguesa ao longo do litoral nordestino. Quando muito, pode registrar-se nesse período a renovação da tentativa de Frutuoso Barbosa, que sai de Pernambuco rumo ao norte à testa de uma expedição marítima articulada com outra, enviada por terra sob a chefia do ouvidor Simão Rodrigues Cardoso, mas nada induz a crer que dependesse de qualquer auxílio ou aprovação por parte do governo instalado na Bahia. E embora essa tentativa redundasse na queima de naus francesas surtas no porto da Paraíba, não deixou, todavia, de ter conseqüências funestas, com a saída precipitada de Barbosa e sua gente e o acirramento das hostilidades dos índios, que passariam a ameaçar com mais audácia do que antes e a assolar os estabelecimentos dos moradores da Capitania de Itamaracá.

A expedição de Frutuoso Barbosa e Francisco Castejón

Só em maio de 1583 chega ao Brasil o novo governador nomeado, Manuel Telles Barreto (1583-1587), que se decide a retomar com mais ímpeto a empresa abandonada. Desta vez ainda aparece o nome de Frutuoso Barbosa entre os que partem de Pernambuco para o norte, mas seguirá por terra e em

campanhia de D. Filipe de Moura, capitão e lugar-tenente do donatário, à frente de uma força constituída de centenas de homens a cavalo e a pé. A expedição marítima com o mesmo destino, formada, em sua maior parte, de navios espanhóis, ficará a cargo do Almirante Diogo Flores Valdez.

O encontro, novamente, de barcos franceses na Paraíba e o incêndio de cinco deles, por ordem do comandante castelhano, mostram que não seriam descabidos os temores da Coroa quanto à penetração crescente desses intrusos e ao bom êxito dos seus contatos com os naturais do lugar. Após essa vitória, empreenderam os expedicionários a construção de um forte no continente em face do sítio do Cabedelo, sobre a margem esquerda do rio Paraíba, com uma guarnição de 110 soldados castelhanos e 50 portugueses sob o comando de Francisco Castejón. Para o povoado que pretendia formar contíguo ao forte, reservou Frutuoso Barbosa o nome de Cidade Filipéia, em homenagem ao Rei de Castela e, agora, também de Portugal.

Contudo, mal partira, de regresso ao Velho Mundo, a frota de Diogo Flores, os Potiguaras das imediações, auxiliados pelos franceses, tomaram novo fôlego e entraram a investir sobre o reduto, pondo-lhe cerco. O assalto ocorreu em meio às dissensões que já lavravam ali entre portugueses e castelhanos e só não foi decisivo em virtude do socorro que aos sitiados levou, por via marítima, o Capitão Pedro Lopes, de Itamaracá, após ter queimado no rio Mamanguape outros dois barcos franceses.

Nem esse, porém, nem o auxílio do ouvidor Martim Leitão, que chegara à frente de uma tropa recrutada entre moradores das capitanias vizinhas, impediram que a nova aventura da Paraíba terminasse mal para lusitanos e castelhanos. Desanimado ante os constantes desbaratos de que padecera, Frutuoso Barbosa voltou a Olinda, largando sua efêmera povoação. Castejón ainda resistiu até junho de 1586, mas deliberou afinal mandar queimar o forte, lançar à água toda a artilharia e meter a pique o navio que fora ali deixado para sua proteção, antes de regressar por terra a Itamaracá.

Martim Leitão recomeça a empresa

Contudo, se as discórdias suscitadas entre portugueses e espanhóis tinham contribuído para o enfraquecimento dos defensores do forte, a desunião agora já manifesta entre os Potiguaras, inimigos tradicionais dos primeiros, e os Tabajaras de Piragibe ia permitir a Martim Leitão recomeçar a empresa. Fortalecidos agora pelo apoio dos índios, que momentaneamente se tinham unido aos seus contrários, os portugueses podem voltar à Paraíba, onde, a 5 de agosto de 1586, principiam a reconstruir a fortaleza e a cidade. Durante oito

meses aproximadamente, desenvolveram-se os trabalhos entre sobressaltos provocados pela presença das parcialidades adversas e dos franceses, que por todos os meios procuravam embaraçar o novo estabelecimento lusitano.

Quando em 1587 voltou Martim Leitão a Pernambuco, parecia-lhe e aos seus companheiros terminada a conquista do litoral da Paraíba. Esse engano iria mostrar-se com os novos ataques dos Potiguaras e também de franceses, os quais, desembarcados em 1597 de uma armada de treze navios, desafiam, sem maior resultado aliás, a segurança do fortim lusitano. De qualquer modo ficava demonstrada a fragilidade da ocupação da orla marítima na região imediatamente ao norte da Capitania de Itamaracá.

A mestiçagem dos franceses com índias. A necessidade da captura definitiva do Rio Grande

Para a consolidação dessa conquista fazia-se mister ir despejar dos odiados intrusos a costa do Rio Grande, que se convertera aos poucos em trampolim dos seus assaltos. Desde 1596, a própria Coroa empenhara-se, atendendo a instâncias de D. Francisco de Sousa, governador-geral do Brasil, em promover o descobrimento e a definitiva incorporação daquelas terras aos seus domínios. Para tanto expediram-se ordens expressas a Feliciano Coelho de Carvalho, o capitão-mor da Paraíba. E não faltariam outras razões ponderáveis em favor dessa nova expansão rumo ao norte e ao noroeste. Pois não consta de um papel assinado por Feliciano Coelho, acerca das atividades dos franceses em toda a região, que um deles achara em Capaoba riquíssimos depósitos de prata?

Contudo, o principal motivo para se prosseguir sem mais tardança a conquista almejada vinha dos perigos a que se expunha o reduto mais setentrional dos portugueses no Brasil. O capitão da Paraíba cansara-se de reclamar do governador-geral, de Manuel de Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco, e até mesmo de Sua Majestade, a remessa urgente de tropas, pólvora e munições que permitissem o bom sucesso da empresa. Em carta endereçada a Filipe II e que provavelmente não chegou ao destino, interceptada que foi pelos ingleses, deixa transparecer, em 20 de agosto de 1597, uma ponta de irritação contra a aparente incúria do governador diante de seus constantes clamores.

"Porque aqui", escreve, aludindo à Paraíba, "não dispomos nem de armas, nem de pólvora, nem de outros quaisquer recursos que nos permitam opor resistência aos nossos inimigos, nem há quem se digne ajudar-nos para a defesa desta terra e o serviço de Vossa Majestade." O próprio

governador-geral só cuidava, aparentemente, da fábrica de seus engenhos de açúcar e o fazia à custa da Régia Fazenda. "Se D. Francisco de Sousa", acrescenta Feliciano Coelho, "me tivesse mandado aqueles duzentos e cinqüenta soldados que lhe pedi, os quais viviam na fortaleza do Recife e nada mais faziam do que consumir vitualhas e bens de Vossa Majestade, em vez de chamá-los à Bahia, onde não eram precisos, estas guerras do Potiguara teriam cessado há muito tempo, poupando a Vossa Majestade muitos dos encargos que requer a conquista do Rio Grande."

Ali, como em tantos outros lugares da América, aventureiros da Normandia e da Bretanha andavam em íntima promiscuidade com os grupos indígenas estabelecidos na marinha ou mesmo no sertão, afeiçoando-se aos usos e cerimônias gentílicas, valendo-se em tudo de seus préstimos, falando mal ou bem, sua língua, esposando e principalmente explorando, em proveito próprio, sua animosidade contra os portugueses. Em contraste com muitos colonos anglo-saxões e holandeses do Novo Mundo, não se mostravam eles esquivos ao convívio e mestiçagem com as populações nativas. "La France épousait l'Amérique, au lieu de l'exterminer pour y substituer une Europe comme on fait les colons anglais", dirá Michelet em sua História de França. E um viajante do século XVIII, Peter Kalm, nota com espanto que, enquanto os povos todos do mundo civilizado assimilavam então os usos dos franceses, estes, na América, adotavam sem hesitação os costumes dos selvagens.

A outros não escaparam, é certo, os benefícios de semelhante política, tolerada e às vezes estimulada pela coroa francesa: Gaffarel chega a pretender que, se aos seus compatriotas fora dado fundar um estabelecimento sério no Canadá, deveram-no unicamente à fusão das raças. Dessa fusão sairiam aqueles afamados *coureurs de bois* norte-americanos, espécie de réplica setentrional dos mamelucos luso-brasileiros e que tiveram, como estes, papel decisivo na expansão geográfica da sua metrópole européia no Novo Mundo.

Não é, pois, de admirar se também no Brasil souberam os franceses disputar, e às vezes com melhor sucesso do que os próprios lusitanos, a simpatia e o apoio de certas tribos indígenas. No litoral do Rio Grande, como antes ocorrera no Rio de Janeiro e no Rio Real, e irá suceder depois no Maranhão, o número desses adventícios via-se constantemente engrossado pelo advento de novos contingentes, em muitos casos produto das guerras e dos naufrágios. Neste número contavam-se, por exemplo, os homens da expedição de Jacques Riffault, cujo nome, bastante estropiado, começa a aparecer na documentação portuguesa já durante as lutas da

Paraíba: "Rifoles" é o nome que lhe dá Feliciano Coelho, ao menos segundo a versão inglesa de Hakluyt, enquanto para Frei Vicente do Salvador ele é Monsieur Rifot. "Muitos franceses mestiçaram com as mulheres indígenas" na área do Rio Grande, escreve Capistrano de Abreu, "muitos filhos de cunhãs se encontravam já de cabelo louro: ainda hoje resta um vestígio da ascendência e da persistência dos antigos rivais dos portugueses na cabeleira da gente encontrada naquela e nos vizinhos sertões de Paraíba e Ceará."

À mesma costa do Rio Grande continuariam a aportar, posto que mais cautelosamente, depois da conquista portuguesa, corsários procedentes do resgate da Mina, a sarar das enfermidades da Guiné, devido, porventura, ao crédito que teriam granjeado entre eles os ares da região. Iam, além disso, a consertar ali suas naus e fornecer-se de mantimentos, água e lenha, que de bom grado lhes davam os índios. Os mais denodados arriscavam-se mais para o sul, onde, a par do brasil, do âmbar e da malagueta, comuns a todas aquelas costas, podiam carregar açúcares, fumo e outras mercadorias de sua estimação.

A captura do Rio Grande pelos portugueses só teriam a animá-la, em verdade, motivos militares, ou seja, a necessidade premente de se destruírem os ninhos de inimigos estrangeiros, que aliados a tribos locais saíam freqüentemente a inquietar as populações e os engenhos das terras já conquistadas, a menos que se verificasse nele a notícia das ambicionadas minas de prata. Mas a esperança não se confirmaria e, em contraste com a Paraíba, que em breve iria dar à Régia Fazenda maiores proveitos do que todas as mais capitanias do Brasil, excetuadas apenas a da Bahia e a de Pernambuco, seriam aquelas terras geralmente reputadas por fracas, "mais para gados e criações que para canaviais e roças..."

Assim se exprimirá, passados quinze anos, o autor do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*, acrescentando, todavia: "às vezes faltaram nelas chuvas, mas tem muitas partes em que se podem fazer fazendas, ainda que as águas são rasteiras, e os matos não são de madeiras tão reais como os da Paraíba, mas não faltam as que hoje podem ser necessárias: lenhas não faltarão nunca."

Até 1618, consoante informações do Brandônio dos *Diálogos das Grandezas*, era a terra mais disposta para gados, dos quais abundava muita quantidade até entrar na Capitania da Paraíba, que lhe estava conjunta, de sorte que não existia em toda ela mais de um engenho de fazer açúcares, sem dúvida o de Cunhaú, fundado por Jerônimo de Albuquerque. Doze anos mais tarde, quando aportou no Brasil a esquadra de

Lonck, ainda não existia mais do que um par de engenhos por todo o Rio Grande, enquanto na Paraíba seu número ia a duas dezenas.

A expedição vitoriosa de Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho

Assim, os proveitos materiais que ali se ofereciam estavam em notável desproporção com o esforço bélico desenvolvido pelos portugueses desde que Manuel Mascarenhas Homem, agindo agora de comum acordo com Feliciano Coelho e por ordem expressa da Coroa, deixou Olinda à frente de sua tropa, a fim de ir alcançar no Cabedelo a frota enviada por D. Francisco de Sousa. Juntamente com intérpretes e com os jesuítas Gaspar de Samperes e Francisco de Lemos, que desempenhariam o papel de engenheiros militares, sem contar a gente que já ia na frota, o capitão-mor de Pernambuco efetuou por mar o restante do trajeto até a barra do Rio Grande. Por via terrestre continuariam as quatro companhias que trouxera de Olinda, comandadas respectivamente por Jerônimo de Albuquerque, seu irmão Jorge, Antônio Leitão Mirim e Manuel Leitão, unidas agora a uma quinta, recrutada ali na Paraíba e entregue ao mando de Miguel Álvares Lobo. Acompanhava-as o próprio Capitão Feliciano Coelho de Carvalho.

Os que foram por mar alcançaram felizmente o seu destino e, feitas as necessárias sondagens, puderam escolher terra adentro o sítio do futuro estabelecimento. Logo em seguida ao desembarque deu-se princípio a um forte de madeira com entrincheiramentos feitos de mangues. Os assaltos dos índios contrários, ajudados, ao que consta, de cinqüenta ou mais franceses, começaram alguns dias depois, quando os expedicionários já tinham organizado os meios de defesa. De qualquer modo, encontraram-se em tamanhas aperturas que já Manuel Mascarenhas pensava em largar o sítio, quando a chegada providencial de uma embarcação do reino, a urca de Francisco Dias Paiva, forneceu-lhes o necessário para a sobrevivência.

A gente que saíra por terra com Feliciano Coelho mal transpusera as fronteiras da Paraíba, em 17 de dezembro de 1597, quando foi atacada pela varíola, de que os mais enfermaram, vendo-se obrigada a retroceder. Só em abril de 1598, essa tropa, em parte recomposta, pôde aparecer junto ao forte dos Reis, que assim o denominara Mascarenhas, reforçando o reduto lusitano, já agora de novo em perigo de ser abandonado, devido às hostilidades que lhe movia o Potiguara.

Jerônimo de Albuquerque, pacificador

A entrega do forte aos cuidados do mameluco pernambucano Jerônimo de Albuquerque, de

quem Mascarenhas recebeu o costumado preito no dia de São João de 1598, deveu-se em grande parte à quietação que dentro em pouco iria prevalecer no estabelecimento. É muito provável, aliás, que os primeiros passos nesse sentido já os tivesse dado o capitão de Olinda, pois sabe-se como no mesmo dia da entrega do reduto a Albuquerque fora dormir na aldeia do principal Camarão dos Potiguaras, possivelmente pai do herói, seu homônimo, das guerras holandesas. Anthony Knivet, que, tendo participado da expedição do Rio Grande, pôde conhecer de perto esses índios e certificar-se de que muitos entre eles falavam o francês, e eram filhos de pai francês, conta o caso de um dos seus chefes que, vencido em batalha por Mascarenhas, fizera com este um trato pelo qual toda a sua gente seria batizada, passando a viver livremente entre os portugueses e sujeitando-se às leis do reino.

Como quer que seja, poucos, como Albuquerque, filho de uma índia Tabajara, bom intérprete, naturalmente afeito aos usos e ao trato dos naturais do país, encontravam-se em tão boas condições para levar avante a obra de apaziguamento. De seu préstimo, nesse particular, pode dar testemunho a carta que Gaspar de Sousa dirigirá em 15 de julho de 1516 ao Capitão-mor Alexandre de Moura sobre a conquista do Maranhão: "Tornarei a lembrar...", reza esse documento, "que sem índios não se pode fazer guerra e que sem Jerônimo de Albuquerque não temos índios..."

Por ora, no entanto, sua missão é de paz, não de guerra, e no captar a boa vontade dos nativos irá pôr o mameluco todo o seu tato. Essa obra de paz, ele a obtém principalmente com a ajuda de um capitão e feiticeiro dos Potiguaras chamado Ilha Grande. O qual, estando preso entre os do fortim, é posto em liberdade por Albuquerque, a fim de que se vá entender com outros principais de sua parcialidade, como o Zorobabé e o Pau Seco ou Ibiraipi, homem da confiança de Jacques Riffault, mostrando-lhes os benefícios que alcançariam se se prestassem a ir viver em boa harmonia com os portugueses. A embaixada não poderia ter tido melhor sucesso, de sorte que a paz foi solenemente celebrada na Paraíba menos de um ano depois da posse de Jerônimo de Albuquerque. Realizado o intento, tratou este logo de fundar, meia légua acima do forte e à margem direita do Rio Grande, a povoação que se chamaria do Natal.

Os portugueses cobiçam o Maranhão

Ao findar-se o século XVI é esta Capitania do Rio Grande a extrema da colonização portuguesa no Brasil. E se aqui já não havia massapés nem barro, mas sim areia solta, imprópria para a lavra de açúcares ou de outras granjearias – a pior terra do Brasil, na expressão de Frei Vicente do Salvador –, boa apenas para

pastos e gados, que dizer da região que mais para oeste e noroeste lhe ficava contígua? Pelo menos até o Jaguaribe passavam aqueles lugares por tão ásperos e tão escassa valia, que os mesmos índios, tirando algumas nações dos chamados tapuias, infensos à lavoura, mal os freqüentavam. Por essa causa também os franceses raramente aportavam no Ceará, onde não encontravam gêneros para seus resgates, nem ancoradouros para seus navios.

Transposto, porém, o Jaguaribe, até onde parecia o solo arenoso e fraco, as mais terras daí por diante eram de madeiras de matas verdadeiras e várzeas muito férteis, onde se podiam fazer engenhos de água e de trapiches e cultivarem-se algodões e outros gêneros. Assim o há de dizer mais tarde, em carta endereçada a Sua Majestade, o futuro governador-geral D. Diogo de Meneses. É à administração do antecessor deste que se prendem os primeiros esforços visando à incorporação efetiva dessa área e do Maranhão à Coroa portuguesa. Nomeado em 1601 para a sucessão de D. Francisco de Sousa, e tendo chegado em abril do ano imediato a Pernambuco, de onde só em setembro de 1603 embarcará para a Bahia, Diogo Botelho, ainda durante sua estada em Olinda, mostrara seu empenho em ver promovido o descobrimento e conquista daquelas partes, compreendidas na demarcação portuguesa, embora cobiçadas por outros povos.

A jornada de Pero Coelho de Sousa

A boa oportunidade para semelhante empresa ofereceu-se com uma proposta de Pero Coelho de Sousa, morador antigo da Paraíba e cunhado de Frutuoso Barbosa, onde pedia licença para uma jornada à própria custa até o Maranhão. Reunidos a 21 de janeiro de 1603 nas pousadas de Diogo Botelho, a convite deste, Manuel Mascarenhas Homem, Feliciano Coelho de Carvalho, o desembargador Gaspar de Figueiredo, Diogo de Campos Moreno e o Capitão João Barbosa, para darem parecer sobre a aludida proposição, foi ela por todos aprovada, menos por Manuel Mascarenhas, que o deu em contrário.

Entre os que de melhor grado devem ter aplaudido o projeto estaria o antigo soldado em Flandres, agora feito sargento-mor do Estado do Brasil, Diogo de Campos Moreno, tanto que mandará a acompanhar a tropa, como um dos seus cabos, o sobrinho Martim Soares, a fim de que, nela servindo, aprendesse a língua e os costumes dos naturais, fazendo-se "seu mui familiar e parente ou compadre", como o irá dizer ele mesmo.

Depois de despachados da Paraíba três barcos de munição e mantimento para a boca do Jaguaribe seguiu por terra Pero Coelho em pessoa, no mês de julho de 1603, à testa de 65 soldados além de duas centenas de índios frecheiros. Fez-se a jornada sem maiores novidades até o local onde

já se achavam os navios previamente expedidos. Dali, feitas as pazes com os índios das redondezas, rumaram, em companhia de muitos destes, para a foz do Camocim, onde chegaram em janeiro de 1604 com o intento de prosseguir até a serra de Ibiapaba, uma das escalas da marcha.

Ao dia seguinte, porém, quando já se achavam quase ao pé da serra, viram-se assaltados de surpresa pelos índios tapuias do lugar, que ali os aguardavam em companhia dos franceses de Monsieur de Mombille, restantes muitos deles da expedição de Jacques Riffault, e estabelecidos entre aquele gentio de corso desde 1590 a 1594. Travou-se até a noite dura peleja, com breve interrupção quando um toque de corneta, a "trombeta bastarda" de que fala Frei Vicente do Salvador, fez-se ouvir da parte dos contrários, levando Pero Coelho a mandar-lhes um intérprete, francês de nascimento, o Tuim Mirim de alcunha, a parlamentar com eles, sem que dessas falas resultasse coisa de proveito. À noite retiraram-se os inimigos para um entrincheiramento que tinham no alto e que, atacado pelos portugueses, não pôde ser imediatamente expugnado, antes foi causa de sérias perdas entre eles.

Novas perdas lusitanas verificaram-se no outro dia, durante nova investida, mas desta vez com feliz resultado para a tropa de Pero Coelho de Sousa que, além de ocupar a praça e os muitos mantimentos ali deixados, aprisionou uma dezena de franceses, que o capitão mandaria levar depois ao governador-geral juntamente com muitos gentios.

Acompanhado agora de outros inúmeros índios vencidos e apaziguados por interferência dos próprios franceses que com eles tinham pelejado, continuou Coelho até as beiradas do rio que muito mais tarde se chamaria Parnaíba. E teria ido até o Maranhão, segundo seu primitivo plano, se não achasse forte oposição dos seus, já cansados da jornada e faltos de mantimentos.

Deliberando, à vista disso, retroceder momentaneamente, deixou no Ceará uma guarnição de 45 soldados portugueses e muitos índios, entregues aos cuidados de Simão Nunes Correia, um dos cabos de sua expedição, enquanto se dirigia à Paraíba, a fim de ir buscar a mulher e os cinco filhos, além de novos auxílios. O preparo da nova tropa consumiu mais tempo, no entanto, do que o desejado pelo capitão e esperado pelos soldados de Simão Nunes. Quando Coelho apareceu de volta com eles, acompanhado dos seus, no ano e meio depois da partida, achou-os em condições de insuportável miséria e quase desespero.

Alentou-os como pôde, acenando com a notícia de novos socorros que à incipiente povoação e ao fortim de taipa chamado Santiago, que ali

dizera construir Simão Nunes, deveria mandar Diogo Botelho. Os socorros anunciados, tinha-os expedido, com efeito, o governador, mas seu chefe, João Soromenho, achou de melhor alvitre divertir os homens na caça a índios, alguns já domésticos, que levaria a vender, do que cumprir a missão de que se vira incumbido: por esse motivo seria preso e seus índios mandados em liberdade às suas terras com mantimentos e ferramentas.

Quanto aos homens de Pero Coelho, desanimados de aguardar os reforços prometidos, já sem roupas e recursos para a subsistência, pediram ao capitão, e a obtiveram, sua transferência para algum sítio mais próximo da Capitania do Rio Grande. Acompanhando-os, tratou ele de fixar-se junto à margem esquerda do Jaguaribe, mas logo o desampararam ali, com enganos, Simão Nunes e os mais homens de sua companhia. Vendo-se abandonado com a família e dezoito homens, na sua maior parte mancos ou feridos – e só por isso, talvez, não tinham seguido o exemplo dos outros – além de um único índio, que os restantes também lhe fugiram, decidiu o capitão tornar, por sua vez, a terras já povoadas de portugueses.

A retirada fez-se através de areias, pauis e salinas, entre lamentos dos caminhantes castigados pelo sol abrasador e pela sede constante, que a água amargosa das cacimbas mal aplacava. Da fortaleza do Rio Grande, onde chegou Pero Çoelho em estado desolador, já desfalcado de alguns dos seus homens, entre eles o filho mais velho – "lume dos seus olhos e de sua mãe", nas palavras de um cronista – que morrera durante a jornada, foi-se para a Paraíba, e dali para o reino, a requerer seus serviços, no que se demorou muitos anos em Madri sem haver despacho, antes de encaminhar-se a Lisboa. Nunca mais regressaria ao Brasil.

A missão nas margens do Ceará

Frustrada essa primeira tentativa de conquista de terras reservadas à Coroa portuguesa entre o Rio Grande e o Maranhão, nem por isso renunciou Diogo Botelho ao intento de vê-las sujeitas à sua administração. O interesse que lhe merecera já em 1603 a proposta de Pero Coelho de Sousa continuaria ele a acalentá-lo, apesar dos reveses e dissabores daquela primeira jornada do Maranhão. Em castas, informes e petições que mandou à metrópole pelo Sargento-mor Diogo de Campos Moreno, não deixara de apontar para a importância do descobrimento projetado; sobre eles guarda a Biblioteca da Ajuda um escrito del-rei datado de 15 de março de 1605, chamando a atenção do Conselho da Índia para seu conteúdo.

E tanto que chegou o governador-geral à Bahia, depois de sua longa estada em Olinda, entendeu-se com os padres da Companhia para que

despachassem uma sua missão a Ibiapaba, a fim de ser preparado ou corroborado o descobrimento pela conquista espiritual dos tapuias do lugar, que em alguns relatos eram dados por mais acessíveis à catequese religiosa e ao governo civil do que os Potiguaras e os próprios Tabajaras. Nessa ilusão muitos ainda viveriam até se disseminar a notícia da morte cruel padecida, junto ao pé da serra, pelo Padre Francisco Pinto, um dos dois missionários idos da Bahia em janeiro de 1607. Vitimou-o a sanha dos terríveis Cararijus, que o golpearam, um ano depois, com um pau de jucá. Seu companheiro, o Padre Luís Figueira, conseguiu escapar nessa ocasião ao mesmo fim, graças, segundo consta, à solicitação de um moço catecúmeno, o qual, ouvindo o ruído dos matadores, lhe gritou em língua portuguesa:

– Padre, Padre, guarda a vida!

Figueira ainda se deteve por algum tempo no Ceará, depois de dar sepultura cristã ao mártir, lançando os fundamentos da aldeia a que chamou de São Lourenço, do dia em que a iniciara. Mas não se destinava a longa vida a missão das beiras do rio Ceará. Mal se passara um mês, em setembro de 1608, recolheu-se ele ao Rio Grande num barco que, a pedido seu, lhe mandara Jerônimo de Albuquerque. Achava-se o padre consumido de trabalhos e fomes, convicto de que por então era ainda prematura a missão àquelas bandas em vista da distância, da escassez de água pelo caminho terrestre, do mau regime dos ventos, que tanto estorvava a navegação. E provavelmente da crueza do gentio de corso, em parte fomentada por franceses seus familiares e compadres, que por todas as vias buscavam barrar o trânsito aos lusitanos, tanto que, segundo pode sugerir certa passagem de Frei Claude d'Abbeville, cronista capuchinho, foi por instigação deles que agiram os matadores do Padre Francisco Pinto. Como testemunho da fereza desses índios levou consigo o bordão que vitimara seu companheiro que, tinto de sangue, seria visto, mais tarde e ainda por muito tempo, entre as relíquias guardadas pelos padres no Colégio da Bahia.

D. Diogo de Meneses determina a conquista da costa leste-oeste. Proezas de Martim Soares Moreno

Essa advertência, o infeliz sucesso da missão jesuítica, somando-se ao mau fim da jornada de Pero Coelho de que ao próprio capitão-mor, apesar de todo o seu denodo, se deve porventura alguma parcela de culpa, já que não se distinguira certamente pela amenidade, mormente no trato dos índios capturados e acrescentados à sua tropa, seriam de molde a retardar a definitiva conquista do Ceará. Grande, porém, era a valia atribuída à ocupação daquela costa, determinada e gorada já durante o reinado de D. João III, quando foi dividido o Brasil em donatarias hereditárias.

Coube encetá-la, e o faria com melhor sucesso do que seu antecessor, ao governo de D. Diogo de Meneses, que, nomeado para substituir Diogo Botelho, já havia chegado e tomado posse do cargo, quando o Padre Figueira abandonava sua empresa cearense. Desde o dia em que aportou ao Brasil, e assim o dirá a Sua Majestade em carta de 1º de março de 1612, D. Diogo julgara importantíssima uma nova jornada ao Maranhão. Naquela data já tinha mesmo enviado ao Rio Grande Diogo de Campos Moreno, o futuro autor do *Livro que dá Razão do Estado do Brasil*. E como fruto das observações realizadas pelo sargento-mor vai sugerir, para o caso de fazer-se a dita jornada, a repartição das terras que iam desde o Rio Grande ao Maranhão em três capitanias, por força de sua enorme extensão. Teriam de costa, a primeira 70 léguas e cada uma das outras 60, pouco mais ou menos, podendo denominar-se, respectivamente, Jaguaribe, Camocim e Maranhão.

Para a missão de espreitar o gentio e estabelecer comunicação entre eles e a gente do Rio Grande, foi incumbido Martim Soares Moreno, o sobrinho do sargento-mor do Estado, que estivera na jornada de Pero Coelho, a fim de, nela servindo, bem aprender os usos e a língua dos naturais. Tão bem seguiu Martim as recomendações do tio que cedo conquistara a confiança e amizade dos índios, principalmente do chefe Jacaúna, irmão do Camarão, e isso muito lhe valeria para o êxito da nova incumbência.

Depois de instalar-se com o gentio junto ao rio Ceará, chegou-lhe a notícia da aproximação de um navio de franceses e, deliberando tomá-lo, deixou manhosamente que os tripulantes desembarcassem para, em terra e desprevenidos, poder dar cabo deles. Dirigiu a operação o próprio Martim, entre seus índios, nu, de arco em punho, barba raspada e todo sarapintado à maneira deles. Apoderou-se ainda do patacho que trouxeram os intrusos e mais de uma lancha. Tais proezas seriam o prelúdio do primeiro estabelecimento definitivo dos portugueses em terras do Ceará.

Informado do sucedido, o governador-geral, a pedido de Martim Soares e de um filho do principal do Jaguaribe, que foi mandado à Bahia por Jacaúna, providenciou imediata ida ao lugar de um capelão e dez soldados para residirem entre os índios. Fez-se assim um reduto, origem da atual Fortaleza, assim como uma igreja, onde o clérigo doutrinasse os moradores e ficaria esta sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo.

A colonização definitiva do Ceará. Os franceses estabelecem-se no Maranhão

No mesmo ano de 1612, em que definitivamente se assentam as bases da colonização do Ceará, deverá tornar ao reino D. Diogo de Meneses. É, de fato, ao tempo de Gaspar de Sousa, seu sucessor no governo-geral, que

se irá dilatar a área da colonização portuguesa, na costa norte, até os limites convencionados em Tordesilhas, para mais tarde ultrapassá-los. E se cabe dizer que transpostas as capitanias de Pernambuco e Itamaracá, durante longo tempo o extremo alcançado pela colonização lusitana nessas partes, as mais conquistas serão, ali, conquistas feitas aos franceses, o mesmo e naturalmente com maior realce dir-se-ia das lutas empreendidas pela posse da chamada França Equinocial.

Já agora não se trata, com efeito, de uma simples campanha contra náufragos, aventureiros ou entrelopos que agem quase sempre por conta de interesses privados, fiando-se em sua íntima familiaridade com os índios. Mais do que o da própria Guanabara, onde os invasores, quase desde o começo, se acharam internamente divididos pela rivalidade de crenças e ambições, ou enfraquecidos pelo tipo de recrutamento a que muitos foram sujeitos, o estabelecimento francês do Maranhão, posto que incipiente e ainda mal consolidado, apresenta-se como um corpo relativamente coeso, fortalecido pela chancela real, que já tem poder bastante para aplacar as querelas privadas e até mesmo as diferenças religiosas. Note-se a este propósito como entre as mostras de piedade, devoção e zelo que o capuchinho Claude d'Abbeville admira em Henrique IV está a circunstância de ter Sua Majestade Cristianíssima, antes de ocupar Charles des Vaux na empresa maranhense e sabendo-o da facção dos reformados, cuidado, como bom pastor, de atraí-lo para o grêmio da Santa Igreja Romana.

Situado além da órbita de ação dos portugueses do Brasil, tanto pela interposição de terras inóspitas e tribos bravias, como ainda, e sobretudo, pelo sistema de ventos, geralmente adversos ali à comunicação marítima com o resto da colônia, que só se podia efetuar sem graves transtornos entre os meses de maio e agosto, o Maranhão deveria parecer, em 1612, muito mais acessível à iniciativa colonial de uma nação pujante e em fase de expansão do que fora o Rio de Janeiro em 1555.

Na *Informação do Brasil* e *suas Capitanias* escrevera Anchieta, em 1584, que já não ficava então trato aos franceses "senão no Rio da Paraíba, 18 léguas de Pernambuco para o norte, onde ajudam os índios contra os Portugueses e lhes fazem muito mal... Mesmo esse ponto de apoio para seu antigo e proveitoso comércio com os naturais já lhes fora retirado pela progressão da conquista lusitana. Desalojados agora de toda a costa entre o Rio Grande e o Ceará, impunha-se com urgência aos franceses, se não quisessem perder pé nestas partes do Novo Mundo, criar uma colônia na faixa restante, em direção ao Amazonas, só povoada a esse tempo de tribos esparsas e aparentemente dóceis.

CAPÍTULO IV

OS FRANCESES NO MARANHÃO

EMBORA as notícias sobre antigas incursões de navegantes e traficantes franceses na costa do Brasil só aludissem em geral a terras situadas mais para o sul, desde a Paraíba e Sergipe, opulentas em madeira de tinta, até Santa Catarina, visitada já em 1504 pelo Capitão Gonneville, não é provável que as regiões contíguas à Equinocial, o Maranhão particularmente, ficassem alheias ao seu interesse. Já em 1595, Sir Walter Raleigh alarmava seus compatriotas com certas pretensões dos franceses sobre a Amazônia, para onde estes teriam efetuado numerosas viagens e se preparavam, sob as ordens de seu Almirante Villiers, para ir criar ali um estabelecimento definitivo.

Pouco depois, em 1597, o Capitão Jean Guerard, de Dieppe, que explorara a costa norte do Brasil com dois navios, aludirá a um projeto de colonização onde expressamente se menciona a ilha do Maranhão. É esse um dos capitães diepenses, quatro ou cinco, além de muitos soldados, que em 1612 os Senhores de Rasilly e de la Ravardière irão encontrar já estabelecidos ali. Versões da mesma época aludem, aliás, a um comércio de resgate com índios maranhenses, que os de Ruão e Dieppe efetuavam seguramente durante os 35 anos que antecederam a chegada dos dois generais, e ainda ao caso de certo fidalgo que, tangido pelas tormentas, teria ido surgir em pleno canal do Maranhão, onde se fortificara e fundara uma espécie de feitoria.

Se aquela cifra dos 35 anos merece inteira fé, teríamos que os tratos dos franceses no Maranhão se iniciaram bem antes da aventura conhecida de Jacques Riffault, que perdeu duas de suas naus nas vizinhanças da ilha mais tarde chamada de Sant'Ana. Pois, se o dito comandante saíra de França em maio de 1594, conforme consta da narrativa de Claude d'Abbeville, é presumível que o naufrágio tenha ocorrido algum tempo

depois dessa data. O cronista capuchinho deixa claro, no entanto, que a tentativa de Riffault nasceu do conhecimento já abundante que teria este do norte do Brasil, e de sua boa inteligência com os índios, sobretudo com seu principal Pau Seco, prova de contatos anteriores com a região.

Henrique IV apóia Charles des Vaux

É certo, por outro lado, que Jacques Riffault vai desaparecer do cenário brasileiro logo em seguida ao naufrágio referido em velhas crônicas, e que, ao tornar à Europa, largara aqui boa parte dos expedicionários. E agora é Charles des Vaux, natural de Sainte-Maure, na Touraine, quem tomará a chefia dos franceses e índios amigos, acomodando-se aos usos e à linguagem destes, e conduzindo-os a vitórias insignes sobre tribos contrárias: a alcunha que lhe dão de Itagiba, isto é, braço de ferro, bem pode corresponder a tais vitórias e é sinal de uma eminência justamente alcançada.

Ao cabo de longa estada entre os índios ganhará forças, para o mesmo Charles des Vaux, a idéia dos proveitos que a pujança daquelas terras parecia prometer aos seus compatriotas, se se dispusessem a ir explorá-las, estabelecendo ali uma colonização regular. Além de darem sua plena aquiescência à proposta que lhes fez de se deixarem converter ao cristianismo, aceitaram ainda, os naturais, seu oferecimento no sentido de fazer chegar de França alguma pessoa qualificada, capaz de melhor os defender para o futuro contra a agressão de parcialidades hostis, cuidando, conforme se lê num texto contemporâneo, que "o temperamento francês, mais do que os outros, se afeiçoaria ao deles pela doçura que proporciona seu convívio".

Com o fito de ver postos em prática esses desígnios, embarcou-se afinal para a Europa, onde foi confiar seu plano a Henrique IV, além de referir-lhe todos os pormenores de sua residência na terra da América. Do notável interesse que a narrativa e as proposições de Charles des Vaux receberam do soberano, da incumbência dada por Sua Majestade a Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière, de ir com o autor da proposta até o Maranhão, dos entendimentos que, ao regressarem ambos do Brasil, e já agora durante a regência de Maria de Médicis, o mesmo Daniel de la Touche veio a ter com outras personagens, principalmente com François de Rasilly, senhor des Aumelles, a fim de repartirem as responsabilidades de uma empresa que ele não se julgava com forças para realizar sozinho, dão larga conta, como se sabe, os historiadores antigos e os modernos.

La Ravardière e Rasilly

Pode-se perguntar, é certo, se o extraordinário relevo que La Ravardière adquire para a generalidade des-

ses autores nos trabalhos de fundação e governo da França Equinocial não se prenderia apenas à circunstância fortuita de achar-se ele provisoriamente à sua testa, durante as pelejas e acordos que vão preceder à captura do Maranhão pelas forças luso-brasileiras. Conhecem-se as razões da ausência do Senhor de Rasilly do estabelecimento, quando, aos 19 de novembro de 1614, ocorreram a investida e o revés dos franceses em Guaxenduba: levara-o à França, com efeito, o duplo desígnio de fazer um completo relato da situação na colônia e angariar reforços, com que passaria depois a assumir todos os encargos de seu governo. Tal solução merecera, senão o agrado, o assentimento do companheiro, que se comprometia a tornar ao Velho Mundo, logo que regressasse ao Maranhão o Senhor de Rasilly.

Dissídios entre comandantes e comandados da França Equinocial

Podem parecer menos claras, por outro lado, as razões que determinaram o convênio dos dois lugares-tenentes generais de Sua Majestade nessa conquista. Ainda que, segundo todas as aparências, tivesse reinado constante harmonia entre ambos e embora em depoimento do último, de novembro de 1612, escrito do Maranhão, onde, aliás, não regateia encômios ao companheiro, o Senhor de La Ravardière se declarasse disposto "de livre e espontânea vontade" a deixar a colônia, por ser conveniente permanecer ela sob a administração de um só, os motivos apresentados prestam-se a certas especulações. É inevitável perguntar, por exemplo, se não haveria motivos mais poderosos para que patenteassem os males resultantes da dualidade de chefes só meses depois de fundado o estabelecimento.

O silêncio de um Claude d'Abbeville – sua "culpável política" de silêncio, segundo dirá mais tarde Bernardo Pereira de Berredo – acerca de possíveis dissídios na incipiente colônia, dissídios talvez de fundo religioso, não impede, aliás, o capuchinho em certa passagem de sua crônica de afirmar que o Senhor de La Ravardière "transigiu" em consentir que todo o poder passasse finalmente às mãos de François de Rasilly, sabendo o dano que podia resultar de uma pluralidade de chefia. E o mesmo Daniel de la Touche, ao declarar expressamente esse seu consentimento, afirma ter-se certificado da vontade dos naturais da terra de serem regidos por um só governante. E depois de referir-se em termos genéricos à confusão que costuma suscitar num Estado a diversidade de dirigentes, parece querer particularizar, tratando do caso especial do Maranhão, no trecho onde declara: "isso, não apenas entre os franceses, variáveis de seu natural e dados a mudanças, mas ainda entre os nativos do lugar, que bem poderiam dividir suas afeições, vendo-se sujeitos a dois ou três chefes."

Da existência de semelhante divisão de afetos e, sem dúvida, de confissões religiosas no meio da gente da colônia, apesar da concórdia dos dirigentes, há indícios irrecusáveis. Aliás, antes mesmo do embarque, na Bretanha, das equipagens, quem o diz ainda é o Padre de Abbeville, já a "maldita cizânia" atiçada pelo demônio começara a produzir seus frutos danados, separando os homens em facções que se hostilizavam, e foi necessária a intervenção pessoal do Senhor de Rasilly para que tudo se aquietasse. Passados três anos e mais, os oficiais de diversos ofícios que foram ao Maranhão na nau *Régente* com o Capitão de Pratz não dão a entender, nos depoimentos prestados diante de Jerônimo de Albuquerque e Diogo de Campos Moreno, em seguida à batalha de Guaxenduba, que reinasse uma harmonia exemplar entre comandantes e comandados da França Equinocial.

Muitos desses prisioneiros mostram claramente seu despeito contra Daniel de la Touche, o qual deveria ter regressado à França na mesma nau *Régente*, ou até antes da chegada desta, e não o fizera, conduzindo todos a uma desastrosa peleja. Um desses homens, que tinha vindo da Europa com a esposa, diz do Senhor de La Ravardière que "se intitula lugar-tenente general do rei de França", como se o não fosse. No entanto, se é exato que para o cargo já estava designado Alphonse de Pisieu, vindo na primeira grande expedição, não é menos verdadeiro que ele só deveria exercê-lo na ausência tanto do Senhor de Rasilly, cuja volta era esperada, mas também de seu companheiro, que, em face da súbita ameaça lusitana, preferira conservar-se na ilha para auxiliar a defesa.

De qualquer forma, nada autoriza a afirmar que tivesse havido algum sério atrito entre os dois chefes, que, ao contrário, mantiveram relações sempre corretas. E se desinteligência houvesse, mal se compreende como, devendo ir à França para cuidar de interesses da colônia, o Senhor de Rasilly deixasse a comandá-la seu companheiro que, em princípio, só deveria abandoná-la quando ele próprio voltasse.

Por outro lado, quem considere que, tendo sido convidado antes do outro para, em nome de Sua Majestade, incumbir-se de empresa tão sedutora na aparência, o Senhor de La Ravardière se decide a abandoná-la em benefício da colônia, que ganharia, no seu dizer, em ser dirigida por um único chefe, e será este François de Rasilly, pode supor que agiu no caso com uma capacidade de desprendimento de que não dará mostras mais tarde, em face dos vencedores. Sabe-se, com efeito, que, ocupado finalmente o Maranhão pelos luso-brasileiros, o mesmo Daniel de la Touche não tem dúvidas em oferecer-lhes e prestar-lhes notáveis serviços, tor-

nando-se realmente, segundo observa o historiador J. Lúcio de Azevedo, "o precursor e guia dos portugueses, que sucessivos desastres conservaram por muito tempo afastados desta região".

Há, contudo, uma explicação possível para aquele seu gesto de renúncia e está em que o Senhor des Aumelles, apesar de nomeado constantemente em seguida a ele nos vários documentos relacionados com o estabelecimento da colônia, não ocuparia, de fato, esse lugar subordinado nos trabalhos preparatórios para a fundação da França Equinocial, ou nos que requereria sua manutenção. Com a dilação, que a morte de Henrique IV acarretara naturalmente ao primitivo projeto de ocupação e colonização das terras onde andara Charles des Vaux, foi ao Senhor de Rasilly que La Ravardière recorreu, como se sabe, a fim de, unidos, levarem a empresa a bom termo. Merecendo a confiança dos católicos num momento em que ainda ferviam dissídios com os reformados, o primeiro, melhor do que o segundo, propenso aos protestantes, estaria em condições de obter para o plano de se colonizarem aqueles lugares da costa norte do Brasil a aprovação e o alto patrocínio da Coroa de França.

Antecedentes da empresa ultramarina

Em tal circunstância muitíssimo lhe valeram os bons ofícios, perante a Regente, do Conde de Soissons, Charles de Bourbon, príncipe de sangue, casado com parenta sua, e agora novamente em bons termos com a Corte, de onde o tinham apartado, ainda ao tempo do defunto rei, certas rusgas por motivos de etiqueta e precedência. Aquele vezo típico de Maria de Médicis, de "andar sempre à cata dos descontentes para os satisfazer", segundo observação de Richelieu, e também a presença, no Ministério e no Conselho, de homens que o desejavam atrair para seus próprios interesses políticos, como Villeroy e d'Épession, só poderiam, no momento, abonar qualquer pedido de Soissons a Sua Majestade.

Com efeito, tão bem irá calhar o empenho do conde, que, mais tarde, o Senhor de Rasilly, encantado com o bom fruto da diligência, há de buscar sempre algum meio de mostrar seu reconhecimento a quem generosamente o ajudara na execução de seus projetos. De sorte que o nome da condessa, nascida Ana de Montafier, será o de um dos três barcos de sua expedição ao Brasil; outro barco, a nau *La Charlotte*, evocará, senão o do próprio conde, porventura o da sua caçula de quatro anos, que assim se chamava; enfim, para homenagear a Rainha, ficará reservado o da almiranta *La Régente*. Comandam-nos, respectivamente, Isaac, cavaleiro de Rasilly, irmão do lugar-tenente general, o Barão de Sancy e os Senhores de La Ravardière e de Rasilly, esses últimos à testa, ambos da capitânia,

como a indicar que devia haver igualdade entre os dois chefes do estabelecimento. A lembrança da Condessa de Soissons há de perpetuar-se ainda na designação dada a uma ilhota junto a uma das bocas da barra do Maranhão, onde, por coincidência, François de Rasilly desembarca, em 1612, no dia 26 de julho, que a Igreja escolheu para celebrar a festa e solenidade de Sant'Ana.

A julgar pelo que consta de um manuscrito anônimo e ainda hoje inédito, existente no Arquivo de Estado de Turim, o Senhor de Rasilly, "cavaleiro bretão de ilustre linhagem e grande marujo", movido pela ânsia de glórias e pela esperança de reparar os rombos que fizera nas próprias finanças, acabava de visitar aquelas partes do Novo Mundo situadas nas proximidades do Amazonas, quando procurou o Conde de Soissons com o fim de interessá-lo em seu plano de estabelecer ali uma colônia. Neste particular, sua experiência náutica, agora enriquecida por tão longa viagem, somando-se às boas relações que mantinha com personagens influentes, já o apontava para tornar-se, com o Senhor de La Ravardière, um dos pioneiros da empresa ultramarina.

O último andara, segundo se sabe, no ano de 1604, pela costa da Guiana, em viagem de que resta confusa descrição no relato deixado por certo Jean Moquet, que o acompanhara. Já em 1605 alcançou cartas-patentes de lugar-tenente general do rei "ès contrées de l'Amérique, depuis la rivière des Amazones jusque à l'Isle de la Trinité", mas, depois de uma segunda viagem, que fez juntamente com Charles des Vaux e onde pôde reconhecer as maiores vantagens do sítio do Maranhão, desistiu da concessão da Guiana e requereu outras cartas-patentes, desta vez para ir fundar uma colônia "ao sul da linha equinocial".

É mesmo de supor que a idéia de um estabelecimento no Maranhão, já muitas vezes visitado pelos marinheiros de Dieppe, tenha ocorrido na mesma ocasião, e independentemente, aos dois fidalgos. Neste caso a precedência dada ao nome de Daniel de la Touche, nos primeiros textos oficiais relacionados com a empresa, bem poderia explicar-se pela existência da concessão anterior, agora alterada, mas não revogada.

De qualquer forma, alguns dos passos principais e talvez os decisivos para a concretização do plano devem-se à diligência do Senhor de Rasilly junto ao trono, através do Conde de Soissons. Este último, segundo o anônimo de Turim, forneceu a maior parte das armas trazidas pela expedição, incluindo magníficos mosquetes que mandara fabricar por um armeiro então a serviço seu, inventor de raros segredos capazes de dar, com pouca pólvora, considerável alcance aos projéteis. É ainda nos jar-

dins do conde que se funde o metal destinado a muitas peças de artilharia para as naus, acrescidas de outras mandadas dar do Arsenal pela Rainha, a pedido dele.

Tão obsequiosa se mostrou a Médicis no atender às solicitações de Soissons, que concedeu apreciável ajuda em dinheiro, duas mil pistolas para despesas com a expedição marítima e a instalação da colônia, além de se prestar a fazer concessões fictícias com a chancela da Coroa (o MS citado alude a "5000 *en fauses assignations*") que, embora devessem ficar no papel, tinham em mira angariar adesões mais concretas. Por esses meios não faltou, entre particulares, quem tratasse de contribuir com sua quota para o bom sucesso do negócio.

No texto anônimo de Turim, onde os apelidos franceses, de tão extropiados, são muitas vezes irreconhecíveis, tendo sido escrito aparentemente sob ditado por algum italiano, acha-se nesse caso certo M. de Rossilion, e seria talvez Richelieu, Henri de Richelieu du Plessis, o irmão mais velho do futuro cardeal. Contando a esse tempo 32 anos de idade e vivendo na intimidade da Corte desde o reinado de Henrique IV, Du Plessis se teria fiado logo nas promessas de François de Rasilly e vai aparecer, de fato, em primeiro lugar, se é esse mesmo, entre os subscritores da protestação da companhia colonizadora, feita e passada em Cancale, na Bretanha, a 1º de março de 1612. Obrigava-se a companhia, de antemão, a fazê-lo partícipe das rendas procedentes tanto de terras que se cultivassem na colônia como do comércio que ali se exercesse, com o *pro rata* de sua contribuição em dinheiro.

O utopista M. d'Urfé

O documento menciona igualmente e nas mesmas condições um M. d'Urfé. A propósito desse Marquês d'Urfé não seria demasiado pensar na atração que poderiam exercer sobre um criador de países de idílio e maravilha, em que tanto se deliciaram as imaginações francesas no século XVII, aquelas terras ignotas do Novo Mundo, contíguas às das Amazonas. Quando se organizou a empresa do Maranhão, já alcançara Honoré d'Urfé considerável fama e crédito, e andava no ápice de sua carreira literária, pois dera, dois anos antes, a segunda e tinha em preparo a terceira parte da célebre *Astréia*, que irá sair em 1619. Todavia não se lê seu nome entre os dois signatários da protestação da companhia, que visava a guardar e observar o que preciso fosse para o bem e estabelecimento da colônia americana.

O Cavaleiro de Pisieux

Entre os diferentes cavaleiros que deram de bom grado sua adesão ao projeto, o anônimo de Turim

cita expressamente um M. de Pisieux (Pizieu no texto), "filho mais velho daquele que superintendeu as finanças antes de M. de Sully", assim como "Bauvais, Nangis et autres Cavaliers". O primeiro deve ser Louis de Pisieux ou Puisieux, o "Monsieur de Pizon ou Pizan" dos portugueses: indicado para assumir a direção da colônia na ausência dos Senhores de La Ravardière e de Rasilly, será ferido em Guaxenduba por uma arbacuzada nos rins, e assim mesmo, já caído ao solo, acabará de morrer aos golpes de espada que lhe desfere o filho da Arco Verde.

À fidalguia desse Louis de Pisieux também se referem, além de La Ravardière, em carta que do forte de Santa Maria endereça em 22 de novembro de 1614 a Jerônimo de Albuquerque, quase todos os prisioneiros franceses tomados em Guaxenduba. Um deles declara que o defunto era "primo hermano del Principe de Condé ó de Joinville, que no sabia del qual de los dos, pero que era gran personage". Mais prudente, Berredo há de referir-se tão-somente a um parentesco por afinidade com o primeiro, dizendo de Pisieux que era "primo irmão de Margarida de Montmorency, isto é, de Carlota Margarida de Montmorency", princesa de Condé.

Quanto aos nomes de "Bauvais, Nangis", os outros cavaleiros mencionados no documento, tudo faz crer que se referissem a um único e mesmo personagem, isto é, ao Senhor de Beauvais Nangis. Seu nome não aparece, a propósito do Maranhão francês, salvo quando se trata de batizar, em Paris, a 14 de maio de 1613, o índio Manen (Panema?), levado daquelas partes e que passaria a chamar-se Antônio em atenção a um pedido desse cavaleiro.

O Senhor de Sancy

O anônimo poderia ainda lembrar, neste passo, e todavia não lembra, outro fidalgo francês mais intimamente ligado à empresa maranhense, a saber, Nicolas de Harlay, Senhor de Sancy, Barão de Maulle e de Gros-Bois, do Conselho de Estado e do Conselho Privado de Sua Majestade. Na protestação de Cancale aparece ele, em seguida aos Senhores de La Ravardière e de Rasilly, como um dos três lugares-tenentes generais do Rei nas Índias Orientais e partes do Brasil. Não há dúvida de que veio ao Maranhão, tendo sido mesmo o capitão da nau *La Charlotte*, vice-almirante da frota.

Não obstante esses títulos, e apesar de pertencer a uma casa que tanto se destacara e ainda se destacaria na história de França, surge ele discretamente nas atividades de seus compatriotas durante a ocupação do norte do Brasil. É bem possível, aliás, que pouco demorasse no estabelecimento. Do contrário seria inexplicável que sendo um dos lugares-tenentes do Rei, como tal substituto indicado dos Senhores de La Ravardière e de Rasilly,

na ausência destes, pudesse preteri-lo Pisieux no referido posto. Não se acharia certamente na colônia por ocasião do desastre de Guaxenduba, mas continuava a guardar seu cargo, pois, nos artigos do tratado de tréguas proposto a 27 de novembro de 1614, o Senhor de La Ravardière age apressadamente em nome dele, tanto quanto no de François de Rasilly que, ainda ignorante dessa perda, andaria a recrutar na França novos colonos, voluntários e artífices, para, em sua companhia e também na de missionários, irem engrandecer o estabelecimento que ajudara a fundar.

Os religiosos da França Equinocial

A preocupação de conquista, não apenas temporal, mas sobretudo espiritual, daquelas terras, dominara, aliás, desde o primeiro momento, o ânimo do Senhor François de Rasilly. Era certamente inevitável que a aparente paz religiosa e a liberdade de culto que o Edito de Nantes pretendera impor em sua pátria devessem também prevalecer para a França Equinocial. Católico militante, não se descuida, entretanto, de abrir caminho para o predomínio, ali, da Igreja de Roma, tratando de reclamar, dos próprios huguenotes que o acompanham, o maior respeito à atividade dos religiosos e missionários de sua escolha.

E, em realidade, a escolha feita não poderia melhor condizer com o plano a que se devotara. Se, porventura, vingasse esse plano, iríamos ter, sem dúvida, na obra da missão que atraiu para o Brasil francês, galho da árvore de São Francisco, uma réplica da ação missionária desenvolvida pelos jesuítas na América portuguesa. A equivalência não ficava apenas no zelo com que uns e outros se entregavam à preservação e à difusão da Fé. Surgidos quase ao mesmo tempo, os primeiros em 1536, data das mais antigas constituições de sua Ordem, os outros em 1539, e animados do mesmo empenho de combate ao perigo de desagregação da Igreja, os capuchinhos não representarão menos do que os inacianos o espírito da Contra-Reforma. É certo que no estimular um culto muitas vezes aparatoso e colorido, capaz de afetar mais vivamente os humildes, os pobres de espírito e também, naturalmente, os "gentios" das terras longínquas, eles são levados, não raro, a exibir certo desdém pelos estudos clássicos ou até escolásticos em que tanto se distinguem os da Companhia, em favor das Sagradas Escrituras, principalmente os Evangelhos e o Decálogo. Por outro lado, se animam, assim, uma religiosidade de cunho popular, quase transigente com a superstição, nem por isso deixam de aliciar numerosos adeptos, em todas as classes, pela vivacidade, pela simplicidade e pelo calor de sua dialética.

Esse primado atribuído aos capuchinhos quando se trata da evangelização da França Equinocial, poderia igualmente explicar-se por outros

motivos. Em contraste com os jesuítas, que, acolhidos, embora, na França de Henrique IV, permanecerão o alvo constante de poderosos e rancorosos inimigos, viam-se eles numa situação quase privilegiada. Não parece difícil atinar-se para isso com ponderáveis motivos: por mais combativos e persuasivos que fossem, e muitos certamente o eram, a obra a que afanosamente se devotaram de restauração e reforma da Igreja, não dependia, em seu caso, da filiação a posições doutrinárias suscetíveis de causar apaixonadas controvérsias. E é desnecessário ajuntar que estavam a salvo de increpações particularmente perigosas como, por exemplo, as de estímulo ao regicídio, a que tantas vezes se expusera a milícia de Santo Inácio.

Em favor dos capuchinhos havia ainda a qualidade de suas prédicas religiosas que, em dado momento, passa a dar-lhes auditórios fervorosos, recrutadas, não raro, nas classes dirigentes, na pequena e até na grande nobreza. Em Paris chega a ser incomparável o fascínio exercido do púlpito por um Duque de Joyeuse que, em 1599, ingressara na Ordem. E se competidores houvesse para esse Père Ange, nome que o consagrou, estavam eles entre dois ou três religiosos, igualmente capuchinhos, como Charles Bochart de Champigny, filho de um conselheiro de Estado, que se ordenou com o nome de Père Honoré.

Padre Arcanjo

Outro nome ilustre da Ordem, nome que interessa diretamente à história dos franceses no Maranhão, e por isso merece atenção mais demorada, é o de Père Archange Pembroke. Prejudicada pelo acento estrangeiro e pelos freqüentes anglicismos, a oratória do "Padre Archângelo", conforme lhe chamarão os nossos cronistas, não alcança o sucesso retumbante dos sermões do Père Ange de Joyeuse, seu confrade e íntimo amigo, e, no entanto, ele consegue compensar com vantagem essa falha através de notável vocação para guia espiritual dos devotos, o que lhe assegura as mais fiéis e inesperadas dedicações.

É significativo que a estranhada aversão de Port-Royal aos inacianos não impeça as religiosas do mosteiro célebre de tomar para seu diretor e confessor esse membro de uma Ordem tão representativa do catolicismo tridentino quanto o era notoriamente a Companhia de Jesus. Com melhor sucesso do que seus antecessores e confrades Basile, Pacifique e Bernard, que chegavam a exasperar o advogado Antoine Arnauld, patriarca da grande tribo desse apelido, contra o que lhe parecia uma intrusão dos padres capuchinhos no mosteiro, pôde desempenhar o Padre Arcanjo Pembroke sua missão de diretor e guia espiritual, tanto que contribuiu para a reconciliação e o acordo final entre o mesmo Arnauld e sua filha, a abadessa de Port-Royal, Mère Angélique de Sainte-Madeleine.

O constante êxito do Padre Arcanjo em suas atividades, deveu-o ele, em grande parte, ao saber combinar com uma virtude intransigente, capaz, se preciso, das mais difíceis interdições, uma exemplar candura e amenidade de maneiras. A propósito da imaginação florida e risonha que deixam transparecer as suas cartas à Madre Angélica, aponta Sainte-Beuve para as afinidades espirituais existentes entre o capuchinho inglês e São Francisco de Sales, que na mocidade o teria conhecido, e retrata-nos o júbilo das irmãs quando o bom Padre Arcanjo de Pembroke, já impossibilitado de caminhar a pé, surgia à porta da abadia montado em seu jumento.

É de supor que, tendo sido diretor em Port-Royal pelo ano de 1609, quando se correspondia com Madre Angélica, ele ainda o fosse, ou voltasse a sê-lo, em 1615, e mais tarde. O plausível é que voltasse a sê-lo, pois, como antes de 1615, tinha sido comissário da província capuchinha nas Índias Ocidentais, e por isso mandado ao Maranhão, não se compreende que já estivesse assim achacado, a ponto de precisar, para locomover-se, ir montado num jumento – e consta que não se permitia outra cavalgadura nas últimas visitas ao mosteiro – quando saiu para tão remota missão e cheia de riscos.

Há indícios de que, durante essa missão maranhense, não o abandonaram aqueles modos suaves com que sabia domar até mesmo a austeridade jansenista. Comentando a correspondência havida no Ceará entre ele e o vigário Baltasar João, quando a nau que o trazia teve de fazer aguada em Mucuripe, salienta o historiador Rodolfo Garcia, em uma das suas notas a Varnhagen, o flagrante contraste entre a mansuetude do capuchinho anglo-saxão e a belicosidade do vigário lusitano.

Mais tarde, quando já de todo se tinham desvanecido as esperanças de ficar o Maranhão em mãos francesas, o Padre Arcanjo irá presentear os seus confrades portugueses, Frei Cosme de São Damião e Frei Manuel da Piedade, com um rico frontal, bordado de diferentes matizes e ainda com uma casula da mesma qualidade. Deveriam servir de ornamento ao convento antigo dos capuchinhos franceses, já agora, consumada a ocupação, dedicada à Senhora da Ajuda. Escreverá Jaboatão, a propósito desse templo, que é o primeiro de São Luís, "em quanto Convento e fundação, se não de portugueses, de religiosos e franciscanos", rebatendo com isso a pretensão dos carmelitas que reivindicavam essa primazia para o seu convento do Boqueirão.

E Berredo, depois de dizer do Padre "Arcângelo de Pembroch" que no exterior e nas ações já anunciava as muitíssimas virtudes que lhe adornavam a alma, acrescenta que o frontal e a casula tinham sido obra "assim

da devoção como da arte da Duquesa de Guiza". Pode não ser infundada a alegação, dadas as relações entre o capuchinho e a casa de Guise. É, por exemplo, em encontro havido casualmente numa visita à moradia do então duque desse nome, que, segundo o mais célebre historiador de Port-Royal, a quarta filha de Arnauld, futura irmã Ana de Santa Eugênia da Encarnação, comunica ao Padre Arcanjo sua vocação eclesiástica, dizendo-lhe que esperava esposar um mais alto Senhor do que o Sr. de Guise, "votre M. de Guise", para repetir suas próprias palavras, que reproduz aquele historiador.

Não é excessivo pensar que a vinda desse capuchinho ao Maranhão sirva para dar, ainda mais, talvez, do que a deste ou daquele descendente de estirpes nobres, a medida da importância atribuída em alguns dos círculos mais influentes da França, à ocupação e colonização das terras contíguas ao Amazonas. Tanto mais quando isso se dava precisamente numa ocasião em que os rumos da política externa da Regência eram dos menos propícios ao bom sucesso de semelhante empresa, já que esta podia pôr em risco as boas relações existentes desde 1612 com a Espanha de Filipe III.

Os primeiros capuchinhos; a travessia

O Padre Arcanjo e os outros dez missionários sob sua direção saíram, efetivamente, do Havre da Graça pela Páscoa de 1614, no mesmo barco em que viajava M. de Pratz. Chegados ao seu destino depois de muitas peripécias, mal têm tempo de refazer-se das fadigas da longa jornada, quando os surpreende a catástrofe de Guaxenduba. É essa, ao que se sabe, a segunda leva de capuchinhos franceses trazidos à costa norte do Brasil. A primeira, formada de apenas quatro religiosos, sob a direção do Padre Yves d'Evreux, um dos dois cronistas da missão do Maranhão – o outro é seu companheiro Claude d'Abbeville –, viera já na expedição saída de Cancale na Bretanha aos 19 de março de 1612.

Se à diligência do Senhor de Rasilly se deveu largamente a obtenção dos meios materiais para a empresa, é a ele ainda que se hão de atribuir em primeiro lugar os passos necessários à conquista espiritual do Maranhão, confiada, por iniciativa sua, aos padres capuchinhos. Conhecem-se os documentos mais importantes nesse sentido, a começar pela carta que ao Reverendo Padre Léonard, então provincial da Ordem, endereçou a 20 de abril de 1611 à Rainha Regente de França, pedindo a escolha de quatro religiosos, tidos entre os mais dignos e capazes, para a incumbência de introduzir a fé cristã na projetada conquista. A carta de Maria de Médicis menciona expressamente o Senhor de Rasilly, "lugar-tenente general pelo Rei e Senhor meu filho" como o responsável da escolha feita dos capuchi-

nhos com esse fito. Diante da resposta positiva que mandou de Roma, com a data de 15 de julho de 1611, à consulta da província de Paris, logo se processou a eleição dos futuros evangelizadores da "nova França".

A ação desses missionários e de seus imediatos sucessores na ocupação francesa do Maranhão, ainda que represente um simples aspecto de tal episódio, é inevitável que se dê algum relevo, sendo bem expressiva da vontade dos responsáveis pela empresa colonizadora, ao menos do Senhor de Rasilly, de fazê-la predominantemente católica, embora não fosse possível prescindir ali, inteiramente, da presença huguenote. O serem católicas e, em realidade, de capuchinhos, quase as únicas fontes de informação de que ainda hoje dispomos sobre as origens e a história inteira da França Equinocial também pode explicar aquele relevo, mas não é tal fato, por si só, altamente sugestivo do interesse singular que a colônia provocou entre os religiosos da mesma Ordem?

Não resta dúvida que, pelo menos um ano antes, já estava assente, senão a exclusividade, a preeminência dos padres capuchinhos na conquista espiritual daquela "nuova Francia", como lhe chamara o geral da Ordem, quando partiu de Cancale a primeira expedição, sob as ordens dos Senhores de La Ravardière e de Rasilly, que iam na *Régente*, e mais do Senhor de Sancy, comandante da *Charlotte*, que se agregara àqueles. Verificou-se a partida na manhã de 19 de março de 1612.

Alguns fatos que precederam ou imediatamente sucederam ao embarque da expedição colonizadora deveriam parecer de mau agouro aos eclesiásticos. Além da cizânia que o diabo já tinha semeado entre a equipagem, desafiando, aliás sem conseqüências maiores, o zelo e coragem de François de Rasilly, uma perigosa tormenta anunciou-se, à partida das naus, nos céus de Cancale, justamente quando o bispo de Saint-Malô, tendo já benzido os estandartes de França e as armas da Casa de Rasilly, ia fazer o mesmo às naus, o que não fez, por essa e também por "certas outras razões", conforme discretamente sugere, sem entrar em pormenores, o Padre d'Abbeville, testemunha do sucedido, de sorte que aos quatro capuchinhos deixou comissão para, em seu nome, se encarregarem da bênção dos veleiros. Mal acabou de dar-se a salva de despedida, e abateu-se sobre as naus a borrasca, tão raivosa que chegou a dispersá-las, como se o demônio, dirá um dos padres, vendo frustrados em terra seus desígnios, quisesse deitar a perder aquela santa missão por entre as águas.

Amainado o temporal, achou-se que os barcos, apesar de sofrerem alguns danos, tinham chegado a salvo em diferentes portos da Inglaterra, isto é, em Falmouth, o patacho *Saint'Anne*, que muitos já supunham per-

dido, em Dartmouth a vice-almiranta, e a almiranta em Plymouth. Refeitos do abalo, que não foi dos mais lamentáveis, comparado ao que outros padeceram pela mesma ocasião – pois a tormenta fizera os maiores estragos naquelas partes, tanto que os holandeses, segundo um cronista, perderam trinta navios –, juntou-se a pequena frota nesse último porto, de onde, a 23 de abril, zarparia para o Novo Mundo.

Não se reproduziram, no restante do trajeto, os transtornos que tinham saudado a expedição à sua saída da costa bretã. Passados precisamente dois meses, desde que saíram de Plymouth, já molhavam as âncoras diante de Fernando de Noronha, que abrigou seus homens por uma quinzena. Seguiram então para o continente, onde logo enxergaram as serras, depois o Mucuripe, detendo-se a seguir no Buraco das Tartarugas, onde se deixaram ficar durante mais doze ou treze dias, conquistados pela formosura do país, pelo sabor dos frutos que nele se dão e pela abundância e bondade do pescado, mormente de uma certa casta de peixes a que davam o nome de "resmungão" (talvez o peixe-galo dos portugueses), o qual tem isto de especial que, tirado do mar, logo se mete a dar grunhidos, coisa espantosa de ouvir e, em verdade, inusitada entre os seus semelhantes dos outros mares.

Quando enfim acharam vento favorável, os homens continuaram a jornada, à vista da terra, transpuseram a boca do Camocim, apreciaram a serra de Ibiapaba, alcançaram depois a ilhota que, segundo já foi dito, ficou sob a invocação de Sant'Ana, chantaram ali uma cruz, mandaram emissários à grande ilha vizinha, onde havia muitos índios, com a nova de sua vinda, outrora anunciada por Charles des Vaux, que por sinal ia na mesma embaixada, e com uma consulta sobre se ainda estavam prontos a recebê-los, pois em caso contrário tornariam à França e, ao cabo, recebida a resposta, lisonjeira e acolhedora, prestou-se o Senhor de Rasilly, desejoso de verificar primeiramente essa disposição dos naturais, a ir à tal ilha, levando consigo uma boa tropa de franceses. O resto de sua gente, inclusive os padres capuchinhos, permaneceu ainda em Sant'Ana à espera de um chamado daquele lugar-tenente general e só depois de o receberem foi que se encaminharam à referida ilha grande, que é a do Maranhão, onde desceram a 6 de agosto, dia da Transfiguração do Senhor.

Lá acharam, a esperá-los, com Rasilly, não apenas os gentis-homens e soldados franceses de sua companhia, como ainda os dos Capitães Gérard, de Manoir e mais dois ou três, que já anteriormente estavam no lugar, além de grande multidão de índios, que, segundo o costume gentílico, entraram logo a saudar os hóspedes com lágrimas. Desde esse momen-

to não mais cessaram os mesmos naturais da terra de mostrar-lhes, à sua maneira, o grande respeito e a dedicação em que os tinham.

As primeiras construções

Para a fortaleza e a capela escolheu-se um sítio distante légua e meia do ribeiro então chamado de Jeviré, onde desembarcaram os expedicionários. Logo ao outro dia acorreram os índios ao ponto escolhido e levantaram os primeiros tejupares ou *ajoupas* de palma para abrigo provisório dos novos moradores. E logo que os Senhores de La Ravardière e de Rasilly marcaram o lugar destinado ao futuro fortim, passaram os mesmos índios a construir para os franceses numerosas habitações, valendo-se de paus de quatro a sete metros de alto, presos entre si por outros, no sentido da largura, e coberto cada qual de folhas de pindoba, tão bem travadas que não deixavam entrar chuva. Em pouco tempo tinham aprontado muitos desses abrigos, de um ou dois pavimentos, de acordo com a encomenda, além de um grande armazém, para onde foram levados de bordo mantimentos e outras coisas necessárias.

Para o fortim destinou-se o alto de uma rocha íngreme, praticamente inacessível, que dominava as imediações, guarnecendo-o de vinte grandes canhões, que os índios, com ajuda dos franceses, levaram dos navios. Como homenagem ao rei menino, recebeu o nome de São Luís, que depois se estenderia a toda a povoação e ainda hoje se mantém para a cidade ali assente. Contudo, não se tinha acabado de construir quando o tomaram os portugueses, se é o mesmo que lá acharam. Esse na descrição que dele fará Alexandre de Moura, em relatório de 1616, ficava em sítio alto e desabafado e, embora todo ele de estacadas, era assegurado por grandes terraplenos com seus baluartes elevados, casamatas com fosso, de quase 80 metros de largo por mais de dez de altura, e ponte levadiça. Um poço vizinho e facilmente defensável de cima remediava o inconveniente de não haver água no recinto do forte.

A capela, que logo recebeu o nome de Convento de São Francisco, foi construída de madeira, assim como as casas do povoado, mas postas a regular distância destes – coisa de mil passos, antes mais do que menos – em sítio extremamente aprazível, vestido de árvores de vária espécie e regado por uma fonte de águas-vivas que jorravam para o mar. É talvez a mesma capela que, após a vitória portuguesa, teve a invocação da Senhora da Ajuda.

Alguns dos franceses, contrariando o que antes se estipulara, mostraram-se logo refratários à vida no povoado incipiente, que surgira assim à sombra e sob a proteção do forte de São Luís. Ninguém estorvou seu propósito de deixar aquela comunidade, de modo que, aos magotes de 10 e

12, se foram eles dispersando para ir residir em tais ou quais aldeias de índios que consentiam em acolhê-los.

Posturas para o governo religioso e civil

Essa tolerância aparente não impede que os lugares-tenentes generais imponham, no primeiro dia de novembro daquele ano de 1612, as posturas indispensáveis para o governo religioso e civil da comunidade. Essas leis e ordenações, como se chamaram, inspiradas quase certamente pelos padres capuchinhos, eram decalcadas, de um modo geral, no Decálogo. Não admira, pois, se no artigo I ordenavam a todas as pessoas, qualquer que fosse a sua qualidade, o temor e o serviço de Deus, mediante a estrita observância dos sagrados mandamentos. O segundo artigo proíbe, sob pena de indenização pecuniária, os juramentos pelo nome do Senhor: a multa devia ser arbitrada no Conselho, segundo a qualidade dos culpados, por três infrações consecutivas. À quarta infração o culpado seria punido corporalmente, variando a pena segundo a maior ou menor gravidade da blasfêmia.

O terceiro e o quarto artigos, correspondentes ao quarto mandamento do Decálogo, ordenavam, primeiro, que se respeitassem e honrassem os reverendos padres capuchinhos que Sua Majestade houvera por bem enviar à América, a fim de implantarem entre os índios a santa fé e, depois, que não perturbassem ou embaraçassem os mesmos religiosos no exercício de sua religião e missão. Sujeitavam-se à pena de morte os que desobedecessem a esta última ordem.

Medidas particularmente drásticas eram adotadas com relação aos atos que pudessem ameaçar a boa paz e harmonia entre os colonos. O homicídio, por exemplo, a não ser em caso evidente de legítima defesa, devia ser punido com morte exemplar. Quanto ao latrocínio, já o criminoso primário era punível com açoite, ao pé da forca e com trabalhos forçados, durante todo um ano, para as obras públicas, e perda conseqüente, nesse período, de dignidades, salários e proventos de qualquer espécie. Em caso de reincidência, seria o réu mandado à forca ou estrangulado. Isso em se tratando de pessoas de qualidade, porque se o réu fosse, por exemplo, criado doméstico, não precisaria reincidir para ser condenado à forca e ao estrangulamento.

No tocante ao comportamento em face dos índios da terra, a tudo quanto se referisse à conservação dos que se achavam sujeitos e à conveniência de serem eles atraídos ao conhecimento das leis divinas e humanas, denotavam as mesmas posturas uma zelosa preocupação. Que ninguém ousasse espancá-los, por exemplo, ou injuriá-los, ultrajá-los e matá-los, se não quisesse ser pago na mesma moeda. A prática do adultério com

mulheres de índios "por amor ou força" era expiada pela morte do pecador, tanto devido ao mal que a si mesmo se fazia e à própria alma, como aos danos a que expunha toda a comunidade francesa do Maranhão. Pena idêntica era aplicável aos estupradores de donzelas.

Menos rigoroso já se mostrava o legislador contra os que achasse culpados da prática de atos desonestos, está visto que "por amor", com filhas solteiras dos ditos índios. Ainda assim não deixava de condená-los, da primeira vez, a trabalhar graciosamente durante trinta dias em obras públicas e, da segunda, a ter agrilhoados os pés dois meses seguidos. Enfim, se, depois disso, ainda reincidissem no erro, os governantes da colônia tomariam a providência que julgassem mais justa e razoável.

Sanções da mesma natureza previam-se para os atos de latrocínio cometidos pelos europeus da colônia em detrimento dos naturais da terra. Se a lei aqui se mostrava mais moderada, sendo, no entanto, de notável truculência quando fossem franceses a vítima e o infrator, não se há de atribuir, necessariamente, a aparente discriminação a um zelo maior pelas propriedades dos colonos, senão, talvez, à pouca ou nenhuma importância que os próprios índios, comparados aos europeus, costumavam dar ao sentimento de propriedade privada.

Ignora-se até onde o efeito de semelhantes posturas correspondeu às intenções dos governantes e legisladores franceses. Que houvesse desunião e indisciplina entre os colonos é mais do que provável, ainda quando não chegassem àquelas dramáticas proporções que alcançaram no estabelecimento da Guanabara ao tempo de Villegaignon. No otimismo que parecem professar os cronistas sobre o futuro da colônia, tudo faz crer que os movesse antes de tudo o senso das conveniências. Parecia conveniente, sem dúvida, e altamente piedoso, quando importava povoar um mundo tão remoto, agreste e ignorante de hábitos civis, com o fito de atraí-lo para o grêmio da Igreja, usar de uma santa dissimulação. Como chamar colonos capazes pelas suas virtudes e seu bom exemplo de fortalecerem a ação dos padres contra o negrume do paganismo, se não houvesse o cuidado de mostrar aos franceses da Europa apenas aquilo que teriam a ganhar em sua nova França?

O testemunho de Claude d'Abbeville

Pouco proveito há de tirar do livro de Claude d'Abbeville quem busque maiores precisões sobre a vida que viviam os franceses do Maranhão, e o fato é tanto mais de admirar quanto sua *História da Missão* é admiravelmente informativa onde se refere aos índios e às coisas naturais daquelas terras. Ainda mais lacônica e esquiva a tal respeito é a continuação da história redigida pelo seu con-

frade Yves d'Evreux. Note-se que o primeiro desses escritos imprime-se em 1614, antes, por conseguinte, de consumada a ocupação francesa do Maranhão, e o segundo em 1615, quando ainda era possível ignorar na Europa o desastre, quando menos a extensão do desastre que irá deitar por terra as esperanças dos Senhores de La Ravardière, de Rasilly e outros que se deixaram embalar pelas promessas destes.

Ainda Claude d'Abbeville tem a escusá-lo a brevidade de sua residência na colônia. Como esperar, de fato, em quem vivera menos de quatro meses entre as maravilhas mais exóticas, que achasse tempo de se ocupar ali com o que fariam seus co-nacionais? E se entre estes já lavrassem dissensões e rebeldias, é admissível que naquele pouco tempo ainda não achassem elas ocasião para aguçar-se. Aliás, o próprio capuchinho d'Abbeville não consegue esconder sempre a existência de dissídios mais ou menos acres no estabelecimento. Por que razão muitos franceses teriam, desde o começo, abandonado a comunidade para ir acolher-se nas aldeias de índios? Ainda que não se detenha em expor as causas, o cronista registra o efeito dessa desunião na colônia.

Por outro lado não oculta a desconfiança que, apesar de toda a sua aparente docilidade e solicitude, poderiam nutrir intimamente os índios da terra contra os adventícios. Exprime-se claramente essa desconfiança pelo menos uma vez, naquela arenga, que o padre reproduz, de um velho de Uçaguaba, onde os franceses são equiparados aos lusitanos dos tempos em que estes se estabeleceram, ardilosamente, em Pernambuco ou no Potengi, e ainda tratavam os indígenas com fingidos agrados, antes de lhes descobrirem toda a sua tirania e maldade.

Depoimentos de prisioneiros de Guaxenduba

Onde se deixam ainda entrever as sombras daquele quadro, que é o estabelecimento francês no norte do Brasil, não é, entretanto, nas crônicas mais ou menos interessadas, é talvez em depoimentos tais como os dos prisioneiros de Guaxenduba, que, já agora, não tinham razões para disfarçar seus desencantos. Um deles, por exemplo, declara que em vez das minas de lápis-lazúli ou daquela bondade dos índios, ou das terras de prata e ouro que, de tanto ouvir gabar, fizeram-no desertar de seu ofício na França, "com pouco tino e menos dinheiros", só veio encontrar no Maranhão tabacos e tatajubas, além de um pouco de âmbar, pimenta e algodão. Outro, que, seduzido pelas fabulosas promessas chegara a vir com a mulher e uma filha de 13 anos, confessa como ele próprio e várias pessoas nas mesmas condições se sentiram atrozmente ludibriados desde o dia em que desembarcaram, e tendo querido voltar para a Europa, não lhes fora permitido

fazê-lo. Diz mais, dos mercadores franceses da ilha, que nenhum recebia paga do rei, todos só contavam com a famosa largueza da terra e muitos já tinham morrido de doenças. Tão generalizado era o descontentamento que, se os portugueses tardassem um pouco em chegar, mais de cem pessoas já teriam partido de regresso naquela mesma nau *Régente* que os trouxera à América.

Desabafos como estes podem impressionar vivamente os que buscam uma escusa plausível para o desmoronamento rápido da França Equinocial, mais rápido ainda do que o fora o da França Antártica, onde, no entanto, mais aparentes e explosivas tinham sido as causas de atritos entre os colonos. A verdade é que, se, na Guanabara, as divisões internas eram por si de molde a suscitar o infeliz desfecho da aventura de Villegaignon, no norte do Brasil o descontentamento porventura existente entre os moradores franceses parece explicar insuficientemente o malogro da tentativa de Daniel de la Touche e de François de Rasilly.

Rasilly busca o apoio da Coroa

Tão débil, é certo, se mostra este estabelecimento, logo após o primeiro revés sofrido, que se poderia perguntar se a presença francesa no norte do Brasil, longe de constituir um estorvo, não teria representado, ao contrário, um atrativo para a incorporação daqueles lugares à América portuguesa. Naturalmente há de ser negativa a resposta, pois é bem sabido que a conquista portuguesa do Maranhão já se achava em preparo quando ainda se ignorava, tanto em Lisboa e Madri, quanto na Bolívia e em Olinda, que os franceses estavam plantados ali, não como aventureiros e particulares, mas com estabelecimento fixo, fundado em nome de seu rei e amparado pela sua Rainha Regente. E, no entanto, seria mister uma organização poderosa para resistir ao ímpeto dos invasores luso-brasileiros em sua marcha ao longo da costa leste-oeste rumo à boca do Amazonas.

Em relatório que escreverá Alexandre de Moura a Sua Majestade sobre a expulsão dos intrusos, lê-se que, para povoar-se a vasta província maranhense e descobrirem-se os segredos que, segundo dizem, encerra, muito importaria a ida da gente do Brasil, "da muita que há perdida, que ainda que em Pernambuco, Itamaracá e Paraíba se tirem quinhentos ou seiscentos homens não farão falta na terra, por não caberem já, e muitos deles podem levar seu gado e criações que trazem em terras alheias". E se tais palavras puderam escrever-se em 1616, com pouca diferença já poderiam ter sido escritas dois e três anos antes, quando começou a triunfal jornada do Maranhão.

Bem mais do que nos tempos de Mem de Sá, quando foram desaloja-

dos os franceses do Rio de Janeiro, dispõem agora os luso-brasileiros de meios de abastecimento em homens e recursos de toda espécie, e assim também de bases estratégicas para operações militares, mormente em sítios pouco distanciados da "nova França"; e aqui se revela em toda a extensão a importância assumida pela sua recente ocupação do Rio Grande e do Ceará. Compreende-se, em tais condições, por que necessitavam os colonos, se postos na contingência de fazer frente à expansão portuguesa sobre a orla marítima do norte, uma obstinada vontade de permanência, bem apoiada do exterior, e o apoio, no caso, só lhes poderia vir do Velho Mundo, dada a inexistência, no Novo e nas proximidades da ilha do Maranhão, de outros estabelecimentos de franceses.

Que não faltava aquela firme vontade, de parte dos promotores e diretores da França Equinocial, parece fora de qualquer dúvida. Contariam, porém, em favor de sua causa, com uma inflexível dedicação da Coroa? Segundo todas as aparências, poderiam os colonos inscrever em seu ativo também esta dedicação de boa vontade dos soberanos. De fato não fora difícil a François de Rasilly alcançar da Rainha Regente, mais do que o simples assentimento, um endosso positivo e manifesto à iniciativa, pois tinham vindo, ele e dois colaboradores, não como aventureiros da fortuna, mas com uma incumbência oficial expressa no seu próprio título de lugares-tenentes generais de Sua Majestade.

Entretanto, alguns sucessos contrários vão interromper, logo ao nascedouro, tão felizes auspícios. Já se sabe como fora decisiva, sobre o ânimo da Regente, a obsequiosa intercessão de Charles de Bourbon, Conde de Soissons, primo do finado rei e parente afim do Senhor de Rasilly, que soubera interessá-lo em seus projetos. Sucede, porém, que Soissons vem a falecer justamente no mesmo ano de 1612, em que partiram de um porto da Bretanha as três naus componentes da primeira expedição colonizadora do norte do Brasil e assim desaparece um dos esteios mais poderosos e dedicados da nova empresa.

Não é esse o único entrave sério com que depara a expedição nos meses imediatos à sua partida. Ao tempo em que ainda se empenhava em recrutar simpatias para o plano colonizador, pudera o Senhor de Rasilly opor aos céticos o argumento de que, tendo ingleses e holandeses por amigos, uma expedição como a sua, amparada pelo seu rei, nada temeria no mar. Ainda que fosse atacado ao norte do equador, coisa contrária aos tratos existentes, quem disputaria sua capacidade de vencer o inimigo ou esquivar-se à perseguição, dado que os veleiros de França são os melhores do mundo e suas equipagens as mais destras que se conhecem? Conta-se

que, ciente do projeto – quem conta é o já citado anônimo de Turim –, o embaixador de Espanha fez trovejar ameaças em nome de seu rei e senhor, dizendo que os homens da expedição seriam caçados pelos galeões de Portugal e, uma vez presos, acabariam enforcados sem piedade no alto do mastro maior de seus navios. Como a Regente transmitisse tais palavras a François de Rasilly, recebeu prontamente a resposta: "Só levarei comigo homens de bem, e estes hão de vender caro a pele."

Tudo isso podia dar-se nos começos da Regência, quando a França refletia ainda, em sua política externa, a orientação que lhe imprimiu o filho de Jeanne d'Albret. A este, o antigo huguenote, devera o Senhor de La Ravardière as primeiras palavras de estímulo para a idéia de um estabelecimento colonial nas chamadas Índias Ocidentais, que concretizar-se-ia com a fundação da França Equinocial. Morto, no entanto, Henrique IV, poderosos interesses tinham entrado a conspirar com mais ímpeto no sentido de uma profunda mudança nas relações exteriores do reino. Mudança essa que só poderia fazer-se, ao cabo, em detrimento das amizades "heréticas" – a da Inglaterra e das Províncias Unidas – e naturalmente em prol de uma aproximação com a Espanha e com a Casa da Áustria.

Os partidários desta aproximação já podiam dispor no paço de ouvidos complacentes aos seus desígnios. Para tanto estariam ao seu lado cortesãos prestimosos, e, ao cabo, a própria Regente tinha razões talvez para não permanecer indiferente a tantos apelos: Maria de Médicis era filha de uma arquiduquesa. Já em 1612 alcançarão eles uma vitória retumbante: a notícia dos casamentos espanhóis na família real, o de Ana da Áustria com Luís XIII e o do futuro Filipe IV com Isabel de França.

Não foi por influência desses maus presságios que o Senhor de Rasilly, tendo chegado em agosto daquele mesmo ano de 1612 ao Maranhão, terra atribuída a Portugal, sujeita por isso à Coroa espanhola, já embarcava de volta para a França quatro meses mais tarde, a 1º de dezembro. Sua volta, para cuidar dos interesses da colônia nascente, já estivera de antemão prevista, e nem há prova de que, naquelas distantes paragens, andasse muito a par do que ia acontecendo na Corte e em Paris. O que certamente não se previu foi o regresso simultâneo do Padre Claude d'Abbeville, apologista fervoroso da empresa maranhense, e quando muito esse fato pôde favorecer a suspeita de que os rumores da nova política francesa já fossem de seu conhecimento. Faltando-lhe um amparo oficial espontâneo, não poderia eventualmente contar com a boa vontade dos capuchinhos, intransigentes defensores da ortodoxia agora triunfante.

Índios na Corte francesa

Quando no mês de março seguinte apareceu finalmente em Paris com mais de cem capuchinhos, que o tinham ido receber em procissão fora das portas, tendo à frente o Padre Arcanjo de Pembroke, a acolhida do povo, que se comprimia nas ruas para vê-lo, e principalmente aos sete índios de seu séquito, e quando compareceu à audiência no Louvre, onde o Rei, em presença da Regente, ouviu o discurso com que o homenageou Itapucu, em nome dos "toupinamboults", o Senhor de Rasilly ainda poderia iludir-se sobre o destino que aguardava sua França Equinocial. Desses índios, três iriam morrer pouco depois. Os restantes, três Tupinambás e um dos chamados tapuias, receberam solenemente o batismo, na presença de Luís XIII e de Maria de Médicis, dando aos devotos a esperança de que pouco faltava para todos os naturais das Índias seguirem seus exemplos: perdendo os nomes primitivos, que traziam o ranço do antigo paganismo, Itapucu, Guarujó, Japuguai e Pirababá, tinham-se convertido, respectivamente, em Luís Maria, Luís Henrique, Luís de São João e Luís Francisco.

Não há dúvida de que esses índios eram um dos trunfos com que contava François de Rasilly para ver fortalecidas suas pretensões. As vestimentas exóticas que mandara preparar para eles, os cocares de plumas vistosas e coloridas com que já tinham descido de bordo deviam entrar no plano que concertara visando a chamar a atenção, através desses "selvagens", para a nova conquista ultramarina. E o plano parecera bem-sucedido. A multidão acotovelada pelas ruas e praças parecia quase enternecer-se diante daquelas figuras incomuns. Os capuchinhos, encantados com a parte que lhes coubera na conversão, batismo e confirmação dos "maragnons", como também lhes chamavam, trataram de comunicar a boa-vinda até a Sua Santidade, por intermédio do Padre Honoré, seu Provincial em Paris, que fora chamado a comparecer ao capítulo geral da Ordem no Pentecostes de 1613. O próprio Rei entretinha-se de bom grado com os conversos e consta que teria guardado um em sua companhia se não lhe observassem que o Senhor de Rasilly se responsabilizara pela volta deles, deixando os próprios irmãos como reféns.

Levados a exibir suas danças nacionais no Palácio da Rainha Margarida, não tiravam os olhos das damas, que, por sua vez, se distraíam com os passos, momices e cantos dos "selvagens" do Brasil, ainda fiéis, ao menos nisso, aos usos pagãos e inseparáveis dos maracás que faziam soar durante todo o espetáculo. O caso não está narrado nas crônicas dos capuchinhos, mas lê-se no manuscrito turinense que a uma senhora desejosa de saber o que mais lhe agradara na França retrucou um deles sem hesitar:

"As mulheres." E outra, que em tom zombeteiro lhe perguntou se achava as de sua terra mais bonitas que as francesas, recebeu logo o troco: "Ainda não podemos julgar", respondeu o índio. "Só diremos a verdade quando pudermos ver as daqui inteiramente nuas, assim como costumamos ver as de nossa terra."

Sabe-se que, regressando mais tarde ao Brasil na nau *Régente*, os três Tupinambás vinham acompanhados das mulheres francesas que Luís XIII lhes dera em casamento.

A nau Régente *e os socorros de Rasilly*

Entretanto, a longa demora na Europa do Senhor de Rasilly e de seus socorros, mais longa do que se esperava a princípio, e bem mais do que convinha à segurança e manutenção da colônia, sugere que seus esforços, apesar de aparências tão lisonjeiras, ainda estavam longe de dar o desejado fruto. E é inevitável pensar que a todos os argumentos oferecidos em prol da definitiva ocupação de um território que a Coroa de Espanha reivindicava como de seu senhorio se opunham agora, e cada vez mais eloqüentes, as mesmas razões de Estado que, durante as festas dadas para celebrar o noivado de Luís XIII com a Infanta Ana, tinham inspirado a Malherbe aqueles versos:

La France à l'Espagne s'allie,
Leur discorde est ensevelie...

Por outro lado, em carta escrita do forte de São Luís, no Maranhão, o Senhor de Pisieux não se esquecia de ponderar, ao de Rasilly, a conveniência de precipitar este sua volta, a fim de socorrer a colônia o mais depressa possível. No entanto, ainda ajuntava que mais importante, se necessário, era adiar por alguns meses o embarque do que deixar de trazer, por causa dessa precipitação, todas as coisas que julgasse convenientes ao bem da colônia. A carta traz a data de 2 de julho de 1613. Ainda não parecia a muitos tão angustiosa a situação, tanto que o próprio Senhor de La Ravardière podia dar-se pela mesma época ao capricho de ir, com alguns franceses e índios, ao país das Amazonas, no intuito de convidar essas guerreiras fabulosas a prestar homenagem a Suas Majestades Cristianíssimas.

Passaram-se meses entretanto, e só um ano mais tarde, pela Páscoa de 1614, sairia, enfim, do Havre da Graça o navio *Régente* com novos recursos e colonos. E ainda não devia ser tudo quanto parecesse conveniente ao bem do estabelecimento, segundo as expressões do inquieto apelo de Pisieux: prova disso está em que o Senhor de Rasilly ainda ficou em França para ver se conseguia recrutar maiores contingentes.

Por outro lado não é justo menosprezar o vulto dos socorros trazidos. Entre centenas de homens, alguns de casas nobres, que iam agora a bordo da nau expedicionária, contavam-se elementos dos mais prestimosos, talvez, que se poderiam desejar em tempos de paz num lugar de recente conquista. Além dos muitos soldados entregues ao mando do Senhor de Pratz, havia oficiais de todos os ofícios mecânicos que, diz uma testemunha, se requerem numa "povoação grande", como fossem carpinteiros, serralheiros, canteiros, sapateiros, pedreiros, alfaiates, alvanéis. E havia mais aqueles dez missionários capuchinhos, confiados ao zelo do Padre Arcanjo Pembroke, a atestarem o grandíssimo empenho que punha sua Ordem no bom sucesso da conquista.

Primeira jornada frustrada da conquista do Maranhão

Mas não eram tempos de paz os que ia vivendo já agora a França Equinocial. Em verdade, desde 1º de julho de 1613, isto é, justamente à véspera do dia em que Pisieux mandara de São Luís o seu pedido de socorro, tão precipitado quanto possível, a François de Rasilly, saíra do Recife o mameluco Jerônimo de Albuquerque levando provisão do governador-geral Gaspar de Sousa para a conquista do Maranhão. Menos de um mês depois, Martim Soares Moreno, destacado pelo dito Albuquerque, no Camocim, com o fim de ir efetuar reconhecimentos, consegue incendiar na ilha de Sant'Ana, quase às portas do reduto dos franceses, as casas de palha que tinham estes ali, e mais um armazém com muitas amarras, breu, enxárcia e grandes quantidades de pau amarelo. No mesmo lugar pôs em seguida uma cruz com este letreiro: "Aqui chegou o Capitão Martim Soares Moreno em nome del-rei de Espanha."

Descoberto pelo inimigo, que saiu em seu encalço com uma nau e um patacho, ainda conseguiu safar-se da perseguição, mas o navio de conserva onde ia foi dar, impelido pelas correntes, na ilha de São Domingos, de onde Martim partiria depois para a Europa numa jornada cheia de peripécias. Esse transtorno impediu-o de comunicar-se em tempo com o mameluco pernambucano, que ficara à espera de suas notícias para continuar o avanço.

Em tais condições pareceu de melhor alvitre a Albuquerque voltar a Pernambuco, e o fez por terra, tendo despedido parte da gente por mar. Antes disso, porém, deixou fundado, com o nome de Nossa Senhora do Rosário, um pequeno fortim de pau-a-pique no Jericoaquara, ou seja, no Buraco das Tartarugas, caminho obrigatório das naus francesas que se destinassem a S. Luís. Foi nesse lugar que descansou e folgou por vários dias, conforme já foi dito, a gente da expedição fundadora da França

Equinocial. E é ali que irá ter ainda a nau *Régente* a 15 de junho de 1614, mas desta vez sem que a seus homens seja dada a mesma folga. É que, providencialmente para os portugueses, tinha chegado ao lugar, apenas dez dias antes, o Capitão Manuel de Sousa d'Eça, mandado por Gaspar de Sousa com reforços aos 40 homens da guarnição deixada pelo mameluco.

Sabendo que acharia ali portugueses, como dias antes os achara no Mucuripe, onde ocorreu o incidente já narrado entre o vigário do Ceará e o Padre Arcanjo, o Senhor de Pratz fez descer duas bateladas de homens (num total de duzentos, a acreditar em vários textos portugueses, de 70, 80, no máximo uma centena ou pouco mais, segundo testemunhas francesas), no que se houve mal devido à resistência que lhe opuseram os do fortim. Estes, nas escaramuças travadas, mataram-lhe dois homens, entre eles um fidalgo escocês, e feriram sete ou oito. Por sua vez, perderam os portugueses um dos seus homens, ficando seis feridos. Ainda que alguns da nau francesa fossem de parecer contrário, mandou logo o Senhor de Pratz que todos embarcassem novamente, já que a ordem trazida era para irem ao Maranhão e não a outra parte.

O início da segunda jornada

Com a volta de Jerônimo de Albuquerque a Pernambuco encerrara-se a primeira jornada luso-brasileira para o combate aos franceses. A segunda tem início a 22 de junho, também sob a chefia de Albuquerque, novamente nomeado, o qual segue por terra ao Rio Grande, onde, depois de reunir homens de guerra e sobretudo índios frecheiros, deverá aguardar a chegada da expedição marítima.

Poderia caber em poucas linhas a descrição dessa nova e principal fase da jornada do Maranhão. A frota que, segundo o combinado, deveria ir ao encontro do capitão-mor da conquista, chegou perto da fortaleza do Rio Grande a 25 de agosto. Compõe-se de dois navios redondos, uma caravela, cinco caravelões e leva a bordo, como "adjunto e colateral" de Albuquerque, Diogo de Campos Moreno, o qual, apesar de sargento-mor do Estado do Brasil, fica abaixo do comandante na decisão de votos e expedição das ordens. Vai a bordo também Sebastião Martins, que fora mestre do barco de Martim Soares, quando este sondou o Maranhão, e chegara a Pernambuco, vindo de Lisboa, quando a frota de Diogo de Campos estava de partida para o Norte.

Reunindo-se no outro dia o capitão e o sargento-mor com seus homens, passaram-se para o Ceará, onde o Albuquerque, tendo ido com dois capuchinhos portugueses às aldeias de índios para os persuadir a saírem

na frota, deu com Manuel de Brito Freire, comandante do presídio, e livrou-o das aperturas em que o tinha posto a guarnição amotinada. Foram de pouco ou nenhum proveito as diligências do capitão-mor nas aldeias, pois, se conseguiu incorporar certo número de índios à força expedicionária, outros, e em maior número, o abandonaram. No Buraco das Tartarugas, onde chegou a armada a 30 de setembro, verificaram-se novas deserções, compensadas em parte com a incorporação de Manuel de Sousa d'Eça, comandante do presídio, que irá na armada, levando os 70 soldados da guarnição. A 5 de outubro, depois da festa do Rosário, apurou-se que a expedição contava agora com 500 homens de armas, incluídos nesse número cerca de 200 índios frecheiros.

Antes da partida, que foi pela manhã do dia 12, ordenou Albuquerque a queima do presídio para que não servisse de abrigo aos inimigos. À frente da frota ia sempre o caravelão de Sebastião Martins, não havendo outro português que tivesse navegado aquela costa, e deveria conduzi-la ao lugar mais adequado ao desembarque. Às 6 horas da tarde do outro dia, que era 13 de outubro, chegou-se finalmente à vista do Preá, boca do Maranhão da parte do sul, onde a armada surgiu pelas dez da noite. Passou-se o dia imediato na exploração do sítio; a 15 despachou Albuquerque um batel e nele Sebastião Martins e outro piloto, com cinco soldados, além de remadores, a sondarem as baías e esteiros. Aqui se dividiram os pareceres quanto à conveniência ou não de se alojarem e fortificarem os homens no sítio onde se achavam, e a tanto chegaram as diferenças que o capitão-mor mandou arvorar forças pela praia.

Só cessaram os desaguisados com o regresso do batel explorador, que se deu a 20 de outubro. Ainda que não trouxessem notícias de franceses, passaram seus homens a gabar de tal modo as grandezas da terra, que ficaram todos acordes em seguir viagem. Partiram então os navios um pouco a esmo, navegando quando houvesse maré e quando vazasse batendo em seco, e passavam às vezes por esteiros tão apertados, escreve uma testemunha, "que as antenas davam pelos mangues, e a cada passo se embaraçavam, de modo que se gastaram cinco dias em dezoito léguas". No domingo, dia 26, chegou a armada ao lugar de Guaxenduba, na terra firme, defronte da aldeia de Itapari, do principal Metarapuã, o "índio Gregório", como o chamavam, o mesmo de quem escreveu Claude d'Abbeville que era "un fort bon Sauvage, grand amy des François".

Efetuando em ordem o desembarque, cada qual tratou de improvisar sua choça e albergar-se como pudesse. Logo à manhã seguinte surgiu no lugar uma canoa de índios da ilha, com falsas mostras de amizade, a que o

capitão-mor, filho de índia, quis dar ouvidos, mormente quando foram alegadas razões de parentesco, dizendo-lhe um deles que Albuquerque era sobrinho seu, filho de sua irmã, finalmente seu sangue. E como estranhasse Diogo de Campos a este a boa-fé com que se expunha, e aos seus homens, nos tratos com aquela gente, fazendo-lhes concessões perigosas, retrucou o capitão-mor, segundo consta, que sabia bem em quem se fiava, pois que um daqueles era vinte e cinco vezes seu tio. Bem depressa haveria de desenganar-se Albuquerque com essas imposturas; não tanto porém que deixasse de parte seu natural pendor pelos índios, ainda quando postos a serviço do inimigo.

Uma das imprudências que lhe ia custando caro foi o deixar que saíssem 12 frecheiros da sua tropa com os emissários na canoa, pois esperava que sublevassem os da parte contrária. Dos outros, dois apenas ficariam em Guaxenduba como reféns, e mesmo estes os soltaria ele pouco depois, fiado na mesma esperança, mas, como se achassem os franceses de permeio, saíram em vão as diligências do comandante. Foram mesmo contraproducentes suas tentativas, pois sucedeu que os 12 levados à ilha disseram, postos em confissão, quase tudo quanto deles quis tirar o Senhor de La Ravardière sobre o arraial lusitano, ao passo que os reféns, previamente industriados pelo inimigo, nem quiseram tomar vinho, por mais que Albuquerque se esforçasse por embebedá-los, nem disseram palavra acerca da posição ou do número dos franceses.

Entretanto, acelerava-se a construção do fortim português em terra firme, ao qual se deu o nome de Santa Maria. No dia 2 de novembro aparecem duas lanchas do inimigo e atiram sobre a posição. Faziam parte, ao que tudo indica, das tentativas de reconhecimento confiadas pelo Senhor de La Ravardière a Pisieux e de Pratz. Ciente, agora, do estado das fortificações do adversário e da presença, em suas proximidades, de oito veleiros, determina o comandante francês a captura destes, com o que cuidava poder diminuir bastante as forças dos portugueses e reduzi-las mais rapidamente, através de ataque simultâneo por terra e mar.

O intento, apesar de muitos obstáculos encontrados pelo caminho, foi bem-sucedido para os franceses que, a 11 de novembro, sem perda de um só homem, conseguem tomar uma caravela, um caravelão e um barco, além de prisioneiros, que irão fornecer a La Ravardière novos pormenores sobre o reduto contrário. Uma semana depois, achando-se já artilhadas e guarnecidas essas embarcações, determinou o comandante a Pisieux que se juntasse em terra firme a de Pratz e ao Cavaleiro de Rasilly, irmão do outro lugar-tenente, agora na Europa, e cada qual com sua companhia de

60 homens, ajudados ao todo de cerca de 1.500 índios amigos, tratasse de entrincheirar-se, duas horas antes do amanhecer, à altura de uma fonte distante aproximadamente cem passos da fortificação portuguesa. Quanto ao próprio Senhor de La Ravardière, tomaria consigo o restante dos soldados, que seriam uns 80 ao todo, sem contar os mareantes, a fim de canhonearem de bordo das sete embarcações disponíveis as referidas fortificações. Feito isso, mandaria intimação ao inimigo para que se rendesse. Se alcançados os objetivos, desembarcaria com os soldados para ir prestar auxílio às forças de terra.

A batalha de Guaxenduba

A audácia do capitão-mor, que delibera tomar a ofensiva antes de ver-se atacado, o que o leva a retirar, do recinto fortificado, as melhores tropas, deixando só os soldados menos capazes, as hesitações, por outro lado, dos comandantes franceses que operavam em terra, foram decisivas para o desfecho do combate de Guaxenduba. O trombeta mandado pelo Senhor de La Ravardière intimando o inimigo a render-se foi logo preso por Diogo de Campos, que abrira a carta, pois suspeitava que o francês desejaria ganhar tempo. Às dez da manhã caiu o sargento-mor sobre as tropas francesas que se encontravam na praia, tomando-lhes a primeira trincheira. Acudiu Albuquerque do outro lado, e com tanto melhor sucesso quanto morreu em ação, contra seus homens, o próprio Capitão Pisieux. O Senhor de La Ravardière, que estava numa embarcação, a um tiro de escopeta do fortim português, viu-se impedido de efetuar o desembarque, por causa da vazante, que impedia a aproximação da praia e expunha seus homens ao fogo do inimigo.

Um escrito português de quem testemunhou os sucessos descreve os luso-brasileiros, dizendo que se achavam muitas vezes com água até a cintura, e "saltavão pelo lado como gamos, sendo que os imigos como trazião meas e sapatos, e calções de pato tozado de vinte côvados de pano, em se metendo no lodo, nele ficavão pegados e nele lhes quebravão os nossos indios as cabeças com paus de jucar..." Desses adventícios, a maior parte pertencia à leva recém-chegada com o *Régente*, pois dos primeiros expedicionários e dos antigos aventureiros poucos restavam na ilha. Dos outros, a maioria ainda se achava tão mal afeita às guerras do Brasil, que sua inexperiência mal era compensada pela cooperação de mais de 1.500 índios aliados, existentes em suas hostes, além de algum mameluco ou prático da terra como David Migan, o qual, embora francês de nascimento, se criara desde a infância nas aldeias.

Essa vantagem em favor dos que se batiam da parte portuguesa, sugere-a o próprio Albuquerque na carta que em 22 de novembro dirigiu ao

Senhor de La Ravardière, onde escreve: "como somos homens que um punhado de farinha e um pedaço de cobra, quando as há, nos sustenta, quem a isto não se acomoda sempre há de recusar nossa companhia" e era este, certamente, o caso de muitos dos franceses, entre eles do trombeta, que o capitão-mor mandava agora de volta ao comandante contrário. A correspondência tivera começo à véspera daquela data, quando o Senhor de La Ravardière reclamou em termos desabridos contra a retenção do referido trombeta e a quebra, pelos portugueses, de outras leis de guerra, além de lamentar a morte do bravo Pisieux. O tom brando da resposta, "autant courtoise que jamais Français en sçauroit faire", desarmou a primeira cólera do lugar-tenente general, originando-se entre ele e Albuquerque uma troca de cartas de que resultaria a 27 o tratado de trégua e a 29 a retirada dos restantes franceses para São Luís.

O tratado de trégua e a brandura de Jerônimo de Albuquerque

Pelo tratado, decidira-se a suspensão das hostilidades por um ano, tendo-se particularmente em conta a boa paz e aliança agora existentes entre as casas reais francesa e espanhola. Durante esse tempo seriam pedidas novas ordens das respectivas Cortes, devendo cada uma das partes mandar emissário para tal fim. Em resultado desse alvitre, o capitão-mor que, por ocasião do tratado, já se assina pela primeira vez com o cognome de Maranhão, manda a Paris seu próprio sobrinho, Jerônimo Fragoso de Albuquerque, e para Lisboa seu colateral na conquista, Diogo de Campos Moreno. O Senhor de La Ravardière, por sua vez, envia com os mesmos destinos, respectivamente, o Capitão de Pratz e um oficial de nome Mathieu Maillard.

O não ter levado até ao cabo a investida sobre o reduto francês pode tanto explicar-se, no caso de Jerônimo de Albuquerque Maranhão, pela amizade aos índios, muitas vezes seus parentes e contrários e que, aliás, eram numericamente superiores do lado dos contrários, como por uma natural brandura de gênio que o levará a instar em favor da permanência na ilha, mesmo depois da conquista, dos "pobres franceses católicos e mecânicos". Destes dirá o capitão-mor que se acham muitos ali casados, com mulheres e filhos vindos de França. Quanto aos solteiros nobres e acomodados na terra, acha que teriam bom efeito, sendo eles práticos do lugar além de aliados e bem avindos com os naturais.

Relativamente ao Senhor de La Ravardière, a inclinação deste pelo protestantismo e os maus-tratos a que sujeitara diversos portugueses presos na ilha faziam com que o ilustre personagem lhe fosse menos simpático. Pretende ainda que, sendo o referido comandante cunhado do Conde

de Montgomery, tinha mil parentes na Inglaterra, homens de sustância, poderosos e ricos, de modo que estaria disposto, conforme pudera apurar, a pedir o favor e a assistência dos ingleses, caso lhe faltassem os próprios compatriotas.

Uma terceira explicação para a atitude quase cordial com que veio a tratar os vencidos de Guaxenduba pode prender-se, talvez, ao receio, por parte de Albuquerque, ou de Diogo de Campos, considerado por Gaspar de Sousa o principal culpado da trégua, de usar de rigor excessivo contra um estabelecimento autorizado e prestigiado pela Coroa de França, agora aliada de Sua Majestade Católica, ainda que se situasse notoriamente em terras del-rei de Espanha. Nas instruções dadas ao sobrinho para tratar com o embaixador espanhol em Paris, admite mesmo que, não fosse aquela aliança, já estariam no Maranhão para mais de dois mil franceses, os quais teriam tamanho apoio em sua Corte que o "Cardeal de Joyosa oferecera para a colônia a despesa de um Seminário, como dirá o Padre Arcângelo, e assim a Rainha Cristianíssima Regente uma grande ajuda, que tudo com capa de Religião Cristã, vem a ser em dano do serviço de Deus e destas Províncias".

Da parte do Senhor de La Ravardière é evidente, e ele o admitirá mais tarde, que pretendia ainda ganhar tempo, fiado nesse apoio, para receber novos socorros de François de Rasilly. Agora, a quebra da paz, por qualquer das partes, parecia depender, aliás, de um eventual auxílio em homens, munições e mantimentos que pudesse sobrevir. O auxílio, quem o recebeu, entretanto, foi o arraial português e em sucessivas levas, pois, sabedor da trégua, logo a desaprovou o governo de Sua Majestade Católica, mandando a Jerônimo de Albuquerque Maranhão que escusasse a amizade do francês.

Reforços portugueses; dissensões entre Albuquerque e Caldeira

Primeiramente surgiu, provindo do reino, o patacho de Miguel de Siqueira Sanhudo, que aportou ainda em maio de 1615. Eram 30 homens apenas, mas ia entre eles, por sargento-mor da conquista, Martim Soares Moreno, o que foi causa de grande contentamento entre luso-brasileiros. Passados apenas quatro ou cinco dias, chegou à vista do forte de Santa Maria outra expedição, mandada, esta, da Bahia e reforçada em Pernambuco, abrangendo perto de 250 numa armada de quatro navios, uma caravela e uma barca. Chefiava-a Francisco Caldeira Castelo Branco, o qual trazia ao capitão-mor ordens para abrir hostilidades e concertar novas capitulações. Estas se fizeram, com efeito, a 25 de julho e por elas admitia o francês que se instalassem na própria ilha aos senhores de Guaxenduba. Em

virtude do novo auto, foram os nossos ao Itapari, isto é, antiga aldeia do índio Gregório ou Metarapuã, com forte e cerca, a que deram o nome de São José. Achando-se agora portugueses e franceses a pouca distância uns de outros, e sem nada que estorvasse sua comunicação, logo se estabeleceu entre eles grande familiaridade.

Nisto e ainda em outros tratos de paz, de que se fez responsável, parece que Francisco Caldeira exorbitou da missão que lhe fora dada, pois o contato entre franceses e portugueses, tal como ocorria na ilha, só poderia resultar em detrimento dos últimos, caso chegasse a ajuda prometida a Daniel de la Touche e por este tão vivamente almejada. O certo é que, mais tarde, não deixará Alexandre de Moura de desautorar Castelo Branco, a quem faleciam poderes para fazer tais acordos. Ao Senhor de La Ravardière, por sua vez, não lhe custava entrar em entendimentos sucessivos com qualquer pessoa que se oferecesse, pelas razões já conhecidas e por ele mesmo confessadas mais tarde a Diogo de Campos. Além disso, receava que o mameluco, sentindo-se muito forte, quebrasse afinal as pazes feitas.

Essa intromissão de Francisco Caldeira em assuntos de sua competência não era certamente do agrado de Albuquerque e deve ter sido animada pelo próprio comandante francês, interessado em dividir o adversário. É fora de dúvida que instou com o chefe da nova expedição de socorro para que não continuasse sua viagem ao reino, como lhe caberia fazer, de acordo com as ordens recebidas de seu governo e permanecesse na ilha ao lado do capitão-mor. Esse desejo coincidia com as aspirações de muitos dos homens que acompanhavam Castelo Branco, os quais chegaram a fazer requerimento para que ficasse, como adjunto e colega de Albuquerque. A tanto chegaram, em vista disso, os bandos e parcialidades no arraial português que, segundo mais de uma testemunha, se alguém arrancasse da espada, todos se perderiam.

Novo reforço; vitória final dos portugueses

Foi nessa emergência que uma nova e considerável frota, enviada pelo governador-geral Gaspar de Sousa, sob o comando de Alexandre de Moura, chegou à barra do Preá a 17 de outubro. Apesar das dificuldades existentes daí por diante, pois a armada iria contra a maré e não levava piloto prático naquela costa, expediu o comandante embarcações para a sondagem do canal e, ao mesmo tempo, mensagens a Albuquerque anunciando sua vinda. Sabendo das mensagens, procurou ainda Caldeira adiantar-se ao capitão-mor, para o que não teve dúvidas em procurar pilotos entre franceses, por intermédio de seu comandante. Pela mesma ocasião incendiou-se aciden-

talmente o quartel onde estava alojado o mameluco, exposto assim, com seus homens, ao perigo de um ataque do inimigo, uma vez que se perderam as munições e a pólvora.

Não era possível maior dilação. Moura tenta forçar a passagem do canal, ao mesmo tempo em que envia a Jerônimo de Albuquerque novas munições e ordem para seguir por terra à frente de 300 homens rumo ao forte de São Luís, devendo tomar posição à distância de meia légua do reduto. Contra todas as expectativas, foi bem-sucedido o arrojo do comandante, porque, apesar dos tropeços encontrados, não precisou a armada senão de um dia para chegar à altura da fortaleza, o que se deu a 1º de novembro.

Vendo-se agora o Senhor de La Ravardière ameaçado da parte do mar e já assediado pela gente de Albuquerque Maranhão, que lhe tomara as comunicações por terra com as aldeias, de sorte que já não podia contar com a maior parte dos índios seus aliados, ainda buscou outros expedientes dilatórios, mas sem grande efeito. A 3 de novembro, mandou-lhe Alexandre de Moura intimação para a entrega da fortaleza com toda artilharia e mais os navios franceses, antes da tarde do dia seguinte. A 4, por fim, lavrou-se o auto de posse da fortaleza, pelos portugueses.

Depois de providenciado o embarque dos franceses, salvo o do Senhor de La Ravardière, que guardaria consigo, e de algum prático da terra, como Charles des Vaux e outro piloto da mesma nação, fazia-se mister evitar que as diferenças surgidas entre Jerônimo de Albuquerque Maranhão e Francisco Caldeira Castelo Branco viessem novamente a pôr em risco a segurança e tranqüilidade dos moradores. Só depois disso voltaria a Pernambuco Alexandre de Moura, por ser já inútil sua permanência naquelas partes.

E os meios de que se valeu foram, sem dúvida, dos mais adequados ao objetivo proposto. Ficaria Albuquerque na terra conquistada, incumbido do governo, com o regimento de capitão-mor que para isso lhe era dado. Entre outras coisas devia cuidar do acrescentamento daquela nova cidade de São Luís, fazendo com que ficasse bem arruada e direita, conforme traçado que igualmente lhe dava Moura, e de tal modo que a seu exemplo todos fizessem ali casa e vivenda. A ameaça de nova ocupação por parte dos franceses parecia tanto mais afastada quanto a 25 de outubro, precisamente na ocasião em que o mesmo Alexandre de Moura tentava abrir passagem até a fortaleza inimiga, celebravam-se solenemente em Paris as núpcias de Luís XIII com Ana da Áustria, filha del-rei Filipe III, o que cimentou a nova amizade das duas casas reinantes.

Assim, o nome de São Luís, reminiscência da ocupação estrangeira e que fora mudado para São Filipe, em homenagem ao rei de Espanha, voltaria a prevalecer depois de algum tempo. E o próprio Senhor de La Ravardière não duvidou, como já se sabe, em fornecer aos vencedores informações preciosas para a conquista das terras situadas mais para o Poente, e que deveriam entrar nos objetivos da missão de Alexandre de Moura.

Fundação da cidade de Santa Maria de Belém

A expedição de 150 homens, encarregada dessa última conquista, entregou-a ele, porém, aos cuidados de Francisco Caldeira, a quem foi passado regimento, depois de escolhidas três embarcações providas de todo o necessário, inclusive de víveres bastantes para seis meses. No dia de Natal de 1615, iniciava-se assim a Nova Jornada do Grão-Pará e Rio das Amazonas. A 10 de janeiro de 1616, chegariam os expedicionários ao sítio que lhes pareceu melhor para um estabelecimento duradouro e capaz de assegurar-lhes o domínio de uma das bocas do rio-mar, objeto, já então, da cobiça de franceses, ingleses e holandeses. Ao forte de madeira que logo se começou a construir, coube o nome de Presépio. E à cidade cujos fundamentos se lançaram pela mesma ocasião, o de Santa Maria de Belém.

Essa efetiva expansão da América portuguesa, ao longo do litoral até a Amazônia e pouco depois até o Oiapoc, representa o remate natural de um movimento progressivo que se iniciara 30 anos antes com a ocupação e colonização das terras ao norte de Itamaracá. E é da nova cidade de Belém do Grão-Pará, convertida por sua vez em núcleo expansionista, que, passados mais 20 anos, um dos companheiros de Francisco Caldeira, e antigo herói de Guaxenduba – o Capitão Pedro Teixeira –, irá subir a corrente do grande rio até o Napo, de onde alcançará Quito, para lavrar, na viagem de volta, o famoso Auto de Posse, destinado a assinalar o extremo ocidente do Brasil.

CAPÍTULO V

O DOMÍNIO HOLANDÊS NA BAHIA E NO NORDESTE

Interesses de mercadores holandeses no Brasil

O INTERESSE dos mercadores dos Países Baixos pelo Brasil foi um fato que antecedeu de muito os ataques empreendidos pela Companhia das Índias Ocidentais, em 1624, contra a Bahia e, em 1630, contra Pernambuco. Esses ataques explicam-se por aquele interesse, visto que uma parte não negligenciável da economia holandesa dependia do suprimento regular do açúcar brasileiro. Faz-se, pois, necessário recuar um pouco no tempo, para uma perspectiva melhor dos acontecimentos que na segunda e terceira décadas de 1600 se desenrolam no nosso país.

Portugal e Países Baixos, antes da união daquele à Coroa espanhola, mantinham largo comércio, no qual os navios neerlandeses traziam para os portos portugueses não só mercadorias do norte da Europa – trigo, madeira, metais e manufaturas diversas – como produtos da sua própria indústria, sobretudo peixe, manteiga e queijo; de torna-viagem carregavam o sal grosso de Setúbal, vinhos, especiarias e drogas do Oriente e da África, açúcar e madeiras do Brasil. Ao ser aquele país envolvido na luta entre a Espanha e os "rebeldes" holandeses em 1580, esta negociação era-lhe de vital importância.

Por mais de uma vez (1585, 1596, 1599) navios neerlandeses sofreram, por ordem dos Filipes, embargos mais ou menos prolongados em portos de Portugal, ocasionando interrupções temporárias do comércio e conseqüente escassez dos gêneros que ali iam buscar, sobretudo do sal, ingrediente essencial às indústrias do pescado e dos laticínios. Tal fato forçou os holandeses a procurar o abastecimento de sal nas ilhas de Cabo Verde, com o que iniciaram a sua navegação rumo às colônias ultramarinas ibéricas.

Entretanto, tornara-se de tal modo indispensável para a economia

portuguesa a navegação dos holandeses, que os Reis da Espanha cederam aos protestos dos mercadores e à ameaça de fome que se esboçava no país, com o suprimento insuficiente de cereais. Depois de outras vicissitudes, com a assinatura da Trégua dos Doze Anos (1609-21) entre a Espanha e os Países Baixos, o comércio luso-holandês reiniciou-se sem empecilhos, e foi durante esse período que se intensificou o interesse da Holanda pelos gêneros levados do Brasil.

Desde a segunda metade do século XVI que nos Países Baixos os mercadores se tinham voltado para o comércio do açúcar, sendo que um engenho, o de São Jorge, na Capitania de São Vicente, fora adquirido por um banqueiro de Antuérpia. A princípio, a negociação com o Brasil se fazia em navios portugueses, mas os donos dos carregamentos eram holandeses ou alemães, como bem o ilustra o caso do apresamento, em 1581, do navio *São João*, recolhido a um porto da Inglaterra. Perante o Almirantado inglês fez-se a prova de que, das 428 caixas de açúcar nele transportadas, 350 pertenciam a três comerciantes holandeses e a um alemão, e as 78 restantes ao mestre e à tripulação do barco.

A mais antiga notícia da presença no Brasil de navios holandeses é do ano de 1587, quando Robert Withrington, ao atacar a Bahia, encontrou ancorada no Recôncavo uma urca de Vlissingen de 250 toneladas fretada por um "mercador flamengo" ali residente e casado com mulher portuguesa. O Prof. Engel Sluiter informa que a documentação contemporânea contém referências a mais de 100 navios holandeses e alemães em serviço de transporte no Brasil no período de 1587 a 1599, e que de 1600 a 1605 esse total deveria ser pelo menos duplicado.

Documentos de fins do século XVI e começos de XVII – papéis do Santo Ofício e registros notariais holandeses e alemães – revelam que os holandeses não só contribuíram com a sua experiência comercial para a refinação e distribuição na Europa do açúcar brasileiro, como participaram no financiamento dos engenhos, em geral através de comerciantes portugueses (muitos dos quais cristãos-novos) de Viana do Castelo e do Porto.

O predomínio dos capitais e transportes neerlandeses foi de tal monta, que em uma representação dos mercadores dessa nacionalidade em 1622, dirigida aos Estados Gerais dos Países Baixos, encontra-se a informação de que, durante a trégua de 1609-21, cerca de 40 a 50 mil caixas de açúcar tinham sido para ali levadas, anualmente, do Brasil; que de metade a dois terços do comércio de transporte do Brasil estivera em mãos holandesas e que, se em 1594 existiam nas Províncias Unidas 3 ou 4

refinarias de açúcar, seu número, em 1621, subira a 29, sendo 25 só em Amsterdã. Vê-se, assim, como o produto dos engenhos passara a representar um grande interesse para a economia neerlandesa.

Quando, ao expirar a Trégua, reiniciou-se a guerra com a Espanha e veio ameaçar o abastecimento do açúcar, os comerciantes holandeses nele empenhados aconselharam a tomada do Brasil. No mesmo ano de 1621, fundou-se na Holanda a Companhia das Índias Ocidentais, à qual os Estados Gerais concederam o monopólio por 24 anos do comércio, navegação e conquista das terras das Américas e parte das da África. É de 12 de setembro de 1622 a sugestão de que "para a Companhia nada seria mais proveitoso do que a conquista do Reino do Brasil", e de abril de 1623 a proposta do comerciante de Amsterdã, Jan Andries Moerbeeck, no mesmo sentido. Pode-se concluir, portanto, que a decisão do ataque ao Brasil não foi uma aventura de corsários, nem uma iniciativa de cristãos-novos e judeus, mas uma ação planejada na linha de interesse dos Países Baixos.

O ataque à Bahia

O primeiro projeto, elaborado no mesmo ano de 1623, foi posto em prática contra a Bahia em maio de 1624, com importantes forças militares e sob comandantes experimentados e bravos. Na Espanha e em Portugal a notícia da captura da capital da colônia brasileira teve enorme repercussão e despertou o patriotismo da nobreza, que em grande número se alistou para o combate. Uma poderosa esquadra ibérica conjunta, a maior que até então cruzara o equador, libertou a Bahia em abril de 1625.

Essa derrota e outras mais sofridas na África e nas Antilhas por esquadras holandesas, expedidas pela Companhia das Índias Ocidentais, foram sobejamente compensadas com os lucros da incursão de Piet Heyn à Bahia em 1627, com os da captura, pelo mesmo heróico almirante, da "frota da prata" espanhola, em 1628, e ainda com os do apresamento de grande número de navios portugueses ou a serviço de portugueses, ao regressarem do Brasil ou das Índias Orientais com valiosas cargas.

O ataque a Pernambuco. O estilo da "guerra brasílica"

Foi assim possível dispor, em 1630, um segundo ataque ao Brasil, desta vez contra Pernambuco, que era capitania de donatário e mal aparelhada na sua defesa, mas a principal e mais rica região produtora de açúcar no mundo de então. Existiam, aí e nas capitanias vizinhas, mais de 120 engenhos, que, nas melhores safras, davam mais de mil toneladas do produto. Embora fossem enormes as perdas com a captura dos navios de transporte, ainda

assim o açúcar que chegava ao destino era suficiente para fazer prósperos os senhores dos engenhos. A descrição do luxo dos grandes proprietários territoriais de Pernambuco constitui assunto já muito vulgarizado através dos relatos de testemunhas contemporâneas, como o Padre Fernão Cardim, Frei Manuel Calado do Salvador e Adriaen Verdonck.

Pernambuco era bem conhecido dos holandeses, pois muitos aí negociavam ou residiam, e alguns aparecem citados nominalmente em documentos da época. Nem todos eram comerciantes; havia também técnicos, como o já citado Verdonck, que era mineiro, e Pieter van Bueren, engenheiro.

A conquista dos aglomerados urbanos de Olinda e do Recife fez-se com facilidade, mas a ocupação da zona rural, onde se estendiam os latifundiários canavieiros e residiam os grandes proprietários, ofereceu extrema dificuldade para os invasores. Exatamente o oposto do que viria ocorrer na campanha da restauração de Pernambuco, em 1645, quando o interior foi rapidamente reconquistado pelos luso-brasileiros, mas as cidades resistiram por nove anos. Sérgio Buarque de Hollanda, ao fazer essa observação, salienta o fato como demonstração do caráter nitidamente rural da colonização portuguesa, em oposição ao cunho urbano da civilização holandesa.

O incessante reforço de tropas, a presença de militares experimentados, como o alemão Sigemundt von Schkoppe e o polonês Crestofle Arciszewsky, e o auxílio de trânsfugas da terra levaram a melhor sobre os defensores luso-brasileiros depois de cinco anos de luta, durante os quais o auxílio da metrópole ibérica tinha sido descontínuo e insuficiente. A grande figura dessa parcialidade foi Matias de Albuquerque, natural de Lisboa, mas com larga residência em terras do Brasil. Foi nesse período de luta que se ajuntaram no mesmo esforço as várias raças que constituem o substrato do povo brasileiro. Ainda então foi que se começou a aprimorar o estilo da "guerra brasílica", o do ataque de surpresa, o da dispersão das tropas, o da mobilidade dos combatentes, o da iniciativa individual. Uma antecipação do estilo brasileiro de jogar futebol, tão bem fixado por Gilberto Freyre, como "um conjunto de qualidades de surpresa, de manha, de astúcia, de ligeireza e ao mesmo tempo de brilho e de espontaneidade individual... alguma coisa de dança e de capoeiragem". De dança teria a luta, a que assistiram, do alto das muralhas, os defensores do Arraial Velho, de três brasileiros contra alguns flamengos: "parecia-nos que toureavam, pelo valoroso desenfreado com que obravam", relembra um observador.

Anos mais tarde, um mazombo de Pernambuco haveria de orgulhar-se das ações de seus conterrâneos, ao recordar sobretudo "a ciência experimental" que "os naturais da terra" tinham do estilo da guerra de emboscadas. E argumentava jactancioso, referindo-se aos reinóis: "se os Governadores nos propusessem os seus pareceres, antepondo o dos expertos na guerra brasílica, quiçá não sucedera o que sucedeu a Antônio Teles da Silva, quando mandou desalojar os holandeses de Itaparica contra o voto do Mestre de Campo Rebelinho e de todos os mais peritos da guerra americana, porque não perdera a flor da infantaria, cabos e o mesmo Rebelinho; nem tampouco acontecera o que aconteceu a D. Luís de Rojas, por dizer que não era macaco para andar pelos matos, porque não seria derrotado e morto como foi... nem finalmente seria necessário ao Conde de Bagnuolo a sua retirada para a Bahia, se submetera os seus ditames ao dos naturais." Era já o sentimento de ufania por uma contribuição brasileira à arte militar.

Um holandês ilustre, Michiel von Goch (1603-68) testemunha presencial da segunda Batalha dos Guararapes (19-IV-1649), referiu-se às tropas luso-brasileiras como "ligeiras e ágeis por natureza... de modo que atravessam e cruzam os matos e brejos, sobem os morros tão numerosos aqui e descem-nos, tudo isso com uma rapidez e agilidade verdadeiramente notáveis".

João Maurício de Nassau-Siegen

A este tempo, porém, "a ciência experimental" da guerra brasílica tivera que ceder o campo à forte superioridade em homens e armas dos flamengos. A perda da Paraíba, do Arraial Velho do Bom Jesus e da Fortaleza de Nazaré forçou os defensores à retirada para o sul da capitania. Daí, em 1637, os iria expulsar, em direção à Bahia, um jovem militar nomeado "Governador, Capitão e Almirante-general das terras conquistadas ou por conquistar pela Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, assim como de todas as forças de terra e mar que a Companhia aí tiver". Era ele o Conde João Maurício de Nassau-Siegen (1604-79), então com 33 anos de idade, de excelente físico e de uma disposição jovial que o fazia apreciado de todos. Era como que uma figura do Renascimento, amigo e protetor de letrados e artistas e comprazendo-se na sua companhia. Revelou-se ainda um administrador capaz e, sob vários aspectos, um homem muito superior aos que o cercavam.

Simples coronel de cavalaria, iniciou em 1636, no melhor local de Haia, à margem do Vijver, a construção de sua bela casa e, sem grandes recursos para custeá-la, aceitou a nomeação para o Brasil, com o alto

salário mensal de 1.500 florins, além de outras vantagens, obtendo logo um adiantamento de 15.000 florins. Era também uma oportunidade para dar largas à curiosidade do seu espírito cultivado, como o demonstrou ao fazer-se acompanhar de dois pintores, Frans Post e Albert Eckhout, aquele paisagista e este figurista, e de cientistas como Jorge Marcgrav e Willem Piso (ou Guilielm Piso, como assinava a esse tempo).

Depois de assegurar o limite sul da capitania e de empreender a captura de São Jorge de Minas, na África (1637), tentou um ataque à Bahia, no que, entretanto, não teve êxito (1638). Em 1641, conquistou ainda Sergipe, Maranhão, a ilha de São Tomé e Angola, sendo esse o momento de maior expansão geográfica da colônia holandesa do Brasil e da África.

Pôde então dedicar-se à sua tarefa de administrador. Mandou vender a crédito os engenhos de açúcar abandonados pelos proprietários, que se haviam retirado para a Bahia com as tropas luso-brasileiras, animando os compradores com as grandes possibilidades de lucro que a paz restabelecida lhes prometia. Os mercadores, igualmente confiantes, adiantaram capitais aos senhores de engenho, com o que lhes foi possível restaurar as propriedades, plantar os canaviais e adquirir escravos.

Reformou nos moldes da Holanda a organização municipal portuguesa, substituindo as Câmaras pelos Conselhos de Escabinos (*Schepenen*) e estabelecendo uma autoridade como que de promotor público para defender os interesses da Companhia, também com funções de polícia, os chamados Escoltetos (*Schouten*). Funcionários foram encarregados de administrações distritais, nas Alagoas, Paraíba, Itamaracá e Rio Grande do Norte, criando ainda emblemas e selos para as principais regiões da zona ocupada e para determinados serviços públicos (Alto Conselho, Corte de Justiça etc.).

Atendia pessoalmente as queixas dos moradores luso-brasileiros, e em certa ocasião chegou a prender e mandar embarcar para a Holanda o Conselheiro Político Hendrik Schilt, acusado de ter mandado matar o Padre Álvaro Mendes de Elvas, capelão do Engenho Ubu, com o fito de roubar a prata da igreja. Pela atenção com que a favorecia, recebeu o maior elogio que se poderia esperar da população católica do país, o ser comparado a Santo Antônio, a quem ninguém recorria sem se ver atendido. Ele próprio socorria muitos necessitados que o procuravam com seus problemas: a um negro pertencente à Companhia deu 19 florins para tratamento de carbúnculo; "a um velho português", 1 florim e 8 *schellingen*; a "uma portuguesa muito velha de mais de 100 anos, vinda de Angola", 19 florins; a "um negro atacado de vermes", 5 florins, para "o enterro de jovens chilenos", 5 florins e 12 *schellingen* etc.

Proibiu por edital que os agiotas cobrassem juros superiores a 18% ao ano, de empréstimos com garantia real, de mais de 12% de empréstimos garantidos com hipotecas ou penhores; fez encampar pela Companhia dívidas de senhores de engenho e lavradores, vítimas de usura de prestamistas e comerciantes holandeses e judeus; protestou contra as enormes custas e propinas cobradas pelos funcionários da justiça.

Tolerância para com os católicos

Sobretudo digna de nota foi sua atitude de tolerância para com os católicos. Representante de uma instituição originada no espírito militante do Calvinismo, evitou as medidas extremas de repressão pedidas pelos *Predikants*, contra o que eles chamavam "superstições e insolências dos papistas", isto é, contra festas de igreja e procissões ou alguma atitude hostil dos católicos. Embora a carta de privilégio da Companhia das Índias Ocidentais e outros documentos legais posteriores concedessem aos povos submetidos liberdade de consciência e, com algumas restrições, liberdade de culto, os ministros calvinistas solicitavam continuamente providências contra os católicos que saíam à rua a conduzir "o ídolo do Rosário", que batizavam crianças negras e índias, que abençoavam a moenda dos engenhos nas botadas etc.

Frei Manuel Calado recorda o episódio em que João Maurício lhe disse "em secreto que também lhe daria licença para dizer missa às portas fechadas", no próprio recinto urbano do Recife holandês. Tal atitude é confirmada por padres jesuítas – tão particularmente odiados pelos calvinistas – ao mencionarem o seu "bom natural" e o fato "de não ser mal afeto aos portugueses e à fé romana" assim como por frades capuchinhos franceses que o consideram "propício e benéfico" e "não respira ameaças de morte contra os católicos, mas é pacífico e manso e só lhe achamos falta da luz da fé, para ser um homem completo".

Entretanto, tal atitude – compartilhada por um Dirk Codde van der Burgh – não era generalizada; pelo contrário, os *Predikants*, através dos seus consistórios anuais, insistiam na restrição do culto religioso católico e, certamente por sua influência, vieram a conseguir que aos moradores do Maranhão, quando da conquista deste em 1641 pelas armas holandesas, não fosse concedida liberdade de consciência.

Perseguição aos israelitas

Católicos e calvinistas concordavam, porém, num ponto: na repulsa à liberdade de culto aos judeus. Tinham estes duas sinagogas na capital do Brasil holandês: *Zur Israel* no bairro do Recife e *Maguen Abraham* em Maurícia, além de outras na Paraíba e no Penedo. Parecia-lhes escandalosa a liberdade de que goza-

vam aqui, quando em toda parte estavam sujeitos a restrições. Os católicos, por exemplo, protestavam contra as "favoráveis liberdades aos israelitas, tendo suas esnogas públicas, cousa tão escandalosa ainda a mouros e turcos". Os calvinistas em 1640 estavam alarmados com a ousadia deles, que era "tão grande que não somente se reúnem publicamente no mercado aqui no Recife, como também se preparam para construir uma sinagoga", e pediam "que o que ficou referido seja remediado". A tanto chegou a perseguição das autoridades holandesas de Pernambuco contra os israelitas, que tiveram estes de obter dos Estados Gerais da Holanda, em 7 de dezembro de 1645, medidas protetoras.

Política tolerante para com os portugueses

Do ponto de vista político, a atitude do Conde de Nassau com relação aos portugueses foi igualmente de compreensão e tolerância. Escreveu ele no seu chamado "testamento político" (Recife, 6-V-1644) que "os portugueses serão submissos se forem tratados com cortesia e benevolência", pois "sei por experiência que o português é uma gente que faz mais caso da cortesia e do bom tratamento do que de bens". ("Attention à la courtoisie, elle joue un grand rôle dans les rapports", aconselha ainda em 1957 um guia de Portugal.) De como assim ele procedeu e como medida da simpatia, que lhe devotaram os moradores luso-brasileiros, a carta, até hoje inédita, que os Escabinos portugueses do Recife dirigiram aos Estados Gerais quando lhes constou que o conde estava em vésperas de regressar à pátria, é ilustrativa e verdadeiramente profética. Francisco Berenguer de Andrada, Antônio Cavalcanti, Antônio de Bulhões e João Fernandes Vieira – futuros cabeças da Insurreição de 1645 – que subscreveram a carta, datada de Cidade Maurícia em 14 de setembro de 1642, diziam: "não sabemos encarecer a Vossas Serenidades com palavras o muito que sentiremos com sua partida e deixada à parte a nossa conveniência, afirmamos a Vossas Serenidades pela experiência e notícia que temos desta terra do Brasil, da natureza e inclinações dos moradores, das necessidades e circunstâncias do governo que aqui se requer, e da disposição, modo, viver, entendimento e afabilidade e mais partes do dito Senhor no governar, que se ele se ausenta deste Estado, muito em breve se há de tornar a aniquilar tudo o que com sua presença floresceu e se alcançou."

Politicamente muito hábil, como atitude de conciliação, foi a convocação no Recife de uma assembléia de deputados da população luso-brasileira (1640), na qual – visando obter o seu apoio na luta para afastar do território ocupado os campanhistas – lhes deu oportunidade de apresentar queixas contra toda espécie de abusos de pequenos e altos funcio-

nários holandeses e de sugerir várias providências. Algumas propostas então apresentadas foram favoravelmente acolhidas e por esse fato foi ela comparada, por um historiador moderno, a uma "assembléia legislativa", embora não tivesse tal atribuição. Foi, aliás, essa reunião de representantes dos moradores, convocados por nove dias para discussão de assuntos de interesse geral, a primeira do gênero que se realizou na América do Sul.

Como elemento de informação indispensável à boa administração, Nassau mandou preparar dois relatórios muito circunstanciados acerca de toda a região ocupada no Brasil (1638 a 1639), sendo que no chamado Relatório van der Dussen se encontram os mais esclarecedores e minuciosos informes sobre a agroindústria do açúcar que se escreveram no século XVII.

Medidas contra a monocultura

Não lhe faltou sequer o cuidado de dar ao povo "pão e circo". Foi João Maurício verdadeiramente um precursor na luta contra os efeitos da monocultura no Nordeste. Voltados apenas para os lucros do açúcar, os senhores de engenhos e lavradores de canaviais não animavam seus escravos a plantar roças de mandioca – que era "o pão do país". Daí terríveis crises de abastecimento, em que a farinha de mandioca atingia preços excessivos, com o que sofriam todos os moradores, "especialmente os pobres", como diz o edital que Nassau publicou em 18 de janeiro de 1638. Nele determinava que os senhores de terras e lavradores de canaviais e de roças plantassem 200 covas de mandioca por escravo que tivessem. Novos editais no mesmo sentido foram publicados em 13-IV-1638, 18-I-1639 e 15-IV-1640, sendo que neste último, considerando o não-cumprimento das suas ordens, ordenava "que nenhum senhor de engenho nem lavrador de canas de qualquer qualidade e nação que seja, comece a fazer açúcar esta safra seguinte, que tem princípio no 1º de agosto, sem ter primeiro plantado 300 covas de mandioca por cada peça de trabalho negro e negra que tiver". Deu ainda exemplo magnífico, mandando plantar junto à sua residência vasto pomar com árvores de fruto: 852 laranjeiras, 50 limoeiros, 80 pés de limões-doces, 80 romãzeiras, 66 figueiras, além de 700 coqueiros – que mandou transplantar para o seu jardim, já em pleno desenvolvimento, num trabalho técnico pioneiro – e ainda mamoeiros, jenipapeiros, mangabeiras, cajueiros etc.

Do cajueiro, revelou-se defensor constante, proibindo a sua derrubada, como se lê nas *Dagelijkse Notulen* do Alto Conselho de 11-X-1640, 17-III e 9-IX-1641, e no edital de 1-III-1644, no qual se declara que o Conde de Nassau informara aquele Conselho de que, "não obstante o edital já publicado, cajueiros têm sido derrubados para lenha e outros usos,

pelo que os moradores pobres que em parte se alimentam dos seus frutos, têm sido bastante prejudicados", e se impunha multa pesada aos contraventores.

Certamente com o propósito de proteção às populações pobres, que utilizavam os peixes de água doce para seu sustento, proibiu "o lançamento de bagaço [de cana] nos rios e açudes", aliás neste ponto reiterando determinação anterior, que vinha da administração portuguesa (*Dag. Notule* de 5-III-1642).

"Circo para o povo"

Não esqueceu igualmente de divertir o povo organizando grandes cavalhadas em 1641 (no local do atual Cais Martins de Barros, à margem do Capibaribe), para as quais convidou "a todos os homens mancebos e bons cavaleiros e que tinham cavalos regalados, em toda a Capitania de Pernambuco", a elas assistindo "a gente grave subida nos palanques e teatros e a outra gente comum repartida cada um por onde pôde, e o rio cheio de batéis e barcas carregadas de homens e mulheres"; jogos de canas e laranjadas e até "uma comédia em língua francesa, com muita ostentação, suposto que pouco ou nenhum dos portugueses entendeu a letra da comédia". Célebre ficou também a farsa do "boi voador", ao anunciar, por ocasião da inauguração da ponte do Recife, que faria um boi voar. O povo, crédulo, acorreu à cidade a ver a façanha dos flamengos. Depois de fazerem aparecer nos altos de uma casa um boi de verdade, recolheram-no e fizeram surgir "um couro de boi cheio de palha e o fizeram vir voando por umas cordas com um engenho", como refere o notável cronista contemporâneo e testemunha ocular de muito do que narrou, Frei Manuel Calado do Salvador.

Melhoramentos no Recife

À atuação e ao constante interesse do Conde de Nassau, sobretudo, é que se devem os grandes melhoramentos então realizados no Recife, elevado pelos holandeses à categoria de capital de Pernambuco (no regime português o título coubera a Olinda). Entre os trabalhos feitos neste tempo podem ser apontados os de urbanismo e sanitarismo urbano, também pioneiros na América do Sul. As ruas e praças – que, como em qualquer cidade da Holanda, eram denominadas de *Heerestraat, Zeestraat, Pontstraat, Plein* etc. – foram calçadas também muito à holandesa, com tijolos. Assim nos 417 metros quadrados da *Pontstraat* foram empregados 224.000 tijolos, nos 350 metros quadrados da *Zeestraat* 188.000 tijolos, nos 298 metros quadrados do *Plein* 160.000 tijolos etc., sendo que, como proteção à pavimentação, foi proibida a passagem, pelas ruas assim ladrilhadas, de carros de bois, nos

quais se conduziam as pesadas caixas de açúcar (de mais de 300 quilos cada uma), passando a ser empregada desde então a via fluvial.

Iniciativa sua foram ainda as duas grandes pontes – as primeiras talvez de tamanha extensão que se construíram na América – ligando o bairro do Recife à Cidade Maurícia e esta ao continente. A primeira media 259 metros de comprimento e a segunda 318 metros e foram concluídas ambas em 1644.

Foi, porém, na construção da Cidade Maurícia propriamente dita que Nassau empregou toda a sua diligência de urbanista e sanitarista. Aí, ao contrário do que se deu com o bairro do Recife, cujo traçado já estava determinado pelas edificações existentes, que estipulou arruamentos regulares e drenagem dos alagados por meio de canais. Muitos duvidavam que aqueles terrenos, cobertos em grande parte pelas marés, pudessem ser esgotados e entregues ao povo. Mandou projetar, talvez pelo engenheiro Frederik Pistor (faltam elementos para afiançar a estada em Pernambuco do arquiteto Pieter Post, como se afirmou), ruas de traçado geométrico e canais, vendo-se muitas vezes o próprio Nassau "deitando as medidas e endireitando as ruas, para ficar a povoação mais vistosa". Mais de meia dúzia de pequenas pontes mandou construir sobre canais: por eles "entravam canoas, batéis e barcas para o serviço dos moradores", tudo "a modo de Holanda".

Uma extensa calçada ou dique, ladeada por um canal navegável, foi disposta por ordem sua sobre os mangais que se situavam entre a Fortaleza das Cinco Pontas – nome que os próprios holandeses lhe deram, de Vijfhoek – e a margem esquerda do Rios dos Afogados, onde também foi levantada uma ponte de 110 metros de comprimento.

"Para afervorar os moradores a fazerem casas", ele próprio fez construir, à sua custa, dois grandes edifícios, um no ponto de confluência dos rios Capibaribe e Beberibe, com a fachada voltada para o mar, construído em 1642 e denominado *Vrijburg*, e o segundo, à margem daquele primeiro rio, um tanto retirado do centro urbano, levantado em 1643 e conhecido pelo nome português de Boa Vista, com os quais despendeu grande quantia.

O jardim botânico do Conde Nassau...

Vrijburg dispunha de extenso pomar, que Frei Calado, com a graça natural de suas descrições, se compraz em recordar: "no meio daquele areal estéril e infrutuoso plantou um jardim e todas as castas de árvores de fruto que se dão no Brasil e ainda muitas que lhe vinham de diferentes partes, e à força de muita outra terra frutífera, trazida de fora das barcas rasteiras e muita soma de esterco; pôs neste jardim dois mil coqueiros, trazendo-os ali de outros lugares, porque os pedia aos

moradores e eles lhos mandavam trazer em carros e deles fez umas carreiras compridas e vistosas, a modo de alameda de Aranjués, e por outras partes muitos parreirais e tabuleiros de hortaliças e de flores, com algumas casas de jogos e entretenimentos, aonde iam as damas e seus afeiçoados a passar as festas no verão e a ter seus regalos e fazer suas merendas e beberetes, como se usa em Holanda, com seus acordes instrumentos."

... e o zoológico

O gosto do conde era "que todos fossem ver suas curiosidades e ele mesmo por regalo as andava mostrando", entre as quais se incluíam também "todas as castas de aves e animais que pôde achar, e como os moradores da terra lhe conheceram a condição e o apetite, cada um trazia a sua ave ou animal esquisito que podia achar no sertão; ali trazia os papagaios, as araras, os jacis, os canindés, os jabutis, os mutuns, as galinhas-de-guiné, os patos, os cisnes, os pavões, de perus e galinhas grande número, tantas pombas que não se podia contar; ali tinha os tigres, a suçuarana, o tamanduá, o bugio, o quati, o sagüim, a apereá, as cabras do Cabo Verde, os carneiros de Angola, a cutia, a paca, a anta, o porco javali, grande multidão de coelhos e finalmente não havia coisa curiosa no Brasil que ali não tivesse".

... e o museu artístico

Fez ainda o conde reunir, nos seus palácios, valiosas coleções de "curiosidades" da terra, tangapemas, arcos, setas, azagaias, redes e ornatos de pena indígenas, ricos mobiliários de jacarandá e de marfim, estes "elegantemente torneados e lavrados, tudo feito no Brasil" e com motivos ornamentais da flora tropical, folhas de coqueiros, cajus e abacaxis; grandes telas a óleo pintadas por Frans Post e Albert Eckhout, que foram os primeiros artistas a fixar aspectos da terra brasileira e a variedade de seus tipos humanos; e ainda vasta coleção de pintura a óleo sobre papel representando animais e plantas do Nordeste brasileiro e da África.

Colaboraram com Nassau outros artistas, como foram Zacharias Wagener (†1668), natural de Dresden, a quem se devem não só curiosos desenhos representando uma dança do culto africano no Brasil ("xangô"), o Engenho Maciape, a residência do conde antes da construção de *Vrijburg*, o mercado de escravos do Recife, além de cópias de quadros de Eckhout, como também um texto sobre indígenas, negros e animais do Brasil, intitulado *Thierbuch*; Pierre Gondreville, que fez o desenho para uma gravura que representa o assédio de Porto Calvo (1637) e que ilustra o livro de Baerle; e ainda Cornelis Sebastiaansz Golijath, que se declara "cartógrafo" do conde e que nos deixou desenhos de fortes da Bahia (1638) e um valioso mapa do Recife em 1648.

Proteção aos estudos de História Natural, Astronomia, Meteorologia, Medicina e outras ciências e artes

Favoreceu ainda os estudos de História Natural, de Astronomia e Meteorologia de Jorge Marcgrav (1610-44), inclusive mandando construir sobre o telhado da casa em que residiu de 1637 a 1642 um observatório (veja-se o desenho de Zacharias Wagener, representando "Der Hof Sein Excellenz"), no qual aquele cientista teve ocasião de observar e descrever, pela primeira vez no Novo Mundo, um eclipse solar (13-XI-1640). Obra extraordinária de Marcgrav foi o levantamento topográfico de extensa faixa territorial costeira entre o Rio Grande do Norte e Sergipe, concluído em 1643 e pela primeira vez impresso em 1647, em grande formato e sob o título *Brasilia qua parte paret Belgis*, e em várias folhas, no mesmo ano, ilustrando a bela edição latina da obra de Casper Baerle sobre o governo do Conde de Nassau no Brasil (1637-44).

Willem Piso (1611-78) veio a Pernambuco como médico do conde e aqui se dedicou a estudar as doenças que mais afligiam a população, "as qualidades médicas das produções naturais do Brasil", a natureza e o clima tropicais. A obra de Piso é de tal relevância e sem continuadores por mais de uma centúria, que foi de consulta obrigatória sobre o nosso país até o século XIX.

Além desses artistas e cientistas viveram no Recife e conviveram com João Maurício vários letrados ilustres: Johan Bodecher Benning (1606-42), professor de Ética e, depois, de Física na Universidade de Leyde, da qual se ausentou para vir servir como Conselheiro Político no Recife, autor de vários livros, inclusive uma *Epigrammata Americana ad Comitem I, Mauricium* (Leyde, 1639), que contém uma coleção de 32 epigramas em verso latino acerca de assuntos brasileiros; Elias Herckmans (1396-1644), também autor de alguns livros, o qual serviu no Brasil como Conselheiro Político e a quem se deve uma valiosa *Descrição Geral da Capitania da Paraíba* (1639); Constantijn l'Empereur (1591-1648), especialista em literatura talmúdica e rabínica, que serviu em 1639 no Recife, como conselheiro; Servaes Carpentier (1599-1645), médico e funcionário da Companhia das Índias Ocidentais no Recife, autor de importantes relatórios acerca do Brasil holandês; Franciscus Plante, predicante formado em Teologia em Oxford e poeta latino etc.

A importância do Recife no século XVII

O progresso urbano do Recife e o relevo cultural e artístico que se devia à ação do Conde de Nassau explicam a iniciativa tomada em 1639 pela Câmara dos Escabinos de propor que a capital de Pernambuco fosse denominada Cidade Maurícia,

idéia que mereceu aprovação do Alto Conselho, que era o órgão competente no caso. Sob esse nome compreendiam-se o bairro do Recife propriamente dito – isto é, a península em que se situava o porto – e o bairro localizado na ilha de Antônio Vaz; pouco a pouco, porém, a designação restringiu-se a este último, que por sua vez se subdividiu em Velha Cidade Maurícia – o recinto fortificado no extremo norte da ilha, onde antes da chegada do conde existiam algumas poucas edificações, das quais a mais importante era a Igreja e Convento de Santo Antônio dos franciscanos (1606) – e a Nova Cidade Maurícia, que era realmente a parte nova, urbanizada por iniciativa de Nassau. Nesta última, construíram-se jardins públicos e uma Igreja Francesa, isto é, da comunidade reformada dessa nacionalidade.

A importância atingida então pelo Recife como sede do governo holandês da colônia, como seu principal núcleo comercial e militar, como centro de abastecimento das várias conquistas feitas no Brasil e das dependências da África, explica por que chegou a ser a mais notável cidade da costa atlântica das Américas no século XVII; por essa evidência explica-se também o fato de, no mais antigo mapa do Portugal, do Padre Carrafa (1645-49), publicado num dos atlas de Johannes Blaeu, serem os graus de longitude contados a partir do Recife.

Franceses no Recife holandês

Era então o Recife um importante e heterogêneo agrupamento populacional no Novo Mundo, o qual excedia o número de seis mil pessoas. A ocupação holandesa tinha trazido para o Brasil gente de várias partes da Europa. Numerosos franceses, soldados, comerciantes e ministros protestantes aqui viveram, muitos dos quais eram católicos às escondidas ou declaradamente; francês e católico foi Louis Heins, um dos mais ricos comerciantes do Recife desse tempo. A comunidade calvinista construiu uma Igreja Francesa na Nova Cidade Maurícia, onde pregavam ministros reformados da mesma nacionalidade, como um ex-frade augustiniano, Vincent Joachim Soler, que é uma das figuras mais interessantes da sua época, autor de uma carta que, em 1639, mereceu as honras da publicidade onde expunha "várias particularidades do Brasil".

Franceses foram ainda Augusto de Quelen, bretão, autor de uma *Brieve Relation de l'Estat de Phernambucq* (1640), e Pierre Moreau, do Charolais, que escreveu um relato sobre a campanha da Restauração dos anos de 1646-47. Aliás convém recordar que a guerra de Pernambuco não passou despercebida na França: a ela se refere, nos seus *Fragments Historiques*, o próprio Jean Racine. Franceses serviram também, ao lado

dos luso-brasileiros, contra os holandeses: é o caso, entre outros, de Pedro Garsin, engenheiro, e de Francisco Dumont, especialista em artifícios militares de fogo.

Ingleses

De ingleses houve uma companhia militar a serviço dos invasores, comandada pelo Capitão John Goodlad (chamado "Bon Garçon"); ilustres militares ingleses no Recife foram o Coronel James Henderson (o vencedor de Luanda), os majores Sedneum van Poynts e Philip Andrewes. Militar era Cuthbert Pudsey, autor de um relato da guerra do Brasil que até hoje permanece inédito na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Houve ainda um padre anglicano Samuel Bachiler, que esteve na Paraíba e no Recife onde prestava assistência religiosa a seus concidadãos.

Escoceses

Escoceses eram muitos dos pequenos comerciantes que no Recife, como na colônia holandesa de Nova Amsterdã (Nova Iorque), exerciam seu negócio como mercadores ambulantes; contra eles levantava-se freqüentemente o ódio dos holandeses – alegavam que chegados da Europa com suas fazendas dirigiam-se incontinenti ao interior e, concluído o negócio, regressavam sem nada contribuir para o progresso do país. Apelidaram-nos "chineses" e "chatins".

Numerosos eram também os alemães, e entre eles salientou-se Sigemundt von Schkhoppe, comandante-chefe das forças holandesas no Brasil de 1647 a 1654, sobre cuja origem e família quase nada sabemos. O próprio Conde de Nassau nascera na Alemanha, como ainda o cientista Marcgrav. Nem faltavam poloneses como o Coronel Arcizewsky (1592-1656) ou dinamarqueses e suecos.

Israelitas

Ao lado dessas nacionalidades havia ainda israelitas, quer *aschkenazim*, quer *sfardim*. Esses últimos, sobretudo, constituíam uma importante comunidade no Recife, a qual, embora contasse pouco mais de mil pessoas, era economicamente muito poderosa. Tinham chegado a Pernambuco desde os primeiros tempos da conquista holandesa, alguns como militares nas hostes da Companhia das Índias Ocidentais; com a consolidação da conquista, o número dos que se passaram ao Brasil aumentou. Dada a sua adaptação ao clima tropical e o fato de, originários da Península e residentes na Holanda, falarem o português e o holandês, estavam em condições muito favoráveis para servir de intermediários entre as duas populações. Realmente, a função de corretor foi uma quase especialização dos *sfardim* do Recife, embora a grande maioria vivesse do comércio de açúcar e de escravos; outros, de emprestar dinheiro a juros. Pouco antes de 1654 começavam a dominar também os contratos de cobrança de impostos.

Todos estes fatos explicam por que quase todos os negócios passavam-lhes pelas mãos e daí o ódio que contra eles acumularam os seus concorrentes holandeses. Essa animosidade chegou a constituir-se numa verdadeira campanha anti-semita. Data de 1637 o primeiro protesto contra as atividades dos judeus de Pernambuco, dos quais se dizia "ser gente inclinada a enganos e falências... e odiosa a todas as nações do mundo". Gozavam eles, aliás, no Brasil, de regalias que não possuíam em Amsterdã, como fosse o pequeno comércio, ou comércio a retalho. Em 1641, sob a alegação de que "os judeus de todos os recantos do mundo estão se mudando para aqui", os Escabinos holandeses do Recife, em nome dos seus concidadãos, escreveram que eles já dominavam tudo, "de modo que os cristãos passaram a meros espectadores dos negócios dos judeus", sendo que "a grande razão da superioridade que eles têm sobre os nossos é que usam da mesma língua dos naturais do país"; e concluíam por pedir que fossem proibidos "de manter loja aberta e vender a retalho". Em algumas ocasiões foram atacados fisicamente em distúrbios de rua; um judeu blasfemador foi apanhado e apedrejado impiedosamente; um outro, que cheio de dívidas se suicidara, teve o seu enterro proibido e determinou-se que o cadáver fosse exposto numa forca.

Residiam eles, na sua maior parte, numa rua do Recife que passou então a ser denominada de *Jodenstraat* (Rua dos Judeus), tendo ainda um cemitério privativo, fora da cidade. Nomes ilustres da comunidade de *stardi* da Holanda transferiram-se para o Recife, como foram o rabino Isaac Aboad da Fonseca (1605-93), que aqui esteve de 1642 a 54; o leitor (*hazzan*) Mosseh Raphael de Aquylar, substituído depois por Jehoshua Velozino; o Professor (*ruby*) Samuel Frazão; o médico Dr. Abrahão de Mercado; o jovem estudante de Medicina e Filosofia Isaac de Castro (que viria a morrer em Lisboa, impenitente, na fogueira da Inquisição, em 1647) e outros.

De Aboad da Fonseca é a primeira obra literária israelita escrita na América: o seu poema hebraico *Zekher asiti leniflaot El* (Erigi um Memorial aos Milagres de Deus), composto no Recife em 1646.

Dos *aschkenazim*, que eram em muito menor número, podem ser apontados alguns nomes: Jehudah bar Jacob Polaco, Solomon ben Jacob e poucos mais.

Luso-brasileiros

Com relação aos luso-brasileiros um documento holandês contemporâneo (1638) refere que as mulheres e os homens "pouco têm de bonitos: são secos de rosto e corpo e a tez é escura; de ordinário, as mulheres ainda moças perdem os dentes, e pelo cos-

tume de estarem de contínuo sentadas não são tão ágeis quanto as holandesas".

Refere também que se contentavam com muito pouco, que não tinham nenhum gosto por objetos de arte e que as mulheres viviam excessivamente reclusas: "os portugueses, sem distinção de pessoas, são pouco curiosos com relação às suas casas e economia doméstica, contentando-se com uma casa de taipa, contanto que vá bem o seu engenho ou a sua plantação. Possuem poucos móveis, além daqueles que são necessários para a cozinha, cama e mesa, e não podem ser dispensados, sendo que o seu maior luxo consiste em servirem-se de baixela de prata. Os homens usam pouco de vestidos custosos... as mulheres, porém, vestem-se custosamente e se cobrem de ouro... só saem cobertas e são carregadas em uma cadeira de preço [isto é, em palanquins]... No tocante a quadros e outros ornatos para cobrir as paredes, os portugueses são destituídos de toda a curiosidade e nenhum conhecimento têm de pinturas."

O documento holandês acentua ainda a frugalidade dos luso-brasileiros na alimentação diária, em contraste com a fartura e variedade da dos dias de festa, que tamanha admiração causou a visitantes dos séculos XVI e XVII: "não há profusão nos seus alimentos, pois podem sustentar-se muito bem com um pouco de farinha e um peixinho seco, conquanto tenham galinhas, perus, porcos, carneiros e outros animais, de que também usam de mistura com aqueles mantimentos, sobretudo quando recebem em casa algum amigo."

Não obstante isso, casamentos entre estrangeiros e mulheres luso-brasileiras foram em maior número do que se tem admitido; pelo contrário, foram muito raras as uniões entre portugueses do Brasil e mulheres holandesas ou vindas da Europa com os invasores. Frei Manuel Calado refere que não houve caso em que "português algum de Pernambuco se afeiçoasse a mulher das partes do Norte, não digo para casar, mas nem ainda para tratar amores ou para alguma desenvoltura", ao contrário das mulheres, das quais quase 20 "se casaram com os holandeses, ou para melhor dizer se amancebaram, pois se casaram com hereges e por Predicantes hereges". Quanto aos homens enganou-se o frade, pois o padre jesuíta apóstata, Manuel de Morais, casou-se a esse tempo e por duas vezes, na Holanda, com holandesas; e há referência em 1642 ao batismo no Recife, na religião reformada, de uma criança filha de um Francisco Rodrigues e Lysbeth Janse, cujos nomes parecem sugerir uma exceção à afirmativa de Calado. De mulheres luso-brasileiras casadas com europeus do norte, podem ser apontadas várias, como Ana Pais, que

casou na religião reformada com Charles de Tourlon (o moço) e, morto este, com Gijsbert de With; Maria de Melo, que casou com Casper van der Ley, antes de 1636, tronco dos Wanderleys de Pernambuco; Leonor Cabral, casada com Abraham Tapper; uma filha de Luciano Brandão, senhor do Engenho Nossa Senhora do Rosário de Goiana, casada com Johan Wijnants, de Haarlem; Genebra Correia, casada com Jacques van der Nessen; Isabel de Asa, "natural de Pernambuco", casou com Albert Gerritsz Wedda, cujo nome se aportuguesou em Alberto Geraldo Veda, com descendência; casados com luso-brasileiras foram ainda Francisco de Brae, de Roterdã, Thomas Potts, cirurgião inglês de Londres ou New Castle, e George Gardtsman.

Outros casaram-se ou amancebaram-se com índias, como Jacob Rabe, alemão de Waldeck, Wilhelm Doncker, Jacob Kint, Gerardo Barbier e Casper Beem. Com negra parece ser o caso de Christoffel Trampelaer (ou Trampler) e Joana Ribeiro, de Matthijs Serts e Catarina negra.

Atritos entre luso-brasileiros e holandeses

Estas uniões entre os dois povos não foram suficientes para dissipar as divergências profundas entre luso-brasileiros e holandeses.

As razões para isso eram de natureza vária. Os holandeses não se tinham apoderado do Brasil com a intenção de o colonizar, isto é, de para aqui se transferir com as famílias e estabelecer um renovo da pátria; movia-os, sobretudo, o interesse mercantil. Haviam-nos atraído os grandes lucros do açúcar, fabricado nos engenhos que os portugueses tinham fundado nas terras tropicais. Para dominar o comércio do produto – e não todo o encadeamento econômico, da produção à distribuição – é que se tinham lançado ao ataque. Mas aqui encontraram uma sociedade e uma economia organizada, o que, se, por um lado, lhes prometia lucros imediatos, por outro se defrontaram com uma cultura que não se deixou subjugar.

Os interesses dos dois grupos – o dos senhores de engenho luso-brasileiros e o dos comerciantes holandeses e judeus – eram diversos; enquanto, na colônia portuguesa de então, os interesses dos plantadores predominavam sobre os dos negociantes, na colônia holandesa do Brasil os destes sobrepujavam os daqueles.

Os homens do comércio neerlandeses e a própria Companhia das Índias Ocidentais tinham emprestado somas enormes aos agricultores para restauração dos engenhos destruídos pela guerra e para fomento da produção açucareira; assim, os senhores das terras deviam fazer seus pagamentos em açúcar para liquidação das suas dívidas. Aconteceu, porém, que uma série de contratempos (incêndios em 1640, inundações e

epidemias entre os negros em 1641 e 1642, seca em 1644) e mais a queda do preço do açúcar – que era de 28 *schellingen* a arroba do branco em março de 1642 e passara para 21 *schellingen* em fevereiro de 1645, de tal ordem que uma carta oficial do governo holandês do Recife declarava que "estes preços, que ainda permanecem, são tais que, em vez de oferecer lucro aos senhores de engenhos e lavradores pelo trabalho que tiveram, não cobrem as despesas feitas e poucas esperanças lhes dão de saldar as suas dívidas" – impossibilitaram-nos de cumprir os seus compromissos, que dia a dia se agravavam com os juros enormes que lhes eram exigidos.

Por outro lado, no terreno religioso tornaram-se inconciliáveis as divergências entre os dois grupos: os luso-brasileiros, católicos devotos, e os holandeses, calvinistas intransigentes. A pregação dos padres e frades mantinha vivo o antagonismo. A proibição de entrada de novos religiosos para substituir os que morriam ou se retiravam de Pernambuco ia de fato reduzindo a validade da concessão, feita pelos invasores, de liberdade religiosa à população católica. Os moradores queixavam-se de que não tinham quem lhes ensinasse aos filhos a gramática e o latim a que "morriam muitos homens por todas as capitanias sem confissão".

Conseqüências da independência de Portugal. A expulsão dos holandeses

A independência de Portugal, reconquistada em 1640, foi um fato que reavivou o desejo dos luso-brasileiros de se verem livres da sujeição holandesa. Em data não sabida com exatidão, mas, provavelmente, em 1641, alguns dos futuros líderes da Insurreição Pernambucana, Francisco Berenguer de Andrada, Bernardim de Carvalho, Antônio Cavalcanti e João Fernandes Vieira, dirigiram uma carta a D. João IV felicitando-o pela sua ascensão ao trono, na qual se vislumbra a esperança de que não fosse Pernambuco esquecido pelo rei. A carta foi entregue por um próprio, que partiu de Pernambuco por via da Holanda, para se pôr a serviço do soberano recém-coroado.

A "aleivosia" holandesa do ataque e tomada do Maranhão, Angola e São Tomé (1641); o aprisionamento pelos holandeses de um barco português em 1643, depois da assinatura da paz entre os dois países; a chamada "traição" do Arraial do Gango, em Angola, nesse mesmo ano; o levante dos índios do Ceará contra os holandeses; o regresso de Nassau à Holanda em 1644; as maquinações de André Vidal de Negreiros junto aos moradores de Pernambuco por insinuação do governador-geral do Brasil, Antônio Teles da Silva; o apoio prometido pela própria Coroa portuguesa, em atendimento a um apelo feito por Frei Estêvão de Jesus, O.S.B., enviado por Pernambuco a Lisboa, tudo concorreu com as razões já acima

apontadas para a decisão que tomaram os moradores das capitanias conquistadas de se levantarem em armas contra os seus dominadores.

O plano estabelecido pelos conspiradores tinha por base a surpresa: os governadores e chefes militares holandeses seriam convidados para uma festa na casa de um dos conjurados e aí aprisionados, seguindo-se o ataque ao Recife. Mas a notícia transpirou e os comprometidos foram obrigados a pôr-se em campo em 13 de junho de 1645. Mal preparados militarmente, evitaram por quase dois meses o encontro com as forças holandesas lançadas ao seu encalço. Sob a orientação de um experimentado herói da "guerra brasílica", o portuense Antônio Dias Cardoso, enfrentaram os insurretos em 3 de agosto, no Outeiro das Tabocas (nas proximidades de Vitória de Santo Antão), as tropas neerlandesas comandadas por Hendrik van Haus, que foram batidas e obrigadas a recuar para o Recife.

A este tempo, dois terços de infantaria, comandados por Martim Soares Moreno e André Vidal de Negreiros, foram enviados da Bahia para Pernambuco, sob o pretexto de auxiliar os holandeses a debelar a revolta dos moradores; logo desembarcados, porém, aliaram-se a estes, e incorporados ocuparam o sul da capitania e infligiram novas derrotas aos flamengos, no campo do Engenho da Casa Forte (17 de agosto de 1645), passando a assediar o Recife.

Depois destas vitórias iniciais, a guerra caiu num impasse, que se estendeu por vários anos: os holandeses dominavam o mar e reabasteciam sem empecilhos os seus companheiros sitiados, mas não conseguiam afastar os insurgentes das suas posições. Estes, por sua vez, não podendo obter do Rei de Portugal senão um fraco auxílio militar – pois não estava em condições de enfrentar abertamente o poder militar holandês, embora às escondidas enviasse socorros a Pernambuco – viam-se forçados à inatividade.

Embora a situação parecesse francamente favorável aos holandeses, como o demonstrou o Padre Antônio Vieira no seu *Papel Forte*, o fato era que, nos Países Baixos, a situação da Companhia das Índias Ocidentais era má: os déficits acumulavam-se, a Companhia não pagava dividendos aos acionistas e ninguém queria arriscar seu dinheiro numa empresa que parecia destinada ao insucesso. Ao mesmo tempo, ali, um forte partido batia-se pela paz com Portugal, sob a alegação de que o comércio do sal de Setúbal era essencial para a indústria pesqueira holandesa e de maior importância econômica do que os lucros da colônia ultramarina.

Os Estados Gerais das Províncias Unidas decidiram, porém, auxiliar a Companhia e socorros em dinheiro, homens e armas foram encaminhados

para Pernambuco. Foi, assim, possível pôr em campo, em 1648, um exército de 5.000 homens sob o comando de Sigemundt von Schkoppe, que se dirigiu para o sul da capitania, partindo do Recife. Nos Outeiros dos Guararapes esperaram-nos os insurretos, em número de 2.200, chefiados por Francisco Barreto. Do encontro resultou uma desastrosa derrota para os holandeses (19 de abril), que pouco depois sofreram nova decepção com a retomada de Angola pelos portugueses.

Novo encontro no mesmo sítio dos Guararapes (19 de fevereiro de 1649) resultou em nova e mais grave derrota para os flamengos, que perderam mais de mil homens, inclusive o comandante-chefe, o Coronel Johan van den Brincken. Depois disto, os invasores não tentaram novas surtidas, mas a situação para sitiados e sitiadores permanecia sem modificação.

A guerra que estalou em 1652 entre a Holanda e a Inglaterra ofereceu a oportunidade para pôr fim ao impasse de Pernambuco. Em 1653 uma esquadra portuguesa sob as ordens de Pedro Jaques de Magalhães recebeu de D. João IV a missão de auxiliar os insurretos; em dezembro o cerco total do Recife holandês, agora completado por mar, tirou aos defensores a esperança de resistência. Atacadas as suas fortificações, foram obrigados a capitular em 26 de janeiro de 1654, voltando o Nordeste à Coroa portuguesa. Em 1661 os holandeses reconheceram em tratado de paz a perda de sua colônia do Brasil.

A EXPANSÃO TERRITORIAL

LIVRO QUINTO

CAPÍTULO I

A OCUPAÇÃO PORTUGUESA DO VALE AMAZÔNICO

OS PORTUGUESES foram antecedidos, no vale amazônico, pelos espanhóis e pelos anglo-holandeses. Os espanhóis, no papel de descobridores; os anglo-batavos, como primeiros ocupantes e exploradores.

Pizarro, Orellana e Pedro de Ursua

Tendo partido de Quito, em 1539, para empossar-se do país do Dourado e da canela, que o gentio situava além dos Andes, num mundo surpreendente de floresta densa e de águas abundantes, sob o comando de Gonzalo Pizarro, irmão de Francisco Pizarro, conquistador do Peru, os espanhóis atingiram a região no trecho banhado pelas águas do Coca-Napo. Francisco de Orellana, que assumiu a direção do grupo destacado para prosseguir na façanha reveladora, buscando os alimentos que matassem a fome da expedição, desceu os dois rios, atingindo o Marañon. Prosseguiu por este, indo alcançar o Atlântico a 24 de agosto de 1542. Havia realizado uma aventura em grande estilo, percorrendo a Amazônia de oeste a leste. E ao se defrontar com grupos indígenas com que combatera, na altura do Nhamundá, imaginando-os mulheres, dera ao rio, cuja calha central estava percorrendo, o nome de rio das Amazonas, abandonando o primitivo, de Orellana, que lhe havia posto. Orellana, em 1545, regressou ao Amazonas, na condição de Adelantado. Vinha iniciar o empossamento da região para a Casa dos Áustrias. Foi, porém, malsucedido: naufragou, malogrando a iniciativa colonizadora.

Em 1560, nova expedição espanhola penetrou na Amazônia, percorrendo-a também de oeste a leste, vindo do Peru e alcançando o Atlântico, em julho de 1561. Comandou-a o General Pedro de Ursua que, no decorrer da viagem, foi assassinado pelos companheiros, chefiados pelo aventureiro Lopo de Aguirre, ocorrendo, então, um episódio a que os historiadores da expansão espanhola na América dão uma importância particular. É que os *marañones*, nome por que se conhecem os membros da jornada,

desligaram a região do domínio espanhol, como primeiro passo para uma empresa posterior de maior envergadura, que abrangesse os demais trechos do império dos Áustrias no Novo Mundo.

As duas expedições ligam-se ao ciclo dos descobrimentos geográficos, que marcaram os primeiros tempos na América. Deve-se-lhes, evidentemente, a revelação do imenso espaço em estado de natureza, logo indicado à cobiça dos outros povos que disputavam o domínio das novas terras em revelação.

Ingleses e holandeses no Amazonas

Os ingleses e os holandeses, que vieram realizar a façanha, começaram em 1596, quando atingiram o delta amazônico, iniciando a montagem de feitorias e de pequenos estabelecimentos militares que lhes garantissem a aventura. A princípio, as incursões ligavam-se aos propósitos de concorrência individual aos espanhóis. Pequenas expedições partiam de portos batavos e ingleses e atingiam o litoral da Guiana, penetrando após pelo Amazonas. Fidalgos e mercadores, de mãos dadas, participavam do negócio. Duas pequenas companhias, organizadas em Flessingen e em Londres, financiaram e incentivaram, posteriormente, o empreendimento. O comércio que se estabeleceu compreendia a produção extraída da floresta, o urucu e madeiras, principalmente. O pescado, salgado, também era objeto de mercancia. Por fim, significando propósito de permanência, começara o cultivo de cana e de tabaco. O caminho para a Amazônia era fácil e seguro. Nenhum obstáculo havia.

A expedição de Castelo Branco

Entre 1614-15 começou, todavia, a preocupação luso-brasileira para atingir o Amazonas, fronteira natural a marcar os pontos extremos das coroas ibéricas, mesmo na condição de unificadas, como então ocorria. A ocupação que se vinha processando ao longo do litoral, a costa leste-oeste, numa decisão efetiva para fixar o domínio, expulsando os franceses concorrentes, levava àquele extremo. Devia encerrar-se naturalmente ali. A presença dos portugueses no litoral do Maranhão e possivelmente no delta do Amazonas não era uma novidade. Datava mesmo do século XVI, do período inicial das capitanias. Mas restringira-se a um contato ligeiro, que não deixara marcas visíveis e em conseqüência autorizara o comparecimento dos concorrentes vindos da Britânia e da Batávia.

O Conselho das Índias, em 1615, tomara conhecimento da presença dos estrangeiros. O Capitão Manuel de Sousa d'Eça, além de outros, apresentara um memorial a respeito. Mas, só depois da ocupação de São Luís,

em fins de 1615, vencidos os franceses, a conquista do Amazonas foi iniciada. Chefiou-a o Capitão Francisco Caldeira de Castelo Branco, que esteve presente à luta contra os franceses e exercera a Capitania do Rio Grande do Norte. O Governador Gaspar de Sousa, nas instruções que entregara a Alexandre de Moura, para a campanha do Maranhão, determinara a operação político-militar.

A 13 de dezembro, reunidos os chefes militares, ficou deliberado o imediato avanço sobre o Amazonas. Castelo Branco recebeu regimento que lhe regulava a atuação. A expedição, embarcada em três caravelões, compôs-se de 150 homens sob o comando dos Capitães Álvaro Neto, Pedro Freitas e Antônio Fonseca. Participaram dela, também, em postos subordinados, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Gaspar Macedo, Frutuoso Lopes e André Pereira Temudo. Francisco Frias Mesquita, engenheiro-mor do Estado do Brasil, levava a incumbência da construção de um estabelecimento fortificado. Dois franceses, que já haviam visitado a região, viajaram como pilotos auxiliares. Porque a chefia da pilotagem coube a Antônio Vicente Cochado, que devia, e o fez realmente, ir procedendo ao levantamento da costa para a segurança da navegação nos dias posteriores. A armada deixou São Luís a 25 de dezembro. A 12 de janeiro de 1616 fundeava na baía de Guajará. Numa ponta de terra, que lhe pareceu apropriada, Castelo Branco iniciou a ereção de uma casa forte, que denominou de Presépio. À terra ocupada chamou de “Feliz Lusitânia”.

O gentio dominante era Tupinambá. Não se mostrou hostil no primeiro momento. A casa-forte foi circundada de duas cintas de madeira, atulhadas de barro, e recebeu a artilharia trazida de São Luís.

Em cartas, que parecem perdidas, a Alexandre de Moura, ao Governador Gaspar de Sousa e à metrópole, datadas de 7 e 8 de março e 12 de abril, Castelo Branco narrou o episódio. Para São Luís levou a comunicação, por terra, o alferes Pedro Teixeira. Para Lisboa, seguiram os capitães André Pereira Temudo e Antônio da Fonseca e o piloto Vicente Cochado, incumbidos de informar sobre os sucessos. André Pereira apresentou uma exposição do sucesso ao Rei Filipe, em Madri, e escreveu, ainda, uma *Relaçam do que ha no rio das Amazonas novamente descoberto*, que vale como primeiro descritivo entusiástico sobre a região. Quanto a Cochado, elaborou um roteiro da costa, entre São Luís e o Presépio, inteiramente ignorado até o presente.

Castelo Branco, no propósito de melhor assegurar o domínio que se iniciava, em contato com a gentilidade presenteou-a com ferramentas, fazendas e mais utilidades de que viera provido e interessavam àqueles

primitivos. Depois mandou construir a igreja matriz e habitações permanentes, projetando um núcleo urbano que pôs sob o orago de Nossa Senhora de Belém.

Fixação e dificuldades do primeiro núcleo ocupante

Um grupo de franciscanos da Província de Santo Antônio, sob a direção de Frei Antônio de Merciana, e composto mais de Frei Cristóvão de São José, Frei Sebastião do Rosário, Frei Filipe de São Boaventura, chegando ao Pará, possivelmente em julho de 1617, abriu casa no sítio do Una, levantando hospício e dando princípio ao contato com a indiada, ao mesmo tempo em que servia aos interesses espirituais dos colonos e soldados da guarnição.

De Lisboa e de Pernambuco, de outro lado, começaram a chegar os primeiros socorros em homens e equipamentos, a fim de que houvesse aumento da colônia. Considerara-se em Portugal e na Espanha a importância do acontecimento, donde a pressa em criar condições de permanência à conquista que se iniciava. Para a igreja matriz veio vigário, o Padre Manuel de Figueira de Mendonça.

A tranqüilidade desses primeiros dias, no entanto, em breve ia ser quebrada pelos conflitos com os Tupinambás, com os estrangeiros e os incidentes que se registraram, no próprio núcleo nascente, entre os seus fundadores.

Estes começaram com o assassínio do Capitão Álvaro Neto, praticado por Antônio Cabral, sobrinho de Castelo Branco, que só providenciou a prisão do assassino em face do clamor que se levantara, prisão que relaxou, pouco depois, à alegação de que os serviços do criminoso eram necessários na campanha contra a bugrada. Os Capitães Paulo da Rocha e Tadeu dos Passos, que haviam protestado, homiziando-se no hospício do Una, para escapar a uma violência do capitão-mor, tiveram ordem de prisão. A ordem, porém, não foi cumprida. E numa atitude ainda mais severa, membros da guarnição, parece que sob instigação de Frei Antônio de Merciana, decidiram pôr fim à situação, prendendo Castelo Branco, o que ocorreu na madrugada de 14 de setembro de 1618, sendo empossado no governo o Capitão Baltasar Rodrigues de Melo.

Quanto ao gentio, os choques haviam começado em fevereiro de 1617. Depois de vários encontros, em que não levaram a melhor, destruídas as aldeias do Caju e Mortiguera por destacamentos comandados pelo Sargento-Mor Diogo Botelho e Capitão Gaspar de Freitas, imaginando que o desacordo entre os conquistadores, verificado nos incidentes a que nos referimos, já lhes possibilitava êxito, os Tupinambás levantaram-se sob o comando de Guaimiaba, "Cabelo de Velha". Atacaram o Presépio,

a 7 de janeiro de 1619, mas não obtiveram sucesso. Ao contrário, pagaram caro a ousadia. "Cabelo de Velha", quando já penetrava na praça, foi morto, o que desarvorou os atacantes. Os Capitães Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Pedro Teixeira e Bento Maciel Parente, em surtidas vigorosas, lançaram-se sobre os aldeamentos tupinambás de Iguape e Guamá, castigando-os severamente.

Choque com ingleses e holandeses

No tocante aos estrangeiros, houve necessidade de enfrentá-los com a mesma decisão, pois de sua retirada é que realmente poderia resultar a conquista menos perigosa e o conseqüente estabelecimento do domínio político na Amazônia. Esse conflito com os ingleses e holandeses foi, porém, mais demorado e mais cheio de perigos. Mobilizou a colônia, exigiu prontas providências da Metrópole e revelou a disposição de luta e os propósitos de permanência dos luso-brasileiros. Significou, por fim, pela cooperação das tabas indígenas, coordenadas pelos franciscanos de Santo Antônio, que estava tendo êxito e esforço missionário.

Já em 1616, agosto, registrou-se um combate entre um patacho holandês e a guarnição luso-brasileira do Presépio, sob o comando de Pedro Teixeira e Gaspar de Freitas de Macedo. O patacho foi afundado. E o equipamento, salvo, incorporado ao fortim.

Em 1623, Luís Aranha de Vasconcelos e Bento Maciel Parente, tendo como subordinados Francisco de Medina, Pedro Teixeira e Aires Chichorro, com forças recrutadas em Lisboa, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão e Belém e mais de mil índios flecheiros, mobilizados pelo franciscano Frei Cristóvão de São José, atacaram as posições inglesas e holandesas situadas ao longo do Amazonas, Gurupá e ilha do Tocuju, numa campanha demorada, sangrenta, que por fim lhes deu vitória. Seis fidalgos ingleses foram mortos, os fortins destruídos, centenas de combatentes capturados, afundados dois navios holandeses.

Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela e Jerônimo de Albuquerque, em 1625, com destacamentos de Belém e Gurupá, posto fortificado e construído sobre as ruínas da casa-forte dos Mariocay e pelos holandeses, mais algumas centenas de índios chefiados pelo franciscano Antônio de Merciana, atacaram novas posições holandesas e inglesas no Xingu e na costa do Macapá, destruindo-as e capturando os combatentes estrangeiros, inclusive o chefe, o irlandês James Purcell.

Em 1629, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela assaltaram o forte do Tarrego, na ilha do Tocuju, com forças que totalizavam 2.000 homens, dos quais a grande maioria era de índios nucleados pelos franciscanos de

Santo Antônio. Purcell, que escapara para a Europa, regressara para construí-lo e tinha sob suas ordens ingleses, irlandeses e escoceses. O choque foi violento. Terminou, porém, com a vitória das armas luso-brasileiras. Duas naus de guerra inglesas, que chegaram finda a luta, nada mais conseguiram.

Jácomo Raimundo de Noronha e Pedro da Costa Favela, em maio de 1631, atacaram e tomaram o forte North, inglês, localizado no litoral do Macapá. Pouco depois, Feliciano Coelho, à frente de milhares de índios aliados, dos estabelecimentos montados pelos franciscanos, e de destacamentos de Belém, assaltou e tomou o novo forte de Cumaú, em mãos dos ingleses, morrendo na refrega o Capitão Roger Fry, que o dirigia. Na mesma oportunidade, Feliciano Coelho infligiu duro castigo aos Nheengaíbas que se vinham mostrando simpáticos aos estrangeiros.

João Pereira de Cáceres, comandante da casa-forte de Gurupá, em 1639, enfrentou um patacho holandês, que pretendia desembarcar colonos perto da praça, dele se apoderando.

Por fim, em 1648, Sebastião Lucena de Azevedo destruiu a última posição holandesa na Amazônia. Estava localizada nos lagos do Mariocay, na região do Macapá.

Incremento da ocupação territorial

Vencida a partida militar, jogada com tanta decisão contra os concorrentes holandeses e ingleses, contidos os Tupinambás, a colônia, desafogada, cuidou de sua maior estabilidade, vindo ao encontro dos desejos da Metrópole, interessada em que o extremo norte se fosse desvanecendo na utilidade que dele poderia ser auferida. Ora, a estabilidade e a verificação dessa estabilidade ligavam-se à expansão territorial, à exploração da matéria-prima local, abundante e a provocar o maior interesse nos mercados europeus, e à conquista da multidão gentia, portanto a base territorial, a base econômica e a base espiritual indispensáveis. A expansão processou-se, por isso mesmo, sem demora e cobriu uma extensão imensa do mundo amazônico. Foi rápida, impetuosa e realizada sem grandes contingentes humanos. E resultou numa nova fronteira. Aquela primeira, do núcleo do Presépio, portanto a que se fixara em Tordesilhas, já não satisfazia, nem tinha mesmo mais sentido. A ocupação do delta, assegurando liberdade de movimentos, como que convidava à penetração da hinterlândia. Entre 1623, quando Luís Aranha de Vasconcelos, para enfrentar o concorrente estrangeiro, atingiu a região das ilhas, procedeu a sondagens e fez levantar a primeira carta daquele trecho da bacia hidrográfica, obra de Antônio Vicente Cochado, e o ano de 1750, quando se assinou o Tratado de Madri, que

legalizaria a obra da irradiação sertanista, realizada por todo o sertão brasileiro, a Amazônia fora penetrada, incessantemente, por sertanistas, colonos, religiosos, autoridades civis e militares, que subiram e desceram rios, vararam ou contornaram cachoeiras, distanciando-se do litoral muitas centenas de léguas.

"Tropas de guerra", para bater cabildas rebeldes, "tropas de resgate", organizadas para salvar das garras de tribos inimigas os bugres vencidos nas guerras sustentadas entre elas, grupos de sertanistas que se aventuravam na colheita das "drogas do sertão", a especiaria rendosa e abundante em todos os cantos da terra molhada, expedições objetivando sustentar o domínio lusitano contra as incursões de franceses e espanhóis, que sucederam aos ingleses e batavos nas tentativas de empossar-se da Amazônia, penetraram a região no rumo norte, no rumo oeste e mesmo no rumo sul, em flotilhas integradas por embarcações do mais variado tipo, desde a "ubá" indígena à "coberta" de grande porte e aos lanchões para mar, afrontando mil perigos.

A penetração ora resultava da iniciativa dos próprios colonos, ora se processava por obra de religiosos, que buscavam os indígenas para nucleá-los e catequizá-los, ora era uma decorrência de instruções expedidas de Lisboa, que executava uma política visando à expansão e à formação de ampla área amazônica de seu império ultramarino. A respeito há vasta documentação, que permite a constatação fácil da existência e da manutenção desse propósito.

Começou-a, em 1626, o já famoso Pedro Teixeira que, adiantando-se pelo Amazonas acima, atingiu o Tapajós, percorrendo-o à frente de uma "tropa de resgates", expedição que, em 1628, juntamente com Pedro da Costa Favela, repetia pelas mesmas águas do Amazonas, com o mesmo objetivo predatório.

A expedição de Pedro Teixeira

Em 1637, no entanto, registrava-se a maior façanha sertanista da região. Tendo baixado a Belém, vindos das missões que começavam a estabelecer entre os Encabelados, os franciscanos espanhóis Domingos de Brieba e André de Toledo deram uma pormenorizada informação do que era o trecho interior que haviam percorrido. O Capitão-Mor Jácomo Raimundo de Noronha decidiu-se, então, a mandar proceder a uma verificação e a levar àquele mesmo interior o domínio que avançava do litoral atlântico. Pedro Teixeira foi o comandante da jornada. Teve como companheiros, além do Frei Domingos de Brieba, o Coronel Bento Rodrigues de Oliveira, como mestre-de-campo; o Capitão Pedro da Costa Favela, o cronista Maurício de Heriarte, três subalternos,

como piloto o sertanista Bento da Costa, e capelão o franciscano Agostinho das Chagas. A expedição, que partiu em outubro de 1637, viajou em algumas dezenas de embarcações, que conduziam mais de duas mil pessoas, entre as quais 70 soldados e 1.200 índios flecheiros.

Atingindo Quito em outubro de 1638, Pedro Teixeira aos receios dos espanhóis daquela cidade, que se alarmaram com a possibilidade de vir o rio a servir de ponto de entrada para a conquista do Peru por via atlântica, foi mandado regressar a Belém, o que cumpriu, proporcionando, antes, pormenorizado relato da viagem. Partindo em fevereiro de 1639, chegou à capital paraense a 12 de dezembro de 1639. Na altura da confluência do Napo com o Aguarico, de acordo com as instruções reservadas de Jácomo Raimundo de Noronha, fundou, porém, a 16 de agosto, solenemente, fazendo lavrar termo pertinente, um núcleo urbano – o povoado da Franciscana, que limitaria, no alto sertão, as coroas de Portugal e Espanha.

Movimento de penetração além do Tapajós

O resultado imediato da grande expedição não se restringiu, no entanto, àquele reconhecimento preliminar, e já de si imenso, da hinterlândia, e à fixação de uma nova fronteira, passo político de mais alta significação. Num movimento cheio de impetuosidade seguiu-se aquela penetração a que nos referimos e veio assegurar à soberania luso-brasileira o espaço além do Tapajós.

Realizaram-na os capitães e sertanistas João de Bittencourt Muniz, Pedro da Costa Favela, Manuel Coelho, Antônio Arnau de Vilela, Francisco da Mota Falcão, Antônio Raposo Tavares, Hilário de Sousa Azevedo, André Pinheiro, Antônio de Miranda e Noronha, José de Morais Lobo, Faustino Mendes, Guilherme Valente, Sousa Fundão, José Muniz de Mendonça, José Antunes da Fonseca, Francisco Soeiro de Vilhena, Pedro Costa Rayol, Inácio Correia de Oliveira, João de Barros Guerra, Diogo Pinto de Gaya, Miguel de Siqueira Chaves, Francisco de Melo Palheta, Francisco Xavier Botero, João Pais do Amaral, Manuel Braga, Belchior Mendes de Morais, Francisco Xavier de Morais, José Rodrigues Santarém, Gregório de Morais Rego, Cristóvão Aires Botelho, Lourenço Belfort, Francisco Xavier de Andrade.

Subindo e descendo, de então por diante, o Amazonas e afluentes das margens esquerda e direita, alcançaram o Marañon, passaram as cachoeiras e percorreram o alto rio Negro e o rio Branco. Descobriram as comunicações do rio Negro com o Orinoco, pelo Cassiquiare. Atingiram os aldeamentos espanhóis do oriente boliviano e de Maynas. Estabeleceram ligações entre o Amazonas e o Brasil Central pelo Tocantins-Araguaia.

Percorreram a costa em direção a Caiena. Identificaram, nas estradas, com a ajuda do gentio, coletando-a sem cessar, a especiaria vegetal e animal. Montaram feitorias e postos de pesca. Combateram as tribos que lhes pretendiam embaraçar a penetração, aprisionando e escravizando milhares de índios. Enfrentaram a coligação dos grupos silvícolas do rio Negro, encabeçadas pelos Manaus, sob a chefia de Ajuricaba, vencendo-a asperamente. Enfrentaram os Muras que dominavam a bacia do Solimões e longos trechos do Purus, do Madeira e da região dos Autazes.

No Macapá, tiveram de entrar em choque com os franceses que desciam de Caiena e pretendiam incorporar a faixa de terra que se estendia até a margem esquerda do Amazonas. Um conflito de maiores proporções verificado em 1697, quando os franceses se apoderaram do forte de Cumaú, deu vitória final aos luso-brasileiros, que retomaram a posição e aprisionaram os invasores. No Solimões, entre 1709 e 1710 chocaram-se com os espanhóis, combatendo-os, capturando-os ou expulsando-os. As aldeias que os jesuítas Samuel Fritz e João Batista Sana haviam estabelecido foram conquistadas. No decorrer dessa expansão veloz, tomaram posse, em atos solenes, de que foram lavrados termos específicos, do Solimões, do rio Negro, do rio Branco e da costa do Amapá para a Coroa portuguesa.

Na mesma oportunidade, os bandeirantes paulistas Sebastião Pais de Barros, Pascoal Pais de Araújo, João Pacheco do Couto, Jacinto de Sampaio Soares, Antônio Raposo Tavares, José Lemos do Prado, em sentido contrário, estabeleceram, usando as águas do Tocantins, do Tapajós e do Madeira, o contato entre o Brasil Central, as minas de Mato Grosso e a Amazônia.

Possivelmente em 1669, Francisco da Mota Falcão levantou a casa-forte de São José do Rio Negro, pouco acima da foz desse rio, e raiz mais distante da atual cidade de Manaus. Era a posição militar mais avançada da hinterlândia. Outros estabelecimentos militares foram construídos à medida que avançava a ocupação, dessa maneira fixando-se o domínio e empurrando-se a fronteira.

As ordens religiosas

A atividade dos sertanistas e capitães, que serviam aos interesses políticos da metrópole, foi completada pela ação verdadeiramente ponderável das ordens religiosas que, com a mesma tenacidade, ora os acompanharam, ora os antecederam, ora, por fim, lhes foram na esteira para tomar contato com a gentilidade, catequizá-la e incorporá-la a novos padrões; submetendo-a à soberania portuguesa. Esses religiosos foram: franciscanos da Província de Santo Antônio, jesuí-

tas, mercedários, carmelitas, franciscanos da Conceição, franciscanos da Beira e Minho. O peso dos maiores encargos recaiu sobre os frades de Santo Antônio, os carmelitas e os jesuítas. Estes chegaram em 1636; os carmelitas, em 1627. Luís Figueira (1639-1643) e Antônio Vieira, em fases diferentes, é certo, foram os organizadores da empresa inaciana. Impressionados com a extensão de terra, o meio agreste, as possibilidades econômicas, tomaram-se de entusiasmo pela façanha. Projetaram-na e começaram a realizá-la. A Amazônia poderia ser novo Paraguai.

Em 1687, 1693, 1694, 1707 e 1714, cartas régias fixaram o campo de atuação de cada ordem: franciscanos de Santo Antônio, as missões do Cabo do Norte, Marajó e norte do rio Amazonas; Companhia de Jesus, as dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira; Carmo, as dos rios Negro, Branco e Solimões; franciscanos da Piedade, as do Baixo Amazonas, tendo por centro Gurupá; mercedários, as do Urubu, Anibá, Uatumã e trechos do Baixo Amazonas.

Operando a serviço do Estado, os religiosos facilitaram a obra da expansão e do domínio português, congregando pacificamente os grupos silvícolas. Essa obra, entretanto, não foi tranqüila. Os incidentes em que se viram envolvidos, seja na defesa da liberdade do gentio, que o colono desejava escravizar, seja com as autoridades civis e eclesiásticas, seja ainda no decorrer do esforço que despenderam para amansar os grupos silvícolas, foram muitos. O conflito com os colonos, de todos, representou o de maior gravidade. Começou quando Frei Cristóvão de Lisboa veio cumprir o alvará régio de 15 de maio de 1624, relativo à situação dos índios. Prosseguiu, com maior intensidade, em 1661, quando se registraram pronunciamentos populares contra a Companhia de Jesus. Em memoriais expedidos para Lisboa, os colonos e a Câmara de Belém, sustentadas as suas reclamações por procuradores que mantinham na Corte, acusaram os jesuítas de todas as dificuldades com que se defrontavam. O estado de ânimo era violento. João Lúcio de Azevedo denominou, com muita razão, os episódios, no período que vai de 1686 a 1741, quando ela apresentou caráter mais dinâmico, de "Campanha de libelos".

Um chamado "Regimento das Missões", decretado em 1686, valeu como estatuto a reger a ação missionária. Essa, além da conversão do gentio ao grêmio da catolicidade, o que envolvia também uma conversão ao domínio político do europeu ibérico, e da assistência intelectual e espiritual aos moradores e filhos, resultou, no particular do indígena, na modificação de seus hábitos de nomadismo, no ensino da língua portuguesa, no seu preparo técnico em vários ofícios, no agrupamento das tribos em

núcleos de sentido urbano, na modificação do regime de trabalho dispersivo em trabalho disciplinado de fundo agrícola, na reforma dos modos de vida social, através dos vínculos de família e de maior exaltação às fórmulas de dignidade individual e doméstica.

Em 1751, quando começou o consulado pombalino, havia, na Amazônia, 63 aldeias, das quais 19 eram fundações dos jesuítas, 15 dos carmelitas, nove dos franciscanos de Santo Antônio, sete dos frades da Conceição, 10 dos frades da Piedade e três dos mercedários. O empreendimento espiritual apresentava um rendimento expressivo.

A administração antes de Pombal

Com a instalação do domínio, os portugueses haviam cuidado imediatamente da organização dos serviços públicos, os serviços de administração. Caldeira de Castelo Branco viera com a patente de capitão-mor, dispondo de poderes que se ampliavam até a autoridade para fazer a guerra ao gentio, criar núcleos de povoamento, prover cargos, construir embarcações, organizar as forças militares, conceder sesmarias, procedendo, enfim, como um governante, mas subordinado ao Governador-Geral do Brasil, a quem devia dar contas de seu procedimento político. Essa subordinação não implicava um impedimento de correspondência e de subordinação imediata ao reino, correspondência e subordinação que não significavam, todavia, qualquer sentido de autonomia do capitão-mor.

Os outros funcionários da primeira máquina governamental foram os da provedoria da fazenda, a cujo cargo corriam os serviços do fisco, seguramente, nos primeiros tempos, de poucas obrigações, dado o pequeno vulto das operações econômicas, e os das forças armadas. É dessa mesma fase inicial, em datas até agora não apuradas, o funcionamento da câmara de Belém e a montagem da Misericórdia, mantida pelos colonos, organizados em irmandades, e posteriormente agraciada por S. Majestade.

As condições especialíssimas da região, na verdade desvinculada do Estado do Brasil, pelas dificuldades de comunicações e com características próprias, distintas, aos poucos foram indicando a conveniência de se lhe reconhecer, com a autonomia geográfica, a política. Gaspar de Sousa, nas *Lembranças*, acerca dos problemas da região, sugerira a autonomia de uma série de providências visando facilitar a ação de quem fosse administrar as duas capitanias do extremo norte. A 20 de junho de 1618, S. M. ordenou a criação do "Estado do Maranhão", compreendendo essa Capitania até o Ceará e o Pará, que ficariam desligados de qualquer subordinação ao Brasil. Só, porém, a 13 de junho de 1621, foi decretada a medida, enquanto a instalação do novo Estado apenas em 1626 se tornou rea-

lidade com a posse do primeiro governador, Francisco Coelho, que ficou residindo em São Luís.

Não era bastante: a enormidade de espaço em conquista e a necessidade de governá-lo, consolidando-o, impunham novas soluções. Bento Maciel Parente, em longo memorial, endereçado à consideração régia, sugerira a concessão de capitanias. Gaspar de Sousa, como recompensa aos serviços prestados no Maranhão, já obtivera um lote, à sua escolha. Em 19 de março de 1624, o governador do Estado ficou autorizado a criar capitanias, concedidas a partir de 1627: a Feliciano Coelho de Sousa, filho de Gaspar de Sousa, a de Caieté; a Bento Maciel Parente, a do Cabo Norte; a Antônio de Sousa Macedo, a do Marajó; a Gaspar de Sousa Freitas, a do Xingu. O Gurupá ficou constituindo uma capitania para o Rei. Tinha capitão-mor, de nomeação régia, com regimento especial, mas funcionou mais como registro de embarcações que subiam e desciam o Amazonas nas operações mercantis.

A experiência feudal fracassou. Como sucedera no litoral brasileiro, as capitanias não experimentavam progresso. Os donatários não lhes ligaram a importância devida. No século XVIII, o governo incorporou-as ao patrimônio estatal. Foi exceção a do Camutá, no Tocantins, cujo donatário fundou nela, para sede da administração, a vila de Santa Cruz do Camutá, estabeleceu câmara municipal, instalou povoadores, montou engenho de açúcar.

A administração pombalina

Com o advento de Pombal, a Amazônia passou a viver uma nova etapa. Pelo ato régio de 5 de junho de 1751, foi extinto o Estado do Maranhão e Grão-Pará, sendo criado o do Grão-Pará e Maranhão, agora servindo de sede da administração a cidade de Belém. Era velha a rivalidade entre São Luís e Belém, que disputavam as preferências dos capitães-generais e, nos momentos difíceis, mais se distanciavam, assumindo cada uma delas uma posição diferente, independente. Aos poucos, porém, Belém fora consolidando a sua condição de cabeça da região, agora reconhecida pelo poder régio.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal, veio inaugurar a nova fase. Seu governo foi difícil. Acumulando a chefia da comissão de limites com as colônias espanholas, coube-lhe, ainda, a execução do programa oficial visando à modificação da política indígena: liberdade dos silvícolas e fim da interferência das ordens religiosas na vida dos mesmos silvícolas. Nesse particular, agiu com energia e objetividade. Teve a cooperação do bispo Frei Miguel de Bulhões. Revelou-se um autoritário. Não admitia reservas. Às aldeias missionárias, deu a graduação de vilas e

povoados, batizando-as com nomes portugueses em substituição aos indígenas. Foi, assim, o criador do regime municipal na Amazônia. Para substituir o Regimento das Missões e leis posteriores, expediu instruções que, posteriormente, serviram de conteúdo ao "Diretório", expedido para a regularização da vida das comunidades indígenas. Impôs o uso da língua portuguesa, de uso escasso, pela preferência que dera aos idiomas nativos. Por sugestão sua, foi criada, a 3 de março de 1755, a Capitania de São José do Rio Negro, origem mais distante do Estado do Amazonas. Deve-se-lhe precioso incentivo à lavoura, às manufaturas, ao comércio interno e externo.

De seus antecessores, em meio século, apenas Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho visitara o interior do Estado. Repetindo a façanha, foi a Macapá, onde nucleou casais de açorianos e deu as providências iniciais para a construção da grande fortaleza que ali existe, foi ao Guamá, ao Marajó, ao Tocantins, subiu o Amazonas duas vezes até o médio rio Negro, subiu largos trechos do Madeira.

Seus substitutos, até 1820, foram: Manuel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive, João Pereira Caldas, José de Nápoles Telo de Meneses, Martinho de Sousa Albuquerque, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, D. Marcos de Noronha e Brito, José de Magalhães de Meneses, Conde de Vila Flor.

No decorrer dessa fase, a Amazônia teve acelerado o seu processo de evolução. O fundamento econômico vigente até então era representado pela coleta da especiaria vegetal, chamada a "droga do sertão", isto é, o cacau, o cravo, as espécies oleaginosas, as resinas, as mil variedades de valor econômico que os mercados europeus buscavam através de Lisboa e em que a floresta era abundante. Descobertas, identificadas com a cooperação do gentio, haviam dado a impressão de que podiam substituir, na farmacopéia, na alimentação, na condimentação, a especiaria que, durante tanto tempo, fora buscada no Oriente, mas, à perda daquele mundo, precisava ter sucedâneo.

Além da "droga do sertão", cortavam-se as madeiras, exportadas em toros e pranchas. O pescado, salgado, também contribuía para dar caráter à economia de troca, ou de exportação. O giro mercantil não experimentava, todavia, grande desenvolvimento, dada a falta de transportes. A criação da Companhia de Comércio do Maranhão, apesar de quantas reservas lhe façam, veio criar novas condições, facilitando o intercâmbio e assegurando-lhe crescimento.

A lavoura dos gêneros nativos, como a dos alienígenas, não se fazia

senão lentamente. No consulado pombalino, foi incrementada. E, ao lado dos gêneros da floresta, a economia amazônica passou a contar com o algodão, o café, o tabaco, o arroz, a cana, transformada em açúcar, além do cacau que deixou de ser apenas colhido da floresta para ser colhido das grandes plantações que se fizeram. Um Jardim Botânico, estabelecido em Belém em fins do século XVIII, serviu à experimentação de vegetais trazidos do exterior, em especial da Guiana Francesa.

No Marajó e no Baixo Amazonas, nos pastos naturais e nos campos abertos a fogo, fundaram-se fazendas de criação. Os religiosos foram os maiores beneficiários. No período pombalino, tiveram as suas fazendas incorporadas ao patrimônio do Estado, que as dividiu e concedeu a colonos que passaram a compor, na sociedade local, o quadro dos "contemplados".

A circulação de gêneros e mercadorias operava-se unicamente pelas vias fluviais. Pequenos estaleiros construíam, sob técnicas indígenas, as embarcações necessárias ao transporte. Um estaleiro de grandes proporções foi, porém, montado em Belém, em meados do século XVIII. Não se restringia às embarcações para o tráfico da região amazônica. Visava também a construção de barcos para o mar, destinados às viagens pela costa, ao intercâmbio com a Europa e à armada portuguesa. Desse estaleiro, em 50 anos, saíram três bergantins, sete fragatas, uma nau de 74, quatro charruas, quatro brigues, 12 chalupas artilhadas, além dos navios de alto porte da Companhia do Comércio do Maranhão.

A mão-de-obra com que se contava era, quase unicamente, a do indígena. Sob a forma de escravo ou não, era ele o caçador, o remador, o serviçal de casa, o coletor de "drogas", o identificador da variedade da flora e da fauna, o operário dos estaleiros, o lavrador, o soldado das unidades militares. Não se dava um passo sem ele, que era a força material e a inteligência pragmática para a vida local. Mestiçando à larga com o reinol, permitiu a formação de uma sociedade que pôde amoldar-se, intensamente, às exigências do meio tropical. Não houve necessidade, na Amazônia, de apelar para o contingente africano, que foi trazido em pequenas partidas, só aumentadas ao tempo da Companhia do Comércio e utilizadas nas propriedades agrícolas das cercanias de Belém e nas fazendas de gado do Marajó.

A emigração portuguesa para a Amazônia, no decorrer de dois séculos, não foi intensa. Representou-se em soldados, degredados, colonos, e a começar do período pombalino, quando se intensificou, acrescida dos contingentes açorianos, já experimentados com o melhor êxito desde os primórdios da conquista, localizados, agora, em maior porção, em

Macapá, Bragança, Tentugal, Ourém e Belém, e de colonos e artífices procedentes das várias províncias metropolitanas de Portugal.

No particular da Capitania de São José do Rio Negro, registraram-se altos e baixos sensíveis. O primeiro governador foi Joaquim de Melo Póvoas, que realizou um bom governo – instalou várias vilas no rio Negro, Baixo Amazonas e Solimões, organizou os serviços de administração, fomentou a lavoura e as manufaturas. De seus sucessores, o de maior relevo foi Manuel da Gama Lobo d'Almeida, que pacificou os Mundurucus, fundou as primeiras fazendas de gado do vale do rio Branco, transferiu a sede do governo de Barcelos para o Lugar da Barra, hoje Manaus, montou um pequeno parque manufatureiro com a matéria-prima local, fez sair do Solimões o chefe da partida espanhola de limites, D. Francisco de Requena, que estava procurando incorporar aquele trecho da capitania ao domínio de seu país, e projetou o aumento da base física da Amazônia com a conquista militar do Marañon e do Cassiquiare. É de mencionar, igualmente, a atuação do Ouvidor e Intendente-Geral do Comércio, da Agricultura e Manufaturas, o Dr. Ribeiro de Sampaio, que executou um interessante programa de fomento econômico, no cumprimento de suas obrigações especializadas.

Levantamento cartográfico

O inventário da área ocupada vinha sendo realizado desde os primeiros contatos com a região. De 1753 em diante, tomou maior expressão. É que, em virtude dos tratados de limites (Madri-1750, Sto. Ildefonso-1777) com as colônias espanholas, houve necessidade de proceder a um reconhecimento mais demorado, que não se circunscreveu às zonas de fronteira, mas cobriu todo o território sob soberania portuguesa. Nesse particular, foi admirável o trabalho realizado pelas duas comissões demarcadoras chefiadas por Mendonça Furtado, Pereira Caldas e Lobo d'Almeida. Integradas por uma verdadeira elite técnica, em que se distinguiram o Padre Inácio Stzermartony, João Ângelo Brunelli, Gaspar João Geraldo de Gronsfield, João André Schewevel, Filipe Sturm, Henrique Antônio Galluzzi, Adão Leopoldo Breuning, Antônio José Landi, Teodósio Constantino de Chermont, Eusébio Antônio de Ribeiros, Henrique João Walkens, Pedro Alexandrino Pinto de Sousa, José Simões de Carvalho, José Joaquim Vitório da Costa.

Essas comissões cartografaram os grandes cursos formadores da bacia amazônica, do mesmo modo por que os descreveram numa série preciosa de relatórios e memórias, muitos dos quais ainda inéditos. Dessa mesma fase foi a expedição chefiada pelo naturalista Alexandre Rodrigues

Ferreira, que, na *Viagem Filosófica*, estudou a flora, a fauna, a etnografia indígena, os usos e costumes da colônia, as condições sanitárias, o regime de trabalho, a atividade econômica, balanceando a região no que até aquele momento poderia ser indicado como caracteristicamente regional ou era uma decorrência da atuação de Portugal nos trópicos.

A máquina administrativa

A defesa do território amazônico fez-se, durante todo o período português, com a mais viva intensidade. Uma rede de fortificações, que principiou com os estabelecimentos que defendiam Belém, estendeu-se pelo interior, ao logo da calha central do Amazonas, e cobriu a fronteira. Os principais estabelecimentos, no gênero, foram: São José do Macapá, com uma potência de fogo representada por 107 peças de artilharia; Óbidos, na angustura do Amazonas; São Joaquim, no rio Branco; São Gabriel e Marabitanas no rio Negro; São Francisco Xavier de Tabatinga, no Solimões; e Príncipe da Beira, que, embora em Mato Grosso fora erigido com material e pessoal do Pará. Além dessa rede de fortificações, expedições de reconhecimento e de vigilância ao longo do litoral, em direção a Caiena, visando garantir a fronteira no Oiapoc e pelos rios Branco e Negro, mantinham um permanente estado de alerta. Várias tentativas espanholas, no rio Branco e no alto rio Negro, como dos franceses na costa do Macapá, foram contidas e aprisionados os invasores.

Os municípios, quando findou o domínio português, eram em número de 46, sendo 37 no Pará e nove no Amazonas. A população somava 94.802 habitantes, dos quais 79.730 no Pará, concentrados principalmente nas cercanias de Belém ou espalhados ao longo do rio Amazonas, rios Tocantins, Solimões, Madeira e Negro. Belém, onde viviam 24.500 pessoas, apresentava fisionomia urbana bem definida, com edificações de bom aspecto, algumas casas residenciais de dois andares, ruas calçadas, comércio movimentado, palácio do governo monumental. Negociantes ingleses, estabelecidos desde a abertura dos portos nacionais às nações amigas, como negociantes franceses, mantinham estabelecimentos de representações, operando sobre as praças européias. Havia agentes consulares ingleses e americanos em franca atividade. As relações comerciais faziam-se com os Estados Unidos, Inglaterra, Antilhas, Espanha, Portugal, Capitanias do Estado do Brasil. Os mercados de maior contato eram os de Lisboa, Porto, Gibraltar, Marselha, S. Luís, Caiena, Nova Iorque. A grande exportação constava de cacau, arroz, café e algodão. A borracha da seringueira começava a ser objeto de interesse. O comércio do interior processado por via fluvial, em "cobertas" e outros tipos de embarcações,

definia-se por estes produtos: anil, piaçaba, breu, cacau, cravo, café, couros, salsa, tabaco, madeiras para construção, óleo de copaíba, mixira, peixe seco. Funcionavam pesqueiros no Marajó e ao longo do Amazonas.

Contavam-se 80 núcleos urbanos e 21 estabelecimentos militares. Para as obrigações do culto, além de grandes igrejas, algumas, em Belém, da maior imponência arquitetônica, como a catedral, Carmo, Santo Antônio, Santana, Mercês, havia um bispado, criado a 4 de março de 1719, e uma Vigairaria-Geral para a Capitania do Rio Negro. Um seminário maior formava o clero desde os meados do século XVIII. As escolas de nível primário estavam localizadas em Belém, Bragança, Marajó, Monsarás, Vigia, Melgaço, Cintra, Barcelos, Oeiras, Cametá, Macapá, Santarém, Monte Alegre, Gurupá e Moura. O ensino técnico constava de uma aula militar, destinada à preparação de pessoal para as classes armadas. De maior nível eram as aulas de Filosofia, Retórica e Latim, em Belém. Para meninas órfãs, funcionava, desde 1804, um chamado Recolhimento das Educandas.

A máquina administrativa crescera, de acordo com as necessidades e peculiaridades regionais. Além dos órgãos de rotina, vários outros tinham sido criados por exigência do meio social e econômico. Pelo ato régio de 20 de agosto de 1772, o Maranhão e o Piauí haviam passado a compor um Estado à parte, desligado de qualquer vínculo ao Pará. Este com o Rio Negro entraram, então, a constituir o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com a capital mantida em Belém e inteiramente subordinada a Lisboa. Essa situação permaneceria até a chegada ao Brasil da família real, quando a Amazônia principiou de fato a integrar-se na comunidade política brasileira, recebendo ordens do Rio em vez de Lisboa.

Região típica, diferenciada no seu *facies* geográfico, social e econômico do restante da colônia portuguesa na Sul-América, a Amazônia constituía uma empresa exótica, que fora conduzida sem hesitações e com resultados ponderáveis. A presença do europeu, representado no português, e de seu descendente mameluco, não importara, é certo, na modificação violenta e definitiva do estado de natureza por que ela se apresentava. Mas compusera uma página impressionante do esforço de Portugal para dominá-la e possuí-la como espaço físico que principiara a humanizar.

CAPÍTULO II

AS BANDEIRAS NA EXPANSÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL

1 – SÃO PAULO DE PIRATININGA, NÚCLEO DE BANDEIRISMO

Características geográficas de São Paulo

FATORES geográficos, econômicos, sociais e psicológicos fizeram da modestíssima vila de São Paulo de Piratininga do século XVI o centro gerador de um dos mais heróicos episódios da penetração dos continentes, o bandeirismo, de amplas e profundas repercussões na história do Brasil.

Encravada no sertão, a mais de 750 metros do nível do mar, ergueu-se a vila de São Paulo de Piratininga, cuja privilegiada posição geográfica predestinou-a ao domínio do Planalto Meridional brasileiro, ou seja, à condução do movimento de penetração, desbravamento e conquista de grandes áreas situadas além-meridiano de Tordesilhas.

No início da colonização do Brasil ao galgar, na altura de São Vicente, a serra do Mar revestida pela exuberante mata tropical atlântica, o branco deparou com uma região de vastos campos cobertos de vegetação rasteira, com pequenas árvores esparsas ou agrupadas e alguns capões de mato. Eram os campos de Piratininga, já conhecidos pelo índio. Aí se estendia a planície aluvial formada pelos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí e pelos ribeirões seus afluentes.

Outro aspecto da paisagem: colinas arredondadas, de origem sedimentar, separadas, por fortes declives, das várzeas freqüentemente inundáveis. O solo pobre e pouco profundo, constituído por depósitos argilo-arenosos, não desenvolvera uma vegetação de porte denso e não haveria de constituir o principal motivo para a fixação do povoamento. Daria, entretanto, possibilidades para que aí fosse instalada, tempos depois, uma agricultura de subsistência.

O clima era tropical, temperado pela altitude, em contraste com o interior quente e o litoral caracteristicamente tropical e favorável às endemias. Clima de aspectos locais, obedecendo à situação geográfica e topográfica da região a 750 metros de altitude, em relação ao nível do mar e sob o trópico de Capricórnio, que permitiu a São Paulo ser uma região de transição para zonas de regimes climáticos diferentes.

Um aspecto importante do clima: temperaturas moderadas, sujeitas a grandes oscilações decorrentes do predomínio periódico de massas de ar – a tropical-atlântica, a equatorial-continental e a polar-atlântica, da qual emanam prolongamentos ou "frentes" até a atmosfera de São Paulo, provocando fenômenos típicos das altas latitudes do hemisfério sul. Conseqüentemente, um clima tônico, pelas variações bruscas de temperatura, em reduzidos espaços de tempo, estimulante e renovador de energias, favorável ao desenvolvimento da eficiência humana propício ao povoador europeu, não só por essas particularidades, como por ser eliminador das grandes endemias tropicais, fato de importante significação numa época em que o homem não dispunha dos modernos recursos da civilização para dominar certas condições do meio. O clima facilitou, portanto, o estabelecimento do europeu na região e o desenvolvimento demográfico; favoreceu a constituição física do paulista, explicando em grande parte a sua vitalidade e sua eficiência de homem afeito às incursões ao sertão.

Eis como o planalto, na região vicentina, sobrepujou o litoral, pelas vantagens que oferecia à colonização. A estreita faixa costeira, os terrenos baixos constituídos por mangues e pântanos, a inexistência de um solo rico e comparável aos massapés do Nordeste, um clima tropical, gerador de endemias, tudo isto contribuiu de forma a impulsionar o homem serra acima, permanecendo quase desprezada a zona costeira. Os fatores geográficos explicam, pois, vários motivos de deslocamento do centro de colonização do litoral para o planalto, da escolha do sítio para a localização da célula inicial do aglomerado paulistano e do seu posterior desenvolvimento.

Ainda mais um fator responsável pela situação dos campos de Piratininga como um centro de convergência da colonização do planalto. Na altura de São Paulo, a barreira montanhosa, formada pelos terrenos antiqüíssimos de granitos e gnaisses da serra do Mar, desce para 800 metros, enquanto para o norte atinge de 900 a dois mil metros de altura e para o sul alarga-se consideravelmente até 100 quilômetros de extensão com uma topografia acidentada e revestida por densa e intrincada mata tropical. Eis por que, apesar das dificuldades de acesso, tornou-se essa a passagem preferida para a penetração do planalto. Já era aproveitada pelos índios e passou a sê-lo pelos europeus.

Fundação do Colégio de São Paulo

Tais condições influíram na escolha do sítio para a fundação do Colégio de São Paulo, a 25 de janeiro de 1554, pelos jesuítas, na colina que faz parte do espigão divisor das águas do Anhangabaú e do Tamanduateí, hoje canalizados, a 25 e 30 metros dos fundos dos vales circundantes.

Essa verdadeira acrópole, pelas suas condições geográficas e estratégicas de defesa contra o índio, alojou o colégio fundado pela Companhia de Jesus e depois, o povoado elevado a vila – a vila de São Paulo de Piratininga – seis anos mais tarde. Teriam sido observadas pelos jesuítas e pelos colonizadores as vantagens da posição geográfica do local escolhido, em relação ao Tietê, ao Paraná e conseqüentemente à região do Prata. Era um trampolim para o sertão e, devido à sua excelente situação relacionada às vias de acesso para o interior, manteve a soberania expansionista no Planalto Meridional.

Entroncamento de passagens naturais

Zona de convergência das linhas do relevo e do sistema hidrográfico da região, São Paulo de Piratininga é um centro de entroncamento de passagens naturais. Sem dúvida alguma, foi esse um fator de grande influência no estabelecimento da vila e no seu destino pioneiro.

Três grandes passagens partem de São Paulo, seguindo as linhas do relevo que condicionaram as diretrizes da expansão: a) A passagem rumo nordeste, pelo vale do Paraíba, rota das expedições para Minas Gerais, para o rio São Francisco, para o norte e nordeste do Brasil. b) A passagem para o norte, por Campinas e Mojimirim em direção a Minas Gerais e Goiás. c) A passagem em direção ao sul e sudoeste, via Sorocaba e Itapetininga visando às regiões meridionais.

As duas primeiras resultam da posição da serra da Mantiqueira que penetra em São Paulo pelo norte, como uma cunha cuja ponta é o morro do Jaraguá. De um lado e de outro situam-se, então, a passagem da planície do Paraíba para o nordeste e a passagem em direção norte formada por terrenos da depressão periférica mais ou menos planos que se estendem do nordeste do Estado – Mococa, Casa Branca – até sudoeste – Itararé, Faxina –, descrevendo amplo arco de círculo, cuja face convexa passa nas proximidades de São Paulo, por Campinas e Itu. São terrenos que para oeste seguem-se logo após a escarpa da Mantiqueira ao norte de São Paulo e para o sul sucedem-se à topografia movimentada da serra de Paranapiacaba.

A passagem rumo sul é a própria continuação desses terrenos de configuração quase uniforme, que continuam em direção às partes meridio-

nais do Brasil, infletindo para sudoeste na altura de Itapetininga. Foi a passagem que facilitou a penetração dos paulistas até o vale do Paranapanema e seus afluentes da margem esquerda, onde se estabeleceram os jesuítas em terras do alto Paraná no século XVII. Nesses terrenos localizam-se os campos de Sorocaba e de Itapetininga, aproveitados nas comunicações estabelecidas não só com a região do Paraná, como de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, percorrida e devassada pelos bandeirantes.

Essas três grandes passagens naturais que convergem para São Paulo, estabelecidas pelo relevo, fizeram de Piratininga um verdadeiro núcleo do sistema topográfico da região, possibilitando e canalizando a expansão desbravadora e colonizadora levada avante naquelas direções rumo ao interior do Brasil.

Além disso, São Paulo foi a escala intermediária das comunicações entre o planalto e o litoral. O Caminho do Mar, antiga trilha dos índios, foi a principal via de passagem da Capitania de São Vicente através da serra, não obstante as grandes dificuldades que se antepunham ao livre trânsito. Ainda mais. A presença do rio Tietê fez de São Paulo o centro natural de importante sistema hidrográfico. Acessível pelo Tamanduateí nos tempos coloniais, cortando todo o território paulista rumo noroeste e atirando-se no rio Paraná, o rio Tietê estabeleceu comunicações fluviais para a região de Mato Grosso. Por aí navegaram as monções cuiabanas no século XVIII.

Nos primeiros tempos da colonização, ele e seus afluentes tiveram considerável atuação de importância no povoamento de São Paulo e imediações, povoamento que depois se estendeu também ao vale do Paraíba que no curso superior quase se confunde com o Tietê e que corre em direção oposta, como um verdadeiro prolongamento para leste do curso daquele afluente da bacia platina.

Decorrência do ajuste do relevo e da hidrografia foi essa situação privilegiada que fez de São Paulo o centro de expansão por excelência do Planalto Meridional. Convergiam para São Paulo as rotas sertanistas: a) o caminho do vale do Paraíba que conduziu ao sopé da Mantiqueira, de onde partiam serra acima as trilhas que levavam às Gerais; b) o caminho do sul rumo às Reduções jesuíticas estabelecidas em terras além-Tordesilhas; c) os caminhos do norte, o que por Mojimirim atingia as minas de Goiás e o que, pela região de Atibaia e Bragança, ganhava o sul de Minas; d) o caminho fluvial do Tietê, em direção oeste, rumo às minas de Cuiabá; e) o caminho do mar, rumo ao litoral, eixo do sistema São Paulo–Santos.

Se a situação geográfica de São Paulo de Piratininga como centro de

nais do Brasil, infletindo para sudoeste na altura de Itapetininga. Foi a passagem que facilitou a penetração dos paulistas até o vale do Paranapanema e seus afluentes da margem esquerda, onde se estabeleceram os jesuítas em terras do alto Paraná no século XVII. Nesses terrenos localizam-se os campos de Sorocaba e de Itapetininga, aproveitados nas comunicações estabelecidas não só com a região do Paraná, como de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, percorrida e devassada pelos bandeirantes.

Essas três grandes passagens naturais que convergem para São Paulo, estabelecidas pelo relevo, fizeram de Piratininga um verdadeiro núcleo do sistema topográfico da região, possibilitando e canalizando a expansão desbravadora e colonizadora levada avante naquelas direções rumo ao interior do Brasil.

Além disso, São Paulo foi a escala intermediária das comunicações entre o planalto e o litoral. O Caminho do Mar, antiga trilha dos índios, foi a principal via de passagem da Capitania de São Vicente através da serra, não obstante as grandes dificuldades que se antepunham ao livre trânsito. Ainda mais. A presença do rio Tietê fez de São Paulo o centro natural de importante sistema hidrográfico. Acessível pelo Tamanduateí nos tempos coloniais, cortando todo o território paulista rumo noroeste e atirando-se no rio Paraná, o rio Tietê estabeleceu comunicações fluviais para a região de Mato Grosso. Por aí navegaram as monções cuiabanas no século XVIII.

Nos primeiros tempos da colonização, ele e seus afluentes tiveram considerável atuação de importância no povoamento de São Paulo e imediações, povoamento que depois se estendeu também ao vale do Paraíba que no curso superior quase se confunde com o Tietê e que corre em direção oposta, como um verdadeiro prolongamento para leste do curso daquele afluente da bacia platina.

Decorrência do ajuste do relevo e da hidrografia foi essa situação privilegiada que fez de São Paulo o centro de expansão por excelência do Planalto Meridional. Convergiam para São Paulo as rotas sertanistas: a) o caminho do vale do Paraíba que conduziu ao sopé da Mantiqueira, de onde partiam serra acima as trilhas que levavam às Gerais; b) o caminho do sul rumo às Reduções jesuíticas estabelecidas em terras além-Tordesilhas; c) os caminhos do norte, o que por Mojimirim atingia as minas de Goiás e o que, pela região de Atibaia e Bragança, ganhava o sul de Minas; d) o caminho fluvial do Tietê, em direção oeste, rumo às minas de Cuiabá; e) o caminho do mar, rumo ao litoral, eixo do sistema São Paulo–Santos.

Se a situação geográfica de São Paulo de Piratininga como centro de

entroncamento de rotas de penetração para o interior influiu na expansão sertanista, não menos importante nesse sentido foi a presença da serra do Mar. Dificultando pela sua aspereza o livre trânsito entre o planalto e o litoral, fez com que a vila piratiningana se voltasse inteiramente para o sertão, onde o paulista ia buscar o "remédio para a sua pobreza": o índio. Ou pesquisar tesouros naturais de pedras e metais preciosos que aguardavam o momento de serem desvendados pelo homem. O sertão era, portanto, uma provocação, um fascínio constante ao espírito aventureiro do paulista.

O apresamento de índios

"Buscar o remédio para a sua pobreza", "buscar o seu remédio", "buscar a sua vida", "o seu modo de lucrar" são expressões usuais nos testamentos de bandeirantes do século XVII, designando suas incursões ao sertão. Traduzem os objetivos econômicos das expedições de apresamento do índio.

Dos moradores do Brasil já dissera Gandavo: "(...) a primeira coisa que pretendem alcançar são escravos para lhes fazerem e granjearem suas roças e fazendas, porque sem eles não se podem sustentar na terra (...)".

Os paulistas não escaparam a essa realidade. Dominava a penúria na Capitania de São Vicente, e o povoador, não dispondo de recursos para a aquisição do escravo negro, teve que lançar mão do trabalho indígena que lhe assegurava os meios de subsistência de acordo com o regime econômico da época.

Impedida pelas condições geográficas de concorrer com a região açucareira por excelência do Brasil Colonial – a Capitania de Pernambuco enriquecida pelo açúcar – estagnou-se na segunda metade do século XVI a lavoura canavieira iniciada por Martim Afonso de Sousa no litoral vicentino. Faixa costeira aluvional, estreita pela presença da serra, de solo pouco profundo, pantanosa, faltavam à região as excelentes condições características da larga planície litorânea e dos massapés do Nordeste, como também as decorrentes da posição privilegiada da Capitania de Pernambuco, na parte mais oriental do Novo Mundo, facilitando as comunicações com a Metrópole, o que aliviava o preço do frete do açúcar transportado para a Europa. Conseqüentemente, a Capitania de São Vicente ficou relegada a um plano econômico inferior, e o homem então preferiu o planalto. Galgou a serra do Mar e aí se estabeleceu, desenvolvendo uma policultura de subsistência baseada no trabalho forçado do índio capturado no sertão. Visava assegurar uma base material que lhe garantisse a sobrevivência. Assim, firmou-se definitivamente no planalto, de onde partiu, depois, em todas as direções, na arrancada sertanista em busca de índios, de pedras e metais preciosos.

Capturado inicialmente pelo colono nas imediações de Piratininga e depois apresado pelo bandeirante, sertão adentro, num raio de ação cada vez mais amplo, o índio teve, ainda, outra função econômica: locomovendo-se por si próprio numa época em que escasseavam os meios de transporte, constituiu "mercadoria" de exportação para outras capitanias. Esse tipo de comércio já era praticado desde a época em que os portugueses João Ramalho, Antônio Rodrigues e o Bacharel de Cananéia viviam no litoral vicentino e imediações a capturar índios e a negociá-los para outras regiões. Não havia sido fundada ainda a vila de São Vicente, e o respectivo porto era então denominado "porto dos escravos".

Na primeira metade do século XVII, houve grande incremento no tráfico de índios, devido às investidas paulistas contra as missões jesuíticas estabelecidas na bacia platina, onde capturaram os bandeirantes grandes contingentes ameríndios já aculturados e aptos aos trabalhos braçais em geral.

Os empórios desse tráfico teriam sido São Paulo, Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Em 1628, consta que no Rio de Janeiro o preço dos índios atingia a cifra de 20 mil-réis por cabeça, um quinto do valor do escravo africano. Chegaram a escassear nas lavouras paulistas, tal o êxodo forçado para outras capitanias, em certas épocas. Tal fato resultou do desenvolvimento da indústria açucareira do Nordeste e da Bahia, absorvedora do trabalho escravo, e das dificuldades advindas das guerras holandesas que desorganizaram temporariamente o tráfico negreiro para o Brasil. Quando se efetuou o ataque batavo à Bahia, a Câmara de Salvador fez um apelo aos paulistas, solicitando a remessa de escravos para o Recôncavo devastado pelas forças inimigas.

Ainda sobre o tráfico indígena promovido pelos bandeirantes, é possível que se tenha estendido ao Nordeste com o fim de aumentar os contingentes humanos na expulsão do flamengo. Ou também à região do Prata, para o fornecimento de mão-de-obra para os ervais de mate do Paraguai e ainda para a zona de mineração andina, grande consumidora de mão-de-obra e certamente prejudicada também pela influência holandesa no Atlântico Sul. São problemas que aguardam, entretanto, estudos especializados e comprovação documental.

Quanto às vantagens materiais auferidas pelas incursões bandeirantes, até hoje não foi possível uma avaliação concreta, pela inexistência de dados elucidativos, pois as "peças" trazidas do sertão eram consideradas nos atos públicos quase sempre como forras ou como tendo-se agregado aos povoados por livre e espontânea vontade, não podendo, portanto, ser avaliadas, nem constar dos inventários.

Excetuando o período das incursões bandeirantes às missões jesuíticas, os resultados do apresamento não foram vultosos. Um engenho de açúcar do Nordeste, por exemplo, rendia mais do que uma expedição apresadora. Diante dos sacrifícios, do desgaste humano, dos riscos sem-par corridos pelo bandeirante, era fraco o rendimento econômico de uma bandeira. O tráfico de índios, salvo curtos períodos, não constituiu um comércio lucrativo. É o que provoca a pobreza da Capitania de São Vicente e a sua limitada produção. Contribuiu, entretanto, de alguma forma, para manter o modesto padrão de vida do paulista, bem como o seu interesse pelo apresamento.

Ao lado da agricultura de subsistência e de outros misteres que nos agrupamentos humanos paulistas exigiram o braço indígena e alimentaram a caça do índio, o tráfico do aborígine também influiu sem dúvida na ação desenvolvida pelo bandeirante.

Em decorrência dos fatores econômicos, o bandeirismo tornou-se uma profissão criada pelo meio e uma escola por excelência, onde os adolescentes paulistas eram preparados para a caça ao índio e para o sertanismo em geral. Tornou-se um negócio até. Aquele que não podia partir para o sertão tratava alguém que fosse por sua conta, fornecendo-lhe os meios materiais necessários à empreitada: índios, correntes, armas, munições de guerra e mais aviamentos, ou seja, a "armação" de que o bandeirante era o "armador". Uma verdadeira sociedade estabelecida com o capital de uns e a coragem de outros, ou sociedade de capital e indústria. Os lucros eram depois repartidos proporcionalmente.

O homem bandeirante

Não menos importantes do que os de ordem geográfica e econômica foram os fatores sociais que atuaram na origem e no desenvolvimento do bandeirismo. Decorreram do homem propriamente dito, em primeiro lugar e, em segundo, dos caracteres sociais do agrupamento humano por ele estabelecido nas campos de Piratininga, à borda do sertão.

O homem que no século XVI saiu de Portugal, atravessou o Atlântico, desembarcou em São Vicente, galgou a serra e fixou-se no planalto, vencendo o sertão, era um bravo, capaz dos mais arrojados empreendimentos. Trouxe com ele não riquezas materiais, mas um cabedal de instituições sociais do povo que iniciava a expansão marítima da Europa e uma herança biológica que o tornara fisicamente um forte, pronto a adaptar-se às condições do Novo Mundo. Enraizou-se no planalto, aí estabelecendo núcleos de povoamento multiplicados e perpetuados pelos seus descendentes, em boa parte mamelucos, legítimos ou bastardos, oriundos do ine-

vitável e intenso cruzamento com as índias da terra. A todos eles transmitiu não só a herança cultural trazida da Metrópole, como o que de melhor lhes poderia legar, os próprios caracteres físicos e psicológicos.

Os mamelucos, além do espírito aventureiro, da intrepidez, audácia e mobilidade do pai, receberam por via materna o amor à liberdade, a índole inquieta e nômade e as inclinações sertanistas do ameríndio também dotado de extrema mobilidade. Constituíram os elementos formadores da maior parte das primeiras famílias paulistas, troncos originários de gente possuidora de estupendos atributos de fecundidade, longevidade e virilidade, gente que mais tarde Saint-Hilaire denominou de "raça de gigantes". Foram essas famílias patriarcas, amestiçadas e cristãs, as vigas mestras do grupo social que gerou os contingentes humanos das bandeiras. Para elas, participar de uma daquelas expedições era índice de prestígio e título de honra.

Originaram-se, pois, as bandeiras, em ambiente social onde o parentesco através da consangüinidade era tão evidente e respeitado que estabeleceu verdadeiros clãs. Esse ambiente, refletindo-se naquelas expedições sertanistas das quais participavam pais, filhos, irmãos, tios, sobrinhos e homens do mesmo clã parental, conferiu-lhes notável espírito de solidariedade e colaboração, consolidando a sua ação de instrumentos de uma sociedade em luta pela sobrevivência.

Estabelecido à "boca do sertão", inteiramente voltado para ele pelos seus interesses e aspirações, vivendo dele, respirava o grupo social paulista uma atmosfera impregnada de sertanismo e onde tudo concorria para que se transformasse em um centro gerador da expansão bandeirante.

A pobreza do litoral vicentino, desinteressando da capitania as atenções metropolitanas, a presença da serra íngreme revestida de exuberante vegetação tropical a dificultar aproximações contínuas entre a costa e o interior concorreram para o seu isolamento. Constituído aquele agrupamento pela intensa mestiçagem do português com o índio, segregado de outros contatos, foi-lhe possível manter a endogamia pelas uniões consangüíneas, protegendo, assim, o desenvolvimento da hereditariedade responsável pelas características físicas e psicológicas do tipo humano paulista que levou avante o bandeirismo.

Organização social do bandeirismo

Sociedade de reduzidas possibilidades materiais, porém auto-suficiente, a pequena propriedade facilitou a expansão do paulista, pela inexistência de compromissos do homem com o latifúndio. A policultura e o modesto pastoreio praticados ao redor do núcleo urbano de São Paulo garantiram ao bandeirante alimentação

sadia, conservando a sua resistência física e mantendo-o organicamente eficiente para enfrentar as longas caminhadas e as agruras do sertão, em busca do "remédio para a sua pobreza": o braço indígena para as lavouras, sem o qual o branco não podia subsistir. Eis por que o piratiningano não era capaz de viver sem o sertão. Foi muitas vezes mandatário do agricultor no apresamento do índio.

O índio era o maior dos bens materiais. Figurava entre os valores arrolados em inventários, nos dotes de casamento, nos pecúlios deixados em testamento. Além disso, era instrumento de comércio. Por isso tudo, foi como um ponto de apoio da sociedade bandeirante.

Sociedade de moldes democráticos nos dois primeiros séculos, não somente pela sua formação com elementos da burguesia e da plebe portuguesa, na maioria, como pelos aspectos de democratização social da miscigenação euro-ameríndia, pelo regime da pequena propriedade, pela administração exercida por elementos do próprio povo e pelo espírito de cooperação dos membros da comunidade em assuntos de interesse público. Tudo isso acentuado pelo isolamento e pela presença do sertão.

O bandeirismo nasceu, pois, num ambiente social de aspectos democráticos. A bandeira foi, por conseguinte, acessível a todos os homens, sem distinção de classe, função ou profissão, fato que concorreu, sem dúvida, para o desenvolvimento da sua eficiência na ação desbravadora do interior.

Quanto às influências psicológicas que atuaram no bandeirismo, isolamento, mestiçagem, endogamia, moldaram a psicologia da sociedade pioneira estabelecida a cavaleiro no sertão. Conservaram e acentuaram os traços de rusticidade e audácia do branco, de nomadismo e tino sertanista do mameluco que como o índio era capaz de despender grandes esforços.

Pobreza e auto-suficiência desenvolveram não somente a policultura e a escravização do índio, mas o espírito independente, lutador e tenaz do paulista do seiscentismo.

Rusticidade, audácia, tino sertanista, independência, tenacidade foram grandes fatores psicológicos do bandeirismo de apresamento de braços para as lavouras paulistanas e para a defesa e sustento do colono como também das incursões em busca das riquezas do sertão.

O sertão... Foi um poderoso fator psicológico do bandeirismo. Lá estava a fortuna: índios e certamente minas de metais e pedras preciosas! O sertão era o mistério, a aventura. Era a provocação constante à índole aventureira e à imaginação do branco e principalmente do mameluco, esse produto de um povo de guerreiros, navegantes e de tribos nômades, habi-

tuadas ao sertão como animais à sua mata, sempre movidos pelo anseio de liberdade e pelo desejo de regresso à floresta.

Nesses homens talhados física e psicologicamente para o movimento, a imaginação contaminada pelas crenças do índio e pelo misticismo do século XVI que contagiou o português, pela credulidade, pelo analfabetismo e pela ganância, foi, também, um fator indispensável ao desenvolvimento do bandeirismo. É que o sertão alimentava continuadamente aquelas tendências, enraizando lendas como as da Serra das Esmeraldas, de Sabarabuçu e dos Martírios, verdadeiros mitos de fundo econômico.

2 – ORIGENS DO BANDEIRISMO

Quando Martim Afonso de Sousa aportou a São Vicente em 1532, a caça ao aborígine já era praticada na região e circunvizinhanças. Alguns portugueses, que desde os primórdios do descobrimento do Brasil aí conviviam com as nativos, estabeleceram, inicialmente, o resgate de escravos e de prisioneiros de guerra dos índios, transformando aos poucos aquele escambo em tráfico de escravatura. Dois centros de comércio existiam e ambos verdadeiros trampolins para a penetração do continente: o de Tumiaru, no antigo povoado que precedeu a vila de São Vicente e o de Cananéia, tendo à frente Antônio Rodrigues e o célebre Bacharel, respectivamente. João Ramalho e seus mamelucos estabelecidos no planalto deviam abastecer o primeiro daqueles entrepostos.

Com a colonização, das lutas dos Tupiniquins com os Carijós e Tupinambás, aproveitaram-se também os povoadores para engrossar as levas de silvícolas enviados de serra acima por João Ramalho, aumentando os contingentes destinados ao livre tráfico de São Vicente, "boca do sertão" e "porto dos escravos". Muitos portugueses aí estabelecidos incursionavam pelo litoral até as regiões de São Francisco do Sul e Laguna, despovoando-o de indígenas. Outros iam até o Paraguai buscar índios que adquiriam aos castelhanos, para vendê-los em São Vicente, enviá-los às outras capitanias e também à Europa. Em 1553, por exemplo, Domingo de Irala, governador do Paraguai, permitia a venda de escravos índios aos traficantes portugueses, em troca de ferro e outras mercadorias, envolvendo-se também nas negociações.

Piratininga e o bandeirismo defensivo

Com a extinção da vila de Santo André da Borda do Campo e a transferência do pelourinho para o povoado estabelecido junto ao colégio jesuítico de São Paulo, aí se

reuniram brancos e mamelucos para maior resistência aos possíveis ataques do gentio enraivecido. Os Tamoios e Carijós ameaçavam agredir os incipientes núcleos de colonização. As atividades de apresamento do índio concentraram-se, então, no modestíssimo aglomerado humano de Piratininga, decorrendo inicialmente de uma luta defensiva, para garantir e estender a posse da terra, salvaguardando o povoamento do planalto. Esta situação permaneceu até quase os últimos anos do século XVI. Datam desse período inúmeras arremetidas contra o índio, no vale do Paraíba, do Tietê, do Mojiguaçu e do alto Paranapanema, entre as quais as de Jerônimo Leitão – capitão-mor da Capitania de São Vicente (1571-1592), um dos mais eficientes e destemerosos guerrilheiros de índios da região no século XVI – contra os Tamoios no Rio de Janeiro, contra os Tupiniquins e Carijós inimigos do vale do Tietê e rumo sudoeste, além Paranapanema, região do Guairá, de onde trouxe em 1581 os primeiros contingentes ameríndios, promovendo novas incursões ao sul, nos anos seguintes.

Em suma, o bandeirismo paulista do século XVI, dirigido, de preferência, por capitães-mores, governadores ou prepostos oficiais desses dirigentes, teve um caráter defensivo e protetor ao nascente povoamento do Planalto Meridional. Foi uma verdadeira fase preparatória do apresamento propriamente dito e da expansão paulista do século XVII, o grande século das bandeiras.

Bandeirismo ofensivo

Bandeirismo de ofensiva foi o do século XVII, inaugurado após os empreendimentos do Capitão-Mor João Pereira de Sousa em 1596, os quais estabeleceram definitivamente a posse da terra. Derrotados, internaram-se os índios pelo sertão adentro ou aceitaram o cativeiro.

Possuir escravos índios constituía índice de abastança e de poder que seriam proporcionais ao número das "peças" possuídas. O regime servil era o único então compreendido pela mentalidade dos colonos. De nada valiam as ordens promulgadas pela Coroa, garantindo a liberdade dos nativos, como a carta régia de D. Sebastião datada de Évora, a 20 de março de 1570, influenciada pelos princípios jesuíticos de proteção ao índio; a lei de 11 de novembro de 1595 de Filipe II, proibindo a escravização do gentio do Brasil e o alvará de 26 de julho de 1596, sobre o mesmo assunto.[1] Seria permitida pelo rei a "guerra justa", tornando-se legal

[1] Ainda sobre a questão: a provisão de 5 de junho de 1605 de Filipe III, a lei de 30 de julho de 1609, o decreto de 10 de setembro de 1611, o alvará de 10 de novembro de 1647, a lei de 17 de outubro de 1653, a carta régia de 29 de abril de 1667, a lei de 1º de abril de 1680. Cf. Affonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, I, pp. 75, 76, 78, 80.

somente a escravização do gentio que assaltasse portugueses e índios pacificados. A guerra justa, seria fácil provocá-la! Simples pretexto que se tornou letra morta entre os sertanistas de São Paulo.

Assim foram burladas todas as disposições da Coroa. Às "encomiendas" da América espanhola correspondiam os "serviços forros" portugueses dos índios livres por determinação régia, porém mantidos em cativeiro, "depositados" no domicílio dos colonos. A oposição dos jesuítas à tendência geral provocou uma série de conflitos que culminaram com a sua expulsão da vila de São Paulo, em 1640.

O período em que se iniciava em grande escala o bandeirismo de ofensiva em São Paulo coincidiu com a presença do sétimo governador-geral do Brasil (1591-1602), o ilustre D. Francisco de Sousa, que chegou em 1599, e cujas atividades influíram sobremaneira na expansão paulista sertão adentro.

Convicto da ocorrência de riquezas minerais no interior do Brasil, fez partir de muitos pontos da colônia várias expedições pesquisadoras em demanda das pedras e metais preciosos. Com sua orientação, foram disciplinadas as expedições sertanistas, com divisões militares, ouvidores do campo, escrivães, capelões e roteiros preestabelecidos.

Após a viagem de D. Francisco de Sousa à Metrópole (1605), continuaram os paulistas o devassamento dos sertões, tendo em vista, porém, o lucro imediato da caça ao índio.

Inauguraram o grande século das bandeiras, as expedições de André de Leão (1601) e de Nicolau Barreto (1602) patrocinadas por D. Francisco. A primeira partiu à procura de minas de prata, seguindo pelos vales do Tietê e Paraíba e daí galgando a Mantiqueira, até as nascentes do São Francisco. Permaneceu nove meses no sertão, sem resultados. A segunda – 300 homens brancos e mamelucos, além de índios mansos — regressou ao ponto de partida depois de dois anos, suscitando divergências quanto à região atingida – bacia do São Francisco ou bacia do Prata ou o Peru. Sabe-se, entretanto, que havia sido reservada para a Coroa a terça parte dos índios apresados.

Seguiram-se novas bandeiras, a de Diogo de Quadros e a de Manuel Preto, em 1606; a de Belchior Dias Carneiro, em 1607, todas rumo ao sul, visando ao apresamento, e muitas outras.

Daí por diante, e durante mais de meio século, predominaram as expedições apresadoras, desencadeando a ofensiva contra o nativo, em área sempre crescente.

3 – DESENVOLVIMENTO E DECLÍNIO DO BANDEIRISMO DE APRESAMENTO NO SÉCULO XVII

Foi a primeira metade do século XVII o período de desenvolvimento e apogeu do bandeirismo de apresamento. Tornou-se a vila de São Paulo verdadeira forja de bandeirantes, cujas expedições apresadoras, ultrapassando o meridiano de Tordesilhas, rumaram sertão adentro em todas as direções. A sul e sudoeste, entretanto, defrontaram-se os paulistas com a expansão missioneira dos jesuítas castelhanos. Foi esse o mais ativo e importante setor da caça ao índio.

As Reduções jesuíticas

Em 1610 estabeleceram-se aqueles missionários da Companhia de Jesus à margem esquerda do rio Paranapanema, dando início à conquista espiritual do gentio. Ergueram naquela região as primeiras aldeias de neófitos, ou Reduções: Santo Inácio e Loreto. E, à medida que a evangelização prosseguia, outras iam sendo levantadas, alastrando-se e povoando extensas áreas banhadas pelos formadores e afluentes da bacia do Prata. Pertenciam administrativamente à Província do Paraguai criada em 1607 e constituída pela área correspondente ao sul da Bolívia, ao Paraguai e à Argentina de hoje e pelas regiões do Guairá, entre os rios Paranapanema e Iguaçu, à margem esquerda do Paraná, onde, em 1610, ergueram-se os primeiros estabelecimentos; do Paraná, entre o curso inferior do rio Paraná e o rio Uruguai; do Uruguai ao Tape, ou seja, parte do atual Estado do Rio Grande do Sul; e do Itati, ao sul de Mato Grosso. Constituíram excelente e tentadora presa para os caçadores de escravos as centenas de índios aldeados já pacificados e aculturados pelos jesuítas. Acostumados a obedecer, não ofereciam a resistência do selvagem de captura mais difícil e perigosa.

Durante o estabelecimento dos padres na região do Guairá, e mesmo antes, os paulistas – Diogo de Quadros (1606), Manuel Preto (1606, 1607), Clemente Álvares (1610), Cristóvão de Aguiar e Brás Gonçalves (1610), Pedro Vaz de Barros (1611), Sebastião Preto (1612), Lázaro da Costa (1615) e outros – ali praticavam as suas correrias no encalço do bugre. A zona guairenha era compreendida no "sertão dos carijós", vaga denominação que abrangia vastíssima extensão territorial até a lagoa dos Patos no Rio Grande do Sul. Foi, porém, a existência das Reduções que incrementou largamente o bandeirismo de preia em toda a primeira metade do século XVII.

Os assaltos aos núcleos jesuítas começaram algum tempo após a ins-

talação das primeiras Reduções da Província do Guairá, capitaneados por Manuel Preto (1619), (1623).

O domínio castelhano

Portugal sob o domínio dos Filipes desde 1580, a união das duas coroas permitiu maior aproximação e maiores contatos entre as colônias sul-americanas, as espanholas e a portuguesa, separadas pelo meridiano demarcador. Conseqüentemente, com as maiores facilidades, pôde a audácia dos paulistas incursionar em terras da Coroa de Castela, onde as guarnições militares eram muito poucas, as distâncias imensas, a ousadia e a temeridade dos bandeirantes, cada vez maiores. Ainda mais. A colonização espanhola voltava de preferência as suas atenções para o Peru, atraída pela mineração. Isso, sem falar na conivência de castelhanos de Assunção que concorreram para os ataques às Reduções, entre os quais o próprio governador do Paraguai, D. Luís de Céspedes y Xeria. Casado com uma sobrinha de Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, senhor de engenho naquela localidade, teria sido um dos cúmplices dos bandeirantes, por ligações de interesse, dando-lhes inteiro apoio, concedendo-lhes todas as facilidades, em troca de índios para seu engenho no Rio de Janeiro e para seus ervais de mate de Maracaju, fornecedores do produto para os mercados do Prata.

As principais bandeiras apresadoras

De 1628 em diante, os ataques bandeirantes às Reduções jesuíticas sucederam-se rápida e sistematicamente. A começar pelos estabelecimentos do Guairá já anteriormente assaltados, constituíram elas o objetivo visado pelas principais expedições apresadoras partidas de São Paulo.

No início de 1629, arrojou-se contra a região do Guairá a bandeira de Manuel Preto e Antônio Raposo Tavares, Pedro Vaz de Barros, Salvador Pires de Medeiros e outros; a maior de todas as que até então para lá se haviam dirigido – 900 mamelucos, 2.000 índios auxiliares capitaneados por 69 paulistas. Destruiu inúmeras Reduções, aprisionando os índios, expulsando os jesuítas Paraná abaixo e arrasando os burgos castelhanos de Vila Rica, à margem esquerda do rio Ivaí e Ciudad Real, próxima à foz do Pequiri, no Paraná.

Outras bandeiras, nos três anos seguintes, completaram a destruição de Guairá, apossando-se da terra que foi incorporada ao Brasil graças à expansão paulista. A seguir, em 1632 e 1633, a conquista estendeu-se até a região do Itati, ao sudoeste do atual Estado de Mato Grosso, chefiada, ao que parece, não por Raposo Tavares, mas por Ascenso Ribeiro e André Fernandes. Até 1635, renderam-se às investidas bandeirantes contra o

poderio jesuítico as Reduções de San Pedro y San Pablo, Concepción inclusive o estabelecimento castelhano de Santiago de Xerez próximo às de los Gualachos, San Joseph, Angeles, Santa Maria Maior e outras nascentes do Aquidauana.

Em 1636, nova arrancada em direção sul – o sertão sulino dos índios Patos, ou do Rio Grande, muito freqüentado pelas bandeiras paulistas desde 20 anos atrás. Comandando-a, Antônio Raposo Tavares e seu imediato, Diogo Coutinho de Melo. Cento e vinte paulistas e mil índios. Precedeu-a, em 1635, a célebre bandeira de Aracambi que, via marítima e capitaneada por Luís Dias Leme, atingiu o Rio Grande do Sul, lá permanecendo cerca de oito meses; possivelmente, com a missão de reconhecer as posições jesuíticas, para o assalto efetuado no ano seguinte.

Em 1637, outra grande expedição apresadora chefiada por Francisco Bueno, com cerca de uma centena de paulistas, dentre os quais vários membros das famílias Cunha, Bueno e Preto. Em 1638, partia nova e importante bandeira, tendo à frente Fernão Dias Pais, o futuro caçador das esmeraldas. Até o ano de 1641, foi conquistada a região do Tape e também a do Uruguai, onde os paulistas conseguiram assenhorear-se de todas as Reduções.

Recuaram ainda mais os jesuítas, indo incorporar-se às missões remanescentes das margens dos rios Uruguai e Paraná. Aí organizaram a resistência, com a qual se chocaram os paulistas – chefiados por Jerônimo Pedroso de Barros e Manuel Pires – na arremetida de 1641, ao serem derrotados junto ao Mbororé, à margem direita do rio Uruguai. Já haviam sofrido um revés em 1638, em Caasapaguaçu, batidos pelos catecúmenos dos inacianos e as forças do governador paraguaio, D. Pedro de Lugo y Navarra. Atendendo às insistentes solicitações dos missionários, concedeu-lhes a Metrópole ampla permissão para armarem índios aldeados e defenderem-se *manu militari* contra as agressões dos bandeirantes.

Terminara o domínio filipino em Portugal em 1640. É possível que tal fato esteja relacionado à maior reação das Reduções frente aos ataques paulistas.

O declínio do bandeirismo de apresamento

A segunda metade do século XVII marcou a época de declínio do bandeirismo de apresamento. Deixaram de existir as grandes expedições do período anterior, organizadas para o ataque às Reduções.

Apesar dos golpes sofridos, continuaram os paulistas ainda por algum tempo a sua faina apresadora em terras jesuíticas além Paraná, auxiliados pelo bispo do Paraguai em 1640, D. Bernardino de Cardenas, inimigo dos

jesuítas e também governador da região. Enquanto permaneceu no poder, facilitou as atividades dos caçadores de índios.

As missões que ainda existiam localizavam-se, porém, em zona que ultrapassava o raio de ação paulista já demasiadamente alargado com as expedições da terceira e quarta décadas do século. Conseqüentemente, o apresamento do índio continuou seguindo outros rumos, desde que o jesuíta recuara, abandonando extensa área à margem esquerda do rio Paraná e parte da zona situada a leste do rio Uruguai. Predominaram as incursões ao sertão bruto contra os índios selvagens de além Mantiqueira, de regiões goianas e mato-grossenses, concomitantemente com outras cujo objetivo era a pesquisa de riquezas minerais. O bandeirismo tomava novos rumos.

Concorreram, ainda, para o enfraquecimento do apresamento, além da extinção de várias Reduções jesuíticas, a Restauração lusitana em 1640, que tornou mais rígidas as fronteiras entre a América espanhola e a portuguesa, o fim do poderio flamengo no Nordeste e no Atlântico e a reconquista de Angola em 1648, por Salvador Correia de Sá e Benevides, que permitiram novamente aos portugueses o abastecimento dos mercados negreiros do Brasil e, portanto, o fornecimento do africano para a lavoura da cana-de-açúcar em detrimento do tráfico ameríndio; e ainda, posteriormente, a ruína da agricultura e da indústria açucareira do Nordeste, promovida pela concorrência antilhana que também agiu no sentido de diminuir as possibilidades de consumo do braço escravo naquela região.

Destarte, perdeu o apresamento grande parte de sua importância econômica, e a expansão geográfica paulista continuou, porém, em busca de riquezas minerais ocultas no sertão.

Conseqüências do bandeirismo de apresamento foram: a manutenção e a sobrevivência do núcleo social paulista, o fornecimento de braços para as lavouras piratininganas e para a região da cana-de-açúcar e outras, na falta de escravo negro, o devassamento do interior facilitando o povoamento, o recuo da expansão castelhana representada pelos jesuítas, rumo ao Atlântico e sustada pelos bandeirantes, a conquista e o alargamento territorial do Brasil a sul e a sudoeste pela posse de extensa área correspondente à margem esquerda do Paraná e ao território do atual Estado do Rio Grande do Sul.

4 – O BANDEIRISMO PESQUISADOR DE RIQUEZAS

A crise do apresamento não tolheu o ímpeto expansionista do bandeirante. Ao contrário, ajudou a superar o declínio da caça ao índio com as expedições pesquisadoras de pedras e de metais preciosos.

Fruto das mesmas condições geográficas, econômicas, sociais e psicológicas que na Capitania de São Vicente e em São Paulo presidiram o apresamento, condições ideais para a prática do sertanismo, foi o bandeirismo pesquisador de riquezas, em primeiro lugar, um prolongamento – embora com novos objetivos – daquela expansão efetuada na primeira metade do século XVII. Em segundo, uma continuação das entradas realizadas no Brasil quinhentista com o intuito de descobrimento de minas de ouro e prata.

A costa do ouro e da prata

Nos primórdios do século XVI, a faixa litorânea que se estende de Cananéia para o sul era conhecida entre os navegantes portugueses e castelhanos como a "costa do ouro e da prata". Repercutiam entre eles, transmitidas por náufragos que aí viviam e marinheiros das naus que freqüentavam o Atlântico Sul, as muitas lendas da existência da misteriosa serra da Prata no interior do continente – que não era senão o Alto Peru – e do "Rei branco" rodeado de fabulosas riquezas.

Um náufrago português da armada de Solis, Aleixo Garcia, realizou uma expedição que partiu do litoral de Santa Catarina, por volta de 1524, em demanda ao território dos Charcas, confirmando a existência da serra lendária e demonstrando a possibilidade de chegar-se por terra até lá. Foi ele o iniciador do movimento sertanista nessa costa.

Embora malograsse a sua jornada ao regressar dos altiplanos andinos, pôde ainda, nas margens do rio Paraguai, enviar notícias ao litoral, com amostras do precioso metal.

As lendas da prata e a aventura de Garcia refletiram profundamente na Península Ibérica. Uma das conseqüências que provocaram foi a expedição de Martim Afonso de Sousa, e a colonização do litoral sul do Brasil. Do litoral sul, porque daí partiam, então, caminhos que conduziam ao interior, à cobiçada serra da Prata.

Uma antiga picada de índios comunicava as nações guaranis do Paraguai e as da costa atlântica. Partindo das margens do rio Paraná, seguia pelos campos ao norte do rio Iguaçu até as nascentes do Tibaji, onde se ramificava: um galho demandava o sul, atravessando os campos de Curitiba em direção ao litoral de Santa Catarina; outro penetrava nas matas do Açungui, dando em Cananéia; o terceiro, rumo nordeste, atra-

vessava os campos que levavam a Piratininga, atingindo o litoral na altura de São Vicente, pela trilha conhecida como a dos Tupiniquins. Os três pontos iniciais desses caminhos que se articulavam com o sertão foram com isso ocupados por castelhanos e portugueses anteriormente à colonização efetiva do Brasil: o litoral catarinense, Cananéia e o povoado que precedeu a vila de São Vicente.

As primeiras entradas

As primeiras entradas portuguesas, de provas incontestáveis, resultaram da expedição de Martim Afonso de Sousa. Assim que a armada aportou na Guanabara, em fins de abril de 1531, quatro homens partiram rumo ao sertão, onde permaneceram cerca de dois meses. Por essas plagas teriam também andado Vespúcio e alguns companheiros, em 1504, quando penetraram algumas dezenas de léguas no continente, à altura de Cabo Frio.

Ainda em 1531, em setembro, de Cananéia enviou Martim Afonso a desastrosa e infeliz missão de Pero Lobo com 80 homens, interior adentro, em busca da região do ouro e da prata. Finalmente, o próprio Martim Afonso e seu irmão Pero Lopes de Sousa exploraram o rio da Prata, onde Solis teria encontrado, em 1515, sinais do precioso metal branco, a cujo nome ligou o do estuário.

Não alcançando a meta desejada, Martim Afonso velejou para o norte, fundando São Vicente, a 22 de janeiro de 1532, justamente num dos pontos do litoral que se articulava com o sertão. Em seguida, galgando a serra do Mar, fundou no planalto outra vila nos campos de Piratininga. Seriam aqueles dois núcleos humanos o trampolim para as almejadas riquezas.

A vila serrana, entretanto, desintegrou-se posteriormente, não só pelo reduzido elemento humano de ocupação, como principalmente pela descoberta do ouro e da prata com a conquista do Peru por Pizarro e Almagro, em 1534, acontecimento que deu por terra com os objetivos fundamentais de Martim Afonso de Sousa; e ainda pela oposição da Coroa espanhola à penetração portuguesa até o Paraguai, iniciando a colonização da bacia platina.

Brás Cubas

Se a conquista do Peru influiu no desinteresse de Martim Afonso pela sua capitania e no desvanecimento dos planos portugueses de atingir a lendária serra da Prata no sertão longínquo, além da demarcação de Tordesilhas, contribuiu também, sem dúvida, para que os povoadores do litoral vicentino se dedicassem principalmente à experiência agrícola da cana-de-açúcar, ao tráfico e ao apresamento do índio. Apesar disso alguns anos depois, foram promovidas, na Capitania de São

Vicente, algumas modestas tentativas para a localização de minerais preciosos, entre as quais as sondagens efetuadas na baixada litorânea vicentina e nos rios que descem da serra do Cubatão. Algum ouro aluvional foi aí localizado, concorrendo para que Mem de Sá enviasse ao interior Brás Cubas, provedor da Capitania de São Vicente, e Luís Martins, prático em mineração e indicado pela Coroa portuguesa para examinar os metais existentes no Brasil. Duas entradas realizaram-se. Uma, em 1560, dirigida por Brás Cubas, que seguiu um roteiro até hoje discutido. Outra, chefiada por Martins, em fins de 1561 e início de 1562, a poucas léguas de Santos, à região do Jaraguá ou à Caatiba, atual Bacaetava. Ouro e pedras verdes teriam sido encontrados, porém, de reduzido interesse econômico.

Continuando essas primeiras sondagens de ouro na Capitania de São Vicente, o mameluco Afonso Sardinha, cognominado "o moço", localizou ouro de aluvião na serra da Mantiqueira, em Guarulhos, no Jaraguá e em São Roque. Em 1598, promoveu uma entrada que chegou às proximidades das nascentes do rio São Francisco.

D. Francisco de Sousa

No início do ano seguinte, chegava à Capitania de São Vicente o governador-geral, D. Francisco de Sousa, atraído pelo ouro aluvional que, embora escasso, seria um provável indício de grandes riquezas. Diante dessas possibilidades, deslocava da Bahia para o sul o aparelhamento administrativo que ali instalara para dirigir as pesquisas metalíferas por ele iniciadas no interior brasileiro, trazendo na sua comitiva o mineiro Jaques Oalte, os engenheiros Geraldo Beting, Bacio di Filicaia e outros.

Permaneceu na Capitania de São Vicente em franca atividade até 1605, quando regressou a Portugal. Nesse período, despachou para o sertão as expedições de André de Leão e de Nicolau Barreto, já mencionadas. De volta da Metrópole, em 1606, como governador da Repartição Sul da Colônia, obcecado pela idéia da existência de riquezas minerais no Brasil, persistiu o grão-senhor de Beringel na sua operosa faina de encontrar metais nobres em Sabarabuçu e em Araçoiaba. Data da sua segunda administração a expedição de Simão Álvares, "o velho", em 1610, partida de São Paulo, em direção ao sertão do rio Casca, em Minas Gerais.

Nulos foram os seus esforços naquele sentido até 1611, ano em que faleceu no isolamento e na penúria. Eficientes, porém, no que se relacionavam ao conhecimento da terra e às diretrizes da expansão paulista.

A participação de outras capitanias nas pesquisas de minerais preciosos

Promovidas diretamente pelo impulso oficial da Metrópole ou de seus prepostos, atuando dentro da área de Tordesilhas e seguindo o curso dos rios, par-

tiram de vários pontos da costa brasileira – Bahia, Sergipe, Ceará, Espírito Santo – durante os séculos XVI e XVII inúmeras expedições pesquisadoras de minerais preciosos. Buscavam Sabarabuçu, a "Itaberaba-açu" dos Tupiniquins, ou a Serra Resplandecente de prata e esmeraldas.

Não deixaram vestígios de ocupação permanente no território percorrido, nem atingiram as riquezas cobiçadas, descobertas somente em fins do século XVII pelo arrojo dos paulistas, mas devassaram até aquela época parte da zona costeira, marcando rumos de penetração para o interior.

As entradas oriundas da Bahia, compreendendo as capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro, realizadas desde o período inicial das donatarias e depois incrementadas pelo Governo-Geral, percorreram vasta área banhada pelos rios São Francisco, Paraguaçu, Pardo, Jequitinhonha, Araçuaí, Caravelas, Mucuri e São Mateus, atingindo a Chapada Diamantina e a região de Minas Novas, em busca de pedras coradas e de prata.

Tal o impulso oficial às entradas baianas que, extinta a mineração em Monomotapa, transferiu para a Bahia seu aparelhamento administrativo sob a direção de D. Francisco de Sousa, para que fossem experimentadas as possibilidades do subsolo brasileiro em riquezas minerais.

Algumas das principais entradas baianas foram as chefiadas pelos seguintes exploradores: Francisco Bruza de Espinoza (1554), Vasco Rodrigues Caldas (1561), Martim de Carvalho (1567 ou 1568), Sebastião Fernandes Tourinho (1572 ou 1573), Antônio Dias Adorno (1574), Sebastião Álvares (1574), João Coelho de Sousa (1574), Gabriel Soares de Sousa (1592), esta, auxiliada por D. Francisco de Sousa.

Sergipe foi outro importante centro de irradiação sertanista em demanda às minas de prata, até fins do século XVII. Dentre as expedições de maior destaque pelo tempo que permaneceu no interior e pela área percorrida foi a de Belchior Dias Moréia, neto de Caramuru, que partiu em 1595 ou 1596 das margens do rio Real e afundou pelo Itapicuru, sertão adentro, onde permaneceu durante oito anos.

À expansão pesquisadora partida do Ceará pertence a expedição de Pero Coelho de Sousa, realizada em 1603 a mandado do governador-geral Diogo Botelho. Chegou à serra de Ibiapaba que conquistou aos índios da região, atingindo as margens do Parnaíba.

Outros empreendimentos foram ainda realizados no Nordeste, na época do domínio holandês, entre os quais as expedições de Elias Hercksmans, em 1641, por iniciativa de Nassau, de Niemeyer em busca das minas de Itabaiana, e de Mathias Beck, em 1649.

Quanto às entradas organizadas na Capitania do Espírito Santo, de

preferência em demanda às pedras verdes, seguiram alguns roteiros baianos já praticados na região do rio Doce e imediações. As de maior destaque foram as expedições de Diogo Martins Cão, em 1596, por ordem de D. Francisco de Sousa, as de Marcos de Azeredo e a de 1664, comandada por Agostinho Barbalho Bezerra, que encerrou o ciclo oficial espírito-santense das incursões ao interior em demanda às supostas esmeraldas.

Em São Paulo de Piratininga, a faina do bandeirismo de apresamento concentrou todas as iniciativas. Homens de objetividade prática, os paulista preferiram o lucro imediato da caça ao índio. A necessidade de recursos materiais impeliu-os novamente para o sertão, desta vez, porém, em busca da lendária Sabarabuçu, quando o apresamento entrou em crise.

Na segunda metade do seiscentismo, o reduzido número de bandeiras apresadoras de que se tem notícia foi amplamente sobrepujado pelas expedições pesquisadoras de minerais preciosos, também de natureza econômica, mas de características diversas daqueles agrupamentos particulares e guerreiros organizados para a luta e abrangendo várias centenas de brancos, mamelucos e índios. Compunham-se de contingentes humanos mais reduzidos, sem intuito agressivo, tendo como principal escopo o descobrimento de pedras e metais nobres para cuja exploração levavam instrumentos adequados, almocafres e bateias.

A decadência da indústria açucareira. Sua influência nas buscas metalíferas

De caráter oficial e semi-oficial, foram essas entradas estimuladas por cartas régias enviadas pela Coroa portuguesa aos paulistas. Prometiam prêmios e honrarias aos sertanistas que descobrissem minerais preciosos, incentivando-os à aventura. Portugal, recém-saído do domínio da Coroa da Áustria, atravessava, nessa segunda metade do século XVII, grave crise econômica e financeira, acentuada posteriormente pela decadência da indústria açucareira do Brasil, mediante a concorrência antilhana. Urgia substituir por nova fonte de renda o açúcar brasileiro em declínio nos mercados europeus. Declínio que repercutiu no apresamento do índio pelo paulista, de forma a diminuir-lhe a intensidade, mas agindo em sentido contrário em relação às explorações pesquisadoras de metais, impulsionando-as. Impossível seria mencionar todas elas. Muitas permanecem ainda encobertas por documentação não compulsada. Outras nem sequer foram reveladas pelas crônicas. O que realmente importa é que vários sertanistas de São Paulo percorreram durante o século XVII o sertão mineiro, goiano e mato-grossense, tais como Lourenço Castanho Taques, "o velho", em 1668, abrindo caminho na região de Cataguases, Luís Castanho de Almeida, em 1671, Manuel de Campos

Bicudo, em 1675, ao norte de Mato Grosso, e Bartolomeu Bueno da Silva, em 1676, na região goiana. E ainda mais adiante foram. Eis o bandeirante Antônio Castanho da Silva, que faleceu no Peru em 1622, Antônio Rapôso Tavares entre 1648 e 1652 internando-se pelo Paraguai, atingindo os contrafortes dos Andes em busca de minas e depois saindo na bacia amazônica, Luís Pedroso de Barros, em 1656, chegando ao Peru, onde morreu às mãos dos índios serranos. E quantas referências documentais a expedições rumo ao sertão ignoto e indeterminado!

Pelo vale do Paraíba e pela garganta do Embaú na Mantiqueira, rumo à região mineira, pelos caminhos do norte, um que por Mojimirim atingiu Goiás e outro pela região de Atibaia e Bragança, o sul de Minas, e pelo caminho fluvial do Tietê, que levava ao interior mato-grossense, por essas rotas bandeirantes que convergiam para São Paulo de Piratininga seguiram as expedições pesquisadoras em busca dos lendários tesouros do sertão. Devassaram o interior, abriram caminhos, prepararam a descoberta do ouro a partir do século XVIII, em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, expandindo cada vez mais para oeste as terras da América lusitana.

A expedição de Fernão Dias Pais

Entre todas as expedições pesquisadoras de minerais preciosos destacou-se a de Fernão Dias Pais. Partindo de São Paulo à cata de pratas e esmeraldas, a 21 de julho de 1674, explorou, durante sete anos, grande área na região centro-sul do Brasil – das cabeceiras do rio das Velhas, rumo norte, até a zona de Serro Frio, onde jazia o ouro logo depois revelado por outros paulistas.

Acompanharam o chefe sertanista seu imediato, Matias Cardoso de Almeida, o genro, Manuel de Borba Gato, e o filho, Garcia Rodrigues Pais, além de trinta e tantos paulistas e muitos índios administrados.

Nula quanto às riquezas que procurava, foi a expedição importantíssima pelo contato que estabeleceu entre o período das entradas pesquisadoras e o descobrimento de mananciais auríferos efetuado algum tempo após. Além disso, os três nomes citados estão intimamente relacionados aos primórdios do povoamento de Minas Gerais. Matias Cardoso de Almeida, pelo estabelecimento da estrada que ligou as minas aos currais de gado de São Francisco na Bahia. Borba Gato, pelo devassamento do sertão do rio das Velhas. Garcia Rodrigues Pais, pela abertura do caminho de grande significação histórica entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Teria sido, também, um dos descobridores do ouro em território mineiro, precedendo as descobertas aí efetuadas pelas expedições realizadas em 1693, entre as quais as de Antônio Rodrigues de Arzão, saída de Taubaté

nesse ano, de Bartolomeu Bueno de Siqueira, em 1694, e de muitos outros, nos anos seguintes, e cujas atividades se relacionam de preferência ao período da mineração propriamente dito, iniciado no último lustro do século XVII.

Expedições paulistas do século XVIII

Desvendado o ouro em Sabará, no Ribeirão do Carmo, no Tripuí, em Itaverava, em Cataguases, em Caeté, no Rio das Mortes e em várias outras localidades, processou-se, durante a primeira década do século XVIII, a descoberta de quase todo o interior das Minas Gerais. Desenvolveram-se a mineração e o povoamento na região. Mas não cessou a expansão geográfica dos paulistas impelidos para oeste, pela derrota sofrida na Guerra dos Emboabas. Seguindo antigos roteiros já praticados anteriormente, novas entradas efetuaram-se em direção aos sertões mato-grossense e goiano, em busca do ambicionado metal, alargando ainda mais as fronteiras portuguesas na América.

Das primeiras expedições responsáveis pelo descobrimento do ouro em Mato Grosso, cumpre citar, em primeiro lugar, a de Antônio Pires de Campos, que mais ou menos em 1716 marcou o rumo até Cuiabá à procura da serra dos Martírios. Já estivera por aquelas paragens, quando adolescente, em 1675, em companhia do pai, Manuel de Campos Bicudo.

Em 1718, Pascoal Moreira Cabral Leme, seguindo o mesmo caminho, descobria ouro no Coxipó Mirim, iniciando os trabalhos de mineração e inaugurando, com outros povoadores, o período das monções, expedições fluviais povoadoras e comerciais que substituíram as bandeiras e as entradas naquele setor, e nas quais predominaram os filhos de Itu e Sorocaba. Partiam de Araritaguaba, Porto Feliz, navegando pelo Tietê e pela rede de afluentes do Paraná e do Paraguai até ao Cuiabá.

A expansão paulista ao sertão goiano efetuou-se desde o século XVII, quando a região era freqüentemente trilhada pelos caçadores de escravos. A conquista e o povoamento realizaram-se, porém, depois do descobrimento do ouro, pela expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera. Saiu ele de São Paulo, em julho de 1722, comandando 152 homens, entre os quais 20 índios para o transporte de cargas, três padres, cinco ou seis paulistas, muitos portugueses e um baiano, em busca da serra dos Martírios, onde, de acordo com a lenda, haviam sido esculpidos pela natureza, a coroa, a lança e os cravos da paixão de Cristo.

Três anos permaneceu a expedição vagando pelo sertão, padecendo todas as privações, ao cabo dos quais, em 1725, localizou o precioso metal procurado, a quatro léguas da atual cidade de Goiás.

Como em Minas Gerais e em Mato Grosso, seguiram-se novos descobrimentos em todo o território.

Localizado o ouro, terminavam as entradas, substituídas pelo povoamento propriamente dito em torno das lavras, dos arraiais e das vilas, atraído pelos interesses que a mineração proporcionava e que inauguram na História do Brasil uma nova época.

Devassado, sem povoar, agindo mais em extensão do que em profundidade, acentuada importância tiveram as bandeiras na expansão geográfica do Brasil Colonial. Na caça ao índio e na pesquisa de pedras e metais, descomprimiram o Brasil de Tordesilhas, desbravaram e conquistaram a terra, expulsaram a frente pioneira jesuítica de catequese e colonização, alimentaram com o braço índio a agricultura do sul ao norte, estabeleceram rotas, descobriram ouro, abriram caminhos para o povoamento de Minas Gerais, de Mato Grosso e Goiás, como para a ocupação efetiva do Paraná ao Rio Grande do Sul.

Nos meados do século XVIII, fixou-se a área territorial do Brasil, com pequenas diferenças em relação à configuração geográfica atual. Em 1750, o Tratado de Madri delineou efetivamente as fronteiras entre Portugal e Espanha na América do Sul. Vigorou o *uti possidetis* respeitado e mantido em 1777 com o Tratado de Santo Ildefonso, para o que haviam concorrido as bandeiras com a conquista de dois terços do território brasileiro.

Não sem motivo escrevera para a posteridade Frei Gaspar da Madre de Deus, nas suas *Memórias para a História da Capitania de São Vicente...*: "Pelo sertão atravessou toda a animosidade dos paulistas com indizíveis trabalhos os fundos de todas as Capitanias Brasílicas (...)", "(...) porque os intrépidos moradores da Capitania de São Vicente, nos quais, por força do fado ou por desgraça da sua Capitania e ventura de outras, sempre foi predominante a paixão de conquistar (...)."

CAPÍTULO III

A GUERRA DOS EMBOABAS

A EXPANSÃO paulista à procura do ouro, iniciada nos últimos anos do século XVII, no rumo das chamadas "Minas Gerais", estava praticamente completada na primeira metade do século XVIII. Tal expansão delineara os primeiros sinais do povoamento em vasta área do Brasil interior, precisamente aquela que, dentro de alguns anos, tanta influência viria a exercer na vida econômica da colônia e da metrópole. Neste afã de penetrar o território mineiro, destacaram-se especialmente bandeirantes, a princípio de Taubaté e logo depois de São Paulo. A maior proximidade de Taubaté da região mineira deu à vila fundada por Jacques Félix papel de notável relevo nos fastos do bandeirantismo, a tal ponto que se tornou inevitável a rivalidade com a própria vila de Piratininga, rivalidade de fato bem menor, pelo que se sabe hoje, do que durante muito tempo se pensou. Entretanto, quer partindo de Taubaté, quer da vila de São Paulo, a verdade é que as bandeiras paulistas penetraram fundo pelo território mineiro, estabelecendo de início três pontos principais de atividade mineradora: no rio das Mortes, tendo por centro São João del-Rei; na região de Ouro Preto e Mariana, e na área do rio das Velhas, assinalada por Sabará e pela sua vizinha Caeté. Em torno desses três centros, numerosos outros povoados se foram estabelecendo, a traduzir de maneira nítida o caráter povoador da chamada "fase do ouro" do bandeirismo paulista.

As doações de terra, o rush do ouro e o contrabando baiano

A posse das minas havia sido garantida aos seus descobridores pelo ato real de 18 de março de 1694, que deles exigiu apenas o quinto devido à Régia Fazenda. E quando a câmara paulistana, em 7 de abril de 1700, endereçou ao monarca português longo e expressivo memorial em que solicitava não fossem doadas datas de terras nas minas senão aos moradores da vila de São Paulo e das vilas anexas, que "foram os descobridores e

conquistadores das ditas minas, a custa de suas vidas e gasto de sua fazenda sem dispêndio da fazenda real", podemos ver, nesse ato, como que um prenúncio da grande rivalidade que, daí a algum tempo, eclodirá na região mineira, a marcar de modo característico e iniludível o sentimento de antagonismo entre duas facções igualmente interessadas no domínio da região e cujas conseqüências ditarão novos rumos e abrirão novas perspectivas à atividade mineradora da gente de São Paulo.

Ao receber a petição da câmara de São Paulo, entendeu o Rei despachá-la ao Governador do Rio de Janeiro, Artur de Sá e Meneses, para que sobre ela opinasse. Entrementes, recomendou-lhe não concedesse ele, governador, data alguma de terras de sesmaria, limitando-se a fazê-lo em relação às terras auríferas, distribuídas na forma do Regimento que o próprio governador, havia pouco, elaborara. Algumas modificações introduzidas neste Regimento irritaram sobremaneira os paulistas, pois davam aos forasteiros, especialmente aos portugueses, situação de real vantagem. Numerosos, ricos e importantes moradores do Rio de Janeiro aproveitaram-se desta circunstância para alcançar doações vultosas e valiosas. Em princípio do século XVIII, protestaria Garcia Rodrigues Pais contra tais concessões, a seu ver abusivas e injustificáveis, à margem do caminho que a tanto custo abrira.

Embora pareça natural, a pretensão da câmara paulistana era, na prática, impossível. De nenhum recurso seria capaz o governo real para impedir a imigração para as minas dos milhares de europeus e brasileiros de outras regiões, ávidos todos do metal precioso, cuja miragem embalara a administração portuguesa praticamente desde o início da colonização. Verdadeiro *rush* provocaram os descobrimentos auríferos. Antonil calcula, para o início do século XVIII, em 30.000 as pessoas que se ocupavam dos diversos misteres da mineração. Pouco antes, o próprio Governador do Rio de Janeiro falava em assustadora emigração que se notava para as terras do ouro.[1] Maior afluência, ainda, de reinóis verificou-se a partir de

---

[1] "A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos, como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do mínimo das pessoas que atualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, outras em mandar catar nos ribeiros do ouro; e outras em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida, mas para o regalo, mais que nos portos do mar. Cada ano vem nas frotas quantidade de portugueses e de estrangeiros, para passarem às minas. Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios de que os paulistas se servem. A mistura é de toda a condição de pessoas..." *Cultura e Opulência do Brasil*, ed. Taunay, p. 213. "... o excesso com

1705, quando a extração do ouro de lavagem já havia diminuído e encetava-se a era dos trabalhos hidráulicos de desmonte das terras. Muitos gozavam da vantagem de ser conhecidos e amparados pelos compatriotas das praças marítimas, que lhes forneciam, a crédito, instrumentos e escravos africanos.

Dentro de pouco tempo, estavam os forasteiros, em grande maioria, a disputar aos paulistas a posse das minas por eles descobertas, ocasionando o conflito de interesses "com laivos regionalistas muito acentuados" conhecido por "Guerra dos Emboabas". Uma série de incidentes que, em outro ambiente e em outras condições, não teriam a menor importância, faz acender de parte a parte a mais desenfreada animosidade de que dão conta numerosos documentos contemporâneos, e que se estende até 1710, quando se constituiu nas Minas Gerais um governo próprio independente do do Rio de Janeiro.[2] Convém notar que a animadversão paulista se estendia igualmente a brasileiros de outras regiões, e mesmo estes acabaram sendo englobados na denominação "emboaba" que originariamente, segundo se crê, só se aplicava aos portugueses.[3] Os brasileiros eram especialmente baianos. Desde os primeiros anos do povoamento das Gerais, tornaram-se intensas as comunicações com os sertões da Bahia, através de S. Francisco, em cujas margens se abriram as maiores fazendas de gado no século XVII. A Bahia era mesmo um dos centros de abastecimento das

---

que fogem para as minas nos dá a entender que brevemente ficaremos sem ninguém..." D. Álvaro Albuquerque ao Governador da Bahia, em 5-3-1704, *apud* M. Zemella, *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais*, p. 40.

[2] Os fatos referentes à Guerra dos Emboabas foram primeiramente relatados no século XVIII, por ROCHA PITA (*Hist. da Amer. Port.*) e Pe. MANUEL DA FONSECA (*Vida do Vener. Pe. Belchior de Pontes*). Em época mais recente, DIOGO DE VASCONCELOS (*Hist. Ant. de Minas Gerais*) ocupou-se do assunto com maior amplitude. Os demais autores que daí em diante trataram do acontecimento (e praticamente são todos os que escreveram sobre história do Brasil) pouco mais fizeram que repetir os fatos narrados por aqueles primeiros autores. Apenas J. SOARES DE MELLO, em monografia publicada em 1929 (*Emboabas*), aduziu novos informes à vista de documentação inédita. Todavia, em 1948, ao publicar o tomo IX, de sua *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas*, AFFONSO DE E. TAUNAY revelou novos elementos, constantes do códice Costa Matoso, da Biblioteca Municipal de São Paulo, documentos da mais alta valia e que, quando melhor analisados, poderão lançar novas luzes sobre o até agora tanto ou quanto confuso movimento que agitou Minas Gerais, no início do século XVIII.

[3] Há muita discordância entre os autores que se ocuparam do termo "emboaba", significando para uns a ave de pernas cobertas de penas (alusão aos europeus que usavam botas) e para outros "forasteiro", "estrangeiro" e até "inimigo". Cf. SOARES DE MELO, *op. cit.*, 173-205, e TAUNAY, *op. cit.*, IX, pp. 477-480.

Minas Gerais e o comércio entre essas duas regiões foi objeto de cuidados especiais por parte do Governo do Rio de Janeiro, tendo em vista, sempre, a repressão do contrabando. Assim, por exemplo, com a Bahia só o comércio de gado era permitido, atendendo ao fato de que nem São Paulo, nem Rio de Janeiro se achavam em condições de abastecer de carne as cidades mineiras. Aliás, convém recordar o quanto o problema do abastecimento das áreas de mineração se tornou importante. Descuidaram dele os primeiros descobridores, sobrevindo, como resultado, as terríveis crises de fome por que passaram as terras mineiras, dada a carência total de gêneros alimentícios e com reflexos muito sérios nas próprias cidades do litoral. Acredita-se mesmo que tais crises teriam feito os paulistas imprevidentes abandonarem os territórios explorados e que, ao voltarem, teriam encontrado suas lavras ocupadas por forasteiros.

Além do gado, constituía o escravo outro elemento importante do comércio baiano com as Gerais, ainda mais que, com a crise do açúcar nos fins do século XVII, diminuiu a produção dos engenhos, que, assim, puderam dispensar numerosa escravaria. Todas as preocupações por parte do Governo no sentido de impedir este comércio se tornaram inócuas. Deve-se notar que, embora lícito, o comércio do gado era muitas vezes exercido de maneira ilegal, a fim de furtar-se ao pagamento dos direitos de entrada. Organiza-se, assim, aos poucos, uma atividade contrabandística, de que se irão ocupar os documentos da época.

Manuel Nunes Viana

É nesta atividade comercial, talvez melhor de contrabando da Bahia com as Minas, que vemos surgir pela primeira vez no território mineiro a figura curiosa de Manuel Nunes Viana, que as circunstâncias vão fazer dentro de pouco tempo o chefe dos "emboabas" na luta contra os paulistas. Grande fazendeiro no vale do S. Francisco, dotado de raras qualidades de chefe e, ao que parece, homem de certa cultura, foi o grande coordenador do movimento da reação emboaba contra as exigências e violências dos paulistas, cada vez mais irritados contra a invasão de intrusos no território de sua conquista. De sua atividade de contrabandista, dá conta ao Governador do Rio de Janeiro, Borba Gato, em carta de 29 de novembro de 1708. Pouco mais de um mês antes, na qualidade de máxima autoridade local, já havia intimado Nunes Viana a abandonar as Minas, através de edital colocado na capela de Caeté, onde vivia o caudilho. Em resposta datada do dia seguinte, procurou Viana defender-se das duas acusações mais graves que lhe foram imputadas: a de lesar o fisco e a de promover tumultos. Realmente tudo indica que esta última não era de todo justa. Ao contrário, deveria

ser ele o mais interessado em viver em paz e, para argumentar, lembrava que sempre apaziguara contendas não só no rio S. Francisco, como por toda a parte onde vivera. Repeliu a acusação dizendo mesmo a Borba Gato que "amotinadores só se acham nos patrícios de V. Mcê, que fazem honra e respeito em amotinarem povos e ajuntar gentes para abalroadas que dessas sabe V. Mcê muito bem e não ignora sucedem nestas Minas todos os dias, e nem por isso mandou despejar nenhum". Replicou Borba Gato, reiterando as mesmas acusações, até que, dada a inocuidade de seus editais, escreveu ao Governador do Rio de Janeiro a carta de 29 de novembro, já mencionada. Informava ser Nunes Viana ligado a uma "grossa sociedade" da Bahia. Despachava para as Minas comboios sobre comboios, vindo junto com eles para que nada caísse em poder do inimigo, que é como considerava os agentes do fisco.

Frei Francisco de Meneses

Ainda o comércio e o contrabando explicam a presença nas Minas de outra figura curiosa, infinitamente pior que Nunes Viana, dada a sua responsabilidade de eclesiástico – Frei Francisco de Meneses. Aparecera em Sabará, ao que se supõe, em 1707, interessado no monopólio do corte de gado nos açougues. Associou-se a Francisco do Amaral, homem de passado duvidoso e que já havia obtido alguns anos antes o monopólio agora pretendido pelo frade trinitário. Conseguira, ainda, monopolizar o comércio da aguardente e do fumo, importados ambos da Bahia. Todavia, o novo contrato, em condições pouco favoráveis à população, provocou verdadeira onda de clamores, sobretudo por parte dos paulistas. Não desanimou, entretanto, Frei Meneses, que contava como sócio Pascoal Moreira Guimarães e mais dois sacerdotes, que as crônicas registram simplesmente como Frei Firmo e Frei Conrado, ambos da mesma estirpe de Frei Meneses. Uma vez que Francisco do Amaral, já enriquecido e sem disposição para enfrentar dificuldades, preferiu abrir mão do negócio e retirar-se para sua fazenda, tratou Frei Meneses de obter o apoio de grandes criadores e marchantes, entre outros Nunes Viana e o baiano Sebastião Pereira de Aguilar, proprietário no ribeirão das Abóboras, onde existia o arraial da Contagem, local onde se contava e numerava o gado para o pagamento das duas oitavas por cabeça introduzida nas terras auríferas.

Insistiu Frei Meneses em obter o tão cobiçado monopólio no Rio de Janeiro, para onde partiu, a fim de tratar com o Governador D. Fernando de Lencastre. Os paulistas, igualmente empenhados na defesa de seus direitos, enviaram delegação ao Rio e se disporiam a ir até Lisboa, a fim de expor ao próprio Rei o clamor dos povos oprimidos. Não foi necessá-

rio. Conseguiram os paulistas frustrar os planos do terrível frade. Negou-se o governador a aceitar a proposta que lhe fora apresentada e ordenou a Borba Gato que reprimisse qualquer tentativa de exploração de preço dos gêneros de primeira necessidade. Derrotado nas suas pretensões, jurou Frei Meneses vingar-se dos paulistas.

Deste momento em diante, encontraremos Frei Meneses sempre ligado a Nunes Viana, a quem reconhecia prestígio e capacidade. José Joaquim da Rocha, a quem se atribui a *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais*, datada de 1781, acusa-o formalmente de ter sido o fautor da guerra civil que não tardaria a irromper, enquanto para Diogo Ribeiro de Vasconcelos o frade "foi quem soprou o lume da discórdia". Assim, podemos ligar a chamada "Guerra dos Emboabas" à especulação e ao contrabando com artigos de primeira necessidade, promovido pelos portugueses, aliados aos baianos. O taubateano Bento Fernandes Furtado de Mendonça — talvez o primeiro a descrever os sangrentos episódios – já o notara em sua memória.[4]

Os primeiros incidentes

Compreende-se então por que – já o deixamos dito – pequenos incidentes que normalmente se confinariam à alçada policial assumiram o caráter de extrema gravidade e causaram os tumultos que a seguir sumariaremos. A omissão, por parte dos cronistas, das datas em que tais incidentes se deram dificulta a composição de um quadro geral da Guerra dos Emboabas. O primeiro que habitualmente vem citado refere-se à morte de um negociante português da região do rio das Mortes, casado com uma paulista e assassinado, segundo parece, por alguns índios Carijós que passavam rumo a São Paulo, ou mesmo por um paulista, como castigo pelos maus-tratos infligidos pelo reinol à mulher. Tal crime teve repercussão e levou os moradores da região a solicitar garantias ao Governador do Rio de Janeiro. Atendendo-os, o Governador nomeou Pedro de Morais Raposo, paulista de prestígio, regente do rio das Mortes, passando-lhe regimento aos 6 de junho de

---

[4] "Frei Francisco de Meneses e Frei Conrado, tendo a fatal lembrança do monopólio do tabaco, empregaram 30 arrobas de ouro na compra de toda a quantidade desse artigo para vendê-lo as varas à razão de 4 e 5 oitavas de ouro cada uma, caso conseguisse arrematar este contrato pela mediação de alguns reinóis influentes, encontrando porém oposição por parte dos paulistas, desistiram do intento. Tentaram depois igual monopólio de carne verde... Resultando dessas patrióticas oposições a primeira causa das discórdias que breve haviam de perturbar e dividir a nascente sociedade." *Primeiros Descobridores das Minas de Ouro*, in *Rev. Arq. Publ. Min.*, IV, p. 95, V. ZEMELLA, *op. cit.*, pp. 226-7.

1706. Na mesma ocasião, Francisco do Amaral Gurgel foi nomeado capitão-mor do distrito de Ouro Preto.

O segundo incidente – de data ignorada, mas certamente de fins de 1707 – ocorreu em Caeté e vem narrado por Rocha Pita e por todos os que, com pequenas variantes, repetiram aquele historiador. Refere-se tão-somente a um conflito a propósito de um português acusado de haver roubado uma espingarda. Partindo a acusação de Jerônimo Pedroso de Barros e tendo Nunes Viana tomado a parte do pobre reinol, exaltaram-se os ânimos, embora o próprio Pedroso de Barros, que a princípio chegou a reunir amigos e parentes, houvesse decidido dar o assunto por encerrado. Todavia, insuflado pelos seus partidários, ficou latente a discórdia. Um terceiro incidente veio reacender a animosidade. Um mameluco, bastardo do paulista José Pardo, homem rico e respeitado, assassinou um forasteiro e homiziou-se em casa de seu patrão. Reuniram-se os emboabas e exigiram a entrega do criminoso, ao qual José Pardo já havia permitido escapar. Recaiu a vingança sobre o próprio José Pardo, que foi morto à porta de sua casa. Prepararam-se novamente os paulistas para a desforra. E começou a correr o boato de que eles, em reunião realizada pelos fins de novembro de 1707, haviam assentado promover no dia 15 de janeiro seguinte o morticínio em massa dos forasteiros, novas "vésperas sicilianas", lembra Rocha Pita.

Manuel Nunes Viana é sagrado Governador de Minas Gerais

Essa "invencionice diabólica" excitou os ânimos. Sem mais averiguações uniram-se os forasteiros e decidiram ir além de simples resistência armada, organizando um governo e proclamando Manuel Nunes Viana governador de todas as Minas, com plenos poderes, devendo exercer esse cargo até que Sua Majestade providenciasse a respeito.

A versão do morticínio planejado pelos paulistas provém de Rocha Pita e do Padre Manuel da Fonseca. Outros cronistas, mais ligados aos acontecimentos, omitem-na, e Cláudio Manuel da Costa relata diferentemente o caso, invertendo-o, isto é, dando os portugueses como planejadores do morticínio de paulistas e acrescendo, ainda, o episódio do desarmamento dos paulistas, o que teria sido conseguido mediante habilidoso ardil capaz de ludibriá-los. Ambas as versões parecem pouco verossímeis, se bem que a do desarmamento dos paulistas venha relatada por um dos chefes emboabas, Bento do Amaral Coutinho, na carta que em 16 de janeiro de 1709 escreveu ao Governador do Rio de Janeiro, relatando-lhe as "novidades" das Minas.

A discordância tão freqüente entre os numerosos cronistas dos confli-

tos desenrolados nas Minas Gerais constitui séria dificuldade para o conhecimento exato do que realmente se teria passado. Que a animosidade entre os dois grupos se tornou cada vez mais intensa, não resta a menor dúvida pelos reflexos que dela temos no Rio de Janeiro, levando o governador fluminense, em princípio de 1709, a intervir no território mineiro, sem que, contudo, de sua tentativa de apaziguamento adviesse qualquer resultado. Parece certo ter havido encontros entre paulistas e emboabas em Sabará e pouco depois em Cachoeira do Campo, sem todavia encontrar-se apoio documental para a longa e brilhante descrição que desta última "batalha" nos dá Diogo de Vasconcelos em sua *História Antiga das Minas Gerais*. Ainda segundo o historiador mineiro, na igreja dessa localidade se teria dado a sagração de Manuel Viana, em ofício solene celebrado por Frei Francisco de Meneses.

"Capão da Traição"

É certo, porém, que nas escaramuças de Sabará e de Cachoeira não levaram os paulistas a melhor, sendo obrigados a uma retirada para o rio das Mortes, onde se prepararam para a desforra. Nunes Viana mandou forças para destruir-lhes a resistência, atribuindo o comando da expedição a Bento do Amaral Coutinho, enquanto os paulistas tinham a chefiá-los Valentim Pedroso de Barros e Pedro Pais de Barros. A primeira investida sobre o arraial da Ponta do Morro (posteriormente São José del-Rei, hoje Tiradentes) foi favorável aos paulistas, porém a notícia da aproximação de Bento do Amaral Coutinho, fê-los dispersar em pequenos grupos, buscando apressadamente as emboscadas dos matos. Um desses capões, cercado por Amaral Coutinho, tornou-se conhecido por "Capão da Traição" pela felonia do chefe emboaba que imolou numerosos paulistas, depois de lhes ter dado todas as garantias mediante a entrega das armas.[5]

Mesmo deste episódio – o mais famoso da Guerra dos Emboabas – não se conhece a data. Basílio de Magalhães fixou-a em 15 de fevereiro de 1709, baseado no inventário de um dos participantes da chacina, encon-

---

[5] "No dia seguinte mandaram os cercados um bolatim (boletim? volantim?) com bandeira branca, pedindo bom quartel e prometendo entregar as armas. Concedeu-lhes Bento do Amaral o que pediam, mas faltando, como pérfido e cruel, tanto que os viu sem armas, deu ordem em altas vozes para que os matassem; e sem mais conselho, acompanhado dos escravos e ânimos mais vis daquele exército, ainda que com pena e repreensão das pessoas de maior suposição e qualidade que nele se achavam, fez um tal estrago naqueles miseráveis, que deixando o campo coberto de mortos e feridos, foi causa de que ainda hoje se conserve a memória de tanta tirania, impondo àquele lugar o infame título de Capão da Traição." Pe. MANUEL DA FONSECA, *op. cit.*, p. 210.

trado no arquivo de São João del-Rei. Entretanto, na já citada carta de Bento do Amaral Coutinho ao Governador do Rio de Janeiro, datada de Ouro Preto aos 15 de janeiro do mesmo ano de 1709, o pérfido autor do massacre já se refere aos paulistas fugidos para o rio das Mortes e ali espalhados em vários capões de mato. É provável, portanto, que o triste episódio tenha ocorrido antes da data alvitrada por Magalhães. O número de vítimas – 300, segundo Diogo de Vasconcelos – não consta de nenhuma das crônicas da época e nem dos demais autores que se ocuparam do acontecimento. Afonso de Taunay acredita exagerado o número dado pelo autor da *História Antiga*, não passando, na sua opinião, quando muito de 50, "o que já é imenso."[6]

É possível que Nunes Viana não aprovasse os métodos extremos que vinham sendo praticados, como esse do Capão da Traição. Criou-se mesmo a tradição segundo a qual os primeiros descontentamentos surgidos nas hostes do chefe emboaba adviriam dos seus métodos benignos, com os quais não concordavam, entre outros, Frei Meneses e Bento do Amaral Coutinho. Tudo isto, no entanto, parece muito duvidoso. A verdade é que o prestígio do grande caudilho vinha diminuindo, como o provam a deserção de suas fileiras do baiano Sebastião de Aguilar e a derrota de sua gente na área de Mariana e Guarapiranga. Como se não bastasse a hostilidade cada vez maior de Borba Gato.

Tentativas de apaziguamento e a expedição de Amador Bueno

Em março de 1709 ocorreu a viagem do Governador Fernando de Lencastre, a que já se fez referência. Foi antes ao rio das Mortes e depois a Congonhas, onde se encontrou com Nunes Viana. Correu a notícia de que o Governador castigaria implacavelmente os rebeldes, levando mesmo algemas para prendê-los, o que os fez recebê-los hostilmente. Outro caráter não teve o encontro de Congonhas, de onde o Governador, amedrontado, retornou ao Rio de Janeiro.

[6] "Várias razões nos induzem a isto. Se os paulistas cercados e mortos fossem 300, os seus sitiadores deveriam ser, pelo menos, mais de mil. Ora, Álvares de Oliveira, testemunha presencial (Costa Matoso 453, 13), afirma que a tropa comandada por Bento do Amaral andava por 200 homens, número muito diverso dos mil de Vasconcelos e Padre Fonseca. Os emboabas do rio das Mortes eram poucos e estavam dispersos, no dizer, ainda, de Álvares de Oliveira. Não poderiam, portanto, contribuir com muito reforço para a coluna de Coutinho. Em segundo lugar, estamos certos de que muito poucos brancos e homens de posição haveria entre os imolados pelo sanguinarismo de Bento do Amaral. Devem ter sido os degolados os humildes bastardos, carijós e tapanhunos, escravos e administrados do chefe da pequena manga apanhada." TAUNAY, *op. cit.*, IX, p. 552.

Mais feliz na tarefa de intervenção e apaziguamento será o novo Governador do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, empossado aos 11 de junho de 1709, em substituição a Fernando de Lencastre. Vinha mesmo do reino com instruções especiais para a pacificação do território mineiro. Entrementes, os emboabas haviam enviado emissário ao reino para entender-se com D. João V, a fim de conseguir o que não obtiveram do governador fluminense. Recaiu a escolha em Frei Francisco de Meneses que, em novembro do mesmo ano, alcançava o que pretendia. Mal tomando posse do governo, partiu Albuquerque para as Minas. Foi-lhe a missão relativamente fácil. A forte oposição a Nunes Viana que encontrou no Caeté (antes o grande reduto do caudilho) contribuiu para o êxito de sua viagem. Intimado a comparecer à sua presença, Nunes Viana prestou-lhe submissão, retirando-se para as suas fazendas do S. Francisco. Visitou outras localidades, tomou algumas medidas administrativas, confirmando, ao que se diz, várias das nomeações feitas por Nunes Viana. Em Mariana teve notícia do preparativo paulista para a desforra do desastre do rio das Mortes. Tais preparativos ocorreram em São Paulo, de abril a agosto de 1709. Reza a tradição que os paulistas que tiveram de abandonar a região mineira após o desastre do Capão da Traição foram mal recebidos por suas famílias, que lhes exprobraram a covardia, incitando-os à vingança. Tal versão foi divulgada por Rocha Pita. Lembra Afonso de Taunay, entretanto, que jamais encontrou em toda a documentação paulistana qualquer referência a esse episódio.

A 1º de abril a câmara piratiningana elege Amador Bueno da Veiga para o comando do corpo expedicionário paulista. Todavia, só em agosto pôde partir de São Paulo, à frente de 1.300 homens, segundo o biógrafo do Padre Belchior de Pontes. Ao ter conhecimento de tais preparativos, o Governador Albuquerque tomou o rumo de São Paulo, encontrando-se com a tropa de Amador Bueno em Guaratinguetá. Pretendeu dissuadi-los da luta. Não se entenderam. Seguiu o Governador para o Rio de Janeiro, de onde mandou emissário às Minas a avisar do avanço paulista, permitindo que se fortalecessem os emboabas no arraial da Ponta do Morro, sob o comando de Ambrósio Caldeira Brant.[7] Vários dias durou o cerco, com perdas de parte a parte, até que, finalmente, os paulistas abandona-

---

[7] Uma carta apanhada pelos paulistas em poder de um espião mandado a Pouso Alto e dirigida por Caldeira Brant a um certo Domingos Gonçalves Cândido, que TAUNAY supõe ter sido um agente emboaba em São Paulo (*Hist. da Vila de São Paulo no Séc. XVIII*, p. 138), é bastante expressiva, pelo que a seguir se transcreve: "Senhor Domingos Gonçalves Cândido – Como o Senhor General Antônio de Albuquerque nos avisasse do exército de

ram a luta, ou por terem notícias de reforços que vinham de Ouro Preto e que efetivamente chegaram ou – segundo outros – pelos desentendimentos entre os chefes do corpo expedicionário.

A pacificação

É inegável, porém, que da intervenção de Antônio de Albuquerque resultaram medidas benéficas capazes de levar a paz à região mineira e, ao mesmo tempo, satisfazer a gente de São Paulo. Conseqüência imediata dessa intervenção foi a criação da Capitania de São Paulo e Minas, pela carta régia de 9 de novembro de 1709 e, pouco depois, também por carta régia (11 de julho de 1711) a elevação da vila de São Paulo à categoria de cidade. A nova capitania teve como primeiro governador o mesmo Antônio de Albuquerque, que tomou posse em São Paulo aos 18 de junho de 1710. Seguindo para as Minas, ali criou as primeiras vilas em Mariana, Ouro Preto e Sabará. Com o indulto geral de novembro de 1709, e principalmente com a restituição aos paulistas das lavras (30 de maio de 1711) e ainda com a instalação das primeiras municipalidades mineiras, pode-se dar por encerrada a chamada Guerra dos Emboabas. Até 1720 continuariam unidos São Paulo e Minas sob um mesmo governo. Pela carta régia de 21 de fevereiro daquele ano foi criada a Capitania das Minas Gerais, primeiro dos grandes cortes por que vai passar o território paulista.

Os reveses sofridos pelos paulistas na guerra civil de 1708-1709 incita-os a procurar novos rumos para a sua expansão. Dentro de alguns anos novos veios auríferos serão revelados, em Cuiabá e em Goiás, incorporando essas extensas regiões do centro-oeste brasileiro à área de sua influência e garantindo, para Portugal, a posse definitiva de tão dilatados territórios, quando, em 1750, tiveram de ser delimitadas as fronteiras entre a América espanhola e a América portuguesa.

---

paulistas que achou em Guaratinguetá vinha infalivelmente a estas Minas estamos em todas elas não só prontos para os receber em batalha senão também para os buscarmos em qualquer parte onde constar que estiverem aquartelados. Porém antes de fazermos movimento algum queremos saber em que situação se acham e se ainda estão em Guaratinguetá, e como destas circunstâncias nos parece é vossa mercê sabedor, e pelo que tem de legítimo português o leal vassalo de El-Rei nosso senhor despachamos estes próprios para que vossa mercê nos informe do referido, e de tudo que souber do dito exército e seu movimento, fiamos de vossa mercê e do senhor João Antônio, seu genro, obrem neste particular como se deve esperar de legítimos portugueses e leais vassalos de El-Rei nosso senhor. Deus guarde a vossa mercê muitos anos. Rio das Mortes, 13 de novembro de 1709. Ambrósio Caldeira Brant.

CAPÍTULO IV

AS MONÇÕES

NA HISTÓRIA do bandeirismo, tomado em sentido restrito, é lícito omitir, sem perda essencial, o capítulo das monções. Estas principiam a aparecer quando aquele já entrava em declínio, e aparecem servidas por instrumentos diferentes, guiadas por métodos próprios e movidas até certo ponto por uma nova raça de homens.

Contudo, em acepção mais ampla, talvez um pouco arbitrária, que procure envolver, sob o mesmo rótulo, os vários movimentos tendentes, em parte, à dilatação das nossas fronteiras e ao aproveitamento de nosso território, cabe-lhe um lugar definido, e um lugar – acrescente-se – que não pode ser pequeno e nem irrelevante.

As monções representam, em realidade, uma das expressões nítidas daquela força expansiva que parece ter sido uma constante histórica da gente paulista e que se revelara, mais remotamente, nas bandeiras e impelirá pelos caminhos do sul os tropeiros de gado. Tomadas no seu conjunto, o historiador de hoje poderia talvez reconhecer, nessas formas, uma só constelação.

É justo, apesar disso, assinalar entre as bandeiras e as monções uma afinidade especial, e até um momento incerto de transição, espécie de zona obscura onde ambas se encontram e se confundem. O descobrimento das minas de Coxipó Mirim, que marca o ponto de partida para a história das monções, precedeu de alguns anos uma das grandes empresas bandeirantes, talvez a última grande empresa bandeirante, que foi a jornada aos Goiases do segundo Anhangüera. Empresa bandeirante também é, de resto, e com iguais títulos, a própria expedição de Pascoal Moreira Cabral, e por ela precisamente, como pela de Fernando Dias Falcão, as monções se entroncam na história das bandeiras e passam a constituir, de certo modo, seu prolongamento.

Já se tem observado como as primeiras monções de Cuiabá deveriam recrutar a mesma gente rude que formara as bandeiras do século XVII. Enquanto perduraram estas navegações a situação não se modificou aparentemente. Documentos de princípios do século passado ainda nos falam em tripulantes que sobressaltavam a população pacífica de Porto Feliz com seu gênio turbulento e suas intemperanças de toda espécie.

Entretanto, essa agitação de superfície não deve esconder-nos a funda transformação que se ia operando aos poucos na mentalidade desses novos sertanistas. É inevitável pensar que as longas jornadas fluviais tiveram uma ação disciplinadora e de algum modo amortecedora sobre o ânimo tradicionalmente aventuroso daqueles homens. A própria exigüidade das canoas das monções já era um modo de se organizar o tumulto, de se estimular a boa harmonia ou, ao menos, a momentânea conformidade das aspirações em choque. A ausência dos espaços ilimitados, que convidam ao movimento, o espetáculo incessante das florestas ciliares, que interceptam à vista o horizonte, a abdicação necessária das vontades particulares onde a vida de todos está nas mãos de poucos ou de um só, tudo isso terá de influir poderosamente sobre os aventureiros que demandam o sertão longínquo. Se o quadro daquela gente aglomerada à popa de um barco tem em sua aparência qualquer coisa de desordenado, não é a desordem de paixões em alvoroço, mas a de ambições metódicas e submissas.

O emprego de meios de locomoção diversos, mas também, e principalmente, o complexo de atitudes e condutas determinadas por cada um desses meios farão compreender melhor a distinção essencial entre a primitiva bandeira e as chamadas monções de povoado. Naquela os rios constituem efetivamente obstáculos à marcha, e as embarcações, em geral simples canoas de casca ou toscas jangadas, são apenas recurso ocasional do sertanista utilizável onde a marcha a pé se tornou impossível. Nas monções, ao contrário, é a navegação, e a marcha a pé ou a cavalo ou em carruagem (na fazenda de Camapoã, por exemplo) constituem exceção a essa regra.

Não foi por acaso que a técnica do transporte fluvial encontrou, em São Paulo, sua fase de maior desenvolvimento, sobretudo no século XVIII, com a decadência das bandeiras. Embora muito antes disso o Tietê tivesse servido eventualmente de via de penetração, a verdade é que seu percurso só se generalizou e se enriqueceu de novos instrumentos quando foi necessário um sistema de comunicações regulares com o centro do continente.

O resultado foi que, sem renunciar à existência móvel do bandeirante, os que participam do comércio de Cuiabá e Mato Grosso têm ambições

mais sistematizadas. Um ritmo que já não é o da simples energia individual, livre de expandir-se, regula toda a sua atividade. A própria vida há de sujeitar-se neles a limites novos, a novas opressões. Aos freios divinos e naturais, os únicos em realidade, que compreendiam muitos dos sertanistas de outrora acrescentam-se, cada vez mais poderosas, as tiranias legais e judiciárias, as normas de vida social e política, as imposições freqüentemente caprichosas dos governantes. O que ainda perdura de comum entre uns e outros é talvez a coragem sossegada, a aparente indiferença às ameaças, aos perigos e, muitas vezes, às maiores catástrofes.

Paralelismo entre as monções do Oriente e as do Brasil

De que maneira e em que época principia a emergir, em seus traços peculiares e tão definidos, essa nova fase do sertanismo paulista? A própria palavra monção, palavra, ao que parece, de procedência árabe, e que se generalizara entre os marinheiros lusíadas durante os grandes descobrimentos marítimos no Oriente, não seria conhecida em São Paulo, com o sentido que depois lhe deram, até o segundo decênio do século XVIII. No seu significado inicial, em português, seria para designar os ventos alternados que determinavam as épocas de navegação.

Entra aqui um importante elemento de distinção, já que a navegação a vela era ignorada dos paulistas em nossas vias fluviais. É verdade que, mesmo em Portugal, passara o termo, com o tempo, a designar unicamente as estações adequadas às viagens, os períodos dos ventos propícios. Partiam as armadas de Lisboa, todos os anos, nos meses de março e abril, para chegarem aos portos de destino por volta de setembro, pois até fins de agosto ficavam os navios impedidos de se aproximar das costas, e as barras tinham de permanecer fechadas. Quanto à torna-viagem da Índia, esta deveria fazer-se, por sua vez, até princípio de fevereiro.

Existe, assim, um traço comum entre nossas monções e as do Oriente: isto é, periodicidade regular a que eram sujeitas. E embora no sertão do Brasil essa periodicidade não fosse determinada pelos ventos, dependia, contudo, de fatores naturais igualmente decisivos. Digna de nota é, além disso, a equivalência aproximada, posto que puramente fortuita, entre os períodos respectivos, pois o tempo geralmente adotado para a partida das monções de Porto Feliz eram também os meses de março e abril. Algumas vezes dilatava-se o prazo até fins de maio e mesmo até meados de junho, desde que não ultrapassasse a São João. A causa de tal preferência era estarem os rios cheios por essa época, o que fazia a navegação menos difícil e arriscada. Não faltava, é certo, quem, por outros motivos, e sobretudo pelo temor das sezões e febres malignas, ameaça constante no tempo

das enchentes, optasse pelos meses de julho a setembro. De modo geral, entretanto, era simplesmente o regime das águas, não o dos ventos, como na Arábia e Índia, o que determinava entre nós a periodicidade.

Cabe ainda assinalar uma terceira correspondência, esta relativa à duração das viagens, pois de São Paulo, ou melhor, de Porto Feliz, até Cuiabá, não se consumiam menos de cinco meses de jornada, que era exatamente o tempo ordinariamente empregado nas navegações de Lisboa à Índia. Muito mais, diga-se de passagem, do que o necessário para ir do Rio de Janeiro à boca do Tejo.

Como o Oriente longínquo, a nossa Cuiabá foi, por algum tempo, lugar de lendárias riquezas. Riquezas que se alcançavam à força de audácia e de heroísmo, não de trabalho vil, conforme os conceitos da época. Em ambos os casos exerceram essas riquezas enorme poder de atração sobre os homens, redundando no progressivo abandono de todas as demais atividades úteis. Ao tempo de um Sá de Miranda, o cheiro da canela podia despovoar o reino, e as fumaças da Índia perverter os antigos e austeros costumes da gente portuguesa. Aqui, o ouro do sertão arruinava São Paulo e reduzia-o à miséria, tanto que tiveram seus filhos de suportar a própria perda da autonomia, ficando inteiramente subordinados ao governo do Rio de Janeiro por um período de mais de 15 anos.

A descoberta das minas e a decadência de São Paulo

Os benefícios mais seguros, embora também mais penosos da lavoura, foram logo abandonados pelos do reluzente metal das minas, metal tão fácil que, dizem-no as velhas crônicas, podia ser extraído da terra como se extrai a nata do leite. Os que ficaram aferrados aos seus lares, entregues a misteres menos rendosos, não bastavam para sustentar com o trabalho agrícola a população da capitania, de modo que iam uns às minas a buscar riquezas e outros a buscar remédio com que pudessem melhor suportar esta vida terrena. De poucos, com efeito, seria possível dizer, como na elegia de Camões:

Vive um com suas árvores contente
Sem lhe quebrar o sono repousado
A grã cobiça do ouro reluzente.

O desbarato a que essas minas, opulentas, é verdade, mas só na superfície, iriam condenar os demais rumos da atividade da colônia e principalmente da capitania foi de tamanhas conseqüências que, ainda ao final do século XVIII, o Bispo D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em curiosa *Notícia Sobre a Divisão dos Limites Entre Portugal e Castela*

na América, de que existe manuscrito na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, propõe sejam elas desprezadas, ainda que em favor do castelhano, pois desse modo – alegava – passariam os portugueses a ser seus verdadeiros e efetivos donos. E, repisando a tese sustentada em seu conhecido *Discurso Sobre o Estado Atual das Minas do Brasil*, alega: "he huma verdade demonstrada e feita palpavel pela experiência que a Nação que commercie imediatamente com a Nação mineira de ouro he sempre a mais rica relativamente." Cumpre notar que, quando o prelado economista redigia esse escrito, ainda não tinham sido descobertas ou exploradas as minas da Austrália, nem as da Califórnia, nem as do sul da África.

Deixemos, entretanto, o que têm de especioso, artificial e puramente teórico, as lamentações de Azeredo Coutinho, inspirado em parte na doutrina dos fisiocratas franceses, seus contemporâneos, para só reter a impressão de desencanto que, já na sua fase de decadência, despertavam as riquezas de nosso sertão ocidental. Ao tempo do seu descobrimento, esse timbre pessimista pôde existir, sem dúvida, entre alguns espíritos mal acomodados ou melancólicos, mas não constituía de modo algum regra geral. A regra geral exprimia-se antes no alvoroço que, segundo um cronista da época, despertou a notícia desse descobrimento, pois – observa esse cronista – abalaram-se "muitas gentes, deixando casas, fazendas, mulheres e filhos, botando-se para estes Sertoens como se fora o Parahyso incoberto em que Deus pos os nossos primeiros paes".

Eram sem conta os exageros que logo correram mundo a respeito das novas minas e a fama de Cuiabá, diz ainda o nosso Barbosa de Sá, testemunha ou quase testemunha dos sucessos, "soou thé os fins do orbe, passando os Limites do Brasil e Portugal e dahy aos Reynos estrangeiros". De granetes de ouro, contava-se, serviam-se os caçadores em suas espingardas, à guisa de chumbo, e de ouro eram as pedras em que nos fogões se punham as panelas. A tanto chegava a abundância do metal precioso que, arrancando-se touceiras de capim nos matos, vinham as raízes vestidas de ouro.

Mas não era essa riqueza que a princípio impelira os sertanistas para o remoto sertão. Durante a maior parte do século XVII, as terras a oeste do rio Paraná foram consideradas grandes reservatórios de índios domesticados ou brabos que os paulistas iam prear para as suas lavouras. Ali tinham erigido os castelhanos do Paraguai povoações como Santiago de Xeres, e ali os padres da Companhia estabeleceram as missões do Itaim: Angeles, San José, San Benito, Natividad, mais tarde Antirapucá e Tepoti, todas invadidas pelos paulistas a partir do ano de 1632. A área ainda hoje

chamada da Vacaria, é cruzada por Antônio Raposo Tavares quando de sua gigantesca expedição à Amazônia. Luís Pedroso Xavier, como, antes dele, Antônio Castanho da Silva, vai morrer entre o gentio das cordilheiras peruanas. Manuel de Campos Bicudo penetra nada menos de 24 vezes o território entre o Paraná e o Paraguai. Antônio Ferraz de Araújo e Manuel de Frias atingem as missões de Chiquitos, ameaçam Santa Cruz de la Sierra e são derrotados, finalmente, salvando-se com vida apenas seis homens de sua tropa.

O primeiro paulista, porém, a alcançar as beiradas do rio Cuiabá foi, ao que se sabe, Antônio Pires de Campos, e este ainda ia, não em busca do metal precioso, mas do gentio Coxiponó, que vivia naquelas paragens. O segundo foi Pascoal Moreira Cabral, que, indo também à caça de índios, deparou casualmente, em 1718, com granetes de ouro cravados nas barrancas do Coxipó Mirim. Desse sítio subiu até ao da Forquilha, onde aprisionou indígenas que traziam mostras de ouro nos batoques e em outros enfeites.

Deliberou reunir então os companheiros e levantou arraial no lugar onde mais tarde se erigirá a capela de São Gonçalo. A faina aurífera principiou imediatamente. Como não viessem preparados para minerar, tiveram os expedicionários de improvisar os instrumentos. Assim, os pratos destinados às refeições foram transformados em bateias e os canos das espingardas em picaretas. Outros cavavam a terra com as mãos, e não faltou, desse modo, quem recolhesse até duzentas oitavas de ouro em pouco tempo.

Enquanto se entretinham nessa atividade, receberam o auxílio dos irmãos Antunes, de Sorocaba, cujas forças se uniram às dos descobridores. E depois, quando, já faltos de armas, pólvora e chumbo, foram subitamente atacados por índios contrários, tiveram o inesperado e oportuno socorro de outra bandeira, a de Fernando Dias Falcão. Este socorro, ao que parece, foi decisivo, pois constava a bandeira de 130 homens de guerra e dispunha de recursos de toda espécie para a mineração e a conquista do gentio.

Ao espírito de iniciativa, à experiência e aos largos haveres de Fernando Dias Falcão, devem-se, tanto quanto a Pascoal Moreira Cabral, os primeiros resultados felizes de uma empresa destinada a dilatar consideravelmente os domínios lusitanos na América. Tendo regressado a São Paulo, talvez em companhia de Antônio Antunes Maciel, o bravo parnaibano trata de organizar a sua custa nova expedição que, já em 1719, segue com destino ao rio Caxipó, conduzindo os elementos indispensáveis à explora-

ção das riquezas encontradas. Levava ferreiros, carpinteiros, alfaiates, tudo enfim quanto parecesse necessário ao aumento do arraial. Além das excessivas despesas em que teve de empenhar-se para a compra e transporte de enorme bagagem (só de pólvora iam seis arrobas), emprestou somas avultadas a muitos companheiros, entre os quais podem citar-se Brás Mendes Pais, Gabriel Antunes, José Pompeu e Antônio Antunes.

De regresso ao arraial, Dias Falcão viu-se eleito cabo maior dos mineiros, conservando Pascoal Moreira o posto de guarda-mor, para o qual fora anteriormente escolhido. Colocado assim em segundo plano, o descobridor não deixou, mais tarde, de reconhecer os grandes méritos de Falcão quando alegou que este soubera agir "catolicamente", acomodando os habitantes e conservando o povo unido. Pode-se bem avaliar da prosperidade logo alcançada pelo arraial, tendo em consideração que, ao voltar em 1723 a São Paulo, o cabo dos mineiros de Cuiabá podia pagar de quintos à Régia Fazenda 12 libras e 84 oitavas de ouro.

Miguel Sutil e as minas do Senhor Bom Jesus do Cuiabá

Essa prosperidade acentuou-se quando um feliz acaso revelou aos aventureiros as riquíssimas aluviões de um sítio próximo ao do Coxipó Mirim, precisamente o lugar onde hoje se ergue a cidade de Cuiabá. O acontecimento é narrado pelas velhas crônicas da maneira seguinte. Em outubro de 1722, o sorocabano Miguel Sutil dirigia-se a esse sítio, onde tinha dado princípio a uma roça de mantimentos. Chegado, fez as plantações e mandou dois índios com machados e cabaças à procura de mel-de-pau. Alta noite voltaram eles ao rancho, sem trazer uma só gota de mel. Às palavras irritadas com que os recebeu o Sutil, replicou logo o mais ladino: – Vieste buscar ouro ou mel? – e metendo a mão no seu jaleco de baeta, tirou um embrulho feito de folhas. Ali estavam vinte e três granetes de ouro que, pesados, representavam 120 oitavas.

Na madrugada seguinte, guiados pelos dois índios meleiros, seguiram Sutil, um seu companheiro e os escravos para o lugar onde, à flor da terra, reluzia o cobiçado metal. Depois de ali trabalharem todo o dia, recolheram-se ao rancho, o Sutil com meia arroba de ouro e seu camarada, o português João Francisco, alcunhado o Barbado, com 600 oitavas. Essas riquezas espantosas, que aparentemente ultrapassavam tudo quanto até então se vira no Brasil, logo se divulgaram, apesar das precauções tomadas pelos descobridores. O resultado foi o abandono total, ou quase, do arraial velho do Coxipó Mirim. Toda gente dirigiu-se tumultuosamente às chamadas *lavras do Sutil*.

Em pouco tempo abatia-se o mato cerrado que vestia essas terras opu-

lentas e, ao cabo de um mês de trabalho insano, as minas do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, como depois se chamaram, do nome da igreja que ali se erigiu, tinham fornecido mais de 400 arrobas de metal, sem que as socavações se tivessem aprofundado, em geral, muito mais de um meio metro. Trazida a notícia a São Paulo, determinou quase imediatamente o êxodo de parte da sua população válida. Contam-se às centenas e aos milhares as pessoas – paulistas e emboabas – que, logo nos primeiros anos da exploração, chegaram ao arraial cuiabano.

Era difícil, nestas condições, tentar estabelecer qualquer ordem política e governo econômico, apesar dos esforços de Pascoal Moreira, que ensaiou uma espécie de senado rústico onde tomavam parte ele próprio, na qualidade de guarda-mor, um escrivão, um meirinho e 12 colatários eleitos, com o título de deputados. Ao mesmo tempo decidiu-se a arrecadação do tributo real por *bateias*, ou seja, por escravo ou administrado que as utilizasse. Neste ponto adotara-se o alvitre já seguido nas Minas Gerais, antes de vigorar o regime das fintas, instituído por D. Brás Baltasar da Silveira. Fora o sistema preconizado pelo novo Governador de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, como sendo o mais útil ao real serviço e o mais suave aos povos.

Apesar de todos esses esforços, vivia aquela gente entregue às suas paixões, dividida em parcialidades turbulentas e entregue muitas vezes ao capricho de caudilhos da espécie dos terríveis irmãos Lourenço e João Leme da Silva. Outra coisa, aliás, não seria de esperar, dada a distância em que se encontrava o arraial e dadas as dificuldades de sua comunicação com São Paulo.

Roteiros de viagem. Comboios fluviais

Era variável o roteiro das primeiras viagens, que se faziam sem ordem e sem época determinada. Desciam então as canoas o Tietê até a foz, seguiam o curso do atual Paraná, entravam por um dos seus afluentes da margem direita, em geral o Pardo e, neste caso, subiam depois o Anhanduí-Guaçu, ganhando as contravertentes do rio Paraguai para atingir este rio através de um dos seus afluentes orientais. Subindo em seguida o Paraguai, alcançavam o São Lourenço e finalmente o Cuiabá, que os conduzia à nova terra da promissão.

Foi por volta de 1720 e graças à diligência dos irmãos Leme, que se começaram a verificar as vantagens de uma alteração nesse itinerário, de modo a que as canoas subissem a parte encachoeirada do Pardo, que fica acima da barra do Anhanduí-Guaçu, até o ribeirão de Sanguexuga. Neste ponto justamente atinge o divisor das águas do Paraná e Paraguai sua menor largura – cerca de duas léguas e meia. Sabe-se que, já em 1723, o

Capitão-Mor Fernando Dias Falcão e o Tenente-Coronel João Antunes Maciel seguiram essa rota em seu regresso a Cuiabá.

As conveniências de um varadouro breve, por onde pudessem ser transportadas as canoas, eram claramente manifestas. Não só pela maior facilidade desse transporte como pela maior facilidade de defesa contra os índios contrários. Uma vez escolhido o sítio, convinha, entretanto, fazerem-se plantios e criações necessárias para o abastecimento das expedições. Foi o que se deu logo depois de 1725, com a fundação, no local do varadouro, da fazenda de Camapoã.

Outra medida requerida aos poucos pelas necessidades de defesa foi a formação de comboios grandes, que substituíssem as unidades mais ou menos isoladas, empregadas nos primeiros tempos. Sendo relativamente curto o prazo mais apropriado para estas navegações, onde se empatavam de ordinário avultadas somas, a regra era partir um só comboio por ano. Aos particulares seria lícito agregarem suas canoas às embarcações oficiais, bem apetrechadas e armadas para a guerra, e assim ficariam elas mais bem protegidas.

Outras medidas que o tempo e a experiência aconselharam relacionam-se, sobretudo, com o resguardo das mercadorias e mantimentos transportados, assim como dos viajantes. Os prejuízos causados nos primeiros tempos pela ausência desse resguardo foram de molde a determinar essas providências. Houve, por exemplo, comboio, saído de São Paulo em 1720, em que todos os passageiros e tripulantes pereceram. Os que vieram depois encontraram mantimentos podres ao longo do caminho e, nas canoas, corpos mortos de viajantes. Correu todo esse ano de 1720 sem que chegasse vivalma ao arraial do Coxipó, embora numerosas pessoas tivessem embarcado no Tietê com esse destino. Dos que chegaram em 1721, escapando à morte, alguns tinham perdido amigos, escravos e bagagens. Conta-se de um, o Capitão José Pires de Almeida, que chegou a dar um mulatinho, tido por ele em conta de filho, por um simples peixe pacu, com que enganasse a fome. Só assim pôde chegar com vida, pois perdera toda a escravatura e o mais que consigo levara.

As embarcações, os tripulantes e as mercadorias

A fim de remediar essas falhas, devidas em grande parte à pouca proteção contra as chuvas, introduziu-se o uso de toldar as canoas. Para isso recorria-se geralmente a cobertas de lona, brim ou baeta, sustentadas sobre uma armação de madeira, constituída de uma barra que descansava sobre duas forquilhas também de madeira e dispostas de um lado e outro na parte central de cada canoa. Sobre a barra superior e horizontal, a que se dava o

nome de cumeeira, colocavam-se perpendicularmente, de palmo a palmo, barras menores, formando como um telhado, cujos beirais ultrapassassem as bordas da canoa.

É de crer que esse sistema de cobertas tenha sido introduzido aos poucos. A princípio usou-se, segundo todas as probabilidades, proteger a carga com alguns metros de tela encerada. Do rol das despesas feitas com 23 canoas que seguiram para o Cuiabá na expedição do Governador Rodrigo César de Meneses, figuram 150 varas desse encerado. O preço pago, de 81 mil-réis, embora represente quantia considerável para a época, não parecerá excessivo se considerarmos que a aniagem destinada só ao toldo do capitão-general e sua família custou tanto como 150 mil-réis.

De outro melhoramento importante, este para a proteção dos passageiros e tripulantes contra as picadas de insetos – o mosquiteiro –, pode-se precisar que foi introduzido entre os anos de 1720 e 1725. Sua invenção ou difusão, assim como a das canoas toldadas permitiu que o comércio entre São Paulo e Cuiabá pudesse efetuar-se, ao cabo, sem grande parte dos perigos e importunações que perseguiam os antigos viajantes.

No mais, a técnica da navegação fluvial adotada durante a época das monções conserva praticamente intacta a tradição indígena. No fabrico das canoas, na escolha do material de construção, no próprio sistema de navegação, pode-se dizer que é nula a influência européia. Embarcações monóxilas, isto é, feitas de lenho inteiriço, adotam-se geralmente. É natural que se preferissem estas, por mais capazes, duráveis e resistentes, às simples canoas de casca, também de procedência indígena e de que se serviram muitos dos antigos bandeirantes. Para sua confecção empregavam-se madeiras determinadas, como a da peroba e a da ximbaúva, devido não só ao diâmetro relativamente grande que podem atingir, como ao fato de suportarem bem a umidade.

Cortam-se os troncos, em geral, nos meses que não têm *r*, durante a lua minguante, particularmente em junho e julho, e no trabalho da escavação usam-se apenas machados, enxós, fogo e água, segundo o rude processo dos índios, processo que em nossos dias ainda é usado entre pescadores do litoral do Estado. O casco assim preparado deveria medir de espessura, quando muito, seis centímetros. Para aumentar a segurança, durante as viagens, costumavam os construtores rematar a borda com uma faixa adicional de madeira. A essa operação chamavam *bordar*. Desde os trabalhos de falquejar e escavar o tronco até os de bordar e

encumeeirar a canoa, transportá-la do mato, lançá-la ao rio, consumiam-se, de ordinário, algumas semanas, raramente menos de um mês.

É claro que o tamanho dessas embarcações se subordinava às possibilidades oferecidas pela vegetação florestal. Possibilidades que, com o tempo, só tendiam a diminuir. Um século antes das primeiras monções, ainda pudera D. Luís de Céspedes y Xeria, Governador castelhano do Paraguai, descer o Tietê e o Paraná em uma canoa monóxila feita de um tronco de 17 metros e 60 centímetros de circunferência. Já nos últimos decênios do setecentos começaram a escassear os paus de canoa devido à sistemática e progressiva destruição desses gigantes florestais, e para encontrá-los saíam os homens pelos braços dos rios, internando-se meses a fio nas florestas. Consta de uma povoação – a atual cidade de Piracicaba – que só pôde sustentar-se nos primeiros anos de seu estabelecimento, depois que os moradores se dedicaram a fabricar e vender canoas. Poucas indústrias, aliás, casavam-se melhor com as condições de uma região ainda coberta de espesso arvoredo e de onde as canoas, pelas águas do Tietê, tinham fácil acesso à futura Porto Feliz.

Segundo se depreende de antigas relações, o tamanho normal dessas canoas era de 12 a 13 metros de comprido por metro e meio de boca. A relação entre a largura e o comprimento seria, assim, aproximadamente, de um para dez e mais, de onde o perfil esguio que, aos contemporâneos, sugeriu a comparação com lançadeiras de tecer algodão. Acrescente-se que, para a popa e a proa, eram elas extremamente agudas, o que reforçava a semelhança com as lançadeiras.

Durante as viagens, ficava a parte central destinada à carga. À frente, no espaço livre, que não excedia de dois e três metros, iam seis remeiros, além do piloto e do proeiro. Nos lugares encachoeirados, levava-se ainda um guia ou prático, por vezes dois, que trabalhavam alternadamente. Na mareagem, tanto como na técnica de construção naval, prevalecia decididamente a tradição indígena. A essa tradição pertence, por exemplo, o uso de os tripulantes remarem sempre de pé, uso que foi corrente não só no Brasil como em todo o continente americano antes do advento dos brancos.

O proeiro, segundo parece, era a figura mais importante da tripulação, pois levava a chave do caixão das carnes salgadas e também a do frasqueiro, comandava e governava a proa e, batendo com o calcanhar no chão, marcava o compasso das remadas. A prática das navegações apurava nele a tal ponto a capacidade de observação, que do simples movimento das águas podia deduzir muitas vezes onde o rio era mais fundo ou mais raso e onde existia canal ou escolho. Não raro guardava de memória

todas as circunstâncias que, nesse percurso de mais de cem cachoeiras, pudessem afetar a navegação. Não é, pois, de admirar se desfrutava de grande prestígio e se podia ostentar, segundo nota um cronista do tempo, "toda a chibança de um vilão obsequiado e respeitado".

Em certos lugares a tripulação era forçada a passar por terra, arrastando as canoas ou guindando-as em cordas, no que se gastava muito tempo e trabalho. Em cachoeiras médias ou menores, não saíam os barcos do rio, embora fosse preciso aliviá-los da carga e dos passageiros.

O total destes, somado ao dos tripulantes, nunca seria superior a 25 ou 30. Muito mais levavam as pirogas indígenas que Figafetta avistou no nosso litoral, sem falar nas que Simão de Vasconcelos assinala entre o Tamoio do tempo de Anchieta, com capacidade para 150 remadores e frecheiros. É preciso considerar, todavia, no caso das canoas das monções, que o transporte obrigatório da carga tinha de limitar o espaço disponível.

Das embarcações mais avantajadas em tamanho sabe-se que podiam comportar até 300 e 400 arrobas de mercadorias, além do mantimento consumido durante a viagem, e que costumava ser renovado na fazenda de Camapoã. Com uma ração diária de pouco mais de 100 gramas de toucinho, um litro de farinha (de milho ou de mandioca) e meio litro de feijão, podiam dar-se por contentes tanto os mareantes como os passageiros. Esses produtos, e particularmente o feijão, que era o *panem nostrum quotidianum* dos navegantes, segundo um deles, compunham, com efeito, a base de toda a sua dieta. A farinha servia não só para as refeições principais, mas ainda, se de milho, para o preparo da jacuba, beberagem indefectível nessas jornadas. Para completar recorria-se aos pescados e também aos palmitos, frutas e caça, que se apanhavam geralmente à tarde, isto é, depois das cinco horas da tarde, quando as canoas embicavam pelos barrancos, ou de manhã, antes de prosseguir a viagem.

Entre as mercadorias carregadas ia de tudo quanto pudesse servir para as necessidades imediatas da vida e também para o luxo. Desde o sal, destinado à cozinha dos mais ricos e aos batizados, até as fazendas de seda para festejos ou solenidades. Porque do Cuiabá só se exportava ouro, e pouco mais se produzia do que ouro. "Ouro que a terra já se cansa de dar...", comentava, 100 anos depois das primeiras monções, o Sargento-Mor engenheiro Luís d'Alincourt.

Nas frotas de comércio – frotas que chegavam a abranger, por vezes, 300 ou 400 canoas –, ia o bastante para que não morressem de fome os moradores do Cuiabá, e depois os de Vila Bela e de outras localidades

nascidas da expansão cuiabana e à medida em que se empobreciam as antigas jazidas. Os mantimentos que entre eles se cultivavam e os animais domésticos que se criavam serviam unicamente para impedir que desfalecessem os trabalhos de mineração e para que essa fonte de riqueza não entrasse em fatal colapso.

O processo de sedentarização

Alguns dos elementos de subsistência só aos poucos se introduziram e, em certos casos, não sem forte resistência das autoridades. Os primeiros moradores do arraial cuiabanos tiveram uma existência comparável à dos índios coletores e caçadores, existência que só se concebe em largos espaços livres e só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante. O próprio exercício da mineração requeria, no entanto, uma fixidez e sedentariedade que se obtêm, de ordinário, mediante a concentração e a reprodução, em terreno relativamente limitado, das indispensáveis fontes de subsistência.

Algumas referências vagas de velhos cronistas ajudam-nos a acompanhar várias etapas dessa sedentarização, perturbada não raro por sérias crises. Sabemos, assim, que o primeiro milho colhido no Cuiabá em 1723 não chegou para o sustento dos habitantes. A caça e, um pouco menos, a pesca tornaram-se, por isso mesmo, recurso obrigatório de quem quisesse sobreviver. Ao plantio do milho, feito de acordo com as tradições bandeirantes, sucede, logo após as monções seguintes, o de feijão, abóbora, possivelmente mandioca. A cana-de-açúcar foi levada em 1728, às escondidas, por iniciativa de um morador. Às escondidas, porque sua propagação nas imediações das lavras tinha sido proibida pelos governantes. Um dos motivos da proibição estava em que tendia a distrair os escravos do trabalho das minas. O outro motivo, aparentemente mais plausível, eram os danos que podem decorrer do consumo de aguardente pelos mineiros.

Mas o desequilíbrio suscitado pela intrusão de formas de atividade mais ou menos estáveis e domésticas em um sertão ainda mal preparado para recebê-las não seria corrigido apenas com o cultivo do solo. Era preciso completar esse expediente com a introdução de animais de criação. Os primeiros foram com a monção de 1723: porcos e galinhas.

Só mais tarde seriam levados também o boi e o cavalo. Consta que, em fins de 1727, chegaram em canoas os primeiros bovinos: quatro ou seis novilhas pequenas, que já em 1730 se tinham reproduzido. Imagina-se o que terá sido o trabalho de transportar esse gado em pé, nas canoas, através de inúmeras cachoeiras, desde Araritaguaba, a atual Porto Feliz, até as minas. E o pior é que, segundo parece, não pôde sustentar-se por

muito tempo sua criação, devido, talvez, à carência de sal, de modo que foi preciso fazer-se, em 1739, nova remessa de animais.

Com tão escassos elementos e tão distanciados do resto do mundo, puderam, entretanto, os moradores de Cuiabá criar um centro de povoamento estável e duradouro. E até mesmo transformar esse centro em fulcro de novo sistema de colonização, que já em 1734 alcançava a bacia amazônica nas margens do Guaporé, com o descobrimento, pelos irmãos Pais de Barros, das minas chamadas de Mato Grosso.

Em que sentido caberia dizer que foi fecundo para a civilização brasileira do presente, e mesmo do futuro, esse surpreendente movimento colonizador de nosso Extremo Ocidente? Poderíamos tentar procurar na história das monções algum apoio para a doutrina desenvolvida pelo engenhoso historiador Arnold Toynbee, de que o desbravamento de um solo novo, sobretudo em território ultramarino, tem efeito intrínseco estimulante sobre os colonos, provocando novas e enérgicas formas de existência. A causa aparente desse fato estaria em que, na migração transmarina, a bagagem social dos emigrantes há de ser despachada a bordo de um navio, antes de sua partida, e depois desembarcada, ao termo da viagem, antes de se terem eles estabelecido definitivamente nas novas terras. Todos os elementos transportados – pessoas e propriedades, técnicas, instituições e idéias – acham-se igualmente subordinados a tal lei. E tudo quanto não possa suportar a jornada marítima há de ser abandonado no local do embarque. Muitos objetos – neste caso não apenas objetos materiais, mas também e sobretudo idéias – que os emigrantes tratam de levar consigo precisam, além disso, ser desarmados para o embarque, e destes é provável que boa parte não seja reposta mais tarde em sua forma originária. Semelhante lei teria governado todos os movimentos de expansão ultramarina, antigos e modernos.

Neste ponto pode ocorrer, é verdade, um pequeno reparo. Como lembrar, com efeito, a colonização de ultramar, a propósito de um movimento que foi, todo ele, de penetração do continente? A objeção, entretanto, só é justificável na aparência. Em verdade, a migração para Cuiabá, durante a era das monções, foi, em quase todos os seus aspectos e muito especialmente nos seus efeitos, uma variante da migração transmarina. Os agentes e protagonistas desse movimento partiam de um porto habitado – Araritaguaba – para atingir, cinco meses depois, outro porto – Cuiabá – tendo atravessado uma área vasta e erma como o oceano. A fazenda do Camapoã, situada ao meio do caminho, é uma ilha onde o mareante vai buscar refresco e repouso. E se sucede serem as canoas assaltadas por

índios bravios, o mais provável é que esses assaltos partam do feroz gentio Paiaguá, os piratas do Taquari e do Paraguai.

Seja como for, o resultado que se possa tirar da aplicação da doutrina de Toynbee é, no caso, pouco sugestivo. A colonização paulista do Cuiabá e Mato Grosso vale por uma réplica, em escala reduzida, do que foi a colonização portuguesa do Brasil. São Paulo deu o que podia dar, e certamente não era muito, uma vez que lhe faltava em braços e em recursos materiais o que lhe sobrava em energias. As terras centrais, que, por obra de seus filhos, se agregaram finalmente à América portuguesa, tiveram de contentar-se com uma espécie de existência reflexa, fundada, por sua vez, em uma economia puramente extrovertida, se assim se pode dizer. O trabalho dos homens estava inteiramente mobilizado para a busca do ouro. Nisso, a obra de que as monções foram parte conspícua pode equiparar-se grosseiramente a um monstruoso e desordenado empreendimento capitalista. Capitalista no sentido mais lato e, naturalmente, menos rigoroso que possa admitir a palavra. Todos os gestos, todos os atos, são determinados, nesse caso, pelo gosto da pecúnia e visam a um objetivo preciso e previsto. Tão absorvente, por sua vez, é esse objetivo, que relega a um plano inferior o que não lhe possa servir imediatamente.

Assim, no sistema de comunicações adotado, os únicos progressos reais que aos poucos se introduziram foram iniciativa dos próprios indivíduos que se aventuraram a tais viagens e nasceram de sua experiência direta sem qualquer outro auxílio ou estímulo. Do que representavam as navegações, pode dar idéia o depoimento de um passageiro, escrito em 1727. É o seguinte: "Eu saí de Sorocaba com catorze negros e três canoas minhas; perdi duas no caminho e cheguei com uma e com setecentas oitavas de empréstimo e gastos de mantimentos que comprei pelo caminho. Dos negros, vendi seis meus, que tinha comprado fiado em Sorocaba, quatro de uns oito que tinha dado meu tio, e todos dei para pagamento das dívidas. Dos mais que me ficaram morreram três e só me ficou um único e o mesmo sucedeu a todos os que foram ao Cuiabá. Enfim, de vinte e três canoas que saímos de Sorocaba, chegamos só catorze ao Cuiabá; as nove perderam-se e o mesmo sucedeu às mais tropas e sucede cada ano nesta viagem."

Pode-se acrescentar que continuaria a suceder, com pouca diferença até aos primeiros decênios do século passado, quando as viagens fluviais para o Cuiabá se foram tornando cada vez mais raras. As últimas, sabe-se que ocorreram por volta de 1838, ano em que uma epidemia de febre tifóide grassou nas margens do Tietê, deixando poucos sobreviventes

entre o que ainda restava dos mareantes e pilotos de Porto Feliz. Durante o período de mais de um século, que vai de 1719 a 1822, as minas do território hoje mato-grossense tinham rendido, segundo as estimativas forçosamente imprecisas, de Calógeras, pouco mais de cinco mil arrobas de ouro.

Compensaria tal riqueza tudo quanto exigiram as monções dos desbravadores do Brasil Central? Seja como for, não há dúvida que eles deram uma contribuição inestimável para a unidade nacional do Brasil. À experiência dos práticos, pilotos e proeiros das canoas das monções deve-se, em parte apreciável, a abertura das comunicações regulares entre Mato Grosso e o Pará, que iriam criar mais uma linha de comércio para aqueles sertões. Essa via constitui, em realidade, um prolongamento, na direção do extremo norte, do velho caminho fluvial que avança do sul, do planalto paulista.

A função histórica dessa estrada de mais de mil léguas de comprido, que abraça quase todo o país, supera mesmo a de quaisquer outras linhas de circulação natural de nosso território, sem exclusão do próprio São Francisco, por muitos denominado o "rio da unidade nacional".

Outro resultado permanente está em que as monções puderam corroborar de modo admirável a obra iniciada pelas bandeiras, assegurando-nos a posse plena e tranqüila de uma área de milhões de quilômetros quadrados. É significativo que semelhante aspecto não tenha passado despercebido ao tempo em que se efetuavam as navegações. Escrevendo em fins do século XVIII, notou o geógrafo e explorador paulista Francisco José de Lacerda e Almeida que, embora existisse talvez um roteiro mais cômodo, capaz de substituir com vantagens a penosa subida do rio Pardo, não ousava recomendar o abandono desta por parte das monções de comércio. É que, enquanto não se povoassem os campos da Vacaria e outras terras entre o Paraná e o Paraguai, tudo aconselhava a que se continuasse a freqüentar tais paragens pelo roteiro comum, a fim de não ficarem elas ermadas e expostas, assim, à cobiça do castelhano.

CAPÍTULO V

A COLÔNIA DO SACRAMENTO E A EXPANSÃO NO EXTREMO SUL

EMBORA correspondesse a uma antiga aspiração portuguesa, a fixação do Rio da Prata como limite sul do Brasil só se efetivará em fins do século XVII. Os desbaratos de Caaçapaguaçu (1639) e Mbororé (1641) não constituíam, provavelmente, óbice intransponível para incursões bandeirantes ao longo da margem esquerda do Uruguai, na direção do estuário, uma vez que as próprias doutrinas guaranis dos padres castelhanos se localizaram em geral, e por muito tempo ainda, na banda ocidental. Compreende-se, no entanto, que os paulistas se sentissem mais seduzidos por outras regiões onde parecessem mais fáceis e abundantes as colheitas de gentio manso e depois de metal precioso.

Foram em todo caso essas aparências promissoras e, com mais freqüência, as notícias de ouro o que atraiu levas sucessivas de povoadores para diferentes lugares do sul de Cananéia e Sorocaba. Assim é que em 1648 surge Paranaguá, em 1658, São Francisco do Sul, em 1668, Curitiba. Passa-se outro decênio, e o paulista Francisco Dias Velho requer sesmaria na ilha de Santa Catarina, onde acabava de erigir capela sob a invocação da Senhora do Desterro e abrir fazendas de cultura. Para aquém do estreito, já em terra firme, no lugar de Caiacanga, fundara ainda uma espécie de feitoria.

O fim trágico de Dias Velho, morto em 1668 pelos corsários que freqüentavam de longa data aquela costa, leva seus dois filhos a abrigar-se no sítio onde, pela mesma época, um vicentino, Domingos de Brito Peixoto, lança com sua gente as bases do estabelecimento que vai ser, por ora, o ponto extremo da avançada colonizadora dos paulistas. Não o será, contudo, por muito tempo: é dessa povoação, de Laguna, que hão de sair, já no século XVIII, os primeiros moradores dos campos do Viamão, os criadores das estâncias sulinas, os pioneiros, enfim, da ocupação do Rio Grande de São Pedro.

Em muitos casos, a afoiteza de particulares pouco influentes, sem posição oficial definida, conta com o estímulo ou o amparo da Corte. Importava aos portugueses anteciparem-se, fosse como fosse, aos seus vizinhos e rivais castelhanos na posse daquela terra de ninguém situada entre a Capitania de São Vicente e o Rio da Prata.

Pretensões de Salvador de Sá sobre uma capitania no sul

Entretanto, as mesmas regiões já vinham sendo alvo da atenção e cobiça de personagens mais altamente colocadas. Em relatório de 1647, onde advogara a conveniência de se erigirem as capitanias do sul numa unidade administrativa independente da autoridade do governador da Bahia, à maneira do Estado do Maranhão, Salvador Correia de Sá e Benevides tinha proposto a criação de uma nova capitania hereditária, com seu centro em Santa Catarina, destinada a ele próprio, que se comprometia a colonizá-la e aumentá-la sem ônus para a Régia Fazenda. Não obstante os pareceres favoráveis de que foi objeto, a proposta não teve andamento. E embora nomeado governador e capitão-general do Rio de Janeiro, cargo que, de fato, só exercerá durante alguns meses, não lhe é atribuída jurisdição isenta, como pretendera, senão para caso de guerra.

Morto D. João IV, a ascensão de D. Luísa de Guzmán como Rainha Regente parece dar a Salvador de Sá melhores possibilidades para fazer valer suas pretensões a uma donataria nas partes do sul. Em um dos seus dois requerimentos nesse sentido, declara que quer povoar uma capitania nas terras "onde chamão a Ilha de Santa Catherina, começando nella partindo a metade para a banda do norte, e a outra metade para a banda do sul, e não havendo terra bastante para se lhe inteirar a Capitania, que pede destas terras de 100 léguas de costa, como he uso e costume, pouco mais ou menos, se inteirará nas terras que se demarcarem com estas, e forem de V. M. que estão despovoadas, e ficão entre a Capitania de S. Vicente e Rio Prata..." Levadas as petições ao Conselho Ultramarino, tiveram consulta favorável em março de 1658 e meses mais tarde foram apoiadas por uma informação do Provedor e Procurador da Fazenda Real.

Nem por isso chegará o restaurador de Angola a ver realizado o ambicioso plano. E quando este parece a ponto de concretizar-se, não o será em seu benefício, mas em favor de Agostinho Barbalho Bezerra, notoriamente ligado aos adversários da oligarquia dos Correias de Sá e irmão de Jerônimo Barbalho, o mesmo que Salvador mandara executar em conseqüência dos motins de 1660 no Rio de Janeiro. Passada em Lisboa a 4 de fevereiro de 1664, a doação associa-se a outras mercês feitas pela mesma época a Agostinho Barbalho, como a da administração das Minas de São

Paulo, que lhe dará ensejo, ainda em 1664, de recomendar a el-rei o nome de Fernão Dias Pais para a jornada das esmeraldas. Com a morte, pouco depois, do donatário, caducarão, entretanto, as concessões.

As duas recusas sucessivas e ainda a mercê feita a Agostinho Barbalho Bezerra, que deveria soar-lhe como uma desfeita, não impedem que Salvador de Sá ainda procure reviver, de algum modo, o seu projeto. É o que fará em 1675, ao pedir, e agora com melhor êxito, vastas doações de terra para seu neto, o Visconde de Asseca, e seu filho João Correia de Sá na mesma região. Na petição, que seria atendida no ano imediato, alega o perigo de se apoderarem os castelhanos daquelas terras ricas e despovoadas que se estendiam ao sul da Capitania de São Vicente.

As razões da insistência com que Salvador pretende obter para si e sua família doações naquelas partes pode de algum modo relacionar-se com as do memorando que redigira em 1643 em resposta à indagação de Sua Majestade sobre o melhor meio de reabrir-se o comércio entre o Brasil e Buenos Aires, tendo em vista a prata que vinha antigamente através desse porto. A solução alvitrada foi, sem mais nem menos, a da remessa de uma camada para tomar o porto, com o apoio, por terra, dos paulistas, que marchariam com o mesmo destino através do Paraguai. Assim facilitava-se o intercâmbio desejado, assegurava-se grande "proveito em carnes para o sustento do Brasil, e em couramas", finalmente, ganharia Portugal, além de estuário do Prata, o caminho senão o próprio tesouro de Potosi.

Plano de ataque a Buenos Aires

No ano seguinte, em parecer acerca da recuperação de Angola, Antônio Pais Viegas vai sugerir, por sua vez, o saque de Buenos Aires, "com que largamente se pagarão os gastos" daquela empresa. Admitia ainda que se entrasse no distrito dos castelhanos, não, porém, atrás da prata do Potosi, mas antes do cobre que Salvador Correia declarava haver naqueles lugares. Os inconvenientes do plano eram apenas dois, a saber, o não se conseguirem imediatamente as frotas e o privar-se a defesa do reino de um bom troço de armada. Mas o primeiro, no seu entender, não teria muita importância, e o outro não lhe parecia de maior gravidade, visto como o inimigo também não estava tão poderoso que fosse capaz de atacar com uma armada.

Não deveria parecer tão extravagante uma idéia que recrutava adeptos tão poderosos. Entre estes encontrava-se o Padre Antônio Vieira que lembrará, ainda em 1648, a tomada do Rio da Prata, "como se pode fazer com grande facilidade e interesse nosso, dano e divisão de Castela, a que se podem aplicar os homens de São Paulo", para servir de consolo aos que

lamentavam, com razão, a perda das capitanias do norte tomadas pelo holandês.

Esse recurso aos paulistas é a solução quase geralmente alvitrada pelos que defendem o plano. Quando, em carta do mesmo ano de 1648 ao Marquês de Niza, já se referira à possível conquista do Reino da Prata, o orador pregava a necessidade da ajuda, para isso, dos moradores de São Paulo, sendo estes "os mais valentes soldados de todo o Brasil e para aquela guerra os melhores do mundo". Nem se pense que entre os de Castela, ou das Índias de Castela, fosse desdenhável essa ameaça. O Padre Antônio Ruiz de Montoya, apóstolo do Paraguai, pretendera mesmo que uma invasão paulista do Peru e Buenos Aires só pudera ser evitada, sete anos antes, devido à vitória de Mbororé, em que tamanha parte tivera a sua própria milícia.

Ao Conselho Ultramarino, porém, e a Sua Majestade, não parecia que as dificuldades de toda sorte em que o reino se debatia – ameaçado, de um lado, pelo espanhol, de outro, pelo holandês, que reciprocamente se detestavam – autorizassem tão remota aventura e, ao cabo de conseqüências imprevisíveis, sem embargo da opinião favorável de advogados eminentes. E de fato, em todas as ocasiões em que foi aventada – e o seria ainda por mais de uma vez – a idéia de um ataque armado a Buenos Aires esbarrou no ceticismo das autoridades responsáveis.

Projetos e providências para a ocupação da margem norte do Prata

Contudo, se a conquista da margem sul do Prata, já povoada pelo castelhano, podia passar por um pensamento quimérico, ou exigiria esforços incompatíveis com os recursos e a situação geral do reino, a todos se impunha a conveniência de serem efetivamente ocupadas as que, da banda do norte, se dilatavam até os confins da Capitania de São Vicente e que inexplicavelmente se achavam à mercê dos índios bravos ou das onças. Tanto mais quanto, se a alguns parecia que as duas margens do Rio da Prata e – quem sabe? – até a Patagônia, o estreito de Magalhães e a Terra do Fogo estão incluídos na demarcação lusitana, não havia quem duvidasse, ao menos em Portugal, que isso era certo com relação às terras situadas imediatamente ao norte do estuário.

Nos decênios seguintes chegarão constantes informações a el-rei, obtidas em certos casos de moradores de Buenos Aires, sobre a banda oriental do Uruguai. Em exposição mandada a Sua Majestade por Antônio Rodrigues de Figueiredo, onde se aponta a estreita dependência em que viviam o Brasil com as Índias de Castela, de Angola, tanto que nos sete anos de ocupação daquele senhorio africano pelos inimigos se vira "a falta da

grande machina de prata e ouro que por seu respeito, por via do Brasil, entrava neste Reino" é sugerida, a bem desse comércio, a fundação de um estabelecimento ao norte do rio da Prata.

Pensava o autor da exposição que o sítio mais conveniente para a povoação portuguesa seria a ilha de Maldonado, à boca do estuário, da banda norte. Por essa forma teriam os castelhanos oportunidade de ir ali comerciar com suas barcas. E não deixava, o mesmo Rodrigues de Figueiredo, de lembrar, entre muitos outros, o proveito que daria o povoado com o facilitar o transporte para o Rio de Janeiro de cavalos de Buenos Aires, onde os havia e muito baratos. Outras notícias colhidas nos próprios distritos castelhanos onde maior interesse havia nesse intercâmbio, e constantes de uma informação de Matias de Mendonça, datada de 1673, também optavam por essa escolha da ilha de Maldonado, e também das terras vizinhas no continente.

Já no ano anterior o Duque de Cadaval dera voto, parecer e consulta favoráveis a semelhante intento. Apenas a sua opinião era de que o povoado português se fizesse não na ilha de Maldonado, mas nas proximidades da ilha de S. Gabriel, de acordo, aliás, com o que a Sua Alteza, o Príncipe Regente D. Pedro, escrevera João da Silva e Sousa, e ainda, de que deveria ser, não sobre o mar, porém, de preferência mais para o sertão. Dessa forma podia invocar-se o pretexto de "hir domesticar os indios bravos" e dar almas a Deus. Parecia ao duque que à empresa deveria ir o governador João da Silva, pela sua experiência e por oferecer os meios dela sem despesa de Sua Alteza, e instava em que fizesse o dito governador a povoação no prazo de um ano.

Se o empenho de Salvador Correia em ganhar terras, para si e seus descendentes na zona despovoada que ficava além das "capitanias de baixo", tinha a ver com as perspectivas de lucro oferecidas pelo comércio de Buenos Aires, era de supor que esse interesse seria maior ainda, quando se comprovasse aquilo que vagamente se suspeitava, isto é, a existência naquelas partes de riquezas inestimáveis que nada tinham a invejar às do famoso cerro de Potosi.

Ora, o ano de 1674 fora de grande alvoroço para o Brasil e o reino, diante das notícias, vindas de Paranaguá, e que depois não se verificarão, do descobrimento de grandes minas de prata. E é de 1675, segundo já se viu, o terceiro pedido feito por Salvador Correia de grandes doações na mesma região que deveriam beneficiar seu segundo filho, além de seu neto, o Visconde de Asseca. Obtida a concessão, cogitara ele, de início, em subdividi-la em lotes mais ou menos descontínuos de dez a quinze léguas

cada um, que abrangeriam a costa e o sertão entre o rio da Prata e as proximidades de Cananéia, além das datas já outorgadas mais para o norte, num total de 75 léguas.

Opôs-se à semelhante divisão, embora aprovada já pelo Conselho, o Procurador da Coroa, alegando vários inconvenientes. Assim, a doação começaria a correr da boca do rio da Prata, "que tem princípio no Cabo de Santa Maria" e acompanharia a costa dali para o norte. Quanto ao mais terreno, que vai da boca do rio para dentro, na parte sul da demarcação atribuída ao Visconde de Asseca, segundo se convencionara, esse ficará para a Coroa e nele se construirá a colônia depois chamada do Sacramento.

A idéia dessa fundação ainda não se concretizara, quando foi discutida a doação, apesar dos esforços tão ardorosamente advogados pelo Duque de Cadaval no sentido de uma intervenção do Governador do Rio de Janeiro, João da Silva e Sousa. O malogro de tais esforços, os obstáculos de toda ordem, que encontrou para povoar ou simplesmente fortificar as terras da nova doação o próprio Salvador Correia, deveriam incliná-lo mais para o lado dos que pediam uma ação direta da Coroa nos sítios que a esta de direito cabiam, isto é, nas terras realengas situadas junto ao extremo sul da referida doação e que, se devidamente fortificadas, serviriam a ela de resguardo.

Lembrando que Salvador teve larga responsabilidade nas origens da Colônia do Sacramento durante os últimos tempos de sua participação ativa nos debates do Conselho Ultramarino e do Conselho de Guerra, admite mesmo o Prof. C. R. Boxer que teria ele em mente, sem dúvida, os interesses de sua própria família na embrionária capitania sulina. Contudo, acrescenta que outras e mais importantes razões de Estado moveriam, nesse caso, a ação da Coroa.

E seria de admirar maior demora nessa ação, quando a justiça das pretensões portuguesas sobre a banda do norte do Rio da Prata era de todos reconhecida, inclusive dos próprios geógrafos castelhanos, segundo se alegava em uma exposição firmada pelo Conde da Torre. O qual dividia os autores, a esse respeito, em três grupos: o dos portugueses, o dos estrangeiros "das paixões de Hespanha mais izentos" e afinal o dos castelhanos, para concluir que o destes era, em suma, o "mais favorável ao nosso intento". E sem precisar ir tão longe, poderia invocar-se no mesmo sentido ainda uma outra autoridade certamente indigna de suspeição. Pois não acabava a própria Santa Sé de dar nova sanção legal ao mesmo intento com a bula *Romani Pontificis Pastoralis Solicitudo*, de 22 de novembro

de 1676, que, ao criar o bispado do Rio de Janeiro, lhe atribuía, como território diocesano, toda a costa e o sertão correspondente que vai da Capitania do Espírito Santo até o rio da Prata (*usque ad Flumen de Plata*)?

É bem possível, e já o lembrou Varnhagen, que esse documento pontifícial terá tido sua influência no ânimo do governo português, quando resolveu que se levasse efetivamente, até as águas do mesmo rio da Prata, a fronteira sul do Brasil. O fato é que quase imediatamente se passou a cogitar muito a sério na realização do projeto. Lembra ainda Varnhagen como, nomeado para Governador do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1678, D. Manuel Lobo recebe ordem, em carta régia de 22 de novembro (a provisão conhecida a esse respeito, não carta régia, é datada, em verdade, de 12 de novembro), para, depois de tomar posse do cargo, descer ao rio da Prata e fazer na ilha de São Gabriel um reduto fortificado, além de uma colônia para residência dos vassalos reais.

A expedição de Jorge Soares de Macedo

Que a resolução antecede de mais de um ano essa ordem, revela-o outra provisão, com data, esta, de 30 de outubro de 1677, onde o Príncipe Regente nomeia Jorge Soares de Macedo "tenente de mestre de campo general", com exercício e governo de infantaria, devendo vencer 26$000 mensais pagos pelo rendimento das baleias da Bahia. Sob o disfarce de destinar-se ao descobrimento das minas de Paranaguá, em que nem o próprio Salvador Correia já acreditava, e ainda do Sabarabuçu, pois convinha ter muito em segredo todo o negócio, sua missão relacionava-se, de fato, com o povoado e presídio que pretendia Sua Alteza fosse feito no Rio da Prata. É o que mostrará uma das suas cartas escritas de Buenos Aires, e muito mais tarde, ao Regente. Meses antes de embarcar de Lisboa para o Brasil, já se ocupava, aliás, Jorge Soares, e com grande diligência, dos meios de conseguir dos moradores do Brasil recursos necessários à "fundação duma povoação e fortaleza que S. Alteza deveria mandar fazer no Rio da Prata". Consta isso de outra carta existente nos arquivos da Casa de Cadaval resumida, entre os verbetes do mesmo arquivo, publicados ultimamente por Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva. A carta tem a data de 15 de janeiro de 1677 e alude a uma exposição (provavelmente oral) da véspera. Por conseguinte, era posterior de menos de dois meses à bula *Romani Pontificis*, onde o Rio da Prata é apresentado como limite sul da diocese do Rio de Janeiro.

Em São Paulo, Jorge Soares de Macedo tratou logo de reunir os recursos precisos e a gente que tivesse melhor prática e disciplina militar. Com

tamanha diligência dedicou-se a essa missão que, tendo chegado ao planalto em novembro de 1678, já pelo mês de março do ano seguinte podia embarcar em Santos, rumo ao Prata, com uma frota de sete sumacas e cerca de 300 pessoas, entre as quais se incluíam numerosos índios frecheiros requisitados das aldeias dos padres. Foi aparentemente em São Paulo que, depois de práticas com os sertanistas, abandonou sua idéia primitiva de fazer por terra a jornada. Dessa forma, disseram-lhe eles, não chegariam os expedicionários às beiradas do Prata em menos de dois anos.

Pode ter-se idéia do montante do auxílio prestado na emergência pelos camaristas de São Paulo, recorrendo a informações de Pedro Taques, que, no entanto, hão de ser admitidas com reservas. Além de dois contos e cinqüenta mil-réis em dinheiro, Jorge Soares teria alcançado deles 12 catanas, 19 espingardas, 15 arrobas de tabaco em rolo, três mil alqueires de farinha de trigo, 300 arrobas de carne de porco, 100 alqueires de feijão, oito mil varas de pano de algodão, 38 arrobas de fio de algodão torcido em três linhas e duas arrobas de fio singelo.

A jornada marítima não iria corresponder, no entanto, ao bom sucesso que, depois desses aprestos, todos esperavam. Chegada a frota à altura de Santa Catarina, viu-se acossada subitamente pelo mau tempo, que levou Soares a arribar a São Francisco do Sul com perdas de barcos e extravio de gente levada. E, enquanto procurava reparar os danos e juntar os colonos que se tinham dispersado, chegava ao Rio de Janeiro o Governador D. Manuel Lobo com novas instruções da Corte sobre o modo de organizar a expedição.

A expedição de D. Manuel Lobo

Do Rio, onde tomou posse a 9 de maio, tratou D. Manuel, já sabedor do malogro da primeira tentativa de Jorge Soares, de comunicar-se com este, ordenando-lhe que o esperasse com sua gente na ilha de Santa Catarina, enquanto ele próprio cuidaria de aumentar o aparato bélico trazido da Europa, sob o pretexto de que eram destinados a reforçar a defesa daquela cidade. Passou então a requisitar barcos, reunir munições, arrolar gente, e entre esta, segundo apurou Simão Pereira de Sá, um dos primeiros historiadores da empresa do Sacramento, "alguns recluzos que nas Cadeas se achavão por delitos graves os quaes comutados em morte Civil, ficarão brandos os castigos a vista de culpas enormes".

Em seguida embarcou para Santos, onde a 12 de novembro, registrou sua patente de governador. No dia seguinte encontra-se já em São Paulo, onde igualmente registra a patente na Câmara da vila. Levava cartas do

príncipe regente a figuras eminentes do lugar, como Fernão Pais de Barros, que o hospeda em sua casa, e também a Fernão Dias Pais, este ausente, porém, de há muito, e ocupado na jornada de Sabarabuçu. Depois de incorporar outros elementos ao corpo militar, dirigiu-se D. Manuel a Santos, de onde seguiria viagem com destino à ilha de S. Gabriel. Aconselhado ali pelos pilotos que achavam perigosa a navegação à vista da terra com navios grandes, mandou dois avisos a Jorge Soares de como pretendia seguir diretamente para o cabo de Santa Maria ou a ilha do Lobo, no Rio da Prata, onde poderia ia ao seu encontro, se bem lhe parecesse, o referido tenente de mestre-de-campo general. Nessa disposição saiu de Santos a 8 de dezembro, levando uma armada de cinco velas, com três companhias de infantaria e uma de cavalaria, assim como uma força de artilharia, num total de menos de 300 homens e mais os índios e negros, além de alguns religiosos.

Entretanto, Jorge de Macedo, recebidas as instruções do Governador, saiu de Santa Catarina com igual destino. Não seria mais feliz, porém, do que na primeira tentativa, pois a embarcação que o levava veio a naufragar, em fevereiro de 1680, junto ao cabo de Santa Maria, perdendo-se tudo quanto diligentemente preparara. Ele próprio salvara-se, no entanto, com alguns companheiros, e como procurassem chegar por terra até a altura de S. Gabriel foram surpreendidos por uma tropa de 800 índios sob as ordens de dois padres da Companhia, que o levaram, ele e os outros náufragos, num total de 24 homens, à redução chamada dos Reis Magos e em seguida a Buenos Aires, onde foram entregues ao Governador D. José de Garro.

Já então chegara ao Rio da Prata e fundeara junto a São Gabriel a expedição de D. Manuel Lobo. Efetuado o desembarque, a 20 de janeiro, deu-se logo início à construção em terra firme e não na ilha como anteriormente parecera decidido, do presídio e dos abrigos destinados à soldadesca e aos colonos. É natural que uma das primeiras providências tomadas fosse a de localizar o paradeiro de Jorge Soares de Macedo. Uma escolta mandada com esse fito em várias direções procurou sem fruto, e afinal regressou à nova colônia desfalcada de parte de seus homens, que tinham sido surpreendidos e presos por forças mandadas de Buenos Aires. Só em julho teve ciência D. Manuel do que sucedera ao tenente de general. Na correspondência que se seguiu ao protesto mandado a D. José de Garro, como já anteriormente na discussão havida com os emissários do mesmo governante que exigira fosse desocupado pelos portugueses o sítio de S. Gabriel, tratou-se naturalmente da verdadeira linha divisória entre

as repartições das duas Coroas ibéricas, e não sem requintes de erudição e acrimônia.

Desde maio, porém, tinha preparado D. José um numeroso exército de espanhóis, crioulos e principalmente índios guaranis que, estabelecendo-se a pouca distância da colônia, trataram primeiramente de cortar-lhe as comunicações com o interior e de afugentar as reses que pudessem servir de alimento aos portugueses. Bem cedo deveria desvanecer-se aquele otimismo que, nos primeiros momentos da fundação, levara o Governador, em carta ao Regente, a mostrar-se encantado com o sítio e madeiras de construção existentes nas redondezas e próprias para edificar-se uma cidade, aos campos abundantes em caças, que podiam suprir a carência de gado, e capazes de dar todos os frutos da Europa. Para cultivá-los, já se interessava pela ida de famílias de agricultores do Entre-Douro-e-Minho e também do Alentejo.

Já em fevereiro começavam, porém, os moradores a ressentir-se da falta de víveres. E a tanto chegou que não teve dúvidas o comandante da praça em mandar pedir gêneros a Buenos Aires e mesmo em escrever para São Paulo e outras partes do Brasil, uma vez que só podia contar, praticamente, com os mantimentos levados na armada. O fato de estar exposto à vigilância hostil das autoridades castelhanas tornaria bastante problemática a possibilidade de alcançar o auxílio necessário de algum povoado mais próximo.

E efetivamente o pedido que mandara fazer a Buenos Aires teve resposta negativa. Em São Paulo, as notícias e os apelos do comandante da praça só chegariam sete meses depois ao conhecimento da Câmara. Com as sucessivas requisições feitas ali por Jorge Soares e pelo próprio D. Manuel Lobo, além do que exigira D. Rodrigo de Castelo Branco para a jornada em preparo às minas de Sabarabuçu, não era muito de esperar, aliás, uma nova e substancial contribuição dos paulistas. Foram sustados, ainda assim, os socorros das minas, já que os índios pedidos por D. Rodrigo se faziam necessários para o transporte ao porto de Santos de gêneros que se puderam arrecadar.

Mas afinal todo esse trabalho resultará vão. As primeiras notícias sobre a situação aflitiva do presídio, com apelos desesperados de D. Manuel, tinham chegado a São Paulo em fim de setembro. Pela mesma época aporta à Colônia uma embarcação do Brasil levando 150 homens de reforço e já a encontra em mãos dos castelhanos. O navio que o Governador-Geral Roque da Costa Barreto mandou armar na Bahia com aprestos e mantimentos para ajuda dos soldados do Sacramento teve notí-

cia do desastre no Rio de Janeiro, onde deveria tocar de passagem. A expugnação dera-se, de fato, na manhã de 7 de agosto.

Desde que atinara com o vulto dos preparativos bélicos de D. José de Garro, o comandante do presídio, ao mesmo tempo em que procurava incrementar, sem grande efeito, as obras de construção, tinha tomado as possíveis precauções para uma resistência. Mas essa resistência, já de si dificultosa, em face da superioridade numérica do adversário, viu-se logo ameaçada pela fome e pela doença que começou a grassar entre os soldados, de tal modo que a muitos inabilitou para o trabalho e a outros incapacitou para a guerra. Com a escassez de víveres verificaram-se, por outro lado, numerosas deserções. Para cúmulo da desgraça, o próprio D. Manuel, gravemente enfermo, teve de ser substituído na organização da defesa pelo Capitão Manuel Galvão.

Não cessara o Governador durante todo esse tempo, e já doente de cama, de fazer tentativas com o fito de evitar uma luta desigual, ao menos enquanto não chegassem os socorros reclamados. Para isso alegava suas intenções pacíficas ou recorria a ameaças, em mensagens endereçadas tanto a D. José como ao mestre-de-campo Antônio de Veras Mujica, chefe das forças inimigas. Ao primeiro, depois de sugerir que aguardassem ambos as decisões dos respectivos soberanos, observava que o menor torrão da cidadela seria defendido à custa de muito sangue.

Contudo, a ausência de embarcações portuguesas em São Gabriel, que todas tinham sido expedidas ao Brasil em busca de socorros, e as próprias confissões obtidas dos desertores do presídio denunciavam claramente aos de Buenos Aires a calamitosa situação a que se achavam reduzidos aqueles homens. Assentou-se logo que o melhor alvitre era atacar a praça antes que lhe fosse algum socorro. Com efeito, a 7 de agosto, duas horas antes do amanhecer. Veras Mujica surpreendeu-a investindo com uma tropa de 250 espanhóis e 3.000 índios (D. Manuel escreverá depois que eram cinco ou seis mil atacantes, em sua maior parte índios das reduções jesuíticas). Contra essa força não pôde prevalecer a bravura de alguns dos defensores, em particular de Manuel Galvão, que morreu na peleja: em uma hora, se tanto, estavam os inimigos de posse do reduto.

O número das baixas sofridas de parte a parte não desmente o que consta de uma carta do Governador português ao seu príncipe sobre a sanha assassina dos atacantes. Entre os vencidos foi de 112 a 125 o total de mortos, ao passo que do lado espanhol morreram cinco soldados e trinta e um índios. Os prisioneiros foram, além de seis mulheres, 150 soldados e neles, diz um relato de D. José de Garro, havia "alguns feridos".

Esse "alguns" chama a atenção quando se sabe, da mesma fonte, que foram 115 os feridos do lado espanhol, em sua imensa maioria índios. A maior culpa no morticínio atribui-a o governador português principalmente aos guaranis das missões, que praticavam suas tropelias contra os brancos, na presença dos jesuítas, que nada faziam para impedir tamanhas tiranias e, em verdade, só na roupeta lhe pareciam assemelhar-se aos confrades portugueses.

Todas as peças de artilharia, pólvora e mais petrechos de guerra ficaram em poder dos espanhóis, assim como 45 ou mais negros e negras escravos que se venderam depois em hasta pública, por conta de Sua Majestade Católica. Em Buenos Aires, para onde se transferiram, não permaneceriam muito tempo os prisioneiros, que em sua maior parte foram conduzidos para Lima. O Tenente-General Jorge Soares de Macedo, que já estava detido desde os primeiros tempos da chegada de D. Manuel Lobo a S. Gabriel, foi, no entanto, mandado para o Chile. O próprio D. Manuel deveria ter o mesmo destino, se o permitisse seu estado de saúde. Achou-se de qualquer modo mais prudente levá-lo para Córdoba, onde ficará até 1682.

Ofensiva diplomática de Lisboa

Os portugueses, que pouco antes subestimavam o poderio castelhano, a ponto de pretenderem alguns que meia dúzia de barcas bastariam para a conquista de Buenos Aires, mostraram-se desolados e surpresos com o pobre desfecho de sua aventura platina. Assim, apenas chegaram a Lisboa as primeiras notícias, foi instantânea a impetuosa reação das autoridades. Os reflexos políticos do estado de espírito que empolgou o país, agora reconstituídos com o socorro de copiosos documentos em obra do historiador Luís Ferrand de Almeida, em curso de publicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, mostra-nos como o incidente ocorrido num longínquo presídio sul-americano esteve a pique de redundar numa guerra generalizada.

A atitude inesperadamente firme do governo de Lisboa e, ao cabo, do próprio Regente D. Pedro que se traduziu nas contínuas reuniões dos Conselhos de Estado e de Guerra, nos alarmantes preparativos militares, nas ameaças francas e finalmente no verdadeiro ultimato que entregou o enviado português em Madri ao Duque de Alba, reclamando imediata reparação pelos danos causados à Colônia do Sacramento e castigo exemplar do Governador de Buenos Aires, acusado de violação da paz, contrasta, em todo esse episódio, com a quase tibieza de ânimo e, em suma, com a posição conciliatória assumida pelas autoridades castelhanas na Europa.

Parecerá difícil a inteligência das causas profundas do contraste a quem não considere as condições especiais de uma Espanha ainda mal refeita de lutas endêmicas com a França, que apenas se tinham interrompido em 1678 e, no entanto, pareciam sempre na iminência de recomeçar, como de fato recomeçariam dentro de alguns anos. Seria menos de recear a súbita obstinação dos portugueses, se o governo de Madri não temesse, mas temia, e certamente com razão, que ela se escorasse num inevitável apoio francês: por sua vez a diplomacia lusitana soube utilizar bem e desde o primeiro momento esse trunfo poderoso.

Que eram razoáveis os receios espanhóis, sugere-o a solicitude com que a Inglaterra, de um lado, de outro a Santa Sé, tentaram apaziguar as divergências ibéricas, antes que se convertessem num pretexto novo para a política agressiva de Luís XIV. Não chega a ser absurdo supor que, como pretexto, na rivalidade entre o Bourbon e a Casa de Áustria, a questão da Colônia do Sacramento, durante a inquieta primavera de 1681, poderia ter papel semelhante ao que, no outono imediato, será dado a Estrasburgo.

A própria lembrança dos desastres do Ameixal, de Castelo Rodrigo, de Montes Claros, durante as invasões de 1663 a 1665, que bem poderiam reproduzir-se agora, quando Portugal parecia bem amparado, era mais um convite à prudência. E o governo espanhol não hesitou muito em ceder ante ameaças e intervenções diplomáticas. Dois meses apenas depois de chegadas à Europa as primeiras notícias sobre a ocupação do presídio português no Rio da Prata, era assinado o tratado provisional, que traz a data de 7 de maio de 1781.

Em verdade o que Portugal vai retirar de toda essa agitação não passa de um meio triunfo. Indica-o o próprio qualificativo de "provisional", que se associou ao convênio. Seria reparada a ofensa à sua soberania sobre a margem norte do Prata, seriam restituídas armas, artilharia, munição, ferramentas e mais petrecho de guerra, o mesmo fazendo-se com os prisioneiros, reposta a Colônia em seu primeiro estado, com os moradores e soldados existentes antes da conquista e, enfim, advertido o Governador de Buenos Aires com a severidade correspondente aos excessos de que era culpado.

Contudo, a decisão definitiva sobre a posse do sítio ficava na dependência de comissários para tal fim nomeados e que se deveriam reunir dentro de dois meses contados da data em que se permutassem as ratificações do tratado. Três meses após o início das conferências teriam esses comissários determinado por sentença os direitos de propriedade nas

demarcações. Caso não chegassem a acordo nesse prazo, o que aliás se podia prever, posto que os comissários de uma e de outra parte eram em igual número, iria então a causa ao Sumo Pontífice, que teria o prazo de um ano para a decisão.

As demarcações

Concluído a 20 de junho o processo de aprovação, ratificação e confirmação do tratado provisional por ambos os príncipes, passaram estes às primeiras medidas estipuladas no convênio. Num dos seus artigos, talvez como contrapeso à obrigação que se impunha o governo espanhol de desautorar o Governador de Buenos Aires, que antes estimulara sem prever conseqüências, ficara decidido que, "para que de todo ponto fique estirpada qualquer causa ou motivo de pouca satisfação" entre as duas Coroas, o Príncipe D. Pedro mandaria averiguar, por sua vez, os excessos praticados pelos paulistas nas terras e domínios de Sua Majestade confinantes. Em carta ao Governador do Rio de Janeiro ordenou com efeito o Regente que fizesse observar inviolavelmente o referido artigo.

Não custaria a D. Pedro assumir esse compromisso. Conforme há de ponderar justamente o vice-rei do Peru, D. Melchior de Navarra y Rocafull, ao examinar mais tarde as grandes dificuldades existentes para o cumprimento fiel de todas as cláusulas do acordo, houvera a cautela, em sua redação, de dizer previamente que o Príncipe mandaria averiguar os excessos de que os paulistas eram acusados. Ora, valia isso o mesmo que sugerir ao Governador do Rio de Janeiro a resposta de que os fatos em questão não puderam ser comprovados, escusando-se, assim, a necessidade de satisfação.

Caberia acrescentar que tão habituada andava já a Coroa portuguesa, e de tão longa data, a expedir interditos contra as entradas de apresamento, quanto os de São Paulo a descumpri-los. E se normalmente não podiam as nossas autoridades coloniais, ainda que o quisessem, forçar o castigo de sertanistas culpados daquelas correrias, menos o poderão agora, com a dispersão dos índios tomados no assalto a Vila Rica, do Paraguai – motivo imediato dessa reclamação castelhana – e com o desaparecimento do grande responsável pelo dito assalto, ou seja, Francisco Pedroso Xavier, que já tinha falecido, com efeito, em janeiro do ano anterior.

Passado quase um século, depois desses sucessos, poderá escrever o Padre Pedro Lozano, aludindo à presa tomada em Vila Rica: "Esta es la presa que se mandó restituysen los Portugueses en el convenio provisional ajustado año de 1681 entre ambas Coronas pero no lo hizieron, aunque a ellos se les restituyó todo lo apresado en la Colonia". É possível que a

consideração dos prováveis empecilhos ao cumprimento pelo seu governo dessa cláusula do tratado fosse um dos motivos da lenidade estranhável com que se portou mais tarde o Regente acerca da exigência correlata dos portugueses. A verdade é que depois de reclamarem estes um castigo severo para a insolência do Governador de Buenos Aires que infringira a paz atacando o presídio do Sacramento, é o próprio D. Pedro quem intercederá junto a S. M. Católica no sentido de cancelar o desterro a que o dito governador fora condenado, em obediência ao convênio provisional.

Quanto à questão dos direitos de propriedade sobre a margem direita do Prata, disputada entre os dois Reinos, é claro que nada puderam decidir em definitivo as conferências dos comissários alternadamente reunidos em Badajós e em Elvas. O resultado da incompatibilidade radical dos pareceres de uma e de outra parte foi, afinal, encaminhar-se o pleito a Sua Santidade, conforme o que anteriormente se decidira para o caso de falhar a sentença.

A política francesa e a arbitragem pontificial no litígio do Prata

Os antecedentes diplomáticos da Santa Sé em questões como essa, que envolviam divergências entre dois príncipes, não autorizavam a esperar que se pronunciasse sem demoras ou indecisões em causa tão complexa. Disso bem sabiam os governos interessados, e a Portugal especialmente parecia tolerável ou mesmo interessante qualquer dilação na sentença definitiva, enquanto não tivesse entrado na posse do sítio de São Gabriel.

Era notória, por outro lado, a influência de Madri junto à Santa Sé, e dispunham os espanhóis, além disso, de argumentos impressionantes em favor de suas pretensões, tanto que deixaram por vezes bastante embaraçados os seus antagonistas durante as conferências de Elvas-Badajós. No entanto, várias considerações de ordem política ligadas à intransigente campanha de Inocêncio XI contra o regalismo de Luís XIV não inclinariam o Pontífice, tanto quanto pode parecer, para o lado da Espanha em casos que escapassem aos interesses da Igreja. Pois ceder, em tais casos, à pressão da Coroa espanhola não tenderia a corroborar a idéia de que o ardor antigalicano de Sua Santidade era apenas a manifestação ostensiva de um fervor antifrancês?

Ora, precisamente no momento em que se tratava de solver a controvérsia platina, qualquer política favorável à Espanha tinha o risco de ser interpretada como adversa à França, e não era segredo para ninguém que a diplomacia de Luís XIV, ou para debilitar ainda mais a autoridade de Sua Majestade Católica ou por movê-la alguma encoberta ambição, agitava-se às vezes indiscretamente, em favor da pretensão portuguesa, a ponto

de estimular numa firme atuação do Príncipe Regente contra a política de Madri.

Ainda que extremamente cioso das prerrogativas pontifícias, Inocêncio XI costumava ceder sem dificuldade aos interesses particulares do rei de França onde se tratasse de matéria secular, de forma que a transigência no temporal parecesse autorizar a compensar a independência no espiritual. Assim, ao ter notícia da intenção do Senhor de Montespan de recorrer a Roma no sentido da anulação, por adultério, de seu casamento com a marquesa, reagiu como o faria um cortesão, chegando a tachar de "ridícula e impertinente" essa idéia. E mesmo no auge da querela do galicanismo, o soberano solicitou, e obteve, de Sua Santidade, favores e dispensas que escandalizaram muitos devotos.

Se importava ao Papa, de algum modo, poupar manifestações que servissem para fazer mais acerba, sem muita necessidade, a tensão já existente entre Roma e a Coroa de França – pois ainda estavam na lembrança de todos os funestos resultados de um tal exacerbamento durante os pontificados anteriores, de Inocêncio X, de Alexandre VII, até de Clemente IX, no deste último por obra, não tanto do chefe da Igreja, quanto de seu *entourage* – também importava, e em maior grau, procurar dissimular a mínima inclinação pessoal que pudesse ferir os sentimentos nacionais dos franceses, mormente os do clero francês, tão intimamente identificados com os do soberano.

Por coincidência, na ocasião em que já se patenteava o malogro final das conferências de Badajós e Elvas, com o que deveria o litígio do Prata ser confiado à arbitragem do Santo Padre, Luís XIV preparava sua célebre assembléia do clero, de onde resultará aquela Declaração dos Quatro Artigos, tida então, e mais tarde, como uma espécie de carta fundamental das liberdades galicanas. E assim como antes de 19 de março de 1682, data da Declaração, preocupara-se Inocêncio em chamar a si o clero francês, fará depois o possível para desviá-lo de sua recalcitrância. Ora, por excessiva que pareça uma interpretação literal daquele dito de um contemporâneo e parente do monarca, a saber, que, se Sua Majestade aderisse algum dia ao culto protestante, os primeiros a acompanhá-lo seriam os curas e prelados de França, bem sabia o Pontífice o que arriscaria nesse terreno se deixasse de ceder a interesses tantas vezes caprichosos de Luís XIV, desde que não afetassem os princípios defendidos pela Santa Sé.

Não se pode afirmar que essa cautelosa diplomacia de Inocêncio XI tenha tido algum papel no litígio sobre a Colônia do Sacramento, e nem há prova de que Luís XIV, nesse caso, se empenhasse diretamente, junto

ao Vaticano, por uma solução que favorecesse a Portugal ou, melhor, que contrariasse os interesses espanhóis. Seja como for, passou-se o termo de um ano, estipulado no tratado provisional para o laudo pontifício, sem que viesse solução de Roma, e essa tardança poderia ser inconveniente ao governo de Madri, que por todos os modos procurou evitar qualquer prorrogação do prazo. A Portugal, no entanto, a demora só poderia proporcionar vantagens, entre outras razões, pelo que chegaria a confessar o Duque de Cadaval em sessão do Conselho de Estado de Lisboa, isto é, que não sendo certo o vencer, melhor fora que a matéria se dilatasse e ficasse indecisa. Não faltou, entretanto, o pedido de prorrogação, que resultou num adiamento indefinido, pois assuntos de maior gravidade passaram logo a absorver toda a atenção do Sumo Pontífice.

Outra vantagem que tiraria Portugal dessa dilação estava em que lhe permitia receber as terras de São Gabriel antes de resolvida a questão em caráter peremptório. Essa posse precária já deveria representar, na opinião de muitos, meio caminho para a definitiva aquisição das mesmas terras. E assim, segundo assinalou o Sr. Luís Ferrand de Almeida, trataram os portugueses, acima de tudo, de assegurar a obtenção da Colônia, sentindo que ela podia ser decisiva no ajuste final. "Por isso", acrescenta, "os negociadores do tratado de 1681, cedendo noutros pontos, se mostraram inflexíveis quanto à restituição da praça, mesmo a título precário."

A pressa ou a impaciência com que o governo lusitano reclama a restituição, antes de verificado o malogro já previsto das negociações de Elvas e Badajós, contrasta vivamente com a atitude dilatória, quase negligente, que há de assumir quando o negócio estiver confiado ao Sumo Pontífice, e também com a benignidade de que usou afinal para com o antigo Governador de Buenos Aires, responsável direto da infração da paz entre os dois reinos. Esse contraste dá bem a medida da extrema importância atribuída em Lisboa àquela medida.

Fazia-se mister alcançar de qualquer modo a restituição do sítio disputado enquanto Portugal se julgava com forças bastantes para erigir, e os espanhóis, por seu lado, não tinham como resistir, temerosos de que uma recusa os envolvesse, mais uma vez, em sérias complicações internacionais. Venceu, ao cabo, a obstinação bem calculada dos portugueses. O Governador do Rio de Janeiro, Duarte Teixeira Chaves, nomeado em agosto de 1681, com a obrigação de ir edificar a Nova Colônia, depois de tomar posse, não deveria sair do reino enquanto não viesse de Madri ordem expedida ao Governador de Buenos Aires para fazer-lhe entrega da fortaleza. Essa ordem, segundo exigência ulterior de Portugal, aceita pelo

governo de Carlos II, seria mandada a Buenos Aires, mesmo sem se fazer aviso dela ao vice-rei do Peru, ou aguardar resposta deste, pois era de temer que surgissem com isso outras e infindáveis procrastinações.

Só a 3 de julho de 1682 tomará posse, afinal, no Rio de Janeiro, o novo governador. E a 28 de janeiro seguinte chegará a São Gabriel. No lugar do antigo presídio só encontrou duas cruzes de madeira e alguns cadáveres. A entrega oficial, por agentes do Governador de Buenos Aires, e em nome deste, do sítio onde irá erguer-se a Nova Colônia, efetua-se a 12 de fevereiro. Em abril, chegam ainda ao local prisioneiros, peças de artilharia, ferramentas, munições e outros petrechos de guerra igualmente restituídos pelo castelhano, em obediência ao convencionado no acordo provisional. Logo se notou a falta de algumas das armas tomadas ao presídio pela tropa de Veras Mujica, assim como dos negros escravos, os quais, como já se sabe, tinham sido vendidos em hasta pública por ordem do ex-Governador de Buenos Aires, D. José de Garro. Não deixaria Teixeira Chaves sem protesto este fato, já que serviria eventualmente à diplomacia lusitana, se lhe conviesse, mais tarde, alegar infração do tratado provisional, na parte onde manda que se restituíssem à Colônia todas as armas, artilharias, munições, ferramentas e mais petrechos de guerra, e assim toda gente que nela se achara antes e fora retirada pelos invasores.

O ulterior destino da Colônia do Sacramento

Não cabe aqui abordar, senão de passagem, a tumultuosa história do estabelecimento português de São Gabriel, iniciado em 1680, capturado e arrasado no mesmo ano pelos espanhóis, e agora por estes restituído. Basta-nos dizer que, sitiado, após isso, quatro vezes, em 1704-5, em 1735-37, em 1763, em 1772-77, ocupada três vezes, em 1705-15, em 1763 e, finalmente, a partir de 1777, quando, por força do Tratado de Santo Ildefonso, passou a pertencer à Espanha, a Colônia do Sacramento só teve influência indireta sobre a expansão luso-brasileira no extremo sul.

Pode-se pretender, sem grande exagero, que a ocupação desse posto avançado e solitário constitui acontecimento meramente episódico para a história interna do Brasil; pertencendo mais propriamente à da política exterior do reino. E embora se tenha prolongado por quase um século, com maiores ou menores interrupções, a presença de Portugal na margem esquerda do Rio da Prata guardou sempre qualquer coisa de precário e provisório. Um informante anônimo notou, nos primeiros tempos, a singularidade de se construir ali um presídio sem mulherio, que é, dizia, "o que conserva os homens, porque se não tem visto em parte alguma do mundo fazerem-se novas povoações sem casais".

Mais tarde corrigiu-se um pouco esse defeito com a introdução de mulheres solteiras, algumas degradadas ou desregradas para que ali se casassem. Inaugura-se mesmo, e ainda nos fins do século XVII, o sistema sem precedentes no Brasil da colonização oficial por meio de casais. Mas a vizinhança do castelhano e os constantes sobressaltos e perigos de morte a que, por esse motivo, se expunham os moradores não prometiam para tal sistema os bons frutos que experiências semelhantes suscitarão depois em Santa Catarina e no Rio Grande de São Pedro.

Por isso mesmo, da Colônia do Sacramento não ficaram outras marcas além de ruínas esparsas da cidadela. Quando muito, pode-se talvez atribuir à influência lusitana certa freqüência, na Colônia atual, de casas antigas de um e dois pisos, por vezes inteiramente de pedra, com telhados de quatro águas, como as que se encontram geralmente no Brasil e muito menos nas cidades hispano-americanas.

O mito das "fronteiras naturais"

O pessimismo quanto ao bom sucesso do estabelecimento platino manifesta-se logo em seguida à sua recuperação, em pareceres autorizados, e mesmo no Conselho de Estado, em Lisboa, encontraria adeptos o alvitre de que se devia desamparar de todo a povoação nascente. O próprio Governador Duarte Teixeira será o primeiro a lançar dúvidas sobre a utilidade da empresa, a possibilidade de mantê-la sem pesados sacrifícios para a Régia Fazenda e ao cabo de sua conservação por longo tempo em mãos portuguesas, cerceado como se encontra o presídio pela distância que o separa do restante da América lusitana, pela mal disfarçada animosidade dos espanhóis e, mais ainda, pelos embargos opostos ao comércio de Buenos Aires.

Nenhuma dessas ponderações chega, todavia, a abalar o ânimo da Coroa portuguesa, disposta a ver mantido, custe o que custar, esse prolongamento de seus senhorios americanos até a costa norte do Prata. E como o tenaz apego de D. Pedro a semelhante propósito perdurará entre seus descendentes e sucessores, contra os maiores reveses e as mais constantes ameaças, não parece fácil explicá-los, houve quem o fizesse na época, acenando para alguma razão de Estado e em particular para o temor do descrédito ou do ridículo a que se exporia provavelmente o governo de Sua Majestade Fidelíssima, quando se soubesse que fizera tamanha bulha por uma coisa tão mesquinha e de nenhum proveito.

Há outra explicação para a política platina dos reis portuguesas que, embora adotada complacentemente por alguns historiadores, não vale muito mais do que essa: a de que, seguindo longa tradição, porfiariam eles em alcançar naquelas partes a fronteira "natural" das suas possessões do

Novo Mundo. Em 1821, quando ocorre a anexação de toda a Banda Oriental, esse conceito de "limites naturais", amadurecido na França e durante a Revolução Francesa, ainda poderá servir talvez como justificativa *a posteriori* do ato de conquista. Para 1680, porém, e para todo o século XVIII, em Portugal e no Brasil, mal se invocaria semelhante argumento sem anacronismo.

É significativo que, durante os intermináveis debates que então, e muito antes, se travaram em torno das pretensões lusitanas e castelhanas sobre tal ou qual região deste Novo Mundo, ele não desempenha nenhum papel e não é sequer mencionado. Ao contrário, desde cedo, desde que surgem as primeiras divergências a propósito da linha divisória ajustada em Tordesilhas, nem portugueses, nem espanhóis, parecem pressentir a idéia de que a natureza teria dado providencialmente a cada Estado uma espécie de moldura fixa. E mesmo fora do fundo ibérico estão longe os dias em que essa palavra "Natureza", tendo adquirido, aos poucos, um poder mágico e por vezes até sedicioso – o homem natural, infenso à sociedade civil, a ordem natural, oposta à ordem divina – há de colorir vivamente as reivindicações populares e nacionais, e então se apelará, como na Declaração de Independência norte-americana, para as supremas "leis da *natureza*" ou, como em outro documento ainda mais ilustre, para os "direitos *naturais* e imprescritíveis do homem", cuja preservação seria a meta de toda associação política.

É ocioso, assim, querer achar nos inúmeros textos, oficiais ou não, da polêmica luso-espanhola sobre a demarcação dos senhorios de ultramar, o mais leve indício de que os pretensos mandatos da Natureza já se achassem, para qualquer das partes, impregnados desse poder misterioso e inexpugnável. Não são leis naturais, são, ao contrário, decretos sobrenaturais, quase divinos, o que insistem em invocar os contendores, e quem melhor indicado para interpretar a vontade de Deus do que seu vigário na Terra? Aquele *Roma locuta*, em que fundavam as demarcações, isto é, a bula de Alexandre VI, de onde nasce o Tratado de Tordesilhas, não pode ser matéria de discussão: o que se discute, e evidentemente sem qualquer resultado, já que está sujeita ao contágio de afetos terrenos e "naturais", é, isto sim, a boa interpretação do ajustado.

Ainda em 1682 é, como se viu, o Papa que, por acordo comum, deverá dar a sentença definitiva no litígio surgido com a expurgação, pelos castelhanos de Buenos Aires, do presídio português levantado na margem esquerda do Prata. E como o Papa não se pronuncia no termo combinado e nem depois de vencer-se esse prazo, há de passar-se outro século, ou

pouco menos, até resolver-se a disputa. Essa indecisão, se a princípio pareceu favorável aos portugueses, não o será muito menos para os castelhanos. Pois como a sentença do árbitro é inapelável, e nenhuma das partes está segura da vitória, pode presumir-se que uns e outros prefiram a uma decisão imediata uma dilação indefinida.

A posse, ainda que discutível, de uma situação na costa norte do Prata significava para Portugal a perspectiva de ali se manter para todo o sempre: a aquiescência de Madri à instalação precária já era um passo nesse sentido. Para a Espanha, forçada que fora à aquiescência por circunstâncias de momento, uma sentença eventualmente contrária de Roma só serviria para matar qualquer esperança de desforço em ocasião mais oportuna e propícia.

É de notar como, nas conferências de Badajós e de Elvas, tanto quanto nos debates anteriores, durante mais de século e meio, a respeito da demarcação, as reivindicações dos comissários dos reinos litigantes não sugerem, em nenhum momento, que os preocupasse a necessidade de alguma coincidência entre a fronteira política e os acidentes da natureza. Pode-se mesmo dizer que nessas reivindicações o "limite natural" é, não só ignorado, mas visivelmente contrariado. Com efeito, ao passo que os comissários espanhóis pretendem que a linha divisória deve passar, quando muito, aproximadamente pelas cabeceiras do Jacuí, cortar as águas da lagoa dos Patos e atingir o oceano em um ponto da costa ao norte do Rio Grande, de maneira que as terras a oeste dessa raia caiam na demarcação de Castela, os portugueses, de seu lado, querem que o meridiano em questão corra a uma distância de 13 ou 14 léguas para o ocidente de São Gabriel, e neste caso, não apenas a Colônia do Sacramento, mas partes de Entre-Rios, Corrientes, a própria Buenos Aires, e mais ao norte extensas faixas de terra à margem direita do rio Paraguai sejam adjudicadas à sua Coroa.

A possibilidade de alcançar, através de entendimento recíproco e amigável, alguma solução relativamente satisfatória para ambas as partes, e nesse caso se tornaria dispensável o recurso à Santa Sé, esvaiu-se inteiramente desde que os geógrafos e cosmógrafos castelhanos se firmaram no empenho de excluir os lusitanos inteiramente do estuário. No máximo, porque desejassem evitar a restituição, ainda que temporária, chegavam a tolerar, todavia sem grande convicção, que em vez de cair na altura da lagoa dos Patos chegasse o meridiano até a altura do cabo de Santa Maria, ao norte da ilha dos Lobos, de qualquer modo fora da boca do rio da Prata.

Ora, essa mesma concessão, ditada por um ânimo conciliatório, ainda era de todo insuficiente para Portugal, que pretendia abarcar, na demarcação de sua Coroa, todo o Prata, quando menos, talvez, sua margem esquerda. O fortim, que tinham erigido em face de Buenos Aires e não em Montevidéu, por exemplo, ou em Maldonado, mais próximos do desaguadouro do rio e melhor indicados para uma povoação duradoura, já mostraria esse desígnio, se a escolha do sítio não tivesse sido ditada por outra consideração, mais válida naquele tempo do que o moderno conceito de fronteira natural.

A verdade é que nem o Prata, atingido na costa norte e só muito mais tarde abandonado, nem o Amazonas, francamente ultrapassado, e desde cedo, tinham sido originariamente aceitos pelos políticos, cosmógrafos e cartógrafos portugueses como lindes extremas das terras de sua Coroa no Novo Mundo. E quando em meados e na segunda parte do século XVIII se revelaram afinal imprestáveis, os velhos ajustes de Tordesilhas ainda não seriam substituídos por alguma coisa que se assemelhasse àquela concepção teleológica onde os obstáculos geográficos parecem erigidos adrede para apontar aos monarcas as verdadeiras balizas que a Natureza impôs aos seus reinos e sim por outra noção mais profana, a do *uti possidetis*, que toma em consideração principalmente os fatores históricos e políticos.

Que razões seriam essas, porém, mais eficazes do que o desejo de alcançar, da banda do sul, as fronteiras "naturais" de suas possessões, que teriam movido os portugueses, tão longamente e com tamanho afinco, a querer absorver as regiões cisplatinas? A primeira razão, e provavelmente a mais poderosa, devia prender-se à conveniência de recuperação do comércio de Buenos Aires, tão rendoso em outros tempos e trancado logo em seguida à Restauração.

A miragem da conquista de Buenos Aires e do Potosi

Já não se tratava, agora, de realizar a miragem megalômana daqueles visionários que, depois de 1640, chegaram a admitir a captura do porto mal guardado de Buenos Aires e povoado em grande parte de portugueses, como primeiro passo para a própria conquista do Potosi. É bem certo que esse grandioso sonho não se desvanecera de todo nos 40 anos seguintes e o mais curioso é que entre os próprios castelhanos não faltava quem admitisse semelhante intento entre os portugueses e até quem o julgasse realizável.

Assim é que, num informe do Padre Diego Altamirano, o procurador-geral da Companhia de Jesus nas províncias do Rio da Prata, dava-se como certo, ainda em outubro de 1683, que o desígnio às vezes declarado

dos portugueses era apoderarem-se das ditas províncias e assim do Paraguai, com todas as reduções e cidades nele existentes, que tinham como coisa própria, chegando alguns, mais exaltados, a alargar sua ambição até as minas do Potosi: neste sentido o Governador D. Manuel Lobo já teria levado instruções secretas sobre como haveria de ganhar os índios, oferecendo-lhes donativos, agasalho e isenção de tributos. E em 1699, uma representação da cidade de Buenos Aires onde se pede licença a S. M. Católica para a expulsão dos portugueses alojados em São Gabriel diz que, se não for oposto um paradeiro à malícia e aos manejos daquela gente, em pouco tempo cresceria a tal ponto a Colônia do Sacramento, que se tornaria uma das maiores povoações da América: "y de pequeña sentella no apagada en principios pasará al rayo que ensienda y devore todo este Reyno del Peru."

Necessidade de comércio com Buenos Aires

Mais modestos em geral, ou mais discretos, os documentos oficiais portugueses da época não revelam essa desvairada cobiça. Os principais responsáveis pela fundação do presídio estariam longe de ver a necessidade de tamanho esforço e tão duvidoso, pois que, mesmo sem Buenos Aires e apenas com um estabelecimento a pouca distância desse porto, acessível ao comércio franco ou clandestino, a ambicionada prata de Potosi chegaria, como em outros tempos, às praças do Brasil e do Reino.

A experiência do muito que aproveitara o comércio platino aos comerciantes portugueses sob o reinado dos Filipes e ainda as funestas conseqüências que advieram de sua paralisação bastariam para dar razão aos que reclamavam esse ou outro expediente capaz de revivê-lo. Precisamente o Rio de Janeiro, a cujo governo ficara sujeita a Colônia do Sacramento, era a praça mais vivamente afetada por aquela paralisação. Demonstra-o, entre outros fatos, o notável declínio ali verificado nos preços do arrendamento dos dízimos. Segundo os dados que apurou e recentemente publicou o Professor Mario Rodriguez, da Universidade de Yale, os preços da arrematação dos dízimos, que antes da Restauração chegavam a 110.000 cruzados e mesmo a 155.000, desceram, para o triênio de 1641-43, a 100.000 e para o de 1644-47, a 77.000.

"O declínio", prossegue esse historiador, "continuou durante os anos de 50 e, por volta de 1665, era difícil encontrar quem arrematasse o contrato por mais de 66.000 cruzados. Esse nível iria perdurar até que os portugueses estabelecessem a Colônia do Sacramento no estuário do Prata. Pode-se observar, talvez, que os preços não baixaram num ritmo tão contínuo, como se há de deduzir desses números, pois do contrário mal se

explicaria a C. R. de 10 de dezembro de 1648, onde el-Rei D. João IV agradece à Câmara do Rio de Janeiro e ainda ao Governador Duarte Correia Vasqueanes a diligência da primeira e o zelo deste em fazer com que subisse o preço do arrendamento do contrato dos dízimos (e dos vinhos). Contudo, o aumento verificado para o triênio de 1648-50 não altera, senão passageiramente, o ritmo descendente, que de fato volta a registrar-se nos períodos seguintes.

Concorrência à produção brasileira de açúcar

Que a presença de um estabelecimento fixo na orla do rio da Prata permitiria a recuperação ao menos parcial das vantagens perdidas era idéia que se impunha sem dificuldades na época e não apenas às autoridades lusitanas. Holandeses, franceses – mais tarde também ingleses – já se tinham compenetrado, com ou sem razão, do valor estratégico e econômico de uma base de operações no estuário platino e chegaram a cogitar por vezes em ver concretizada a idéia. Os últimos, os ingleses, obterão mesmo, de Filipe V, a concessão para seus assentistas de uma faixa de território que, aliás, nunca seria demarcada na região do Prata.

A realização de projeto semelhante por parte do regente e depois rei, D. Pedro de Portugal, é inseparável, no entanto, de um amplo programa que visa a valorizar a colônia americana. A ruína progressiva da principal fonte de riqueza do Brasil era tão alarmante nesses tempos, que se impunham, cada vez mais, o inventário, o aproveitamento e a multiplicação de todas as possibilidades atuais e latentes na colônia. Na primeira metade do século, o acréscimo na produção de açúcar da América portuguesa, com o conseqüente declínio dos preços, servira de obstáculo praticamente insuperável a qualquer concorrência. Os totais correspondentes ao açúcar português, isto é, brasileiro, adquirido só na Inglaterra, chegaram a somar, por vezes, mais de cem mil libras anualmente. É em seguida à Restauração, e principalmente depois da expulsão dos holandeses, que esse panorama ameaça transformar-se rapidamente.

Barbados em 1640, Jamaica em 1660, ou um pouco mais tarde, já são produtores importantes, embora devam, por algum tempo ainda, enfrentar a concorrência brasileira nos mercados britânicos, que força uma considerável baixa nos preços do gênero. Mas, em 1669, o conhecido autor mercantilista Josiah Child, que assinala esse declínio, já pode afirmar que as 100 ou 120 mil caixas de açúcar transportadas pelas frotas do Brasil se tinham reduzido a 30 mil, com o aumento da produção de Barbados: os mascavos e panelas brasileiros achavam-se, segundo a mesma fonte, eliminados, não só do mercado inglês, como de toda a Europa, ao passo que o

branco ia sofrendo tamanha competição que os preços, em muitos casos, tinham baixado de mais de cinqüenta por cento. E a baixa continuaria nos anos seguintes, até 1685, pouco mais ou menos, quando o açúcar das Antilhas inglesas expulsou o brasileiro da Grã-Bretanha e de toda a Europa Setentrional.[1]

A crise que, afetando gravemente esse "nervo e substância" do Brasil, como se costumava dizer, constituía séria ameaça para toda a economia portuguesa – pois o açúcar, já em 1655 o dissera Manuel Severim de Faria, é "o maior rendimento que agora tem a coroa de Portugal" – aguçara-se justamente ao tempo de D. Pedro, coroado só em 1683, mas desde fins de 1667 senhor do governo. Esse período coincide, por sua vez, com uma série de iniciativas que mostram claramente uma tendência nova na administração das possessões de ultramar.

Transferência dos interesses portugueses na Ásia para o Brasil

Ameaçada e quase já perdida a Ásia portuguesa em proveito de estrangeiros, que, no entanto, haviam sido desalojados da América, era plausível admitir que para este Novo Mundo se voltassem agora, de preferência, as atenções das autoridades do reino. Engrandecendo o Brasil, esses mesmos governantes ajudariam, além disso, a conservar a África e particularmente Angola, tal a mútua dependência em que se achavam um e outro Estado no negócio dos escravos.

Não eram novidade, por outro lado, os confrontos entre a Ásia e o Brasil, em que a colônia americana, relegada de início a segundo plano, já ganhava a palma. Mas o certo é que em 1618, quando o Brandônio dos *Diálogos das Grandezas* tentou provar que o Brasil era mais rico e dava mais cabedal, com menos dispêndio à Fazenda de Sua Majestade, do que o Oriente, ainda se mostrava muito forte a atração dos tesouros da Índia e muito nova a competição das potências européias para que seus argumentos convencessem. Já em 1644, apesar de parcialmente em mãos holandesas, não parecia excessivo dizer do Brasil um português, como de fato o

[1] *Apud* RALPH DAVIS, "English Foreign Trade, 1680-1700", *The Economic History Review*, VII, 2 (Londres, dezembro 1954), p. 152. Estes dados merecem, todavia, melhor exame. Assim, se a produção açucareira de Barbados já é importante em 1640, não deveria ser objeto de exportação lucrativa. Segundo informações apuradas por Lippmann, o primeiro embarque da ilha para a Inglaterra registrou-se, de fato, em 1646 e o preço alcançado pelo produto não permitiu sequer o pagamento do frete. Cf. EDMUND VON LIPPMANN, *História do Açúcar*, trad. bras., II (Rio de Janeiro, 1942), p. 144. São seguramente exagerados os totais de 100 a 120.000 caixas de açúcar que, segundo Child, iam antes nas frotas do Brasil.

disse Antônio Pais Viegas, que "he só o que oje temos". Mas a idéia de ganhar-se no Brasil o que na Índia se perdia, em outras palavras, de converter o Brasil numa outra Índia, só há de amadurecer bem mais tarde.

Ao Padre Antônio Vieira, que não sabia deter-se em coisas miúdas, já ocorrerá lembrar a D. João IV um meio a seu ver infalível de se arruinarem as navegações que faziam os holandeses à Índia, e consistia em fazer transplantar para o Brasil tudo quanto fosse planta de especiarias, principal atrativo daquelas navegações. Quando existissem dessas plantas em abundância no Novo Continente, era só levar o produto a Portugal, com viagem e dispêndio muito menores do que os da carreira da Índia, de sorte que se venderia a muito menor preço, ficando perdidos os holandeses e aquela conquista restaurada sem disparo de um mosquete.

Dando embora menor ênfase a esta última conseqüência, que a Vieira parecia necessária e infalível, é o mesmo remédio para as dificuldades do tesouro português que vai sugerir Duarte Ribeiro de Macedo nas suas *Observações sobre a Transplantação dos Frutos da Índia ao Brazil*. Com cravo, pimenta, canela e todas as mais drogas que produz a Natureza e a Arte cultiva nas partes do Oriente, o Brasil ganharia uma riqueza mais útil e menos custosa do que as "minas de Potosi e Sofala", escreve, e acrescenta: "Trar-se-hão com dois mezes de Navegação a Lisboa, colhidas de primeira mão, aonde as virão buscar todas as Nações da Europa, convidadas do bom preço, e da bondade dos generos; porque a facil Navegação os trará mais puros, bem acondicionados, e mais baratos; será unicamente nosso Commercio delles, com a differença de que não nos hão de custar sangue no Brazil, nem os naufragios que nos custa a Navegação delles da India..."

Seria preciso mais para que o Brasil e com ele Portugal se levantassem do abatimento em que se iam prostrando com a perda de mercados para seu açúcar? Parecia calhar admiravelmente o projeto naquele ano de 1675 em que Macedo escreveu suas *Observações*, que provavelmente foram bem recebidas em Portugal pelos responsáveis dos negócios de ultramar. O fato é que oito anos depois, em 1683, a primeira planta de canela levada para a Quinta do Tanque, na Bahia, já andava tão crescida que se podia chamar árvore, e de cinco chegadas mais tarde quatro estavam bem arraigadas; outro tanto sucedendo com 10 ou 12 pés de pimenta-da-índia, que iam trepando pelas estacas onde se arrimavam.

O mesmo fato que Antônio Vieira assim testemunhava na cidade do Salvador, fazendo votos para que aumentasse essa nova riqueza, e com ela o Brasil e Portugal, um seu companheiro de roupeta, castelhano, porém, e adverso ao estabelecimento de S. Gabriel, não deixava de relacioná-lo ao

plano confesso dos portugueses de ganhar na América, e porventura a expensas de seus vizinhos espanhóis, o que iam perdendo no Oriente. Também ele, o Padre Diego Altamirano, procurador da Companhia nas províncias do Rio da Prata, Tucumã e Paraguai tinha visto, de passagem, na Bahia, aquelas plantinhas de canela e pimenta, e suas informações a respeito, dadas em 1683, em Buenos Aires, foram julgadas dignas de figurar entre uns extratos de notícias ali recopiladas e que visavam a comprovar os desígnios imperialistas de Portugal.

De seu informe, que se pode ler no documentário reunido por Carlos Correa Luna sobre a *Campaña del Brasil*, publicado em 1931 pelo Arquivo Geral da Nação, de Buenos Aires, consta que, em conversa com os portugueses, no Brasil, ouvira destes que já não viam utilidade nas Índias Orientais e só mesmo razões de Estado faziam com que as conservassem. Por isso, acrescentava, trouxeram muitas árvores de canela e pimenta, que entregaram aos padres da Companhia, na Bahia de Todos os Santos, e ele, Altamirano, as vira, "y estavan ya las plantas crecidas". Dessa forma preparavam-se para, com o tempo, "dejar la Yndia y poner todo su conato en adelantar sus fuerças y conquistar adelante del Brasil en la America".

Como sinal das intenções agressivas dos portugueses citava ainda o Padre Altamirano, no mesmo informe, o povoado feito pelos paulistas na serra do Maracaju, distante apenas 400 léguas da Colônia do Sacramento e capaz de comunicar-se com esta por via fluvial. Dispondo desses dois postos avançados, que, à maneira de uma praça aberta na direção de Potosi, mostravam bem qual seria o propósito do governo de Lisboa, achava o padre que, se os castelhanos não tomassem providências oportunas, bem cedo encontrariam pela frente um adversário perigoso.

Entrava, sem dúvida, grande exagero nas suspeitas do procurador da Companhia no Rio da Prata. O arraial dos paulistas no Maracaju, primeiro passo decisivo de uma investida que resultará, depois, no descobrimento das minas de Cuiabá e Mato Grosso, surgira como simples iniciativa particular e à revelia do Governo de Lisboa, que logo desaprovou sua fundação. De iniciativa oficial são, aproximadamente pela mesma época, outras medidas que parecem denotar, geralmente, o desejo de uma recuperação econômica de Portugal através do Brasil, como as que modificam o sistema das cobranças, reduzem a extensão das sesmarias e determinam a devolução das que não fossem aproveitadas, estabelecem um tributo ou foro, não sobre o dízimo, mas sobre a terra não utilizada, incrementam o cultivo da mandioca ou estimulam a exploração do salitre.

De muitas dessas medidas mal se pode dizer, aliás, que denunciam a existência de um programa previamente traçado em todas as suas minúcias. Varnhagen, que chama a atenção para o prurido de legislar, característico, sobretudo nesse momento, da administração colonial portuguesa, nota como, ignorantes, muitas das autoridades, das verdadeiras condições do Brasil, revogam amiúde as mesmas ordens que a princípio tinham dado, mostrando em tudo uma hesitação dificilmente compatível com a arte de bem governar.

A esse empenho, que em todo caso revelam, de uma rápida valorização da América portuguesa, pelo reconhecimento de suas riquezas encobertas, numa ocasião em que escasseava atrozmente o numerário, sustava-se o trabalho nos engenhos de cana e diminuíam a olhos vistos as rendas do Estado, prendem-se também outras providências de maior vulto. Assim, em 1672, dava-se patente de governador das sesmarias a Fernão Dias Pais, e em 1673 era nomeado D. Rodrigo de Castelo Branco para examinar as pretensas minas de prata de Itabaiana; mais tarde, o mesmo D. Rodrigo, espanhol de nascimento e afeito às pesquisas minerais no Peru, teria o cargo de provedor-mor e administrador-geral das minas de Paranaguá e de Sabarabuçu.

É possível que a alguns portugueses mais ou menos visionários, no estilo do Padre Vieira, não fosse de todo estranho o pensamento de ver alargadas as terras americanas de sua Coroa na direção de Potosi. Nada indica, no entanto, que esse plano gigantesco entrasse seriamente nas cogitações das autoridades. Ao contrário de uma expansão imperialista à custa do Prata e do Peru, o que parece estar então na mente do Governador lusitano e o que indicam muitas das suas providências, cujo bom sucesso se patentearia em breve com os descobrimentos de ouro das Gerais, ocorridos ainda no reinado de D. Pedro, é o intento de ver convertido o Brasil numa nova Índia e num outro Peru.

São Gabriel: entreposto receptador de prata contrabandeada

Nesse intento cabia, talvez mais modestamente do que o supunham muitos castelhanos, a fundação do presídio na orla do Rio da Prata, bem em face de Buenos Aires. Confiada de início a Jorge Soares de Macedo, parente de D. Rodrigo de Castelo Branco, e que com este devia colaborar, a empresa tinha certamente em mira, entre outras coisas, a prata do Potosi, mas alcançada por via de comércio, não por meio da conquista. A possibilidade de retomar-se, através do estabelecimento de São Gabriel, aquele intercâmbio lucrativo com o castelhano, sustado desde os tempos da Restau-

ração, aparece, aliás, relacionada com a iniciativa platina e não só em textos oficiais da época.

Já se lembrou, nestas páginas, como o desfalecimento daquele comércio se refletiu no constante declínio das ofertas para a arrematação dos dízimos na praça do Rio de Janeiro, que de 110 e 155.000 cruzados a que tinham chegado antes de 1640, tinham caído para menos de 70.000 cruzados a partir de 1665, segundo apurou o Prof. Mario Rodríguez. E é significativo que, para o triênio começado em 1680, conforme assinala o referido historiador, o contrato dos dízimos alcançou de súbito a soma de 93.500 cruzados e, em 1686, chegou a 140.000. Na própria carta onde o Governador Duarte Teixeira expõe a S. M., em 28 de julho de 1684, os grandes obstáculos que se oferecem à conservação da Nova Colônia, uma das causas do pessimismo está nisto que, apesar de aptas para a lavoura e a criação de gados, senão as terras de São Gabriel, onde se acham os portugueses, ao menos as de Maldonado, não via meios de iniciar-se por ali o trato e comércio com os de Buenos Aires, que dizia ser o "imtento prinçipal" da fundação.

É preciso notar que os castelhanos do Rio da Prata, ou de Lima, além de não alimentarem quaisquer ilusões sobre esse intento dos lusitanos, pareciam longe de participar do mesmo ceticismo quanto às perspectivas do comércio. Lembravam, por exemplo, que, embora o artigo 9º do tratado provisional declarasse expressamente que ficava em vigor a proibição do comércio por mar e por terra, assim dos portugueses, como dos castelhanos, em Buenos Aires, os artigos 7º e 8º onde se permitia que os vizinhos deste último porto continuassem a utilizar o sítio de São Gabriel, como já o faziam antes de erigir-se o presídio do Sacramento, na costa e na campanha, podendo servir-se ali do gado, madeira, caça, pesca, lavores de carvão, ou mesmo assistir em boa paz e amizade, o tempo que quisessem, com os portugueses, e assim também se consentia que os navios de S. M. Católica se valessem do surgimento para ancoragem e querena, tudo isso sem necessidade de consentimento ou licença de quem quer que fosse, porque assim o haviam acordado ambos os Príncipes, destruíam tacitamente todos os efeitos da referida proibição. Pois como impedir que em rio tão dilatado e em campos tão abertos os portugueses, podendo dispor de quantas embarcações quisessem, não entrassem a comerciar com os castelhanos, divididos como se achavam, estes, pelas muitas léguas que separavam entre si as suas fazendas?

Isso mesmo ponderava D. José de Garro, o antigo Governador de Buenos Aires, em carta de 3 de fevereiro de 1682 ao vice-rei do Peru, D.

Melchior de Navarro y Rocafull, onde propunha as dúvidas que se ofereciam para a execução do tratado entre as Coroas de Portugal e da Espanha sobre a restituição da Colônia. Com a liberdade que agora se dava para a comunicação entre os habitantes de Buenos Aires e os portugueses da costa norte do estuário, parecia-lhe que se admitiam implicitamente o trato e comércio, apesar das proibições expressas, de modo que, introduzindo-se esse negócio, a princípio com alguma cautela e paliado pelas necessidades, tomaria ao cabo proporções extraordinárias e de perigosíssimas conseqüências. O pior, a seu ver, era que, através do capitulado, arriscava-se S. M. Católica a perder, finalmente, Buenos Aires, porto e porta das Índias de Castela, e o próprio Peru.

Escrevendo, por sua vez, a Carlos II, o vice-rei endossava plenamente, em carta de 14 de abril do mesmo ano, as apreensões manifestadas por D. José. Os inconvenientes apontados pelo antigo governador pareciam-lhe inevitáveis, se a colônia se conservasse em mãos portuguesas, sendo notório que o governo lusitano não queria ter povoado naquele palmo de terra senão para fazer feitoria, com o comércio livre a todas as nações. Assim, não se poderia impedir que do mesmo povoado se introduzissem no Peru mercadorias de todo gênero, perdendo-se, em pouco tempo, o comércio de Espanha, por ser impossível custear-se a vinda dos galeões.

Este último perigo, quem o assinala com viva ênfase, valendo-se de argumentação impressionante, se não de todo verossímil, é ainda o Padre Diego Altamirano, da Companhia de Jesus, na mesma carta onde, dando seu testemunho sobre as primeiras experiências para a introdução de caneleiras e pimenteiras da Índia na Bahia, alude ao desejo dos portugueses de dar agora ao Brasil as atenções que outrora lhes mereceram as Índias Orientais e com maior proveito para sua Coroa.

Pretendia, em suma, o procurador dos jesuítas que, dispondo do sítio e povoação de São Gabriel a que já denominavam Terra Nova, como se a tivessem por coisa sua e para sempre, os mesmos portugueses dariam aos castelhanos todos os gêneros de que precisavam estes, por metade do preço que lhes custavam os dos navios de Castela, e duas vezes mais baratos do que as mesmas mercadorias trazidas nos galeões para Lima, já que tinham de correr quase mil léguas por terra. Ao lado disso, cabia considerar que ganhariam dobrado o valor da prata, posto que valia esta oito reais em Buenos Aires e subia a 16 no Brasil. O resultado era que todos os moradores das províncias do Rio da Prata, Paraguai e Tucumã haveriam de comprar os gêneros aos portugueses, e certamente os de Cuyo, os do Chile e ainda os de Potosi, Charcas, e outros lugares, porque, recebendo-

as pela via de Buenos Aires, os teriam a custo mais módico do que se chegassem através de Lima.

Um dos maiores inconvenientes de se permitir que prosseguisse a povoação dos portugueses na margem esquerda do Prata estava, assim, em que um comércio tão fechado aos próprios castelhanos ficaria aberto apenas aos primeiros e, indiretamente, ou não, a franceses, ingleses e holandeses. Pois parecia evidente ao jesuíta que os navios "de permissão", quer dizer aqueles que a tivessem para ir de conserva com as frotas – e nesses casos só podiam legalmente comerciar nos portos para onde havia licença –, não achariam meio de vender suas mercadorias, salvo se as deixassem a preços tão módicos, ou mais, quanto as dos portugueses.

Se esse "principal intento" que movera Portugal a estabelecer a Colônia do Sacramento alcançou aquele bom sucesso que dele se esperava, e que tanto preocupara os vizinhos castelhanos, é lícito duvidar. Contudo, mereceria novo exame e porventura uma revisão, a crença, partilhada por muitos dos historiadores que vêem na empresa de São Gabriel um expediente destinado sobretudo ao reinício do comércio com Buenos Aires, de que semelhante intento resultou ao cabo em completo malogro.

O próprio Duarte Teixeira Chaves que, mandado a restaurar o presídio e povoado, se mostrara de início tão incrédulo a respeito dessas possibilidades comerciais, dificilmente se conservaria fiel a tal parecer, pois, a julgar por informações de contemporâneos, não saiu ele próprio com as mãos limpas dos negócios em que pessoalmente se envolveu com os de Buenos Aires. De uma das memórias que a el-rei dará o Senado do Rio de Janeiro muito mais tarde, a 28 de novembro de 1711, sobre os ataques franceses àquela cidade, consta mesmo que o dito Duarte Teixeira, indo a reedificar a Nova Colônia, vendeu em proveito próprio ao castelhano muitas munições, armas e outros materiais que ia receber, havendo-se em todo o seu governo com exorbitantes negócios, segundo constou de sua residência.

Essas acusações parecem corroboradas no informe já citado do Padre Altamirano, onde se lê que o referido Governador tornou depois muito contente ao Rio, dos seus tratos com os castelhanos de Buenos Aires, aos quais teria vendido "quantas mercadorias levara, e voltava cheio de prata". Por seu lado, o mesmo D. José de Herrera, sucessor de Garro no Governo de Buenos Aires, que no primeiro momento se mostrara apreensivo com a vizinhança dos portugueses, acabou por admitir um comércio de contrabando com eles, através da própria Guardia de San Juan, que mandara fundar a cinco léguas da Colônia do Sacramento, para impedir sua expansão.

É certo que, se antes de 1642 contavam os comerciantes lusitanos com o auxílio e cumplicidade, em Buenos Aires, de seus inúmeros co-nacionais ali estabelecidos, tantos que, segundo o dirá um governador espanhol – e isso ainda em 1668 –, não podiam eles ter por inimigos os moradores daquele porto, "pues todos son unos", sendo os dali tão portugueses quanto os do Brasil "por no aver seis casas que no les toque enteramente ó mas de mitad", a situação se acharia agora bastante modificada, com a absorção ou a expulsão de muitos desses elementos. Grupos poderosos tinham-se formado, além disso, no decurso do tempo, que se opunham por interesse próprio a esse intercâmbio, outrora tão florescente. De qualquer modo a lembrança das grandes vantagens alcançadas através desse comércio era bastante viva para voltar a alimentá-lo até certo ponto, apesar da vigorosa oposição que lhe moviam os interesses da Coroa de Castela.

Não é certamente sem razão se historiadores como R. de Lafuente Machain admitem que a fundação da Colônia, prejudicial, muito embora, aos direitos territoriais da mesma Coroa, foi benéfica a Buenos Aires, chamando "todo o comércio de uma vastíssima zona, atraído pela facilidade e o proveito oferecidos pelo seu intercâmbio."[2] Os prejuízos que o estabelecimento português iria causar ao fisco espanhol hão de ser, com efeito, uma das razões manifestas do empenho com que S. M. Católica se esforçará mais tarde por desalojá-lo ou reprimir suas atividades.

A verdade é que, mesmo depois de D. José de Herrera e sob administradores menos transigentes do que ele, não cessarão as queixas contra o prejuízo que aos interesses comerciais de Castela acarretava aquela presença lusitana à margem esquerda do estuário. Que eram justificadas essas queixas, demonstram-no as sucessivas ordens mandadas de Espanha aos governadores de Buenos Aires para que coíbam o prosseguimento dos tratos e contratos com os moradores da Colônia.

Numa Real Cédula dirigida em 11 de maio de 1722 ao Governador D. Bruno Maurício de Zavala, pretende-se, por exemplo, que as somas enviadas de Potosi ao Prata logo desaparecem, passando-se para a

---

[2] Aludindo à Colônia do Sacramento escreve ainda LAFUENTE MACHAIN: "Para los vecinos de Buenos Aires, bajo el punto de vista económico, fué el principal acontecimiento de la vida colonial; ellos necesitaban vivir del producto de sus tierras, única fuente de sus entradas, y ante da imposibilidad de aprovecharlas por la via designada por el Rey, se vieron en la necesidad de comerciar con los portugueses, "por falta de providencias", como lo dice el cabildo en carta a S. M. fechada el 11 deciembre de 1699, y para ello nada mejor y mas al alcance de sus manos que la Colonia, con sus vastos almacenes, donde recogian los frutos de nuestras campañas y entregaban los articulos europeus y los negros de Angola."

Colônia dos portugueses em contínuas lanchas utilizadas pelos vizinhos da cidade para a compra de mercadorias. Ordena-se, assim, ao Governador, como "tão repetidas vezes lhe tem sido ordenado", que não permita comércio algum com os portugueses, castigando severamente os infratores da ordem, para que não se experimente um prejuízo tão grande como o que resulta do fato de passar para o outro lado do estuário toda a prata chegada ao porto.

Em 23 de fevereiro de 1738 queixava-se ainda o então Governador de Buenos Aires de que a Colônia do Sacramento servia de armazém, não apenas para o comércio dos portugueses, como de outras nações estrangeiras, especialmente da inglesa, segundo o mostrava o contínuo vaivém das pequenas embarcações de navios de "Asiento" de negros, que entravam naquela praça mesmo nos tempos de guerra e bloqueio. Numa carta da mesma época, redigida pelo Capitão-de-Fragata Don Juan Antonio de Colina, que fora prisioneiro dos portugueses, lê-se que, constando a Colônia de apenas 400 vizinhos, lá iam todos os anos 30 navios portugueses de tamanho médio, cheios de carga, os quais raramente deixavam de arribar a Montevidéu, com o pretexto do mau tempo.

Dizia mais este último informante que, tendo cessado semelhante comércio durante a guerra, diversos mercadores portugueses foram levados à bancarrota. Essas mesmas notícias puderam ser apuradas pelo referido capitão, segundo testemunha, devido às boas relações que mantivera com os administradores da Alfândega do Rio de Janeiro, ao tempo em que se achara naquela cidade como prisioneiro.

Tais fatos levaram o governo de Buenos Aires a pedir a Sua Majestade Católica pronto remédio contra os prejuízos e as desordens que padeciam seus vassalos devido a tamanho intercâmbio. De outro modo, logo se veriam quase perdidos os castelhanos e despojados de suas fazendas por essas usurpações contínuas dos portugueses, que, mesmo em épocas de paz, ameaçavam assim os interesses da Coroa e o comércio de todo o reino do Peru.

Apesar da oposição surgida entre colonos castelhanos do Prata, mormente entre jesuítas e mesmo criadores de gado, contra esse comércio clandestino, é mais do que provável que entre os mesmos colonos haveria largos e influentes setores interessados no prosseguimento do contrabando. Não devem impressionar muito os textos onde se apóiam, ainda hoje, as presunções em contrário, pois, segundo carta do Secretário de Estado do Reino, Marco Antônio de Azevedo Coutinho, a Gomes Freire de Andrada, datada de 28 de maio de 1744 e impressa recentemente pelo Sr.

Jaime Cortesão entre os documentos relativos a Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri, os mesmos que no Rio da Prata faziam e provocavam o contrabando, na Espanha, para afetarem zelo, acusavam os portugueses de serem os únicos autores dele.

Não duvidavam o Governador do Rio de Janeiro, nem o Secretário de Estado que muita da prata levada anualmente nas frotas a Lisboa provinha dos vassalos de Espanha e, o que era mais, de seus ministros, embora pudesse entrar grande exagero no ruído que se fazia na Europa a respeito. Em 1747 queixava-se D. José de Carvajal ao embaixador português em Madri de que a cada ano eram desviados das possessões de Castela pela Colônia do Sacramento cinco ou seis milhões de patacas. E como lhe perguntasse o Visconde de Vila Nova de Cerveira como podia ele saber que o contrabando feito no Rio da Prata podia importar aquelas grandes somas, retrucou o negociador espanhol do Tratado de Madri que no Peru se tiravam todos os anos o melhor de seis milhões em prata, que desses raríssimas vezes ia porção considerável nas frotas da Índia e que feitas as averiguações concluíra-se que a diferença ia para o comércio ilícito. Admitia, aliás, D. José que os espanhóis eram os mais culpados nesse contrabando e que tinham interesse maior na conservação da Colônia, o que demonstravam, entre outras coisas, os grandes cabedais levados de Buenos Aires pelos governadores e oficiais de el-rei Católico.

Segundo Alexandre de Gusmão, no Discurso onde defende os interesses que redundariam para S. M. Fidelíssima na execução do Tratado de Madri, foi sobretudo a guerra encerrada em outubro de 1748 com o tratado de Aix-la-Chapelle, o que alertou os espanhóis para as "grandes somas de prata que se extraíam de seus domínios pela Colônia do Sacramento", e para a inutilidade das providências tomadas até então com o fito de se remover o contrabando. Pensa, como Azevedo Coutinho, que as notícias acerca de tais descaminhos e também do comércio que se fazia nos portos castelhanos de mercadorias levadas através do Brasil, longe de serem diminuídas, eram, ao contrário, "referidas com toda a affectação imaginavel pelos oficiais a quem toca evitar os ditos contrabandos, na attenção de que se lhes não imputem omissões".

O abandono da posição no Prata em favor de outras cedidas pelos castelhanos

É apesar disso, e é sobretudo por isso, que o santista advoga o abandono pelos portugueses da posição ocupada no Prata, em favor de outras, como as que lhes cederiam os castelhanos no Rio Grande à margem oriental do Uruguai. Senhores estes dos mais portos e companhias do Rio da Prata, de uma e de outra banda, dispondo, além disso, de

centros estratégicos e de abastecimento nas vizinhanças, toda e qualquer disputa ali lhes seria ao cabo vantajosa, como bem o demonstravam sucessos ainda recentes. E quem seria tão ingênuo para admitir que, sabedor agora do quanto perdia com o estabelecimento português, o espanhol fosse dormir, descuidado de seu interesse, apesar das vantagens com que contava?

Não negava Alexandre de Gusmão que os portugueses retirassem grandes vantagens de seu presídio e povoado do Rio da Prata. Apenas julgava que, por via diplomática, estava sua Coroa em situação de alcançar iguais vantagens, ou maiores em outros lugares pela simples entrega de uma faixa de terra que, segundo os tratados, "tem Hespanha nas nossas mãos, o titulo de Emphiteutico para o haver todas as vezes que quizer".

O remédio que agora propunha era, em verdade, o mesmo que, da parte castelhana, tinha sugerido quase 70 anos antes o Padre Altamirano em seu informe, sem imaginar o detrimento que dele resultaria para seus confrades, convidados afinal a deixar a margem oriental do rio Uruguai, com todos os móveis e efeitos, levando ainda os índios para os aldear em outras terras da Coroa de Castela. A proposta de Altamirano, feita numa época em que, despovoadas as primeiras missões do Tape por efeito das incursões dos paulistas, conservaram-se os mais dos padres na banda ocidental, admitira que se comprasse ou trocasse por outra coisa, a situação que os portugueses tinham alcançado na margem norte do estuário. Isso, porém, no caso em que Sua Santidade, a quem estava confiada a última palavra sobre o pleito, sentenciasse que "a linha mental lhes dava algo do Rio da Prata".

Alexandre de Gusmão, que certamente desconhecia semelhante proposta,[3] descobre essa "outra coisa", pela qual se deveria trocar a Colônia, na área onde agora se achavam os chamados Sete Povos das Missões. E depois de apontar mais uma vez para as somas consideráveis que a Portugal custara o presídio do Sacramento, sem que fosse dado recobrá-las, trata de acentuar a importância das terras que agora lhe são dadas. "As dilatadíssimas Campanhas que se compreendem dentro da demarcação que nos fica são capazes de sustentar muitas mil pessoas: na criação de Vacarias, bestas muares e cavalares, se farão opulentos os que tomarem

[3] Mas conhecia ao menos as estipulações do tratado de 6 de fevereiro de 1715, assinado em Utrecht, por onde a Colônia do Sacramento é restituída a Portugal, renunciando S. M. Católica a todos os seus direitos e reclamações (arts. 5 e 6), com a condição única de poder oferecer, dentro do prazo de ano e meio, um equivalente, que el-rei de Portugal aceitaria ou não pelo dito "território e Colônia".

este modo de vida: navegando os seus couros e carnes para os portos do Brasil, e os mais animais terão huma grande saida para o serviço das povoações, onde tem delles necessidade."

Assim, um negócio que teria tido quando muito um papel secundário na fundação da Colônia, isto é, o aproveitamento do gado alçado existente entre aquela parte e os lugares já povoados ao sul da Capitania de S. Vicente, passava agora para o primeiro lugar. É certo que a causa aparentemente mais importante daquela fundação não ficava esquecida, pois não seria menor ali "o negocio que se entreteria com os Hespanhoes de Buenos Ayres, Santa Fé, Paraguay e Correntes, aos quaes sempre faria conta vir buscar os nossos generos para o provimento de suas cazas e para os irem vender a outras provincias".

Essas razões já deixam entrever como o estabelecimento platino, por alheio que parecesse à evolução interna da América portuguesa, teve ao cabo um efeito positivo sobre sua expansão geográfica no sul. Ainda que se desconte a circunstância de ter servido ele como base para cessões territoriais por parte da Espanha, prometidas em 1750, canceladas em 1761, definitivamente asseguradas a partir de 1801, foi de qualquer maneira um estímulo para a conservação, o alargamento e o povoamento de uma área que, parcialmente penetrada, em épocas anteriores, por iniciativa de audaciosos aventureiros, marcará ao cabo as lindes austrais do Brasil atual.

Confronto entre a expansão territorial no norte e sul do Brasil

Quase se impõe um confronto entre o processo de incorporação dessas terras aos domínios lusitanos e o que fora anteriormente a expansão no extremo norte. Aqui, a costa arenosa que se estende ao sul de Santa Catarina, lá uma região árida e inóspita, formada, para além do Paraíba, pelo Rio Grande do Norte e, em grande parte, pelo Ceará, pareciam opor barreiras naturais à maior extensão da colonização portuguesa. Para realizá-la, fazia-se mister saltar sobre esses obstáculos, em busca de lugares mais hospitaleiros. Foi o que fizeram os luso-brasileiros, rumando, de um lado, para São Luís do Maranhão, do outro, para o Rio da Prata.

Nos dois postos avançados deveram os portugueses enfrentar a oposição de povos rivais: no Maranhão os franceses, ainda mal plantados no lugar e confinados, por assim dizer, à ilha onde tinham fundado uma fortaleza e povoação, na Colônia do Sacramento os castelhanos que, de longa data estabelecidos na região do estuário, tinham meios mais seguros de opor-se à intromissão lusitana em terras que reivindicavam para sua Coroa. E se aqui, cerceados pela vizinhança do espanhol e ameaçados constantemente por ele, tiveram de contentar-se com uma simples fortale-

za e, quando muito, com uma espécie de entreposto de contrabando praticamente isolado, por terra, do restante de seus domínios americanos; lá, vencido o reduto dos intrusos, nada mais se oporia, de modo insuperável, a um avanço para a boca do Amazonas e, para além do Amazonas, que de fato se verifica logo em seguida à conquista.

Há ainda um aspecto por onde se distingue bastante o processo de expansão sobre as duas regiões extremas. No norte, a participação de elementos já largamente familiarizados com a terra, alguns deles mamelucos, como o próprio Jerônimo de Albuquerque, outros longamente afeitos ao trato, à língua, aos costumes do gentio, como Diogo de Campos Moreno, tiveram papel decisivo no alargamento do território luso-americano. Naturalmente interessada nessa expansão, a metrópole tratou de confirmar e amparar um movimento que se processaria, por assim dizer, espontaneamente, tanto que seus agentes mais graduados, como Cristóvão de Moura, tudo faziam para lisonjear os capitães mestiços, evitando cautelosamente ferir-lhes as suscetibilidades. Mesmo no litoral áspero que separava a Paraíba do Maranhão, aqueles homens, senhores dos segredos da terra e habituados a todas as privações, tinham sabido utilizar-se das enseadas capazes de fortificação e povoamento, ao mesmo tempo em que tratavam de chamar a simpatia dos principais indígenas que poderiam colaborar para o bom sucesso da empresa, ou ao menos não estorvá-lo. Seguros, assim, do lado do sertão, puderam, no litoral, improvisar uma linha de estabelecimentos estrategicamente situados, os quais, dispersos, embora, e pouco estáveis, supriam, ainda assim, a dificuldade de comunicações.

No extremo sul, ao contrário, dependera toda a iniciativa da ação oficial. De São Paulo, terra de muita mestiçagem com índios e cujos moradores, além do hábito das longas jornadas no sertão, se tinham celebrizado na luta contra o castelhano, recrutou-se uma grande parte dos expedicionários para a fundação da Colônia. Mas até onde poderia mostrar sua verdadeira capacidade, numa empresa que a rigor permanecia indiferente a seus interesses, confiada ao capricho de capitães emboabas, essa gente tradicionalmente alheia a toda sujeição que não lhes fosse insuflada pela necessidade de superar os rigores do sertão, as surpresas do gentio contrário, ou a resistência de catecúmenos, mestiços e eventualmente crioulos espanhóis, afeiçoados em todo caso, como ela, à milícia da terra?

O que pareceu seduzir os paulistas, na expedição, foi a notícia divulgada pelas autoridades de que se tratava de uma nova jornada a Sabarabuçu ou a Paranaguá. Muitos só vieram a saber na ocasião do embarque ou já a bordo dos navios e sumacas que se destinavam a uma terra incógnita e de

atrativos que lhes escapavam. Convidados, assim, com enganos, quando não engajados literalmente para o serviço da Coroa, não os levara à aventura platina um esforço verdadeiramente espontâneo como o que movera em grande parte os pernambucanos e paraibanos à conquista do Maranhão e da Amazônia.

Sentiam-se naturalmente atraídos e aqui se haviam com incomparável denodo pelas promessas do sertão longínquo e pouco acessível aos europeus. É certo que, aos poucos paulistas e vicentistas iam estabelecendo seus postos avançados no sul e mesmo no litoral sul, em direção ao Rio da Prata. Mas tal movimento, este realmente espontâneo e, quando muito, animado pela Coroa, que se empenhava em que seus vassalos se antecipassem aos castelhanos na posse efetiva daquelas terras, era necessariamente vagaroso e disperso. Depois de povoados Paranaguá e Curitiba, São Francisco do Sul, a ilha de Santa Catarina, Laguna, as duas últimas simultaneamente, ou quase, com a fundação do presídio platino e uma, ao menos, relacionada em seus inícios com essa fundação, marcam, ao terminar o século, os extremos da expansão paulista naquelas partes.

Colonização do Rio Grande do Sul

Da Laguna, a mesma corrente deveria infletir, depois, mais para sudoeste, se quisesse fugir, em seu progresso, à estéril desolação daquela costa. Fazia-se mister, contudo, que sua gente ainda rala experimentasse radical mudança nos gêneros de vida a que se habituara, passando da lavoura e da pesca ao pastoreio. Essa mudança principiou, aliás, na própria Laguna onde, já nos primeiros anos do Setecentos, são assinaladas as prósperas criações de Domingos de Brito Peixoto, povoador da terra. Só em 1725, porém, verifica-se a trasladação em larga escala de lagunistas para o Rio Grande, onde povoam, logo em seguida, os campos de Viamão.

Por sua vez a Colônia do Sacramento, suscitada à revelia e a distância dessas correntes migratórias que se tinham esgalhado principalmente de São Paulo, tendia a permanecer o que desde o princípio fora: uma criação artificial e mais ou menos caprichosa, sem grande nexo com as outras dependências da Coroa de Portugal nesta parte do mundo. Obtida, não pelas armas, mas pela força de contingências internacionais, é em geral fora da América, nos campos de batalha e nos tratados diplomáticos do Velho Mundo, que se decide a própria conservação daquele trato de terra em mãos lusitanas. Para sobreviver, precisaria inserir-se num amplo arcabouço, ainda inexistente, e só possível com o estabelecimento de numerosos colonos lusitanos no continente de São Pedro e, pelo menos, em toda a banda oriental do rio Uruguai, que ainda a separam do Brasil.

Alguns projetos de particulares, tendo em vista essa ação colonizadora, como, em 1728, o de Frei Antônio da Trindade, carmelita natural de São Paulo, que vivera na Laguna e no Desterro, ou como outro, de 1735, encaminhado a Lisboa por intermédio do Brigadeiro José da Silva Pais, que governava o Rio de Janeiro na ausência do Capitão-General Gomes Freire de Andrada e dava muito calor a esses planos, ou são logo frustrados ou não chegam a ter efeito. Quem vai efetuá-los, e por expressa incumbência do governo português, é o próprio Brigadeiro Silva Pais. Antes de ir em pessoa ao Rio Grande, autorizara ele o estabelecimento naquelas partes do aventureiro Domingos Fernandes de Oliveira, que se oferecera para arrebanhar o gado do pampa, com seu bando de lagunistas e desertores, de modo a cortar o aprovisionamento dos espanhóis que já assediavam a Colônia do Sacramento. Falhara, porém, esse plano de Domingos Fernandes que, no cumprimento de sua missão, foi surpreendido e aprisionado pelos inimigos.

A incumbência dada a Silva Pais incluía aliás a chefia da expedição de socorro mandada à Colônia e que deveria ocupar a praça de Montevidéu. Já à entrada desse porto verificaram, porém, os expedicionários a dificuldade de efetuar-se com bom êxito a operação, lavrando-se nesse sentido um termo, a bordo da nau capitânia, com a data de 15 de janeiro de 1737. Já socorrido o presídio, tanto por obra dos portugueses como pelas dissensões surgidas entre os adversários, pensou ainda Silva Pais em desembarcar tropas e levantar fortificações em Maldonado, com o que poderia assenhorear-se da garganta do estuário, mas esse intento foi constantemente obstado pelas correntes e os ventos contrários. Por fim passou ao Rio Grande de São Pedro, onde desembarcou em fevereiro seguinte, tomando posse do sítio no dia 19 desse mês.

O lugar agora escolhido tinha menos probabilidades de suscitar controvérsias do que, por exemplo, o de Montevidéu, já ocupado em 1723, e abandonado, pelas tropas da Colônia – o que dera motivo, logo depois, à fundação ali de um povoado castelhano – ou o de Maldonado, quando cessassem as hostilidades no Prata, o que só se verificará em setembro de 1737. Embora incluído na demarcação de S. M. pelos comissários espanhóis às conferências de Elvas-Badajós, achava-se o porto do Rio Grande a tão breve distância do meridiano traçado pelos mesmos comissários, que era possível esperar certa transigência do governo de Madri quando se apresentasse a sua posse pelos portugueses como coisa consumada.

O fato é que as autoridades castelhanas acharam talvez de melhor aviso esquivar-se no momento a novos atos de hostilidades, não dispondo, como efetivamente não dispunham, de bases estratégicas que lhes permi-

tisse obstar, com seguro êxito, mais essa "usurpação" lusitana de terras de sua Coroa. Não faltaram, apesar de tudo, protestos e queixas contra as atividades de Silva Pais, acusado, pelo Governador de Buenos Aires com apoio em testemunhas fidedignas, não apenas de ter ocupado o dito porto com sítios de Curral Alto e a Serra de São Miguel, como de ter atraído ao povoado, por esse meio e diligência, todo o gado vacum e cavalar daquelas cercanias, isto é, mais de 180.000 vacas e de 120 a 140.000 cavalos. O mais grave é que, mesmo depois de publicada a cessação das hostilidades, tinha mandado edificar uma fortaleza em pentágono regular com 28 canhões montados, além de guarnecer a courela entre a Lagoa Mirim e o mar, com o que podia impedir a passagem dos espanhóis, e de fazer tratos de amizade com os índios Minuanos.

Ainda no ano da posse do Rio Grande chegarão ali, mandados, a pedido do brigadeiro, pelo Capitão-General Gomes Freire de Andrada, os primeiros "casais de número", oriundos do Rio de Janeiro e de aldeias vizinhas, como São Gonçalo. A essas famílias e aos soldados da expedição inicial vão juntar-se novos elementos, aquelas "várias marzuelas" que o próprio Silva Pais, tendo regressado ao Rio em março de 1738, envia já em abril do mesmo ano para irem buscar estado. Da Laguna tinham seguido aproximadamente uns 20 homens para se aplicar nas obras de fortificação da barra. Duzentos índios casados chegam de São Paulo, especialmente das aldeias de São Miguel e Barueri, aumentando, por essa forma, o núcleo inicial. Novas levas, da Laguna, do Rio de Janeiro, da Colônia do Sacramento, acrescentam-se sucessivamente a esses, formando a base originária da população local.

Mais significativa é, sem dúvida, a contribuição dos casais açorianos, que principiam a chegar 10 anos mais tarde, dando um caráter próprio e quase único no Brasil ao povoamento do Rio Grande e também da ilha de Santa Catarina. O ano de 1752 parece marcar o ponto alto dessa imigração: ao primeiro grupo de 106 famílias, que desembarcam em abril, reúnem-se até agosto outras 75. Nem todas permanecem no chamado "Presídio": algumas são estabelecidas, esse mesmo ano, no chamado Porto dos Casais, que só em 1773 receberá o nome de Porto Alegre, outras, destacadas primeiramente para as Missões, estacionam em 1755 no Rio Pardo e em 1757 em Santo Amaro. É de crer, todavia, que já antes do Tratado de Madri, se achariam instaladas famílias de ilhéus na vila do Rio Grande, pois o historiador Aurélio Porto encontrou, assinalados nos livros de assento de batismo, casais procedentes dos Açores que ali se encontravam em 1749.

Os estabelecimentos de lagunistas e ainda de paulistas e curitibanos que, do norte da Lagoa dos Patos, em volta do Viamão, se expandem rapidamente, chamados pela fartura de gado, tão rapidamente que já em 1734 se contam 27 grandes estâncias desde o Tramandaí até o Rio Grande, "assim de éguas como de vacas", completam-se, pois, com um outro núcleo, para o sul da mesma Laguna, servindo ambos ao intento de ocupação efetiva do continente de São Pedro. Lá os interesses particulares, amparados ou não no estímulo oficial, aqui a iniciativa direta dos governos terão em suma o mesmo efeito de melhor assegurar aquela ocupação.

Abertura de caminho terrestre do Brasil à Colônia do Sacramento

As comunicações por via terrestre entre a Colônia do Sacramento e o Brasil que de certo modo corrigissem o insulamento em que se encontrava o presídio platino foi outro problema que desde cedo despertou o zelo das autoridades. Sabe-se que já os primeiros encarregados da fundação da Colônia tinham chegado a São Paulo com o intuito de efetuar por terra a jornada até o Rio da Prata e para isso esperavam o concurso dos moradores daquela vila, acostumados de longa data a diligências semelhantes. Foram, entretanto, as advertências dos mesmos paulistas, que julgavam quase impossível tamanho percurso em muito menos de dois anos, com o aparato de uma expedição de tal monta, que os levaram a optar pelo trajeto marítimo.

Dos soldados de D. Manuel Lobo consta que alguns, desertando do estabelecimento, chegaram a São Paulo por terra. E em 1703 o mesmo percurso é descrito num roteiro de Domingos de Filgueiras, que levara quatro meses, incluídos os dias em que as muitas chuvas o obrigaram a deter-se, para ir da Colônia até Laguna.

Só 25 anos mais tarde vão dar-se os primeiros passos para a abertura parcial do caminho, confiada pelo Governador Caldeira Pimentel, de São Paulo, ao Sargento-Mor Francisco de Sousa e Faria. Saiu este de Santos numa sumaca, levando 35 homens, entre brancos e índios e depois de passar pelos portos de Paranaguá, São Francisco do Sul e a ilha de Santa Catarina, onde foi recrutando mais gente, seguiu por terra a Laguna e alcançou, pouco mais de quinze léguas ao sul, o rio Araranguá. Aqui, no sítio chamado dos Conventos, deu começo, em 11 de fevereiro de 1728, à abertura do caminho que deveria levar aos Campos Gerais de Curitiba.

À custa de enorme esforço, tanto que, já à altura da Serra, desamparado de muitos que o acompanhavam, teve de esperar pelos novos reforços mandados pedir ao Governador de São Paulo, pôde finalmente chegar a Curitiba em 8 de fevereiro de 1730, dia de Nossa Senhora da Luz, pa-

droeira da vila. O trabalho de Francisco de Sousa será rematado e melhorado logo depois pelo Capitão Cristóvão Pereira de Abreu que, achando-se na Colônia do Sacramento ao tempo dessa diligência e sabedor dela, saíra ao encontro do mesmo sargento-mor que ainda achou na Laguna, onde conseguiu resolver as dificuldades surgidas entre ele e o capitão-mor da vila.

Interessado no mesmo serviço, volta Cristóvão Pereira imediatamente à Colônia e dela sai com 800 cavalgaduras, chegando em outubro de 1731 ao porto, onde se há de fundar seis anos mais tarde o Presídio do Rio Grande. Passa em seguida a Santos e a São Paulo, onde consegue interessar o Governador Caldeira Pimentel no seu projeto de explorar o novo caminho e, com o liberal auxílio que dele recebeu em gente, armas, munições e ferramentas, vai por sua vez ao rio Araranguá de onde, procurando encurtar o trajeto, aparta-se mais da serra para a campanha e, passados 13 meses, alcança a vila de Curitiba.

Na relação que escreveu a pedido do Padre Mestre Diogo Soares pretende Cristóvão Pereira que teria feito em menos de um mês essa jornada que lhe custou mais de um ano, se não fosse seu empenho de deixar o caminho "na última perfeição com estivas, canoas em rios e mais de 300 pontes". Levava ainda perto de três mil cavalgaduras, entre as suas e as de particulares que o acompanhavam, e quase 500 vacas que mandara colher nos campos, o que, sem dúvida, também contribuiu para a demora. Chegado a São Paulo em 1733, passou depois a Minas, onde aparece dois anos depois. Declara que só as cavalgaduras entradas em sua companhia renderam mais de dez mil cruzados à Régia Fazenda.

Dos notáveis préstimos de Cristóvão Pereira há de valer-se ainda o Conde de Sarzedas, novo capitão-general de São Paulo, que sucede a Silva Caldeira, mandando-o, agora com patente de coronel de ordenanças, a aliviar a Colônia do Sacramento do cerco em que estava posta pelos castelhanos. Em quatro meses, aproximadamente, faz ele todo o percurso entre São Paulo e o porto do Rio Grande, onde chega em fins de setembro de 1736, tendo passado dessa vez pelo Viamão, de onde Francisco de Brito Peixoto abrira um primeiro caminho até o referido porto. Trata de comunicar-se então com a gente da Colônia e passa a agir contra os índios das Missões que, mesmo de longe, auxiliavam vigorosamente o assédio da praça. Acha-se de novo no Rio Grande, ao sul do canal, quando ali surge o Brigadeiro Silva Pais para a fundação do presídio, e colabora ativamente na sua defesa e sustento.

Criação e distribuição de gado vacum, eqüino e asinino

No discurso sobre o Tratado de Madri alude Alexandre de Gusmão ao "excessivo número de mulas e machos que aqueles países produzem, onde de ordinário valem três ou quatro pesos, e o grande número de rios navegáveis que descarregarão suas águas na Lagoa Mirim facilitaria muito as conduções, especialmente sendo todo o mais caminho por campanhas rasas, abundantes de ribeiras e caças, com o que faz a jornada cômoda aos viajantes". É sobretudo à diligência de Cristóvão Pereira de Abreu que se deve a revelação agora de tais facilidades e do proveito que delas poderia resultar, não só a particulares como à Fazenda de Sua Majestade.

Sorocaba, passagem obrigatória dos comboios de animais, irá converter-se no posto natural de distribuição deles para São Paulo, mas principalmente para as Minas Gerais, e até para as capitanias do centro e norte. Ao lado dos vacuns e mais dos eqüinos, de criação lícita e incrementada, vão chegar ainda os asininos, cuja introdução é malvista pelas autoridades coloniais portuguesas: os antigos inventários de São Paulo só excepcionalmente se referem à presença deles e dos muares, e o mesmo com certeza acontece nas outras partes do Brasil.

Ainda em 1761 ordena expressamente uma Carta Régia que não se dê despacho algum "a machos e mulas, e que mais antes pelo contrário, todos e todas as que se introduzirem depois de publicada essa total proibição deles, sejão irremediavelmente perdidos e mortos, pagando as pessoas em cujo poder se acharem, a metade do seu valor para os (que) denunciarem da clandestina introdução deles e que nas mesmas penas incorrerão as pessoas que uzarem de semelhantes cavalgaduras passado o ano que para o consumo das que tiverem, se lhes concede". O motivo direto dessa ordem parece ter sido a preferência que, nas Minas Gerais especialmente, se costumava dar aos híbridos e o receio de que, de tal preferência, resultasse a progressiva diminuição no número de cavalos.

Mas a medida não podia sustentar-se muito tempo. Tão elevado era, já então, o número de machos e muares, que o remédio sugerido poderia ter as mais funestas conseqüências. Em junho de 1762 representam os oficiais da Câmara da cidade de São Paulo a el-rei D. José I, expondo que a C. R. do ano anterior, referente à extinção de muares, era muito prejudicial para seus vassalos da América, desde o Rio de Janeiro até o sul e também para o patrimônio real, porque os ditos animais são indispensáveis ao serviço de condução nas comarcas de São Paulo, Goiás e Minas Gerais. Acrescentam que, além de mais possantes que os cavalos, os muares tinham mais longa vida e alimentação mais barata. Ao lado disso, se o

transporte passasse a ser feito por cavalos, seria necessariamente menor a carga a pagar direito de entrada que se fosse feito por muares, com o que ficaria lesada a Régia Fazenda.

Diziam mais os camaristas que, para os comboeiros, seria essa medida causa de total ruína, já que não tinham meios para a aquisição de novas cavalgaduras em lugar das antigas que perdiam. Poderia dar-se que a medida das autoridades beneficiasse os criadores de cavalos dos sertões do Piauí, Bahia ou Pernambuco. Para as comarcas de São Paulo, porém, ou de Goiás e Minas Gerais, ela só poderia ser altamente nociva, pelo que pediam os requerentes que el-Rei a não mandasse cumprir.

No mesmo sentido representaria a Sua Majestade, em agosto de 1762, a Câmara da vila de São Pedro do Rio Grande, expondo que o decreto sobre a extinção dos muares prejudicava altamente os fazendeiros do sul, que viviam da criação de gado e principalmente de muares. A saída de vacuns, regulada pelo consumo, era muito limitada. Também a criação de cavalos não dava grande lucro, e se a medida tivesse inteira execução a maior parte das estâncias seria abandonada, com a conseqüente diminuição dos dízimos. Poderiam acrescentar os autores da representação, como já o tinham feito os camaristas de São Paulo, que os muares enviados a Minas Gerais pagavam direitos desde o registro de Viamão até a comarca do Rio das Mortes, e deixando de entrar esse dinheiro não entraria também nos reais cofres.

As queixas ou os argumentos dos autores das representações parecem ter impressionado os conselheiros de Sua Majestade. Dois anos mais tarde era, com efeito, revogada a proibição. Livre agora desse estorvo, a invasão de burros e burras passa a fazer-se em rápida escala. Não há em São Paulo quem, dispondo dos recursos e habitações necessárias, hesite em ir buscar animais no Viamão ou mais lugares do sul, gastando de ano e meio a dois anos na viagem de ida e volta até Sorocaba, onde se realizam os negócios.

Sorocaba e o desenvolvimento socioeconômico do centro-sul do Brasil

Com as feiras sorocabanas, assinala-se uma nítida etapa no desenvolvimento da economia e da sociedade do centro-sul do Brasil. Os grossos cabedais que nelas se apuram tendem a suscitar uma nova mentalidade nas populações. O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e talvez o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se sem violência. O gosto da aventura que admite, e não raro exige, a agressividade, encaminha-se pouco a pouco para uma ação mais disciplinadora. Ao fascínio dos riscos e da turbulenta ousadia substitui-se, agora, o amor às iniciativas corajosas e que nem sempre dão

imediato proveito. A atração da pecúnia, alcançada a longo prazo, vence o interesse pela rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma vontade mais paciente do que a do bandeirante ensina a medir, calcular oportunidades, contar sempre com os danos e as perdas possíveis.

Tudo isso vai afetar eminentemente uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e, no íntimo, quase tão avessa à mercancia, quanto às artes mecânicas. Contudo, não convém exagerar demais a transformação que o influxo de novas atividades promete realizar. Há na figura do tropeiro paulista, como na do curitibano, do rio-grandense, do oriental, do correntino, do santa-fecino, uma dignidade sobranceira e senhorial que revela ainda a presença de uma tradição inconciliável, a rigor, com a moral capitalista. A dispensa muito freqüente de outra garantia nas transações além da palavra empenhada, que se atesta quando muito no gesto simbólico de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se melhor com as noções feudais de lealdade do que com o conceito "moderno" de honestidade e crédito comerciais.

Também falta, no caso desses homens, o ascetismo racionalizante que, ao menos em suas origens, parece inseparável do ideal burguês. O amor ao luxo e aos prazeres domina, e dominará por muito tempo, esses indivíduos rústicos, que ajaezam suas cavalgaduras de ricos arreios onde se destacam metais preciosos, ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, no jogo, nos teatros, de sorte que Sorocaba vive mais intensamente, por esse lado, nos tempos de feira, do que muita capital de província.

Ninguém duvida que a ocupação a que se entregavam esses negociadores de animais era, em muitos aspectos, produtiva e útil à coletividade. Mas o espírito em que a conduziam tendia a mascarar de qualquer forma sua feição utilitária e, em suma, era menos de bufarinheiros do que de barões. A ostentação da capacidade financeira vale aqui por uma demonstração de coragem ou força física. Ao menos nisto, e também na aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores, o tropeiro ainda pertence à família bandeirante.

CAPÍTULO VI

OS TRATADOS DE LIMITES

A irradiação luso-brasileira e os conflitos nas fronteiras do norte e do Prata

A BASE física do Brasil, ao principiar o século XVIII, era profundamente diversa daquela que, mesmo numa interpretação liberal do Tratado de Tordesilhas, fora assentada no diploma de 1494. A expansão ao longo do litoral levara ao Oiapoc, no norte, e ao Prata, no sul. O *rush* do ouro estava determinando a ampliação da área oeste do mesmo modo por que a "droga do sertão" explicava a façanha da incorporação do mundo amazônico. Toda uma geografia nova, política, social e econômica se estava escrevendo na América portuguesa, fosse por ação livre ou decisão pessoal de sertanistas, fosse por obra e graça de política oficial metropolitana. Essa alteração no quadro físico da colônia era uma elaboração de certo modo veloz que conduzirá, todavia, a conflitos de soberania entre luso-brasileiros e hispano-americanos.

As autoridades hispano-americanas vinham procurando impedir que essa irradiação luso-brasileira constituísse um episódio, capaz de pôr em xeque a presença da potência peninsular. No episódio da Colônia do Sacramento ficara perfeitamente evidenciado esse estado de espírito dos governantes espanhóis, alarmados com a extensão da obra de penetração e de ocupação que partia do Atlântico, das bases montadas pelo velho Portugal e seus súditos na Sul-América. Na verdade, porém, o esforço maior, mais imediato e possivelmente mais seguro, era o que efetuavam os jesuítas a serviço de Espanha. Montadas as aldeias no Paraguai, em Chiquitos, em Moxos, em Maynas e no Orinoco, haviam criado uma linha de fronteira, perfeitamente organizada, inclusive no aparelhamento militar, no particular do Paraguai, de Chiquitos e de Moxos, para as emergências bélicas que surgiam e a que era preciso fazer frente. Nos momentos difíceis, o hábito era um apelo aos contingentes indígenas preparados nas missões, sempre dispostos, sempre prontos para a conjuntura.

O esforço ou a intenção portuguesa visava à manutenção desse novo estado de coisas. A expansão não podia ser sacrificada com um recuo que importasse perdas substanciais de territórios que haviam sido descobertos e constituíam agora um campo de exploração econômica definida e necessária aos mercados coloniais e metropolitanos. Havia, seguramente, um propósito oficial português nesse particular, principalmente a começar do reinado de D. Pedro II.

Em 1681, negociara-se um ajuste entre as duas Coroas a propósito do Prata. O Tratado Provisional nesse ano firmado (7 de maio) pusera termo momentâneo às dificuldades, reconhecendo a Espanha, a Portugal, o direito de possuir ali uma posição. As conferências de Elvas e Badajós, com a tentativa de mediação do Papa, não tinham surtido o mesmo efeito. A questão da Colônia apresentava-se grave. Muito mais grave que a presença portuguesa no vale amazônico, onde a Espanha se vinha mostrando mais compreensiva ou talvez displicente. As dificuldades de acesso à região e o desencanto que proporcionara com a pobreza em metais preciosos de certo modo contribuíam para esse desinteresse. Não ocorria o mesmo no caso do sul. Portugal no Prata significava o acesso da Inglaterra, era o contrabando que brechava a política monopolística de Espanha, o perigo iminente sobre os depósitos de prata do Potosi. A posse ou a preia dos rebanhos de gado das campinas uruguaias eram igualmente importantes, constituindo um motivo da disputa.

Acontecimento europeu, no entanto, ia provocar o agravamento do conflito, exigindo negociações para definir soberanias e encerrar um dissídio profundamente perigoso ao futuro dos territórios ultramarinos. Esse acontecimento era a sucessão de Espanha. Portugal mantivera-se, no primeiro momento, fiel aos compromissos com a França, reconhecendo, como rei de Espanha, Filipe V. Mudando de posição, voltara à aliança com a Inglaterra, na base do Rei Carlos III, que aquela nação sustentava. A conseqüência primeira do entendimento com a França refletia-se na América. Seja no tocante à fronteira com os territórios franceses, seja quanto ao Prata.

No norte, os franceses de Caiena, de longa data, tentavam empossar-se dos trechos da chamada Guiana brasileira, isto é, o trecho do território entre o Amazonas e o Oiapoc, a chamada Costa do Cabo do Norte. Como no sul, Portugal teimava no propósito de permanecer na região, opondo-se tenazmente a incursões que os franceses realizavam. As negociações para decidir no pleito fracassavam. Em 1700, no entanto, Portugal e França se entendiam, após uma negociação em que os títulos por-

tugueses foram apresentados maciçamente, mas nem por isso servindo para garantir os direitos invocados, uma vez que as duas nações acordaram pelo chamado Tratado Provisional, firmado a 4 de março, que, em certos aspectos, valia como uma neutralidade da zona. Os fortes de Araguari e Macapá seriam demolidos, os comerciantes franceses poderiam prosseguir nas suas atividades lucrativas, as missões permaneceriam como estavam. Um outro Tratado, firmado em 1701, a 18 de julho, considerou definitivo o anterior.

Quanto à fronteira platina, nesse mesmo ano de 1701, sob os auspícios da França, Portugal e Espanha entenderam-se. O Tratado, assinado a 18 de junho, assegurou a Portugal a Colônia, que os espanhóis se obrigavam a não pleitear mais, desistindo de todo e qualquer direito que porventura sustentassem sobre ela e áreas circunvizinhas.

A guerra que em disputa ao trono de Espanha se seguiu veio modificar a situação, que parecia segura quanto aos aspectos americanos. O regresso de Portugal à aliança inglesa levara a uma participação direta do reino nos sucessos militares. E na Sul-América o eco fora imediato. Os hispano-americanos de Buenos Aires, numa ação vigorosa, lançaram-se à conquista da Colônia, de que conseguiram apoderar-se em 1705.

A solução dos problemas criados pela expansão luso-brasileira, evidentemente, não podia ser mais encontrada através da negociação restrita a eles. Os problemas europeus tinham de ser considerados. E só no decorrer das discussões à volta das questões européias poder-se-ia chegar a uma decisão. Essas discussões travaram-se em Utrecht. Visavam à paz da península e a um ponto final para o caso da Coroa espanhola. Filipe V era reconhecido rei de Espanha.

Os tratados em que Portugal foi parte direta assinaram-se em 1713 e 1715. O primeiro, com a França, a 11 de abril, e o segundo, com a Espanha, a 6 de fevereiro. Pelo primeiro, os franceses desistiam de suas pretensões sobre a Costa do Cabo do Norte até o Amazonas e confinavam-se a uma fronteira fixada no Oiapoc. Pelo segundo, os espanhóis devolviam a Colônia e a reconheciam como soberania portuguesa. Como negociadores de Portugal tinham tido atuação admirável os embaixadores João Gomes da Silva, Conde de Tarouca, e D. Luís da Cunha. Essas negociações haviam sido realizadas sob duras provas. Portugal tivera de defender os seus títulos, os seus interesses, com muita decisão. Em vários momentos, periclitara a aceitação de seus direitos sobre as duas fronteiras. A expansão parecia agora reconhecida, legitimada, sendo ultrapassado, por não ter sentido atual, o que se estipulara em Tordesilhas. É preci-

so atentar, porém, ao fato de que em Utrecht nada fora assentado acerca da fronteira no oeste, que era imensa e para onde convergiam, ininterruptamente, sertanistas de todos os recantos do Brasil e gentes que chegavam de Portugal. O *rush* do ouro crescia de impetuosidade, do mesmo modo por que se intensificava, sob apoio e determinações, expressas de Lisboa, a busca aos produtos naturais no vale amazônico. A expansão processava-se, aumentando a base física e criando, portanto, novos motivos para os conflitos encerrados com os diplomas de Utrecht. A fronteira platina, convém insistir, constituía o ponto nevrálgico de toda a questão de limites ou de conflito de soberania. E tanto assim que foi ela o motivo das constantes preocupações do Conselho das Índias que pouco se apercebia do avanço luso-brasileiro no vale amazônico ou sobre as aldeias do Paraguai, de Chiquitos e de Moxos.

Renovação do conflito sobre a posse do Prata

Em 1735, um ataque espanhol, partido de Buenos Aires, sobre a Colônia, fez renascer, em tom dramático, a gravidade da situação. Já na península, a essa altura, o desacato sofrido pelo embaixador português Pedro Álvares Cabral criara o desentendimento entre as duas monarquias. A intervenção amistosa da França conseguira, contudo, impedir que se marchasse para uma guerra, assinando as duas nações, em Paris, um armistício a 16 de março de 1737. A Colônia permaneceria em mãos portuguesas. Negociações posteriores definiriam a soberania sob quem devia permanecer. Os espanhóis do Prata, na interpretação que davam ao Tratado de Utrecht, sustentavam que apenas a Colônia pertencia a Portugal. Os territórios vizinhos eram espanhóis. Assim, todo o imenso espaço formado pelo que é hoje o Uruguai permanecia sob soberania espanhola. A interpretação portuguesa era diferente. O que se assentara em Utrecht atribuía a Portugal, além da Colônia, mais aqueles territórios. Esses territórios não haviam sido ocupados. Aproveitando-se do erro que os vizinhos cometiam em não se instalarem ali, os platinos já se haviam estabelecido nos sítios de Montevidéu e Maldonado, cortando as possibilidades de uma expansão luso-brasileira naquela direção. E o resultado foi que, em 1737, cedendo à evidência do erro, o Brigadeiro José da Silva Pais, cumprindo instruções de Gomes Freire de Andrada, Vice-Rei do Rio de Janeiro, lançava os fundamentos do Rio Grande, criando a base inicial da ocupação dos territórios interiores onde se fazia intenso comércio de gado e onde os grupos paulistas realizavam contínuas incursões que era preciso assegurar através de posições permanentes. Desse modo, impedia-se o avanço espanhol e se dava cobertura à penetração bandeirante, afirmando-se, claramente, a decisão de manter os

territórios sulinos sob soberania portuguesa. Perdia-se o Uruguai, mas ganhava-se o Continente de São Pedro do Rio Grande.

O armistício, celebrado em 1737, não valia, no entanto, suficientemente para dirimir os conflitos que separavam as duas nações rivais. A expansão em Mato Grosso e na Amazônia prosseguia sem cessar. No Rio Grande, a penetração bandeirante, o estabelecimento de civis e militares, a montagem de estâncias realizava-se com maior pressurosidade, numa evidenciação clara dos propósitos portugueses. Grupos de civis ilhéus eram mandados para a empresa da colonização permanente.

Visando ao futuro por ordem de Lisboa, efetuou-se um inquérito minucioso e profundo sobre as áreas fronteiriças, possibilidades econômicas, condições defensivas, características geográficas, condições que distinguiam os territórios sob domínio inequívoco da Espanha. Os governantes espanhóis de Buenos Aires, agarrados a uma interpretação acanhada, mas que lhes servia aos interesses, continham os moradores da Colônia no âmbito da praça, impedindo que por qualquer motivo dela saíssem. Realizavam um bloqueio total.

Negociações e firmação do Tratado de Limites (1750)

A ascensão ao trono espanhol de Fernando VI, casado com a infanta portuguesa D. Maria Bárbara, veio criar condições novas para um entendimento sereno entre os governos peninsulares. Ademais, passavam os negócios das relações exteriores da Espanha às mãos de um homem que compreendia a conveniência desse entendimento e da cessação da luta na América. Esse homem era D. José Carvajal y Lancaster. No tocante à posição portuguesa, era um brasileiro, o santista Alexandre de Gusmão, secretário do Rei D. João V, quem tinha a seu cargo o encaminhamento da matéria. Preparara-se para a conjuntura. Membro do Conselho Ultramarino, por suas mãos passavam todos os assuntos referentes à América portuguesa. Ninguém conhecia, como ele, os problemas dos limites do Brasil. A solução podia vir de maneira definitiva.

As negociações foram realizadas sigilosamente. Representou Portugal o Embaixador Tomás da Silva Teles, Visconde de Vila Nova Cerveira. Ostensivamente o assunto foi orientado pelo Secretário de Estado, Marco Antônio de Azevedo Coutinho. Na realidade, porém, tudo constituíra realização pronta e decisiva de Gusmão. Começaram em 1746 as operações diplomáticas. Portugal iniciou-as, através de conversações mantidas entre o Embaixador e o Ministro. Carvajal desejava libertar o Prata dos perigos da presença inglesa. Uma aliança com Portugal seria grande solução para pôr fim a todas as querelas. A Colônia podia ser trocada por outro trecho

do território. E, no mais, que cada um conservasse o que possuía, ajustando entre si os interesses e necessidades sobre este ou aquele trecho de território. As propostas, idas e vindas, foram examinadas cautelosamente. D. José mostrava-se intransigente na defesa do princípio de que as duas margens do Prata deveriam permanecer sob soberania espanhola. Insistia na velha tese da linha marcada no Tratado de Tordesilhas. Argumentava com o excessivo que lhe parecia a expansão realizada pelos luso-brasileiros no sul, no oeste e no norte. Gusmão, na réplica, defendia a caducidade do diploma de 1494, que fora ultrapassado no decorrer da expansão, de certo modo mansa, constante e definitiva como empresa de ocupação. Ademais, se os portugueses e seus descendentes brasileiros efetuavam a façanha do descobrimento e da ocupação dos espaços interiores sul-americanos em detrimento de possíveis ou discutíveis direitos da Espanha, como defender a tese sem reconhecer que a Espanha, nas Molucas, realizara façanha igual, ocupando indevidamente o que, pelo diploma caduco, devia pertencer a Portugal?

A primeira exposição do assunto partiu de Carvajal, em julho de 1747. Pleiteava um acordo sobre os limites mais controvertidos, ficando para depois a solução definitiva e a conveniência das compensações territoriais, partindo-se, todavia, do que fora expresso em Tordesilhas.

A memória portuguesa, de resposta, sustentou a necessidade de se traçarem limites definitivos, desprezados os títulos de Tordesilhas, aceitando-se, como legítimas, as ocupações realizadas por cada uma das nações litigantes, preferidos limites traçados pelos acidentes fisiográficos, reconhecendo-se a Portugal o domínio sobre as terras adjacentes à Colônia do Sacramento e passando-se por fim à negociação de compensações, tendo em vista os interesses mercantis e de segurança das duas nações na região platina.

O debate prosseguiu partindo-se daqueles aspectos propostos nas duas primeiras manifestações oficiais. De Lisboa, trabalho de Alexandre de Gusmão, veio um projeto de Tratado. A idéia das compensações e do reconhecimento da posse efetiva foi tomando corpo. Onde seriam, porém, as compensações? Na bacia amazônica, sugerira Gusmão. Carvajal pensara no pagamento de 150.000 pesos pela desistência da Colônia. Cogitou-se da fronteira em Mato Grosso, onde ocorrera o *rush* do ouro. Finalmente, as atenções convergiam para a zona dos Sete Povos das Missões. Portugal cederia a Colônia, recebendo o trecho missioneiro onde florescia a civilização criada pelos jesuítas.

D. José Carvajal, a essa altura dos entendimentos, entrou a oferecer a

maior resistência. A expansão portuguesa fora demasiada e o que se desejava agora era ainda mais absurdo. Outro ponto que preocupava o ministro espanhol era a vizinhança portuguesa de Orinoco. A expansão luso-brasileira na Amazônia parecia-lhe profundamente prejudicial aos interesses de sua pátria e dera a impressão de que se objetivava alcançar o Reino de Quito e o Peru. Como contê-la?

As missões portuguesas, carmelitas, no Solimões, como as posições sobre a bacia do Madeira, foram objeto de discussão. As memórias de Alexandre de Gusmão eram muito superiores, na argumentação, na indicação de fatos, às memórias de Carvajal. Ele próprio, mais de uma vez, reconhecera a inferioridade de seus trabalhos, mas nem por isso se deixara vencer. Resistia na cessão dos Sete Povos. O ministro português procurou a Rainha D. Bárbara para que intercedesse, a fim de apressar a solução que tardava e que essa solução fosse a que se propunha de Lisboa. O confessor de S. Majestade o rei espanhol, o Padre Rabago, jesuíta, foi solicitado a interferir também, como o Marquês de Ensenada, e não se fez de rogado. Carvajal, a essa altura, procurava informações seguras acerca das perdas que poderiam advir no Tratado em discussão, principalmente no tocante ao Prata. Não via como abrir mão dos núcleos jesuíticos da margem esquerda do Uruguai, mesmo que Portugal cedesse, na Amazônia, o Solimões, cujas aldeias permaneciam no campo da Companhia de Jesus, dessa forma compensada no seu esforço civilizador. Por fim, à luz do mapa que veio de Lisboa, organizado sob orientação de Alexandre de Gusmão com os subsídios cartográficos proporcionados por sertanistas, religiosos e autoridades civis e militares, e à vista de um mapa que lhe remeteu o jesuíta Quiroga, seu amigo, missionário no Paraguai, concordou na cessão. Um relatório elaborado por D. Francisco Auzuendi, que governara o Prata, favorável às cessões, concorrera para a solução. A resistência que Carvajal opusera fora longa, provocara desconfianças em Lisboa e, em certo momento, dera margem à conjectura de que, na verdade, o que estava fazendo era nada mais, nada menos, que uma sabotagem em grande estilo aos propósitos das duas Casas para ajustarem os seus problemas de limites.

A 13 de janeiro de 1750 firmava-se o Tratado de Limites, ratificado a 8 de fevereiro pelo Rei Católico e a 26 de janeiro pelo monarca Fidelíssimo de Portugal.

Cláusulas do Tratado de Limites

Assentara-se que haveria paz permanente entre os súditos das duas Coroas, mesmo que essa paz fosse violada na península. Cedia-se a Colônia pelos Sete Povos, cujas popula-

ções indígenas seriam transferidas a outro trecho do território sob soberania espanhola. A posse mansa e pacífica ou a ocupação real era respeitada. Assim, os luso-brasileiros permaneceriam nos trechos do território onde se encontrassem, do mesmo modo por que os hispano-americanos. Adotava-se o princípio do *uti possidetis* de fato, sustentado ou adotado pela Espanha na solução dos litígios registrados entre seus próprios domínios. Tudo fora realizado sob o mais rigoroso sigilo, a fim de impedir a interferência da Inglaterra e da França, interferência contrária aos interesses das dinastias peninsulares. O Brasil português, agora legitimamente reconhecido pela Espanha, era o Brasil realizado geograficamente pelos bandeirantes paulistas, pelos sertanistas do norte, pelos religiosos a serviço do Estado, pelos contingentes militares que haviam ocupado as áreas interiores distantes do litoral do primeiro século do domínio. A controvérsia estava findando. As negociações e os diplomas anteriores perdiam sentido atual. Eram apenas passado.

Pelo que ficava assentado, a fronteira começava em Castilhos Grande, no atual Uruguai, procurava as vertentes da Lagoa Mirim e do rio Negro para alcançar o Ibicuí, pelo qual descia até o rio Uruguai, seguindo por este até o Peperi-guaçu; daí prosseguia até o Iguaçu para alcançar o Paraná, buscando a seguir o Iguareí, e por este indo à fonte principal do contravertente mais próximo que desaguasse no Paraguai, por onde continuaria até o Jauru. Uma linha reta avançaria até o Guaporé. Na fronteira seguia as águas desse rio, do Mamoré e do Madeira, até a meia distância da boca de tal afluente do Amazonas, de lá saindo outra linha a buscar as nascentes do Javari, subindo este até o Solimões para continuar até a boca do Japurá, por cujo divisor de águas com o Negro passaria ao encontro da cordilheira que se imaginava separasse a bacia do Orinoco da bacia do Amazonas. As situações em poder dos luso-brasileiros no rio Negro ficariam devidamente resguardadas a estes.

O Tratado, nem porque visasse encerrar as dúvidas que durante tanto tempo haviam perturbado as relações entre as duas nações, assegurando uma situação nova e promissora na América do Sul, foi recebido com entusiasmo. Ao contrário, contra ele se levantaram vozes veementes que o indicavam como uma traição. Da América surgiram protestos de governantes e de autoridades religiosas. Os jesuítas encontraram, na cessão dos Sete Povos, motivo para verdadeiro clamor. Os negociantes, tanto portugueses como espanhóis, que operavam na base do contrabando que a Colônia proporcionava, também se indignaram, visto que agora se lhes fechava a porta para os rendimentos. Outros, em Portugal, como o antigo

comandante da praça o Brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, e o sertanista paulista João de Sousa de Azevedo, que se sagrara o maior conhecedor da hinterlândia amazônica nos vales do Tapajós e do Madeira, falaram na base de suas convicções, aquele achando um erro tremendo, criminoso, a cessão da Colônia; este, vendo a matéria no particular daquele território interior que lhe parecia poder ser muito mais ampliado. Nenhum olhava ou reflexionava em termos de interesse coletivo, na conveniência de pôr fim à contenda centenária e de que num acordo há que fazer concessões mútuas.

As demarcações

O Tratado, em si, não era, porém, o suficiente. Havia que organizar a complementação constante das instruções aos demarcadores de campo e das interpretações necessárias para evitar as dúvidas e mesmo os conflitos. Por fim, o problema da mudança dos índios das missões do Uruguai exigia providências especiais, a fim de evitar que ocorressem incidentes desastrosos. Esses diplomatas e esses atos complementares foram elaborados e expedidos. Sucedia, a essa altura, que falecera o Rei D. João V. Ascendera ao trono seu filho D. José, que chamara à direção do Estado o antigo ministro em Londres, Sebastião José de Carvalho e Melo. Alexandre de Gusmão perdia o prestígio. E o futuro Pombal formava entre os que não achavam bom o convênio de 13 de janeiro. Suas reservas eram grandes. Ademais, desconfiava das intenções dos espanhóis, enquanto aqueles, por seu lado, não acreditavam na sinceridade do novo chefe do governo português.

Embora, o Tratado foi mantido, adotando-se as medidas convenientes para sua execução. Portugal contratou, na Alemanha e na Itália, pessoal técnico fora dos quadros nacionais, seguramente à falta de equipes suficientemente credenciadas na qualidade e na quantidade para uma empresa de tanta importância que envolvia um mundo imenso por examinar e assinalar. Constituíram-se, a seguir, as chamadas "partidas de limites", três para o sul e três para o norte. À frente da comissão encarregada do sul, Portugal pôs o Capitão-General do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrada, a quem se atribuía muito do esforço por realizar-se a política da ordenação dos limites. A Espanha escolheu o Marquês de Val de Lirios. Para o norte, os nomeados foram: por parte de Portugal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão e irmão de Carvalho e Melo; por parte da Espanha, D. José de Iturriaga, Capitão do navio.

As demarcações na região norte não foram sequer iniciadas. Mendonça Furtado, com o corpo técnico que chegara de Lisboa, dirigiu-se, de

1754, ao rio Negro, onde aguardou a chegada da comissão espanhola. Esta encontrara tremendas dificuldades a vencer, atribuídas a instigações dos jesuítas. Uma luta armada entre grupos indígenas na região do Orinoco constituíra outro obstáculo. Mendonça Furtado, numa atividade espantosa, fez proceder ao levantamento geográfico de vasta área. Os cartógrafos, astrônomos e demais militares que lhe compunham a comitiva entregaram-se à demorada tarefa. Foram ouvidos os sertanistas experimentados na potamografia regional. Foi possível, desse modo, proceder ao primeiro grande inquérito cartográfico e geográfico de largo trecho do *hinterland* amazônico. Mendonça Furtado, na base de todos os elementos colhidos, organizou uma preciosa informação acerca dos problemas da demarcação e de quais seriam os melhores limites a defender por ocasião das demarcações. Sua presença no sertão amazônico permitira-lhe uma tomada de consciência mais viva acerca da soberania de Portugal. Na base dessa verificação direta, propôs uma série de medidas que deviam ser adotadas, como a criação da Capitania de São José do Rio Negro, embrião do atual Estado do Amazonas, a fortificação do alto rio Negro e do rio Branco, medidas que foram aceitas e posteriormente executadas.

Em 1759, os demarcadores espanhóis aproximaram-se da fronteira. Já a essa altura Mendonça Furtado regressara a Lisboa. Seu sucessor era o Capitão-General de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, que, chamado, não pôde vir imediatamente. As partidas espanholas confinaram-se ao Orinoco, onde iriam proceder a trabalhos de ocupação e de vitalização local.

No sul, os trabalhos de demarcação foram realizados em grande parte. A segunda e a terceira partidas puderam efetuar amplo reconhecimento dos rios indicados no Tratado, apesar de dúvidas que surgiram a respeito de alguns deles, cujo curso ou cuja existência não se ajustava ao que figurava no "Mapa das Cortes", em que fora traçada a fronteira. A primeira partida, tendo saído de Castilhos Grande, esbarrou com o pronunciamento da indiada dos Sete Povos, inconformada com as ordens para abandonar os pagos e transferir a terra à soberania portuguesa.

A guerra guaranítica

O episódio não importava em surpresa. Porque, desde o primeiro momento, tanto em Lisboa como em Madri, esperava-se pela manifestação hostil. Os jesuítas vinham sendo apontados como desejosos de que não ocorresse a transferência. Contra eles levantava-se, na Europa, uma surda oposição. Estariam instigando os índios à rebelião. Pombal, nas instruções baixadas a Gomes Freire, advertira-o dos perigos que podiam surgir, pelo que lhe ordenara que só

fizesse a entrega da Colônia do Sacramento depois de ter recebido os Sete Povos. De parte espanhola, à suspeita do que talvez ocorresse, Carvajal conseguira que o Geral dos jesuítas ordenasse obediência aos missionários do Paraguai. Acompanhando o Marquês de Val de Lirios viera um membro da Companhia, o Padre Lopes Luís Altamirano, com a incumbência de atuar rigorosamente sobre o pessoal das Reduções, conduzindo-o à obediência sob pena de excomunhão. O Padre Altamirano tentara o impossível, num esforço imenso para conter seus companheiros. A novidade da mudança, todavia, irritara a população missionária, que num momento de desespero ameaçara os próprios missionários de levantar-se contra eles, acusando-os de os terem abandonado. A situação tomando um caráter mais perigoso, Padre Altamirano retirou-se. Em Santa Tecla, os índios cortaram o passo aos demarcantes. Um primeiro choque com as forças espanholas e portuguesas combinadas e comandadas respectivamente pelo demarcador-chefe português e pelo Governador de Buenos Aires, D. José de Andonaéguei, registrou-se em Rio Pardo. Era o começo do que, na história, passou a denominar-se a "guerra guaranítica". Um caudilho indígena, Sepé Tiaraiu, em combate com as forças combinadas dos dois países, foi morto (7 de fevereiro de 1756). Em Caiboaté, a 10 de fevereiro, o encontro entre os exércitos peninsulares e os rebeldes guaranis deu em resultado a derrota destes, que tiveram 1511 mortos. Os encontros posteriores não foram melhores para os índios, que usando técnicas apreendidas nas próprias aldeias, quando se preparavam para enfrentar os bandeirantes, tentaram impedir o prosseguimento dos trabalhos e a entrega dos núcleos onde viviam. Em São Miguel, lançaram fogo ao lugar. Em São Lourenço, renderam-se sem combate. O grosso da multidão gentia refugiava-se nas matas, parecendo preparar-se para uma grande ofensiva ou para as operações de guerrilha. Gomes Freire, receando ter de sustentar, com seus únicos recursos militares, essa situação, recusou receber os Sete Povos, antes que os espanhóis os declarassem definitivamente pacificados.

A anulação do Tratado

As notícias acerca do estado de guerra no sul, atribuído aos jesuítas espanhóis do Paraguai, e as acusações aos jesuítas portugueses que teriam oposto sérias dificuldades à missão de Mendonça Furtado no norte criavam então um ambiente carregado contra a Companhia de Jesus, à qual se imputava o propósito de projetar a organização de um império teocrático na Sul-América. Os incidentes registrados no norte e no sul seriam preliminares da ação militar em preparação.

Conseqüência imediata de tudo era a má vontade que envolvia a demarcação. Gomes Freire, tendo-se retirado para o Rio de Janeiro, interrompera as operações de campo. Falecera o negociador Carvajal. A própria Rainha D. Bárbara de Bragança também falecera. O rei enlouquecera. Pombal tentou negociar modificações. Não teve êxito. A execução do Tratado foi suspensa. E a 12 de fevereiro de 1761 firmava-se, em El Pardo, um Tratado anulando o de Madri.

Os acontecimentos posteriores vieram provar que o esforço desenvolvido para pôr fim aos conflitos entre os dois povos peninsulares nas suas áreas ultramarinas da Sul-América tinha sido infrutífero. Quebrada a paz na Europa, forças espanholas no oeste e no sul entraram em ação, atacando as guarnições luso-brasileiras da fronteira. Em Mato Grosso, como no alto rio Negro, no rio Branco, foram contidas. No Rio Grande, todavia, o Governador de Buenos Aires apoderou-se de grande parte daquele território.

O governo de Pombal

A idéia de encontrar uma solução pacífica estava fora de cogitações. O Tratado de Madri devia ser compreendido como uma tentativa da maior importância. Sob Pombal, no entanto, nada mais de útil, nesse particular, pôde ser conseguido. Os técnicos que haviam permanecido no Brasil, em particular na bacia amazônica, foram aproveitados no prosseguimento dos encargos de inventário, de reconhecimento geográfico. Realizaram uma obra verdadeiramente notável. Toda uma vasta empresa de preparação para futuros entendimentos diplomáticos pôde, assim, ser elaborada. Do mesmo modo por que, na execução de uma política de consolidação das posições adquiridas na expansão, levantaram-se fortificações, promovendo-se um povoamento mais intensivo de trechos da fronteira. A colonização do Rio Grande, que voltou às mãos dos luso-brasileiros, prosseguiu. Igualmente em Mato Grosso, cujos capitães-generais se revelaram na posse de uma admirável consciência dos problemas ligados à implantação definitiva da soberania portuguesa, defendendo, pelas armas e pela presença continuada de colonos e de contingentes militares, o espaço físico-político que deviam dirigir.

Portugal, no cenário europeu, procurara escapar ao "Pacto de Família", concertado entre a Espanha e a França contra a Inglaterra, sua velha aliada. Pombal, realisticamente, ponderara o assunto. Não se mostrara nunca simpático aos ingleses. Mas compreendia que lutar contra eles era o mesmo que abrir mão do império. A recusa de participar da aliança refletira-se naqueles sucessos militares no Rio Grande e no oeste. A paz de

Paris, em 1763, encerrara a primeira fase dos desentendimentos. Os espanhóis continuaram, todavia, a sustentar que os territórios à volta da Colônia lhes pertenciam. A diplomacia portuguesa e a espanhola não acertavam na solução. Estava à frente dos negócios exteriores de Espanha um rival de Pombal – o Marquês de Grimaldi, político astuto, que procurava vencer o chefe do governo português por todos os meios e modos.

Negociações e firmação do Tratado de Sto. Ildefonso

O Embaixador português, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, devidamente credenciado para tal, a 17 de julho de 1775, recebia a proposta inicial de Grimaldi para definir de vez a fronteira, pondo termo às desavenças na Sul-América. Dizia o Ministro, em nome de Carlos III, que Sua Majestade estava no firme propósito de encerrar as diferenças militares no sul do Brasil e fixar a fronteira definitiva entre os dois povos no Novo Mundo. Sousa Coutinho remeteu a Carvalho e Melo a proposta, recebendo autorização para prosseguir nos entendimentos, mas cheio de cautelas, pois com Grimaldi era preciso estar sempre em guarda. A 12 de agosto, realizava-se a primeira conferência entre o representante português e o ministro espanhol. Foram expedidas ordens para suspender as operações de guerra que porventura se estivessem registrando, devendo os combatentes restituir os territórios que houvessem ocupado depois de 17 de julho.

A 16 de janeiro de 1776, Sousa Coutinho entregou a Grimaldi a memória portuguesa expondo as pretensões de sua pátria. A memória estava dividida em quatro partes. Historiava todo o vasto processo que separava os luso-brasileiros e hispano-americanos no Prata, acusando os governantes de Buenos Aires de estarem criando a separação violenta. Na resposta, Grimaldi sustentou a soberania espanhola sobre a Sul-América naqueles trechos e que os luso-brasileiros estavam de posse, indevida a seu ver. Fez verdadeiro libelo acusatório contra os luso-brasileiros, cuja atuação vinha sendo um ininterrupto menosprezo aos direitos da Espanha. As violações portuguesas ao que se estipulara no Tratado de Tordesilhas constituíam verdadeira usurpação. Grimaldi voltava a sustentar a validade do diploma de 1494, mas concordava em que técnicos examinassem a situação para uma verificação mais serena, inclusive acerca das "usurpações". Sousa Coutinho defendera o princípio da utilização dos Tratados de Utrecht e de Paris, como ponto de partida para a investigação e o acordo desejado. Grimaldi, todavia, preferia Tordesilhas. As negociações estiveram a interromper-se em face de ocorrências no Rio Grande. Grimaldi exigiu satisfações e ameaçou pôr fim aos entendimentos.

Com a substituição de Grimaldi pelo Conde de Floridablanca, D. José Menino y Redondo, e a "Viradeira", que derrubou Pombal, a situação modificou-se. Modificou-se para pior quanto aos interesses de Portugal. Porque, embora Sousa Coutinho tivesse sido mandado na qualidade de embaixador de sua pátria junto ao governo espanhol, a política portuguesa era agora de verdadeira fraqueza em face do vizinho. Floridablanca fez exigências. Uma comissão técnica, em Espanha, por ordem do rei estudou o problema dos limites e da convivência entre luso-brasileiros e hispano-americanos. D. Maria Bárbara, rainha-mãe, interferiu atentamente para encerrar as dificuldades. Afinal, a 1º de outubro de 1777, firmava-se novo tratado de limites, o Tratado de Sto. Ildefonso. Repetia-se, em suas grandes linhas, a fronteira fixada em 1750. As alterações eram: no tocante ao sul, a escolha do Xuí em vez de Castilhos Grande; a Colônia e os Sete Povos ficavam em definitivo com a Espanha. Em vez do Ibicuí, agora era o Peperi-Guaçu. No norte, as modificações cobriam a área entre o Japurá e o vale do rio Negro.

As demarcações complementares do Tratado de Sto. Ildefonso

Para as demarcações, foram constituídas quatro comissões: a primeira operaria do Xuí ao Iguaçu; a segunda, do Iguareí ao Jauru; a terceira até o Japurá; a quarta até o Rio Branco. Para dirigir o primeiro grupo foi escolhido o Governador do Rio Grande, Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara; para o segundo, o Coronel Francisco João Róscio; para o terceiro, o Tenente-Coronel Antônio Filipe da Cunha Ponte; para o quarto, o Capitão-General do Pará, João Pereira Caldas, que fora ajudante-de-ordens de Mendonça Furtado. Chefiavam as turmas espanholas, respectivamente, D. José Varela y Ulloa, D. Diogo de Alvear, D. Félix de Azara e D. Francisco de Requena y Herrera, que substituiu D. Rámon García de Léon Pizarro.

Desta vez, Portugal não buscou fora o seu quadro técnico. Dispunha de pessoal suficientemente habilitado e em quantidade para as pesadas tarefas de campo. No tocante aos resultados, como sucedeu com as demarcações relativas ao Tratado de Madri, foram medíocres. Como lembra Capistrano de Abreu, resumiram-se aos setores entre o Xuí e o Iguaçu e entre o Javari e o Japurá. Tanto num como no outro, os desentendimentos entre a turma portuguesa e a espanhola impediram o prosseguimento dos trabalhos, como pouco adiantaram ao reconhecimento em comum a que se devia proceder. O Iguareí não foi achado. No Peperi-Guaçu, os demarcadores discordaram. Pelo tratado, Tabatinga, no alto Solimões,

devia ser entregue aos espanhóis. O segundo comissário português, Tenente-Coronel Teodósio Constantino de Chermont, recusou fazer a entrega. O descobrimento das nascentes do Javari foi realizado às ocultas pelos técnicos portugueses Henrique João Wikens, Pedro Alexandrino Pinto de Sousa e Joaquim Vitório da Costa. No Japurá, a foz do rio foi objeto de discórdia entre as duas comissões. O Auati-Paranã devia ser considerado como a verdadeira boca, sustentavam os portugueses contra a opinião de Sequena. Uma epidemia de varíola interrompeu os serviços. Substituído Pereira Caldas por Manuel da Gama Lobo d'Almada, os espanhóis receberam intimação para abandonar o Solimões, onde se estavam instalando como senhores da região. O vale do rio Negro e o do rio Branco foram intensamente examinados por Lacerda e Almeida e José Pereira, Silva Pontes e Ricardo Franco, Lobo d'Almada, Eusébio Antônio de Ribeiros e José Simões de Carvalho. As explorações compreenderam também o Madeira e as ligações entre o rio Negro e o Japurá. Foram intensas e revelaram detalhes dos cursos daqueles rios e seus formadores. Em Mato Grosso, Lacerda e Almeida, Silva Pontes e Ricardo Franco procederam a rigorosos inquéritos de ordem geográfica. Pelo tratado, esses inquéritos eram fundamentais para que fosse possível conhecer a verdade e fixar a fronteira definitiva.

No sul, Francisco Róscio, Veiga Cabral e José de Saldanha apresentaram uma contribuição valiosa para a identificação dos trechos que examinaram. A cartografia, que se elaborou então, revelou o progresso técnico dos grupos portugueses, do mesmo modo por que importou no processamento de vasto inventário da realidade geográfica do Brasil interior. Tanto no Sul como na Amazônia as comissões chantaram alguns marcos. O maior resultado das operações de campo constou dos reconhecimentos levados a termo em grande parte das regiões onde deveria ser assentada a fronteira.

Conflitos entre os demarcadores e anulação tácita do Tratado de Sto. Ildefonso

A suspensão dos trabalhos em conseqüência dos desentendimentos que ocorriam importava mais uma vez o fracasso da iniciativa de fixação de limites e de termo feliz às desavenças entre hispano-americanos e luso-brasileiros. Recriminavam-se os demarcadores, uns aos outros, atribuindo-se a responsabilidade das dificuldades que surgiam. Em Portugal, as novas que chegavam da Amazônia e do Sul causavam mal-estar. Não havia um poder suficientemente forte, sob D. Maria, capaz de controlar a situação distante. Recomendava-se calma, comportamento

sereno, ao mesmo tempo que se faziam advertências aos servidores mandados para as demarcações. Mais de uma vez desaprovou-se a atitude deles que, em vez de atuação unicamente técnica, agiam sob o domínio de seus sentimentos patrióticos. A Espanha reclamava constantemente junto a Portugal, imaginando que a atuação dos demarcadores portugueses fosse realmente o fruto de instruções de Lisboa, quando, na verdade, essas instruções não encerravam uma diretriz essencialmente nacionalista.

Em 1796, chamado a pronunciar-se, juntamente com D. Vicente Aguillar y Jurado, segundo oficial da Secretaria de Estado, D. Francisco de Requena elaborou a memória intitulada *Historia de las demarcaciones de limites en la América, entre los dominios de España y Portugal*, em que deu um balanço minucioso dos trabalhos executados, problemas surgidos, atribuindo, como era natural, aos luso-brasileiros, a culpa da situação, as falhas e emperramentos dos trabalhos. Um mapa, que se guarda, em original, presentemente, na Biblioteca do Congresso, em Washington, completou a exposição, que devia constituir o fecho de todo um século de esforços para criar, na Sul-América, um mundo tranqüilo, em que os povos que o estavam realizando convivessem sabendo até onde chegava a soberania que representavam.

Na base das reflexões constantes do documento, sugeriram-se a Carlos III três soluções: negociação com os portugueses, uso da força para recuperar os territórios considerados usurpados pelos luso-brasileiros, política de penetração maneirosa, sutil, cautelosa, nesses mesmos territórios para que voltassem à soberania espanhola. Carlos III optou pela terceira fórmula. A 13 de agosto de 1800, expediram-se ordens, em nome de Sua Majestade, para que as autoridades responsáveis no ultramar fossem executando aquela diretriz. E, dirigindo-se ao governo português, o espanhol formulava a acusação de que tudo fora perturbado ou prejudicado pela ação cavilosa dos demarcadores portugueses.

Encerrava-se o século XVIII. A fronteira entre os territórios portugueses e espanhóis continuava à mercê do mais ousado. Perdera-se a Colônia do Sacramento. Perdera-se a região dos Sete Povos. Mantivera-se, todavia, o mundo amazônico, como Mato Grosso, criado pela façanha dos moradores e dos capitães-generais, todos muito conscientes de suas responsabilidades.

A fronteira com a Guiana Francesa continuava no Oiapoc. Os franceses de Caiena não tinham abandonado o projeto de descê-la até o Amazonas. Continuavam a freqüentar o Cabo Norte, sempre, porém,

contidos nos seus ímpetos expansionistas por destacamentos luso-brasileiros, ora fixos, ora volantes, que policiavam incessantemente a região. O comércio clandestino era tentado sem grandes resultados. A fronteira do Macapá, levantada como expressão da decisão portuguesa de permanência, era mais um estabelecimento que servia para a consolidação do domínio. Colonos açorianos, como no sul, mandados localizar na vila montada em Macapá, contribuíam nesse esforço de ocupação e de imposição da soberania vigente no Brasil.

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, assistido por Pedro Moacyr Campos, para os períodos colonial e monárquico, e de Boris Fausto para o período republicano.

tempo, figuram nos volumes textos sobre a produção cultural, abrangendo o cinema, o teatro, a música popular etc.

Nos livros que encerram cada período, há na parte final uma bibliografia e uma cronologia sumária. Esta indica os acontecimentos relevantes no Brasil e no mundo que servem de marco de referência para o período considerado.

Convivem na ***História Geral da Civilização Brasileira*** algumas gerações de intelectuais, que expressam muitas vezes pontos de vista diversos, a partir de diferentes ângulos de abordagem. Os organizadores da coleção consideraram bem-vinda esta pluralidade. Isto porque buscaram não só informar o leitor da maneira mais ampla possível, como também dar-lhe instrumentos adequados para uma reflexão própria. Não foi por acaso que descartaram uma visão triunfalista da nossa História (tão distante da realidade), levada a cabo por grandes personagens capazes de mover o mundo. Não foi por acaso também que deixaram de lado uma visão histórica na qual desponta um quadro predeterminado e os processos históricos e as ações humanas acabam por ser peças de um jogo cujo resultado se sabe de antemão.

As questões se abrem a partir da linha de interseção entre condicionamentos socioeconômicos, culturais etc. e as opções possíveis dos seres humanos que fazem a História. Há mais de uma resposta para estas questões, e o leitor, bem-informado, terá certamente a sua.